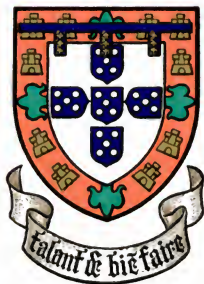


*Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*

# MONUMENTA HENRICINA

VOLUME V  
(1434-1436)



COIMBRA  
1963

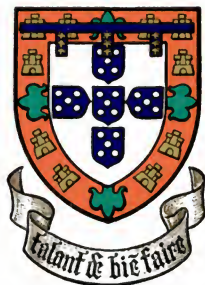
MONUMENTA  
HENRICINA

*Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*

# MONUMENTA HENRICINA

VOLUME V

(1434-1436)



COIMBRA

1963

*SUBCOMISSÃO DE «MONUMENTA HENRICINA»*

MANUEL LOPES DE ALMEIDA

ÍDALINO FERREIRA DA COSTA BROCHADO

ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIS, O. F. M.







Est. 1 – Litoral africano da costa marroquina ao Cabo das Barbas  
e arquipélagos da Madeira e Canárias no último quartel do séc. XV.  
(Segundo a carta portuguesa da Biblioteca Estense de Módena).

## AO LEITOR

*Como fizemos nos volumes anteriores, focamos, neste lugar, os principais problemas documentados no presente volume de Monumenta Henricina, cujos textos, diplomáticos e narrativos, abrangem parte do ano de 1434 e os anos de 1435 e 1436. Entramos agora em período de intensa e multiforme actividade do infante D. Henrique, no qual sobressai o início do descobrimento marítimo da costa ocidental africana.*

*Infelizmente, pelo que respeita àquele facto histórico, a cuidadosa investigação a que se procedeu em arquivos nacionais e estrangeiros não conseguiu pormenorizar nem ampliar o que sabíamos dos textos narrativos quatrocentistas e quinhentistas de Gomes Eanes de Zurara, de Martinho de Boémia, de Duarte Pacheco Pereira, de Valentim Fernandes e de João de Barros. Sobre o particular reproduzimos apenas o essencial de Zurara, cronista coevo dos acontecimentos. Adicionamos-lhe sugestão nossa, desenvolvida em comunicação à Academia Portuguesa da História, com base em claríssimo e reiterado depoimento do próprio infante D. Henrique, de haver constituído o Cabo Não o ponto de partida dos descobrimentos henriquinos no oeste africano e, portanto, o Cabo transposto em 1434 por Gil Eanes, o qual identificámos com o actual Cabo Juby.*

*No âmbito temporal do presente volume (1434-1436), a devassa marítima da costa oeste africana atingiu apenas, em 1436, o Porto ou Pedra da Galé, a actual Piedra Galhe o Roca del Norte, no Rio do Ouro, sita em 22° 13' N. e 16° 53' W (1). Aberta assim a porta da expansão portuguesa África abaixo, parece que se deteve o Navegador em outras duas empresas, talvez condicionantes, no seu plano, do desenvolvimento daquela. Pelo menos, é o que deverá inferir-se dos textos conhecidos: Canárias e Tânger constituem, simultaneamente, dois grandes objectivos henriquinos.*

---

(1) Cfr. A. TEIXEIRA DA MOTA, *Topónimos de origem portuguesa na costa ocidental de África*. Desde o Cabo Bojador ao Cabo de Santa Caterina, Bissau, 1950, pp. 78-80.

Os nossos documentos n.ºs 129 e 137, extraídos do Arquivo do Vaticano, conjugados com os documentos n.ºs 13 e 16 a 23, reproduzidos do Archivio di Stato de Génova, denunciam, pelos meados do ano de 1434, mais uma expedição henriquina às Canárias, arquipélago sito precisamente defronte do Cabo Juby e no qual D. Henrique desejaria instalar porventura, desde logo, base de reparação e de avitualhamento mais vizinha da derrota que haviam de prosseguir os barcos do descobrimento; porque, como depois sublinhou Zurara, «pera os fechos vijrem a melhor perfeiçom, lhe era necessaryo algũa das filhas de Canarea» (2).

Porém, como em 1416 e em 1424 (3), também agora surgiu a reacção dos armadores andaluzes, conduzida junto do papa Eugénio IV ainda pelo mesmo franciscano da Custódia de Sevilha e missionário das Canárias, Fray Juan de Baeza, e continuada pelo bispo canariense de Rubicón, sufragâneo de Sevilha, D. Fernando Calvetos, os quais não conseguiram ocultar o móbil político das suas reclamações junto da Santa Sé, suficientemente evidenciado a favor de Castela e de Aragão, ao invocarem o título jurídico de posse por vizinhança das ditas ilhas: — «utpote ceteris christianis regnis dictis insulis propinquioribus» (4). E levaram o assunto ao ponto de obterem do papa Eugénio IV, em 1434, letras de excomunhão «ipso facto incurrenda», inicialmente reservada à Santa Sé, contra quem escravizasse ou roubasse os habitantes das ilhas Canárias (5). Reagiu el-rei D. Duarte e conseguiu do romano pontífice autorização para conquistar as ilhas não em posse de cristãos. Umas e outras foram reclamadas, porém,

(2) GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 95.

(3) Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, Lisboa, 1960, DOCS. n.ºs 113, 118 e 121 a 130, e vol. 3, Coimbra, 1961, DOCS. n.ºs 32-34, 39, 50 e 51.

(4) Cfr. o DOC. 56 do presente volume, de 28 de Dezembro de 1434. Termos idênticos já na Súplica de Fr. Juan de Baeza de 4 de Outubro de 1424 ao papa Martinho V: — «tam de Castelle e clam Aragonum regnia, propinquioribus eisdem insulis ceteris christianis regnis» (Cfr. o DOC. 50 do vol. 3 de *Monumenta Henricina*).

(5) Cfr. os DOCS. 38, 52, 92 e 93 do presente volume.

pelo soberano de Castela ao papa, alegando pertencer-lhe a conquista de África e das ditas ilhas; pelo que Eugénio IV anulou a concessão que fizera ao rei de Portugal, por não ser intenção sua prejudicar os anteriores direitos castelhanos (6).

Venhamos agora a outra faceta da actividade henriquina na época do presente volume. Nos mesmos anos de 1434 a 1436 decorrem os primeiros preparativos da futura expedição contra Tânger, advogada pelo infante D. Henrique desde 1432 e depois também pelo irmão D. Fernando, mas sempre contrariada por D. Duarte. Ainda em Maio de 1434 tentou o monarca fazê-la derivar para Granada, porém, como sempre, sem resultado, pela rejeição de Castela; mas veio a accder aos desejos dos ditos seus irmãos, após porfiadas diligências henriquinas, culminadas no ano de 1436. Há todos os visos de haver sido decisivo, no caso, o alvará de D. Henrique de 7 de Março daquele ano, de perfunção do sobrinho D. Fernando e, simultaneamente, primeiro testamento do Navegador, a legar ao dito infante todos os bens móveis e de raiz que houvesse à hora da morte; pois, logo no mesmo dito Março, el-rei D. Duarte, não aguardando sequer a concessão da respectiva bula de cruzada (7), convocou as cortes para Évora, a fim de obter do reino «pedido e meio» para custeamento da armada contra Tânger (8).

A par destas empresas de D. Henrique, de 1434 a 1436 documentam-se outros assuntos henriquinos, dos quais sublinharemos: as reclamações das cortes de 1434 contra o exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino; a doação, pelo infante, de algumas das suas saboarias a D. Álvaro de Castro; possível indústria henriquina de lanifícios; criação de feira franca anual em sua vila de Tarouca e desdobramento da de Tomar; remodelação e actualização das Ordenações, Estatutos e Costumeiro da Ordem de

(6) Cfr. os DOCS. 129, 137, 143 e 144.

(7) A *Res regum*, passada apenas a 8 de Setembro de 1436, — o nosso DOC. 133.

(8) Cfr. o final do nosso DOC. 112 e a nota 1 da pág. 210.

*Cristo; reclamações das câmaras ou concelhos de Santarém e de Lamego e dos lavradores e valadores das lezírias de Vila Franca; bens concedidos ao infante no Porto; doação do paul de Boquilobo; pesca de atuns e corvinas no Algarve; sepultura de criados seus na Batalha; proposta que lhe fora feita, ao menos indirectamente, de casamento com infanta aragonesa; e rectificação sobre quem foi o padrinho de baptismo do infante D. Henrique.*

*Extensa série de diplomas fornece também achegas biográficas sobre o seguinte pessoal henriquino: criados Gabriel Eanes, Gonçalo Eanes, Lopo Dias, Pero Peixoto, Rodrigo Alvares, Rodrigo Eanes; Pero Lopes, tabelião; Mestre José Arame, ourives; Nuno Alvares, estribeiro; Vasco Martins, pescador; Garcia Mendes, ouvidor; peões Alvaro Vasques e Martim Gonçalves; Afonso Gonçalves Baldaia, copeiro e navegador; D. Fernando de Castro, governador da casa do infante; João Nunes e Martim Pais, clérigos e familiares; escudeiros Afonso Anes de Calheiros, Bartolomeu Eanes, Duarte Vasques, Fernão de Covilhã, Gil Eanes, Gonçalo de Pina, Gonçalo do Rego, Lopo Afonso e Martim Gonçalves; e cavaleiros fidalgos Alvaro de Castro, Fernando Alvares Cabral, João de Albuquerque, João Alvares da Cunha e Luís Mendes de Refoios.*

*Edita-se ainda: a documentação relativa à Lei Mental com a excepção régia em favor da Casa de Bragança, a qual regulou a transmissão de bens da coroa desde o século XV até o século passado, applicável também aos que havia o infante D. Henrique; a relativa às providências tomadas por el-rei D. Duarte e pelo Navegador sobre Ceuta e sobre a armada em preparação para Tânger; a atinente às relações de Portugal com a Santa Sé e com o concílio de Basileia, condicionantes da nossa expansão ultramarina, e bem assim com o reino de Aragão; e, pela vez primeira, se publicam três valiosos pareceres jurídicos quatrocentistas, extraídos da Biblioteca Apostólica Vaticana, cujo primeiro, anónimo, versa os problemas da unção régia e da cruzada contra os infiéis, e os dois restantes, dos juristas bologneses António Minucci da Pratovecchio e António de Rosellis, a legitimidade da guerra contra os sarracenos. A transcrição e a anotação destes*

últimos textos são do jurista Dr. António Domingues de Sousa Costa, O. F. M., Professor do «Pontificium Athenaeum Antonianum», de Roma.

•

«Terminadas as funções da Comissão e Subcomissão henriquinas que se ocuparam de «Monumenta Henricina», os restantes volumes serão publicados ainda sob a direcção do Rev.º P.º Dias Dinis, pertencendo a administração da obra à Universidade de Coimbra, através da respectiva Biblioteca Geral» (9). Nestes termos, prossegue o signatário com o plano e organização da obra e com a anotação crítica dos textos. Entende, porém, não dever alterar a apresentação inicial dos volumes, mantendo assim, no presente e nos subsequentes, o nome da Comissão Executiva do Centenário Henriquino e os da que foi Subcomissão legal e responsável de Monumenta Henricina.

E aproveita o ensejo para agradecer à extinta Comissão Executiva, a cujo saudoso Presidente, o falecido Professor e Presidente da Academia Portuguesa da História Doutor José Caeiro da Mata, aqui se presta a mais grata e sentida homenagem, e aos ex-colegas da Subcomissão as facilidades, atenções e cooperação que se dignaram dispensar-lhe, gentilmente.

DIAS DINIS

---

(9) Presidência do Conselho. Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique*, Volume IV, Lisboa, 1963, pág. 198.



## ABREVIATURAS

- ACA.* — Archivo de la Corona de Aragón, Barcelona.  
*ACMC.* — Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra.  
*ADB.* — Arquivo Distrital de Braga.  
*ADV.* — Arquivo Distrital de Viseu.  
*AGS.* — Archivo General de Simancas, Espanha.  
*ANTT.* — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.  
*art.* — artigo.  
*ASG.* — Archivio di Stato de Génova.  
*as.* — assinado.  
*ASF.* — Archivio di Stato de Florença.  
*AV.* — Archivio Segreto Vaticano.  
*BAV.* — Bibliotheca Apostolica Vaticana.  
*BMLF.* — Biblioteca Medicea Laurenziana de Florença.  
*BNL.* — Biblioteca Nacional de Lisboa.  
*BNP.* — Bibliothèque National de Paris.  
*BSSL.* — Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.  
*ca., cap.* — capítulo.  
*Cfr.* — Confira.  
*cit.* — citado.  
*cód.* — código.  
*col., cols.* — coluna, colunas.  
*dec.* — década.  
*dist.* — distinctio.  
*Doc., docs.* — documento, documentos.  
*ed.* — edição.  
*fl., fol., fts.* — fólio, fólhos.  
*GHCP.* — Gabinete de História da Cidade do Porto.  
*Jo.* — S. João (Evangelho de).  
*le.* — lege.  
*lib.* — liber.  
*liv.* — livro.  
*lug. cit.* — lugar citado.  
*Mat.* — S. Mateus (Evangelho de).  
*Ms., ms., mss.* — manuscrito, manuscritos.

*n.º, n.ºº* — número, números.  
*O. F. M.* — Da Ordem dos Frades Menores (Franciscano).  
*O. S. B.* — Da Ordem de S. Bento (Benedictino).  
*p., pág., pp.* — página, páginas.  
*Ps.* — Salmo ou Salmo.  
*quaest.* — quaestio.  
*r.* — recto.  
*Reg. Lat.* — Regestum Lateranense.  
*Reg. Suppl.* — Regestum Supplicationum.  
*Reg. Vat.* — Regestum Vaticanum.  
*retrocits.* — retrocitados.  
*S. J.* — Da Companhia de Jesus (Jesuíta).  
*SS.* — Santíssima.  
*ss.* — seguintes.  
*t., tom.* — tomo.  
*tit.* — título.  
*v.* — verso.  
*Vat. lat.* — Vaticani latini (Codices).  
*vol., vols.* — volume, volumes.

7 ABRIL 1434

*Doação pela rainha de Aragão a sua filha D. Leonor, mulher de el-rei D. Duarte, da vila de San Felices de los Gallegos com suas aldeias e termos, em razão do que lhe pertence herdar de seus bens, após o seu falecimento (1).*

ANTT., Gaveta 17, maço 7, n.º 20, donde se reproduz. Original, em pergaminho. Deve ter tido selo pendente.

Publicada segundo a mesma fonte, mas com erros de transcrição, por D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, provas do liv. 3, n.º 42. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, p. 320.

De nos, la rreyna doña Leonor de Aragon e de Seçilia, muger del muy exçelente rrey don Fernando de Aragon e de Seçilia, cuya anjma Dios aya. De nuestra çierta sciencia e agradable e deliberada voluntad e consentimjento, syn premja e syn temor e jnduzimjento alguno, e por fazer graçia e donaçion a vos, la rreyna doña Leonor de Portugal e del Algarbe, fija legitima del dicho señor rrey e nuestra, por el cargo que de vos tenemos e por descargar nuestra conçiencia, en rrazon de lo que a vos pertenesçe heredar de nuestros bienes, es nuestra voluntad que ayades e tengades pera despues de nuestros dias e, despues que nos fallesçieremos desta presente vida naturalmente, en parte de la legitima que a vos pertenesçe here-

---

(1) No contrato matrimonial celebrado entre o infante D. Duarte de Portugal e a infanta D. Leonor de Aragão, em Olhos Negros, a 16 de Fevereiro de 1428, reformado em Coimbra em 4 de Novembro seguinte, a rainha aragonesa comprometera-se a dar o dote de 100.000 florins à dita sua filha (Cfr. os Docs. 91 e 128 do nosso vol. 3). E, em seu testamento, legou-lhe 5.000 florins de legitima, os quais foram entregues à rainha de Portugal pela rainha D. Maria de Castela, sua irmã, como consta do recibo passado pela primeira em Medina del Campo, a 26 de Maio de 1438 (No AGS., *Patronato Real*, legajo 49-24).

dar de nuestros bienes de vuestra herençia que de nos auedes de aver e vos pertenesçe, la nuestra villa de Sant Felizes de los Gallegos, con su fortaleza e aldeas e lugares e tierra e termjnos e con los vezinos e moradores della, nuestros vassallos, que agora ende vjuen e viuieren despues de nuestro fallaçimjento, de qualquier naçion e condiçion que ssean, con la juridicion e justiaça çeujl e crimjnal alta e baxa e mero e mjsto jmperio e con todos sus termjnos e solares, poblados e por poblar, e con todas sus voces e acciones, petiçiones, reales, perssonales, vtiles, direitas, vanas, omisssas e con montes de hesas e prados e pastos e aguas corrientes e estantes e manantes e con todas las heredades e possessions e con todas las rentas e pechos e derechos della, qualesquier que sean e qualquier nonbre que ayan, e con todos los pedidos e serujçios qualesquier que pertenesçen e pertenesçer deuen, en qualquier manera e por qualquier razon, a nos como señora e al señorío de la dicha nuestra villa e fortaleza e aldeas e lugares e tierra della e con todos los fueros e franquezas e libertades e vsos e costumbres e con todas sus entradas e salidas, para que lo ayades e tengades para despues de nuestra vida, para vos e para vuestros herederos e sucçesores que por el tiempo fueren, en parte de vuestra herencia que de nuestros bienes avedes de aver e heredar commo dicho es, con condiçion e postura que, em toda nuestra vida natural, nos tengamos e poseamos la dicha nuestra villa de Sant Felizes de los Gallegos con su fortaleza e lugares e aldeas e termjno e juridicion e el señorío e propiedat e exerciçio dello e que ayamos e quede en nos e para nos la juridicion alta e baxa, çeujl e crimjnal e con mero e mjsto jmperio e con todas las dichas rentas e pechos e derechos ordjnarios e extraordinarios e con todas las otras cosas e cada vna dellas que del señorío e propiedat e posesion qual (?) quier dello e de cada parte dello pertenesçe e pertenesçer deue, asy de fecho como de derecho, e que lo tengamos e poseamos enteramente, sin embargo e sin contradiccion e sin dimjnucion alguna, en toda e por toda nuestra vida.

E, si por aventura vos, la dicha rreyna doña Leonor de Portugal, fija nuestra muy cara, non otorgaredes esta dicha condiçion e postura e cada cosa e articlo dello e lo non loardes e aprouaredes, rretificaredes e confirmaredes e por grato, rato e aprouado e loado non lo oujeredes, segund que en esta dicha nuestra carta es contenjdo solepnemente, porante escriuano publico e testigos, con juramento que fagades de lo guardar e compljr e que nos dedes e entreguedes, o otro por vos, recabdos dello, tales que sean firmes e nos sean entregados en nuestras manos e poder, que non podades vsar nj vsedes, vos njn otro por vos, de todo lo contenjdo en esta carta njn de parte dello, mas que sea en si njnguna e de njngund valor, bien asy commo si non fuese otorgada e que non vala en juyzio njn fuera del, njn nos pare perjuizio njn a vos pueda aprouechar njn dar derecho alguno en alguna manera; pero vos la dicha reyna, fija nuestra muy cara, acetando la dicha legitima e herençia e donaçion que de la dicha villa e fortaleza e

aldeas e lugares con todo lo sobredicho que vos damos e donamos e señalamos para que la ayades e tengades despues que nos fallescieremos desta presente vida, pera vos e pera todos vuestros herederos e successores que por el tiempo fueren, segund de suso es dicho, con la dicha postura e condicion de suso en esta carta contenjdo, sin dymjnucion alguna.

Nos, por esta dicha nuestra carta, mandamos al conçejo, alcaldes, justicia, regidores, sesmeros e omnes buenos de la dicha nuestra villa que al dicho tiempo fueren, de agora pera entonce que, del dia e despues que nos fallescieremos naturalmente desta presente vida, que vos resciban e ayan por su señora e vos resciban al señorío e possession de la dicha nuestra villa e su fortaleza e lugares e aldeas con todo lo suso dicho o a quien vuestro poder pera ello oujere e que vos obedescan por señora, segund a nos oy tienen, e obedescan e cumplan vuestras cartas e mandamientos e vos fagan las otras subjeçiones e fidelidades que buenos e leales vasallos deuen fazer a su señor, so pena de caer en mal caso. E esto que lo fagan para despues de nuestros dias, nos fallescida desta presente vida naturalmente, commo dicho es, e assy estante, compliendose por vos todo lo sobredicho, segund que en esta carta suso es contenjdo e cada parte dello.

De aquí e por esta carta reuocamos e anulamos e jrritamos e cassamos e damos por reuocadas e nulas e cassas e jrritas e de njngund efeito e mjsterjo qualquier e qualesquier merced e mercedes, donaçiones e donaçion, bençion e bençiones e otras qualesquier alienaçiones e contractos de qualquier natura e condiçion sean, que de la dicha villa de Sant Felizes de los Gallegos e su fortaleza e lugares e aldeas e termjnos e territorio e distrito e juridiccion e justicia ceujl e cremjnal e vassalos e pechos e derechos o de cada vna parte o cosa dello ayamos fecho fasta aqui, a qualquier e qualesquier perssona e perssonas de qualquier estado, grado, prorrogatia, preemjnencia, dignjdat e condiçion sean, avnque a nos detangan e sean anexos por qualquier grado o ljnea de consanguinjdat e parentesco ascendiente o descendiente e avnque sean fechas e otorgadas las tales alienaçiones e contractos con causa o sin causa e avn con razones legitimas, aprouadas en derecho e avn que contengan clausulas derogatorias con qualesquier vjnculos e firmezas que sean; ca nos lo reuocamos todo e queremos que non vala nin aya efecto njn vigor, en perjuyzio desta dicha nuestra carta e de lo en ella contenjdo; porquanto esta es nuestra voluntad deliberada e final entencion, por nuestro descargo e por que ayades la dicha villa con su fortaleza con todo lo suso dicho pera despues de nuestros dias, pera vos e pera vuestros herederos e successores, en la manera que dicha es, en parte de nuestra herencia que de nuestros bienes auedes de auer e heredar, segund suso dicho es.

E, por esta dicha nuestra carta, rogamos a nuestro muy caro e muy amado fijo señor elrrey don Iohan de Castilla que, si nescessar'jo fuere, le plega de vos confirmar esta dicha donaçion e mas verdaderamente satisf-

façon de vuestra legitima e parte de vuestra herençia pera despues de nuestros dias, nos fallescida naturalmente desta presente vida, commo suso dicho es. E assy mesmo encargamos e jungimos a vuestros hermanos nuestros muy caros e amados fijos e a cada vno dellos es a saber: el rey don Alfonso de Aragon, elrrey don Iohan de Nauarra e a la reyna doña Marja de Castilla e a los jnfantes don Emrique e don Pedro que, por sy njn por otros, de fecho njn de derecho, en juyzio [njn fuera del, que vos non vayan njn passen contra lo contenido en esta dicha nuestra carta njn contra parte delo por vos lo anular o estrouar e menguar, en todo o en parte o cosa alguna dello, ante que sienpre lo loen e aprouen, lo qual les ruego e jnjugó que tengan, guarden e cumplan realmente e con efecto, por que nuestra bendiçion ayan.

E, por mayor firmeza e vigor desta dicha donacion, prometemos, por nuestra fe real, que ternemos e compliremos e goardaremos bien, leal e verdaderamente todo lo en esta dicha nuestra carta contenjdo e cada cosa dello. E no haremos ni vernemos contra ella nin contra parte dello, por nos nin otro por nos, en alguna manera e dado que sea, de fecho njn de derecho, en juizio njn fuera del. E sobretodo lo que dicho es e pera mayor validacion dello e por que sea firme, renunciarnos e partimos de nos e de nuestra ayuda e favor todas e qualesquier leys, canones e decretos e proclamas, pramaticas sanciones e extravagantes que, en general o en espeçial, fablan todos e qualesquier estatutos, fueros e costumbres, estillos, preujllejos e las clausulas dellos, de papa o de emperador o de rey o de rreyna o de otra qualquier persona] (2) que en nuestro fauor sean, pera poder reuocar lo sobredicho e cada cosa dello, todas e qualesquier acciones vtiles e directas, personalles, reales, mjstas, *in rem* escritas todas e qualesquier exepeçiones perentorias e dilatorias e decljnatorias e otras qualesquier exepeçiones e defensasiones de qualquier natura e condiçion que sean, avnque nos competan o podiesen competar por derecho natural.

Jtem renunciarnos el remedio de las appellaciones e agrauios e nullidades.

Jtem, el beneficio de restitucion *in integrum*, avnque nos competa e competar pueda, por preujllejo o prerrogatiua special, o por clausula general.

Jtem, renunciarnos la accion e exepeçion del mal engaño, perterito presente e futuro, avnque de causa deste contrato e jncida en el.

Jtem, renunciarnos todas ferias repentinas o reuerenciales, todas dilaciones e oposiciones e jmploraciones e el traslado desta carta todo e qualquier derecho comun e munjcipal todo e qualquier auxillo ordjnarjo e

---

(2) O passo entre colchetes foi reconstituído através da cópia do Livro da Reforma das Gavetas, por mau estado do original.

extraordinario incluso en el cuerpo del derecho e non incluso e en espeçial renunciamos e partimos de nos la ley del *senatus consulto* Velliano e del emperador Justinjano, que fabla en fauor de las mugeres, seyendo çertificado della e de su fauor e ayuda, la qual avemos aqui por expressada.

Item, renunciamos la ley que dize que njnguno non puede renunciar lo que non sabe competerle.

Item, la ley em que dize quel dolo futuro non puede ser renunciado.

Item, la ley que dize quel derecho natural o lo que compete a causa del non puede ser renunciado; e, en espeçial, renunciamos la ley que dize que general renunciacion non vala.

En testimonjo de lo qual vos mandamos dar esta nuestra carta, firmada de nuestro nonbre e sellada con nuestro sello e signada del escriuano ayuso escripto, antel qual la otorgamos en presençia de los testigos ayuso nonbrados, al qual mandamos e rogamos que la escreujese o fiziese escreujr e la signase con su signo.

Dada en los nuestros palaçios, que son cabe el monesterio de Santa Maria de las Dueñas, cerca de la villa de Medjna del Campo, a siete dias de abril, año del nascimjento del Nuestro Señor Ihesu Christo de mjll e quatrocientos e treynta e quatro años. Testigos que a esto fueron presentes, llamados e rogados pera esto que dicho es: Bartolomé Rodriguez e Pero Gonçalez, porteros de la dicha señora reyna, e Alfonso de Avilez, criado de la dicha señora reyna.

(as.) la tryste Reyna.

Yo Gracia Fernandez de Sant Martin, escriuano de nuestro señor elrey e su notario publico eu la su corte e en todos los sus rregnos, fuy presente a todo lo en esta carta contenjdo con los dichos testigos. E, por otorgamjento e mandado de la dicha señora reyna doña Leonor de Aragon, que en esta carta firmo este su nombre con su mano propia, en nuestra presençia e de los dichos testigos, la fize escreujr. E porende, fize aqui este mio ssig (*Sinal público*) no, en testimonio de verdat.

*Carta de el-rei D. Duarte, a aprovar os termos da concórdia estabelecida entre D. Pedro de Meneses, conde de Viana, almirante e governador de Ceuta, e D. Fernando de Castro, governador da casa*

*do infante D. Henrique, e D. Isabel de Castro, por motivo da herança da condessa D. Guiomar, avó deles, promovida a referida concórdia pelo infante, que devia 3.500 dobras ao dito conde.*

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 67, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 3; *Chancelaria de D. João III*, liv. 16, fl. 173; em leitura nova: *Místicos*, liv. 1, fl. 284 v., e *Estremadura*, liv. 12, fl. 90 v.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 478.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que perante nos era contenda e debate antre dom Pedro de Meneses, conde de Ujana e nosso almj-rante e capitam e gouernador da nossa cidade de Cepta e do nosso conselh-o, e dom Fernando de Clastro, do nosso conselho e gouernador da casa do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado jrmão, e dona Jsabel de Crasto, seus primos, sobre e per razam dos beens e herança que ficarom per morte da condessa dona Guiomar, sua auoo, sobre os quaees beens e herança fora fecta antre elles hũa trasauçom, segundo em ella mais compridamente he contheudo.

E dizendose perante nos, por parte do dicto conde, que certos dos dictos beens e heranças que assy ficarom per morte da dicta condessa, sua auoo, pertenciam a el em solido e se nom deujam de partir, e rrepicando o dicto dom Fernando, por ssy e por sua jrmãa, dizia que todollos beens e heranças eram comũs e se deujam partir, per bem da dicta trasauçom antre elles fecta, e outras muytas razões e allegações que de hũa e da outra parte perante nos puserom. E consirando nos como a boo rey perteece tirar as contendas e dasauenças da sua terra, specialmente antre as grandes e poderosas pesoas, e poer fim aas brigas e duujdas, segundo que de toda uontade senpre deseiamos, e encomendamos ao sobredito meu muyto amado e prezado jrmão que trautase antre elles auença e trasauçom e concordia, a qual em nossa presença foe apresentada em esta guisa que se segue, a saber.

Que o dicto conde aia pera todo senpre, pera ssy e pera seus herdeiros, Alcoentre, que he terra da coroa dos nossos regnos, com todas suas perteenças e jurdições e djreitos e senhorios e padroados, e mais todo o outro djreito e beens e padroados que o dicto dom Fernando auer ou teer pode em os beens de rraiz da dicta condessa sua auoo, de que ella em posse estaua a ora de sua morte, e outros quaaesquer que ella de djreito deuese e podese auer per qualquer guisa que seia. E trespassa no dicto conde toda auçom que elle nos dictos beens aia e lhe excede auçom e auções que nos dictos beens tem ou teer pode, afora os beens ajuso nomeados, a saber: que [a]o



dicto dom Fernando fique Sam Lourenço do Barro e Ançaa (1) com todas suas pertenças e jurdições e senhorio e padroado ou padroados que em elles ha, que esso medes som da dicta coroa dos nossos regnos, e mais heranças, herdades e estijs que foram da dicta condessa, que agora traz Joham Uasquez Maçam, morador na Golegãa, e rendem tres moyos de pam. E todo ho outro djreito de beens de raiz leixa ao dicto conde, como sobredicto he, e que o dicto conde entregue ao dicto dom Fernando tres mjl e quinhentas dobras ualledias, de boo ouro e justo peso. E ficam assy ao dicto dom Fernando, per bem da sua lidima da herança e da terça que ja o dicto dom Fernando tijna comprada aos testamenteyros da dicta condessa dona Guiomar quatro mjl e quinhentas dobras ualledias e Sam Lourenço e Ançaa e as herdades e stjns suso dictos e as tres mjl e quinhentas dobras. As quaaes tres mjl e quinhentas dobras ualledias o dicto dom Fernando rrecebeo do dicto conde dom Pedro per o jffante dom Anrrique, que as deuja ao dicto conde, e se deu o dicto dom Fernando dellas por bem pagado e deu o dicto conde por qujte e liure dellas.

E por esto que dicto he os sobredictos conde e dom Fernando se derom por qujtes e contentes e entregues e satisffectos da dicta herança, quanto pertence a elles, conde e dom Fernando, por ssy e por seus filhos, assy do dicto conde como do dicto dom Fernando, como lidimos tetores e amjnstradores que som de seus filhos. E outrossy se derom, por ssy e por seus filhos, por qujtes e liures de todo aquello que, per razam da dicta herança e terça, que cada hũu poderia demandar ao outro. E que ao dicto conde fique encargo de dar aos outros jrmãaos do dicto dom Fernando seus qujnhões, assy como os deuem de djreito dauer. E, per esta meesma, a dicta dona Jsabel se ha por contente em sua partiçom dos beens que ella ha em Casauel e na dos Uaqueiros, termo de Santarem, que foram da condessa sua auoo, que ella agora posue. E lhe praz que todos os outros beens fiquem ao dicto conde, segundo a forma suso scprita na uerba de dom Fernando. E lhes prougue que a primeira transauçom suso nomeada ficase limite dantre elles, per esta que agora fazem.

---

(1) No manuscrito, por duas vezes, *aveera*, lido por PEDRO DE AZEVEDO, *lug. cit.*; sempre *aveera*, do verbo *haver*. Trata-se, porém, do topónimo *Ançaa*, que é o que se lê nas demais cópias supracitadas, erradamente transcrito na chancelaria eduardina. E, de facto, não só o exige o contexto, como também se prova historicamente ter sido assim. O avô de D. Pedro de Meneses e marido da condessa D. Guiomar Lopes, D. João Afonso Telo, conde de Ourém e de Barcelos, houvera de el-rei D. Fernando, entre vários outros bens, para si e herdeiros, em 12 de Junho de 1368, o padroado de S. Lourenço do Bairro e, em 13 de Dezembro de 1371, a vila de Ançã (Cfr. B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, pp. 117-18 e as fontes ali citadas). Sobre D. Pedro de Meneses veja-se a nota 2 ao documento seguinte.

A qual pormeterom de teer e comprir e manteer e nunca contra ella vijnr, em parte nem em todo, s[o]b pena de dez mjl dobras ualedias de boo ouro e justo peso. E a pena pagada ou nom, sempre ficar firme o que dicto he e seer denegada auçom e juizo ao que o contrayro desto quiser fazer e dizer, pagando por esso a pena suso dicta, outorgando esto por ssy e por todos seus herdeyros, sob a dicta pena. E quiserom mais que, per esta transaçom, nom seia facto algũu perjuizo ao dicto conde, per razam dalgũu erro, se o teuer, contra os outros jrmãaos do dicto dom Fernando e contra algũus outros que na dicta herança da dicta condessa tenham algũu djreito ao dicto conde poder dizer e allegar todo seu djreito e se algũus beens a elle pertencem em solido a se nom deuerem partir. E o dicto conde assy o protestou, pedindonos por mercee que desemos a ello nossa autoridade.

E nos, veendo e consirando todo com diligencia, assy o mandamos per sentença e outorgamos e queremos que ualha pera todo sempre, assy antre estas partes como antre seus herdeiros, sem embargo de quaaesquer djreitos ou costumes que em contrayro possam seer allegados, os quaaes, quanto a esto, reuogamos e queremos que nom ualham, nom prejudicando as terras suso dictas da coroa dos meus regnos nem outras, por darmos lugar de se fazer esta partiçom per aueença suso scrita, porque nossa tençom he que, esto nom embargando, se guardem as hordenações na herança delles e todallas outras cousas como nas leis dos nossos regnos e nas outras onde elles nom declaram se guardem e per djreito guardar deuem.

E, em testemunho desto, lhe mandamos dar senhas cartas, assignadas per nos e ascelladas do nosso seello do chumbo, e mais outra, que mandamos poer na torre das scripturas que estam no nosso castello da cidade de Lixboa. Esta he pera o dicto dom Fernando e sua jrmãa.

Dante em Santarem, viij dias dabrill. Elrrey o mandou. Afomso Cotrim a fez. Era de mil iiij<sup>ta</sup> xxxiiij annos.

## 3

8 ABRIL 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a mandar observar e registar na sua chancelaria aclarações de D. João I à Lei Mental, prestadas a propósito da sua execução em pleito decorrente entre D. Fernando de Castro e D. Joana, sobrinha daquele, sobre a terra do Cadaval, e ainda a respeito da herança da condessa D. Guiomar por D. Pedro*

*de Meneses, bem como a legislar sobre a sucessão nos padroados régios de igrejas e nos foros, rendimentos, direitos e prazos outorgados pelos monarcas.*

ANTT, *Leis*, maço 1, n.º 158, — texto que se reproduz, inserto em carta original eduardina de 12 de Setembro do mesmo ano; *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 36 v., *Chancelaria de D. João III*, liv. 38, fl. 99 v.; e, em leitura nova, *Místicos*, liv. 1, fl. 16, e liv. 3, fl. 201.

Publicada por D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 3, provas do liv. 6, n.º 14, extraída de confirmação do século XVI, então conservada no Arquivo da Casa de Bragança, onde também existia o original eduardino. Referenciada por JOAO PEDRO RIBEIRO, *Additamentos e retoques*, p. 110.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esto uirem fazemos saber que, consijrando nos em como elrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, auia fecta hũa ley, em sua uoontade, sobre as terras da coroa do rregno, a quall ataagora nunca fora pobricada nem scprita e, por esta rrazom, sse rrecregiã sobre ella mujtas duujdas e contendas em nossa corte, as quaaes querendo nos tolher, porque fomos enfformado que, em hũu ffecto que ffoy trautado antre dom Fernando de Crasto e dona Johana, sua sobrinha, sobre a terra do Cadauall, era scprito hũu depoymento do dicto ssenhor rrey e çertos artigos que, por parte do dicto dom Fernando, em o dicto fecto foram dados, per o quall se mostra seer declarada sua uoontade açerca da dicta ley, mandamos perante nos vijnr o dicto fecto e depoymento com os dictos artigos, os quaaes som estes que sse sseguem (1).

Item, preguntado elrey pollo bij.º artigo, que lhe ffoy em todo leudo e declarado per o meudo, que tall he. Entende a prouar que nosso ssenhor elrey, depois que rregnou, stabeleceu e hordenou e mandou que as terras todas da coroa do rregno que ell ou seu jrmãao elrey dom Fernando ou os rreis dante elle derom e doarom a quaaesquer pessoas que ffossem, e esto per doaçom antre viuos, pera elles e seus descendentes ou pera seus herdeiros e soçessores, ffossem auudas por terras feudaues e ouuessem natura de ffeudo, em este modo que sse ssegue.

(1) A pendência era com a condessa D. Joana de Castro, filha e herdeira de D. João de Castro, senhor do Cadaval e Peral, casada em 1429 com o 3.º conde de Arraiolos, D. Fernando, depois duquesa de Bragança, marquesa de Vila Viçosa e senhora do Cadaval (Cfr. B. FREIRE, *Brasões*, liv. 3, pp. 257, 280 e 286).

A este artigo rrespondeu o dicto ssenhor que ell nom ffezera nêhûa ordenamento, nem teuera uoontade de ffazer, que as dictas terras fossem feudaas nem auerem natura de feudo. E do artigo all nom disse.

Jtem, preguntado pollo biij.º artigo, que lhe foy todo leudo, que tall he. Entende a prouar que stabellegeu, ordenou e mandou e declarou que nehûa das dictas terras da coroa do rregno que ffosem dadas, assy per ell como per os outros rreis, nom fossem partidas antre os herdeiros, ante andassem sempre em hûa pessoa; a quall pessoa que as herdasse e soccedesse ouuesse de serujr o dicto ssenhor rrey e os rreis que depos ell viessem com certas lanças, segundo o uallor das rrendas das dictas terras, ou lhe ffosse o uallor da rrenda das dictas terras descontado em suas contias, per as quaaes som obrigados de serujr como serue uasallo a sseu senhor, etc.

A este artigo disse elrrey que ell nunca sobre esto fezera nêhûa ordenaçom nem era sobre esto fecta, mais que sua voontade ataa ora fora de sse taaes terras e outras assemelhantes nom partirem por hereeos, ante fora sua voontade e he de as auer o ffilho mayor barom daquell que assy finir e as dictas terras teuer. E esto nom he por seruir com certas lanças, mais por seruir com seu corpo. E do dicto artigo al nom disse.

Jtem, preguntado o dicto ssenhor por o ix.º artigo, que lhe ffoy todo leudo, que tall he. Entende a prouar que stabellegeu mais e mandou e ordenou e declarou todallas terras da dicta coroa do rregno que per ell, dicto ssenhor rrey, ou per os rreis que dante ell foram dadas a quaesquer pessoas pera sempre e pera seus herdeiros e soçessores, assy como foram dadas as sobredictas terras, que em ellas herdasse e sobcedesse o ffilho barom lijdimo do quall a que assy fforom dadas, emquanto hi ouuer ffilho barom lijdimo do sobredicto a que assy foram dadas, e em ellas nom herdasse ffemea nêhûa, asçendente nem descendente nem transuerssall.

A esto rrespondeu o dicto ssenhor e disse que hi nom auja nêhûa ordenaçom fecta sobre esto, mas que sua voontade fora e he de, quando taaes terras fficassem per morte dalgûu fidalgo que as teuesse, de as auer sseu ffilho mayor barom, sse o hi ouuesse; e, quando hi nom ha ffilho barom e hi ha ffilha, que aas uezes as herdaua a ffilha, nom per ordenaçom nêhûa que hi aja sobre esto fecta, saluo per doaçom ou merçee que lhe ell dellas queyra ffazer e segundo os contractos e ordenações que ell fazia aaquelles a que as daua, assy como aa ffilha do doutor Joham das Regras, que herdou outras terras semelhantes, per morte do dicto sseu padre, per bem de doaçom e merçee que lhe elle dellas fezera em speçial, e assy aa filha de Fernam Martijnz. E do dicto artigo al nom disse.

E mandamos outrossy perante nos vijnr hũa carta, firmada per o dicto sseñhor rrey e seelada de seu uerdadeiro seello de çera pendente, da quall o theor tall he.

[*Carta de el-rei D. João I de 6 de Maio de 1403*]

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Algarua. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos auemos ordenado que quaaesquer doações que, per nos ou per nossos antecessores sejam fectas a quaaesquer pessoas dalgũas terras ou dalgũus outros herdamentos que sejam da coroa do rregno que, aa morte daquelles que esto assy teem, fique[m] ao ffilho mayor primogenito e herdeiro, pera per ellas serujrem. E ora nos disse dom Pedro, neto da condessa dona Guy[o]mar, que sse entendia dajudar desto e que nos pedia por merçee que lhe mandassemos dello dar nossa carta testemunhauell (2).

E nos, veendo o que nos assy pedia e, porquanto nos esto assy teemos em hordenança; teemos por bem e mandamosilha dar.

Dante em a nossa villa de Sanctarem, bj dias de mayo. Elrrey o mandou. Vaasco Annes a ffez. Era de mjl iii<sup>o</sup> R<sup>ta</sup> e hũu anos.

E, porque nossa tençom he, com a graça de Deus e emquanto bem podermos, sempre quitar todallas duujdas que antre as partes ao diante, per qualquer guisa que possa avijnr, e dar certa forma e maneira, per que justamente possam sseer tragidas a çerto juizo e treminaçom; mandamos poer o dicto depoymento e trellado da dicta carta no liuro da nossa chancelaria, por tall que, quando semelhantes duujdas acontecerem, posam per nos e per as dictas declarações çertamente seer determñadas.

E, consiijrando nos outrossy como os rreis que ante nos foram fezerom doações dalgũus padroados a algũas jgreias que eram da coroa dos nossos rregnos a algũus fidalgos e a outras pessoas, per sseus mereçimentos, pera elles e pera todos seus herdeiros e soçessores; e, porque pode-ria acontecer duujda sse os dictos padroados deueriam seer partidos antre

---

(2) Alusão a D. Pedro de Meneses, filho do 1.<sup>o</sup> conde de Viana do Alentejo. D. João Afonso Telo, e neto do homónimo 1.<sup>o</sup> conde de Ourém, e de D. Gulomar de Vilalobos, também dita D. Gulomar Lopes e D. Gulomar de Ferreira ou, mais vulgarmente, apenas condessa D. Gulomar (Cfr. *Obra e liv. retrocita.*, pp. 244-47 e 257-60). Por carta de 1 de Dezembro de 1371 el-rei D. Fernando doara a villa do Cadaual a D. João Afonso Telo, 4.<sup>o</sup> conde de Barcelos e seu alferes-mor, o qual faleceu em 1381, sendo 1.<sup>o</sup> conde de Ourém, e era casado com a referida D. Gulomar que, no ano seguinte, recebeu do monarca as jugadas da referida villa (ANTT., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 89, e liv. 2, fl. 93 v.).

os dictos herdeiros; declarando acerca dello nossa tençom, detreminamos e poemos por ley que, posto que, per fallecimento de taes fidalgos ou quaaesquer outras pessoas, de qualquer stado e condiçom que seiam, a que algũs padroados de igreias foram dados per os rreis que dante nos fforom ou forem per nos, ao deante, de jure e de herdade, fiquem mujtos herdeiros, os dictos padroados uenham soamente ao filho barom lijdimo e assy dhi adiante, per linha direita descendente, per a guisa que suso dicto he, na herança das terras da coroa do rregno.

E esta meesma hordenança queremos e mandamos que sse tenha em quaaesquer foros e rrendas e direitos rreaaes de que per os rreis que foram ante nos foy fecta merçee e doaçom ou for per nos ao adiante a algũa pessoa, de qualquer stado etc., de jure e de herdade, pera ssy e pera seus herdeiros e sobçesores, em tall guisa que taes foros e rrendas e direitos rreaaes andem sempre todos juntamente no ffilho mayor barom lijdimo, sem seerem partidos antre os herdeiros nem poderem seer em alheados pollos donatarios em outras nêhũas pessoas, em suas uidas, como dicto he, nas terras e padroados da coroa dos dictos rregnos, nom embar-gante que nas dictas doações seia contheudo que os donatarios possam dar e scambar e em alhear as cousas que lhe fforom dadas e doadas, assy como suas cousas proprias; porque nossa tençom e voontade he que, sem embargo de taes clausulas, as dictas doações uenham sempre ao filho mayor barom lijdimo, como dicto he, assaluo quando, per nossa graça speçiall, ffor outra cousa em contrayro hordenada.

E, quanto he aas cousas e beens aforadas ou emprazadas, mandamos que sse garde a forma dos contractos sobre taes beens e cousas fectos, em tall guisa que as dictas cousas e beens aforados ou emprazados andem nas pessoas nos dictos contractos contheudas, segundo for achado per direito que deuem de andar.

E porem mandamos e stabeleçemos por ley que todallas contentas e debates que ao adiante sse rrecreçerem em semelhantes casos sejam finjdas e determjinadas per as dictas deçarações, fectas per o dicto ssenhor rrey meu padre e per nos, as quaees auemos por ley; e, assy como ley, mandamos que sse guarde e compra daqui em adiante, como dicto he. Ca bem certos somos que, sobre estas cousas suso scritas, a tençom do dicto rrey meu ssenhor, cuja alma Deus aja, era tall como per nos he deçarada, e porquanto com ell, dicto ssenhor, sobre estes casos mujtas uezes fallamos e praticamos. E onde diz, em seu depoymento, ffilho barom, sempre sse entende lijdimo, que tall era sua tençom. E nos assy mandamos que sse garde.

Fecta em Sanctarem, oyto dias do mes dabrill. Elrrey o mandou. AluarEanes a ffez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiiij<sup>o</sup> trinta e quatro.

## 4

8 ABRIL 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a promulgar, nas cortes de Santarém, a Lei Mental ou sejam as normas legais de sucessão nas terras e bens da coroa do reino (1).*

Não conservada na chancelaria eduardina, contra o que no documento se declara explicitamente, não foi inserta nas *Ordenações Afonsinas*, mas apenas nas *Ordenações Manuelinas*, liv. 2, título 17, de cuja edição de 1514 a transcrevemos, e nas *Ordenações Filipinas*, liv. 2, título 35. Para comodidade de citação antepõe-se número a cada uma das disposições. Sobre o assunto cfr. também o nosso DOC. 24.

Nos, dom Duarte, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Çepta, esguardando que a santa ley e vontade de Nosso Senhor Deus nos assy bem e perfeitamente a nom poderíamos guardar e cumprir

---

(1) El-rei D. João I, para recompensar os fidalgos que o tinham auxiliado em sua ascensão ao trono e nas lutas com Castela, distribuiu-lhes grande parte das terras e bens da coroa do reino. E pelo menos D. Nuno Alvares Pereira, decerto o mais contemplado pela liberalidade régia, em razão de seus preponderantes serviços ao país, começou a allená-las, partilhando-as com seus servidores (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 151). Os invejosos e os inimigos do condestável, entre os quais o prior do Hospital e o Dr. João das Regras, comentavam «que bem podia aquilo fazer e muito mais se quisesse, pois tinha ametade do rreigno, em terras e remdas e outras dadivas que delrrei avia recebidas»; e sugeriam ao monarca lhe tirasse algumas, tanto mais que havia já três filhos, outro no ventre da rainha e outros se sucederiam, e não tinha que partir com eles (*Ibid.*, cap. 152).

Enveredou então D. João I por solução geral e menos dolorosa para os donatários: comprar-lhes algumas das terras anteriormente doadas. De sorte que, ainda em 1392 ou já em 1393, reuniu, nos seus paços da Serra de El Rel, então do concelho de Atouguia da Baleia, o condestável e muitos fidalgos, a quem expôs o assunto. Protestou D. Nuno, o principal visado, até por seus inimigos; e, vendo ambiente desfavorável, magoado, retirou para Estremoz, a pensar ausentar-se do país. Manteve, contudo, el-rei o seu programa e comprou a vários fidalgos terras que lhes havia distribuído: a Martim Vasques da Cunha, a João Fernandes Pacheco e a seu irmão Lopo Fernandes, a Egas Coelho, a João Gomes da Silva, etc. (*Ibid.*, caps. 152 e 153).

Porém, numa altura em que apenas se achava firmada trégua por 15 anos e não paz com Castela — em 15 de Maio de 1393 —, não convinha a el-rei D. João I ter indisposto o seu grande cabo de guerra, o condestável D. Nuno, de cujos bons serviços podia vir a necessitar. E assim mandou-lhe diversos emissários a Estremoz, a diligenciar congraçá-lo consigo. Finalmente, acordou-se em «que elrei tomase pera

como deuemos se della nom teuessemos ho çerto e verdadeiro conheçimento que temos nos seus sanctos preceptos e mandamentos, assy nos que, por sua infinda bondade e merçee, somos per elle posto no estado real destes regnos pera, em seu nome e com sua graça, temporalmente os regermos, nom ho poderíamos bem e diretamente fazer sem darmos a nossos subditos certas leys e claras determinações per que ajam de seer regidos.

---

sy todollos vasallos que o comde e outros fidalgus tinham e que outrem nam tivesse vasallos senam elle; e que o comde tomase pera sy as terras que ja disemos que dera, o que elle fez comtra sua vontade, mas nam pode all fazer. E, como as terras foram tiradas, elrey pos a todos suas comtias. E asy ficou o comdeestabre asesegurado naquelas que tinha de juro e de erdade; mas as que eram de prestimo lhe foi fforçado deixar» (*Ibi*, cap. 153).

Estes factos devem ter levado el-rei D. João I a pensar a sério nas providências a tomar, de futuro, quanto à successão e alheamento de terras, padroados e rendimentos da coroa do reino, doados pelo próprio e por seus antecessores e sucessores, em recompensa de serviços e por outros motivos legítimos. «Nenhuma dúvida pode restar, de que na corte de D. João I se reconhecia — tendência de resto geral em toda a Europa — o principio da inalienabilidade dos bens da coroa, e não repugna portanto aceitar que, sob a influência da politica que este principio jurídico reflectia, se tornassem sempre mais frequentes as doações com cláusulas restritivas, em condições de assegurar eficazmente os interesses do fisco. Não devia, porém, ficar por aqui a evolução das doações régias. Graças a uma curiosa transformação jurídica, estas iam em breve adquirir, *independentemente de qualquer cláusula*, um carácter especial, uma indole precária e resolúvel — precisamente a essência da Lei Mental» (PAULO MEREIA, *Génese da «Lei Mental»* (Algumas notas), nos seus *Novos Estudos de História do Direito*, p. 66).

O autor aduz como documento mais antigo que encontrou sobre o particular na chancelaria joanina carta régia de 15 de Maio de 1393, a confirmar ao filho de Diogo Lopes Pacheco, por ser o «maior filho lldimo» do falecido, as doações feitas aquele; donde concluiu: «Suponho que foi precisamente neste ano que entrou de fazer-se applicação da «Lei Mental». Esta ficou perfeitamente esboçada pelo próprio D. João I em carta de 6 de Maio de 1403, em pleito de D. Pedro de Meneses, por causa dos bens da condessa de Ourém D. Guiomar de Vilalobos: «fazemos saber que nos auemos hordenado que quaaesquer doações que per nos ou per nossos antecessores selam fectas a quaaesquer pessoas dalgũas terras ou algũus outros herdamentos que selam da coroa do regno que, aa morte daquelles que esto asy teem; fique ao filho mayor primogenito e herdeiro; pera per elles serujrem» (Publicada na íntegra por aquele autor, a pp. 69-70, e por nós a p. 11 do presente volume).

El-rei D. Duarte desenvolveu, depois, a referida Lei, que vigorou no país até 13 de Agosto de 1832. Fê-lo segundo a mente e a prática de seu falecido pai, pelo que ela se denominou Lei Mental, e estendeu-a a todos seus sucessores no trono. Promulgada nas cortes de Santarém de 8 de Abril de 1434, não foi inserta nas Ordenações Afonsinas, mas apenas nas Manuelinas e nas Filipinas. A 30 de Junho de 1434, o monarca aclarava dúvidas surgidas sobre a mesma Lei (Cfr. o nosso DOC. 24). E dela dispensou D. Pedro de Meneses, em 17 de Abril, e toda a família do conde de Barcelos e futuro 1.<sup>o</sup> duque de Bragança, portanto seu irmão e sobrinhos, em 12 de Setembro seguinte (Cfr. os nossos DOCS. 10 e 34). Esta mesma lei se applicava aos bens que da coroa do reino tinha o infante D. Henrique.



E porem, querendo nos, per semelhante maneira, vsar com nossos vassallos e naturaes, por tirarmos antre nos e elles duuidas e debates que em nosso deseruico e seu desassessego podiam recreger; quisemoslhe nesta parte dar certa e declarada ley per que, aqerca do que dito he, verdadeiramente se ajam de reger. A qual, por seer fundada sob a regra e doctrina da geeral justiça, a que todo homem naturalmente deue seer sometido, tambem sojugamos nossa real pessoa.

Pello qual, veendo nos como ho muyto virtuoso e de grandes virtudes elrey dom Joham, meu senhor e padre, da louuada memoria, que Deus aja, fez em sua vontade hũa ley sobre as terras e cousas da coroa do regno, a qual, posto que, em seu tempo, nunca fosse escripta, porem elle, por ho assy sentir por seruico de Deus e seu e bem de seus regnos e vassallos, quando de feito os casos della aconteçiam, sempre em seus dias assi a mandaua guardar e praticar, por seer enformado, per leterados do seu conselho, que ao rrey da terra, per derecho comũu, he dado especial priuilegio que quaesquer clausulas e condições que, por seruico de Deus e bem de seus regnos sentir, elle, em todo ho tempo que lhe aprouuer, as possa poer aas doações e contractos per ele e seus antecessores feitos.

E depois que, pella graça de Deus, regnamos, fomos per nossos naturaes requerido e per algũs do nosso conselho bem aconselhado que, pera tirarmos as ditas duuidas e contendas que aqerca da dita ley, por nom seer escripta, muytas vezes recreçiam, ha mandassemos, como mandamos, declaradamente escreuer e poer em a nossa chancellaria, por tal que ho nosso pouco fosse sempre della em verdadeiro conhecimento. E despois de assy ser escripta, posta e declarada, nos occorrerom aqerca della algũs duuidas e outras per leterados nos foram mouidas, as quaes pella dita ley se nom podiam tam perfeitamente determinar como os casos dellas requeriam. As quaes vistas per nos, com acordo dos do nosso conselho e leterados, as determinamos, conformandonos com ho direito e razam e com a vontade e tençam do dito senhor rey, meu padre, e ao que a elle ouuimos e vimos praticar e em seus tempos vsar; as quaes, na fim desta ley, por ser declaraçam sua, mandamos assentar (2).

---

(2) Por datadas de 30 de Junho seguinte, deslocámo-las para a sua ordem cronológica. Ocorre formular uma pergunta: por que não foi a Lei Mental inserta nas Ordenações Afonsinas? Vamos tentar uma explicação. Concluídas as primeiras a 28 de Julho de 1446, como se declara em seu liv. 5, tit. 119, § 31, a sua promulgação competia ao regente D. Pedro, a quem é geralmente attribuída e localizada naquele ano. Porém, a mandar inserir nelas a dita Lei, cumpria ao infante incluir também nas Ordenações a supracitada excepção, outorgada por el-rei D. Duarte ao conde de Barcelos, duque de Bragança desde 1442, e a seus filhos os condes de Ourém e de Arraiolos. Ora as relações entre o infante D. Pedro e o duque de Bragança não eram

1. — Primeiramente, determinamos e poemos por ley geeral, em todos nossos regnos e senhorios, e mandamos que todas as terras, beens e herdamientos da coroa de nossos regnos que, per nos ou per os rreys que ante nos foram dadas e doadas a quaesquer pessoas de qualquer estado que sejam, pera elles e todos seus descendentes ou seus herdeiros e soçessores, fiquem sempre inteiramente, per morte do possuidor dos taes beens e terras, ao seu filho legitimo baram mayor que delle ficar.

2. — Outrosy, determinamos que as ditas terras da coroa do regno nom sejam antre os herdeiros partidas nem em algũa maneira emilheadas, mas andem sempre inteiramente em ho filho mayor baram legitimo daquelle que se finar e as ditas terras teuer. E esto nom sera por seer obrigado seruir com certas lanças, como por feudo; porque queremos que nom sejam auidas por terras feudaaes nem ajam natura de feudo, mas sera obrigado seruir com seu corpo.

3. — E quando, per morte do posuidor das terras da coroa do regno ou de algũs beens e direitos da coroa, nom ficar tal filho baram nem neto baram legitimo, filho de filho baram lidimo, a que deum ficar, e ficar algũa filha, queremos que esta tal filha, per ley e ordenaçam, as nom possa herdar, saluo per especial doaçam ou merçee que lhe queiramos dellas fazer e segundo os contrautos e doações que nos e os reys nossos antecessores fezemos ou fezermos aaquelles a que assy demos as ditas terras e como a algũas filhas de algũs de nossos regnos particular e especialmente se fez, segundo em suas doações se contem.

4. — Outrosy, determinamos e poemos por ley que os padroados das ygrejas que som da coroa de nossos regnos e foram dados a algũs fidalgos e a outras pessoas, per seus mereçimentos, pera elles e pera todos seus herdeiros e soçessores, nom possam seer partidos nem emilheados e venham somente ao filho mayor baram lidimo e assy dhy en diante, per linha direita descendente, assy como dito he nas heranças e terras, cousas da coroa do regno.

---

boas naquele ano de 1446. Nas cortes de Lisboa, de Janeiro, em que D. Afonso V ratificara o seu casamento com a filha do regente, matrimónio, como é sabido, mal visto pelo duque, este não só não compareceu, sem motivo plausível, mas enviou às cortes procurador e instruções, datadas de Chaves a 3 do dito mês, para que fosse o reino entregue ao monarca, que então completava 14 anos de idade, a quem protestou obedecer daí em diante: «E pormeto de me rreger e guouernar per mandados do dicto meu senhor rrej e lhe obedecer, como vassallo obediente he theudo a seu rrej natural» (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 5). O infante D. Pedro nem permitiu sequer fossem lidas em cortes a procuração e a instrução do duque de Bragança!

5. — E esta mesma ordenança queremos e mandamos que se tenha em quaesquer foros, rendas e direitos reaes de que pellos reys que foram ante nos foy feita merçee ou doaçam ou per nos for feita a algũa pessoa de qualquer estado, de juro e herdade, pera sy e pera seus herdeiros e soçesores, em tal guisa que taes foros e rendas e direitos reaes andem sempre todos juntamente no filho mayor baram lidimo sem serem partidos antre os herdeiros. Nem poderam seer emlheados pellos donatarios em outras nêhũas pessoas em suas vidas, como dito he, nas terras e padroados da coroa dos regnos, nom embargante que nas ditas doações seja contheudo que os donatarios possam dar, escambar e emlhear as cousas que lhe foram dadas e doadas, assy como suas proprias; porque nossa tençam e vontade he que, sem embargo de taes clausulas, as ditas doações venham sempre ao filho mayor baram lidimo, como dito he, saluo quando, per nossa especial graça, for outra cousa em contrairo ordenada, com expressa e especial derogaçam desta ley.

6. — E, quanto aas cousas e beens aforados ou emprazados, mandamos que se guarde a forma dos contractos sobre taes beens e cousas feitas, em tal guisa que as ditas cousas e beens aforados ou emprazados andem nas pessoas nos ditos contractos contheudas, segundo for achado per direito que deem de andar. E porem mandamos e estabelecemos e poemos por ley que todas as contendas e debates que ao diante se recregerem em semelhantes casos sejam findas e determinadas pellas ditas declarações que foram feitas per ho dito rrey meu senhor e padre e per nos, as quaes auemos por ley e, assy como ley, mandamos que se guardem e cumpram daqui em diante. E declarando mais que onde, nas sobredictas declarações, diz filho baram, sempre se entenda lidimo, porque esta foy sua nosa tençam. E nos assy mandamos que se guarde.

Dada em Santarem, a oyto dias do mes dabil. Elrey ho mandou. Aluaro Eanes a fez. Anno de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e xxxiiij.

## 5

10 ABRIL 1434

*Ordenação de el-rei D. Duarte, dirigida a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, seu almirante, capitão e governador da cidade de Ceuta, sobre os navios, fustas e homens que ali vão de armada e voltam ao reino sem ordem régia ou fogem para Castela, sobre presos*

*e homiziados que vão servir a Ceuta e acerca do processamento e punição de crimes ali perpetrados* (1).

ANTT., *Núcleo antigo*, cód. 12, fl. 150 v., — texto que se reproduz basicamente, por mais correcto, em geral; mas, como apresenta evidentes erros, demonstrados pelo cód. 14, fls. 104 v. e ss., reconstituiu-se o texto sobre os dois códices, cujas variantes não se anotam mas se encontram na infracitada colectânea de SILVA MARQUES.

Publicada: nas *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 5, título 84; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 278.

Este he o rregimento e hordenança que nos, elrrej, mandamos a uos, dom Pedro de Meneses, conde de Vjana, nosso almjrante, capitam e gouernador por nos em a nossa cidade de Çepta, que tenhaaes acerca das duujdas que nos, da uossa parte, forom moujdas, ao tempo da uossa partida pera a dicta cidade.

Item, primeiramente que algũas pessoas, assi caualleiros como escudeiros e meestres de naujos e marinheiros ttrazem, ssem uosso mandado, homeens de Çepta e assy naujos e ffustas que uãao darnada. E esto sse ffaz por lhes nom sseer aca dado escarmento, o que he grade dampno e muyto contrra nosso sserujo; ssobre a qual cousa ja ffallastes ao jfante dom Henrriqj, meu jrmãao. E elle uos disse que era bem que paguem, por cada hũa pessoa que de lla trrouxerem ssem uosso mandado, çinquo mjl rreaes brancos pera as obrras da dicta cidade e que a penna corporal fficasse aa nossa merçee.

A este capitulo rrespondemos e mandamos que qualquer que trrouxer da dicta cidade algũa de taaes pessoas ssem uosso mandado e autoridade,

---

(1) Há uma certa antinomia nos elementos cronológicos do presente texto, datado em ambos os códices de 10 de Abril de 1434. Já reparou nela SILVA MARQUES, que, por isso, o situou no ano de 1433, sem indicação de dia e de mês. Também JOÃO PEDRO RIBEIRO observara, com base apenas na expressão da confirmação afonsina referida a D. Duarte «sseendo jfante», que ele «se deve reduzir ao menos ao anno de 1433»; porém manteve-o o autor, na sua seriação cronológica, em 10 de Abril de 1434 (*Additamentos e retoques*, p. 111). De dois passos do contexto da Ordenação se infere ser ela posterior à morte de el-rei D. João I, ocorrida a 14 de Agosto de 1433, data que destroi, portanto, os dizeres da confirmação afonsina «sseendo jfante», a menos que, realmente, o primogénito, antes da morte do pai, houvesse dado a dita Ordenação a D. Pedro de Meneses, o que se harmoniza com os dizeres da mesma «ante do primeiro mes de junho que agora passou, da era de iijj: xxxij annos», e ele a houvesse repetido para o público nas cortes de Santarém de 1434, actualizados texto e data. Mantêmo-la, por isso, na data com que figura em ambos os infracitados códices.

por cada hũa dellas pague çinquo mjl rreaes brrancos; dos quaees os dous mjl ssejam pera quem os acusar e os trres mjl ssejam pera as obras da dicta çidade. E, sse mujtos fforem culpados na obrra de taaes homeens assy sserem ttrazidos, pague cada hũu delles a dicta penna e sseja preso e leuado aa dicta çidade, pera sse delle fazer comprimento de justiça e derreito. E o que assy fogir da dicta çidade sseja tornado preso a ella, por sserujr o tempo que era obrigado de sserujr e majs o tempo que nos entendermos que he bem. E mandamos aas justiças dos nossos rregnos que prendam quaeesquer dos ssobrrredictos que uos, per uosso rrecado çerto, mandardes prender, que uollos envjem bem presos aa dicta çidade, pera sse em elles cumprir o que dicto he.

Item, o ssegundo capitulo he que, sse algũs outros ffogem com barcas, de nojte e de dja, em algũas fustas, as quaees leixam desenparadas em Castella, e leuam beestas e almazeens que em ellas andam e bitalhas, da qual cousa sse ssegue a nos grande desseruiço e perda aa çidade.

A este arrtigo rrespondemos e mandamos que os que tal cousa fezerem ssejam presos e leuados aa dicta çidade e sseruam em ella pera ssenpre; e, aalem desto, ajam aquella penna corporal que uos entenderdes que em tal caso cabe. E, sse nom poderem sseer achados, percam a meetade de todollos beens que ouuerem, dos quaees a quarta parte aja quem os acusar e as trres partes ssejam pera as obrras da dicta çidade.

O terçeiro capitulo he que todos aquelles que agora comvosco querem hjr pera a dicta çidade ajam espaço de todos sseus fectos, mouudos e por mouer, e assy das diujdas que deuerem.

A este capitulo rrespondemos e mandamos que ajam espaço destada por hũu anno, sse tanto tempo alla esteuerem, assy dos fectos como das diujdas, e majs dous meses despojs de ssua vijnda, ssaluo sse cses fectos ou diujdas pertencerem a nos ou ja ssom ffijndos per ssentenças ou ouuerem esses fectos com algũas pessoas que vãao comuosco ou esteuerem em a dicta çidade de Çepta ou sse fforem ssobrrre cousa de fforça ou rroubos, guardas e comdesilhos e ssoldadas de mançebos.

Item, o quarto capitulo he que os omjziados que comuosco quizerem hjr e em uossos rroolles forem escriptos, ssejam sseguros emquanto em esta terra esteuerem comuosco e despojs da tornada de Çepta trres meses, quando per uossos aluaraaes sse tornarem.

A este capitulo rrespondemos que nos auemos acordado, per consseelho dos jffantes meus jrmãaos, que nehũu culpado em moeda ffallassa ou em allejue ou em treiçom ou em morte de proposito ou em leuamento de molher casada ou em pecado contrra natura ou ladrrom publico ou que seja encantador, nom possa sseer coutado em Çepta nem em outro nehũu couto dos

que pellos rreix que ante nos foram ssom hordenados. E porem uos mandamos que taas como estes nom leues comvosco aa dicta cidade; pero, sse o que for culpado em morte de proposito, ao tempo da partida pera a dicta cidade, ouuer ja ssete annos compridos que foy a dicta morte em que he culpado, tal como este podera hjr a Çepta e sseer coutado em ella e podera andar sseguramente comvosco ataa uossa partida, contanto que nom entre nos lugares dos mallefiços, ssaluo sse o dicto lugar do mallefiço for lugar honde uos embarquees.

Item, o qujnto capitulo he que os omziados que em a dicta cidade esteuerem bij annos contjnuados ssejam perdoados de morte de preposito. E, estando alla çinquo annos, ssejam perdoados de morte de rreixa; e dos outros mallefiços majs pequenos ssejam perdoados estando hñu anno ou dous ou trres, ssegundo os mallefiços foram.

A este capitulo rrespondemos e mandamos que as mortes que foram ante do fallçimento delrrej, meu ssenhor e padrre, cuja alma Deus aja, sse foram fectas em rreixa, ssejam perdoados, estando os culpados em ellas çinquo anos contjnuados em a dicta cidade. E, fazendonos çerto, per uossas cartas, de como alla esteuerom o dicto tempo, nos lhe mandaremos dar cartas de perdom, veendo primeiramente as jnquirções deuasas que ssobrrre as dictas mortes foram ou forem tiradas e çitando as partes a que as acusações perteeçem, ssegundo estillo da nossa corte; as quaees partes ssoomente rreçeberemos a embargar os dictos perdões sse quizerem prouar que as dictas mortes foram de proposito e nom em rreixa ou alejue ou treição, e nom doutrra guisa.

E as mortes que forem de proposito sserom perdoadas, sse foram ou forem fectas ante ssete annos que os culpados em ellas vão ou forem aa dicta cidade, os quaees, fazendonos çerto, per uossas cartas, como alla esteuerom outtros ssete annos contjnuadamente, nos lhes mandaremos dar nossas cartas de perdom, veendo primeiramente as inquiries deuasas e çitando as partes, como dicto he; as quaees ssoomente rreçeberemos a embargar os dictos perdões, prouando que as dictas mortes foram aalejue ou treição e nom doutrra guisa. E esto sse nom entenda aaquelles que aa dicta cidade foram estar ante do primeiro mes de junho que agora passou, da era de iijj<sup>e</sup> xxxiij annos; em o qual mes o dicto consseelho foy fecto; porque taas como estes poderam estar em Çepta e auer o dicto perdom, como dicto he, nom embargando que nom ssejam passados os ssete annos.

Nos outros mallefiços, porque sse nom pode dar çerta forma, mandamos que nollo façam ssaber, declarando os mallefiços de que natura ssom, ante que vão pera a dicta cidade ou despojs que em ella esteuerem ou della vjerem, pera lhe nos ljmjtarmos o tempo da estada, ssegundo a culpa em que forem. E, sse algñs dos dictos omziados sse strremarem em bem sserujr na dicta cidade, fazendo algñas cousas assijnadas, e nos

dello ffezerem certo per uossas cartas, nos lhe faremos fauorança dos dictos tempos, ssegundo entendermos e vjrmos que he bem e rrazom.

Jtem, o ssejxtó capitulo he que as mortes que foram ante do desffallj-cimento delrrej, meu ssenhor e padrrre, cuja alma Deus aja, ssejam ljmjtadas em maja pequeno tempo que o ssuso dicto; porque, pollo tempo sseer muito perlongado, rrecusam mujtos de lla hjr e estarem e vâaosse a Castella e a ourras partes.

A este capitulo rrespondemos que uos rrequejraaes esto pera o mes dagosto. E entom, com a graça de Deus, uos daremos a ello termjnaçom.

O setimo capitulo he que, sse algũ omjziado comuosco esteuer em a dicta çidade e vos comprir de o ca mandardes por nosso sserujço, sse o poderees mandar sseguro.

A este capitulo rrespondemos e mandamos que taaes como estes que uos assy mandardes e uosso rrecado certo trrouxerem, como veem per uosso mandado, mandamos que ajam dous meses despaço pera a estada dos nossos rregnos, contanto que nom entrrem nos lugares honde foram os mallefícios, ssaluo sse nos esteuermos no lugar honde foj fecto o mallefício e sseus mallefícios ssejam taaes, que possam estar sseguros em a dicta çidade.

Jtem, o oytauo capitulo he que nos mandamos entregar presos os que ssom julgados pera hirem sserujr aa dicta çidade e que uollos entreguem presos nos naujos que ssom prrestes pera la hjr.

A este capitulo rrespondemos que vejaaes a ley ssobrrre esto fecta; e, com a graça de Deus, nos a mandaremos dar aa ejxecuçom.

Jtem, o nono capitulo he que, sse algũs ssom presos por diujdas que nom podem pagar, que uollos dem por sserujçaaes, por tempo certo, e que darees o que for hordenado pera dar por elles.

A este capitulo rrespondemos que vejaaes a hordenaçom ssobrrresto fecta e guardesse a fforma della.

Jtem, o dècimo capitulo he que algũs homeens fazem em Çepta algũs mallefícios, assy como mortes dhomeens, furtos, feridas, adulterjos e ourrtos ssemelhantes, e despojs ffogem e sse veem pera ca. Que maneira sse terra com elles.

A este capitulo rrespondemos que, quando de taaes mallefícios fordes certamente enfformado, poderees mandar certo rrecado uosso aas justiaças dos nossos rregnos, per que taaes malfectores ssejam presos; aas quaaes mandamos que, veendo pera ello uosso rrecado certo, per que os ajam de prender, que façam uosso mandado e uollos envjem bem presos, de conce-

lho em conzelho, em tal guisa, que possam chegar presos aa dicta çidade, pera delles mandardes fazer conprimento de justiça. E, açerca do comprimento da justiça nos mallefiços que em essa çidade forem cometidos, mandamos que tenhaes esta maneira, a saber: nos mallefiços em que nom couberem mortes ou cortamento de nenbrros, uos os poderees mandar penar e justiça, ssegundo uos bem parecer que o deuem sseer os malfectores, per dirreito e rrazom, ssem dando hj apellaçom nem agrauo pera nos.

Jtem, nos casos honde couber morte ou cortamento de nembro, darees geralmente apellaçom e agrauo pera nos, ssaluo ssoomente em estes casos que sse sseguem, a saber: alejue, treiçom, ssodomja, furto, rroubo de naujo, que leuem ou quejram leuar deessa çidade, e sse algũ quebrantar ssegurança que per nos meesmo e em nossa pessoa sseja posta e dada ou ssaltar per çima dos muros e com proposito e teençom de fazer mal; ca, em taaes casos como estes e cada hũu delles, uos ljurmente poderees mandar penar e justiça os malfectores, ssegundo o caso for e a uos, per derreito, parecer, ssem outra apellaçom nem agrauo pera nos nem pera outrem que pera ello nosso lugar tenha. E, sse algũ quebrantar ou rronper ssegurança que per nosso juiz ou per nosso ouujdor sseja posta, posto que algũ tal ssegurança quebrre, uos nom o pennees nem façaes em elle justiça ssem dando apellaçom ou agrauo pera nos ou pera quem pera ello nosso lugar aja.

Fecta em Santarem, dez dias do mes dabrill. Elrrej o mandou. Gonçalo Uasquez a ffez. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iij<sup>o</sup> xxxiij annos.

## 6

[1434]

*Razões que moveram o infante D. Henrique a mandar buscar as terras de Guiné (1).*

GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 7, — segundo o códice n.º 42 dos *Manuscritos portugais da BNP.*, fl. 19 v.

Entom maginamos que sabemos algũa cousa quando conhecemos o a seu fazedor e a fim pera que elle fez tal obra. E, pois que nos capitollos ante destes teemos posto o ssenhor jffante por principal obrador destas

---

(1) Após alguns capitulos que fizeram outrora parte de uma *Crónica dos feitos do infante D. Henrique* (Cfr. DIAS DINIS, *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*,



cousas, dandouos delle aquelle claro conhecimento que podemos, bem he que em este presente capitullo saibamos a fim por que as fez. E uos deuees bem de notar que a magnanydade deste principe, per hũ natural coastrangimento, o chamaua sempre pera começar e acabar muy grandes feitos, por cuiã razom, depois da tomada de Cepta, sempre trouxe continuamente nauyos armados contra os jnfiees (2). E, porque elle tijinha vootade de saber a terra que hija aallem das jilhas de Canarya e de hũ Cabo que se chama do Boiador, porque, ataa aquelle tempo, nem per scriptura nem per memorya de nhũs homeens, nunca foe sabudo determinadamente a callidade da terra que hya aallem do dicto cabo (3).

pp. 319 a 352 e os autores ali citados), o cronista do infante D. Henrique entra agora propriamente na *Crónica dos feitos de Guiné*. E como ele conviveu com o Navegador, pôde saber deste e transmitir-nos os motivos que o impeliram ao descobrimento marítimo da costa ocidental africana, expostos no presente capítulo e, mais concretamente, na carta henriquina de 26 de Dezembro de 1437, de doação da vintena da Guiné à Ordem de Cristo (ANTT., *Livro dos Mestrados*, fl. 151, publicada em SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, pp. 544-45). Não deverão ser reduzidos, portanto, pelos historiadores destes nossos tempos a um único, o comercial. Vivemos numa época de intenso industrialismo e dominados, às vezes, pela endemia do economismo do judeu Carl Marx, a dar-nos, como único anseio e móbil da humana actividade de todas as épocas históricas, as preocupações económicas, o que não é verdade. (Cfr. NUNES DIAS, *O capitalismo monárquico português (1415-1549)*, vol. 1, pp. 75 e ss.; e DIAS DINIS, *Antecedentes da Expansão Ultramarina Portuguesa*).

(2) Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, doc. 113, vol. 3, docs. 51 e 98, e vol. 4, doc. 125. O cronista tem frase idêntica em seu capítulo 5. Sobre a guerra de corso pode ver-se também a citada colectânea documental, vol. 4, nota da p. 329.

(3) Aqui labora o cronista em equívoco. E é possível que fosse ele quem, através desta obra, o transmitiu a DUARTE PACHECO PEREIRA, a VALENTIM FERNANDES, a JOÃO DE BARROS e, pelos escritos destes, a outros autores até nossos dias. Levado por informe errôneo, pelo desconhecimento da geografia da costa africana da época ou até, porventura, por passos de cartas do regente D. Pedro de 22 de Outubro de 1443 e de 3 de Fevereiro de 1446 (Em SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, pp. 435 e 445), o autor, não sabemos se CERVEIRA se ZURARA, faz começar os descobrimentos henriquinos no Cabo Bojador, o que não é verdade, pois principiaram no Cabo Não, segundo o claríssimo informe do próprio D. Henrique, em carta sua de 26 de Dezembro de 1437. Sobre o assunto veja-se a nota 1 ao nosso DOC. 8. Observa TEIXEIRA DA MOTA que o nome de Cabo Bojador «já existia no século XIV, pelo menos, sendo provavelmente de origem catalã ou italiana. Indicamo-lo aqui (diz) porque a forma hoje generalizada — *Bojador* é o aportuguesamento do primitivo *buyeders*», e há «indícios de que outros antes, sobretudo o espanhol Jaime Ferrer, já teriam navegado para além dele» (*Topónimos de origem portuguesa*, pp. 62-63 e autores ali citados). Podem ver-se também: PEREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*, e RUMEU DE ARMAS, *España en el Africa Atlántica*.

Temos sérias dúvidas sobre a autenticidade da expedição de Gonçalo Velho de 1416 — ou mesmo de 1426, segundo agora se tem avertedo — referida por MARTINHO DE BOÊMIA como havendo atingido a «Terra Alta», no litoral africano

Bem he que algũs deziã, que passara per ally Sam Brandam (4); outros deziã, que foram la duas gallees e que nunca mais tornarom (5). Mas esto nom achamos per nhũu modo que podesse seer; porque nom he de presumyr que se as dictas gallees la foram, que outros algũs nauyos se nom antremeteram de saber a uyagem que fezerom. E porque o dicto senhor quis desto saber a uerdade, parecendolhe que se elle ou algũu outro senhor se nom trabalhasse de o saber, nehũus mareantes nem mercadores nunca se delle antremeteryam; porque claro sta que nunca nhũus daques-

(Cfr. o DOC. 118 do nosso vol. 2); pois DUARTE PACHECO (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 23) situa a *Terra Alta* claramente entre Angra dos Ruivos e o Rio do Ouro, ou seja para lá do Cabo Bojador, o que representa contradição flagrante com os demais textos primitivos, que dão aquele Cabo dobrado, pela vez primeira e após porfiadas tentativas, apenas em 1434 por Gil Eanes. Com base em passo da carta de D. João II de Castela, de 8 de Julho de 1449, a doar para sempre ao duque de Medina Sidónia, senhor de Sanlúcar de Barrameda, «la dicha mar é tierra desde el cabo de Aguer hasta la tierra alta é cabo de Bojador», DAMIAO PERES sugere que a supracitada viagem de Gonçalo Velho «teria constituído uma das 14 infrutíferas tentativas anteriores ao definitivo feito de Gil Eanes», havendo sido efectuada não à Terra Alta de além-Bojador, porém a «um outro local também assim chamado, mas ao norte daquele cabo» (*História dos Descobrimentos*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 95). Sucede, contudo, não haver prova de o dito passo da carta de D. João II assumir, na inscrição dos topónimos, ordem geográfica rigorosa, como aliás acontece por exemplo nas bulas citadas em a nota 1 do nosso Doc. 8, em que se antepõe sempre o Cabo Bojador ao de Não; em segundo lugar, lemos no *Esmeraldo*: — «a costa que uem do cabo Nam pera ho Bojador toda he muito baixa e harea ao longo do mar e quasy deserta» (liv. 1, cap. 22).

(4) Alusão ao récito lendário das viagens efectuadas pelo monge Irlandês Brandan, falecido em 578, o qual mais respeita às ilhas atlânticas do que à costa africana. «La légende, relatée dès 1047 par Raoul Glaber, éalt apparentée au conte de Sindbad le Marin mais reflétait cependant peut-être quelques connaissances des Anciens relatives aux Canaries, transmises par l'intermédiaire des Arabes: après une longue navigation vers le sud le Saint arrive aux îles des Délices (qui rappellent les légendes latines et arabes sur les îles Fortunées), des Moutons et des Oiseaux. L'île d'Enfer, située loin vers le nord, serait plutôt Jean Mayen au nord de l'Islande, que Ténériffe. Les premières étaient-elles les Canaries, le seul archipel alors peuplé, et Madère? La chose est possible mais l'ensemble du récit est cependant sans conteste une légende. Il en est resté des îles imaginaires qui vont peupler l'Océan sur les cartes du Moyen Age, contribuant peut-être ainsi à la découverte des archipels réels: Canaries, Madère, Açores» (MAUNY, *Les navigations médiévales*, p. 103). A cartografia fez-se eco da mesma lenda, como era natural. Sobre esta pode ver-se a bibliografia citada por aquele autor.

(5) Referência à expedição dos irmãos Ugolino e Vaindo Vivaldi, financiados em 1921 pelo rico genovês Tedisio de Oria e por outros e partidos no mês de Maio, em duas galés, carregadas de víveres e de mercadoria, com escala em Maiorca e em Ceuta, «a fim de navegarem para as Índias e terras indianas pelo oceano, para trocarem mercadorias», acompanhados de dois franciscanos. Dobrado o Cabo Não, nada mais se soube deles (Cfr. o *Autor e obra supracita.*, pp. 92-93 e os autores ali aduzidos).

tes se trabalham de nauegar senom pera donde conchecidamente speram proueito. E, ueendo outrossy como nhũu outro principe se trabalhaua desto, mandou elle contra aquellas partes seus nauyos, por auer de todo manifesta certidom, mouendosse a ello por seruiço de Deus e delrey dom Eduarte, seu ssenhor e jrmãao, que aaquelle tempo rregnaua. E esta ataaquy foe a primeira razom de seu mouimento.

E a ssegunda foe porque consijrou que, achandosse em aquellas terras algũa pouoraçom de christãaos ou algũs taaes portos em que, sem perigo, podessem nauegar, que se poderyam pera estes rregnos trazer muytas mercadaryas, que se aueryam de boom mercado, segundo razom; pois com elles nom traatauom outras persoas destas partes nem doutras nhũas, que sabidas fossem, e que esso meesmo leuaryam pera la das que em estes rregnos ouuesse, cuio trafego trazerya grande proueyto aos naturaes.

A terceyra razom foe porque se dezia que o poderyo dos mouros daquella terra dÁfrica era muyto mayor do que sse comũmente pensaua e que nom auya antre elles christãaos nem outra algũa geeraçom. E porque todo sedudo, per natural prudencia, he costrangido a querer saber o poder de seu jmiigo, trabalhouse o dicto senhor de o mandar saber, pera determinadamente conhecer ataa onde chegaua o poder daquelles jnfiees.

A quarta razom foe porque, de xxxj. annos que auya que guerreaua os mouros, nunca achou rrey christãao nem ssenhor de fora desta terra que, por amor de Nosso Senhor Jhesu Christo, o quysesse aa dicta guerra ajudar, querya saber se se acharyam em aquellas partes algũs principes christãaos, em que a caridade e amor de Christo fosse tam esforçada, que o quisessem ajudar contra aquelles jmiigos da ffe (6).

---

(6) Adicionando os 31 anos ao de 1415, data da conquista de Ceuta, obtém-se o de 1446, donde se segue que tal passo foi redigido naquele ano. Por Afonso Cerveira, como opinou DUARTE LEITE (*Acerca da «Crónica dos feitos de Guiné»*, p. 89) e, na sua pegada, recentemente, LEON BOURDON (*ZURARA, Chronique de Guinée*, p. 67, nota 3), ou por Zurara? Infelizmente, ignora-se o que, no códice de Paris, pertence a cada um dos ditos cronistas nem se vê facilidade em descortiná-lo; desconhece-se igualmente em que data começou Zurara a redigir a *Crónica dos feitos de Guiné*. Cumpre sublinhar ainda que actualizou o cronista alguns dos capitulos e passos da obra e outros não; pelo que se torna mui difficil formular deducções sobre a respectiva data de redacção. Sobre o assunto pode ver-se DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, pp. 441 e ss. Temerária nos parece, assim, esta conclusão de BOURDON: — «Les cinq raisons qui poussèrent le seigneur Infant à faire découvrir les terres de Guinée» ont donc été mises en lumière par Afonso Cerveira. Zurara s'est borné à ajouter, comme on va le voir, une «sixième raison» de son cru» (*Idem. cit.*). Parece-nos ilacção não provada. Poderá attribuir-se, porventura, a CERVEIRA o último parágrafo que transcrevemos deste capitulo *Ca eu*, etc.?

O capitulo 94 da Crónica em referência demonstra que supunha o Navegador encontrar rei cristão na costa africana, nomeadamente no Cabo Verde, o qual o poderia

A quinta rrazom foe o grande desejo que auya de acrescentar em a ssancta ffe de Nosso Senhor Jhesu Christo e trazer a ella todallas almas que se quisessem saluar, conhecendo que todo o mesteryo da encarnaçom, morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo foe obrado a esta fim, a saber por saluaçom das almas perdidas, as quaaes o dicto senhor querya, per seus trabalhos e despesas, trazer ao verdadeiro caminho, conhecendo que se nom podya ao Senhor fazer mayor oferta. Ca, se Deus prometeo cem beens por hũu, justo sta que creamos que por tantos beens, a saber por tantas almas quantas, por aazo deste senhor, som saluas, elle tenha, no rregno de Deus, tantos centanaryos de gallardões per que a ssua alma, depois desta vida, possa seer gloriificada no celestial rregno.

Ca eu, que esta estorya screuy, vi tantos homeens e molheres daquellas partes tornadas aa ssancta ffe que, ajnda que este principe fora gentyo, as orações daquestes eram abastantes pera o trazer a ssaluaçom. E nom tam soamente vy aquestes, mas vy seus filhos e netos tam verdadeiros christãaos como se a deuinal graça espirara em elles pera lhe dar claro conhecimento de ssy meesmo.

. . . . .

## 7

[1434]

*Por que razão não ousavam os navios de Portugal passar além do Cabo Bojador.*

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 8, — segundo o códice n.º 42 dos *Manuscripts portugais* da BNP., fl. 21 v.

---

auxiliar na guerra contra os mouros. Observa BOURDON que «on n'a connaissance d'aucune démarche effectuée personnellement par Dom Henrique pour obtenir le concours de rois ou princes chrétiens» (*Ibidem*). Não lhe incumbia fazê-lo, mas aos reis de Portugal. Veja-se, por exemplo, a carta de D. João I ao rei de Aragão de 20 de Outubro de 1415, em *Monumenta Henricina*, vol. 2, pp. 227-29. Entretanto DUARTE PACHECO assevera: «e tanto que a estes Reynos foram trazidos os primeiros negros e por elle (Infante D. Henrique) sabida a uerdade da Santa Reueiaçam, loguo o Infante escreueo a todos Rex cristãos que o ajudasem a este descobrimento e conquista por serviço de nosso senhor e todo ho proveito igualmente lograsem, o que elles nam quizeram fazer, mas, auendo isto por uaydade, lhe renunciaram seu direyto» (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 22).

Posto assy o jffante em aqueste mouimento, segundo as razões que ja ouuistes, começou dauyar seus nauyos e gentes, quaaes a necessitydade do caso requerya; mas, tanto podees aprender que, pero la enuyasse muytas vezes, e ajnda homeens que, per experiencia de grandes fectos, antre os outros auyam, no officio das armas, auanteiado nome, nunca foe algüu que ousasse de passar aquelle Cabo do Boiador pera saber a terra daalem, segundo o jffante deseiaua (1). E esto, por dizer verdade, nom era com mingua de fortelleza nem de boa vontade, mas por a nouidade do caso, mesurado com geeral e antiga fama, a qual ficaua ja antre os mareantes dEspanha caasy per socessom de geerações.

E, ja seia que fosse enganosa, porque a experiencia dello ameaçaua com o postumeiro dano, era grande duuida qual serya o primeiro que quisesse poer sua vida em semelhante ventuira. Como passaremos, diziam elles, os termos que poserom nossos padres ou que proueito pode trazer ao jffante a perdiçom de nossas almas juntamente com os corpos, ca conhecidamente seremos omecidas de nos meesmos? Per ventura nom foram em Spanha outros principes nem senhores tam cobijçosos desta sabedorya como o jffante nosso senhor? Por certo nom he de presomyr que, antre tantos e tam nobres e que tam grandes e tam altos feitos fizeram, por honra de sua memorya, nom fora algüu que se dello nom atremetera (2). Mas, seendo magnifestos do perigoo e fora da speranza da honra nem proueito, cessarom de o fazer.

Jsto, he claro, diziam os mareantes, que depois deste cabo nom ha hi gente nem pouoraçom algüa; a terra nom he menos areosa que os desertos de Libya, onde nom ha augua nem aruor nem herua verde. E o mar he tam baixo, que, a hũa legoa de terra, nom ha de fundo mais que hũa braça. As correntes sont tamanhas que nauyo que la passe jamais nunca podera tornar. E portanto os nossos antecessores nunca se antremeterom de o passar (3) E, por certo, nom foe a elles o sseu conhecimento de pequena

(1) Sobre o assunto veja-se a nota 3 ao nosso DOC. 6 e a nota 1 ao DOC. 8.

(2) No ms. *atremetetera*.

(3) Aqui tenham-se em vista os valiosos estudos de GAGO COUTINHO, *A náutica das Descobrimentos*. Sobre o problema pode ver-se também em MAUNY, *Les navigations médiévales*, pp. 1 e ss., o capítulo intitulado «Les conditions géographiques et les facteurs constants de la navigation à voile sur les côtes sahariennes», do qual transcrevemos este passo: — «Les instructions nautiques anciennes indiquent: «La mauvaise saison dure, sur la côte du Maroc, en général, depuis octobre jusqu'à avril; cette côte ne peut être fréquentée sans danger à cette époque. On y rencontre alors constamment de la brume, et quelquefois elle est extrêmement épaisse» (PHILIPPES DE KERHALET et LE GRAS: 1871, p. 85. Fait que a dû contribuer à accréditer la légende de l'Océan «ténébreux» chez les Arabes). La côte du Dra au Cap Bojador est la fraction la plus dangereuse du littoral du nord-ouest africain: on ne peut accoster de novembre à mars à cause des rouleaux. Plus au sud, jusqu'au Cap Blanc, la mau-

escuridom, quando o nom souberom asseentar nas cartas per que se regem todollos mares per onde gentes podem nauegar. Hora qual pensaaes que auya de seer o capitam do nauyo a que posessem semelhantes duuydas dyante, e mais per homeens a que era razom de dar ffe e autoridade em taaes lugares, que ousasse de tomar tal atreuimento, sob tam certa spe- rança de morte como lhe ante os olhos apresentauam?

So tu, virgem Temis, diz o autor (4), que ante as noue musas do Monte Parnaso auyas special porrogatiua descoldrinhar os segredos da coua de Apollo ! Eu doudo se o teu temor era tam grande de poer os teus pees sobre aquella sagrada mesa onde as reuellações deuinaaes te dauam trabalho pouco menos de morte, quanto era em aquestes, ameaçados nom soamente do medo, mas de sua soombra, cuio grande engano foe causa de muy grandes despesas; ca doze annos continuados durou o jffante em aqueste trabalho, mandando, em cada hñu anno, aaquella parte seus nauyos, com grande gasto de suas rendas, nos quaaes nunca foe algũu que se atreuesse de fazer aquella passagem (5). Bem he que elles nom se tornauam sem honra; ca, por enmendar o que falleciam em nom comprry perfeitamente o mandado de seu senhor, hñus hyam sobre a costa de Graada, outros corriam per o mar de Leuante, ataa que filhauam grossas presas dos infiees, com que se tornauam honradamente pera o rregno.

## 8

[1434]

*Como Gil Eanes, natural de Lagos e escudeiro do infante D. Henrique, foi o primeiro que passou o Cabo Bojador, ao fim de doze anos de tentativas, e como lá voltou com Afonso Gonçalves*

---

valse saison dure depuis octobre jusqu'à avril, avec des alternances de beau temps» (Ibi, p. 13 e autores all aduzidos).

(4) A expressão *diz o autor* é vulgar nas obras de Zurara, referida ao próprio, como se pode ver em DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, p. 53. A digressão erudita sobre a virgem Temis, é tomada de Lucano, *Pharsalia*, V, 116-20. Cit. por BOURDON, (ZURARA, *Chronique*, p. 70, nota 2).

(5) Os 12 anos aqui indicados pelo cronista e enumerados também por DUARTE PACHECO (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 22) e por BARROS (*Asia*, dec. 1, liv. 1, cap. 4) reportam-nos ao de 1422, pouco mais ou menos à data em que homens do Navegador, por este encaminhados para que «fossem em busca de terra de Guínee» (ZURARA, *Crónica... de Guiné*, cap. 83), descobriram ou redescobriram o arquipélago da Madeira.

*Baldada, copeiro do mesmo infante, tendo então os dois ultrapassado o referido cabo 50 léguas (1).*

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 9, — segundo o códice n.º 42 dos *Manuscripts portugais* da BNF., fl. 23.

Com grande paciência recebia sempre o infante aquelles que assy enuyaua por capitães de seus nauyos em busca daquella terra, nom lhe mostrando algũu reprehimento de sua mingua, ante, com graciosa conte-

(1) Neste capitulo e no anterior assevera o cronista ter havido dificuldade grande em os navios portugueses transporem o Cabo Bojador e aduz os motivos, após o que celebra o feito de Gil Eanes. Mas, aos textos narrativos cumpre antepor e preferir os diplomáticos. De maneira que, damos a palavra ao próprio infante D. Henrique. Este não alude a Gil Eanes, mas informa, em carta de 26 de Dezembro de 1457, de doação da vintena da Guiné à Ordem de Cristo: — «Eu, o ffante dom Emrrique [...], seemdo certo como, des a memoria dos homes, se non auja algũa noticia na cristiandade dos maares, terras e jentes que eram aalem do Cabo de Naam, contra o meo dia [...], me fundei de emquerer e saber parte, de muytos anos pasados aca, do que era des o dito Cabo de Naam em diamte, non sem grandes meus trabalhos e infindas despesas, especialmente dos dereitos e remdas da dita hordem (de Cristo), cuja gouernança asi tenho, mandando, per os ditos anos, muytos naujos e carauelas com meus criados e serujdores, os quaeas, per graça de Deus, pasando o dicto Cabo de Naam auante e fazendo grandes guerras, algũus recebendo morte e outros postos em grandes perigoos, prouue a Nosso Senhor me dar certa emformaçom e sabedoria daquellas partes, des o dito Cabo de Naam ataa passante toda a terra de Berberia o Nubia e asi mesmo per terra de Guinea [...], des o dicto Cabo de Naam pera auante [...], todallas cousas que sse em a dita terra de Gujnea, des o dicto Cabo de Nam por diante», etc. (Publicada em SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portuguezes*, vol. 1, pp. 544-45, segundo o texto do ANTT., *Livro dos Mestrados*, fl. 151).

Como se vê, neste documento o Navegador alude seis vezes ao *Cabo de Não*, como ponto de partida dos seus descobrimentos maritimos na costa ocidental africana, e nenhuma ao *Cabo Bojador*, em que os faz começar a *Crónica dos feitos de Guiné*. Ora o promontório do Bojador situava-se muito a sul do Cabo Não, como pode ver-se: no excerpto da *Carta náutica portuguesa* do último quartel do século XV que damos ao principio deste volume; no coevo *Livro de rotear* (Em *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, p. 212); e no *Esmeraldo* de DUARTE PACHECO PEREIRA (liv. 1, cap. 22). Que nos conste, a primeira vez que, nos diplomas quatrocentistas, aparece o topónimo *Cabo de Bojador* é na carta do regente D. Pedro de 22 de Outubro de 1443, a doar ao infante D. Henrique o exclusivo da navegação para além dele; vêmo-lo, novamente, na carta do mesmo D. Pedro de 3 de Fevereiro de 1446, de concessão ao Navegador do exclusivo da navegação para as Canárias, e ainda na carta de D. Afonso V de 2 de Setembro de 1448, a confirmar a primeira daquelas, bem como na de 25 de Fevereiro de 1449, a outorgar a D. Henrique os direitos régios, menos a sias, das mercadorias que ele recebesse de entre os Cabos Cantim e Bojador (Cfr. o cit. vol. de *Descobrimientos Portuguezes*, pp. 435, 445, 458 e 462). Em nenhum daqueles documentos figura, porém, o topónimo *Cabo de Não*. Este começa a apa-

nença, ouuya seus aquecimentos, fazendolhe aquellas mercees que tijnha acostumado de fazer aos que o bem seruyam. E ou aquelles ou outros algüus speciaaes de sua casa fazia logo tornar com seus nauyos armados, acrecentando cada uex mais no encarrego, com prometimento de mayores

---

recer, nos documentos coevos e sempre associado ao de *Cabo de Bojador*, na bula *Romanus pontifex*, de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1455, de concessão a D. Afonso V, a seus sucessores e ao infante D. Henrique da «conquestam a Capitibus de Bojador et de Nom», e na *Inter cetera*, do papa Calisto III, de 13 de Março de 1456 (Na retrocit. obra e vol., pp. 506 e 536).

Numa palavra, nos documentos em que interferiu o infante D. Henrique — ou seja nas citadas bulas, de que foi certamente um dos suplicantes e o maior interessado, e na sua já aduzida carta de 1457 —, figura sempre o *Cabo de Não* como ponto de partida dos descobrimentos henriquinos em Africa. Nestes termos, cumpre preferir à expressão da carta do infante D. Pedro de 22 de Outubro de 1443 — «o ffante dom Anrique [...] se meteo a mandar seus naujos a saber parte da terra que era alem do Cabo de Bojador» — a da supracitada carta do Navegador de 1457: — «me fundel de emquerer e saber [...] do que era des o dito Cabo de Naam em diamte», sito 80 léguas acima do Cabo Bojador (*Livro de rotear* cit., p. 212) ou 60 (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 22). Também DUARTE PACHECO, posto de a versão dos caps. 8 e 9 da *Crónica de Guiné*, e quase textualmente nalguns passos, sobre as dificuldades da ultrapassagem do Cabo Bojador, afirma e reafirma: — «ho infante dom Anrique [...] descobrio mais per Guinee [...], começando dos promontorios de Nam e Bojador atee ha Serra Lyoa» (*Esmeraldo*, Prólogo); «e deste Cabo de Nam começou a descobrir o virtuoso infante dom Anrique» (*Ibi*, liv. 1, cap. 21); «a qual nauegaçam começou o infante, por serviço de Deos, do Cabo de Nam pera diante» (*Ibi*, liv. 1, cap. 22).

É indubitável, portanto, haver começado no Cabo Não o descobrimento henriquino da costa ocidental africana e não no Bojador, como pode inferir-se dos aduzidos capítulos da *Crónica dos feitos de Guiné*. Esta obra não alude sequer ao Cabo de Nam, a respeito do qual DUARTE PACHECO informa: — «e no principio desta nauegaçam soyam dizer quem for ao cabo de Nam, ou uirá ou nam» (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 21). Parece assim de aceitar que as dificuldades maiores não eram, já então, as da ultrapassagem do Promontório do Bojador, mas do de Não, onde o Navegador iniciou realmente os seus descobrimentos africanos. Cotejando a *Carta náutica portuguesa* supracitada com a actual de Africa, parece dever-se identificar o *Cabo de Nom* daquela com o actual *Cabo Juby*, onde, efectivamente o *Esmeraldo* situa o Cabo de Bojador, ou seja o Cabo pelo autor considerado de mais difícil transposição: — «se aparta (o Cabo de Bojador) em ladeza do circulo equinoctial contra ho polo artico vinte e sete graos e dez minutos» (liv. 1, cap. 22), ou seja, na realidade 27° 57' N., como já observou MAUNY, (*Les navigations médiévales*, p. 3). O próprio ZURARA apóia esta interpretação, ao escrever que tinha o infante D. Henrique «vontade de saber a terra que hja aalem das jhas de Canarya e do hñu cabo que se chama do Boiador» (*Crónica de Guiné*, cap. 7, em nossa p. 23); pois o arquipélago das Canárias situa-se em frente do actual Cabo Juby. E, no presente capítulo, afirma o autor que Gil Eanes, em 1433, «nom chegou mais que aas jhas de Canarya» ou seja A altura do Cabo Juby, pelo mesmo navegador transposto no ano seguinte.

Por isso, MAUNY, depois de sublinhar serem, de facto, muito maiores as dificuldades da navegação costeira nas imediações do actual Cabo Juby do que no dito hoje de Bojador, formula a pergunta: — «Mais est-il bien sûr que le Cap Buyer ou



gallardões, se acrescentassem alguma cousa na uyagem que os primeiros fezerom, per que elle podesse cobrar algũu conhecimento daquella duuyda.

E, finalmente, depois de doze annos, fez o [j]ffante armar hũa barcha, da qual deu a capitanya a hũu Gil Eanes, seu scudeiro, que ao depois fez caualleiro e agasalhou muy bem (2). O qual, seguindo a uyagem dos

---

Bojador des auteurs du XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles soit bien celui que nous appelons aujourd'hui de ce nom? Ne serait-ce pas plutôt le Cap Juby? » (*Ibi*, p. 4). Julgamos que tem o autor razão, em parte: os Cabos de Não e Bojador figuram claramente na aduzida *Carta náutica portugueza*, como promontórios distintos; mas as dificuldades topadas pelos navegadores henriquinos no Cabo de Não, que, pelo que fica dito, supomos ser o actual Cabo Juby, devem ter sido atribuídas indevidamente pela *Crónica dos feitos de Guiné* ao Cabo de Bojador da época, a qual não fala sequer no Cabo de Não, e onde o autor supôs haverem principiado os descobrimentos henriquinos da costa africana, com base, possivelmente, nas acima aduzidas cartas do infante D. Pedro. E da referida Crónica ou de outra fonte desconhecida haveria transitado a notícia para os escritos de DUARTE PACHECO PEREIRA, de VALENTIM FERNANDES, de JOAO DE BARROS, etc. Sobre as discussões travadas em torno da localização do velho Cabo de Não pode ver-se PIERRE DE CENIVAL, *Sources inédites de l'histoire du Maroc*, p. 207, nota 2. Recortemos ainda a observação de MAUNY: « Le Cap Noun fut depuis le second siècle environ après notre ère jusqu'au XIV<sup>e</sup> siècle la limite méridionale des navigations atlantiques. C'est de là qu'EL BEKRI (*Description de l'Afrique septentrionale*, trad. de SLANE, *Alger, Jourdan*, 1913, p. 175) fait partir son routier maritime » (Em *Notes* a DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo*, p. 161).

Mas subsiste um problema que necessita de explicação: como harmonizar a carta do regente D. Pedro de 1443 com a do Navegador de 1457? Tratámos do assunto em comunicação recentemente apresentada à Academia Portuguesa da História, sob o título *Qual o Cabo dobrado em 1434 por Gil Eanes?* Das respectivas conclusões transcrevemos: — « O aduzido diploma do regente do reino não visou historiar a ultrapassagem do Cabo Bojador nem o início dos descobrimentos henriquinos em Africa, este plenamente documentado pela carta do infante D. Henrique de 1457. D. Pedro aproveitou, entretanto, o facto histórico como argumento politico, como título juridico de posse portuguesa, para marcar, perante as ambições imperialistas de Castela ao continente africano, a presença e os direitos de Portugal no litoral de além-Bojador. É possível que este houvesse sido reclamado pelo reino vizinho naquelle Outubro de 1443, não só em reacção contra a bula de cruzada *Rex regum* de Janeiro anterior, concedida a Portugal por Eugénio IV, sem embargo do prévio protesto castelhano, mas ainda por motivo do avanço dos descobrimentos henriquinos, no dito ano chegados à baía de Arguim, depois de haverem transposto o Cabo Não, actual Juby, ou o Aguer do duque de Medina Sidónia, o Cabo Bojador e a Terra Alta, ou seja os litorais outorgados, seis anos depois, por D. João II de Castela a D. Juan Alonso de Guzmán, conde de Niebla, primeiro duque de Medina Sidónia e senhor do porto andaluz de Sanlúcar de Barrameda ».

(2) São numerosos os indivíduos de nome Gil Eanes nos documentos da época; porém, do infante D. Henrique apenas encontrámos documentado criado seu, confirmado em escrivão dos órfãos de Alenquer e termo pela rainha D. Leonor e por ela também nomeado para inquiridor do número da mesma vila em 1 de Fevereiro de 1434, cargos em que foi confirmado pelo regente D. Pedro em 6 de Fevereiro de 1444 (ANTT,

outros, tocado daquelle meesmo temor, nom chegou mais que aas jilhas de Canarya, donde trouxe certos catiuos, com que se tornou pera o rregno. E foe esto no anno de Jhesu Christo de mil e quatrocentos e trinta e tres. Mas, logo no anno seguinte, o jffante fez armar outra vez a dicta barcha. E, chamando Gil Eanes a departe, o encarregou muyto que todauya se tra-

*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 44 r. e v., — editado o primeiro documento em *Monumenta Henricina*, vol. 4, pp. 328-29). O Gil Eanes referenciado neste capitulo e noutros da mesma obra era escudeiro do infante D. Henrique e foi depois seu cavaleiro. Supomo-lo também marinheiro, uma vez que lhe confiou o infante a capitania da barca em que ele effectuou a ultrapassagem do Bojador. Será o Gil Eanes mestre de navio que em 1421 transportou armamento de Southampton para Portugal (Cfr. *Mon. Henr.*, vol. 3, p. 22) ou o que em 8 de Dezembro de 1433 teve de el-rei o officio de escrívão dos navios que aportassem a Lisboa, cargo que lhe foi confirmado em 21 de Fevereiro de 1439? (Cfr. *Chanc. cat.*, liv. 19, fl. 57 v., editado o primeiro documento em *Mon. Henr.*, vol. 4, p. 296).

Ao Gil Eanes do Bojador se refere o cronista nos capitulos 9, 19, 20, 22, 51, 52, 55, 58 e 88 da presente obra; porém, como dados biográficos, apenas nos diz que ele foi escudeiro e cavaleiro da casa de D. Henrique, natural da vila de Lagos e ali residente e ainda as viagens que effectuou à costa occidental africana. MARTINHO DE BOÊMIA chama-lhe «Gyllanes de Villalobos, miles» (Cfr. *O Manuscrito «Valentin Fernandes»*, p. 190). DUARTE PACHECO, referindo-se ao mesmo descobridor, informa: «e da vinda que veyo, o infante o fez caualeiro e o galardouo como deula e, com muita honrra e fazenda ho casou na villa de Lagoos, honde ulueo muitos annos» (*Esmeraldo* liv. 1, cap. 22). BARROS nada adianta sobre o particular (*Asia*, déc. 1, liv. 1, caps. 4 e 5). A identificação proposta recentemente por JAIME CORTESAO, *Os Descobrimentos Portuguezes*, vol. 1, p. 284, não parece de aceitar. Os Villalobos da época estão representados especialmente pela condessa de Ourém, D. Guiomar, filha de Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira, e de D. Maria de Villalobos. Mais individuos do mesmo apelido figuram em Ceuta, ao serviço de D. Pedro e de D. Duarte de Meneses, como por exemplo Martim Vicente Villalobos e Nuno Martin de Villalobos (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, 2.ª ed., pp. 394 e ss.).

Desconhecem-se o dia e mês da ultrapassagem do Bojador, situada por todos os autores retrocitados e bem assim pelos modernos no ano de 1434, se exceptuarmos JOAO DE BARROS, que a antecipou para 1433, porque, segundo BOURDON, «Barros a voulu voir dans l'exploit de Gil Eanes la raison déterminante de deux lettres royales du 26 septembre 1433 en faveur de l'infant Dom Henrique et de l'Ordre du Christ, et cela l'a entraîné à dater de 1434 et 1435 les deux expéditions suivantes, que Zurara date, l'une implicitement et l'autre explicitement, de 1435 et 1436» (*Chronique*, p. 16, nota 4). Ao lançarmos neste lugar, entre 10 e 13 de Abril, o presente capitulo da *Crónica dos feitos de Guiné*, de maneira nenhuma desejamos nem podemos tomar posição quanto à cronologia do facto histórico nele referenciado, pelo que respeita ao dia e mês, inteiramente desconhecidos. Sublinharemos, contudo, de harmonia com o texto transcrito em a nota 3 do nosso documento anterior, que, na costa marroquina, o período mais duro e difficil para a navegação era de Outubro a Abril. A *barcha* utilizada por Gil Eanes teria sido navio de alto bordo, de uma só coberta e de um único mastro, munido de vela quadrada (Cfr. LOPES DE MENDONÇA, *Estudos sobre navios portuguezes nos séculos XV e XVI*, pp. 11 e ss.).

**Q**om gñte puericia  
recebiu seze offi  
te aquelle qassi  
emuna por captaade de  
seue nautre embusa da  
quella repa. nollre mostri  
do. alguu rependimento  
de sua mingua. ante com  
gratiosa conteneça ouum  
seue. aqueca mente. faze  
colhe aquellae. meicece. q  
ninhu acostumado de fize  
ade queo tem furiim. Sou  
aquellea ou ougre. alguue  
spetiaade de sua casa fiza  
logo tornar com seue naut  
re armadae. ac peccatando  
cadaus mae. no ecastego  
com prometimento de ma  
iwee. galludoe. se. ac pecc  
tasseu alguu consa nautu  
gem queae pmeipe fizeo.  
per que elle podese coveu al  
guu contetamento daquella  
diuidai. E finalmente des  
prie de doze. anoe fze offite  
umaz hua luechu da qual  
teu acapitanyu alhuu. Eil

canee. seu seudepo que ao  
desprie fze canallepo. e aga  
sulhou mur tem. Oqual p  
guindo auugem de onre.  
toado daquelle meefino  
temor nom chegon mae.  
que aae. Juna. dec. mazi  
onde spore ceute castuae  
com que se tornoli pezo  
regno. E fze esto no anno  
de Jhu xpo de mil. e quatro  
centoe. e trinta. e tres. mae  
logo no ano seguinte offit  
fze. umaz outra vez. adica  
auca. Echumando. Eil. em  
ade parte oencapegon mu  
ro que todauu se tahi  
huise de pssu aquelle ca  
lo. E que alnda que por a  
quella vngem mae. nom  
fzeesse aquello reaiu pre  
assaz. we. nom podese bise  
offitante achu tamantio  
perigo que acfexanca to  
gallardom nom seia mup  
ro manoe. Dem verdade cu  
me marauulto qm agina  
com fze aquesta q rodee.

balhasse de passar aquelle Cabo e que, ajnda que por aquella vyagem mais nom fizesse, aquello teerya por assaz.

Vos nom podees, disse o jffante, achar tamanho perigoo que a esperanza do gallardom nom seia muyto mayor. E, em verdade, eu me marauilho que maginaçom foe aquesta que todos filhaaes de hũa cousa de tam pequena certidom; ca, se ajnda estas cousas que se dizem teuessem algũa autoridade, por pouca que fosse, nom vos darya tamanha culpa; mas, quereesme dizer que, por openyom de quatro mareantes, os quaaes como som tirados da carreira de Frandes, ou dalgũs outros portos pera que comũmente nauegam, nom sabem mais teer agulha nem carta pera marear (3). Porem vos hij todauya e nom temaaes sua openyam, fazendo vossa vyagem; ca, com a graça de Deus, nom poderees della trazer senom honra e proueito (4).

O jffante era homem de muy grande autoridade, polla qual suas amoestações, por brandas que fossem, eram pera os sesudos de muy grande encarrego, como se mostrou per obra em aqueste que, despois destas pallauras, determinou em sua voontade nom tornar mais ante a presença de seu senhor sem certo recado daquello por que o enuyaua, como de fecto fez; ca, daquella vyagem, menospreçando todo perigoo, dobrou o Cabo aallem, onde achou as cousas muyto pello contrairo do que elle e os outros ataally presumyram. E, ja seia que o fecto, quanto aa obra, fosse pequeno, soo pello atreuimento foe contado por grande. Ca, se o primeiro que chegou acerca daquelle cabo fezera outro tanto, nom lhe fora tam louuado nem agradecido; mas, quanto o perigoo da cousa aos outros foe posto em mayor temor, tanto trouxe mayor honra ao cometimento daqueste.

Se o acontecimento de Gil Eanes entrinicamente lhe apresentaua algũa gloria, bem deue seer conhecido pellas pallauras que lhe o jffante disse ante de sua partida, cuja certa speryencia foe assaz magnifesta ao tempo de sua chegada; ca foe delle muy bem recebido, nom sem proueitoso acrecentamento na honra e fazenda. E entom lhe contou todo o caso como passara, dizendo como fezera lançar o batel fora, no qual sayra em terra, onde nom achara gente algũa nem sinal de pouoraçom. E porque, senhor, disse Gil Eanes, me pareceo que deuya trazer algũu sinal de terra, pois que em ella sahya, apanhey estas heruas que aquy apresento aa uossa mercee, as quaaes nos em este rregno chamamos rosas de Sancta Marya.

(3) Sobre o assunto pode ver-se FONTOURA DA COSTA, *A Marinharia dos Descobrimentos*, 3.<sup>a</sup> ed., pp. 293-94.

(4) Idêntica narrativa em DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo*, liv. 1, cap. 22. Parece inútil, por improficua, a discussão do caso em MAGALHAES GODINHO, *Documentos sobre a expansão*, vol. 1, p. 231, nota 5, e em BOURDON, (*ZURARA, Chronique*, p. 72, nota 1).

E, acabado assy o rrecontamento de sua vyagem, fez o jffante armar hñu barinel, no qual mandou Affonso Gonçalvez Baldaya, que era seu copeiro, e assy Gil Eanes com sua barcha, mandando que tornassem la outra vez, como de feito fizeram, e passaram aallem do cabo cinquenta legoas, onde acharom terra sem casas e rastro dhomeens e de camellos. E, ou por lhe seer assy mandado ou por necessydade, tornaram com este recado, sem fazendo outra cousa que de contar seia (5).

## 9

13 ABRIL 1434

*Instrumento notarial da nomeação, por el-rei D. João II de Castela, dos seus embaizadores ao concílio de Basileia, a saber: D. Alfonso Carrillo, protonotário pontificio, D. Alvaro de Ysorna, bispo de Cuenca, Juan de Silva, seu alferes-mor, e o jurista Dr. Alfonso García de Santa María, deão de Compostela, seus conselheiros, e Luis Alvarez de Paz, doutor em leis, ouvidor da audiência régia, Fr. Lopo de Galdo, provincial dos dominicanos, e o seu confrade Fr. Juan de Curral, ambos professores de teologia (1).*

AGS., Estado, Francia, cód. K.-1711, fl. 445 v., transcrição coeva, em papel.

(5) O cronista não marca a data desta segunda viagem à costa ocidental africana, efectuada ainda em 1434 ou já no ano seguinte. JOAO DE BARROS deu-lhe, como limite geográfico, uma baía dita *Angra dos Ruivos* (actual Garnet Bay), cujo nome figura já na Carta Náutica Portuguesa do último quartel do século XV, de que reproduzimos extracto, em litografia, ao princípio deste volume. Sobre os Baldais pode ver-se A. J. DIAS DINIS, *Dois Embaixadores de el-rei D. Afonso V*, pp. 21 e ss., e *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 278 e ss., com a documentação e bibliografia ali aduzidas. Cfr. também o DOC. 109 sobre Afonso Gonçalves Baldaia.

(1) Em carta da mesma data o monarca nomeou para secretário da embaixada Juan González, mestre-escola da sé de Sigüenza, seu capelão e secretário, a quem incumbiu de redigir, em pública e autêntica forma, tudo o que respeitasse ao concílio, para sua informação e segurança do seu direito, ou seja de Castela: — «Super quibus omnibus et singulis dilectum nostrum Johannem Gundisalvi, scolasticum Seguntinum, capellanum secretariumque nostrum, vna cum dictis ambaxiatoribus et procuratoribus nostris, transmetimus vt; per eundem, cuncta in premissis negocijs et circa ea gesta et gerenda in formam publicam et auctenticam reddigantur, ad nostram informationem et juris tuicionem» (*Arquivo e lug. infracits.*, fl. 445). E assim é que a melhor cópia das alegações ditas do bispo de Burgos contra os direitos de Portugal às Canárias,

Johannes, Dei gratia rex Castelle et Legionis, etc.

In mei, notarij publici, testiumque infrascriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum presencia, personaliter constituti. Per hoc presens publicum instrumentum cunctis pateat euidenter quod, anno a natiuitate Domini millesimo liij. xxx.<sup>mo</sup> liij, iudicione duodecima, die vero tercia decima mensis aprilis, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Eugenij, diuina prouidencia pape quarti, anno quarto.

Confidentes de fidelitate, prudencia et legalitate reuerendorum domni Alfonsi Carrillo, sanctissimi domini nostri pape prothonotarij, et patris in Christo dominj Aluari de Ysorna, episcopi Conchensis, et strenui militis Johannjs de Silua, vexilliferi nostri, et venerabilis et circumspecti viri Alfonsi Garsie de Sancta Maria, legum doctoris, decani Compostellani, consiliariorum nostrorum, et Ludouici Aluari de Paz, legum doctoris, audencie nostri auditoris, necnon religiosorum virorum fratris Lupi de Galdo, provincialis, et fratris Johannjs de Currali, sacre theologie professorum, eos et eorum quemlibet constituimus, creamus ac eciam ordinamus in nostros procuratores, actores et negociorum nostrorum infrascriptorum gestores ac nuncios speciales et generales, ita tamen quod generalitas ipsa specialitati non deroget nec, e contra, videlicet specialiter et expresse ad impediendum et arrestandum, impediri ac arrestari petendum et faciendum quascunque literas apostolicas, gratiam seu iusticiam continentes vel alias, per quascunque personas, contra nostram regiam maiestatem seu contra nostra regna et dominia aut prelatos, nobiles, milites, subditos et naturales nostros emanatas seu emanandas, impetratas seu impetrandas, sub quauis verborum forma concessas.

Quibus omnibus et singulis et eorum cuilibet concedimus plenam et liberam potestatem ad omnia alia et singula faciendum, dicendum, gerendum et procurandum que in premissis et circa premissa necessaria fuerint seu eciam opportuna et que nosmet faceremus, diceremus ac facere et dicere possemus, si in premissis et eorum quolibet presentes personaliter interesseremus, eciam si sint talia que mandatum exigant magis speciale,

---

ou seja do Dr. Alfonso García de Santa María, nesta data apenas deão de Compostela e aqui nomeado delegado ao concílio, se encontra precisamente no código de Simancas, donde extraímos o presente documento, embora o facto não signifique terem sido as Alegações presentes ao concílio (Cfr. SOUSA COSTA, O. F. M., *A Expansão Portuguesa à luz do Direito*, p. 3, nota 14).

A presente embaixada se referiram: CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, cap. 162; LOPE BARRIENTOS, *Refundición de la Crónica del Halconero*, cap. 88; a *Crónica de Don Juan II*, año 28.<sup>o</sup>, 1434, cap. 3, p. 515; e, modernamente, sobretudo o extenso estudo de SUAREZ FERNANDEZ, *Castilla, el Cisma y la crisis conciliar*, onde não vemos, contudo, publicado nem citado o presente documento nem o acima aduzido, como aliás seria natural. Sobre os precedentes do texto que ora editamos veja-se a nota 1 de pp. 214-15 do vol. 4 de *Monumenta Henricina*.

promictentes, jñ nostri verbi regij stabilitate, nos ratum, gratum et firmum perpetuo habiturum id totum et quidquid per dictos nostros procuratores et eorum alterum actum, dictum gestumue fuerit siue procuratum, in premissis et circa premissa. Jñ quorum omnium et singulorum fidem et testimonium premissorum, has nostras presentes literas, nostro nomine roboratas ac per notarium publicum infrascriptum signatas et sigillo nostro jpendenti communitas, illis duximus concedendas.

Acta fuerunt hec in Valleoleti, anno, die, mense, jndicione et pontificatu quibus supra, presentibus ibidem nobilibus et strenuis viris dominis domno Alvaro de Luna, commite stabulario Castelle, et domno Garsia Ferdinandi, commite de Castañeda, et domno Petro Njño, commite de Buelna, et domno Petro Manuel, consiliarijs eiusdem illustrissimi domini nostri regis constituentis, testibus ad premissa vocatis specialiterque rogatis.

## 10

17 ABRIL 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, em que, a pedido de D. Pedro de Meneses, conde de Viana, seu almirante, do seu conselho, capitão e governador da cidade de Ceuta, dispensando a Lei Mental, lhe concede partilhar como quiser os bens da coroa havidos de juro e herdade pelas filhas e pelo filho legitimado D. Duarte, por não ter filhos legítimos e não haverem de transitar esses bens para a coroa, por sua morte.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 90; em leitura nova, Místicos, liv. 4, fl. 36 v.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que dom Pedro de Meneses, conde de Ujana, nosso almjrate e do nosso conselho, capitam e governador da nossa cidade de Cepta (1), nos dise que el tem terras, beens e herdamentos da coroa dos nossos regnos de jurderdade pera filhos e netos e todos que del descenderem per linha direita lidimos; e que, porquanto el

(1) No ms. o copista repetiu aqui *do nosso conselho*, expressão que omitimos, por já se encontrar acima.

nom tem, ao presente, nehũu filho lidimo, que, morrendo sem el, os dictos beens e terras e herdamentos ficariam a coroa dos nossos regnos, per bem da ley que o virtuoso rrey dom Joham, meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, em ssy trazia, per que nehũas filhas, posto que lidimas fosem, nem filhos bastardos pudesem herdar beens que fossem da coroa dos nossos regnos sem sua especial mercee, a qual ley he aprouada per nos (2); e que nos pedia que, sem embargo della, lhe desemos lugar per que elle pudese deixar as dictas terras e beens e herdamentos repartir per suas filhas lidimas e com dom Duarte, seu filho bastardo, segundo lhe prouuese e entendese que era bem (3).

E nos, visto seu requerimento e as muyto grandes razões que teemos pera o outorgar, por seus muyto grandes e estremados merecimentos e seruijos que o dicto senhor e nos e nossos regnos del recebemos e entendemos a rreceber; e, querendolhe fazer graça merçee, despensamos com a dicta ley e damoslhe licença e lugar que, nom ficando del filho barom lidimo que, per bem da nossa hordenaçam, os deua herdar ou seu neto barom lidimo, que especialmente nos praz que as aia, trazendo as armas do dicto conde e chamandose de Meneses, que o dicto conde possa deixar e partir as terras e beens e herdades que assy tem da coroa dos nossos regnos de jurderdade pera filhos e netos e todollos que del descenderem per linha djrecta lidimos, com suas filhas lidimas e com o dicto seu filho bastardo, porquanto he legitimado por o dicto senhor e per nos, segundo lhe prouuer e entender por bem, nom embargando a dicta ley; a qual, sem embargo desto, queremos que fique em sua força e ualha em todas as outras pesoas e casos, per a guisa que a o dicto senhor em ssy tragia, hordenada e outorgada per nos.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda, contadores e almoxarifes, corregedores, juizes e justiçaes e a outros quaaesquer officiaaes e pesoas que esto ouuerem de uer que lhe nom ponham sobre ello embargo nehũu. E, por sua segurança, lhe mandamos dar esta carta, assignada per nos e seellada do nosso seello pendente.

Dante em Almeirim, xbij dias dabrill. Paay Roiz a fez. Era de mjl iiij<sup>o</sup> xxxiiij annos.

(2) Curiosa referência à Lei Mental, observada mas não escrita por el-rei D. João I, a qual ele «em sy trazia», redigida e promulgada por D. Duarte (Cfr. o nosso DOC. 4).

(3) D. Duarte de Meneses, filho de D. Pedro de Meneses, «o qual seu padre fezera em hũa moça nobre de sua caza» (ZURARA, *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, cap. 3), era portanto bastardo, mas fora legitimado por carta de el-rei D. João I de 15 de Março de 1424 (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 74). A Lei Mental respeitava aos filhos e netos varões legítimos, como herdeiros dos bens da coroa, nos termos na mesma preceituados, e não às filhas nem bastardos.



## 11

18 ABRIL 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a conceder privilégio a dois marnotos que João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, trouxesse a seu serviço nas marinhas de Aveiro (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 36, fl. 127 v., inserta na de confirmação afonsina de 14 de Junho de 1459.

Dom Eduarte, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Cepta. A uos, juizes dAueiro, e a todallas outras nossas justiçaes e a outros quaaesquer officiaes e pesoas a que desto o conhecimento perteeemçeer per quallquer guisa, a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham dAlbuquerque, caualeiro da casa do jfamte, meu muyto preçado e amado jrmão, teemos por bem e mandamos que dous seus marnoteiros que esteuerem em nhua ssua marinha seiam, daqui en diante, escusados de pagar em nhũas peitas, fintas, talhas, pididos, enprestidos nem em outros nemhũus encargos que per esse concelho forem lançados, per quallquer guisa que seia, nem vaam com presos nem com djnheiros nem sejam tetores nem curadores de nhũas pesoas, saluo se as titorias forem lijdimas, nem ajam officios do dicto concelho contra suas voontades.

E porem vos mamdamos que, daqui en diante, os nom costranguaaes nem mandees costranger pera nhua das dictas cousas em nhua maneira que seia, porquanto nossa merçee e voontade [he] de serem de todo lliberdados e escusados.

Outrossi mamdamos e defendemos que nom seia nhua pessoa tam ousada, de quallquer estado e condiçom que seja, que lhes pousse em suas cassas de morada, adeguas nem caualariças, nem lhe tomem seu pam, vinho, rroupa, palha, lenha, galinhas nem outra nehua cousa do seu contra sua[s] voontades.

E estes dous marnoteiros que assi forem escusados sejam taaes pesoas que nom ajam conthias pera teerem caualllos nem sejam beesteiros do conto nem amdem na vijntena do mar.

(1) A este João de Albuquerque se refere também o DOC. 93 do nosso vol. 3, a p. 199.

E ysso meesmo mandamos que esses dous marnoteiros que ora som seus, ou os outros que o depois forem ao diante, nom sejam postos na vijn-tena do mar; e, sse [o]s poserem ou escpreuerem depois que elles assi oue-rem carreguo da dicta marinha, que seiam logo tirados della, sem outro embargo que lhe sobre ello seja posto, porque nossa mercee e vontade he serem escusados pella guisa que dicto he. E sse lhe alguem contra ello for, mandamos que pague os encoutos de seis mjl soldos, quallquer que, em parte ou en todo, esto nom comprir; os quaaes mandamos ao nosso almu-xarife que os rrecade pera nos e ao scpriuam desse ofiço que os aseente sobre elle em rrecepta, sob pena de os paguarem de suas casas. E em caso que lhe alguem contra esto vaa ou queira hir, mamdamos a uos, justiças, que lho nom consentaaes e lhe façaes todo correger e emmendar como for direito. E, por suas guardas, lhes mandamos dar esta carta, assignaada per nos e aseellada do nosso seello peemdente.

Vnde [al] nom façaes.

Dada em os nossos paaços dAlmeyrim, xbiiij dias dabrill. Lopo Afonso a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjll iiij<sup>o</sup> e trinta e quatro annos.

## 12

## 21 ABRIL 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar de aposentadoria Cata-rina Rodrigues, residente em Setúbal, sogra de Rodrigo Eanes, criado do infante D. Henrique, a pedido deste.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 50. Inserta na de confir-mação do regente D. Pedro de 30 de Janeiro de 1442.

Dom Eduarte, etc.

A uos, Ruy Meendez Cerueira, noso pousentador moor, e aos de meos jrmãaos e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, ssaude.

Mandamosuos que nom dees nem consentaaes dar a nêhüu, de pousa-dja, as casas da morada de Catelina Roiz, morador em Setuual, sogra de RodriguEannes, criado do jffante dom Anrrique, meu jrmão, nem lhe filhar dellas rroupa de cama nem alfayas de casa contra sua vontade; por-quanto nosa mercee he que seja dello scusada pollo do dicto RodriguEan-nes, que nolo por ella pidio.

E esto lhe fazemos, porquamto nos foy mostrado hũu aluara sijnado per nos e fecto em esta forma per Ruy Galuam, aos xxiiij dias de janeiro que foy de liij<sup>o</sup> xxbiij annos. E lhe mandamos asy dar esta carta, sijnada per nos, por sua guarda.

Dada em Almeirim, xxj dias dabrill. Afonso Cotrim a fez. Anno de liij<sup>o</sup> xxxliij.

## 13

11 MAIO 1434

*Carta das autoridades de Génova, endereçada a Bartolomeu Bordenário, patrão de nau, e a Nauclério, escrivão, e à tripulação respectiva, fundeados na Sicília, a ordenar-lhes recolham imediatamente e em viagem directa ao porto de Génova, sob pena de morte e de confiscação dos bens, pois lhes consta acharem-se armadas em Portugal duas grandes naus e dois varinéis com mil combatentes, que não deixarão de atacar as naus genovesas se as encontrarem (1).*

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri* 7, n.<sup>o</sup> 50, fl. 27 v. Desta colecção epistolar reproduzimos apenas as cartas principais.

Referenciada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 32.

(1) Este alarme de Oldrado de Lampugnano, lugar-tenente do doge de Génova, e do respectivo Conselho tem algum fundamento. Havia anos que o infante D. Henrique vinha a insistir na obtenção de base na arquipélago canariense, «visto como pera os fectos (de Guiné) vjrem a milhor perfeiçom, lhe era necessaryo algũa das ilhas de Canarea» (ZURARA, *Crónica... de Guiné*, cap. 95). A essa diligência henriquina se reportam sobretudo os textos já reproduzidos em *Monumenta Henricina*, vol. 2, doc. 113 e os ali citados em a nota 1, o doc. 61 do vol. 3 e o doc. 8 deste volume.

Porfiava assim o Navegador com expedições, decerto nem todas conhecidas por nós, contra aquelas ilhas, igualmente cobiçadas por Castela ou, mais exactamente, pelos interesses comerciais dos armadores andaluzes, como já observou PÉREZ EMBID, *Los descubrimientos*, p. 127. Há todos os visos de que se deve situar neste ano de 1434 (Cfr. DE WITTE, *Les bulles pontificales*, art. 1, p. 702, nota 2, e SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 32), e porventura já depois da ultrapassagem do Bojador por Gil Eanes e, em virtude do presente texto, talvez por Maio ou Junho daquele ano, a expedição henriquina às Canárias mencionada por el-rei D. Duarte em súplica por ele endereçada ao papa Eugénio IV em Agosto de 1436. Aquela data de 1434 é corroborada também pela reacção castelhana ou antes andaluza, demonstrada pela série de Letras do papa Eugénio IV de 29 de Setembro do mesmo ano, adiante exaradas, sob os n.<sup>os</sup> 37 e 38, contra «aliquos christiani nominis marinos piratas». (Cfr. o DOC. 38).

Conta el-rei de Portugal ao romano pontífice que o infante D. Henrique, havendo recebido do pai, em herança, o munus de dilatar o reino de Cristo, «para a nautium

Oldradus, locumtenens, etc., et consilium antianorum Janue.

Egregio viro Bartholomeo Bondenário (2), patrono vnus naui, ac Nauclerio, scribe, et toti turme eius in Sicilia.

Vir egregie ac vos, dilecti nostri. Armate sunt in regno Portugallie naues due magne et balenerij duo, in quibus nauigijs dicuntur esse propugnatores mille, nec dubitamus quod damna illature sint nauibus nostris, si eis obuiabunt. Propter quod, intendentes saluti vestre et aliarum nostrarum nauium opportune providere, mandamus expresse vobis, patrono, ac vobis omnibus et singulis qui in ea naui nauigatis, vt, omni exceptione et excusatione remota, ad portum Janue, recta via, confestim, visis presentibus, veniatis, sub pena capitis et confiscationis omnium bonorum vestrorum, que, si inobedientes esse presumeretis, ex nunc confiscamus communi. Hic autem cum eritis, inuenietis ordinem appositum nauigationi vestre.

Data xi<sup>a</sup> maij, Mcccc xxxiii<sup>o</sup>.

## 14

## 11 MAIO 1434

*Carta das autoridades de Génova, dirigida a Jofredo Italiano e aos demais mercadores genoveses residentes em Maiorca, a ordenar-lhes entreguem a Bartolomeu Bondenário e à tripulação do seu barco as cartas que enviam junto, diante de testemunhas e dos*

et galliarum armatarum classe, de consensu et mandato serenissimi regis Eduardi, domini et fratris sui, (portanto já depois de 15 de Agosto de 1433, em que D. Duarte fora proclamado rei), ad preffatas insulas Canarie misit ut, primum, eos ipsos paganos ad fidem christianam et deuocionem corone Portugallie conuertisset, leges eciam ciuiles et politicum viuendi modum eisdem traderet, etc. (Revelado e publicado o documento e a respectiva bula, de 15 de Setembro de 1436, por DE WITTE, *Les bulles*, art. cit., pp. 715 e ss.).

Nestes termos, parece completarem-se, mutuamente, os dois documentos, quanto à data e essência do facto histórico referenciado em ambos. Reparamos na identidade da composição da armada, num e noutro texto: no genovês, *naues due magne et balenerij duo*; no português, igualmente alusão a duas qualidades de barcos: *parata nauium et galliarum armatarum classe*. Os 1.000 combatentes do primeiro é que deve ser exagero: in quibus nauigijs dicuntur esse propugnatores mille. É possível que a armada haja regressado a Portugal em Julho, nos termos do nosso DOC. 50, de 10 de Dezembro do mesmo ano.

(2) HEERS, *Gênes au XV<sup>e</sup> siècle*, pp. 134, 298-99 e 519, alude a dois indivíduos de apelido Bondenário, a saber Gregório e Lodisio, mas não ao presente.

*seus homens, para ele não poder alegar desconheçê-las, e que digam quando e em presença de quem foram entregues (1).*

ASQ., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 28, n.º 53.

Oldradus, locumtenens, et consilium.

Nobilibus viris Jofredo Italiano et ceteris mercatoribus nostris residentibus Maioricis (2).

Viri nobiles, volumus vobisque committimus vt litteras annexas, quas Bartholomeo Bondenario ac turme eius scribimus, eidem, in presentia testium ac turme sue, tradatis, ita demum vt negare non possit illas habuisse. Qua in re nobis rescribite quando et in quorum presentia eas sibi traderitis.

Data xiª maij.

## 15

12 MAIO 1434

*El-rei D. Duarte manda Pedro Gonçalves Malafaia, vedor da fazenda, ao rei de Castela, a oferecer-lhe ajuda na guerra contra o rei de Granada, sem outra recompensa que não fosse o serviço de Deus e a própria honra, oferecimento aliás não aceite (1).*

CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, cap. 164, — texto que se reproduz; RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 13, sumariado, neste passo, pelo *Quadro elementar*, t. 1, p. 321, onde não se indicam, porém, o dia, mês e ano certos, hesitando o autor entre os de 1434 e 1435.

(1) Referindo-se ao comércio exterior de Génova antes de 1460, JACQUES HEERS observa: — «Majorque surtout est le grand entrepôt du commerce génovés en Méditerranée occidentale. La colonie y est fort active. Allant de Chio en Flandre, les navires y laissent les épices d'Orient; de même pour le coton que travaillent les artisans de l'île et ceux de Barcelone. Sans parler des grains de Sicile, en période de disette. Dans l'autre sens, ce sont les draps de Catalogne ou de Majorque. Mais, pour les bâtiments qui naviguent entre Gênes et l'Atlantique, l'île est surtout un grand entrepôt des produits africains». (*Gênes au XV<sup>e</sup> siècle*, pp. 459-60). O principal factor genovês all era Giovanni Centurione.

(2) O autor cita vários indivíduos de apelido Italiano, mas não o presente.

(1) O texto de HUETE apenas fornece a data precisa da embaixada. O objectivo desta e o seu resultado inferem-se de RUI DE PINA, da argumentação do infante D. Henrique ao irmão e monarca D. Duarte, quando, anos depois, lhe requeria licença para retomar a campanha contra os sarracenos a norte de África: — «Porem, lembreus que, depois de serdes rrey, mandastes Pero Gonçalluez, vedor da fazenda, a

Jueves, que se contaron 12 días de mayo [del año] del Señor de 1430 y quatro años, entró en Medina del Campo Pero Gonçalves Malalfaya, caualero envaxador de [don] Duarte, rrey de Portugal.

## 16

13 MAIO 1434

*Carta das autoridades de Génova, dirigida a Baptista Lecanelo, Simão Spinola e Nicolau Cataneo, patrões de três naus genovesas, e às tripulações respectivas, a dizer-lhes que já lhes deve ter constado que em Portugal estão armadas duas naus e dois varinéis com quase mil combatentes, os quais, posto se diga que apenas desejam atacar o Baptista, tudo leva a supor que não pouparão qualquer barco genovês, pelo que é necessário tomar providências; e assim ordenam as referidas autoridades aos ditos patrões se previnam com armas e munições e se preparem para o encontro, Simão com 90 homens, aptos e idóneos, Baptista com 80 e Nicolau com 70, aos quais os comissários Leonel Spinola e João de Marinis juntarão 60 ou mais, e que partam quando os ditos comissários lho ordenarem e naveguem sempre juntos até Cádiz, evitando, em qualquer dos casos, combater ou tomar os barcos portugueses, e ali receberão ordens dos cônsules de Sevilha.*

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 28 v., n.º 54.

Oldradus de Lampugnano, ducalis in Jannua locumtenens, et consilium antianorum ciuitatis Jannue ac officium prouisorum rerum Portugalie (1).

elrrey de Castella que vos recebesse em companhia na guerra de Graada, de que nom queriees outra parte nem galardom, saluo ho seruiço a Deus que fariees e ha honrra que njsso ganhariees. E, se consentira e nom se escusara de vosso requerimento, sey, pella muyta verdade que em vos ha, que, pospostos todos estes pelos e outros mayores, hos forees comprir, nom sem muyta vossa despesa e trabalho» (*Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 13, segundo o cód. iluminado 359, *Livraria*, do ANTT.). Julgamos ter sido ocasião do oferecimento eduardino a campanha empreendida por Rodrigo Manrique contra a vila e castelo de Huesca, então tomados aos mouros (Cfr. a *Crónica de Don Juan II*, p. 516).

(1) No ms. *Portugallie*. O governo habitual da República ou Comuna de Génova era presidido pelo Duque ou *Doge* («dux et populi defensor») e pelo Conselho

Nobilibus viris Baptiste Lecanelum, Simoni Spinule et Nicole Cataneo, patronis trium nauium, naulerijs quoque ac scribis et turmis earum, dilectis nostris, salutem (2).

Non dubitamus vos, et fama et nuncijs, cognouisse quod, in regno Portugallie (3), armate sint naues due et totidem belenerij, cum propugnatoribus fere mille, qui, quanquam dicant velle solum vos Baptistam offendere, multa tamen sunt que nos inducunt credere quod omnes quascunque poterint naues nostras offendent. Propter quod, necesse nobis visum est saluti vestre et aliarumstrarum nauium, sine mora, consulere.

Committimus itaque et mandamus vobis omnibus supradictis vt vos, diligenter et cum studio, prouideatis de ijs omnibus munitionibus et armis que ad pugnam necessarie sunt. Deinde vos, Simon, conducatis et, sumptibus vestris, habeatis viros nonaginta, aptos et idoneos; vos, Baptista, sumptibus vestris, viros octoginta, etiam aptos et idoneos; et vos, Nicola, viros septuaginta; vltra quem numerum, viri nobiles Leonel Spinula et Johannes de Marinis (4), quos, cum ampla potestate, commissarios et executores nostros elegimus, vobis addent viros sexaginta vel forsitan plures.

Cum his autem nauibus vestris, sic preparatis et armatis, et si forsitan alie addentur in vestri comitiua, iubemus vobis vt recedatis, tempore ab ipsis Leonele et Johanne vobis statuendo, nauigetis quoque semper in fideli societate, vsque ad insulam Gadum, cauentes omnino ne ab iniicem separemini. Et, si contingat vobis obuiare his nauigijs Portugalliorum (5) et sciretis illa offendisse jannuenses uel tunc tentarent vos offendere, volumus vt omnino euitamini, pro viribus, illa expugnare et capere. Si

---

dos Anciãos, *Consilium Antianorum*. O primeiro, electivo e vitalicio, era também o chefe militar. O segundo, em quem repousava a maior parte da autoridade politica, constituia a única magistratura ordinária; compunha-se de oito membros, substituídos de quatro em quatro meses, e nada se podia resolver sem ele. A tarefa deste achava-se facilitada por uma espécie de sub-Conselhos ou *Officii*, nomeadamente pelo *Officium Maris*, que superintendia nos transportes e no comércio marítimos, e em que também havia, como se infere do presente documento e doutros que reproduzimos, uma secção de Portugal, dita «*Officium prouisorum rerum Portugallie*». Nos *Litterarum registri* eram transcritas todas as cartas expedidas pelo Doge e pelo Conselho dos Anciãos (Cfr. HEERS, *Gênes au XV<sup>e</sup> siècle*, pp. 601 e ss. e 686).

(2) Na obra retrocitada alude-se a vários indivíduos destas familias, nomeadamente a Nicolau Cataneo.

(3) No ms. *Portugallie*.

(4) Em HEERS, *Obra cit.*, figuram alguns *Marinis* e *Leonello Spinola di Lucoli*, o presente, este a p. 434. Os aqui citados residiam em Bruges, como se infere do documento seguinte.

(5) No ms. *Portugalliorum*.

autem nec jannuensibus nocuissent nec uos tentarent offendere, nolumus vt, aliqua ratione, vos ad eorum offensiones prorumpatis, sed nauigia ipsa abire permittatis, sine vlla lesione.

Cum vero in portum Gadium perueneritis, si sciretis nauigia ipsa esse in stricto (?) montis uel citra versus orientem, nolumus vt societatem vestram aliquatiter abrumpatis, sed nauigetur simul, iuxta commissiones quas consules Sibilie vobis dabunt. Si autem naues ille uel exarmassent uel post terga vestra relicte essent, tunc remittimus vos arbitrio vestro, vt nauigetur uel simul uel diuisim, vt volueritis. Ceterum, quia iſdem Leonel et Johannes, commissarij nostri, multas vobis dabunt in hac materia commissiones, iniungimus vobis vt quicquid illi vobis preceperint, vos prompte et obedienter exequamini, eorum quoque mandatis pareatis, vt nostris. Que quidem suprascripta mandata nostra et item mandata ipsorum commissariorum nostrorum a vobis et vestrum quolibet precise seruari volumus, sub pena indignationis nostre et exactionis fideiussionumstrarum.

Data xliii<sup>a</sup> maij.

## 17

13 MAIO 1434

*Carta das autoridades de Génova, dirigida a seus concidadãos Leonel Spinola di Luculli e João de Marinis, residentes em Bruges, os quais supõem já informados de que vão sair de Portugal duas grandes naus e dois varinéis que, se poderem, não deixarão de atacar os barcos genoveses, nomeadamente os referenciados no documento anterior; por isso lhes mandam cartas destinadas aos patrões deles, para que lhes entreguem, os nomeiam comissários seus com plenos poderes para tratarem da segurança dos mesmos e avisam os mercadores genoveses residentes em Londres de que devem cumprir as ordens que eles lhes derem sobre o assunto. Recomendam-lhes depois: que vejam se as três naus acima referenciadas têm as armas e munições precisas; que adicionem às respectivas tripulações mais 60 homens; que lhes marquem a data da partida e lhes ordenem naveguem sempre juntas; que, se os portugueses aumentarem o seu potencial e eles virem não serem por isso suficientes as ditas três naus com 300 homens, lhes juntem outros barcos ou mais combatentes, de maneira que elas sigam com segurança; que providenciem sobre o custeamento dos 60 homens,*



*oneradas inclusivamente as mercadorias transportadas nas naus ou como virem que é melhor, ouvidos os demais genoveses; enfim, que paguem ao portador, nos termos que indicam.*

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 29 v., n.º 55.

Oldradus, locumtenens, consilium et officium prouisorum rerum Portugallie (1).

Nobilibus viris Leoneli Spinule de Luculo et Johanni de Marinis, ciui-bus nostris, residentibus Brugijs, dilectissimis nostris, salutem.

Credimus vos, et fama et litteris, didicisse quemadmodum naues due magne cum totidem balenerijs, cum propugnatoribus fere mille, e regno Portugallie (2) exiture erant. Nec dubitamus quin, si poterunt, offensure sint jannuenses. Quare metus nos mouit vt saluti nostrarum nauium, omni ope possibili, consulamus.

Mittimus itaque vobis annexas litteras, quas superinde scribimus nobilibus viris Baptiste Lecanelum, Simoni Spinule et Nicole Cataneo, patronis trium nauium, quas litteras volumus perlegatis et earum copiam accipiat; deinde vt eas illis tradatis, in presentia testium, ita vt negare non possint illas habuisse. Eligimus autem ac vos, virtute harum litterarum, deputamus in commissarios et executores nostros in hoc negocio, cum illa eadem potestate quam nos ipsi habemus, volentes ac mandantes vt omnes, tam patroni quam mercatores et alij, vestris mandatis obtemperent in hoc negocio, tanquam nobis; et, per litteras annexas, scribimus etiam mercatoribus nostris Londinij residentibus, vt quicquid illis iniunxeritis ad hanc materiam pertinens prompte exequantur (3). Que autem a vobis curari et fieri volumus hec sunt:

Primum, vt, cum diligentia, videatis quod he naues tres habeant arma et munitiones necessarias ac numerum virorum quem illis taxauimus; deinde, vt illis addatis viros sexaginta, quos, iudicio vestro, inter eas distribuatis; post hec, vt statuatis illis tempus recessus sui, vt certius possint

(1) No ms. *Portugallie*.

(2) No ms. *Portugallie*.

(3) A carta em referência é o documento segundamente lançado. Bruges, na data o mais importante mercado do noroeste europeu, e Londres constituam então os grandes centros comerciais dos genoveses na Europa, como observa HEERS: — «Tout compte fait, leurs positions commerciales en Occident se limitent à deux grandes villes, Londres et Bruges et, du point de vue des transports maritimes, à deux étroites façades, de Sandwich à Southampton d'une part, de l'Écluse à Middelbourg de l'autre» (*Gênes au XV<sup>e</sup> siècle*, p. 415).

et simul discedere et simul nauigare; quod, si forte, cum has nostras litteras acceperitis, sciretis Portugalliorum (4) potentiam creuisse, ita vt he tres naues cum his ccc.<sup>112</sup> viris non viderentur satis tute, volumus vt, hoc casu, uel addatis eis alias naues vel, si ita vobis videbitur, addatis plures in eis propugnatores. Si autem aliqua ipsarum trium nauium iam discessisset, tunc et in detinendo has duas et in augendo virorum numero ita prouideatis, vt non nauigent cum periculo. Et denique saluti ipsarum et aliarum ita consulite, vt res extra periculum posita videatur.

Pro habendis autem pecuniis que in stipendium horum Lx.<sup>12</sup> viro- rum necessarie sunt, damus vobis arbitrium ac volumus vt, auditis alijs jannuensibus qui illic erunt, eas exigatis uel per impositionem faciendam super mercibus harum nauium uel per alias vias que vobis equiores et minus damnose videbuntur; nam nos eas prouisiones et impositiones quas, pro habendis pecuniis istis feceritis, ex nunc approbamus ac valere volumus, quemadmodum si a nobis legitime facte forent. Si vero res ipsa exigeret plures superaddi in ipsis nauibus homines, ita vt Lx.<sup>12</sup> non sufficerent, hoc casu volumus vt quicquid impendetur vltra stipendium viro- rum Lx.<sup>12</sup> nobis, officialibus Portugalie (5), solutum mittatis; nam, nos solutioni harum peccuniarum plenarie prouidebimus.

Demum ita concludimus. Habetis ordinationes nostras, habetis a nobis potestatem et arbitrium, estis in re presentes, curate igitur negocium hoc, ita vt, pro conditione temporum, naues omnes, sed he tres precipue, tute nauigent ab insultibus horum predonum. Huic autem nuncio quem ad vos propterea mittimus, nomine Petraquinum Bismum, si illuc ad vos peruenerit in dies decem et octo, qui cras defluere incipiant, soluite ducatos octo, nam nos illi soluimus hic ducatos quatuordecim, qui faciunt complementum solutionis sue. Si autem in dies xviii illuc non peruenerit, ipsa die comprehensa, nichil prorsus illi soluat. Si autem diebus decem et septem ad vos peruenerit, soluite illi ducatos nouem. Et si in diebus se[x]-decim, soluantur ei ducatos vndecim. Si autem in diebus quindecim ad vos venerit, soluite illi ducatos quatuordecim. Hec igitur omnia recte curate.

Data xij maij.

(4) No ms. *Portugalliorum*.

(5) No ms. *Portugallie*. A expressão «officialibus Portugalie» deve entender-se «oficiais genoveses das coisas ou negócios relativos a Portugal», nos termos da que se lê ao princípio do documento e de harmonia com a nota 1 do documento anterior.

## 18

13 MAIO 1434

*Carta das autoridades de Génova aos mercadores genoveses residentes em Londres, a comunicar-lhes: que, para as naus genovesas navegarem mais seguramente e livres dos insultos dos portugueses, deram instruções oportunas aos patrões de três naus que supõem encontrar-se naquele mar; que elegeram para seus comissários e executores no assunto Leonel Spinola e João de Marinis, com amplos poderes; e, pois eles lhes devem dar instruções sobre o particular, as cumpram pronta e diligentemente (1).*

ASG.: Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 30 v., n.º 56.

Oldradus, locumtenens, etc., consilium et officium Portugallie (2).  
Nobilibus viris mercatoribus januensibus Londinij residentibus, nobis carissimis.

Viri nobiles, nobis carissimi. Vt naues nostre ab insultu Portugaliorum (3) possint tutius nauigare, dedimus oportunas commissiones patronis trium nauium nostrarum, quas in mari illo esse credimus. Elegimus etiam in commissarios nostros et executores huius materie viros nobiles Leonelem Spinulam et Johannem de Marinis, quibus et dedimus potestatem amplam et arbitrium illis, quare iniunximus ea que illos facere oporteat. Et, quoniam vobis iniungent quedam ad hanc materiam pertinentia, iubemus expresse vobis omnibus vt commissiones eorum prompte et impigre exequamini, tanquam nostras.

Data xijj maij.

---

(1) Vejam-se os nossos documentos anteriores da mesma data.

(2) No ms. *Portugallie*.

(3) No ms. *Portugallicorum*.

## 19

13 MAIO 1434

*Carta das autoridades de Génova, dirigida a Leonel Spinola e João de Marinis, súbditos genoveses residentes em Bruges, a ordenar-lhes cumpram cuidadosamente o que lhes dizem noutra carta e paguem ao portador, a teor do que na mesma se refere (1).*

ASG., Archivio Segreto, Litterarum registri, 1783, fl. 30 v., n.º 57.

Oldradus, locumtenens, consilium et officium prouisorum Portugalie (2).

Leoneli Spinule et Johanni de Marinis, Brugijs.

Viri nobiles. Ex inspectionestrarum patentium litterarum omnia plene cognoscetis que vestra cognitione digna sint. Legite igitur et perlegite litteras ipsas ac mandata nostra studiose conficite et nuncio harum portitori soluite, iuxta formam et conditiones que in nostris patentibus litteris declarantur.

Data xliii<sup>a</sup> maij.

## 20

12 JUNHO 1434

*Carta das autoridades de Génova, dirigida a Baptista Lecancelo, Simão Spinola e Nicolau Cataneo, patrões de três naus, na qual, em referência à carta que lhes endereçaram em 13 de Maio e por lhes haver constado que as naus e varinéis portugueses devem sair antes de 1 de Junho e que a sua partida assume intenção má quanto à nação genovesa, renovam as recomendações feitas na carta anterior, mas quanto a não atacarem, mudaram de parecer, resolvendo e ordenando que onde encontrarem aquelas naus ou quaisquer outros barcos portugueses armados procurem tomá-los, como barcos pira-*

(1) A carta aqui referenciada é o nosso DOC. 17.

(2) No ms. *Portugalie*.

*tas, pois é Génova a nação que mais gravemente pode ser por eles lesada; para o que se não bastarem os homens de que dispõem, recorram a Leonel Spinola e João de Marinis.*

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 40 v., n.º 78.

Oldradus de Lampugnano, ducalis in Jannua locumtenens, consilium antianorum et prouisoires rerum Portugallie (1).

Nobilibus viris Baptiste Lecanelum, Simoni Spinule et Nicole Cataneo, patronis trium nauium, nobis carissimis.

Viri nobiles, nobis carissimi. Scripsimus vobis die xiii<sup>a</sup> maij vosque certos reddidimus de duabus nauibus ac totidem balenerijs qui, cum mille propugnatoribus e Portugallia exire debebant, constituimusque, ex ipsis litteris nostris, prouisiones, tam hominum addendorum, quam societatis et conserue, quas a vobis fieri volebamus.

Nunc, autem, cum rursus informati simus naues ipsas exire debuisse ante kalendas junij et prefectum earum habere erga nationem nostram pessimam mentem, quicquid ex ipsis litteris nostris vobis precepimus id nunc approbamus et a vobis omnino seruari ac perfici volumus, omni excusatione reiecta (2).

Verum, quia vobis iniunximus vt nisi naues ipse uel iam offendissent uel vos offendere tentarent, non lederetis eas, nunc, mutato consilio, volumus ac vobis precise et expresse mandamus vt vbicumque eas inuenire contingat et similiter alias quaslibet naues Portugalliorum (3) que essent armate, illas enitameni expugnare et capere, vt naues predonum. Scimus enim quod tales naues armate ad predam armate sunt nec villa natio est que ab eis grauius ledi possit quam nos; propter quod expedit, si possumus, vt eas e mari tollamus. Quare accingimini et viriliter agite.

Et, si viros tot non habetis quot huic rei sufficiant, recurrite ad nobiles Leonelem Spinulam et Johannem de Marinis, quibus opportune scribimus quod expedientes prouisiones facient et adhibebunt huic negocio ordines opportunos.

Data xii<sup>a</sup> junij.

---

(1) No ms. *Portugallie*.

(2) Este passo permite-nos localizar na segunda metade de Maio ou já em Junho a partida da expedição henriquina de 1434 destinada às Canárias à qual nos referimos em a nota 1 do nosso DOC. 129. Pelo visto, em 12 de Junho ainda Génova não sabia se ela havia partido.

(3) No ms. *Portugalliorum*.

## 21

12 JUNHO 1434

*Carta das autoridades de Génova, dirigida a Leonel Spinola e João de Marinis, residentes em Bruges, sobre o assunto do documento anteriormente reproduzido, a ordenar-lhes o entreguem aos patrões nele referenciados e provejam para que as naus deles tenham as armas e o pessoal que lhes fora marcado, juntem mais os 60 homens em que lhes falaram e os que julguem ser precisos para expugnar os barcos portugueses, bem como uma outra nau e que ponham toda a diligência em assunto de tamanha monta.*

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 41, n.º 79.

Oldradus, consilium et officium prouisorum rerum Portugallie (1). Nobilibus et egregijs viris Leoneli Spinule et Johanni de Marinis, Brugijs residentibus.

Viri nobiles, nobis carissimi. Ea que vobis scripsimus de preparandis nauibus Baptiste Lecanelum, Simonis Spinule et Nicole Catanei et addendis in ipsis hominibus, prout littere nostre, die xlii.<sup>a</sup> maij scripte, diffuse loquuntur, rursus approbamus et, omni excusatione amota, seruari a vobis ac perfici volumus (2). Sed, quoniam sumus certiores facti quod naues et balenerij illi Portugalliorum (3) exiture erant in kalendas junij quodque prefectus earum pessimam gerit mentem aduersus nationem nostram, consilium mutauimus.

Nam, vbi, in litteris ipsis, scripseramus quod naues nostre non offenderent illas, nisi uel ille iam offendissent uel offendere tentarent, nunc patronis nostris iniungimus vt ubicunque illas inueniant enitantur, pro viribus, eas expugnare et capere. Cum enim sciamus illas nonnisi ad predam fore armatas, nulla est profecto natio que ab eis grauius ledi possit quam nos.

Quare volumus et vobis committimus vt litteras nostras his annexas patronis tradatis ac prouideatis vt naues Baptiste, Simonis et Nicole habeant arma et homines a nobis ordinatos et vos eis addite illos Lx<sup>ia</sup> de

(1) No ms. *Portugallie*.

(2) Cfr. o nosso DOC. 17.

(3) No ms. *Portugalliorum*.

quibus scripsimus. Ac preterea enitimini, pro viribus, si potestis, vnam aliam nauem eis adiungere; et tamen, siue eam adiungatis siue non, considerate an homines quos habent sufficiant expugnationi nauium Portugalliorum (4).

Et, si non sufficere iudicarentur, addite vltra illos Lx<sup>ia</sup> tot quot sufficere credantur. Et quicquid capient stipendia ipsorum, exceptis illis Lx<sup>ia</sup>, mittite solutum nobis prouisoribus. Relinquimus cure et prudentie vestre huius prouisionis expeditionem. Vos igitur apponite ad hoc diligentiam quam res tanta meretur.

Data xii<sup>a</sup> junij.

## 22

14 JUNHO 1434

*Carta das autoridades de Génova, dirigida a el-rei D. Duarte, a estranhar-lhe o procedimento dos portugueses, aliás sempre bem recebidos em sua terra, para com os súbditos genoveses no mar, tomando-lhes os bens e as mercadorias e atacando-os como se foram inimigos, nomeadamente no caso da nau portuguesa que capturou, no mar da Sicília, o navio de Francisco de Lignolis e o levou para o ocidente, e no da expolição de Domingos Gentile, encontrado no mar e a quem deixaram quase só o fato, a solicitar-lhe a entrega das coisas assim tomadas e a rogar-lhe recomende aos portugueses se abstenham, de futuro, de tais malefícios.*

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 42, n.º 80.

Sacre regie maiestati Portugallie (1).

Serenissime et clarissime princeps. Innumere sunt querele, quas, paucis ab annis citra, ad nos detulerunt ac deferunt quotidie ciues nostri, referentes se ac merces et bona sua capi, spoliari et iniurijs affici ab subditis maiestatis vestre, non secus quam hostes facere soleunt. Ea res inicit nobis magnum angorem nec minorem tamen admirationem. Scimus enim esse nobis cum maiestate vestra non pacem modo, sed pacem bonam ac sinceram, nostri parte sancte religioseque seruatum. Scimus subditos

(4) No ms. *Portugalliarum*.

(1) No ms. *Portugallie*.

maiestatis vestre, quotiens in terras nostras veniunt, adeo amice fraternèque tractari vt non putemus illos in propria patria humanius posse tractari.

Non intelligimus, igitur, vnde sit vt, pro his officijs, damna iniurieque nobis rependantur. Clamant ciues nostri regnum Castelle frequentantes se et sua, more hostium, indesinenter diripi a subditis vestris. Clamant participes nauis Francisci de Lignolis fuisse eam nauculam ab vna nauí Portugallie (2) nuper, in mari Siculo, captam et inde in occidentum auectam. Eandem detulit querelam carus ciuis noster Dominicus Gentilis, quem, nuper in mari repertum, ita vestri spoliauerunt, vt vix illi amictus corporis relictus sit. At nos, quanquam difficile videatur credere, maiestatem vestram horum facinorum ignaram esse, statuimus tamen, his litteris nostris, ea sibi iudicare, vt nos ipsi, qui iniurias passi sumus, querelas nostras ad eam, vt decet, deferamus.

Quam precamur, ex animo, vt, pro iusticia et honore suo, ita prouidere velit vt predones hi nostris restitutionem plenariam faciant rerum omnium ablatarum; deinde vt naues, quas ex regno vestro deinceps exire contingeret, ita moneantur vt ab omni nostrorum iniuria sese contineant.

Jd enim pax iubet, id ipsum iusticia efflagitat, sine qua, vt sapientes tradiderunt, regna verius latrocinia vocantur quam regna. Nobis autem spes certa est quod vestra maiestas adeo sufficienter prouidebit et restitutioni preteritorum damnorum et abstinentie futurorum, quod nobis opus non erit, propterea, vllas alias querelas accumulare. Super qua quidem materia placeat, precamur, nobis rescribere quasnam prouisiones a vestra maiestate, pro indemnitate nostrorum facte fuerint. Nos insuper in omnia gloriam et decus maiestatis vestre concernentia nos et nostra offerimus, ex animis semper paratos.

Data xiiii<sup>a</sup> junij. Oldradus, locumtenens, et consilium ciuitatis Jannue.

## 23

14 JUNHO 1434

*Carta das autoridades de Génova, dirigida aos cônsules e mercadores genoveses residentes em Sevilha, a dizer-lhes que enviam carta ao rei de Portugal sobre os danos e injúrias incessantemente*

---

(2) No ms. *Portugallie*.



*inflingidos pelos seus súbditos, e a ordenar-lhes a mandem ao monarca, por homem de confiança, que inste pela resposta e lha, façam chegar pela via que julguem melhor (1).*

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fol. 42 v., n.º 81.

Oldradus, locumtenens, et consilium.

Nobilibus et egregijs viris consulibus et mercatoribus januensibus Hispali residentibus.

Carissimi. Scribimus sacre regie maiestati Portugallie (2) litteras his annexas, in quibus ad eam querelas deferimus pro tot damnis atque iniurijs quibus nostri ab eius subditis indesinenter afficiuntur, nec medio-criter optamus accipere ab ea responsionem.

Quare volumus vt litteras nostras per hominem fidum illi transmit-tatis, qui instet littere responsionem, quam postea ad nos vos ipsi mittatis, ea via que vobis melior videatur.

Data vt supra (3).

## 24

30 JUNHO 1434

*Dúvidas formuladas a el-rei D. Duarte sobre a Lei Mental, por ele promulgada em 8 de Abril anterior, e respectivas respostas (4).*

Não conservadas nos volumes existentes da chancelaria eduardina nem insertas nas *Ordenações Afonsinas*, foram-no nas *Ordenações Manuelinas*, liv. 2, título 17, de cuja edição de 1514 as transcrevemos, bem como nas *Ordenações Filipinas*, liv. 2, título 35. Cópia do século XVI no ANTT., *Fundo Antigo*, n.º 15, fls. 86 a 92, com algumas variantes que se nos não afiguram de registar, motivadas até, porventura, por descuido ou liberdade do copista, a qual não nos pareceu preferível ao texto oficial impresso. Para comodidade de citação, antepomos número a cada uma das dúvidas.

- 
- (1) A carta em referência é o nosso documento anterior.
  - (2) No ms. *Portugallie*.
  - (3) Ou seja *xliijº junij*.
  - (4) Cfr. o DOC. 4.

E as duuidas que aqerca da dita ley e declaraçam della despois occorreram, que foram mouidas e determinadas, som as seguintes.

1. — Primeiramente, se a dita ley, assy per nos declarada, auera lugar no filho mayor lidimo de ordeens sacras ou beneficiado, que em todo he sometido aa jurdiçam eclesiastica e exempto da nossa.

A qual duuida declaramos que nom he nossa tençam que a dita ley aja lugar em taes pessoas, ante mandamos e ordenamos que, quando tal caso acontecer, que, per morte, daquelle que a terra ou terras da coroa de nossos regnos teuer, ficar tal filho lidimo do dito seu padre soo, sem outro jrmão, tal terra ou terras serem logo tornadas aa coroa de nossos regnos. E, ficando hy outro filho ou filhos lidimos do dito finado que as ditas terras teuer, ajaas ho mayor delles, segundo a forma da dita ley e segundo em estas declarações he contheudo.

2. — Outra duuida foy: se tal filho mayor lidimo daquelle per cuja morte a dita terra ficou nom he clérigo dordeens sacras ou beneficiado, mas he caualleiro dordem, se tal caualleiro podera herdar e auer a dita terra ou terras, per virtude da dita ley.

A qual duuida determinamos que se ho dito caualleiro for de tal ordem que possa casar, ajnda que de feito nom case, aja e herde as ditas terras sem outra contenda, assy como se nom fosse homem dordem. E, depois da sua morte, fique ao seu filho mayor lidimo baram, se ho teuer, segundo a forma da ley sobredita. E, nom ficando, per sua morte, filho baram lidimo, em todo caso as ditas terras sejam tornadas aa coroa dos regnos. E, se for de tal ordem que nom possa casar, aja seu padre, em sua vida, liure poder e faculdade de leixar as ditas terras a elle ou a outro seu filho lidimo baram, se ho teuer, a qual delles ante quiser, auendo pera ello nossa autoridade ou dos reys que a esse tempo forem. E, nom fazendo a dita declaraçam em sua vida, com nossa expressa autoridade, como dito he, em tal caso as ditas terras fiquem ao filho mayor, nom embargante que seja caualleiro dordeem, e, per sua morte, se tornem logo aa coroa dos regnos, sem outro trespassamento a nenhũ do seu linhagem, pois que delle nom pode descender baram lidimo, por ser homem dordem, que casar nom podia, como dito he, nem possa vijr aa dita ordem donde aquelle caualleiro for nem auer em ella algũ direito, em sua vida nem despois de sua morte. E, no caso que acontece ho postumeiro que a dita terra teuer auer muytos filhos barões lidimos, se lhe no[m] prouuer que ho dito filho caualleiro dordem aja as ditas terras, nom podera escolher dos outros senom aquelle que segundogenito for; e esto com nossa autoridade, como dito he, em tal guisa que sempre as ditas terras venham ao mayor filho baram, como suso dito he.

3. — Outra duuida foy: se a dita ley auera lugar no filho ou neto, natural ou espurio, legitimado per autoridade real ou per nomeaçam feita pello padre, em seu testamento, nomeandoo por filho, ou por seer offereçido aa corte e feito cortesão, ou no filho perfilhado, que se chama em direito adoptivo ou arrogado.

A qual duuida declaramos que nom he nossa tençam que tal filho ou neto assy legitimado ou perfilhado possa herdar tal terra ou terras da coroa dos regnos, saluo se, no caso onde for per nossa autoridade legitimado ou perfilhado, na dita legitimaçam per nos feita ou no perfilhamento per nos confirmado, expressamente for declarado que os possa herdar e auer, sem embargo do falecimento da sua nascença e sem embargo desta ordenaçam. Pero, se tal filho for legitimado per matrimonio seguinte, despois de sua nascença celebrado antre seu padre e sua madre, porque este legitimado he em todo perfeitamente lidimo, auera lugar a dita ley em elle, assy como se, ao tempo da sua naçença, ja ho dito matrimonio fora celebrado; contanto que este filho seja tal que, per direito, seja legitimado per seguinte matrimonio, sendo ho dito casamento feito parçeiramente ou em façe de ygreja. E nom embargante que atee aqui ajam passadas muytas legitimações e confirmações de perfilhamento, per que os legitimados ou perfilhados possam auer e herdar feudos e morgados e outras semelhantes heranças, nom he nossa tençam que, per taes palauras nem outras semelhantes, de qualquer guisa que sejam ditas, assy açerca da restituçam do nascimento como açerca da abilitaçam pera poder auer e herdar as cousas que lhe forem dadas ou leixadas, tal legitimado ou perfilhado possa auer e herdar as ditas terras da coroa do regno, saluo no caso onde especialmente lhe for outorgado que as possa auer ou herdar sem embargo desta ley, e doutra guisa nom.

E em ho caso onde, per morte daquelle que a terra possuuya, ficou algũu filho baram lidimo, nado de legitimo matrimonio, nom podera herdar per sua morte nem auer em sua vida as ditas terras nehũu filho legitimado per nossa carta, ajnda que especialmente se contenha em ella que as possa auer e herdar. E esto posto que seja legitimado ante que ho dito filho lidimo, lidimamente nado, naçesse; porque nossa tençam he que tal legitimaçam nunca possa, em algũu caso, empeçer ao filho lidimamente nado, ajnda que seja vallada, afortelizada de quaesquer clausolas derogatorias e vinculos de dereito, per qualquer guisa que sejam ou possam seer ditas e compostas.

4. — Outra duuida foy: se, per morte daquelle que a terra postumeiramente ouue, nom ficar nenhũu baram lidimo descendente per linha masculina e ficar hy algũu seu descendente lidimo de filha lidema, se tal como este podera auer a dita terra da coroa do regno.

A qual duuida declaramos que nom he nossa tençam que tal descendente per linha femenina herde a dita terra, antes acordamos que seja logo tornada aa coroa do regno sem outra nenhũa contenda; porque achamos per direito que, pois a filha de que tal lidimo baram descendeo nom podia auer a dita terra, a sua incapacidade faz ho seu descendente nom ha poder auer. E, segundo as leys imperiaes, a dita terra nom pode fazer salto ao dito seu descendente baram. E portanto deue seer tornada aa coroa do regno, como dito he, que, se for baram descendente per linha lidima masculina, podellaa auer, segundo a forma da dita ley per nos declarada.

5. — Outra duuida foy: se, per morte daquelle que postumeiramente ouue e possuio a terra ou terras da coroa dos regnos, nom ficou nenhũu seu descendente baram lidimo per linha direita masculina, se herdara em ella seu jrmão lidimo descendente per linha direita masculina lidima daquelle a que a dita terra primeiramente foy dada.

A qual duuida declaramos que nom, porque somos certo que tal foy a tençam do dito rrey, meu senhor e padre, e assy ho vimos por elle determinar em algũs casos semelhantes que, em seu tempo, aconteceram, a saber em Martym Vaaz de Mello, que foy senhor de Poucos e de Castanheira e de Chelheiros, e com Aluaro Rodriguez de Lima, senhor da terra de Valdevez; per cujas mortes delles nom ficaram nenhũus descendentes, pero que ficassem seus jrmãos lidimos, filhos daquelles a que as ditas terras primeiramente foram dadas de jure e de herdade, nom herdaram em ellas, ante foram logo tornadas aa coroa dos regnos. E ho dito ssenhor rrey fez dellas nouamente merçee a Pero Vaz e a Lyonel de Lima, seus jrmãos, sem querendo nunca consentir que fizesse trespassamento a elles, ditos jrmãos, per via de soçessam, pero que ho dito Pero Vaz fosse neto lidimo de Gonçalo Vaz de Mello e o dito Lyonel de Lima filho lidimo de FernandEanes de Lima, a que primeiramente foram dadas de jure e de herdade, como dito he. E porem mandamos que, quando tal caso acontecer, se guarde e cumpra assi como pello dito rrey, meu senhor e padre, foy determinado e que as ditas terras sejam logo tornadas aa coroa do regno, sem outra nenhũa contenda.

6. — Outra duuida foy: se a terra nouamente foy dada a algũ de jure e de herdade e elle morreo sem nenhũu descendente lidimo, se a tal como este herdara seu padre ou auoo na dita terra, no caso onde ho filho foy nado lidimamente.

A qual duuida declaramos que nom he nossa tençam que as ditas terras façam trespassamento a nenhũu ascendente, ante mandamos que, quando tal caso acontecer, a dita terra ou terras sejam logo deuolutas aa coroa do regno, sem outra algũa contenda. Pero, se a dita terra for primeiramente do dito padre ou auoo e, per nossa antoridade, foy per elle dada ao dito

filho ou neto, em tal caso, per morte do dito filho ou neto, tornarsea ao dito padre ou auoo cuja antes foy e, per sua morte, fique a seu filho baram lidimo, segundo a forma da dita ley e declaraçam aqui contheuda.

7. — Outra duuida foy: se em algũa doaçam de terras da coroa do regno he contheudo que se possam partir ygualmente antre os jrmãos, se, per virtude de tal clausula, aueram de seer partidas, sem embargo da dita ley.

A qual duuida determinamos que nom, antes mandamos que, nom embargante a dita clausula, as ditas terras venham sempre e fiquem todas in solido ao filho mayor baram lidimo, segundo na dita ley he contheudo; porquanto, segundo per muytas vezes ouuimos ao dito senhor rrey, meu senhor e padre, as ditas doações, pella mayor parte, foram feitas no tempo das guerras passadas e, pella ocupaçam dellas, nom podiam tam perfeitamente seer examinadas, como ao caso de cada hũ se requeria (1). E, despois que os regnos foram postos, com a graça do senhor Deus, em assesego, achou que eram feitas em tal forma que, sendo assy compridamente guardadas como em ellas era contheudo, seguirseia (2) disso grande dño e perjuizo aa coroa dos regnos. E portanto ordenou, com acordo de leterados do seu conselho, fazer em sua vontade a dita ley, per que declarou e limitou as ditas doações segundo a dita sua declaraçam, a qual sempre mandou guardar, sem embargo de quaesquer palauras em ellas contheudas que parecessem seer contrairas aa dita declaraçam, saluo onde expressamente declaraua que as podessem auer filhas; que, em tal caso, mandaua que as ouuessem quando filhos barões lidimos nom ficassem daquelle que a terra possuia, enformado per elles que, segundo direito, ho podia fazer. A qual, pero que nom fosse escrita em seu tempo, foy sempre guardada e praticada em todo caso que de feito acontecia, como dito he.

8. — Outra duuida foy: se aquelle a que a dita terra ou terras da coroa dos regnos foram nouamente dadas ou vieram a elle, per herança ou per qualquer outra soçessam, quer dellas ou de cada hũa dellas fazer doaçam simprez ou per causa de casamento a algũ outro filho ou filha lidimos, segunda ou tergeiramente gerados, em prejuizo de filho primogenito baram lidimo a que a dita terra he deuida, per beem da dita ley, se ho podera fazer, sem embargo della.

A qual duuida declaramos que nossa tençam he que, em tal caso, a dita doaçam se possa fazer com nossa expressa autoridade, nom embar-

---

(1) No impresso, decerto por gralha, *requeira*. Também na edição de 1521 se lê *requeira*.

(2) No impresso *seguirsea*, corrigido na ed. de 1521 para *seguirsea*.

gante que, ao tempo que assy foy feita, aquelle que a dita doaçam fazer aja outro filho major baram lidimo. E esto quer ho filho major seja na primeira doaçam que ao pay foy feita expressamente nomeado, quer nom; contanto que a dita doaçam seja feita de terra ou terras enteiramente, assy como antijgamente cada hũa foy limitada e demarcada, em tal guisa que nom sejam partidas em nenhũ tempo, per nenhũa guisa. E, se a dita doaçam for feita com nossa expressa autoridade, por causa de casamento, em dote com algũa filha, falecendo ella da vida deste mundo sem filho ou neto baram lidimo, em tal caso a dita terra ou terras sejam logo tornadas a coroa dos regnos, sem outro nenhũ embargo. E, ficando, per sua morte, algũu filho ou neto baram lidimo descendente della per linha masculina, aja elle a dita terra ou terras, em sua vida; e, dhy em diante, vaa ao seu filho major ou neto barões lidimos que descendam, per linha direita e nom doutra guisa, se ho ouuer, ao tempo de sua morte, segundo a forma da dita ley. E, nom ho auendo hy, tornese aa coroa dos regnos. Pero, nossa tençam he que tal doaçam, assy feita, em perjuizo do primogenito, nom chegue aa metade de todallas terras da coroa do regno que teuer aquelle que fez a dita doaçam. Pero, se aquelle que assy tal doaçam quizer fazer nom teuer mais que hũa terra, nom a possa dar sem nossa expressa autoridade e consentimento do filho primogenito a que a terra he deuida, per bem da dita ley.

9. — Outra duuida foy: se aquelle que a dita terra ou terras ouue, per real doaçam ou per outra qualquer soçessam, ouuer filho lidimo baram e, em seu prejuizo, a quizer dar ou vender a algũa outra pessoa estranha, se ho podera fazer.

A qual duuida declaramos que nossa tençam he que, em tal caso, a dita terra ou terras nom possam seer dadas nem vendidas per nenhũa guisa a nenhũa pessoa, saluo a cada hũu dos outros filhos ou netos nados despois do primogenito, como dito he na outra duuida suso declarada. Pero, se a quizer escaymbar por outra terra da coroa do regno, possaho fazer com nossa expressa autoridade, contanto que nom valha menos a terça parte daquella per que for escaymbada, e doutra guisa nom. E, no caso que nom teuer filho baram lidimo que herdar deua na dita terra, nom a podera vender, dar nem escaimbar nem emlhear per nenhũa guisa, em nenhũa maneira, em pessoa algũa, de qualquer estado e condiçam que seja, senom com nossa expressa autoridade. E, fazendose ho contrairo, a dita terra ou terras sejam logo tornadas aa coroa dos regnos, por serem assy vendidas, dadas ou escaimbadas contra nossa ley. E aquelle a que assy forem vendidas ou escaimbadas ou emlheadas possa auer recurso contra aquelle que lhas assy vendeo, deu ou escaimbou ou emlheou (3), segundo per direito

---

(3) Corrigimos o *emlheu* para *emlheou*; pois na ed. de 1521 está *ematheou*.

lhe for theudo e obrigado. E todo esto aja lugar sem embargo que em as ditas doações se contenha que os donatarios as possam vender, dar e doar e escaimbar e fazer dellas ho que lhe aprouuer, como de sua cousa propria.

10. — Outra duuida foy: se aquelle a que a dita terra ou terras foram nouamente dadas ou as ouue per algũa herança ou qualquer outra soçessam as podera apenhar, por causa de dote ou por arras, em seu casamento.

A qual duuida declaramos que nossa tençam he que ho possa fazer, auendo pera ello nossa expressa autoridade, nom embargando que a esse tempo elle aja filho lidimo baram dalgũa outra molher com que ja primeiramente fosse casado, com tal condigam que, separado ho dito casamento, per morte de cada hũu dos contrahentes, sejam descontados os fruitos da dita terra ou terras nas ditas dotes e arras, segundo que em saluo renderem em cada hũu anno, posto que no trauto do apenhamento assy feito se contenha que possa a molher auer as ditas rendas em saluo atee ella seer compridamente paga de toda a dita dote ou arras, sem descompensar dello nenhũa cousa; porquanto somos enformado, per leterados do nosso conselho, que, separado o dito matrimonio, as ditas rendas nom se poderiam levar em saluo, nom descontando da duuida principal, sem pecado de vsura. Em, o qual pecado encorriamos dando a elle lugar e autoridade per algũa guisa. E, feito assy pagamento de toda a dita dote e arras ou per outro qualquer modo, seja logo a dita terra ou terras tornadas ao filho ou neto mayor baram lidimo, e assy dy em diante, daquelle que a dita terra ou terras assy apenhar, como dito he, se a esse tempo viuo for, segundo forma da dita ley. E, nom auendo hy filho ou neto baram lidimo per linha masculina descendente, em tal caso seja logo a dita terra ou terras tornadas aa coroa dos regnos, sem outro nenhũ embargo, entregandose primeiro a dita molher per as nouidades da terra, como dito he. E se, no caso que ho dito matrimonio for separado e hy ouuer tantos beens patrimoniaes per que se possa pagar a dita dote e arras, mandamos que per elles seja entregue e ho que falecer que ho possa a dita molher auer pelas rendas das terras da coroa dos regnos, se, per autoridade nossa, forem a ello obrigados. Porque nossa tençam he que primeiramente se aja e pague a dita dote e arras pellos beens patrimoniaes e, aa mingua delles, se ajam e paguem pellas nouidades das terras da coroa dos regnos.

11. — Outra duuida foy: se aquelle a que a dita terra nouamente foy dada ou a elle veo per algũa herança ou per qualquer outra soçessam ha quiser a nos vender ou escaimbar, se ho podera fazer em perjuizo do filho baram lidimo que a esse tempo hy ouuer.

A qual duuida declaramos que em todo caso a dita terra ou terras poderam liurementemente a nos ser vendidas ou escaimbadas ou per outra qual-

quer guisa emiheadas, nom embargante que, a esse tempo da venda ou escaimbo ou outro qualquer emiheamento, ho vendedor ou escaimbador aja filho lidimo; porque somos enformado, per leterados, que nenhũa ley per nos feita nos lega nem obriga, senom emquanto nos, fundado em boom juizo e ygualdade, quisermos a ella sojugar ho nosso real poderio. E, porquanto as ditas terras proçederom de nosso real patrimonio, ho qual, segundo as leys imperiaes, somos theudo dacreçentar; acordamos, em fauor da coroa dos regnos, por nom tolher a via como licitamente e com justa razam pos-sam ser tornadas ao dito patrimonio real donde proçederam as ditas terras, poderem a nos serem vendidas ou escaimbadas liurementemente em todo caso, como dito he. E ajnda achamos que ho dito rey, meu senhor e padre, assi ho vsou e praticou sempre em muytas terras que comprou e escaimbou, em semelhante caso.

12. — Outra duuida foy: se a dita ley auera lugar nos beens que foram applicados ou confiscados aa coroa dos regnos por algũs maleficios ou indi-nações, desobediências ou por ficarem vagos, per morte dalgũs abintestados.

A qual duuida declaramos que, nos beens que ate ora foram dados, se guardem as leys do regno e direito comũu, segundo que ate aqui, em semelhantes casos, foy praticado. E nos beens de raiz que se derem daqui em diante, se ao tempo que foram dados ja eram encorporados no patrimo-nio real, a saber escritos nos liuros dos nossos propios ou na carta da mer-çee faça expressa mençam que foram encorporados em nosso patrimonio, em taes casos como estes e cada hũu delles sejam os ditos beens auidos por da coroa do regno e sejam julgados segundo a natura e condiçam delles; e, nos outros que se derem simprezmente e nom forem encorporados em nosso patrimonio fiscal, por cada hũua das razões susoditas, taes como estes sejam auidos por beens patrimoniaes e, segundo a sua natura e condiçam, sejam julgados. E quanto he aos beens mouees que se daqui em diante derem siguam sempre a natura dos beens patrimoniaes e segundo aquella condiçam sejam julgados.

13. — Outra duuida foy: se algũas terras da coroa do regno ou direitos reaes foram escaimbadas per cada hũu dos reys que ate aqui foram ou forem daqui em diante destes regnos por outros beens patrimoniaes, com tal condiçam que as ditas terras ou direitos reaes sejam em todo do patri-monio daquelle que os recebem, e os que nos elle deer serem em todo do patrimonio real, quaes destes beens serem auidos por da coroa do regno e sometidos aa ordenança desta ley com suas declarações.

A qual duuida determinamos em esta guisa, a saber: se os ditos beens priuados, que a nos vierem per virtude dos ditos escaimbos, sempre foram e som per nos possuidos sem delles nunca ser feita merçee pellos reys que



ante nos foram ou per nos a nenhũa pessoa, em tal caso sera em aluidro nosso, achando que foram feitos em dâño ou perjuizo do regno, de os reprovuar e resolver da feitura delles atee quatro annos primeiros seguintes, guardandose agerca desto em todo ho direito comũ. E, sendo reprovados e resolutos taes escaimbos, realmente e com efeito, em tal caso as ditas terras e direitos reaes fiquem em sua propia natura de que primeiramente foram, antes que os ditos escaimbos fossem feitos, assy e tam compridamente como se nunca os ditos escaimbos fossem feitos. Pero, se ho dano for tanto que passe alem da metade do justo preço, em tal caso se possam reuogar atee trinta annos porque achamos per direito que assy se pode e deue fazer.

E se os ditos beens que assy a nos ou aos ditos reys nossos antecessores vieram e, per virtude dos ditos escaimbos, foram trespassados a algũas outras pessoas, per merçe que lhe delles fosse feita, em tal caso, tornando taes beens, em algũu tempo, ao patrimonio real, per qualquer guisa e, seendo outrosy em algũu tempo extinta a linhagem dereitamente descendente per linha masculina, segundo a forma desta ordenaçã, daquelle com que as ditas terras da coroa do regno ou direitos reais foram escaimbadas, se achado for pello rey que a esse tempo for que taes escaimbos ou cada hũ delles som em dâño ou perjuizo da coroa dos regnos, possa liurementemente, ate quatro annos, contados do dia que os ditos beens forem tornados aa coroa do regno, reuogar e resolver os ditos escaimbos e cada hũ delles e cobrar realmente e com efeito as ditas terras da coroa do regno e direitos reaes, tornando outrosy com efeito outros quaesquer beens por que assy foram escaimbados, como dito he.

E, sendo achado que ho dito engano ou lesam passou a metade do justo preço, em este caso mandamos que os ditos escaimbos possam ser desfeitos e resolutos, ao tempo que for achado, per direito comũ, que ho pode ser. O qual queremos que em esta parte seja guardado em todo e as ditas terras e direitos reaes sejam tornados, dy en diante, aa sua propria e verdadeira natura da coroa do regno, de que primeiramente foram, sometidos a ordenança desta ley com suas declarações. E, emquanto esta restituçam nom for em todo realmente feita per ambalas partes, como dito he, os ditos beens patrimoniaes que, per bem do dito escainbo, aos ditos reys vierem sejam auidos por beens da coroa do regno e assy sejam auidos e julgados. E as outras terras e direitos reaes que por elles foram escaimbados sejam por entanto auidos e julgados por bens patrimoniaes em todo caso emquanto assi nom forem tornados a coroa do regno, como dito he.

14. — Outra duuida foy: se pellos reys que ante nos foram foy feita doaçam a algũ fidalgo ou a qualquer outra pessoa dalgũa terra, villa ou castello geralmente com toda sua jurdiçom, mero, mixto imperio, com todo outro qualquer direito real que a elle, dito senhor, hy pertença dauar se, em

tal caso, passaram per taes palauras assy geraes os padroados das ygrejas que elle, dito senhor, hy aja a estes donatarios.

A qual duuida declaramos segundo a tençam do dito rey, meu senhor e padre, ao qual vimos, per muytas vezes, assy vsar e julgar em seu tempo, quando tal caso de feito acontecia, enformado per leterados do seu conselho que per direito se deuia assy de fazer, a saber quando em tal doaçam especialmente for declarado que o rey da os ditos padroados, em tal caso passem ao dito donatario e, dy em diante, a seu filho baram lidimo que herdar a dita terra, segundo forma da dita ley, e doutra guisa nom passaram ao dito donatario, per tal doaçam, nom embargando que a dita terra, villa ou castello seja dado com toda sua jurdiçam, mero e mixto imperio e todo outro direito real que elrey hy aja ou auer possa ou quaesquer outras palauras geraes per qualquer guisa que possam ser compostas, ajnda que algũa pareça que, per beem de sua generalidade, possam em sy compreender os ditos padroados.

E se os ditos padroados a algũ forem dados apartados, per graça especial, de jure e de herdade, sem terra, villa ou castello, em tal caso passaram, per morte do donatário, ao seu filho major lidimo baram, per aquelle modo que he ordenado que passem as terras da coroa do regno, segundo forma da dita ley. E esto queremos e mandamos que se guarde e aja lugar geralmente em quaesquer doações feitas pellos reys que ante foram, per nos ou pellos que adiante forem.

15. — Outra duuida foy: se per algũ rey for ou foy feita doaçam a algũ fidalgo ou qualquer outra pessoa dalgũa terra, villa ou castello, em vida ou enquanto for merçe do rey que a deu, e o dito donatario deu em sua vida, a prazo ou a foro pera sempre ou em çertas pessoas, algũas quintãas, casaes, casas ou quaesquer outras herdades ou direitos que aa dita terra, villa ou castello pertence se, acabada a vida do dito donatario ou reuogada a dita doaçam, sera ho dito rey theudo a manter taes contractos.

A qual duuida declaramos que nossa tençam he que os ditos donatarios nom façam taes contractos sem nossa especial autoridade e, sendo doutra guisa feitos, nom seja ho rey theudo a os manter, saluo enquanto lhe aprouuer e o sentir por seu seruico; porque, auido conselho com algũs leterados, achamos per direito que taes contractos nom deuem durar mais que a merçe feita ao dito donatario; e, sendo dadas as ditas terras da coroa do regno de jure e de herdade, se algũ tempo tornarem aa coroa do regno, achando algũu contracto que fosse feito maliciosamente ou em perda conhecida de nossas rendas e direitos que, em este caso, se possa desfazer ho contracto, se ao dicto senhor rey aprouuer.

16. — As quaes declarações assy per nos feitas auemos por ley e mandamos que, daqui em diante, como ley vniuersal sejam cumpridas e guar-

dadas e ajam lugar geeralmente, em qualquer caso dos sobreditos que ao diante de feito acontecerem, assy nas doações atee aqui feitas das terras da coroa do regno pellos reys que ante nos foram ou per nos ou pellos reys que ao diante forem a quaesquer pessoas, de qualquer estado e condicam que sejam, ou forem feitas daqui auante. Pero, no[m] he nossa tençam tolhermos a nos ho poderio pera despensar com esta ley em todo caso que nos parecer justo ou razoado ou for nossa merçee, assy em parte como em todo, ante ho possamos liurementemente fazer quando nos bem parecer, nom embargante quaesquer direitos canonicos, ciues, costumes, façanhas, estilos que em contralro desto sejam, em parte ou em todo, porque, todo nom embargante, queremos e mandamos e de nosso poder absoluto e çerta sabedoria, que esta ley valha e tenha firmemente, sentindoho assi por seruiço de Nosso Senhor Deus e nosso e beem de nossos regnos e conformandonos (4) aa vontade e tençam do dito senhor rey, meu senhor e padre, e ho que lhe assi vimos vsar em seus dias ate o tempo de seu falecimento, como dito he, e per muytas vezes nos sobre ello falou.

Feita em Lixboa, aos trinta dias do mes de junho. Viçente Dominguez a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatroçentos e xxxiiij annos.

El porque per as sobreditas determinações nom he declarado ho modo per que se faz a verbal incorporação dos beens e heranças que, por algũs casos, som confiscados, determinamos que quando quer que se mostrarem algũas doações feitas a quaesquer pessoas de algũs beens, terras ou herdamentos que, por razam de algũs delitos que cometessem as pessoas cujos foram por morrerem abintestado[s] e sem herdeiros ou por causa de indinações em que incorressem ou per outro qualquer modo fossem confiscados, se em as ditas doações forem postas em estas palauras, a saber que nos confiscamos, apropiamos ou vnimos ou incorporamos os ditos beens, terras, herdamentos aa coroa de nossos regnos e, elles assy confiscados e apropiados, os damos e doamos per taes palauras em taes doações postas, os ditos beens, terras, herdamentos e quaesquer outros direitos ficam assy realmente incorporados e feitos da coroa do regno, como se fossem com toda solenidade de direito escritos e postos nos liuros dos propios beens da coroa do regno. E os taes beens assy verbalmente aa coroa apropiados ou incorporados deuem auer e ham aquellas proprias qualidades e condições em todo e per todo que ham aquelles beens e terras que foram com toda solenidade incorporados e escritos nos liuros dos propios. Porque a tal verbal incorporação ou apropriação he de tal e tanta eficacia, que deue

---

(4) No impresso *confirmandonos*; na ed. de 1521 *conformandonos*.

auer aquelle mesmo efeito que ha a atual e corporal encorporaçam e que ham os beens e terras que antiguamente e de sempre foram e som da coroa do regno e per aquellas leys e ordenações, costumes e qualidades e condições deuem seer julgadas.

## 25

4 JULHO 1434

*Escritura da partilha feita entre Gomes Eanes e sua mulher, Catarina Anes, e Frei Gonçalo, dos bens de raiz situados entre Leiria e Pombal, que lhes tinham ficado por morte de João Abade e sua mulher Constança Anes, seus pais, em presença de Pero Lopes, tabelião em Pombal pelo infante D. Henrique.*

ANTT., Mosteiro da Batalha, liv. 4, fl. 217.

Saibam quantos este sturmento de partilha virem que, na era do naçjmento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl liij<sup>o</sup> e trjnta quatro anos, quatro dias do mes de julho, em Ponbal, em presença de mjm, Pero Lopes, tabeliam na dicta vjlla, por o jfante dom Amrique, e testemunhas adeante scpritas, pareceram partes, a saber, Gomez Eanes e sua mulher Catarina Anes, moradores em termo da dicta ujlja, de hũa parte, e frey Gonçalo, filho de Joham Abade, per sy e per Joham Lourenço, seu partjdor, dado pela justiça, da outra parte.

As quaes partes disseram que elles partiram os beens de rraiz que lhes ficaron per morte de Joham Abade e Custança Anes, sua mulher, seu padre e madre. E que acontecia ao dicto frey Gonçalo um seu quinhã, hũas herdades que os sobredictos aujam em termo de Leiria, hu chamam o Lameiro, e todollos beens e djreitos que aujam na Ribeira do Alitem, asy do termo de Leiria e de Ponbal, afora hũu baçello que o dicto Gomez Eanes fez na dicta Ribeira. E, outrosy, lhe acontecia hũa herdade que aujam no termo de Soire.

E que os dictos Gomez Eanes e sua molher ajam todollos outros bens e djreitos e pertenças de rraiz que os sobredictos aujam, hu quer que achados seiam. A quall partjlha as dictas partes ouueram por bõa e jguall e a outorgaram e prometeram dauer por fjrme e estaujll, pera todo senpre, e ha nom contradizer, em parte nem em todo. E que quallquer que ha contradiser que pague a parte que ha manter de dous mjl rreais brancos de

pena. E, leuada ou nom, que todauja a dicta partilha seja firme. E pedirom as partes senhos stormentos.

Testemunhas; Martim Gonçalluez da Barregueira e Lourenço Pirez e Gonçalo Abade e Ruy Diaz e outros. E eu, tabeliam sobredicto, que este stormento pera o dicto frey Gonçalo scpriuj e meu sjnall fiz, que tal he. (*Sinal do notário*).

## 26

2 AGOSTO 1434

*Reclamação dos procuradores às cortes de Leiria-Santarém de 1434 contra a concessão do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino por D. João I ao infante D. Henrique e resposta de el-rei D. Duarte (1).*

BNL., *Fundo Geral*, ms. 6969, cap. 83, pp. 518-19, em cópia do século XVIII.

Outrossy, ssenhor, os poobos ssom agravaados por ellrrey voosso padre, cuja alma Deus aaja, tomaar a ssaboarija e [a] daar ao jffamte dom Amrrique, defemdemdo que nemhuum nom fezesse ssaboom, ssaalvo quem elle mandaasse, e os que o comtrayro fezesses ouveessem certa pena, no que rreceberom e rrecebem agravoo Deus dar aos homens modo de vyver, pera manteerem ssuas homrras, e sseremlhis assy privaados. Praza aa voossa mercee temperardes esto e mandardes que quem o quizeer fazer que o faça como amtyguamente foy; e, quando nom prouguer, que o possa cada huum fazer pera ssua caza. E o que o comtrayro fezeer aaja essa pena.

Jtem, rrespomde o dicto ssenhor que ellrrey, sseu ssenhor e padre, cuja alma Deus aaja, deu esto ao jffamte dom Amrrique, sseu jrmaom, que lhis leixou emcomendado, em sseu testamento, que couza alguuma do que derom a sseus jrmaoons lhis nom tirasse nada; e peroo que esto o

---

(1) Desconhecida a carta de el-rei D. João I em referência, fôra-lhe esta confirmada por el-rei D. Duarte em 26 de Setembro de 1433 (Cfr. o DOC. 83 do nosso vol. 4). E tal exclusivo veio a ser novamente reclamado pelos procuradores a cortes em anos subsequentes, como em seu lugar se verá, porém sempre sem resultado.

nom emtemde de fazer. E, quanto ao que rrequerem, que possam fazer ssaboom em ssuas cazas, que lho nom outorgua, por emtemder que sseeria maais aazo de sse sseguirem muytas rreuoltas e demandas; pero, sse o dicto jffante dom Amrique nom mandaar vemder ssaboom que avomde, nas cidaades e villas cercaadas, que os moradores de taaes lugares possam fazer o dicto ssaboom ssem pena.

## 27

16 AGOSTO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a D. Inês de Sousa, mulher de Pero Peixoto, criado do infante D. Henrique, a carta de D. João I de 13 de Dezembro de 1415.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 36, — texto que se reproduz; Chancelaria de D. Afonso V, liv. 12, fl. 34; Chancelaria de D. João III, liv. 13, fl. 23; em leitura nova, *Além-Douro*, liv. 4, fl. 269.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que da parte de dona Jnes de Sousa, molher de Pero Peixoto, criado do jffante dom Anrique, meu jrmão, nos foe mostrada hũa carta do muy virtuoso rrey dom Joham, meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, da qual o theor he este que se segue.

*Segue-se a transcrição de carta de el-rei D. João I de 13 de Dezembro de 1415.*

E fomos requerido, da parte da dicta dona Jnes, que lhe outorgasemos a mercee que lhe assy fora facta por o dicto senhor. E, porquanto a nos praz de lhe esto seer facta e vistas as mujtas razões que teemos pera lho outorgar; teemos por bem e confirmamoslhe a dicta mercee, contheuda em a dicta carta do dicto senhor.

E porem mandamos a uos ueedores da nossa fazenda e contadores e almoxarifes e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer e esta nossa carta for mostrada que lha comprem e guardem e façam cumprir e guardar as dictas cousas contheudas em a presente, assy e pella guisa que em ella

se contem, sem outro nehũ embargo que lhe sobre ello seia posto. Vnde al nom façadas.

Dada em o nosso moesteiro dAlcobaça, xbj dias dagosto. Elrrey o mandou. AluarEannes a fez. Era de mjl iijº xxxiiij annos.

## 28

21 AGOSTO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Gabriel Eanes, criado do infante D. Henrique, para escrivão dos resíduos do couto do mosteiro de Alcobaça.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 18, fl. 45, inserta na de confirmação de 4 de abril de 1439.

Jtem, carta de Graujel Eannes, criado do jfante dom Anrryque, per que o damos por escpriuam dos rresydoos do couto do mosteiro dAlcobaça etc.

Dada em o dicto mosteiro, xxj dias dagosto. Lourenço de Gujma-rães a fez. Era xxxiiijº (1).

## 29

7 SETEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, dirigida a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, almirante de el-rei e regedor e governador de Ceuta, a nomear Bartolomeu Eanes, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para o cargo de tesoureiro em Ceuta de todos os dinheiros e coisas que, por ordem do monarca, forem enviadas àquela cidade para seu governo.*

---

(1) Seguem-se, no mesmo registo da chancelaria, os dizeres: — «E a confirmação dada em Lixboa, iijº dias de abril, per o doutor Joham do Sem. Luja Fernandez a fez. Era xxxix anos».

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 36, inserta na de confirmação de 18 de Março de 1440.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 146. Sumariada em SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, p. 285.

Dom Edhuarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Bertollameu Eanes, scudeiro da casa do jfante dom Anrique, meu jrmãao, pollo do dicto jfante, que nolo por el pidio; teemos por bem e damollo por nosso thesoureiro em a nossa cidade de Cepta de todollos dinheiros e cousas que allo forem, per nosso mandado, pera governança della.

E porem mandamos a dom Pedro de Meneses, conde de Vjana, noso almyrante e rregedor e governador da dicta cidade, que aja, daqui em djante, por nosso thesoureiro em a dicta cidade o dicto Bertolameu Eanes e outro nhũu nom e lhe leixem serujr e husar do dicto officio e rreceber e despender todollos dinheiros e cousas que mandarmos aa dicta cidade pera o que dicto he.

E mandamos e defendemos ao dicto Bertollameu Eanes que nom rregeba nem despenda nẽhũa cousa do que a seu officio perteeçe ssob pena do corpo e beens, ssaluante presente os scpriuãaes de seu officio, pera todo scpreuerem em seus lliuros e poerem todo em rrecadaçom. E mandamos aos dictos scpriuãaes e lhe defendemos, so pena de perderem a nosa merçee, que scpreuam com o dicto Bertolameu Eanes e nom com outro nẽhũu, o qual jurou em a nosa chancelaria, etc.

Em forma, dada em Obidos, sete dias de setenbro. Elrrey o mandou. AluarEanes a fez. Era de Jhesu Christo de mjl iiij<sup>o</sup> xxxiiij.

### 30

#### 9 SETEMBRO 1434

*Bula Sincere deuotionis, de Eugénio IV, dirigida ao infante D. Fernando, filho de el-rei D. João I, a conceder-lhe o mestrado da Ordem Militar de Avis, vago por morte de D. Fr. Fernando Rodrigues de Sequeira (1).*

(1) Sobre a Ordem Militar de Avis pode ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 1, pp. 321-22, e t. 2, pp. 181-82, e sobretudo a recente



ANTT., *Cartório de Avis*, n.º 29. Original em pergaminho, a que falta o selo pendente.

Referenciada no *Quadro elementar*, t. 10, p. b.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilecto filio nobili viro Fernando, clare memorie Johannis Portugalie et Algarbij regis nato, salutem et apostolicam benedictionem.

Sincere deuotionis, quam erga nos et romanam geris ecclesiam, promeretur integritas ut deuotis tuis petitionibus, illis presertim quibus tuis

---

bibliografia já aduzida em nosso vol. 1, p. 105, nota. Fernão ou Fernando Rodrigues de Sequeira, um dos que ajudaram o Mestre de Avis a defender o reino contra Castela, foi por aquele feito cavaleiro da referida Ordem e desempenhou papel preponderante nas lutas da independência, especialmente como fronteiro-mor de Lisboa. Pela ascensão de D. João I, Mestre de Avis, ao trono de Portugal, Fernando Rodrigues, então comendador-mor da Ordem, foi eleito Mestre dela pelos respectivos freires em 1388, os quais, em 20 de Dezembro desse ano, solicitaram do antipapa Clemente VII o confirmasse, em virtude de o Mestre da Ordem de Calatrava, que era quem, segundo os Estatutos, o devia confirmar, ser cismático (ANTT., *Ordem de Avis*, doc. n.º 706). Sobre o mesmo Mestre de Avis veja-se FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, especialmente o vol. 1, cap. 161, e vol. 2, caps. 1, 22, 24, 38, 128, 153 e 160. Ficou a reger o reino durante a conquista de Ceuta: — «Ficaram jssso meesmo no rreyno, per todallas comarquas, fidallgos rrepartidos, pera guardar as fromtarias, e sobre todos o mestre dAuis, que ficaua em pessoa delrey» (ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 50 e também os caps. 2 e 43).

Falecido Fernão Rodrigues de Sequeira no ano de 1434, el-rei D. Duarte, prosseguindo a orientação assumida por seu pai a partir do ano de 1418, o qual nessa data, com autorização pontifícia, entregara a Ordem de Santiago ao filho e infante D. João, e em 1420 a de Cristo ao infante D. Henrique (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, docs. 147 e 148 e 179 a 183), confia agora a de Avis ao infante D. Fernando, o mais novo dos Altos Infantes. O facto sugere, naturalmente, comentário idêntico aos que fizemos a propósito do outorgamento régio das outras duas Ordens Militares: agora é o rei D. Duarte que tão-pouco contempla o irmão D. Pedro, secundogénito, com a Ordem que vagara. Parece não ter sido fácil obter em Roma este Mestrado para o infante D. Fernando; pois D. Gomes, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, em carta a el-rei D. Duarte, de que se conserva cópia do próprio, sem data, diz: — «Cum persepe summum pontificem adissem, pro expeditione magistratus de Auis, persuadensque ei ut tue serenitatis supplicationem humanissime subsciperet, post longam tandem reluctance, petitionem nostram adsequitj sumus, quam pro illustrj infantj Fernando tua serenitas optabat. Et, cum interim hoc ageretur, discrepabat multum dominus noster, iustissimis atque honestissimis rationibus, nec ei resistere poterat nemo ut concedere uellet, asserens pietatem et iustitiam uiolari; tamen, omnia obiecta honestissime superauimus», etc. (BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, vol. 2, p. 75).

oportunitatibus et commoditatibus consuli possit ut, iuxta generis claritatem, gratius honoris et temporalium rerum affluentia apostolici fauoris decoreris patrocinio singularis ministerij presidio, gratiosius annuamus.

Cum itaque, sicut accepimus, magistratus siue preceptorie domus de Avis, militie Calatraue, Elborensis diocesis, quem quondam Fernandus Roderici, ipsius domus preceptor magister nuncupatus, dum uiueret, obtinebat, per obitum eiusdem Fernandi, qui extra romanam curiam diem clausit extremum, uacauerit et uacet ad presens;

Nos, uolentes te specialibus fauoribus et gratijs prosequi intuitu premissorum, magistratum siue preceptoriam huiusmodi, etiam si ille dignitas personatus ac conuentualis sit et ad ipsum consueuerit quis per electionem assumi, cuiusque fructus, redditus et prouentus quatuor milium librarum turonensium paruorum, secundum communem estimationem, ualorem annum, ut asseritur, non excedunt, siue ut premittitur siue alias quouis modo aut ex alterius cuiuscunque persona seu per constitutionem felicitis recordationis Johannis pape xxij, predecessoris nostri, que incipit *Execrabilis*, uacet, etiam si tanto tempore uacauerit quod eius collatio, iuxta Lateranensis statuta concilij, ad sedem apostolicam legitime deuoluta ipseque magistratus dispositioni apostolice specialiter uel ex quauis causa generaliter reseruatus existat et super eo inter aliquos lis, cuius statum presentibus haberi uolumus pro expresso, pendeat indecisa, dummodo tempore date presentium non sit in eo alicui specialiter ius quesitum, tibi et per te, quoad uixeris, tenendum, regendum, et gubernandum, auctoritate apostolica, commendamus; jta quod de fructibus, redditibus et prouentibus eiusdem magistratus siue preceptorie, debitis illius ac dilectorum filiorum fratrum eiusdem suportatis oneribus, disponere et ordinare libere ac licite ualeas, sicuti de illis ueri ipsius domus magistri siue preceptores, qui pro tempore fuerunt, disponere et ordinare potuerunt siue etiam debuerunt, alienatione tamen bonorum immobilium et pretiosorum mobilium eiusdem magistratus siue preceptorie tibi penitus interdicta, mandantes tibi ab eisdem fratribus reuerentiam et obedientiam congruentes necnon a dilectis filijs uasallis et subditis ipsius magistratus siue preceptorie debita et consueta seruitia exhiberi efficaciter et impendi.

Non obstantibus felicitis recordationis Bonifatij pape viij, predecessoris nostri, et quibuscumque alijs apostolicis constitutionibus et ordinationibus, necnon magistratus siue preceptorie et militie huiusmodi iuramento, confirmatione apostolica uel quauis alia firmitate roboratis, statutis et consuetudinibus contrarijs quibuscunque; aut si aliqui, super prouisionibus sibi faciendis de magistratibus siue preceptorijs huiusmodi, speciales uel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus generales dicte sedis uel legatorum eius litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reservationem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, quibus omni-

bus te, in dicti magistratus siue preceptorie assecutione, uolumus anteferri, sed nullum, per hoc, eis, quoad assecutionem magistratum siue preceptoriarum aut beneficiorum aliorum, preiudicium generari; seu si venerabili fratri nostro . . . episcopo Elborensi (2) et dilectis filiis capitulo siue conuentui ipsius magistratus aut preceptorie uel quibusuis alijs, communiter uel diuisim, ab eadem sit sede indultum quod ad receptionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint quodque de magistratibus siue preceptorijs huiusmodi uel alijs beneficijs ecclesiasticis ad eorum collationem, prouisionem, presentationem seu quamuis aliam dispositionem, coniunctim uel separatim, spectantibus, nulli ualeat prouideri per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali uel speciali, cuiuscunque tenoris existat, per quam presentibus non expressam uel totaliter non insertam effectus huiusmodi gratie impediri ualeat quomodolibet uel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit, in nostris litteris, mentio specialis. Nos enim ex nunc irritum decernimus et inane, si secus super hijs a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari.

Nulli, ergo, omnino hominum liceat hanc paginam nostre commende, mandati, uoluntatis et constitutionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo (3) quarto, quinto idus septembris, pontificatus nostri anno quarto (4).

---

(2) Segundo o costume então usado na cúria pontifícia, os dois pontos estão em vez do nome do arcebispo de Évora, que era D. Alvaro de Abreu, eleito em 11 de Fevereiro de 1429 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica mediæ ævi*, vol. 1, pp. 236, e vol. 2, p. 149).

(3) No ms. *tricesimo*.

(4) Desconhece-se a súplica eduardina relativa a esta bula bem como as restantes bulas que devem ter sido passadas pelo romano pontífice, a teor das do infante D. Henrique de 1420, em idêntica circunstância (Cfr. os supracits. docs. 179 a 183 do nosso vol. 2).

DEPOIS DE 9 DE SETEMBRO DE 1434-1436 (1)

*O infante D. Fernando, não satisfeito com os bens que possuía, que eram o seu assentamento, Atougua, Salvaterra e a Ordem de Avis, solicita, em Almeirim, ao irmão e rei D. Duarte mais terras ou então licença para ir buscar honra e fortuna fora do país, ao que ficou o monarca de dar resposta definitiva.*

RUY DE PINA, *Cronica de elRey dom Duarte*, cap. 10. — segundo o códice iluminado 359, *Livraria*, do ANTT., fl. 11 v.

Porque na teenzam e fundamento que elrey dom Duarte teue de mandar os jfantes dom Anrique e dom Fernando, seus jrmãos, sobre a cidade de Tanger, em Africa, achey muytas opinções, por breujdade poerey aquy soamente a que mais aprouada me pareço (2). Pera que he de saber que, los quatro jrmãos jfantes que ficaram a elrey dom Duarte, ho jfante dom Fernando era ho menor, que, ao tempo do falecimento delrey dom Joham, seu padre, aalem de seu assentamento, nom tijinha de terras, saluo a Atougua e Saluaterra do Campo de Santarem.

E despois, per falecimento de dom Fernam Rodrguez de Sequeira, meestre dAvis, foy prouijdo per elrey daquelle meestrado e despensado pello papa pera o teer, como teue, em comenda. E, porque lhe parecia que com estas cousas ajnda em honrra, terras e rrendas era desigual em muyta parte aos jfantes seus jrmãos, mostraua de sy grande descontentamento. E, pera abrir camjnho de acreçentar mais seu estado, falou, em Almeirim, a elrey nesta maneyra: ssenhor, claros sam a todos os muytos trabalhos

(1) Pina não aduz a data do facto a que se reporta na presente narrativa; mas, se o autor não cometeu anacronismo, ao dizer D. Fernando já administrador da Ordem de Avis, ele é necessariamente posterior a 9 de Setembro de 1434, data em que, pelo falecimento do Mestre Fernando Rodrigues de Sequeira e pela bula *Sincere devotionis*, o papa Eugénio IV entregou ao dito infante, a rogo de D. Duarte, a administração da Ordem Militar de Avis (Cfr. o nosso DOC. 30); e é anterior ao ano de 1436, bem como os dois documentos subsequentes, em razão do que o mesmo autor afirma em seu capítulo 13. Tenha o leitor presente que são do cronista os diálogos, de que interessa apenas o fundo ou base histórica.

(2) Rui de Pina confessa, pois, haver diversas versões sobre o assunto e ter seguido a que lhe pareceu mais histórica. O autor denuncia assim a imprecisão com que viu o problema, naturalmente por não haver-se reportado à época anterior ao ano de 1434, como já observámos a p. 113 do vol. 4.

e grandes cuydados que, pollo amor que nos tendes, tomaaes por nos manter na honrra e estado em que naçemos e mereçemos e mais porventura do que vossos rregnos e fazenda ho sofrem. E que isto satisfaça aos jfantes meus irmãaos, pella honrra que per suas mãaos dinamente ganharem, eu nom som satisfecto. Porque, posto que arrezoadamente seja abastado de mantimento, sey que som esfaymado da honrra e de meus proprios mereçimentos pera [a] auer.

E como quer, senhor, que vosso rregno foy assaz grande pera berço em que nos criassemos de pequenos, agora he muy pequeno pera nos criar em grandes, como a nos compre. E por isto e porque, per graça de Deus, vos cregem cada dia filhos, a que he necessareo que prouējaaes, e teendes vossos rregnos em assesego e com os rrex vezinhos e alongados segura paz; e eu som manço que ajnda nom fiz per mym cousa per que ouse chamar-me ou filho de tal padre ou irmão de taaes irmãaos, eu, senhor, vos peço por meerge que queiraaes me dar vossa bençom e licença pera me hir fora destes rregnos, onde Deus e mynha ventura me gujarem. E, prazendo a elle, meu proposito he jr ao sancto padre ou pera o emperador ou pera França onde, pella mais largueza das terras, teerey em meu acreçentamento, ajnda que seja com meu trabalho, mayor esperança. E per aquy descarregarey a vos de despesas e cuydados e a mym procurarey honrra e proueito, como som obrigado. E, se cousa, em algũ tempo de mjnha vida sobreujesse pera que meu serujço vos seja neçessareo e eu ho soubesse, avee, ssenhor, por muy certo, posto que fosse emperador dAlemanha ou Grecia, que nom compriria pera ysso vosso recado; porque, pello amor que uos tenho e lealdade que uos deuo, eu uos vijnría logo serujr, como fiel vassalo. Elrrey, destas palauras que ouyço ao jfante, ficou triste e sospensso, porque lhe pareço que ho jfante nom era contente do que tijnha e sabia que seus rregnos nom estauam em desposiçam pera, sem desfazimento de sua coroa, lhe poder dar mais. E, porem, com graciosa contenença, lhe disse:

Irmão, rrogouos muyto que tal licença me nom rrequiraes, pois sabees que vossa partida de meus rregnos ou faria a mym abatimento, parecendo que uos nom trataua nelles como deuo e vos merecees, ou a uos pouca honrra e louuor, ca pareceria nom me amardes como he rrazom, partindouos de mym sem justa causa. E, posto que nom tenhaes tantas terras como merecees, eu sempre ho emmendarey com outras merçees, de guysa que ho vosso estado sempre tenha aquelle rrepayro e conseruaçam que for possiuel. Porque, em caso que a teençam com que uos mouees seja boa, nom se leixara dentender ao contrayro. E, que satisfaça a uos, he contrayra a mym, cujo senhorio pareçera que, por duro e aspero ou nom proueytoso, o nom podees soportar, e que o faço por a terra do rregno me ficar mais liure pera mym e meus filhos. E isto Deus sabe que nom he assy. Porque, onde eu, por comprir com ho amor e obediencia que sem-

pre tiue a elrrey meu ssenhor e pello que rreleuaua a descargo de sua alma, trabalhey dagasalhar, contentar e acrecentar todos seus criados, que deuo eu fazer a uos, a quem, salem de serdes seu filho legitimo, sey que, por vossos merecimentos, vos amaua muyto?

E vos, jrmão, bem sabees como, em vida delrrey meu ssenhor, nom tijnees mais que Saluaterra e a Atouguia e vosso assentamento (3). E despois ouuestes, per meu aviamento, ho meestrado dAvis, com que he rrazom que, por agora, vos contentees, consirando como este rregno he pequeno, de que elrrey, meu senhor e vosso padre, deu muyta parte aaquelles que lho ajudaram a ganhar e defender. E deuees poer mais ante vosso juizo como ho jfante dom Ioham, vosso jrmão, he muyto contente do meestrado de Sanctiago, que de rrenda he menos que ho dAvis, que vos tendes, e que da coroa, a sua pessoa se deu soamente os paços de Bellas, porque as mais terras e rrendas que teem ouueas em casamento, como sabees. E se este proposito ia tinhees em vida delrrey meu ssenhor, a elle ho deuerees emtam rrequerer e nam agora a mym, a que muyto contradiz. E, sobrisso, por averdes a beençom da rraynha, nossa senhora e madre, nestes rregnos vos deuees antes de contentar do pouco que nos estranhos do muyto, porque, aa ora de sua morte, como muy prudente e que nos muyto amaua, asy nollo aconselhou e mandou a todos por sua beençom, e asy o fezera a uos se forees em ydade pera ysso.

Senhor, rrespondeo ho jfante, Deus sabe que mynha tençom nunca foy nem sera fazer cousa em que vossa merçee rreçeba desseruigo, nojo nem desprazer. Mas tambem co jsto espero de uos, nom soamente como de meu principal ssenhor, mas como de jrmão e padre, que queyraaes

---

(3) Em 20 de Agosto de 1429, el-rei D. João I doara a seu filho D. Fernando, para ele e herdeiros, a «nossa villa de Saluaterra de Maagos com seu termo e jurdiçom e padroado da Igreja, se de direito a nos pertence, com a nossa lizira que chamam a do Romão e com os direitos que nos auemos no campo de Çacarabotam», reservadas ao monarca e sucessores a correlção, alçadas, pelxes reais, a dixima das coisas vindas por mar de fora do reino e a confirmação dos tabellães (ANTT., *Chanc. de D. João I*, liv. 4, fl. 114 v.). Em 23 de Outubro de 1434, el-rei D. Duarte concedeu ao irmão feira franca anual em Salvaterra, por 8 dias, com diversos privilégios (*Chanc. de D. Duarte*, liv. 1, fl. 33, e *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 80; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 4, fl. 225 v.; e *Místicos*, liv. 3, fl. 208). E o mesmo monarca, em 20 de Junho de 1435, isentou-lhe da jurisdição de Santarém, a que pertenciam, Sacarabotão e Romão (*Chanc. de D. Duarte*, liv. 1, fl. 126, e *Místicos*, liv. 4, fl. 39 v.). Desconhecemos a data e o teor da doação joanina de Atouguia da Baleia ao infante D. Fernando, aqui referenciada. Dessa doação régia deviam fazer parte talvez as Berlengas e o Baleal, «que sam junto com a villa da Atouguia», por D. Afonso V traspassadas, após a morte daquele, ao infante D. Henrique, a 4 de Dezembro de 1449 (ANTT., *Místicos*, liv. 4, fl. 22, diploma editado em SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 134). Do assentamento do D. Fernando na fazenda régia ignoramos o quantitativo e onde era pago.

minha honrra e acreçentamento; pois sabees que ajnda per mym nom fiz cousa que pareça de caualeyro. Porque uos e os jfantes dom Anrrique e dom Pedro, meus jrmãaos, fostes na tomada de Çepta (4) e o jfante dom Ioham foy despois no desçerco da cidade (5), em cuja empresa e perijgo merecestes e uos deram a honrra da caualaria que tendes. E eu fico soo, em mayor idade da que entom erees, sem a teer nem veio esperança pera ysso (6).

E a esto lhe disse elrey que sobreseuesse algũs dias e que, despois de nyssso melhor consirar, lhe tornaria a rreposta.

## 32

1434 - 1436

*Comunicados por el-rei D. Duarte ao infante D. Henrique os desejos do irmão de ambos, D. Fernando, de retirar do país, propõe-lhe o Navegador irem os dois com seu pessoal e o das ordens militares de Cristo e de Avis combater os infiéis de Africa, programa de que discorda o monarca, pela necessidade de se refazer o país dos trabalhos passados e em razão das dificuldades financeiras, agravadas pela manutenção de Ceuta.*

RUY DE PINA, *Cronica delRey dom Duarte*, cap. 11, — segundo o códice iluminado 359, *Livraria*, do ANTT., fl. 12 v.

Dos jfantes que na corte eram ordenados andar, ho jfante dom Anrrique, por mais despeiado, era ho mais residente, porque, despois de cumprir seu giro, folgaua, por comprazer a seus jrmãaos, de serujr os seus,

(4) Nesta data, 1415, os infantes D. João e D. Fernando, — «porque hũu delles aula quinze annos e o outro doze, assy ficaram em este rregno com a jfante sua jrmãa, sob a governança do mestre dAula, a que o rregimento do rregno ficou emcomendado» (ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 43).

(5) Cfr. ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 77.

(6) Repare-se no apreço em que era tida a honra da cavalaria, dado, bem entendido, que esta observação tenha algum fundamento histórico; mas se o tinha ainda em tempos de Rui de Pina, malormente o havia de assumir em meados do século XV, como aliás se infere das crónicas de ZURARA. E o facto pode haver causado, no animo do infante D. Fernando, um certo complexo de inferioridade. E, afinal, veio ele a suportar em Marrocos prova excepcionalmente rude, até à morte.

delles (1). E hũu dia ho apartou elrey e lhe disse todo o que passara com ho jfante dom Fernando, em que seu spiritu recebia muyta fadiga, ca nom achaua, pera seu contentamento, meo algũu expediente. Porque, se lhe nom desse a liçença que lhe pedira, andaria sempre carregado e descontente; e, se lha outorgasse, pareçeria que a causa disso seria seu maaõ trato, com que nom podia viuer no rregno; rrogando muyto ao jfante dom Anrrique que fallasse sobrisso com seu jrmãao ho jfante dom Fernando e, por seu descansso, ho tirasse deste proposito.

Senhor, rrespondeo ho jfante, njsto e em todo o que em mym for sempre farey ho que uossa asenhoria manda; porem, a mym parece que o jfante meu jrmãao, no que vos requiere, nom faz menos do que uos lhe deuees e a elle compre. Porque nom he rrazom, sendo filho de tal padre e neto de taaes avoos, que gaste asy sua vida sem fazer nella algũa cousa de louuor, per que mereça e aja honrra. E, portanto, quanto a mym, nom lhe dou culpa em seu descontentamento; pois, sem honrra, deue auer sua vida por mal empregada. E pois, ssenhor, se atraueessa este caso, rrepetirey meu fundamento mais alto, como quem de mais dias ho tem cujdado.

Vos, a Deus graças, com a firmeza das pazes de Castella, tendes asy uosso rregno em paz e asseseggo que, por agora, nom ha outro rreço de que se siga nem espere ho contrayro. Nelle ha muyta e boa gente e nos, quatro jfantes, que uos fazemos pouco seruico, em rrespeyto do muyto que uos poderiamos fazer. Peçouos, senhor, por merçee, pois Deus, per sua graça, quys que nom saysses da soçessom delrrey nosso ssenhor e padre, que tambem nom sayaaes da sua teençom, que foy, despois de asentar as pazes com Castella, buscar taaes empresas e conquistas a seus vassallos com que nom perdessem ho exercicio das armas e caualaria em que eram acostumbrados. Porque, como muy prudente, sabia que muytos rrex e principes, com a longa ouciosidade e segurança da paz, nos primeiros rreueses da fortuna cayrom torpemente no mundo de seus estados e ssenhorios. Os exempros disto vos nom allego, de que os liuros sam cheos. E mais sey que destes e dos que sam pera hũu princepe virtuosamente viuer vossa memoria he hũu claro rregistro.

E, posto que o credito comũu seia que a empresa de Çepta foy por nos honrradamente armar caualeiros, cujdo, segundo sua muyta prudencia e grandeza de coraçom, que esse foy ho achaque; mas, despois do seruico de Deus, a causa e fundamento principal foy a que disse: por em seu rregno se nom perder ho vso das armas, que ouue por certa segurança e acrecen-

---

(1) Interessante informe este, repetido pelo autor no capítulo seguinte, da assis-tência habitual do infante D. Henrique na corte eduardina, nesta época. Ele lá sabia porque.



tamento de sua coroa e estado (2). Pollo qual, ssenhor, uos teendes tempo muy desposto pera seruir a Deus e saluardes seguramente a alma e acrescentardes muyto em vosso nome e estado. Nos somos, ho jfante dom Fernando e eu, em vosso rregno sem jmpidimento de molheres e filhos; daa-nos liçença pera passarmos em Africa, onde, com nossos criados e serujdores e com os caualeiros das ordeens de Christus e Avis que teemos, guerreando os jnfiees, seruiremos a Deus e a uos, a quem, como a principal mouedor, perteeçera todo este louuor e mereçimento. E co isto sey que ho jfante dom Fernando assessegara em sua mudança sem vosso trabalho e fadiga. E a gente de vossos rregnos, pera quando uos comprir, teeres exercitada como deue e uos deuees querer.

Bem sento, jrmão, rrespondeo elrey, que do grande amor que me teendes e deseio de mjnha honrra e saluaçom procedem as rrazões que me dizees e ajnda sam as que conuem a hñu tal princepe e tal caualeiro como uos sooes. Porem, ao presente, os tempos em que estamos o nom padecem, porque aas gentes de meu rregno he agora muy necessareo rrepouso com que, em suas fazendas e forças, cobrem o que nos trabalhos passados perderom. E certo, se asy nom fosse, a mym pareceria desagardeçer a Deus ho beneficio da paz. E desy mjnha fazenda, pellas grandes despesas que della sayrom, esta muy gastada; e sobrisso sabees com quanta difficuldade e despesas Cepta se mantem, com outros inconuenientes que muyto jmpidem pera nom ser rrazom de se ysso comprir (3). E portanto vos rrogo, deixados estes mouymentos, que todavya fallees ao jfante dom Fernando; e, na melhor maneira que poderdes, lhe repousees a vontade, nom lhe tocando nada desta pratica em que esteuemos, porque seria causarlhe moor aluoroço, com que me desse mais fadiga.

E o jfante dom Anrrique, como a principal uirtude que tijnha e que mais estimaua era a obediencia a elrey, comprio em todo seu mandado. Mas ho jfante dom Fernando, como quer que sobre sua partida nom jmportunasse a elrey em pessoa, nom leixaua de se agrauar disso em sua ausencia e a pessoas de que elrey ho soubesse, ho que elrey muyto sentia.

---

(2) A presente argumentação, no que respeita à intenção joanina e à henriquina sobre a finalidade da guerra contra os mouros, é pura fantasia literária do cronista, em cujas narrativas cumpre fixar apenas a substância dos acontecimentos históricos e, sempre que possível, objectivada pelos textos diplomáticos. Sobre o particular vejam-se por exemplo, o documento 108 do nosso vol. 2 e os documentos 21, 23, 24, 128, 133, 134, 137 e 138 do vol. 4.

(3) Já em 1432, vivo ainda el-rei D. João I, D. Duarte era avesso a retomar-se a luta em Marrocos, como claramente se infere das consultas que então fez sobre o particular (Cfr. os cits. docs. 21, 23, 24 e 26 do nosso vol. 4), se bem que viesse a confessar, em 24 de Agosto de 1433, que seu pai falecera «com este proposito e entencõem e desejo» de guerrear os mouros (*Ibid.*, doc. 74).

## 33

1434 - 1436

*O infante D. Henrique procura aliciar para o seu partido, de campanha imediata em África contra os infiéis, as pessoas principais da corte régia, onde assiste mais do que seus irmãos, sobretudo a rainha D. Leonor, no intuito de ela influir sobre o particular no ânimo do marido (1).*

RUY DE PINA, *Cronica del Rey dom Duarte*, cap. 12, — segundo o códice iluminado 359, *Livraria*, do ANTT., fl. 13 v.

Ho jfante dom Anrique foy princepe a que Deus grandemente dotou de todas as uirtudes dalma e, das do corpo, a natureza lhe nom foy escassa. Em spicial, era de muy esforçado coração, com que sempre zellaua e procuraua grandes empresas. E certo, se elle fora em algũa grande potencia, cuja gouernança esteuera soamente a sua desposiçam, bem poderíamos

---

(1) No ano de 1432, o infante D. Duarte, havendo consultado à puridade o infante D. João e os condes de Barcelos, de Ourém e de Arraiolos, entre outras coisas sobre chũa armada que o jfante dom Anrique tratou com elrey que lhe encaminhasse para Granada ou para Marrocos (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 4, p. 124), obteve do conde de Ourém, em 4 de Junho, em resposta a campanha marroquina, «que melhor he de jr a uosa senhoria», pelos motivos que alegou (*Ibid*, p. 132). Falece-nos texto a documentar quais as verdadeiras razões por que D. Duarte, anos depois e já rei, pretendeu derivar esse projecto henriquino para Granada, aproveitando o surto a que nos referimos em a nota da p. 214 do nosso vol. 4, allás sem resultado (Cfr. o DOC. 15 do presente volume). É possível que, em seu espirito, pesasse a opinião da esposa, D. Leonor, a discordar da ida do marido, na hipótese de este se inclinar para a sugestão do conde de Ourém, acima citada; pois ela, ainda em 31 de Janeiro de 1437, em carta ao bispo de Lérica, durante os preparativos da campanha de Tânger, dizia: — «Encomjendovos que nos ayaes en memoria en vuestras oraciones, porque somos asy trabados con esta armada que el señor rrey faze, de la qual yo tengo grande cuydado. Ruego a Nuestro Señor que la adereçe bien; por que el señor rrey non aya de acudir personalmente, que este es el mayor cuydado que, al presente, yo tengo» (BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, vol. 2, fl. 24, — texto editado por DOMINGOS MAURICIO, em «*Brotéria*», vol. 12, 1931, p. 157). De sorte que, teve o infante D. Henrique de levar a rainha a dar-lhe o seu assentimento e a demover igualmente, por ela, o marido, como sublinha RUI DE PINA. Conseguio-o, ao que parece, perfilhando o sobrinho e filho de ambos, o infante D. Fernando, e fazendo-lhe testamento de tudo o que possuísse à hora da morte, como fez em 7 de Março de 1436 (O documento respectivo conserva-se, por cópia, no ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118 v.,

congeyturar que seu estado e cuydado nom teuera outro rrespecto, saluo conqjstas virtuosas.

Este princepe, como vio a materia da passagem dAfrica moujda, como quer que fosse entam denegada, nom leyxaua de ha reuoluer em sua memoria; e, como cousa que lhe parecia que Deus jnspiraua, trabalhaua buscar camjnhos e rrazões pera hir ao effecto della. E pera yssso, serujndo elrey na corte, como era seu custume, sabendo ho grande amor que tijnhã aa rraynha, sua molher, e a muyta parte que lhe de sy daua; consirando quanto, em seu proposito e em outro mais difficil, ella, com sua discripçam e virtudes, lhe podia com elrey muyto aproueitar, tomou por envençom serujlla mais continoadamente e com mostranças de moor amor do que antes fazia. E a rraynha, veendose estrangeira e sentindo quanto elrey era afeiçãoado aos jfantes seus jrmãos e, em special, ao jfante dom Pedro, antre o qual e ella ja avia duuydas de suas boas vontades, estimou, por muyto seu interesse e segurança, aver pera sy o coração do jfante dom Anrrique, a que, pera yssso, respondia igualmente com obras e virtuosos synaaes de amor (2).

E conheçendo ho jfante que tijnhã ja ganhada sua boa vontade, trabalhou mais, pera o fim de seu deseio, acolher pera sy, com hũa especialidade de mercees e faoures, a esses principaaes da corte, com que emtendia que elrey tijnhã mais familiaridade e a que, em seus conselhos, daua mais credito. Com os quaaes, antre as cousas que principalmente praticaua, asy era quanto deseiaua que elrey seu ssenhor fizesse em Africa algũa façanha que ficasse em sua memoria pera sempre e ho grande deseio que tijnhã de ho nyssso seruir, confirmandoos per suas exortações em sua vontade, pera lhe nom rresistirem quando o caso se cometesse. E, sendo ia ho jfante pungido de seu deseio e asi triste pella tardança do effecto que se nom procuraua, veendo pera yssso tempo desposto, fallou aa rraynha, dizendo:

Senhora, quanto uos Deus fez de mais alto e de mais nobre sangue, tanto deuees deseiar mais honrra e acrecentamento de moor estado a

---

liv. 12, fl. 12, e em *Místicos*, liv. 2, fls. 156 e 183, sempre inserto na carta de confirmação afonsina de 23 de Novembro de 1451).

Ambos estes textos foram estudados e publicados por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 111 e ss. e 442-43). Já então a fortuna do infante D. Henrique era considerável e de molde a pesar no espirito dos pais do perfilhado. Também ela veio a pesar no de el-rei D. Afonso V (Cfr. *Reflexos políticos do Segundo Testamento Henriquino*, na obra e vol. retrocitta., pp. 213 a 287).

(2) Começa RUI DE PINA a esboçar a sua tese, dominante na *Crónica de el-rei D. Afonso V*: — «Parcial todavia, pouco inclinado a cousas de Hespanha e da nobreza, conta-nos a historia d'esse periodo [o afonsino] de fórma que parece preparar o espirito do leitor para as grandes luctas do reinado seguinte» (GABRIEL PEREIRA, *Introdução a RUY DE PINA, Chronica de El-Rei D. Afonso V*, Lisboa, 1901, p. 5).

elrrey vosso marido; porque seu louuor acreçenta no vosso e muyto mais na honrra de vossos filhos. E por ha rraynha, mynha ssenhora e madre, ser a ysto conforme, nunca em seu desejo prepos algũa bem aventuraça aa honrra; e esta, sobre todas, deseio a elrrey meu ssenhor e a nos, seus filhos. E deulha asy Deus em todosos dias de sua moçidade e velhiçe, como creio que ouuyriees e sabees. Leyxou, per graça de Deus, a elrrey meu ssenhor, vosso marido, em assesego com seus vassallos e em paz com os christãos, em que ficou ho honrrroso senhorio de Çepta como porta aberta de honrra e gloria, per que elle entrasse e, açerca da guerra dos jnfiees, seguysse suas peegadas, em que acharia honrra sem soberua e merecida saluaçom pera alma e grande e louuada herança pera seus filhos.

E pera sua merçee isto comprir, aalem da obrigaçom com que o deue fazer, teem ha melhor desposiçam que nunca princepe teue, asy pella geeral paz que ha com todos, como pella muyta gente de seu rregno deseiosa dhonrra. E somos mais, ho jfante dom Fernando e eu, jrmãos despeiados pera escusarmos sua pessoa e ho serujrmos em quallquer cousa que elle mandar; e, sobrisso, no rregno ha muyta abastança de mantimentos e muytas armas que, ao menos pera aver rrazom de se alimparem, seria necessario e proueytooso fazerse hũa grossa armada.

Quería, ssenhora, que vossa merçee nom soamente ouesse por bem mouer eu isto a elrrey meu ssenhor, mas ajnda que com elle me ajudassees; porque, aallem da certa honrra que se ganha, ajnda nom he sem seu proueyto e vosso passarmos em Africa. Ca, se Deus nos der vitoria dos jmjgos de sua fe e lhe tomarmos algũ lugar junto com Cepta, daly, com sua ajuda, os guerrearemos por tal maneyra, que ajam, por seu proueyto e saude, leyxarnos sua terra e nos a cobrarmos, como os mouros dEspanha fizeram a nossos antecessores, e la viuiremos, acrecentando cada dia a Nosso Senhor Ihesu Christo e aa bem aenturada Virgem Maria, sua madre, mais casas doraçom, em que seiam louuados e adorados, e a elrrey meu ssenhor moor louuor e aa coroa de seus rregnos mais honrrada herança e a vossos filhos ficarom estes rregnos mais liures pera nelles poderem viuer, como a suas honrras e estado perteeçe.

E a rraynha, depois de bem ouujr ho jfante, lhe rrespondeo: vos jrmãos sooes delrrey meu ssenhor e eu nom sey no mundo quem moor honrra e mais bem lhe deua com rrazom deseiar que vos e os jfantes vossos jrmãos. Vos lhe podees ysso requerer; porque, se a natural fraqueza de meu entendimento me nom engana, ho rrequerimento em sy he justo, honesto e sancto e tal que bem pareçe que o cujde e faça hũu tal princepe e tam boom caualeiro como vos sooes. E se sobrisso entenderdes que mjnha interçessom pode aproueytar, eu, por seruiço delrrey meu ssenhor e por vossa honrra e prazer, me despoerey a ysso com boa vontade.

12 SETEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar da Lei Mental o conde de Barcelos, seu irmão, os condes de Ourém e de Arraiolos e a infanta D. Isabel, mulher do infante D. João, respectivamente filhos e filha daquele (1).*

ANTI., *Leis*, maço 1, n.º 158, original em pergaminho, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 36 v., aqui datada de 10 de Setembro; *Chancelaria de D. João III*, liv. 38, fl. 99 v.; e *Místicos*, liv. 1, fl. 16, e liv. 3, fl. 201.

Publicada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 3, liv. 6, n.º 43.

Referenciada sobretudo por JOZÉ ANASTASIO DE FIGUEIREDO, *Synopsis chronologica*, t. 1, p. 27, e por JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Additamentos e retoques á Synops Chronologica*, p. 111.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o conde de Barçellos, meu jrmão, nos mostrou hũa ley, fecta per nos, a quall andaua rregistada nos liuros da nossa chancelaria. E ho theor della he este que sse segue.

*Segue-se a transcrição da carta eduardina de 8 de Abril de 1434, — o nosso DOC. 3.*

A quall ley assy mostrada, o dicto conde, meu jrmão, nos disse que a jfante dona Jsabell, molher do jffante dom Joham, meu jrmão, ssua ffilha, e elle e os condes dOurem e dArrayollos, meus sobrinhos, seus filhos, tijnam todallas terras e padroados de jgreias que foram do condestabre, per suas doações, confirmadas per elrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, e per nos; as quaaes eram fectas a ell e aos dictos seus ffilhos per maneira de moorgado; e que, quando nom ouuesem ffilhos barões, que as ffilhas podessem herdar as dictas terras e padroados; e quando hi nom

---

(1) Das quatro cartas, todas de Óbidos, da mesma data de 10 de Setembro, apenas se conserva por extenso, na chancelaria eduardina, a destinada ao conde de Barcelos, com algumas variantes da que publicamos, a destinada ao Arquivo Nacional; as demais vêem-se ali apenas por ementa. De sublinhar o facto de todas aquelas serem datadas de 10 e a presente, o único original conservado, de 12.

ouesses ffilhos nem ffilhas decedentes, que as podessem herdar os herdeiros colleteraas; e que esso meesso ell tijnha, per a dicta guisa, [a] terra de Vermoym e as terras que foram do conde dom Gonçallo, das quaaes lhe fezera doaçom o dicto ssenhor rrey dom Joham, meu padre (2); e que outrossy nos ffezemos merçee a ell do paul de Paay Lepa e a[o] conde dOurem(3), sseu ffilho, da auga dAluiella e artefijos que em ella forem fectos, pera poderem fazer dello o que qujessem, como doutra qualquer herdade; a quall cousa a dicta nossa ley contradizia. E pedyonos por merçee o dicto conde, meu jrmão, que mandassemos que tall ley nom fosse em perjuizo a elles nem a seus herdeiros.

E nos, veendo o que nos dizia e pidia e, querendolhes fazer merçee, mandamos que, nom embargante a dicta nossa ley, sse guardem pera sempre as doaçoões e confirmaçoões que elles teem delrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, e nossas, das merçees que lhes ffez o dicto ssenhor e confirmaçoões das doaçoões do condestrabre com as clausullas e condiçoões em ellas contheudas, assy nas terras como nos padroados. E queremos, por nos e nossos soçessores, que elles e seus herdeiros as ajam per a guisa que em ellas he contheudo. E, em testemunho desto, lhes mandamos dar, a cada hũu, sua carta, signada per nossa mão, seellada com o nosso seello do chumbo, e outra tal que sse ponha na nossa torre de Lixboa com as nossas scripturas. E esta he pera se poer na dicta torre.

Dante em Obidos, xij dias de setenbro. Conçertada com as outras per nmj, Afonso Cotrim, scripuam da camara do dicto ssenhor rrey. Era do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij<sup>o</sup> xxxiiij anos.

(as.) ElRey.

(2) D. Afonso, filho bastardo e legitimado de el-rei D. João I e da nobre D. Inês Fires, recebeu do pai, em 31 de Outubro de 1391 o condado de Nélva, então confiscado ao 1.<sup>o</sup> conde D. Gonçalo Teles e constituído pelas terras de Neiva, Aguiar de Nélva, Perelhal, Faria e Vermoim (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, fl. 46). No dia de seu primeiro matrimónio com D. Brites Pereira foram-lhe confirmadas e acrescidas de Darque, Rates, Penafiel de Bastuço e couto da Várzea e foi também nomeado conde de Barcelos (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 186, texto incompleto, mas na íntegra na *Chancelaria de D. João III*, liv. 7, fl. 211, — textos já referenciados por BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, pp. 247-49 e 253-54).

(3) E D. Afonso, 4.<sup>o</sup> conde de Ourém e filho primogénito do retrocitado D. Afonso, neto materno do condestável D. Nuno Álvares Pereira, de quem recebera, em 4 de Abril de 1422, entre outros bens, o condado referido. Também D. Fernando, segundo filho do 8.<sup>o</sup> conde de Barcelos, tivera, na mesma data, do dito seu avô, o condado de Arraiolos (Cfr. *Brasões*, liv. cit., pp. 256-57).

## 35

21 SETEMBRO 1434

*Alvará de el-rei D. Duarte, a conceder os privilégios dos caseiros encabeçados dos fidalgos, a pedido do infante D. Henrique, a 10 pastores deste que, no couto de Alcobaça, haviam de pastorear 2.000 ovelhas (1).*

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38 v., inserto na carta de confirmação afonsina de 8 de Março de 1449, — texto que se reproduz; ibí, liv. 19, fl. 13 v.

Nos elrey fazemos saber a vos, dom abade dAlcobaça, e aos juizes e justias dese couto e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, que o jfante dom Hemrrique, meu jrmãao, nos dise como ell entende hi de trazer hũa soma de ovelhas e com ellas dez ouelheiros, a saber cada hũ com ij<sup>o</sup> cabeças. E, porque pera elo lhe conpre algũ scusamento, nos pedio de merçee que lhe desemos sobrello noso rrecado.

E, visto seu rrequerimento, a nos praz que cada hũ dos dictos dez ouelheiros que asy trouuer ij<sup>o</sup> ovelhas de guarda sobre sy seja scusado e liberdado de todollos encarregos e seruidões que o som os caseiros encabeçados dos fidalgos.

E porem uos mandamos que asy os scusees e os nom costringaaes pera elas em nehũa gisa que seja.

Fecta em o Bonbarrall, xxj dias de setenbro. Afonso Cotrim a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill iiij<sup>o</sup> xxxiiij<sup>o</sup> anos.

## 36

29 SETEMBRO 1434

*Letras Etsi cunctis, do papa Eugénio IV, a isentar os conversos presentes e futuros das ilhas Canárias do pagamento das dízimas e primicias à Igreja e de quaisquer outros tributos que se cos-*

---

(1) O presente documento talvez nos possa habilitar a afirmarmos que, entre outras indústrias, se dedicou o infante D. Henrique à dos lanifícios, sobre a qual, porém, não se conhece mais nenhum texto, a não ser a infracitada carta afonsina de confirmação de 1449, quinze anos depois.

*tumam pagar nas terras cismarinas aos senhórios temporais, pois lhe consta que alguns reclamam o domínio sobre os habitantes e terras das ditas ilhas, onde há convertidos à fé católica, e exigem a estes o quinto dos frutos da terra e das crias dos animais (1).*

AV., Reg. Vat., vol. 373, fl. 78.

Eugenius, etc.

Ad futuram rei memoriam.

Etsi cunctis fidei catholice cultoribus, ex iniuncto nobis apostolice seruitutis officio, viam quietis et pacis, ut liberius vivere et conuersari et Altissimo famulari valeant, oportunis fauoribus et auxilijs assistere debeamus, illis tamen precipue nos conuenit huiusmodj jmpendere auxilia et fauores qui, propter ipsorum nouam conuersionem ad fidem, sunt pater-

(1) Parece fora de dúvida que esta série de Letras do papa Eugénio IV sobre as Canárias constitua reacção castelhana contra a expedição henriquina deste ano àquele arquipélago, nos termos do que observámos em a nota da pág. 255. E, ao que se deprende do presente texto, as ilhas visadas pela armada portuguesa de 1434 teriam sido as de Grã Canária e de Gomeira. É de sublinhar que reaparece aqui, nominalmente citado (Cfr. os DOCS. 38 e 39), a conduzir ainda a reacção de Castela contra as pretensões portuguesas às Canárias, Fr. João de Baeza, da Custódia Franciscana de Sevilha, o mesmo precisamente que a iniciara em 1416, patrocinado e subsidiado pelo antipapa Bento XIII, em defesa da ilha de Forteventura (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, DOCS. 118 e 121 a 130), contra a expedição henriquina de 1415, referenciada por MARTINHO DE BOEMIA (Cfr. o DOC. 113 do cit. vol.), e que a retomara em 1423, sob o papado de Martinho V, já então como Vigário Geral da sua Ordem no referido arquipélago, que ele pretextou haver ocupado religiosamente, fundando ou alegando ter fundado casas franciscanas em quatro das ilhas, por se preparar já, porventura em prévias sondagens, a expedição henriquina de 1424, chefiada por D. Fernando de Castro (Cfr. *Obra cit.*, vol. 3, DOCS. 32-34, 39 e 51).

Parece-nos que não se podem tomar a sério, na historiografia do missionamento das Canárias, os supracitados textos pontifícios, que, por assumirem, segundo todos os visos, carácter sobretudo político, pelo que respeita aos suplicantes, devem ser postos de remissa. Trata-se, porquanto, de hábeis diligências em defesa dos interesses castelhanos e até, ainda mais, dos das gentes andaluzas, patrocinadas pelos franciscanos de Sevilha, que se empenharam numa ocupação religiosa ou jurídica do arquipélago canariense, a transformar pelo romano pontífice em reconhecimento político a Castela. Mais tarde aduziremos novas provas desta asserção, no respectivo lugar cronológico. Por agora, limitar-nos-emos a adicionar esta justa observação do historiador PEREZ EMBID: — «Durante este primer momento (1415-1435) la Corona de Castilla acepta pasivamente una titulación de soberanía sobre Canárias, que le había sido ofrecida por el vasallaje de Jean de Bethencourt, pero no interviene de manera directa en los acontecimientos de las islas. La Corona de Castilla se ocupa únicamente de extender algunos documentos que sirvan de legitimación a los esfuerzos prácticos de algunos anda-



naliter confouendi, ut in ea, aliorum christicolarum ad instar, bonis exemplis instructi plenius roboventur.

Accepimus siquidem quod nonnulli, qui in insulis Canarie, in quarum aliquibus habitatores ad fidem catholicam sunt conuersi, eorundem habitatorum et terrarum sibi dominium temporale uendicant, ab eisdem conuersis de omnibus fructibus terre et fetibus animalium quintam partem exigunt, in eorundem conuersorum onus nimium et grauamen (2).

Nos, igitur, illius celestis pastoris qui oues huiusmodi, ut uocem suam audirent et sub unico pastore unum ouile fieret, uocare dignatus est, cupientes oues insularum predictarum, ut prefertur, a Domino ad ouile predictum uocatas ac omnes alias quas uocari continget jñ posterum, quantum nobis ex alto conceditur, ad illud adducere et bonis moribus informare, volumus atque decernimus et auctoritate apostolica statuimus et etiam ordinamus quod prefati habitatores earundem insularum iam conuersi et jñ posterum conuertendi ad fidem catholicam et quicumque alij fideles in eisdem insulis et alijs pro tempore moraturi, tam ecclesie, in decimis et primitijs et alijs, quam temporalibus dominis, in fructibus, redditibus et prouentibus ac seruijs et alijs spiritualibus et temporalibus jurtibus persoluendis, illos laudabiles et humaniores consuetudines atque mores, qui per alios fideles christianos antiquos, in partibus cismarinis eisdem

---

luces, que tienen suficiente poder para organizar expediciones particulares» (*Los descubrimientos en el Atlántico*, p. 127).

Neste Setembro de 1434, há uma outra circunstância a ter em consideração: os embaixadores de Castela ao concílio de Basileia, nomeados por D. João II a 13 de Abril anterior (Cfr. o nosso DOC. 9), chiceron su entrada en aquella ciudad el 26 de Agosto de 1434» (Cfr. SUAREZ FERNANDEZ, *Castilla, el cisma y la crisis conciliar*, p. 112). Cumpria preparar o ambiente e o papa Eugénio IV para as reclamações oficiais castelhanas sobre o referido arquipélago, as quais vieram a ser redigidas por um daqueles delegados de Castela ao concílio, o bispo de Burgos Alfonso García de Santa María, contra as pretensões portuguesas às Canárias, e apresentadas ao pontífice por outro dos ditos delegados, o Dr. Luís Alvarez de Paz (Editadas, por exemplo, em texto bilingue, por SILVA MARQUES, *Descobrimientos portugueses*, vol. I, pp. 295 e ss.).

(2) Não se disse ao papa Eugénio IV quem convertera alguns infieis nas ilhas Canárias, como se infere deste resumo da súplica no texto pontifício. Afirma, porém, el-rei D. Duarte, em sua súplica de 1436, reportando-se à expedição henriquina de 1434 Àquele arquipélago, que D. Henrique se propusera, como em herança paterna, trazer à fé cristã e à civilização os seus habitantes e acrescenta logo: — «Cumque preffata classis ad vnam predictarum insularum aplicuisset et multitudo armatorum in terram descendisset, quadringenti circiter ipsorum paganorum, illico sacri baptismatis fonte renati, fidem christianam deuotissime nacti sunt, quam plerique ipsorum, usque in presentiarum, colunt. Dignum facinus! Vbi nunquam Christi nomen auditum est, iam Christus colitur, et ubi Deus ab initio incognitus fuerat, iam cognoscitur et adoratur» (Cfr. o nosso DOC. 129). A quinta parte referida no presente documento devia constituir tributação imposta por Las Casas, por Maclot de Bethencourt ou por ambos.

insulis propinquieribus, obseruantur, seruare [non] debeant et ad ultra uel aliter jura huiusmodi alicui persoluenda minime teneantur et ad id compelli a quoquam inuicti nequeant seu etiam coartari, decernentes ex nunc irritum et inane, si secus super his, per quoscunque, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari. Et nichilominus uolumus quod presentibus litteris, per publicum notarium seu tabellionem cum instrumento publico exemplatis, tanta fides, in iudicio et extra, adhibeatur quanta eisdem originalibus litteris adhiberetur, si forent exhibite uel ostense.

Nulli ergo, etc. Si quis autem, etc.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, tercio kalendas octobris, pontificatus nostri anno quarto.

## 37

29 SETEMBRO 1434

*Salvo-conduto Deuotionis tue, passado pelo papa Eugénio IV ao nativo cristão Pedro Chymboyo, da ilha de Gomeira, nas Canárias, o qual intitula duque, para ele e muitas outras pessoas poderem viajar livremente pelas demais ilhas e pelas terras cismarinas, a fim de melhor se instruírem nos costumes cristãos e na fé católica.*

AV., Reg. Vat., vol. 373, ff. 78 v.

Em transcrição inaproveitável, em WOLFEL, *Un jefe de tribu de Gomera*, pp. 103-04.

Eugenius, etc.

Dilecto filio nobili viro Petro Chymboyo, duci, in insula Gomere commoranti, salutem, etc.

107-14  
107-14

Deuotionis tue sinceritas, quam ad nos et Romanam ecclesiam geris, promeretur, ut tu, qui dudum inter populos insularum Canarie, Deum minime agnoscentes, consistens, fidei catholice primitias omnipotenti Deo, per sacri baptismatis susceptionem, exhibuisti, in hijs per que Jhesu Nazarenj, Saluatoris nostri crucifixi, beneplacitis et eiusdem fidei cerimonijs et (1) coaptare ualeas, nos tibi exhibeamus fauorabiles et benignos.

Cum itaque sicut, pro parte tua, fuit propositum coram nobis, tu, qui olim, de secta insulas predictas inhabitantium, ut prefertur, ad fidem

(1) Neste passo, parece faltar texto.

predictam conuersus fuisti, eiusdem fidei maiora documenta sentire et experientia chisticolarum informari ac in agilibus mundi, quorum notitia in eisdem jnsulis non habetur, instrui ac propterea ad alias jnsulas predictas et partes cismarinas, pluribus associatus personis, transire desideres et proponas;

Nos igitur, tuum laudabile propositum in Domino commendantes ac sperantes quod, sicut generositate sanguinis et statu ducali alijs earundem jnsularum habitatoribus preemines, in alijs, pro animarum suarum salute, ad conuersionem huiusmodi actrahendis, tuam preminentiam fructuosius exercebis, ac propterea et alias volentes tuam honorare personam tibi que et alijs de familia tua et quibusuis alijs (2) te conuictantibus, ut securius vota tua huiusmodi exequi valeas, apostolicos fauores jmpendere, tibi, pro te ac dilecta in Christo filia nostra, uxore tua, ac dilectis filijs utriusque sexus natis et consanguineis et affinibus tuis et quibuscunque et quotcunque alijs de jnsulis eisdem natiuis, pro tempore ad predictam fidem conuersis, et alijs quibusuis fidelibus christianis tecum ad predictas alias jnsulas seu ad terras et partes cismarinas transire uolentibus, in eisdem jnsulis commorando, et alias ex eisdem ad alias seu ad partes cismarinas transeundo, stando et redeundo, cum nauigijs et nautis ac bonis et rebus tuis et ipsorum, plenam ab omnibus alijs quaruncunque nationum christianis securitatem et libertatem (3) ac plenum et firmum saluum conductum concedimus, per presentes, jta quod nullus, cuiuscunque dignitatis, status, gradus aut conditionis existat, te aut vxorem, filios, filias, consanguineos, affines, familiares aut alios, etiam dictarum insularum habitatores, ad fidem conuersos et alios fideles in tua comitiua, pro tempore, ad jnsulas easdem aut extra illas pacifice incedentes seu nauigia, nautas, bona uel res huiusmodi capere, jnuadere, captiuare, occupare, perturbare seu quominus ad alias jnsulas et partes fidelium libere transire ac in eis stare et ab eis redire ualeatis, quotiens tibi placuerit et fuerit oportunum, quoquomodo jmpedire presumat.

Si quis uero, quod absit, securitatem ac libertatem et saluum conductum nostrum huiusmodi, quouis modo seu quesito colore, ausu temerario infringere presumpserit, eo ipso sententiam excommunicationis incurrat a qua, nisi apud sedem apostolicam et prius personis huiusmodi captiuatis libertati restitutis ac de alijs damnis illatis satisfactione parti lese realiter impensa, absolui nequeat, preterquam in mortis articulo constitutus.

Nos enim, ut premissa ad communem plurium notitiam deducantur, vniuersis et singulis patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis

---

(2) No ms. *quousis años*.

(3) No ms. *liberam*.

filijs electis, abbatibus, prioribus, prepositis, decanis, archidiaconis, cantoribus, thesaurarijs et alijs ecclesiarum prelati mandamus ut presentes litteras in eorum ecclesijs, cum major inibi ad diuina conuenerit populi multitudo et super hoc fuerint requisiti, alta et intelligibili voce legant et publicent ac in ydiomate vulgari declarari procurent. Et nichilominus quibuscunque religionis christiane cultoribus, regibus, principibus, ducibus, marchionibus, comitibus, baronibus ac ciuitatum, castrorum, villarum et aliarum terrarum rectoribus et quibusuis alijs dominis temporalibus, in remissionem peccaminum, iniungimus ut, in fauorem fidei et ob reuerentiam sedis apostolice, libertatem ac securitatem et saluum conductum nostrum huiusmodi teneant et obseruent et faciant a subditis eorum inuiolabiliter obseruari. Et insuper volumus quod presentibus litteris, per notarium seu tabellionem publicum, cum instrumento publico exemplatis, tanta fides in iudicio et extra adhibeatur quanta eisdem originalibus litteris adhiberetur, si forent exhibite et ostense.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis, mandati et voluntatis infringere, etc. Si quis, etc.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, tertio kalendas octobris, pontificatus nostri anno quarto.

*Letras Regimini gregis, do papa Eugénio IV, a proibir, sob pena de excomunhão reservada à Santa Sé, fora do artigo de morte, que se escravizem ou roubem os fiéis das ilhas Canárias e a conceder a todos eles salvo-conduto para transitarem entre elas e de lá para as terras cismarinas; pois, segundo informe de Fr. João de Baeza, franciscano, do leigo nativo e intérprete João Afonso de Ydubaren e de outras pessoas, sabe que, sobretudo nas ilhas de Grã Canária e de Gomeira, onde há já alguns cristãos, os indígenas desejam visitar as demais ilhas vizinhas e as terras cismarinas, para contactarem com os cristãos e aprenderem as artes mecânicas e outros modos de vida, quando houver transporte, mas receiam ser reduzidos ao cativoiro, como já succedeu com outros, por alguns piratas cristãos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 373, fl. 79 v. — donde se reproducem.

Publicadas por TORRES CAMPOS, *Carácter de la conquista y colonización de las Islas Canarias*, pp. 207 e ss., e por WOLFEL, *La Curia Romana y la Corona de España*, pp. 1039-41.

Eugenius, etc.

Vniuersis christifidelibus presentes litteras inspecturis, salutem, etc.

Regimini gregis dominici, diuina disponente clementia, presidentes, curis assiduis angimur et continua meditatione pulsamur ut ad ea, per que nedum ipsius gregis sane oues custodiri, sed etiam morbose ad ouile Domini induci valeant, fauorabiliter intendamus et, pro eis reducendis ac salubriter a prauorum incursibus preseruandis in Domino quoque paternaliter confouendis, pias adhibeamus sollicitudinis nostre partes.

Sane tamen, ex insinuatione dilectorum filiorum Johannis de Baeza (1), ordinis fratrum minorum professoris ac ipsius ordinis in insulis de Canaria nuncupatis vicarij auctoritate apostolica deputati, ac Johannis Alfonsi de Ydubaren, laici, de insula Magne Canarie natiui, ac inter christicolos et homines dictarum insularum interpretis, quam aliorum fidedignorum relatu, percepimus quod in predictis, presertim Magne Canarie et de Gomera insulis, in quibus iam nonnulli pauci ad fidem conuersi existunt, multitudo populorum qui Deum hactenus non nouerunt nouissime cupiunt catholicam fidem suscipere ac sacri baptismatis unda renasci ac nedum alias propinquas insulas ac seipsos vicinos agnoscere (2), sed etiam partes cismarinas, ut fideles christianos in pleniori obseuantia fidei conuersantes ac mecanicas artes et alios modos uiuendi exercentes ut in eis instrui et informari ualeant, si quando eis nauigiorum facultas affuerit, desiderant personaliter uisitare; sed quia nonnulli ex dictarum insularum iam conuersis ad fidem per aliquos christiani nominis marinos piratas fuerunt hactenus captiuati, expedit ut nos, qui omnium christifidelium et presertim talium nouiter conuersorum pastores et custodes existimus, circa premissa taliter prouidere curemus ut et ipsi iam conuersi securitate debita gaudeant et alijs a conuersione, metu captiuitatis huiusmodi, minime retrahantur (3).

(1) No ms. *Baeza*.

(2) No ms. *agnoscant*.

(3) Aqui temos, no preâmbulo do documento e, portanto, achava-se no texto da súplica respectiva, segundo o uso da cúria pontifícia e segundo todos os visos, a acusação de Fr. João de Baeza contra os portugueses, a quem chamou marinheiros piratas, de nome cristão, «aliquos christiani nominis marinos piratas», e contra os quais solicitou providências a Eugénio IV.

Nos igitur, qui populorum predictorum et omnium aliorum extra fidem oberrantium conuersionem intensius desiderijs affectamus, intendentes in premissis salubriter providere, omnibus et singulis utriusque sexus omnium et singularum predictarum de Canaria, ut premittitur, nuncupatarum insularum habitatoribus nunc et pro tempore ad fidem Christi conuersis et baptismatis unda renatis (4) et alijs quibuscunque fidelibus christianis, pro ministerio conuersionis eorum in eisdem insulis conuocando et ad alias quascunque insulas seu loca, ciuitates, castra, terras, dominia, regna fidelium cismarina pacifice transeuntibus, in mari et in terra, eundo, stando, et redeundo ac ipsorum et aliorum fidelium nauigijs, in quibus eos transire contigerit, ac nautis cum rebus et bonis eorum quibuscunque, plenam ab omnibus et singulis alijs quaruncunque nationum christianis securitatem et libertatem ac plenum et firmum saluum conductum concedimus per presentes, ita quod nullus, cuiuscunque dignitatis, status, gradus, aut conditionis existat, dictarum insularum habitatores ad fidem conuersos, pro tempore apud insulas easdem aut extra illas pacifice incedentes, seu nauigia, nautas, bona uel res huiusmodi capere, inuadere, captiuare, occupare, perturbare, seu quominus ad alias insulas et partes fidelium libere transire ac in eis stare et ab eis redire ualeant, quotiens eis placuerit et fuerit oportunum, quoquomodo impedire presumat (5).

Si quis uero, quod absit, securitatem ac libertatem et saluum conductum nostrum huiusmodi, quouis modo seu quesito colore, ausu temerario infringere presumpserit, eo ipso sententiam excommunicationis incurrat a qua, nisi apud sedem apostolicam et prius personis huiusmodi captiuatis libertati restitutis ac de alijs damnis illatis satisfactione parti lese realiter impensa, absolui nequeat (6), preterquam in mortis articulo constitutus (7).

(4) No ms. *rinatis*.

(5) No ms. *presumant*.

(6) No ms. *nequeant*.

(7) Eis a pena de excomunhão reservada à Santa Sé, menos em artigo de morte, assim historizada por D. Duarte em súplica de 1436, ao referir-se ao ano de 1434, ou seja às consequências da expedição henriquina da mesma data: — «Et quia, ut sepe euenit, opposita aura perflante, diucius valde quam sperabatur clasís ipsa morata est, nonnulli ex eadem, descendentes in duabus paruis insulis ex predictis, que a quibusdam christicolis possidentur, haud multas capellas indomitas in magna necessitate exceperunt. Quo factum est ut episcopus qui preffatis duabus insulis preest, supplicatione facta, a sanctitate uestra obtinuit prohibitorium edictum ut nemo, sub excommunicationis pena, non modo preffatis duabus, sed vniuersaliter singulis Canarie insulis, bellum inferat neque res aliquas ex eisdem excipiat. Quod certe, pater beatissime, serenissimo principi domino regi Portugaliæ, qui, per illustrem infantem Henricum, fratrem suum, jam reliquarum insularum, ut premissum fuit, rem belli inceperat,

Nos enim, ut premissa ad communem plurium noticiam deducantur, vniuersis et singulis venerabilibus fratribus nostris patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis filiis electis, abbatibus, prioribus, prepositis, decanis, archidiaconis, cantoribus, thesaurariis et alijs ecclesiarum prelatiis mandamus ut presentes litteras in eorum ecclesijs, cum maior inibi ad diuina conuenerit populi multitudo et super hoc fuerint requisiti, alta et intelligibili uoce legant et publicent ac in ydionate vulgari declarare procurent. Et nichilominus quibuscunque religionis christiane cultoribus, regibus, principibus, ducibus, marchionibus, comitibus, baronibus ac ciuitatum, castrorum, villarum et aliarum terrarum rectoribus et quibuscunque alijs dominis temporalibus, in remissionem peccaminum, iniungimus ut, in fauorem fidei et ob reuerentiam sedis apostolice, libertatem ac securitatem et saluum conductum nostrum huiusmodi teneant et obseruent et faciant a subditis eorum iniolabiliter obseruari. Et insuper uolumus quod presentibus litteris, per notarium seu tabellionem publicum, in instrumento publico exemplatis, tanta fides, in iudicio et extra, adhibeatur quanta eisdem originalibus litteris adhiberetur, si forent exhibite uel ostense.

---

maximo non absque preiudicio est; tum, quia primus ipse incepit preffatas insulas subigere, magis certe animarum illarum insularum paganorum salutis gracia, quam priuate utilitatis, que nulla erat, unde rei tam pie, que auxilio potius et directorio sanctitatis vestre digna fuit, eadem sanctitas vitro impedimento esse non debuit; tum etiam quia preffate insule adjacent magis et appropinquant Africe, quemadmodum per cosmografiam et maritimas perscriptiones luculenter videri potest, ymo verius porcio quedam Africe sunt, cuius ipse idem rex serenissimus Eduardus, causam armis sue ditioni subigendam, a victoriosissimo semperque inuicto principe rege Johanni, diuo patre, jam dudum inchoatam, persequendam et suis posteris, per fideicomissum, relinquendam suscepit» (Cfr. o nosso DOC. 129).

E el-rei de Portugal, na mesma súplica de 1436, rogou a Eugénio IV limitasse a excomunhão às ilhas do arquipélago canariense em que viviam alguns poucos cristãos, lhe permitisse prosseguir a tarefa iniciada de subjugar e conduzir as demais para a Igreja de Deus sem receio de excomunhão e lhe concedesse as que conquistasse aos infiéis. O papa acedeu pela bula *Romanus pontifex* de 15 de Setembro de 1436, uma vez que nenhum príncipe cristão as havia reclamado, nem se havia oposto à sua conquista, por palavra nem por obra, nem alegado direito a elas (A bula em referência é o nosso DOC. 137).

Era bispo de Rubião, na ilha de Lançarote, desde 1 de Outubro de 1431, o castelhano D. Fernando de Talmonte ou Calvetos do mosteiro hieronimiano de S. Pedro «ad Vincula», de Roma, onde, por sinal, os jerónimos haviam sido introduzidos pelo cardeal português e arcebispo de Lisboa D. João Esteves de Azambuja, levados, possivelmente, da casa-mãe dos mesmos em Portugal, o mosteiro de Penha Longa, em Sintra (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica*, vol. 2, p. 226, e DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, p. 713 e as fontes ali aduzidas). De início, o prelado preocupara-se em recolher as colectas efectuadas em diversas terras a favor das Canárias (Cfr. as letras *Ad hoc* do papa Eugénio IV, de 5 de Fevereiro de 1432, editadas por WOLFEL, *Lug. cit.*,

Nulli ergo, etc. Si quis autem, etc.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, tercio kalendas octobris, pontificatus nostri anno quarto.

## 39

29 SETEMBRO 1434

*Letras Ad ea ex apostolice, do papa Eugénio IV, a ordenar não seja destinado a outros fins o navio concedido para serviço dos missionários franciscanos das ilhas Canárias, onde trabalham há muitos anos Fr. João de Baeza, que conhece o idioma dos nativos e baptizou muitos deles, e João Afonso de Ydubaren, leigo, natural de Grã Canária e intérprete, e para onde se propõem seguir alguns*

pp. 1032-34, por sinal com erro no ano). E outras graças recebeu na mesma data D. Fernando do sumo pontífice: licença de tomar para seu capelão o confrade Dr. Diogo de Sevilha; permissão de erigir a catedral de Rubicão em Igreja regular da Ordem de S. Agostinho, a fim de ter cabido sob a regra da dita Ordem; e outras faculdades tendentes ao missionamento do arquipélago, de que demos alguns textos pontificios em nosso vol. 4, pp. 90-95 (Cfr. AV., Reg. Vat. vol. 371, fls. 217 v., 218 v., 219, 219 v., 220 v. e 221).

Nomeado, pois, bispo de Rubicão em 1431, não é contudo D. Fernando de Calvetos quem figura como requerente nas letras pontificias relativas às Canárias neste ano de 1434 antes das *Creator omnium* de 17 de Dezembro, mas sim Fr. João de Baeza. Do próprio documento que vimos a anotar se infere haverem sido delatores dos portugueses Baeza e o misterioso canariense João Afonso de Ydubaren: — «Cum itaque, sicut ex... Johannes Baeza... necnon Johannis Alfonsi de Ydubaren... insinuatione percepimus», etc. O problema decorria, portanto, à margem do rei de Castela e do prelado das Canárias e apenas entre Andaluzia, advogada segundo cremos por Baeza, e o infante D. Henrique de Portugal.

Fr. João de Baeza foi nomeado bispo Libariense em 1 de Outubro de 1434 (Cfr. EUBEL, *Obra e vol. cit.*, p. 176). Já depois de eleito, ele diligenciou, contudo, segundo se deverá deduzir dos textos, assegurar nas Canárias a sua politica; porquanto, propôs ao papa Eugénio IV, contra as normas estatuidas pelas letras *Ad ea* do Papa Martinho V de 9 de Abril de 1423 (Cfr. o DOC. 34 do nosso vol. 3), o seu confrade Fr. Francisco de Moya para Vigário Geral dos franciscanos no referido arquipélago, como consta da nomeação do mesmo, em 10 de Novembro de 1434 (Cfr. o nosso DOC. 48). Porém, quem passou a dirigir a politica canariense não foi Moya, mas D. Fernando de Talmonte, como o atestam as letras *Creator omnium* supracitadas, que mitgaram um pouco o problema da absolvição da excomunhão, agora também concedida pelo bispo de Sevilha ou pelo de Rubicão. Por isso, el-rei D. Duarte se queixou deste último prelado ao papa, em sua aduzida súplica de 1436.



*religiosos da mesma ordem e cristãos dedicados a Deus, nomeadamente peritos nas diversas artes mecânicas, para converter e civilizar os indígenas.*

AV., Reg. Vat., vol. 373, fl. 80 v., — donde se reproduz.

Publicada por WOLFEL, *La Curia Romana*, pp. 1041-1042.

Eugenius, etc.

Ad futuram rei memoriam.

Ad ea ex apostolicis nobis desuper iniuncte seruitutis officio libenter intendimus per que vniuersi christifideles, presertim pietatis et caritatis operibus dediti, in exequendis uirtutibus et propellendis (1) vicij, cooperante Domino, quietius ualeant conuersari.

Cum itaque, sicut ex dilectorum filiorum Johannis de Baeza, ordinis fratrum minorum professoris ac in insulis Canarie predicti ordinis vicarij auctoritate apostolica deputati, necnon Johannis Alfonsi de Ydubaren (2), laici, de insula Magne Canarie natiui ac inter fideles christianos ac dictarum insularum habitatores interpretis, insinuatione percepimus, magna populorum multitudo in eisdem insulis habitantium, qui Deum hactenus non nouerunt, cupiat ad catholicam fidem conuerti, ac Johannes de Baeza, qui in eisdem insulis annis pluribus conuersus fuit et linguam (3) eorum nouit et ex eis plurimos baptizauit, et Johannes Alfonsi predicti, vna cum nonnullis alijs predicti ordinis fratribus et alijs christifidelibus Deo deuotis, etiam in diuersis artibus meccanicis exercendis peritis (4), ad insulas predictas, pro eisdem populis conuertendis ad fidem ac in illius cerimonij necnon alijs catholicorum fidelium uiuendi modis informandis et nonnullis iam conuersis in fide predicta roborandis, personaliter transire proponant, nos qui, pro aliquo congruo nauigio, ad faciendum huiusmodi transitum ac uisitationem insularum predictarum et populorum ipsorum, post quam ad fidem conuersi fuerint, necessitates et oportunitates exequendas deputando, per alias nostras litteras, de nonnullis peccuniarum summis certo modo prouideri [volentes], concessimus ut nauigium huiusmodi ad usus dumtaxat ad quos fuerit deputatum deseruiat et ad alios usus minime transferatur.

Quodque ipsi vicarius ac fratres necnon Johannes Alfonsi et alij fideles, qui ad insulas predictas premissorum occasione transibunt, in caritate

(1) No ms. *propellendis*.

(2) No ms. *Ydubare*.

(3) No ms. *lingam*.

(4) No ms. *periti*.

et bona concordia conuersentur et continue perseuerent, uolumus et auctoritate apostolica ordinamus quod nauigium predictum ad usus predictos dumtaxat et non alios deputetur atque Johanni de Baeza, quandiu uixerit, et pro tempore existenti vicario ac fratribus necnon Johanni Alfonsi et alijs fidelibus illuc transeuntibus et pro tempore ibidem conuersis eorumque necessitatibus et oportunitatibus dumtaxat deseruiat et ad vsus alios quoslibet nullatenus transferatur (5) ac illius regimen et gubernatio ad Johannem de Baeza, quoad uixerit, et pro tempore existentem vicarium et fratres, necnon dum uixerit Johannem Alfonsi, predictos, in communi pertineat.

Itaque, de bonis et elemosinis que ad conseruationem nauigij supra dicti pro tempore a fidelibus conferentur, quidquid, deductis necessarijs et oportunis reparationibus dicti nauigij, supererit, in acquisitione possessionum in dictis insulis pro eiusdem nauigij reparatione et conseruatione (6) huiusmodi conuertatur. Et nichilominus vicarius huiusmodi pro tempore existens elemosinas ad sustentationem fratrum et personarum que ad opus conuersionis eiusdem illuc transibunt, a fidelibus erogandas, recipiat et conseruet, in uictu et vestitu et alijs eorundem necessitatibus, de aliorum fratrum consilio, fideliter conuertendas.

Nulli ergo, etc. Si quis autem, etc.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, tertio kalendas octobris, pontificatus nostri anno quarto.

## 40

## 4 OUTUBRO 1434

*Súplica de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, a rogar-lhe se digne confirmar e aprovar a atribuição que seu pai, para ampliação e propagação da fé, manutenção e conservação da cidade de Ceuta, fizera a esta dos rendimentos das igrejas catedrais vagas durante o concílio de Constança. Concedida (1).*

(5) No ms. *transferantur*.

(6) No ms. *conuersatione*.

(1) Não se conhece o diploma pelo qual el-rei D. João I apropriou àquela finalidade os benefícios vagos do país, mas deve situar-se entre 30 de Maio de 1415 e 11 de Novembro de 1417, período em que esteve vacante a Sé Apostólica, motivo por que o monarca não solicitara a devida autorização pontifícia. Carta régia de 18 de Fevereiro de 1416 permite-nos retroceder o termo *ad quem*, pois nela mandara já o Rei da

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 299, fl. 61.

Revelada e parcialmente extractada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 25, o qual se dignou oferecer-lá, bem como outras Súplicas devidas à sua investigação particular, a *Monumenta Henricina*, — gentileza que se agradece.

Beatissime pater.

Vt deuotissimus sanctitatis vestre et sancte romane ecclesie filius Eduardus, Portugalie et Algarbij rex, apostolicos fauores sibi profuturos percipiat ac eo feruencius, in deuotione erga eandem sanctitatem et sanctam romanam ecclesiam permaneat, supplicat eidem sanctitati quatinus infrascriptas petitiones ad exaudicionis gratiam admittere dignemini.

Et primo, quia, tempore concilij Constanciensis, plures ex cathedralibus regni Portugalie ecclesijs aliquamdiu absque hoc quod illis de pontifice prouideretur, vacarunt, clare memorie Johannes, Portugalie rex, ipsius Eduardi genitor, pro ampliatione et propagatione fidei catholice plurima, pro manutenenda et conseruanda ciuitate Ceptensi, quam tunc nouiter de faucibus saracenorum, diuino cooperante presidio, eripuerat et ad dictam fidem reduxerat, subire habuit onera expensarum. Et, propterea, fructus etc. prefatarum ecclesiarum, quamdiu ille vacarant, in vsus et ad opus conseruationis huiusmodi conuertit et exposuit, vnde prefatus E[duardus] rex, consciencie scrupulo ducitur, desiderio affectans eius genitoris anime saluti, in premissis feliciter consuli et etiam prouideri.

Quare supplicat eidem sanctitati dictus E[duardus] rex quatinus expositionem et conuersionem predictas et quecunque inde secuta rata habentes et grata, ea omnia, auctoritate apostolica et ex certa sciencia, confirmare et approbare ac sibi quod ad restitutionem quorumcunque bonorum, fructuum etc. premissorum, occasione quomodolibet perceptorum, aliquibus personis uel locis quomodolibet faciendam nullatenus teneatur nec ad id a quoquam, quauis auctoritate, compelli possit inuitus, concedere et indulgere dignemini, non obstantibus contrarijs quibuscunque. Cum clausulis oportunis.

*Concessum ut petitur, in presencia domini nostri pape. C. Ceruiensis.*  
[Datum Florencie, quarto nonas octobris, anno quarto.]

---

Boa Memória a seu corregedor da corte, João Mendes, «que tem encargo de fazer rrecadar os direytos e rrendas do meestrado de Santiago e do arcebisnado de Lixboa e dos outros bispados e da camara apostolica e doutras cousas que sam hordenadas pera despesa da dicta cidade de Ceuta» as entregasse ao infante D. Henrique, incumbido por el-rei seu pai do provimento e defesa daquela praça africana (Cfr. o DOC. 116 do nosso vol. 2).

## 41

## 4 OUTUBRO 1434

*Súplica de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe licença para fundar, no eremitério do Cabo de S. Vicente, da diocese de Silves, casa franciscana com hospital, a fim de albergar quem por ali passe e nele exercerem os religiosos as obras de humanidade e caridade, para eles lá celebrarem os officios divinos, administrarem os Sacramentos e darem sepultura aos mortos, pois é lugar solitário e deserto, muito afastado de povoações e por onde transita muita gente. Concedido, excepto quanto à administração dos Sacramentos (1).*

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 299, fl. 62 v.

Revelada e sumariada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique*, p. 26.

Jtem beatissime pater.

Quia locus de Cabo, Siluensis diocesis, in regno Portugalie, per sex miliaria parcium illarum, veluti solitarius et desertus, a locis inhabitatis distat ac plures per partes huiusmodi transitum facientes, propter rerum

(1) A história da fundação do eremitério do Cabo de S. Vicente, de S. Vicente do Cabo, o Cabo do Corvo dos cronistas árabes (*Tarj-al-Gorab*) ou ainda da Igreja do Corvo remonta, pelo menos, aos nebulosos tempos da invasão árabe e anda intimamente ligada ao encontro, trasladação e culto do mártir S. Vicente, padroeiro de Lisboa (Cfr. *Translatio et miracula S. Vincentii*, nos «Portugalliae Monumenta Historica, Scriptores», vol. 1, pp. 95 e ss.). Pequeno santuário de eremitas ou monges moçárabes, é referenciado pelos cronistas islâmicos como edifício em forma de cúpula, debruçado sobre o Atlântico, em frente do qual se erguia também mesquita, sendo os dois santuários muito visitados por peregrinos de ambas as religiões (Cfr. MARIO MARTINS, *Peregrinações a S. Vicente do Cabo*, em *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, pp. 103 e ss. e a bibliografia ali aduzida). Sobre a região nos textos greco-latinos pode ver-se LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, vol. 2, pp. 9 e ss.

A trasladação do corpo de S. Vicente para a sé de Lisboa não extinguiu a devoção dos fiéis cristãos àquele santuário algarvio, pelo qual se interessaram os monarcas portugueses. Em carta de 1316, el-rei D. Dinis alude a herdamento que seu pai doara para hospitalidade das pessoas que iam em romaria à ermida de S. Vicente do Cabo e recomenda-a ao bispo de Silves bem como a capela (ANTT., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 105 v.). E vemos até que passam os nossos reis a dispor dos seus rendi-

necessitatem (2), periculo subici possunt, dictus rex desuper providere cupiens, in heremitorio Sancti Vincencij dicti loci, quandam domum ordinis fratrum minorum cum hospitali, pro confluentibus ad eandem domum personis recipiendis ac colligendis, fundare necnon sufficientibus pro aliquibus eiusdem ordinis fratribus missas inibi et alia diuina officia celebraturis necnon pauperes et miserabiles aliasque personas collecturis et recepturis ac eis humanitatis et caritatis opera impensuris bonis et redditibus dotare feruencius corde gerit.

Supplicat eidem sanctitati quatinus etiam tam piis et bonis operibus cooperantes, sibi dotandi et fundandi domum cum campana, campanili necnon hospitali huiusmodi licenciam concedere quodque ipsius domus fratres pro tempore existentes degentibus in ea ac dicto hospitali pauperibus et personis Eucaristie et alia sacramenta ecclesiastica ac sacramentalia ministrare necnon decedencium inibi corpora ecclesiastice sepulture tradere ac ipsorum degencium confessiones audire ipsosque a suis peccatis etc. absolueri ac penitentiam salutarem iniungere possint et valeant, concedere et indulgere dignemini, non obstantibus contrariis quibuscunque. Cum clausulis oportunis.

*Concessum ut petitur, preter sacramenta. C. Ceruensis.*

Datum Florencie, quarto nonas octobris, anno quarto.

---

mentos; pois em 29 de Janeiro de 1387 D. João I doou a Martim Gonçalves, seu capelão-mor, «todallas rendas e directos e ofertas da sua capella e hermda de Sam Vicente do Cabo, pella guisa e condiçam que os ouera Vasco Lourenço, capellam moor que foe delrey dom Fernando» (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 179 v.).

Desconhece-se a bula relativa à presente súplica eduardina; mas parece fora de dúvida que, em meados do século XV, houve eremitério franciscano no Cabo de S. Vicente. Proavam-no os seguintes textos de ZURARA: — «Pero, primeiramente que se em aquello outra cousa fizesse, leuaram em oferta o melhor daquelles mouros aa jgreja daquelle lugar (de Lagos) e outro, pequeno, que depois foe frade de Sam Francisquo, enuiaram a Sam Vicente do Cabo, onde sempre viueo como catholico christão»; e «Dos outros mouros que filharom em Tider enuyarom Lançarote e os outros capitães a Sam Vicente do Cabo hũu mouro e a Sancta Marya da Augua da Lupe, hũa ermida que esta naquelle termo de Lagos, outro, pera se vender, e do preço comprarem ornamentos pera aquella jgreja» (*Crónica dos feitos de Guiné*, caps. 24 e 55). Atribui-se também ao infante D. Pedro a reconstrução da ermida. Ignoramos em que data dali retiraram os franciscanos, aonde voltaram na segunda década do século XVI e lá se conservaram até 1834, primeiramente no convento mandado edificar pelo bispo de Silves D. Fernando Coutinho (1502-1536) para os monges jerónimos, que pouco ali demoraram, queimado e destruído pelos holandeses em 1586 e reconstruído a sério nos primeiros anos do século XVII (Cfr.: ANTT., *Guadiana*, liv. 7, fls. 68 v. e 105 v.; *Corpo cronológico*, parte 1, maço 113, doc. 106, texto editado em *O Archeologo Português*, vol. 14, pp. 380-81; FR. MANOEL DE MONFORTE, *Chronica da Provincia da Piedade*, caps. 16-21; e SILVA LOPES, *Memorias para a historia ecclesiastica do Bispado do Algarve*).

(2) No ms. *necessitatum*.

## 24 OUTUBRO 1434

*Carta passada, em nome de el-rei D. Duarte, por Fernão Lopes, escrivão da puridade do infante D. Fernando e guarda das escrituras do tombo que estão na torre do castelo de Lisboa, a Pero Nunes Homem, a pedido deste, com os documentos relativos ao couto de Canas de Senhorim e Valbom, Lageosa, Pala, Teives e Vinal, em execução de alvará régio de 8 de Abril anterior (1).*

(1) É altura de esclarecermos um problema henriquino, o que só últimamente nos foi possível, o do padrinho de baptismo do infante D. Henrique. Há séculos que se vem a afirmar tê-lo sido D. João Homem, bispo de Viseu. O mesmo asseverámos em *Estudos Henriquinos*, cap. 1, e em anotação a alguns textos da presente colectânea documental (Cfr. vol. 1, p. 271 e vol. 3, p. 335). Porém, a documentação relativa a Pero ou Pedro Nunes Homem leva-nos a conclusão inteiramente diferente: aquele prelado foi padrinho de baptismo do infante D. Duarte e não de D. Henrique. Vejamos como surgiu a errônea afirmação, já tradicional.

Em 1630, o viseense MANUEL BOTELHO RIBEIRO PEREIRA escreveu um volume que intitulou *Dialogos Moraes, Historicos, e Politicos. Fundação da Cidade de Viseu historia de seus Bispos gerações das suas famílias, com a noticia de muitas cousas, que nella aconteceraõ, varias antiguidades, e outros successos curiozos*. A obra ficou manuscrita. Seguintes cópia feita em Lisboa em 1747 sobre o original de Viseu e conservada na Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 544. No capítulo 32, «Do Bispo Dom João Homem e fundação do Mosteiro de S. Francisco e da geração dos Costas, Homens», o autor escreveu o seguinte: — «Foi D. João Homem singular Prelado, e que muito viveu e mui amado do povo, deixando-se tratar de todos como se fora irmão de cada hum, era de mui nobre geração e da família antiga dos Homens, padroeiros da Lagioza, como se vê de huma carta que o infante D. Henrique, senhor que foi desta cidade, escreveu á meza capitular della, em favor de Pero Nunes Homem, sobrinho deste Prelado, pedindolhe emprazassem Canas de Senhorim, por ser de sua caza e lhe ter feito muito serviço, chamandoo sobrinho do bispo D. João Homem, a quem o infante chama Padrinho; foi escrita a carta em Santarem, a 24 de 9bro. por João de Souza, anno do Senhor 1430».

A carta em referência foi editada por MAXIMIANO DE ARAGÃO, no jornal *Liberdade*, n.º 1293, e depois em Viseu (Apontamentos históricos), t. 2, pp. 191-92. Reeditou-a PINTO LOUREIRO, em *O Instituto*, vol. 97, pp. 104-105, e também voltámos a publicá-la em *Estudos Henriquinos*, p. 398, e em *Monumenta Henricina*, vol. 3, p. 335, ainda na persuasão de que nada havia a rectificar. No exame minucioso, a que procedemos, aos documentos do Arquivo do Cabido e Mitra da sé viseense não encontramos o documento em causa; não duvidámos, porém, da sua autenticidade, nem duvidamos ainda agora, por termos a dita carta confirmada, praticamente, pela do cabido de Viseu de 26 de Março de 1431, a doar a Pedro Nunes Homem o couto de Canas de Senhorim (Editada em *Monumenta Henricina*, vol. *supra*cit., pp. 339-40, o próprio original); e, embora o texto da primeira, da de 1430, se mostre bastante distanciado

ADV., *Pergaminhos do cabido*, maço 32, n.º 11. Original em pergaminho, com assinatura autógrafa de Fernão Lopes e o selo de cera dos contos de Lisboa, pendente de fita azul e branca.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Çepta.

A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que Pero Nunjz Homem, escudeyro de nossa cassa, nos disse que a ell era (2) conpridoiro auer o trellado dalgũas escripturas que pertencem ao couto de Canas de Senhorim e Valboo e Palla e a Lageossa e de Teiues e do Vinal; e que nos pedija por merçee que lhe mandasemos dar nosso aluara pera Fernam Lopez, escripuam da poridade do jfante dom Fernando, meu jrmãao, que tem car-

---

da época, no aspecto ortográfico da cópia que nos chegou, o estilo é da data em que foi escrita.

Há anos já que reparámos no facto de ela estar assinada simplesmente *Infante* e não *J. d. a.*, como usava o Navegador em todos os documentos conhecidos. Sabíamos, por outra parte, que a primeira daquelas assinaturas era a forma usada pelo infante D. Duarte. Deixámos, porém, o assunto em estudo até agora, em que outro elemento nos veio auxiliar a repor e resolver o problema: o facto de em todos os documentos relativos a Pedro Nunes Homem ele nunca ser dito escudeiro ou pessoa de D. Henrique e sempre: *escudeiro da nossa casa* (Doc. cit. de 1430), *escudeiro da casa do jfante* (Cit. doc. de 1431), *escudeyro de nossa cassa*, neste documento de 1434 que vimos a anotar, e *cavaleiro da cassa delrey*, em escritura notarial de venda pelo próprio, em 8 de Agosto de 1443, de casas na Rua Direita da cidade de Viseu (Cfr. ADV., *Arquivo do Cabido*, Pergaminhos, maço 1, doc. 18). Quer dizer: em 1430, o infante D. Duarte di-lo escudeiro de sua casa; em 1431, o notário viseense di-lo escudeiro da casa do infante D. Duarte; em 1434, o mesmo infante, já rei desde o ano anterior, di-lo escudeiro de nossa casa; e, enfim, o notário da escritura de 1443 di-lo cavaleiro da casa de el-rei, ou seja de D. Afonso V.

Numa palavra: a carta de 24 de Novembro de 1430 em referência é do infante D. Duarte, que sempre assinava, antes de subir ao trono, apenas *Jfante* (Cfr. por ex. as estampas III e IV do vol. 4 de *Monumenta Henricina*, a pp. 96-97 e 176-77). Portanto o passo da mesma carta «pelo de seu tio o bispo que foi dessa cidade, que foi nosso padrinho» é do infante D. Duarte, nascido na cidade de Viseu a 31 de Outubro de 1391 (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 147), e naturalmente ali baptizado, havendo sido assim seu padrinho o prelado respectivo, D. João Homem. Nestes termos, ficamos sem saber quem foi o padrinho de baptismo do infante D. Henrique no Porto em 1394; talvez D. João Afonso de Azambuja, transferido para ali da diocese de Silves em 15 de Fevereiro de 1391 e onde permaneceu até 1398 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica mediæ ævi*, vol. 1, p. 406). Era pessoa da intimidade de D. João I, jurista e seu conselheiro desde que ele, ainda Mestre de Avis, assumira a chefia do reino, foi seu embaixador e, enfim, cardeal de Lisboa (Cfr.: F. LOPES, *Obra cit.*, vol. 1, caps. 27, 161, 167, e vol. 2, caps. 1, 22, 123, 125 e 201; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, pp. 502-03, 548, 574-75, 581-82, 589 e «passim», e autores ali cit.).

(2) No ms. eram.

rego de guardar as nossas escripturas do tonbo, que estam na torre do castello de Lixboa, per que as buscasse, e daquellas que achasse que pertenciam pera cada hũu dos dictos lugares lhe desse o trellado, ssegundo lhe per nos he mandado.

E nos, visto sseu rrequerimento, lhe mandamos dar hũu aluara, asijnado per nos, que foy fecto em Santarem, oyto dijas dabrjl da era desta carta, per o qual mandamos ao dicto Fernam Lopez que as buscasse e daquellas que achasse que lhe pertenciam lhe desse o trellado, segundo per nos he hordenado. E o dicto Fernam Lopez, visto o dicto aluara, buscou as dictas escripturas, antre as quaeas foy achado, em hũu almareo onde jazem as Enquirições que forom tiradas ssobre os dereytos e rreguengos, hũu estormento escripto em purgaminho, que foy fecto per Esteuam Nunjz, tabaliom delrey en Uisseu, e asynado per ell, que foy tirado ssobre o couto de Canas de Senhorim, do qual o teor tal he.

*Segue-se a transcrição dos documentos em referência, que não reproduzimos, por não interessarem ao nosso objectivo, sendo o instrumento de Estêvão Nunes aqui transcrito datado de Viseu, a 10 de Junho da era de 1333 e no qual se inserem: carta de el-rei D. Dinis, dada em Coimbra em 8 de Outubro da era de 1317 e outra de el-rei D. Sancho, de Novembro da era de 1224, ambas incluídas em instrumento de Geraldo Lourenço, tabelião publico de Azurara e de Senhorim, de Fevereiro da era de 1318, e depois na inquirição de Estêvão Nunes, de 10 de Junho da era de 1333.*

O qual tralado do orreginal do dicto couto de Canas de Senhorim em esta carta escripto o dicto Pero Nunez Homem pedyo ao dicto Fernam Lopez que lhe desse o trellado del. E ell, uisto sseu rrequerimento, lho mandou dar, asynado per ell e assellado do ssello dos nossos contos da cidade de Lixboa.

Dada na dicta çidade, xxiiij.<sup>o</sup> dijas do mes doytubro. Elrrey o mandou per o dicto Fernam Lopez, sseu vassallo e guardador das dictas escripturas. GonçalEanes a fez. Era do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e trinta e quatro anos.

(as.) Fernandus / Lopis.



3 NOVEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a alterar, a pedido do infante D. Henrique, a data da feira franca anual de Tomar, concedida por carta de el-rei D. João I de 13 de Abril de 1421 e agora repartida em duas: uma de 1 a 8 de Agosto, com os privilégios joaninos; a outra de 30 de Novembro a 8 de Dezembro, com os mesmos privilégios menos a isenção do pagamento da sisa pelos feirantes.*

ANTT., *Estremadura*, liv. 3, fl. 248 v., incluída na de confirmação de D. João II de 5 de Outubro de 1487, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João II*, liv. 26, fl. 43.

Referenciada sobretudo por VIRGINIA RAU, *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, p. 120.

Dom Eduarte per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que o jfante dom Amrrique, meu mujto amado e preçado jrmão, nos mostrou hũa carta que ouue do muj vertuoso e de muj gramdes vertudes elrrey, meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, asynada per elle e per nos, sendo jfante, pella qual parece que o dicto ssenhor lhe deu lugar e licença que pudesse mandar fazer, na ssua uilla de Tomar, hũa feyra franqueada, a qual se começasse aos xb dias por andar de julho e durasse ataa o primeyro dia dagosto, que eram quinze dias, e que aquelles que a dicta feira uiessem conprar e vender nam paguassem mais que a metade da sisa e ouuessem outras liberdades, segumdo mais compridamente na dita carta he comtheudo.

E ora nos emuyou pedir que estes quinze dias que auia de framqueza pera a dita feira que lhos rrepartissemos em duas, per esta guisa; jtem que hũa feira se começasse o primeyro dia dagosto e dure oyto dias, e que esta seja franqueada na metade da sisa como de todollos outros preuillegeos e liberdades na dicta carta comtheudos; e que a outra feira se começe por dia de Samcto Amdre e dure ataa festa de Sancta Maria da Comceiçam, que sam noue dias, a qual nam seja franqueada da metade da ssisa, ssaluo que todos paguem a sisa direita, como paguam nos outros tenpos, e que os outros preuillegeos e liberdades na dicta carta contheudos lhe sejam guardados nos dictos noue dias da feira.

E, porque a nos nos desto praz, nos, per esta carta, lhe damos a dicta licemça e lugar e poder que mande fazer as ditas duas feiras no dito anno,

no dito lugar, aos ditos tenpos, pella guisa que em ella he comtheudo. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, asynada per nos e asellada do nosso sello pendente.

Damte em a cidade de Lixboa, tres de nouenbro. Elrrey o mandou. Pedro Afonso a fez, de mjl iiij<sup>o</sup> xxxliij.

## 44

6 NOVEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar o veneziano António Valim para não ser besteiro do conto nem servir os officios do concelho da Raposeira, onde mora, e bem assim a comunidade veneziana, a pedido de Lourenço Donado, carpinteiro das galés de Veneza (1).*

---

(1) Este documento não foi reproduzido nem referenciado pelo falecido CONDE DE TOVAR nem mesmo na 2.<sup>a</sup> edição do seu estudo *Portugal e Veneza na Idade Média (Até 1495)* (Na coleção *Estudos Históricos* da Academia Portuguesa da História, vol. 6, t. 2, Lisboa, 1961, pp. 80-136). Entretanto, afigura-se-nos ser texto de valor, pois documentará a existência de colónia veneziana instalada na povoação algarvia da Raposeira no ano de 1434, precisamente na data em que iniciara o infante D. Henrique o descobrimento marítimo da costa ocidental africana. A República de S. Marcos, então em pleno esplendor político e artístico (Cfr. BRAGADIN *Histoire des Républiques Maritimes Italiennes*, pp. 146 e ss.), usufruía em Portugal, nomeadamente na zona algarvia, privilégios especiais, no aspecto de intercâmbio comercial. Em carta posterior ao ano de 1415, dirigida ao almoxarife e escrivão de Lagos, el-rei D. João I informava-o: «nos teemos dado preuilegio aos ujnizianos que a nossa terra ujerem nas galeas de Ueneza que de cousas que venderem nom pagem dizima nenhũa nem sysa da sua parte nem esso medes das cousas que comprem pera asseus mantimentos» (No cit. estudo e edição do CONDE DE TOVAR, doc. 3, p. 132, extraído do ANTT., *Chancelaria de D. João II*, liv. 8, fl. 217 v.). Talvez a existência e persistência daquela colónia ou «comunidade de Veneza» na Raposeira explique o seguinte passo de CADA-MOSTO: — «E achando-me, por força do tempo contrário, parado com as ditas galés no Cabo de S. Vicente, que assim vem sendo chamado, aconteceu achar-se não muito longe dele estar pousando o sobredito senhor infante D. Henrique, numa povoação vizinha chamada Raposeira. O qual senhor, tendo noticia de mim, mandou às nossas galés um seu secretário, de nome Antão Gonçalves, e, na sua companhia, um Patrício de Conti, que assim se chamava, o qual se dizia veneziano e cônsul da nossa nação no dito reino de Portugal, como mostrou ser por uma sua carta da nossa Senhoria com selo pendente, o qual Patrício também trazia provisões do sobredito senhor infante» (*Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, 1948, ed. da Academia Portuguesa da História, p. 87).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 18. — donde se reproduz.  
Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1,  
p. 285.

Dom Eduarte, etc.

A vos, juizes de Lagos e ao coudel dos beesteiros do conto da dicta villa e a outros quaaesquer [a] que esto pertencer e esta carta for mostrada, saude.

Mandamosuos que nom ponhaes nem conssetaaes por beesteiro de conto, sse ataa ora ajnda posto nom he, Antonio Uallim, ujeziano, morador que he na Raposeira, termo dessa, nem uaa com pressos nem com djnheiros nem aja nhũu ofiço do concelho contra sua voontade e a outros quaaesquer pousentadores a que esta carta for mostrada que lhe nom conssetaaes de a nhũu dar de pousadia suas casas de morada nem lhe filhar delas rroupa de cama nem alfayas de casa contra ssua voontade; porquanto nossa merçee he sseer asy dello releuado e escusado e comunjidade de Ueneza, pello de miçe Lourenço Donado, carpenteiro das galees de Ueneza, que nollo por ell pedio, ssem outro nhũu embargo. Vnde all nom façades.

Dada em Lixboa, bj dias de nouembro. Afonso de Beja a fez. Era de mjl e iiij<sup>e</sup> e xxxiiij<sup>e</sup> annos.

## 45

8 NOVEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Pero Garcia, criado que fora da rainha D. Filipa de Lencastre, no cargo de escrivão da receita e despesa dos dinheiros que se tiram na comarca de Trás-os-Montes para serviço de Ceuta (1).*

---

(1) Em diploma de teor e data desconhecidos, «el-rey dom João, ho primeiro deste nome, ordenou e mandou que os pous das comarcas d'Amte Douro e Mynho e Trailosmontes paguassẽ, em cada hũ ano, cada pesoa dez reaes que se chama de Cepta, pollo seruiço que pesoalmente erão obriguados ffazer na cidade de Cepta» (Arquivo da Câmara Municipal de Moncorvo, *Processo sobre os 10 reais para Ceuta, de 1572*). A distância geográfica de algumas provincias em relação ao norte de Africa levara o Rei da Boa Memória a substituir assim o contributo das mesmas em pessoal para manutenção e defensão de Ceuta, com que eram oneradas as gentes das provincias mais vizinhas daquela praça africana, se bem que de ambas as formas de assistência militar se lamentavam os povos a cada passo, especialmente em cortes.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 35 v., inserta na carta de confirmação de 13 de Janeiro de 1442, — donde se reproduz.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 192.

Sumariada em SILVA MARQUES, *Descobrimientos portugueses*, vol. 1, p. 285, e no Suplemento ao vol. 1, p. 491, com o dia errado, 7 por 8.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e mercee a Pero Garcia, criado da rreinha mjnha madre, cuja alma Deus aja, temos por bem e damollo por scpriuam da recepta e despesa dos

---

Também os judeus foram sobrecarregados com tributo monetário, dito para os ferreiros de Ceuta (Cfr., por exemplo, os documentos publicados por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 18-36 e 38-39).

Tais receitas, como aliás ainda outras, eram administradas superiormente pelo infante D. Henrique, incumbido pelo pai, em 1416, do provimento de Ceuta, como consta de carta joanina de 18 de Fevereiro daquele ano (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, doc. 116) e se deduz dos lançamentos de algumas cartas de quitação da época, reproduzidas nos dois supracitados volumes de PEDRO DE AZEVEDO. Nas províncias oneradas como aquele tributo dos 10 reais era este recolhido por indivíduos nomeados como recebedores privativos e escriturado também por escrivães próprios, cujos honorários desconhecemos. Em Lisboa, havia o tesoureiro-mor dos dinheiros, panos e todas as coisas destinadas às despesas de Ceuta, pessoa do Navegador, em vida deste, de quem recebia ordens, naturalmente, mas prestava também contas ao monarca, como se infere das cartas de quitação.

Não conhecemos nenhum diploma de el-rei D. João I a nomear tais recebedores ou tesoueiros e escrivães, ou por se achar muito desfalcada a chancelaria respectiva ou, mais provavelmente, por tais nomeações serem então feitas pelo infante D. Henrique, cuja chancelaria desapareceu, nos termos do diploma joanino de 18 de Fevereiro de 1416 supracitado, as quais depois el-rei D. Duarte, logo em 25 de Setembro de 1433, chamou a si, declarando «porquanto taes officios nem outros nenhũs semelhantes a este nom pertencem dar a outra nhũa pesoa, saluante nos» e anulando assim a nomeação henriquina de Pero Gonçalves para escrivão do tesouro e almoxarifado de Ceuta (Cfr. o DOC. 80 do nosso vol. 4. Pode ver-se também o DOC. 69, de 26 de Abril de 1435, adiante lançado). Em 20 de Janeiro de 1434 era tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa Gonçalo de Tavares, dito já em 15 de Julho de 1421 criado e escudeiro do infante D. Henrique (Cfr. *Mon. Henr.*, vol. 3, docs. 14 e 121); succedeu-lhe, por nomeação de el-rei D. Duarte, outro escudeiro henriquino, Gonçalo Pacheco, que foi confirmado no cargo pela regência do reino em 12 de Fevereiro de 1439 (*Documentos das Chancelarias Reais cit.*, t. 1, pp. 43-44). Infere-se dos textos conhecidos que também os recebedores ou tesoueiros e escrivães provinciais dos dinheiros de Ceuta eram nomeados habitualmente pelos monarcas. Constituem excepção, por exemplo, Pero Garcia, o escrivão a que se reporta o presente documento, cuja nomeação fora feita por alvará de D. Duarte «em seendo jfante», e agora confirmado no cargo pelo monarca, e Vasco Jorge, servidor do infante D. Henrique, residente em Braga em 14 de Junho de 1437, então nomeado pelo Navegador para recebedor dos 10 reais para Ceuta na cidade de Braga e termo, nas terras de Vermoim, Faria, Pena-

dinheiros que se tiram na comarca de Trallos Montes pera seruiço da dicta cidade de Cepta, que se entregam em Villa Real.

E porem mandamos a Martim Afonso do Paço, noso contador em a dicta comarca, e a quaaesquer outros officiaes e pesosas a que o conhecimento desto perteeçer per qualquer guisa, que esto ouuerem de veer, a

fiel de Bastuço, Villa do Conde, Póvoa e demais lugares e julgados do almoxarifado de Guimarães, nomeação confirmada por el-rei D. Duarte, provisoriamente, durante a ausência de D. Henrique em Tânger, por haver surgido pendência sobre o caso (*Documentos cit.*, t. 1, pp. 116-17).

Na comarca de Trás-os-Montes, com sede em Vila Real, se manteve, como escrivão dos ditos dinheiros, o Pero Garcia em referência, confirmado no lugar pelo regente D. Pedro em 1442 (Cfr. *Obra e tomo cita.*, pp. 192-93), talvez até 10 de Abril de 1450, data em que el-rei D. Afonso V nomeou Fernão Gonçalves (*Ibi*, pp. 595-96), que ainda ali se conservava em 31 de Janeiro de 1454 (*Ibi*, t. 2, p. 198). Neste mesmo período, encontramos, como cregebedor dos dinheiros dos dez rreaaes e dinheiros das comunas dos judeus que se tiram no almoxarifado de Ujlla Real pera as custageens e seruiçdaas da cidade de Çepta, a partir de 15 de Março de 1441, Rui Gonçalves, escudeiro do regente D. Pedro, a quem se seguiu Manuel Gil e, após este, Lourenço Pires, que teve como sucessor, desde 12 de Outubro de 1453, o escudeiro Alvaro Eanes (*Ibi*, t. 1, p. 178, e t. 2, p. 190). Do último dos documentos citados se deduz constituirem superiores immediatos dos ditos funcionários vilarrealenses, em 1453, Pedro Lourenço, «provedor das coussas da dita çidade de Çepta no Porto», e Rodrigo Afonso, «contador dellas».

Várias foram as entidades e pessoas que vieram a ser dispensadas do pagamento dos 10 reais para Ceuta. Citemos alguns casos. Entre os capitulos da cidade do Porto atendidos pelo regente D. Pedro em 18 de Fevereiro de 1439, lê-se: — «Grande pena e miseria padecem os cabaneiros e os empeguados e mancos e çegos e mançebas de soldadas e outros muitos proves e braçeiros que nom teem que comer, saluo o que lhes dam, auerem de pagar os x reaaes que se pagam pera os seruiçaaes de Çeipta. Seja vossa merçee, asenhor, que taees pessoas como estas e outros muitos proves sejam dello releuados e escusarseam por ello grandes choros e gímidos, que os mysquinhos por ello fazem, e rogam a Deus por vos. Foy acordado que as molheres que nom viuem desonestamente e os homeens que nom som em tall desposyssem que nom possam seruir nem tem beens de seu que nom paguem» (*Ibi*, t. 1, p. 508). O mesmo regente do reino eximiu de tal imposto: em 24 de Fevereiro de 1440, quatro homens do alcaide-mor de Braga para sempre, privilégio confirmado por el-rei D. Afonso V em 18 de Agosto de 1449 (*Ibi*, t. 1, pp. 136-37 e 588-89); e, em 31 de Outubro de 1443, a mãe de João Gonçalves, capellão do arcebispo de Braga, por este motivo e ainda por se achar viúva há 25 anos e em sua honra (*Ibi*, t. 1, pp. 560-61); mas, o mesmo D. Pedro, em 6 de Março de 1448, remeteu ao infante D. Henrique a seguinte queixa da Câmara do Porto: — «E ao quarto, per rrazom das pessoas que dizees que costringem que pagem os dez rreaes pera Çepta quaaes nunca pera ello pagaram, porquanto nos desto teemos dado encarrego ao jfante dom Anrique, meu muito preçado e amado tio, nos lhe encomendamos que proujea asobre ello, em tall maneira que aee nom faça emnouaçom, maya que estes djnhelos se tirem polla gujsa que aee sempre costumaram de tirar» (GHCP, *Pergaminhos*, vol. 4, doc. 39). Enfim, nas cortes de Lisboa de 1455 representaram os procuradores do Porto que tantos eram ali os privilegiados, que não achavam quem tirasse os 10 reais para Ceuta (*Arquivo e secção cita.*, doc. 48):

que esta carta for mostrada, que ajam o dicto Pero García por scpriuam do dicto ofício e outro nhũu nom e lhe leixem auer as proes e direitos del sem lhe poerem sobre ello nẽhũu embargo, porquanto nos lhe fazemos merçee do dicto ofício, se el ataa ora del esteue em posse e o serujo, per sy ou per outrem em seu nome, e porque nos mostrou hũu noso aluara, sijnado per nos, que lhe demos em seendo jfante, per o quall lhe fazemos delle mercee, se elle senpre serujo. O qual Pero García jurou, etc.

Dada em Lixboa, bijj de novembro. Elrrej o mandou, per Nuno Vaasquez de CastelBranco, veedor de sua fazenda e do seu conselho. Alua-rEannes a fez. Anno de iiij<sup>o</sup>xxxiiij.

## 46

## 8 NOVEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a conceder porte de arma em Portugal ao inglês Guilherme Nony, morador em Bristol, o qual já tinha recebido autorização idêntica de el-rei D. João I (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 18 v.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 491.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Guilhelme Nony, jngres, morador em Bristol, do ssenhorio do rregno dEngraterra e portador desta carta, teemos por bem e damos-lhe leçença e lugar que ell seguramente traga e possa trazer armas per todos nossos rregnos, ssem embargo da defesa e hordenaçom que ssobrello he posta.

E porem mandamos a todollos corregedores e juizes e justiças que lhe leixes todo auer e lhe nom filhes nem embarguees nem lhas coutees nem lhe façaes nem consentaaes por ello fazer outro nhũu desaguisado, porquanto nossa merçee he. E damos-lhe asy a dicta leçença, como dicto

---

(1) Recordaremos, a propósito, que, em 12 de Janeiro deste mesmo ano, el-rei D. Duarte, a pedido do infante D. Henrique, concedera a João Antão, mercador, residente em Bristol, o uso e porte de arma no reino (Cfr. o DOC. 129 do nosso vol. 4). Terão os dois diplomas algum significado henriquino?

he, contanto que as ell nom traga de noyte, aas desoras, ou de dia fazendo com ellas o que nom deue, ssem outro nhũu embargo que sobrelo sseja posto. E esta merçee lhe fazemos e outorgamos, porquanto o muj uftu-rioso elrrej, meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, que lhe daua asy a dicta leçença. Vnde all nom façades.

Dada em Lixboa, biiij° dias de nouembro. Afonso de Beja a fez. Era de mjl e iiij° e xxxiiij° annos.

## 47

9 NOVEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a proibir tomadias no reguengo de Azurara da Beira, de que era rendeiro Fernando Alvares Cabral, cavaleiro da casa do infante D. Henrique (1).*

ANTT., *Beira*, liv. 2, fl. 32, inserta na carta de confirmação de el-rei D. Afonso V de 8 de Novembro de 1464, — donde se reproduz, por se achar incompleta na chancelaria afonsina; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 43 v.

Publicada por AYRES DE SA, *Frei Gonçalo Velho*, vol. 1, pp: 240-41.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e senhor de Çepta.

A vos, Pero Lourenço, nosso contador nos almoxarifados de Viseu e de Lamego, e a Aluaro Diaz, nosso almoxarife em a dita çidade de Viseu, e a outros quaesquer a que esto pertencer per qualquer guisa, saude.

Sabede que FernamdAlvarez Cabrall, caualleiro da casa do yffante dom Amrrique nosso yrmãao, nos enviou dizer que nos deramos a Luis Aluarez, sseu padre, a nossa terra rreguemguo de Zurara e lhe deramos hũa nossa carta, em a quall era comtehudo, amtre as outras cousas, que nos mandamos a Gomçallo Piriz, nosso almoxarife que emtam era em a dita çidade de Viseu, que defemdesse, de nossa parte, a Joham Louremço, alcaide que fora da Guarda, e a Joham Affonso de Sam Colmade e a outros quaaesquer fidalgos e escudeyros, que homrras e quintaans teuessem na dita terra de Zurara, que he nosso rreguemgo, como dito he, e nom

(1) Sobre o Cabral em referência vejã-se os documentos publicados a pp. 294-96 e 326-27 do nosso vol. 4.

fezessem hy nenhũas tomadias, porquanto a hordenaçom dos nossos regnos ho defende, que nenhũu fidalgo nem escudeyro nom façom tomadias nos nossos rreguengos nem possam hy gaanhar herdades e quimtaans nem possam hy aver homrras nem malladias; e que polla dita carta nom fora fecta nenhũa obra nem defesa aos sobreditos fidalgos [e] escudeyros. E esto porquamto o dito Luis Aluarez, padre delle, dito FernamdAluarez, ouuera de nos a dita carta, nos tiramos ho offiçio do almoxarifado ao dito Gomçallo Piriz e que, por esta rrezam, nom ouuera lugar pera fazer obra per ella e que por elle, dito FernamdAlluarez, rrequereo a vos, dito Aluaro Diaz, que lhe comprisedes a dita carta como em ella era comtheudo e que vos o nam quisestes fazer, damdolhe em rreposta que sse nom comtinha em ella que a nos mandassemos, ssenam ao dito Gomçallo Piriz que rrequeresse e defendesse aos ditos fidalgos e escudeyros o que em a dita carta era comtheudo e que portamto vos nom aviades pera ello tall poder de o comprar, no que o dito FernamdAlluarez, que ora de nos tem a dita terra e rreguemgo, dizia que sse seguia a nos dello grande perjuizo e a elle grande perda, porquamto os ditos fidalgos e escudeyros faziam tomadias em a dita terra, a saber, pam, vinho e carnes e rroupas e palhas e outras muytas cousas, pedimdonos o dito FernamdAlluarez por merçee que a esto lhe ouessemos algũu rremedio com direito e lhe mandassemos dar nossa carta, per que defendessedes, da nossa parte, aos ditos fidalgos e escudeyros, que nom tomassem em a dita terra nenhũas das ditas cousas.

E, visto per nos sseu dizer e pedir com a dita carta, em rrolaçam com os do nosso desembargo; teemos por bem e mandamosuos que sse algũus fidalgos ou escudeyros fezerem algũuas tomadias na dita terra e rreguemgo e vos nom amostrassem titollo nem priuilegio per que possam fazer as ditas tomadias do dito nosso rreguemgo, que os façades peramte vos çitar e os ouuide com seu direito, damdo apellaçoes e agrauos a cada hũa das ditas partes que apellar e agrauar quiserem da vossa semtemça, em os casos que o de direito deuedes de dar. E esto fazede ssem outro embargo nenhũu que a ello ponhades. E all nom façades.

Damte em a çidade de Lixboa, ix dias do mes de nouembro. Elrrey ho mandou per Diego Affonso, escolar em lex, sseu vassallo, do seu desembargo e juiz dos sseus fectos. Pero Diaz a fez, escpriuam em logo de Joham de Lixboa. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij<sup>o</sup> e xxxiiij<sup>o</sup> annos.



10 NOVEMBRO 1434

*Letras Ad ea que catholice, do papa Eugénio IV, a nomear Fr. Francisco de Moya para Vigário Geral dos frades menores nas Canárias com as faculdades do seu antecessor, pela ascensão de Fr. João de Baeza a bispo Libariense (1).*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 373, fl. 121 v., — donde se reproduzem.  
Publicadas por WADDINGUS, *Obra e tom. cits.*, doc. 66.

Eugenius, etc.

Dilecto filio Francisco de Moya, ordinis fratrum minorum professori, salutem, etc.

Ad ea que catholice fidei augmento cedere dinoscuntur, prout ex debito cogimur officij pastoralis, libenter intendimus, et, ad extirpandum de cordibus infidelium errores quibus irretiti sunt eosdemque infideles ad fidei prefate noticiam conuertendum, partes nostre sollicitudinis adhibemus.

Nuper siquidem (2), pro parte dilecti filij Johannis de Baeza, eiusdem ordinis professoris, nunc uero episcopi Libariensis, nobis exposito quod olim ipse, de licentia Petri de Luna, in sua obedientia, de que partes Jspanie tunc erant, Benedicti xij nuncupati, necnon quondam ordinis prefati generalis ministri ad insulas Canarie, Rubicensis diocesis, in quibus aliqui utriusque sexus, a paucis temporibus citra, infidelitate relictæ, ad fidem predictam conuersi fuerant, se transferens ibidem uerbum Dei fidelibus et nonnullis infidelibus ad eandem fidem conuerti cupientibus predicauerat; quodque jdem Petrus, tunc Benedictus xij, eidem Johanni fundandi et construendi seu construi et fundari faciendi, in qualibet ex quatuor de prefatis insulis, vnum locum dicti ordinis licentiam et facultatem concesserat.

---

(1) Baeza fora nomeado bispo Libariense pela bula *Apostolatus officium*, de 1 de Outubro do mesmo ano de 1434 (Parcialmente publicada por WADDINGUS, *Annales Minorum*, t. 10, doc. 62). Moya veio a ser promovido ao bispado de Rubião, Canárias, por bula do mesmo titulo de 26 de Setembro de 1436. (*Ibi*, doc. 96, e EUBEL, *Hierarchia catholica mediæ ævi*, vol. 2, p. 226).

(2) No ms. *siquidam*.

Ac felicitis recordationis Martino pape V.<sup>to</sup>, predecessori nostro, humiliter supplicato ut, cum ipse Johannes opus huiusmodi confirmare desideraret, ut illud eo libentius perficere ualeret quo maior foret auctoritate munitus, licentiam et facultatem huiusmodi confirmaret, necnon eundem Johannem in ipsis insulis vicarium generale secundum morem dicti ordinis, cum simili potestate quam jdem minister generalis habet, et prout in Corsice et Sardinie insulis vicarij eiusdem ordinis deputati habere consueuerunt et habent, per quasdam suas litteras fecit, constituit et etiam deputauit, eidem Johanni et cuilibet vicario inibi pro tempore existenti, quoscumque fratres ydoneos ipsius ordinis ad easdem insulas transire et inibi moram trahere uolentes recipiendi eosque ad partes christifidelium, elemosinas pro necessarijs suis et aliorum fratrum in eisdem insulis pro tempore commorantium petituos, destinandi prefatisque fratribus, quos ad premissa destinaret, huiusmodi elemosinas, cuiuscunque ordinarij seu prelati aut alicuius alterius super hoc licentia petita, licet non obtenta, petendi necnon fratribus eiusdem ordinis ibidem, ut premittitur, commorantibus, quod christifidelibus in eisdem insulis existentibus et in futurum ad eandem fidem conuertendis, si clerici seculares ad quos pertineat non forent, ecclesiastica sacramenta ministrare valerent, licentiam et facultatem concessit, prout in eisdem litteris plenius continetur.

Eorundemque fratrum in eisdem insulis pro tempore commorantium, ne propter hoc cogerentur ad romanam curiam veniendo personaliter laborare, uolentes parcere laboribus et expensis, auctoritate apostolica, per quasdam alias suas litteras, statuit et etiam ordinauit quod, cedente uel decedente dicto Johanne uel alio in eisdem insulis vicario pro tempore existente, liceat prefatis fratribus, qui fuerint et erunt pro tempore, alium vicarium in eisdem insulis eligere, qui, sic electus, per dilectum filium ministrum prouincialem in prouincia Castelle, secundum morem dicti ordinis, ad quem confirmatio electionis huiusmodi per ministrum generalem supradictum eidem prouinciali ministro concessa perpetuo pertineret, confirmaretur et officium vicariatus huiusmodi ualeret licite gerere et exercere in insulis memoratis.

Et nichilominus vicario et fratribus huiusmodi pro tempore existentibus, in insulis prelibatis, omnibus priuilegijs eidem ordini, per apostolicam sedem concessis, gaudere et uti ualerent, quibus alij fratres, in alijs domibus ubique commorantes, gaudent seu quomodolibet potiuntur, eadem auctoritate, concessit quodque episcopi seu prelati in eisdem insulis pro tempore existentes nullatenus plus iurisdictionis in vicarium et fratres huiusmodi habere possint uel valeant quam habeant alij prelati seu episcopi in alijs mundi partibus in fratres eiusdem ordinis siue habere consueuerunt. Et insuper vicario predicto et qui pro tempore erit deputandus unam uel plures personam uel personas, ydoneam seu ydoneas, seculares uel seculares, et per ipsam aut ipsas ea que pro tempore eidem vicario exis-

tenti pro tempore et dictis fratribus a christifidelibus erogabuntur et donabuntur, recipi et pro necessitatibus, utilitatibus et conmodis ecclesiarum edificandarum in eisdem jnsulis vicarij fratrum predictorum distribui faciendi benigne concessit, cum clausulis oportunis. Ac. [cum] per eundem Johannem nobis fuerit humiliter supplicatum quatenus, cum, per cessionem ipsius seu promotionem ad episcopatum prefatum, prefatus in nostra curia vacauerit vicariatus, te in prefatis jnsulis, cum simili ac eadem plenaria potestate, vicarium generalem instituere dignaremur.

Nos igitur qui, ut prefertur, ad ea libenter intendimus per que de cordibus hominum fugata erroris et infidelitatis caligine ad ueritatis lumen uenire noscuntur ac de tua maturitate et circumspectione plurimam in Domino sumentes fiduciam, necnon prefati predecessoris nostri concessionibus, exemptionibus, priuilegijs et indultis premissis innitentes eisque necnon quibuscunque inde secutis apostolice confirmationis robur adiicientes, necnon quoscunque, si qui forsan in eis interuenerint, defectus supplentes, te in prefatis jnsulis omnibus et singulis vicarium generalem cum omnibus et singulis concessionibus, exemptionibus, priuilegijs, gratijs et indultis, per prefatum predecessorem predicto Johanni de Baeza concessis, tenore presentium, ex certa scientia, apostolica auctoritate, instituiamus et institutum denuntiamus, cum potestate etiam prefate vicarie cedendi seu ei renuntiandi, necnon alium siue alios ex fratribus ipsis in vicarium siue vicarios substituendi in prefatis jnsulis et in qualibet ipsarum, cum simili potestate, quotiens, sicut et quando tibi placuerit et pro pace et quiete anime tue aliorumque fratrum in prefatis jnsulis pro tempore commorantium salute seu negocij expeditioni uidebitur expedire, addentes insuper et uolentes quod si electum huiusmodi, alio canonico non obstante, minister Castelle prefatus, ultra decem dies postquam sibi electio ipsa, per fratres ipsos uel alios nomine ipsorum, extiterit presentata, confirmare distulerit, auctoritate apostolica, ipso facto sit confirmatus ac gaudeat et cum fratribus et locis eiusdem cure commissis gaudere ualeat et possit omnibus et singulis priuilegijs, exemptionibus, gratijs, concessionibus et indultis prefato ordini, ut premititur, necnon fratribus et conuentibus siue locis eiusdem ordinis in regnis Castelle et Legionis consistentibus per sedem apostolicam iam concessis et jn posterum concedendis, in contrarium facientibus non obstantibus quibuscunque.

Nulli ergo, etc.

Si quis autem, etc.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, quarto idus nouembris, pontificatus nostri anno quarto.

22 NOVEMBRO 1434

*Bula Super gregem dominicum, de Eugénio IV, dirigida a D. João Vicente, bispo de Lamego, na qual, a pedido do infante D. Henrique, se comete àquele prelado a revisão e remodelação das Ordenações, Estatutos e Costumeiro da Ordem de Cristo, por serem algumas dessas disposições dispendiosas e outras menos razoáveis, causando assim grave detrimento espiritual e temporal à mesma Ordem, segundo significara o dito infante ao pontífice, a quem pedira providências (1).*

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 27, em cópia inserta no original da sua execução pelo bispo de Viseu D. João Vicente, de 2 de Outubro de 1449, — texto que se reproduz; *Pergaminhos da Ordem do Templo e de Cristo*, Régios, maço 1, n.º 25, cópia do século XV, em caderno de pergaminho, anterior a 1481; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fl. 53, em cópia oficial, feita no Convento de Cristo de Tomar pelos anos de 1568; BNL., *Fundo Geral*, cód. 735, t. 1, fl. 94, em cópia do século XVI; *ibi*, caixa 28, H. 5, 47, n.º 19. As presentes letras pontificias apenas foram executadas em 1449, tendo sido apresentadas ao referido prelado pelo citado infante somente em 1443 (Cfr. a fonte citada em primeiro lugar).

Referenciada e comentada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 82-84.

(1) O prelado em referência é D. João Vicente, eleito bispo de Lamego em 7 de Maio de 1431 e transferido para a diocese de Viseu em 1 de Abril de 1444 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 2, pp. 171 e 269). Mais conhecido pelo nome de Mestre João ou Mestre João Vicente, por haver sido catedrático de medicina na Universidade e médico de el-rei D. João I, foi também o principal fundador da Congregação dos Cônegos de S. João Evangelista, ditos em Portugal *Loios*, em razão da sua casa de Santo Elói, em Lisboa, e autor dos respectivos Estatutos (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, sobretudo a pp. 153, 569 e 596, bem como a bibliografia ali aduzida, especialmente a obra do P. FRANCISCO DE SANTA MARIA, *O céu aberto na terra*, a que se deve adicionar o manuscrito do Padre Mestre JORGE DE S. PAULO, *Epílogo e Compendio da origem da congregação de Sam Joam Euangelista & do nascimento, vida, & morte dos seus tres fundadores*, de 1658, ms. 924 da Biblioteca Pública Municipal de Braga, cujo autor se refere a D. João Vicente em vários capítulos, nomeadamente no 32, pelo que respeita ao presente assunto).

Vimos e provámos, nos volumes anteriores, como o infante D. Henrique foi nomeado para Santa Sé, em 1420, a rogo do pai, Administrador perpétuo da Ordem da Milícia de Jesus Cristo, a fim de melhor se aproveitarem os rendimentos daquela Ordem Militar portuguesa na luta contra os sarracenos e na difusão da fé católica (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, pp. 366 a 372 e 388-89). Quase logo, o infante soli-

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabili fratri Iohannj, episcopo Lamacensi, salutem et apostolicam benedictionem.

Super gregem dominicum nostre diuinitus uigilantie creditum intenti, prout nobis desuper conceditur speculatoris officium exercentes, religioni dedito eo prouidentius studio gubernari cupimus, ut in eis cordium scrutator almificus, nichil inueniat nota dignum. Ad hec enim nostros quotidie cogitatus diffundimus ad id nostri pectoris studia desideranter exponimus ut, illustrata uirtutum radijs, religio huiusmodi dilatetur ac uigeat et, medijs normisque debitis, existentiam iugiter contingat salutarem.

Cum itaque, sicut exhibita nobis nuper pro parte dilecti filij nobilis uiri Henricj, ducis Visensis et perpetuj administratoris in spiritualibus et temporalibus milicie Ihesu Christi per sedem apostolicam deputati, peticio continebat, propter uaria dicte milicie ordinationes ac statuta et quorum aliqua plurimum illi dispendiosa, quedam uero minus rationabilia sunt, graua in huiusmodi spiritualibus et temporalibus ipsa milicia sustinerit detrimenta; pro parte dicti ducis et admjnistratoris, nobis fuit humiliter supplicatum ut super hijs oportune prouidere, de benignitate apostolica dignaremur.

---

citou de D. João I a confirmação dos privilégios civis da Ordem, por hesitarem as justiças em lhós reconhecerem, e se devotou o Navegador à exploração dos terrenos e a zelar os interesses materiais da dita milícia (Cfr. a *Obra cit.*, vol. 3, pp. 2, 3, 12, 28, 43, 111, 155, 261 e 348; e vol. 4, pp. 11, 143, 269, 272 e 331), cujos bens foi ampliando no país, em Marrocos e nas ilhas atlânticas (*Ibi*, vol. 4, pp. 339, 340, 352, 354, 355 e 357).

No aspecto da orgânica interna da Ordem, D. Henrique confirmou o seu Procurador Geral em 1422, organizou, no Capítulo Geral de Tomar de 1426, normas sobre os bens móveis dos freires (*Ibi*, vol. 3, pp. 41 e 112); e, em 1434, obteve do papa Eugénio IV a confirmação da bula de fundação da Ordem e numerosas graças espirituais, nomeadamente conservatória perpétua para manutenção dos direitos e liberdades daquela (*Ibi*, pp. 335, 347, 349 e 361). Um dos assuntos que se propôs o Navegador reformar, ainda a dentro da orgânica interna da Ordem de Cristo, foram os velhos Estatutos da Ordem Militar de Calatrava, impostos à mesma pela bula da fundação *Ad ea ex quibus* de 1319 (Cfr. o nosso vol. 1, pp. 105 e 109), e em que havia disposições antiquadas, algumas até dispendiosas e menos razoáveis. A esse efeito se dirigiu súplica henriquina de 1 de Abril de 1434 (Cfr. o DOC. 141 do nosso vol. 4), deferida pela presente bula de 22 de Novembro do mesmo ano. Observaremos que D. Henrique só entregou a bula em causa a D. João Vicente em 2 de Janeiro de 1443 e que ele apenas apresentou os Estatutos da Ordem de Cristo a 2 de Outubro de 1449, datas em que tornaremos ao assunto e nos referiremos aos problemas por estes factos suscitados.

Nos igitur, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue, de qua in hijs et alijs specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committimus et mandamus quatinus, uocans qui fuerint euocandi ac uisis et diligenter examinatis per te statutis et ordinationibus predictis necnon eiusdem militie consuetudinibus, ex ipsis, etiam si roboribus apostolice firmitatis (2) uallata sint, illa que minus rationabilia seu militie predictae uel eius fratribus ac personis dispendiosa censeri possint et ex quorum obseruantia scandalum ac inconueniens succedere deberent, auctoritate apostolica, tollas, reuoces, casses, irrites et annulles ipsosque fratres et personas deinceps ad illorum obseruantiam non teneri, auctoritate prefata, denuncies ac reliqua que congruentia et profectura milicie necnon fratribus et personis predictis honesta quoque et rationabilia fuerint et per que, si seruentur, uotium in spiritualibus et temporalibus predictis incrementum dictaque milicia suscipere prefatorumque et personarum status, etiam cum diuinj propagatione cultus salubriter dirigi ualeant, eadem auctoritate, approbes et confirmes.

Alia quoque statuta et ordinationes edas ac illa necnon ea omnia ex premissis, que non reuocaueris, statutis et ordinationibus ab ipsis fratribus et personis irrefragabiliter obseruanda decernas ac uniuersa et singula facias, disponas, exequaris, que pro statu et incremento necnon alijs premissis congruere prospexeris pariter et expedire, super quibus plenam et liberam tibi concedimus, tenore presentium, facultatem, non obstantibus constitutionibus apostolicis ceterisque contrarijs quibuscunque.

Datum (3) Florencie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, decimo kalendas decembris, pontificatus nostri anno quarto.

## 50

10 DEZEMBRO 1434

*Carta das autoridades de Génova ao rei de Portugal, a solicitar-lhe sejam entregues, em Lisboa, a Franco Maraboto ou a Torpeto de Vivaldis as mercadorias que indicam, tomadas em Julho anterior pela armada portuguesa à nau de que era patrão Cristiano Vancampónio Farneucho, carregadas em Nápoles pelo mercador genovês António Calvo e consignadas a Gregório Pinelli, outro*

---

(2) No ms. *apostolica firmitate*.

(3) No ms. *Datis*.

*cidadão genovês, residente em Londres, as quais foram levadas a Lisboa e não eram proibidas nem conduzidas para terra de infieis (1).*

ASG., *Litterarum registri*, vol. 4, fl. 178 v., n.º 562.

Referenciada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 32.

Serenissimo principi et domino, domino regi Portugalie.

Serenissime princeps et domine. Non sine cordis amaritudine informati sumus classem vestram, hoc anno, de mense julij, intercepisse quandam nauim patronizatam per Christianum Vancanponium Farneuchum, in qua navi carissimus ciuis noster Antonius Caluus, mercator, in Neapoli onerauerat seu onerari fecerat fardellos tres septe et ballam vnam meru-

(1) Cfr. também o nosso DOC. 13, de 11 de Maio anterior. Tendo em vista aquele e o presente texto e relacionando-os com a súplica eduardina de Agosto de 1436, em que se reporta o monarca à expedição henriquina de 1434 para as Canárias, talvez se possa datar esta do mês de Junho do mesmo ano. SOUSA COSTA (*Lug. infracitado*) formula até a seguinte hipótese: — «Não é de todo improvável que Oldrado se refira aos navios que vieram buscar víveres a Portugal, enquanto os outros permaneciam nas Canárias. De qualquer maneira, podemos colocar a expedição às Canárias nos meados do ano de 1434». Para mais, não alude o presente documento a navio corsário português que houvesse interceptado a nau genovesa, mas a autêntica *armada* portuguesa, «classem vestram», que não singraria habitualmente pelos mares vizinhos do país. Também se pode ter dado o caso de a armada lusitana haver encontrado o barco italiano a quando do seu regresso das Canárias, hipótese porventura ainda mais viável. Maraboto aparece-nos em carta de quitação passada a Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor em Lisboa das coisas de Ceuta, e relativa ao período de 1 de Janeiro de 1440 a 1 de Julho de 1441: — «e de duas mill oitocentas e noue arrovas e mea de carne, de que fizeram quarenta e seis mill e duzentas e cinquenta e hũa soãs, que recebo do Franco Maraboto, jenoës, que era obrigado a dar pera Cepta» (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 17 v., publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 556 e ss.). Também aos mercadores genoveses Vivaldi encontramos referência em documento português de 25 de Junho de 1389, carta de quitação de el-rei D. João I: — «Item, de mje Canteneo de Vijualdjs, mercador jenoës, estante em Bruges, quatrocentos frolljs, per carta de canbho do dicto Benedito Leorcadeo; item, recebo mais do dicto Cateneo de Vijualdes mjl e cem frolljs, per carta de canbho do dicto Joham de Palma» (ANTT., *Chanc. de D. João I*, liv. 5, fl. 9, editada em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 307). Em recente obra de JACQUES HEERS são referenciados alguns mercadores daquelas famílias: António Maraboto e Galeazo, Rafael e Tomás Vivaldi (*Le Livre de Comptes de Giovanni Piccamiglio homme d'affaires Génois 1456-1459*, Paris, 1959). Também figuram nos textos daquela obra alguns Calvo e Pinelli, mas não os citados no presente documento.

gete, consignandas Londone, Gregorio Pinello, etiam ciui nostro. Qui fardelli cum dicta balla conducta fuerunt in Lisbona.

Cum ergo et fardelli ipsi et etiam balla merugete a Neapoli mitterentur in Angliam, vt supra dictum est, nec deferri deberent ad aliqua loca infidelium aut quouis modo prohibita, cogimur admirari quod dicti ciues nostri taliter dictis suis priuentur, quod tamen non credimus procedere de mente vestre serenitatis, presertim cum communitas hec et tota natio Januensis semper fuerit et sit prona quibuscunque incrementis dicte serenitatis.

Supplicamus igitur sepedicte serenitati quatenus dignetur et velit mandare dictam setam et merugetam restitui cum effectu Francho Maraboto aut Torpeto de Viualdis, procuratoribus in solidum dictorum Antonij et Gregorij. In hoc enim celsitudo vestra faciet iusticie debitum nobisque complacentiam singularem, qui continuo sumus proni pro eadem, ad similia et maiora.

Data die x.<sup>a</sup> decembris [anno 1434].

Eiusdem serenitatis seruitores Oldradus de Lampugnano, ducalis in Janua locum tenens, et consilium antianorum.

## 51

## 17 DEZEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar os caseiros e lavradores do mercador João de Santarém, residente em Lisboa (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 2.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 492.

Dom Eduarte, etc.

A uos, corregedor e juizes da nossa muy nobre, leall çidade de Lixboa e aos juizes de Sintra e de Mafora (2) e a todallas outras nossas justiças e a outros quaaesquer nossos ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de ueer per quallquer guisa que sseja, a que esta carta for mostrada, ssaude.

(1) Sobre este mercador veja-se o DOC. 115 do nosso vol. 4 e a nota 2 da p. 317 do mesmo volume.

(2) Por *Mafora*.



Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham de Santarem, mercador, morador em essa çidade, teemos por bem e mandamos que todos sseus casseeiros e lauradores que ell tem em esses logares e sseus termos sseja[m] daqui em diante escusados de pagarem em algũas peitas e fintas e talhas nem emprestidos nem serviços nem em outros nhũs encarregos que per esses conçelhos ssejam lançados e direm com pressos nem com dñheiros nem sserem titores nem curadores de nhũas pessoas e dauerem outros algũos ofícios desses conçelhos contra suas vontades, nem lhe tomem suas palhas nem çeuada nem galinhas nem gaados nem bestas nem outra algũa cousa do sseu contra sua voontade.

E porem uos mandamos que assy lhos compraes e guardees e façaaes comprir e guardar esta nossa carta ssem outro nhũu embargo, posto que nos ou a rrainha minha mulher e jñffantes meus filhos e jrmãaos ssejamos em essa comarca, nem lhj uaades nem conssetades hir contra ella em algũa guisa que sseja. Vnde all nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xbj dias de dezembro. Ruy Pjrez Gudinho a fez. Era de mñll e iiij<sup>o</sup> e xxxliij<sup>o</sup> annos.

## 52

## 17 DEZEMBRO 1434

*Letras Creator omnium, do papa Eugénio IV, a ordenar a todos os fiéis cristãos que, no prazo de 15 dias após o conhecimento das presentes, restituam à liberdade os indígenas das ilhas Canárias e a proibir sejam cativados e vendidos, sob pena de excomunhão «ipso facto incurrenda», da qual, fora do artigo de morte, apenas poderão ser absolvidos pela Sé Apostólica, pelo arcebispo de Sevilha ou pelo bispo de Rubião; pois por este e por outras pessoas lhe constou que na ilha de Lançarote e noutras ilhas do arquipélago canariense alguns cristãos, a pretextos vários e com navios armados, capturaram muitos indígenas de ambos os sexos, alguns dos quais cristãos e catecúmenos, e os trouzeram às partes cismarinas, onde os reduziram à servidão, venderam e ultrajaram, o que impede a conversão dos restantes nativos das Canárias, em ofensa grave da Majestade Divina, perigo das almas e detrimento da religião cristã (1).*

---

(1) Nesta data, a dependência política das Canárias era a seguinte: Maciot de Bethencourt detinha a posse da ilha de Lançarote e Guillén de las Casas a das ilhas de Forteventura e Ferro (Cfr. PÉREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*,

AV., *Reg. Vat.*, vol. 367, fl. 44 v.,—texto que se reproduz; *Armadio* xxxi. 54, fl. 322, em cópia de 1630.

Publicadas por WOLFEL, *La Curia Romana*, pp. 1044-46, segundo a primeira fonte citada, mas em transcrição inaproveitável.

Eugenius, etc.

Ad futuram rei memoriam.

Creator omnium rerum Deus, ex precipui amoris feruore, ad sui ymaginem et similitudinem humanam formavit naturam et, ut eciam que prothoplasti preuaricatione eterne salutis dispendia incurrerat a perpe-

pp. 129 e 147). A respeito da evangelização do arquipélago e, portanto, do significado das letras de 1434 do papa Eugénio IV observa o mesmo autor: — «Y mientras tanto, la empresa de la evangelización, que las expediciones mallorquinas del siglo XIV habían tomado como un motivo constante de sus peticiones ante el Pontífice, y que había vuelto a provocar abundante documentación pontificia cuando el viaje de Bethencourt, no se abandona. Así, en 1434 tenemos testimonio de la preocupación por este asunto de los Concelleres de Barcelona, que recomiendan primero al obispo de Mallorca y después al propio Papa, al franciscano Fray Juan de Baeza, que ostenta entonces el título de vicario de las islas, y que protesta ante la autoridad del Pontífice de los malos tratos que las gentes de Maclot de Bethencourt daban a los naturales de aquellas, recién convertidos al cristianismo, lo cual era una rémora evidente para el progreso de la evangelización. Es la protesta que lleva a Eugenio IV a dar en octubre del mismo año una bula prohibiendo esos malos tratos y que se les apresase como esclavos» (*Ibí*, pp. 129-30, onde o autor aduz dois documentos datados de Barcelona, a 30 de Junho e 1 de Julho de 1434, publicados por SERRA RAFOLS, *Los mallorquines en Canarias*, docs. 6 e 7 e, quanto a letras eugenianas, apenas as *Regimini gracie*, — o nosso DOC. 38).

Mais recentemente, DE WITTE entende haverem-se encontrado em Florença com Eugénio IV, nos derradeiros meses de 1434, D. Fernando Calvetos, Fr. João de Baeza e Juan Alonso de Ydubaren, que teriam submetido ao papa «un véritable plan de stratégie missionnaire», benévola e acolhido pelo sumo pontífice. E, aludindo às letras *Etsi cunctis* e *Creator omnium*, — os nossos DOCS. 36 e 52 — o autor opina: «mais ce serait une erreur de croire que ces mesures étaient toutes dirigées contre les conquérants portugais. A notre avis, — mais la chose devrait être étudiée de plus près que nous n'avons pu le faire —, les deux premières visaient surtout les Las Casas, ces gros marchands-armateurs de Séville qui avaient acquis depuis peu la seigneurie des Canaries et avaient fait irruption dans les îles de façon brutale. Seule l'interdiction de la guerre avait incontestablement pour origine les actes de pillage commis par les Portugais en 1434» (*Les bulles*, art. 1, pp. 711-13).

Das letras pontificias de 1434 sobre as Canárias impossível é inferir-se com segurança se elas visavam Maclot de Bethencourt, Guillén de las Casas ou Portugal, em conjunto ou separadamente. Daí a discrepância sobre o particular entre PEREZ EMRID e DE WITTE. O problema da defesa dos indígenas canários agitava-se então unicamente entre eclesiásticos, como se deduz das letras de Eugénio IV: até às presentes, de 17 de Dezembro de 1434, entre o franciscano Fr. João de Baeza e o sumo pontífice, com estranheza nossa, pois D. Fernando Calvetos era bispo de Rubicão,

tue seruitutis iugo eriperet, adueniente temporis plenitudine, de summa celi arce, vnigenitum suum filium ad huius seculi infima misit, ut ex purissima Uirgine Maria mortalitatis humane naturam assumeret ac tandem, crucis in ara, sui preciosi sanguinis perfusione, genus humanum uotue restitueret libertati.

Nos ergo, licet insufficientibus meritis ipsius Creatoris uices gerentes in terris, pro singulorum christifidelium et potissime illorum qui, seruitutis iugo afflictis, libertatis gloria destituti censentur, statu felici ac successu

---

na ilha de Lançarote, desde 1 de Outubro de 1431; após aquela data, entre o dito prelado e o papa. Por isso, WOLFEL inseriu inútilmente uma dúzia de letras de Eugénio IV dos anos de 1434 a 1436, a pretender demonstrar o que apenas pôde documentar desde a carta dos Reis Católicos de 1474-81, em seu citado estudo *La Curia Romana y la Corona de España en la defensa de los aborígenes Canarios*. Não só não existiu *Corona de España* anteriormente a Fernando e Isabel como tão-pouco, nos referidos textos pontifícios, se alude a qualquer interferência dos monarcas da Península em defesa dos indígenas das ilhas Canárias.

Nas citadas letras eugenianas, o sumo pontífice providenciou, evidentemente, a teor do que lhe representaram os suplicantes Baeza e Calvetos e que das mesmas se infere terem sido: a concessão de facilidades para missionamento do arquipélago canariense, a criação de ambiente local favorável à eficiência da evangelização e civilização do mesmo e a repressão de abusos de colonos e de invasores europeus, por destrutores do programa missionário. Porém, o que, no dizer dos requerentes eclesiásticos soa a interesse cristão e evangelizador pode haver assumido também, na mente dos mesmos e até principalmente, significado bem diferente, atentos alguns factos anteriormente ocorridos e as especiais circunstâncias do momento (Cfr. a nota da p. 85).

Expliquemo-nos. A primeira expedição henriquina às Canárias parece datar do ano de 1415 (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, DOC. 113); pois logo em 1416 o franciscano de Sevilha Fr. Juan de Baeza, aproveitando a circunstância de Portugal não obedecer, como obedecia Espanha, ao antipapa Bento XIII, surgiu com uma pretensa mas, quanto a nós, dúbia ocupação missionária da ilha de Forteventura, apolada e cooperada pelo referido antipapa castelhano (*Ibi*, DOCS. 118 e 121 a 130). Nova expedição henriquina, em 1424, chefiada por D. Fernando de Castro contra a Grã-Canária (*Ibi*, vol. 3, DOC. 51); logo Baeza impetrou do papa Martinho V a confirmação da licença de Bento XIII para evangelizar as Canárias e autorização para fundar casa franciscana em quatro das ditas ilhas (*Ibi*, DOCS. 32-34) e diligenciou constasse o facto em todo o mundo cristão (*Ibi*, DOC. 39); mas evidenciou os seus intuitos políticos, ao dizer a Martinho V, em sua súplica de 4 de Outubro de 1424, encontrarem-se os reinos de Castela e de Aragão mais próximos das ditas ilhas do que os restantes reinos cristãos (*Ibi*, DOC. 50), ao mesmo tempo que, em Lisboa, o embaixador castelhano Alfonso García de Santa Maria estranhava, — em nome de quem? — a referida expedição henriquina (Cfr. SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, pp. 321-22 e 323). Enfim, sucede-se, em 1434, a expedição promovida também pelo Navegador às Canárias a que se reporta a súplica eduardina de Agosto de 1436 (Cfr. o DOC. 129), e cá temos novamente Fr. Juan de Baeza a manobrar o papa Eugénio IV para que a Portugal seja tolhido o acesso ao dito arquipélago, nomeadamente com excomunhão «ipso facto incurrenda» (Cfr. o DOC. 38 e o presente).

Retomou a mesma orientação o bispo Rubicense D. Fernando Calvetos a partir das presentes letras de 17 de Dezembro de 1434, aqui ainda associado a Baeza, o qual,

prospero, inter assiduas quibus dietim urgemur solitudinum curas (2), uoluntarios labores amplectimur, ut, per diligencie nostre ministerium, inter fideles quoslibet, salubris directionis et optate libertatis prodeat incrementum.

Sane, sicut dudum venerabilis fratris nostri Fernandi, Rubicensis episcopi, inter christifideles ac habitatores insularum Canarie interpretis et ab eis ad sedem apostolicam nunciis destinati, aliorumque fidedignorum insinuacione intelleximus, licet in insulis predictis, quedam de Lancellot nuncupata, et nonnullae alie circumadiacentes insule, quarum habitatores et incole, solam legem naturalem imitantes (3), nullam antea fidelium aut hereticorum sectam nouerant, a paucis citra temporibus, diuina cooperante clemencia, ad orthodoxam catholicam fidem sint reducte, pro eo tamen quod, labente tempore, in quibusdam alijs ex predictis insulis gubernatores ac defensores idonei, qui illarum habitatores et incolas in spiritualibus et temporalibus ad rectam fidei obseruanciam dirigerent ac eorum res et bona grate tuerentur, defuerunt, nonnulli christiani, quod dolenter referimus, diuersis confictis coloribus et captatis occasionebus, ad prefatas insulas, cum eorum nauigijs, manu armata, incedentes, plures inibi, eciam iuxta ipsorum simplicitatem incaute raptos (4), utriusque sexus homines, nonnullos iam tunc baptismatis unda renatos et alios ex eis, sub spe ac pollicitacione quod eos uellent sacramento baptismatis insignire, eciam quandoque fraudulenter et deceptorie securitatis fide promissa et non seruata, secum captiuos eciam ad partes cismarinas duxerunt, bonis eorum prede expositis seu in eorum usus et utilitatem conuersis, nonnullos quoque ex habitatoribus et incolis predictis subdiderunt perpetue seruituti ac aliquos personis alijs uendiderunt et alia (5) contra eos diuersa illicita et nepharia commiserunt, propter que quamplurimi ex residuis dictarum insularum

---

como fizera este último no ano de 1424, sublinhou também, em 28 de Dezembro de 1434, ao papa Eugénio IV acharem-se as ilhas Canárias mais vizinhas de Castela e de Aragão do que dos restantes reinos cristãos (Cfr. o DOC. 56). Ora a vizinhança era considerada, na época, com base em BARTOLO, como um dos titulos jurídicos a territórios (Veja-se, por ex., PAULO MERÊA, *Estudos de História do Direito*, p. 144). Ou por o papa Eugénio IV se haver certificado do que realmente se passava, mercê talvez da actuação da diplomacia portuguesa, ou por el-rei D. Duarte vir a utilizar, em Agosto de 1436, o mesmo argumento missionário, agora porém com estatística e asserções promissoras de mais faguetos e reais êxitos evangélicos nas Canárias, em 15 de Setembro daquele ano o soberano de Portugal obteve a bula *Romanus pontifex*, a permitir-lhe a conquista das ilhas do arquipélago canariense não possuídas por cristãos (Cfr. os nossos DOCS. 129 e 137).

(2) Aqui no ms. *et*.

(3) No ms. *immitantes*.

(4) No ms. *reptos*.

(5) No ms. *aija*.

habitoribus, seruitutem huiusmodi plurimum execrantes, prioribus erroribus remanent inuoluti, se propterea ab suscipiendi (6) baptismatis proposito retrahentes, in grauem diuine maiestatis offensam et animarum periculum et christiane religionis non modicum detrimentum.

Nos igitur, ad quos pertinet, presertim in premissis et circa ea, peccatorem quemlibet corrigere de peccato, non uolentes ea sub dissimulacione transire ac cupientes, prout ex debito pastoralis tenemur officij, quantum possumus salubriter providere, ac ipsorum habitatorum et incolarum afflictionibus, pio et paterno compacientes affectu, vniuersos et singulos principes temporales, dominos, capitaneos, armigeros, barones, milites, nobiles, communitates et alios quoscumque christifideles, cuiuscunque status, gradus uel condicionis fuerint, obsecramus in Domino et, per aspersionem sanguinis Ihesu Christi, exhortamus eisque in remissionem peccaminum suorum iniungimus ut et ipsi a premissis desistant et eorum subditos a talibus retrahant rigideque compescant. Et nichilominus vniuersis et singulis eisdem vtriusque sexus christifidelibus precipimus et mandamus quatenus, infra quindecim dierum spacium, a die publicationis presentium, in loco in quo ipsi degant faciende (7), computandorum, omnes et singulos utriusque sexus dictarum insularum olim habitatores, canarios nuncupatos, tempore captionis eorum captos, quos seruituti subditos habent, pristine restituant libertati ac totaliter liberos perpetuo esse et, absque aliquarum pecuniarum exactione siue recepcione, abire dimittant; alioquin, lapsis diebus eisdem, excommunicationis sententiam ipso facto incurrant, a qua nisi apud sedem apostolicam uel per archiepiscopum Jspalensem pro tempore existentem, seu Fernandum episcopum antedictum, ac personis captiuatis huiusmodi prius et ante omnia libertati deditis et bonis eorum primitus restitutis, absolui nequeant, preterquam in mortis articulo constituti.

Similem excommunicationis sententiam incurrere uolumus omnes et singulos qui eosdem canarios baptisatos aut ad baptismum uoluntarie uenientes capere aut uendere uel seruituti subicere attemptabunt, a qua, aliter quam ut prefertur, nequeant absolutionis beneficium obtinere. Illi, uero, qui exhortacionibus et mandatis nostris huiusmodi humiliter paruerrint cum effectu, preter nostram et apostolice sedis gratiam et benedictionem, quam proinde uberius consequantur, eterne beatitudinis professores fieri mereantur et a dextris Dei cum electis, perpetua requie, collocari.

Nos, enim, vniuersis et singulis patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis filiis electis, abbatibus, prioribus, decanis, archidiaconis, prepositis, cantoribus, thesaurarijs et alijs ecclesiarum prelatiis precipimus

---

(6) No ms. *ad suscipiendum*.

(7) No ms. *faciendam*.

et mandamus quatenus presentes litteras ac in eis contenta, in ecclesijs, dominicis et festiuis ac alijs diebus oportunis, dum maior inibi populi multitudo conuenerit ad diuina, legant, publicent, intiment ac legi et publicari et intimari ac eciam in idiomate uulgari declarari procurent, ut sic illis quos tangunt plenius nota fiant et ipsi nequeant ignoranciam allegare. Volumus, autem, quod presentibus, per notarium seu tabellionem publicum, sub instrumento publico fideliter exemplatis, perinde stetur et plena fides adhibeatur, in iudicio et extra, quemadmodum adhiberetur et eisdem litteris presentibus staretur, si essent exhibite uel ostense.

Nulli, ergo, etc., nostri mandati et uoluntatis infringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Florencie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo xxxiiij, sexto decimo kalendas januarij, anno quarto.

## 53

23 DEZEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a doação de el-rei D. Fernando, homologada já por D. João I, a Gil Eanes, dos bens de raiz que os mouros haviam deixado em Faro quando passaram a África sem licença régia e bem assim doutros bens de raiz pertença da coroa no reino do Algarve.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 56, — donde se reproduz, em leitura nova Guadiana, liv. 6, fl. 166 v.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que os herdeiros de Gill Eannes, que foy corregedor na corte do muy uirtuoso e de grandes uirtudes elrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, emuiarom mostrar perante nos hũa carta que o dicto Gill Eannes ouue do dicto ssenhor, asijnada per Aluaro Gonçalluez e Martim da Maya, sseus veadores da fazenda, e asseellada do sseu sseello pendiente de çera e foy dada em Tentugall, aos xb dias dabrill da era de Cezar de mjl e iiij° xxxiiij annos; em a quall era contheudo o trellado de hũa carta que elrej dom Fernando, meu tio, deu ao dicto Gill Eannes, por que lhe fez merçee e doaçom, com outorgamento da rrainha dona Lianor, ssua molher, e lhe deu de jur dherdade os

beens de rraiz que auya em Faarom, que ficarom dos mouros que sse foram aalem mar ssem sua leçença, e doutros beens de rraiz que auya no rregno do Algarue, e o trellado doutra carta do dicto ssenhor, per que lhe confirmou a carta do dicto rrey dom Fernando, sseu jrmãao, e lhe fez merçee que ouuesse, pera ssy e sseus filhos, todollos dictos beens e fructos e nouos e rrendas e djreitos delles, per a guisa que lhe foram dados pello dicto sseu jrmãao, nom embargando cartas ou aluaraes nem doaçoões que dos dictos beens elle teuesse fectos a LopAlvarez nem a sseus filhos nem a outros nhũus; as quaees ell ouue por rreuogadas quanto tange aos dictos beens, porque achou que as fezera contra djreito, por enformaçom nom uerdadeira, segundo todo esto e outras cousas em a dicta carta mais compridamente ssom contheudas, e que nos pediam que lhe confirmassemos a dicta carta.

E nos, visto sseu rrequerimento e querendolhes fazer graça e merçee, teemos por bem e confirmamoslhe e aprouamos a dicta carta que do dicto ssenhor ouue com trellado da dicta carta delrrey dom Fernando e sua confirmaçom, pella guisa que em ella he contheudo, contanto que dos beens que forem achados paguem a nos e a nossos ssoçessores a dizima dos fructos e nouos e rrendas delles, segundo per nos he hordenado e mandado.

E porem mandamos aos veadores da nossa fazenda e contadores e almoxarifes e juizes e justiças e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que lhe comprem e guardem a dicta carta que do dicto ssenhor ouue pella guisa que em ella he contheudo, sem outro nhũu embargo que lhe sobrello ponham. Vnde all nom façades.

Dante em Euora, xxiiij dias de dezembro. Ruy Lopes a fez. Era de mjl e iiij<sup>xxliij</sup> annos.

## 54

## 24 DEZEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar aos carpinteiros, calafates e petintais das suas galés, tercenas e demais obras de Lisboa os privilégios que lhes haviam sido outorgados pelos monarcas anteriores.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 3. — texto que se reproduz, com anotação das variantes do liv. 1, fl. 103.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 492, n.º 794.

Dom Eduarte, etc. (1).

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee aos nossos carpenteiros e callafates e pitintaaes que nos serueem e estão prestes pera nos servir nas nossas galees e taracenas da dicta çidade (2) de Lixboa e nas outras obras nossas que ora ssom ou forem escolheitas per Steuam dObidos, nosso almoxarife das taracenas da dicta çidade, ou per outro quallquer que hy for nosso (3) almoxarife, por muyto seruico que delles rregebemos e entendemos de rreçeber ao diante; e, porque fomos çerto que elles ouuerom priuelegios e liberdades dos rrex que ante nos foram destas cousas que sse adiante sseguem e doutras ssemelhaueis (4) e os perderom nas guerras que sse seguirom;

Teemos por bem e mandamos que nom ssejam nhũas pessoas tam ousadas, dos da nossa merçee nem dos jnfantes nem doutros ssenhores nhũs, de qualquer estado e condiçom que ssejam, que pousem com elles em suas casas de morada nem adegas nem em caualariças nem palheiros nem lhe tomem (5) as rroupas que teuerem nem trigo nem çeuada nem gallinhas nem guados nem llenha nem bestas nem palha nem outras nhũas cousas contras suas voontades, ssob pena de pagarem a nos os nossos encoutos de bj mil soldos; os quaees encoutos mandam[os] que rrecadem os almoxarifes da dicta çidade, ssob pena de os pagarem de suas cassas, e mandamos aos nossos escpuiãaes dos dictos almoxarifados que os ponham em rreçepa ssobre os dictos almoxarifes.

E porem mandamos a todollos meirinhos, corregedores e juizes e justiças a que esta carta for mostrada que, sse lhe algũas pessoas quizerem hir contra este priuilegio em algua guisa, que lho nom conssentam e lhes alçem delles forças e lhes comprem e guardem e façam conprir e guardar o dicto priuilegio assy e pella guisa que em elle he conteudo e lhes nom conssentam hir contra elle em nẽhũa maneira que sseja, ca nossa merçee he de lhe sseer comprido e guardado pella guisa que dicto he. E esto lhe fazemos, porquanto nos mostrarom outro tall priuilegio delrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dante em a çidade dEuora, xxiiijº dias de dezembro. Nicolaa Rodriguez a fez. Era de mjil e iiijº e xxxiiij annos.

---

(1) Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue, e ssenhor de Cepta.

(2) da cidade de Lixboa.

(3) que hi vier ou for nosso.

(4) semelhantes.

(5) nem palhas.



28 DEZEMBRO 1434

*Letras Ad ea, do papa Eugénio IV, dirigidas ao bispo de Cádiz, nas quais, atendendo à falta de recursos e às avultadas despesas que lhe significara ter de fazer o bispo de Rubião, D. Fernando, que em breve vai seguir com pessoal para as ilhas Canárias, lhe ordena tome 1.000 ducados de ouro dos rendimentos da mesa arquiépiscopal de Sevilha, diocese vaga, e os aplique, a seu arbitrio, na viagem do dito bispo Rubicense, em alfaia para as igrejas do mesmo bispado, na aquisição de navio conveniente para ligação entre as ilhas, em contratar peritos nas artes mecânicas para ensino dos indígenas, na compra de ferro e de outros metais, na construção de igrejas, nos gastos do referido prelado e dos frades menores que vão com ele, no resgate dos canários cativos detidos aquém-mar e na conversão dos infiéis (1).*

AV., Reg. Vat., vol. 367, fl. 5.

Publicadas por TORRES CAMPOS, *Cardóter de la conquista y colonización de las Islas Canarias*, pp. 208 e ss., e por WOLFEL, *La Curia Romana*, pp. 1034-35, em transcrição insegura.

Eugenius, etc.

Venerabili fratri Johanni, episcopo Gadicensi, salutem.

Ad ea ex apostolice sedis nobis desuper iniuncte seruitutis officio, que fidelium animarum salutem respiciunt et per que illarum profectibus consulitur libenter intendimus et operibus caritatis, que circa hec a fidelibus exercentur, quantum cum Deo possumus, auxilia impartimus.

Cum itaque, sicut pro parte venerabilis fratris nostri Fernandi, episcopi Rubicensis, cum ecclesia Rubicensis, in insulis Canarie, existere dinoscitur, nuper fuit propositum coram nobis quod, cum ipse, qui ad eccle-

(1) O prelado Gadicense em referência era Juan González, jurista e capelão pontifício, nomeado bispo de Cádiz sendo cônego de Sevilha, em 8 de Julho de 1426 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica*, vol. 1, p. 258). A diocese sevillhana achava-se vaga pela transferência de D. Juan de Luna para a toletana em 8 de Novembro de 1434 e assim se conservou até à nomeação do bispo de Tarso, D. Diogo, para arcebispo de Sevilha, em 25 de Fevereiro de 1435 (*Id.*, vol. 2, pp. 165 e 252).

siam et insulas predictas, que populis Deum ab olim nullatenus ante nocebant, populate existebant et quarum nonnullarum habitatores, plurimum fidelium christianorum diuersorum statuum, ecclesiasticorum et laicorum, secularium et regularium, potencia, industria et virtute, ad fidem catholicam sunt conuersi, tam pro huiusmodi conuersis in fidem huiusmodi conuertendis, cum decenti et oportuna aliarum personarum comitiis personaliter transire in breui desideret et proponat; ac pro huiusmodi ipsius transitu faciendo et ecclesiarum ornamentis ac vno congruo nauigio ad alias insulas visitandas ac personis in artibus mechanicis instructis, qui eosdem canarios in illis instruant et informet, ac ferro et alijs metallis opportunis emendis necnon ecclesijs edificandis ac pro se et fratribus minoribus secum euntibus ad prefatas insulas et aliquibus canarijs citra mare in captiuitate detemptis a seruitute redimendis et ad libertatem et easdem insulas reducendis, non modica peccuniarum indigeat quantitate;

Nos, ne ex huiusmodi peccuniarum defectu valeat tanti boni executio impediri, fraternitati tue, de fructibus, redditibus et prouentibus ecclesie Ispalensis, ad presens pastore carentis, ad mensam archiepiscopalem Ispalensem spectantibus et tempore vacationis ipsius ecclesie obuenientibus, apud quoscumque consistant, summam mille ducatorum auri ad manus tuas recipiendi, exigendi, habendi ac omnes illos et pro huiusmodi transitu ac predictis necessitatibus et alijs opportunitatibus, super quibus tuam conscientiam oneramus, ad tuum arbitrium exponendi, distribuendi et eciam conuertendi, contradictores quoque, per censuram ecclesiasticam et alia juris remedia, compescendi, plenam et liberam, auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus facultatem.

Datum Florencie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo quarto, quinto kalendas januarij, anno quarto.

*Letras Pijs et honestis, do papa Eugénio IV, dirigidas aos prelados dos reinos de Aragão e de Castela, ao abade do mosteiro de Poblet e ao prior de Coms, das dióceses de Tarragona e de Sevilha, a ordenar-lhes que dos fundos de usuras e restituições destinados à Câmara Apostólica distraiam 2.000 florins de ouro de câmara para compra e equipamento de navio a utilizar nas ilhas Canárias, confiado ao bispo de Rubicão; pois este o informara de que alguns*

*nativos do arquipélago, por indústria e diligência dos fiéis cristãos, dos bispos, dos eremitas, dos nobres e leigos e de certos religiosos da Ordem Franciscana, se haviam convertido ao catolicismo e de que se propunham os mesmos difundir a Fé pelas restantes ilhas, mais vizinhas dos reinos de Castela e de Aragão do que dos demais reinos cristãos, para o que necessitam de barco para ligação entre elas.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 367, fl. 6, — texto que se reproduz; ibi, fl. 46 v., insertas nas letras *Ad ea libenter*, de 13 de Janeiro de 1436.

Publicadas por WOLFEL, *La Curia Romana*, pp. 1035-38, com indicação errada do ano, 1433 por 1434, e em transcrição incorrecta.

Eugenius, etc.

Venerabilibus fratribus archiepiscopis, episcopis et eorum officialibus regnorum Aragonie et Castelle necnon dilectis filiis . . abbati monasterij de Populeto, ac . . priori de Coma, Terraconensis et Jpsalensis diocesum, salutem, etc.

Pijs et honestis supplicum votis, illis potissime que catholice fidei augmentum et animarum salutem respiciunt, libenter annuimus eisque, quantum cum Deo possumus, fauorem apostolicum impartimur.

Sane pro parte venerabilis fratris nostri Fernandi, episcopi Rubicensis, nobis nuper exhibita peticio continebat quod olim, cum fama publica laboraret quosdam ex incolis insularum Canarie, quorum antea nullus Deum agnouerat, ad fidem catholicam, Deo inspirante et christifidelium, episcoporum, heremitarum, nobilium et laicorum ac quorundam religiosorum ordinis fratrum minorum industria et diligencia procurante, fuisse conuersos, ob eam causam, illuc profectorum predicationes et instructiones euangelicas; pljs huiusmodi fidelium subsidij adiutas, plures alij ex ipsis incolis ad eandem fidem, fauente diuina gratia, sunt conuersi.

Quodque episcopus, heremite et nobiles ac religiosi predicti, ipsius zelo fidei magis atque magis accensi, ut reliqui ex incolis prefatis, in uie veritatis ignorancia et cecitate restantes, ad fidem ipsam cooperante Domino, similiter conuertantur, solercia indefessa, eciam personarum suarum periculis non parcendo, laborare proponunt, ac huiusmodi propositum et desiderium ipsorum, propiciante Domino et mediantibus similibus subsidij, sperant feliciter adimplere, dummodo pro marino de Castelle et Aragonie, in quibus, utpote ceteris christianis regnis dictis insulis propinquo-ribus, huiusmodi subsidia commodius habere sperant, ad illas indeque de

singulis ad singulas earundem (1) ad inuicem satis remotarum transitu, quociens et quando expediatur, aliquod ad hec sufficiens nauigium, cum nautis et rebus ad illius directionem, regimen, gubernacionem et conseruacionem, oportunum, promptum et paratum habeant.

Cum autem, sicut eadem peticio subiungebat, ad habendum huiusmodi nauigium cum nautis et rebus predictis celeriter, prout tanti boni necessitas exigit, ampla et uelox dictorum fidelium requiratur impensa, circa quam eis nulle suppetunt facultates; pro parte dicti episcopi fuit nobis humiliter supplicatum vt, pro eodem nauigio habendo, dirigendo, regendo, gubernando et conseruando, ut prefertur, summam duorum milium florenorum auri de camera, de et super legatis et relictis ad pias incertas causas et male ablatis incertis ac vsuris restituendis, in Castelle et Aragonie regnis predictis, per executores testamentorum seu ultimarum voluntatum defunctorum, aut illos ad quos legatorum et relictorum distribucio seu male ablatorum et usurarum restitucio huiusmodi pertinet, exsoluendam concedere et assignare, de benignitate apostolica, dignaremur.

Nos igitur, qui supremis, vt debemus, desiderijs affectamus nostris efficere temporibus quod ipsa catholica fides nedum illibata preseruetur sed etiam in vniuerso orbe lacius diffundatur, huiusmodi supplicacionibus inclinati, discrecioni uestre, de qua in hijs et alijs specialem in Domino fiduciam obtinemus, et cuilibet uestrum, prout, iuxta tenorem presentium, infra scripta exequi ad quemlibet vestrum quomodolibet pertineat uel spectet, per apostolica scripta committimus ac districte, in virtute sancte obediencie, precipimus et mandamus quatenus vos uel alter vestrum, in Aragonie et Castelle regum carissimorum in Christo filiorum nostrorum dicioni subiectis ciuitatibus et diocesibus citra mare consistentibus, de et super legatis et relictis ad pias incertas causas seu de male ablatis, incertis et vsuris restituendis huiusmodi, summam duorum milium florenorum huiusmodi, videlicet ex ea in qualibet ciuitatum et diocesum tantum quantum iuxta illius qualitates et facultates exigencia (2) pro celeriori, uelut necessitas tam laudabilis negocij postulat, dicte summe leuacione et collectione ad opus ipsius nauigij, in usum et vtilitatem duntaxat conuersionis dictorum infidelium habendi, dirigendi, regendi, gubernandi et conseruandi (3), ut prefertur, auctoritate nostra, postquam pro parte dicti episcopi Rubicensis uel ipsius procuratoris ad hoc specialiter constituti, seu dilectorum filiorum vicarij fratrum ordinis minorum ac Johannis Gundisalu, clerici Bracharensis diocesis (4), fueritis requisiti, seu alter vestrum

(1) No ms. *eandem*.

(2) No ms. *exigenciam*.

(3) No ms. *habendam, dirigendam, regendam, gubernandam et conseruandam*.

(4) De sublinhar a inserção aqui de João Gonçalves, clérigo da diocese de Braga, Simples disfarce político junto do sumo pontífice? Por convir demonstrar assim ao

fuerit requisitus, de consensu et voluntate dicti episcopi uel eius procuratoris, infra quinque dies immediate sequentes post requisicionem huiusmodi, nominetis, eligatis et ordinetis, seu alter vestrum nominet, eligat et ordinet vnum uel duos dictarum pecuniarum receptores, collectores et leuatores, probos et fideles, prout necessarium fuerit et videbitur expedire.

Alioquin, lapsis dictis quinque diebus, volumus et mandamus quatenus vos, filij abbas in regno Aragonie et prior in regno Castelle et quilibet vestrum in solidum, auctoritate nostra, simili modo facere, eligere, nominare et ordinare dictos collectores seu receptores, de consensu et voluntate dicti Rubicensis episcopi uel ipsius procuratoris seu vicarij et Johannis predictorum, teneamini (5), facientes eadem auctoritate, per vos uel alium seu alios, summam predictam ab executoribus testamentorum seu ultimarum voluntatum predictorum aut ab illis ad quos legatorum et relictorum distributio, siue male ablatorum et usurarum earundem restitucio huiusmodi et alia ad rei execucionem necessaria pertineant, vt preferitur, seu quibusuis alijs penes quos legata et relicta uel male ablata et usure ipsa (6) consistant, vos, uidelicet, archiepiscopi, episcopi, officiales, abbas et prior prefati, in qua facilius, commodius et celerius uenale nauigium huiusmodi inueniri et haberi posse dicitur, ad hoc fidedignis deputantis personis, integraliter et cum effectu persolui, ac notarios et tabelliones publicos, apud quos testamenta horum fore dicantur, ad illa in publicum exhibenda compelli. Jtaque tota summa Castelle priori et tota summa Aragonie regnorum predictorum abbati vobis, dilectis filiis, tradantur per receptores et leuatores predictarum pecuniarum et illas conseruetis et custodiatis (7) dicteque pecunie leuate et recepte venerabilibus fratribus Johanni Gadicensi et prefato Rubicensi episcopis, simul uel eorum procuratoribus ad hoc specialiter constitutis, quas (8) [per] ipsum episcopum Rubicensem ad ipsius nauigij directionem, regimen, gubernacionem et conseruacionem huiusmodi necessarijs conuertendas deputauimus, ne persecucio tanti boni propterea impediri quomodolibet uel differri ualeat, libere et realiter tradantur et etiam assignentur.

Tu uero, fili prior de Coms, summam mille ducatorum Castelle ad manus tuas recipias et eam episcopis predictis realiter tradas, ita tamen quod huiusmodi nauigium, postquam emptum fuerit, ut preferitur, a quoquam uendi seu alienari aut alias distrahi, siue ipsum nauigium ac residuum

---

mesmo a anuência de Portugal? Intuito do aproveitamento de fundos do nosso país para a mesma finalidade?

(5) No ms. *teneamur*.

(6) No ms. *ipsa*.

(7) No ms. *conserues et custodias*.

(8) No ms. *quam*.

summe huiusmodi, si quid (9) ipso nauigio et eius oportunis et necessarijs municionibus persolutis superesse contigerit, ad alios quam prefatos vsus, uidelicet gubernacionis, sustentacionis, reparacionis nauigij et municionum suarum et utilitatem conuerti uel applicari aut deputari non possit nec debeat quoquomodo, sed per episcopum gubernatorem nauigij antedictum, si ei uidebitur, apud aliquam tutam et fidelem personam deponantur, in premissis exponendis temporibus oportunis.

Si quis autem huiusmodi residuum summe aut partem ipsius aliquam sibi appropriare aut in alios usus conuertere seu alijs rebus uel usibus applicare presumpserit, ipso facto sententiam excommunicationis incurrat, a qua, preterquam in mortis articulo constitutus, nisi prius et ante omnia tantumdem ad premissa realiter et cum effectum reddiderit, absolutionis beneficium nequeat obtinere, sed ipsum nauigium ac residuum summe florenorum huiusmodi, si quid superesse contigerit, ad alios quam prefatos vsus et utilitatem deputari uel applicari non possint et debeant (10) quoquomodo, contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, non obstantibus testamentis et ultimis voluntatibus predictorum alijsque ipsorum defunctorum ordinacionibus necnon apostolicis et prouincialibus ac sinodalibus constitutionibus ceterisque contrarijs quibuscunque, seu si aliquibus, communiter uel diuisim, a prefata sede indultum existat quod interdicti, suspendi uel excommunicari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem.

Nos quascunque alias litteras apostolicas, super hoc hactenus emanatas, tenore presentium, reuocamus ac volumus quod, post annum a tempore quo ipsum nauigium ad insulas predictas declinauerit, aliquis ex canarijs ad fidem conuersis, ad hoc ydoneus, ad regendum ipsum nauigium per ipsum episcopum Rubicensem eligatur et eciam deputetur quodque transumpto (11) presentium litterarumstrarum, manu puublica notarij signato siue sigillo alicuius ordinarij roborato, sicuti originalibus litteris, plenaria fides adhibeatur. Et insuper, ex nunc irritum decernimus et inane, si secus super hijs a quoquam, quauis auctoritate, scientur uel ignoranter, contigerit actemptare.

Datum Florencie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo trecesimo quarto, quinto kalendas januarij, pontificatus nostri anno quarto.

---

(9) No ms. *quod*.

(10) No ms. *possit et debeat*.

(11) No ms. *transumpto*.

## 57

28 DEZEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Afonso de Matos a que lhe passara, sendo infante, de alcaide do mar da cidade do Porto.*

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 77 v., inserta na de confirmação da Regência de 29 de Setembro de 1441.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 288.

Dom Eduarte (1), etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e mercee a Afonso de Matos, morador em a cidade do Porto, teemos por bem e damollo por noso alcaide do mar da dicta cidade, asy e pella guisa que o era em uida delrrej meu senhor e padre, cuja alma [Deus aja], per hũa carta nossa, que demos em seendo jfante, a qual hia pera o conde dom Afonso, meu jrmão, per que lhe outorgamos o dicto officio, a seu rrequerimento, a qual perante nos ffoy quebrada.

Porem mandamos ao juiz do mar em a sobredicta cidade e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer e esta carta for mostrada, que ajam daqui em deante o dicto Afonso de Matos por alcaide do mar em a dicta cidade e lhe leixees serujr e husar do dicto officio e outro nhũu nom e auer as proees e gaanças que el com o dicto officio de djreito deue e pode auer. O qual jurou etc.

Dada em os nossos paaços dAlmeirim, xxbiij de dezembro. Elrrey o mandou. AluarAnnes a fez. Anno de iiij<sup>to</sup> xxxiiij annos.

## 58

30 DEZEMBRO 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a conceder a Vasco Martins, pescador do infante D. Henrique, isenção de dar pousada em suas casas de moradia, adegas e cavalações, e licença para poder usar armas.*

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 11 v., inserta na carta de confirmação da Regência de 29 de Março de 1439.

---

(1) No ms. *Afonso*.

Dom Eduarte, etc.

A uos, nosso pousentador moor, e ao da rrainha mjnha molher e aos pousentadores dos jfantes meus (1) jrmãaos e a quaesquer outros que esto ouuerem de veer e esta carta for mostrada, saude.

Mandamosuos que nom dees nem consentaaes dar de pousadia a nhũ que seja as casas da morada e adegas e cauallariças de Vaasquo Martjnz, pescador do jfante dom Anrrique, meu jrmãao, nem lhe filhar dellas rroupa de cama nem gallinhas nem çeuada nem palha nem outra nhũa cousa do seu, contra sua uontade.

Outrosy, lhe damos licença e lugar que ell possa trazer armas de noyte e de dia, sem embargo da defessa e hordenaçom que sobre ello he posta.

E porem mandamos a todollos corregedores e juizes e justiças e a outros quaesquer a que esta carta for mostrada que lhas nom filhees nem enbargees nem lhe façaas nem consentaaes fazer por ello outro nhũ desagujsado, ca asy he sobre todo nossa merçee. Vnde all nom façades.

Dada em os paaços dAlmerim, xxx dias de dezembro. Elrrej o mandou. Afonso Estevez a fez. Era de mjl e iiijº e xxxiiij anos.

## 59

16 ? 1434

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Pero Gonçalves em alcaide das tercenas do Porto, a pedido do infante D. Henrique, como o era em vida de D. João I.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 19, fl. 29, inserta na carta de confirmação da Regência de 10 de Julho de 1439.

Jtem, outra tal carta de Pero Gonçalluez, por que o dam por alcaide das taráenas da cidade do Porto, pello do jfante dom Amrique, meu jrmãao, que o por ell pidio, asy e pella guisa que o era em vida delrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, etc.

[Carta] em forma, dada em Almeirim, xbj dias de .... Elrrej o mandou. Lourenço de Guimaraes a fez. Era de mjl e iiijº e xxxiiij anos.

---

(1) No ms. *neu*.



## 11 JANEIRO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a doar à rainha D. Leonor, sua esposa, vitaliciamente, as vilas e termo de Alvalázere, Sintra, Torres Novas, Torres Vedras, Alenquer e Óbidos, a teor do seu contrato de casamento (1).*

ANTT., Gaveta 17, maço 1, n.º 14, original em pergaminho, o qual teve selo pendente, — donde se reproduz; *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 113 v.; aqui por ementa; *ibid*, liv. 3, fl. 46 v.; em leitura nova, *Reis*, liv. 1, fl. 65.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, de nosso moto proprio e poder absoluto e liure vountade, damos e doamos e fazemos liure e pura doaçam aa rreinha dona Lienor, minha muyto prezada e sobre todas amada molher, em dias de sua vida, das nossas villas dAluayazer e de Sintra e de Torres Nouas e de Torres Uedras e dAlanquer e dObidos, com todos seus directos e rendas e perteenças e com todas suas jurdições e igreias, de juro e de herdade e mero e mixto jimperio, per aquella meesma guisa que as de sempre ouuerom os rrex que ante nos foram e as nos auemos e de directo deuemos dauar, com seus termos.

Porem mandamos que ella as aia e possa auer como dicto he, sem outro embargo e contenda nêhũa que lhe sobrello seia posta. E mandamos aas justiças das dictas villas, a que esta carta for mostrada, que a metam em posse das dictas villas, per seus procuradores, cada que lhes esta carta ou o trallado della em publica forma for mostrada, so synal de taballiom, e lhe façam responder e acudir com os dictos direitos e rendas e com as outras cousas, nom embargando que as a outrem aiamos dadas per nos-

---

(1) Nos termos do contrato matrimonial celebrado em 1428 entre o infante D. Duarte e a infanta D. Leonor teria esta, enquanto infanta, apenas uma parte das vilas da falecida rainha D. Filipa de Lencastre, as quais eram Alenquer, Sintra, Óbidos, Alvalázere, Torres Novas e Torres Vedras; e, quando passasse a rainha, receberia a outra parte. Feitas as duas partes por el-rei D. João I, D. Leonor escolhera, em 1428, as primeiras três povoações citadas; agora recebe, como rainha, as restantes (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 3, pp. 268-69). O monarca, entretanto, enumera-as agora todas.

sas cartas; porquanto nossa merce he que as aia ella e outro nemhũ nom. Onde al nom façades.

E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, asijsnada per nossa mãao e asseellada do nosso seello.

Dada em a nossa cidade d'Euora, xj dias de janeiro. Vicente Dominguez a fez. Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatrocentos e trijnta e cinco annos.

(as.) El Rey.

## 61

## 12 JANEIRO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar a moura Aziza, residente em Évora, de dar aposentadoria em suas casas de morada, a pedido de D. Isabel, duquesa de Borgonha (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 71 v.

Dom Eduarte, etc.

A uos, Ruy Mendeez Çerueyra, nosso pousentador moor e ao da rraynha minha molher e dos jffantes meus filhos e jrmãaos e a outros quaeesquer a que esto perteeñer, saude.

Mandamosuos que nom dees nem consentaaes a nhũ dar de pousadia as casas da morada de Aziza, moura, morador em esta çidade, porquanto nossa merçee he seer dello escusada, pello da duquesa mjnha jrmãa. Vnde all nom façades.

Dada em Euora, xij dias de janeiro. Nicolaa Roiz a fez. Era de mjll e iiij<sup>o</sup> e xxxb annos.

(1) Os termos *mouro*, *moura* tiveram, na época, também o significado de *negro*, *negra*, como se vê constantemente por exemplo em GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*. Por isso, CHARLES VERLINDEN, ao ocupar-se de «L'esclavage au Portugal à l'époque des grandes découvertes», em *L'Esclavage dans l'Europe médiévale*, t. 1, p. 616, nota 6, observa: — «L'emploi du mot «mouros» ne doit pas nécessairement faire croire qu'il s'agissait de musulmans. Tous les peuples africains sont à cette époque qualifiés de Maures par les Portugais».

25 JANEIRO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte aos infantes de Aragão, a dizer-lhes quais as maneiras usadas pelos Altos Infantes com el-rei D. João I, seu pai, por aqueles solicitada através do plenipotenciário mossem Garcia de Aznares (1).*

D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, cap. 98, segundo o exemplar coevo daquela obra, conservado na BNP., *Fond portugais*, n.º 5, — texto que se reproduz, por ser o mais antigo através da infracitada edição de PIEL; ANTT., *Livraria*, cód. 1928, fl. 107 e ss.; BNL., *Fundo Geral*, cód. 3390, fls. 96 v. e ss., e cód. 4446, fls. 18 e ss.; e *Colecção Pombalina*, cód. 147, fls. 163 e ss.

Publicada: por D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, provas do liv. 3, n.º 41; e nas duas edições do *Leal Conselheiro*, Paris, 1842, e Lisboa, 1942.

Classificada por JOSEPH PIEL como «o mais belo trecho do *Leal Conselheiro* e altamente significativo para a interpretação da personalidade do seu autor» (2.ª ed., p. 357, nota).

*Da pratyca que tiñhamos com elrey, meu ssenhor e padre, cuja alma Deos aja.*

Muy prezados e amados irmãosos (2). Quando, em Abrantes (3), vos falley que com os rrex vossos irmãosos vos quizessees sempre bem acordar, vos recontey algũas praticas que meus irmãosos e eu, per graça e merçee de Nosso Senhor Deos e de sua madre Nossa Senhora Sancta Maria, guardavamos ao muy vytorioso, digno de grande e louvavel memoria elrey, meu senhor e padre, cuja alma Deos aja, per as quaaes avyamos recebido tal graça, que jamais antre nos nom fora desacordo nem afroixamento de

(1) A Garcia de Aznares, deão de Tarazona e embaixador aragonês a Portugal, em preparação do Tratado de Paz e Amizade de 11 de Agosto de 1432, entre Aragão e Navarra e o nosso país, aludimos repetidas vezes nos dois volumes anteriores, como pode ver-se nos respectivos índices.

(2) Como já observou o Prof. PIEL (*Leal Conselheiro*, lug. cit.), aqui o termo *irmãosos* refere-se aos cunhados de D. Duarte, os Infantes de Aragão, com alguns dos quais o monarca se encontrara anteriormente em Abrantes.

(3) D. Duarte, ainda infante, recebeu em Abrantes, amigavelmente, os infantes aragoneses D. Pedro e D. Henrique, então homiziados em Portugal, no ano de 1432 (Cfr. o depoimento de ZURARA em nosso vol. 4, p. 213).

grande amor. E despois, fallando a mossem Garcia d'Aznar, el me disse que vos prazeria averdes sobreto de mym, per scripto, algũs avisamentos, porque da nossa pratica, que el avya bem vista, era muyto contente.

E, porquanto eu tenho grande desejo de vos complazer em toda cousa que bem poder, nom reguardando quanto se poem em juizo quem taaes cousas screve de poder seer prasmado em sustancia e forma; consiirando que satisfaço ao que vos praz e que estes avisamentos nom som per muytos sabidos e per menos praticados, vollos ponho per scripto, como realmente foram per nos guardados com o dicto senhor rey, em tal guisa que sempre fomos em sua boa graça. E, em fym de sseus muy honrrados dias, mostrandonos sempre grande boa vountade, em nossa presença se partio pera seu Criador, leixandonos em aquella real concordia de coraçãoes e honesta converssação que el nos criara (4).

Screvo todo compridamente como o praticamos, nom declarando de cada hũa cousa a rrazom, porque entendo que pera vos seria prolixidade de scriptura bem scusada, rogandovos que aa ssustancia de boo desejo com que vollos envyo queiraaes reguardar, nom desprezando algũas cousas, por vos parecerem de pequena conta; ca, de pequenas occasiões se recrecem grandes desacordos e se acrescentam as boas vountades. E as outras nom filheas que screvy por as aprender per enssynos de livros ou dictos de asabedores; mes Nosso Senhor, ante da hidade comprida, nos outorgou grande parte da pratica ajuo scripta e despois per ella fomos enssynados, conhecendo como recibiamos tanto comprimento de beens quanto no começo pouco entendiamos. E assy, o praticar nos espertou a rrazom e per ella nos esforçamos com a graça do Senhor Deos a mylhor obrar. E, da lembrança do que vy e senti que fizemos, screvo esta breve leitura.

O prymeiro nosso fundamento comendarmos todos nossos feitos ao Senhor Deos, trabalhandonos de sseguyr sua sancta vountade, consiirando que, nom seendo com el em boo acordo, com elrey nem antre nos nunca o poderiamos seer; e, per sa graça, se com el fossemos bem acordados, seguindo sempre seu serviço, nossos feitos averiam melhores fiins do que nos soubessemos pensar nem devysar, conhecendo que o saber dos homeens pera qualquer feito val nada se, per special mercee do Senhor Deos, nom for sempre aderençado ao que el sabe he mylhor e lhe mais praz que se faça.

Amor e temor sobretodo ao dicto ssenhor rrey avyamos. E de fazer cousa errada ou desonesta, digna de rreprehenssom ou de vergonha, pryncipalmente de nos era receado. Das cousas em que duvydavamos se lhe desprazeria, nos aguardavamos de as fazer, como se decerto soubessemos

---

(4) El-rei D João I, a cuja morte aqui se alude, faleceu em Lisboa, a 14 de Agosto de 1433 (Cfr. RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 1).

que dellas lhe pesava, ataa que fossemos em boa certidõe quejanda era sobreello sua voontade. E assy nom erravamos dizendo: nom sabia vossa teençom, — sabendo que o peccado da ignorancia nom he sem culpa.

Esforçavamos nossa voontade pera refrear a ssanha e desejo e, sem empacho de nehũa pessoa nem da openyom geeral, davamos a enxecuçom o que sentiamos que era mais seu serviço e boo prazer, por nom seermos do conto daquelles que a tempos amam, obedecem e servem e, no tempo da tentaçom, fallecem.

Aviamos teençom, sem duvyda, que nos amava e prezava muyto e era bem firme em esta boa voontade, avendo segura sperança que nunca jamaiz antre nos averia mudamento de todo boo amor. E, por a teermos em grande preço, eramos avisados, em toda cousa que a sseu serviço e boo prazer tocasse, com tam grande cautella, como se el fosse muyto engradoso e nom tam firme, que aballamento e mudaçom podesse aver.

Da prymeira parte nos recrecia grande amor, penssando que tanto e assy firmemente nos amava, nunca pera o contrairo nos percebendo nem avysando. Da segunda avyamos aquel grande temor que procede do perfeito amor, que faz mui firme e manteer as boas amizades.

Naquellas cousas em que eramos em duvyda do que sobre ello lhe prazeria, o mais cedo que podiamos nos tiravamos de ssospeita, sabendo sua teençom; sobre a qual logo repousavamos e avyamos por determinado de a seguyr quanto bem podessemos. E aquesto nos fazia mais certo e seguro obrar em todallas cousas de que sua certidõe avyamos e nas semelhantes.

Estabelleciamos em nossos corações hũu procurador por el, que nos fizesse todos seus feitos entrepetar aa mylhor parte; e, onde o nom achassemos, viinha[n]os em lembrança quanto nos amava e suas grandes bondades e virtudes, por as quaaes, per ffe e boa openyom del, criamos que com boo fundamento fazia todallas cousas que a nos tocavom. E, sse a obra manigfestamente era errada, lembramonos que soo Deos he perfeito e que porem seus fallcimentos deviamos soportar como queriamos que el os nossos soportasse e algũas cousas que nos virtuosamente passara. E aquesta teençom nos fazia poer em todo assessego da voontade e, por nossa boa pratica, o legavamos mais em nosso boo amor.

Nas cousas que fallavamos ou tratavamos com el, nom queriamos levar nossa teençom em diante; mas todo nosso desejo e prazer lhe declaravamos, oferecendonos a, ssem empacho, receber sua determynaçom, avendo em esto proposito que, obrando assy, faziamos ante Deos, que ordenou em seu amor e obediencia vyvermos, o que eramos theudos e que, por ello, todos nossos feitos, per sa graça, nos viinriam a melhor termo do que saberiamos devisar.

Acerca del e de seus feitos guardavamos nom sollamente a pratica vista e sentida e o fallar e contenença e o que se podia sospeitar; mas a

ascreta camara do coração era guardada de toda entença e openom qual teer nom deviamos, conhecendo quanto e por quantas partes lhe eram obrigados e que cada hũ se nom poderia teer na conta que desejava, se em seu coração, em tal caso, leixasse reinar cuidado ou desejo qual nom devesse.

Com el por cousa nom aperfia[va]mos. E, se algũ fallamento avyamos em que o nosso juyzo e parecer do seu desvairasse, posto que depois nossa teençom achassemos certa e mais provada, jamais nunca lhe referiamos; ante, se el nos tornava dizer que era melhor, com humildade recebiamos seu dicto. E, sse com verdade a ssua podiamos aprovar, sem empacho o faziamos [e], nom lhe referindo mais, nos sayamos da dicta estoria. E, sse achavamos que teveramos algũa contraira da sua, qual teer nom devyamos, logo nos reconheciamos, tanto que o podiamos entender, demandando perdom, se tal caso era.

Nem so fundamento de mesura com el nos refertavamos; mes, como duas ou tres vezes nosso parecer lhe deziamos, logo o que el mais queria faziamos, sabendo que melhor era obediencia que sacrificio.

Eramos bem guardados, por cousa que el fizesse contra nosso prazer e voontade, de lhe mostrar por geito, dicto ou mostrança, que nos enfangiamos ou arrufavamos, nem triste contenença nem a outra pessoa del nos agravavamos; mes, todo que nos parecia lhe razoavamos como bem entendiamos, concludindo que, pois era nosso senhor e padre, parelhados eramos de seguir e sofrer, a todo poder, sua voontade.

De fallar contra seus feitos, em praça nem ascondido, por nos scusar dalgũas cousas, queremos dizer o que nos parecia ou complazer a algũa pessoa, eramos muyto aguardados; mes, quando aazo se dava, suas muytas virtudes e grandes feitos, quanto com razom podiamos, sempre louvavamos.

Seus boos servidores e os que el amava prezavamos e recebiam de nos sempre boos gasalhado e mercees. E, ainda que fossem em algũa parte por suas pessoas fora de nosso prazer, per honestas maneiras, de nos erom suportados, assy que por ello sempre mercessemos louvor e nunca prasmos.

Em todo caso que se oferecia per pallavra, contenença e boa pratica, lhe mostravamos que seu serviço e boa voontade sobre a nossa e todo nosso proveito avançavamos.

Em nas cousas de conta que faziamos sempre aviamos grande reguardo como per o dicto senhor seriam filhad[a]s ou lhe prazeria, aleggrandonos se as por bem tomava; e do contrairo aviamos tal empacho e sentimento como aquel feito requeria.

Segredo em todo que nos mandava era realmente guardado; e esso medes no que nos entendiamos que devyamos guardar, posto que avisados nom fossemos.

Sempre husavamos de lhe fallar verdade, trazendo em custume, se tal caso era que razom nom fosse dizer todo claramente, de lhe pedir que, naquelle feito, sua mercee nos ouvesse por seusados por nom lhe dizermos o que sabiamos ou sobre ello entendiamos. E o dicto asenhor avya por bem tal resposta, sabendo que com ella poderiamos husar verdadeiramente como devyamos e sem ella nunca se bem poderia fazer.

Pera todos feitos grandes e outras cousas de seu serviço ou boo prazer, que a nos convesse de obrar, trabalhavamos de ascer realmente e nos mostrar tam despostos per querer, saber e poder que, ainda que nom foramos filhos, parentes ou criados, mes quaaesquer estranhos, per nossa boa maneira e grande desposiçom, fossemos bem amados e prezados, nom fazendo fundamento pryncipal nas grandes virtudes do dicto senhor nem das razões que com el per muytas partes aviamos; mes, na graça de Nosso Senhor Deos e per ella, em nossos continuados merecimentos.

E todos carregos que nos dava nunca os per mingua de voutade refusavamos e obravamos sobrelo sempre o mylhor que podiamos, sometendonos com devyda humyldade a ssua correiçom e de quem el mandava. E, posto que sua encomenda ou regimento nom fosse a nosso juyzo direita, nom nos embargava, sabendo que nosso cargo em esto sollamente era servillo e obedecerlhe perfeitamente. E porem muitas vezes naquelles feitos viinham taaes ffins nom pensadas, que aquellas enmendas nom pensavamos que dalhur podessem viinr, senom do dicto Senhor Deos.

Se algũs carregos do que nos encomendava a outrem, por seu serviço ou querer, lhe prazia dar, sem algũa torvaçom os leixavamos, mostrando que dello sentiamos outra honrra nem proveito, senom quanto mais fosse seu serviço e boa voutade.

Em todos casos que se oferecia, muy dereitamente, segundo nosso juyzo, o conselhavamos, guardando tempos e boa desposiçom, sem empaço, com brandeza de pallavras e contenença, lhe contradieziamos o que nos razom parecia; e, no muyto bem e grandes virtudes que Deos lhe dera, o louvavamos temperadamente, segundo se os feitos e razoamentos seguyam.

Eramos bem guardados que jamais nunca sentisse que o queriamos per força contrariar ou por nosso proveito ou prazer nem doutra pessoa enganar nem per manha qual nom devyamos aderençar com el nehũa cousa.

Se algũu tanto de nossas razões se queria agravar, com grande segurança lhe mostravamos que nosso dicto e conselho nom poderia com verdade na teençom seer prasmado, porque sempre era fundado em serviço de Nosso Senhor Deos e seu, como melhor o entendiamos. E por estas duas partes a el nom devya de desprazer de lhe teermos acontra de ssua voutade; ca, por outro proveito nem prazer nosso nem doutra pessoa, nunca lha contradieziamos nem entendiamos contradizer.

Nas cousas que nos mandava ou viamos que lhe prazia de fazermos, nom resguardando stado nem voutade, mes com grande deligencia sym-

prezmente obedecendo, as compriamos, nom entendendo cousa poder seer errada que por seu serviço e boo prazer fizessemos, se nom fosse contra o do Senhor Deos, o que bem sabiamos que nunca nos mandaria.

Em monte e caça, quando com o dicto senhor eramos, das folganças que em ello costumavamos de aver faziamos pequena conta, por a ssua sempre seer acrecentada, sentindo mais hũu seu pequeno desprazer que perda de todas veações ou desavyamento de toda montaria.

Todas festas, jogos e folganças honestas — porque outras nunca consentia — que por seu boo prazer lhe podiamos ordenar, sem empacho de nossas voontades, trabalho e custa, faziamos.

Assy ledamente como bem podiamos, com boo reguardo do seu e nossos estados, segundo os tempos e lugares, com el fallavamos e praticavamos.

Se algũas vezes comnosco, per seu espaço, lhe prazia fallar, com razoadas repostas sua rezom per nossa parte nom era quebrada nem mudada; mas, emquanto lhe prazia, sempre lhe mostravamos que de tal sua falla nom eramos enfadados.

De contar novas contrairas e doutros fallamentos em que penssavamos poder sentir desprazer eramos sempre guardados nem lhe diziamos algũa cousa de que o sentiamos, se bem podia seer scusado, conhecendo que nossos contrayros sentimentos como seus dereitamente os sentya.

Em suas doenças, por longe que estevessemos, logo muy sem tardança viinhamos a el; e, quanto melhor podiamos, era per nos em todo bem servido e vysitado. E o comer e beber e dormir e todas folganças muy sem empacho, quando compria, por ello leixavamos.

Todas cerimonias em seu serviço, por acrecentamento de sua honrra, que lhe prazia de receber de nos, muy sem empacho eramos contentes de as fazer.

Quanto mais em grandes dias se acrecentava, tanto lhe mostravamos e avyamos mayor reverença com humyldade, conformando nossa voontade sempre com a ssua e seguindo suas determynações em nossos conselhos.

Se os do seu conselho da ssua teençom desacordavom, nos filhavamos carregado de fazer as cartas e regimentos. E de tal guisa se fazia que, com boo prazer do dicto senhor, sempre ficavamos em boo acordo.

Quando algũa pessoa notavel se queria del agravar, per nossas boas maneiras o tornavamos em sua boa graça, como razom era.

Do tempo certo que aa ssua corte nos mandava chamar, com poucos ou muytos, como el devisava, per nosso poder nom falliciamos. E, des que eramos em ella, outros mais diligentes pera todo seu serviço e boo prazer de qualquer estado nom eram.

Nos carregos que nos dava, eramos bem guardados de nos alargar mais do que el ordenava sem autoridade sua, por requerimentos que nos fizessem nem voontade que nos requeresse.



Em todos nossos feitos que o requeria[m], com o dicto senhor rey nos conselhavamos, per seu grande e boo saber e special graça que Deos lhe outorgara de acordarem muytos seus boos conselhos com as boas conclusões que nos feitos avyam de viñr aalem do que se poderia per razom compreender e por aguardar seu boo amor e nossa obediencya. E do que com el nos acordavamos, sem outro seu acordo ou razom muyto manigfesta, nom era feita mudança. E, sse a faziamos, sem tardança lhe recontavamos por que seu conselho em todo nom fora guardado, demandando perdom do mudamento, ainda que dereitamente se fizesse.

Todas teenções geeraaes e speciaaes do dicto senhor em que com el nos acordavamos, ryjamente, quando sse o caso dava, defendiamos; e nas que nosso juizo do seu se desacordava, fallavamos pouco ou nada, salvo se vyssemos que compria, em apartado, por servyço de Deos ou seu, de lha contradizer, o que faziamos na mais conveniente forma que se nos entendia.

Com bestas, aves, câaes e quaaesquer outras cousas pera seu prazer o sserviamos, ssendo muyto mais ledos de filhar el com nossas cousas hũa pequena folgança, que nos muito mayor.

Em desembargar com o dicto senhor guardavamos esta ordem: se eramos requeridos de taaes cousas que fossem contra servyço de Deos ou seu ou que tocassem a taaes pessoas que devessem[os] guardar, nom recebiamos dello carrego, ainda que nos dissesse[m] que semelhantes fazia; ante, se tal cousa era, o avisavamos que resguardasse em elles o que per razom ou direito devya fazer. Os outros requerimentos geeralmente recebiamos, ainda que nos parecessem dovydosos de os o dicto senhor querer ou poder fazer. E esto faziamos porque algũas cousas penssavamos que se nom fariam, das quaaes elle nos mostrava maneiras certas e fundamentos per que se podiam e devyam fazer e outros pello contrairo. E porem symprezmente recebiamos os requerimentos, sem declarar o que dello nos parecia.

E, quando pello dicto senhor algũas cousas denegar, as partes se agravavam, quanto com boa razom podiamos, defendiamos sua teençom, fazendo a nosso poder que todos fossem del bem contentes e nom agravados. E, no que lhe assy deziamos, avyamos em custume de lhe declarar por algũus que lhe fallavamos por mandar como aas partes respondessem e outras cousas por nos parecerem razom e direito e algũas por em ellas avermos synggular voontade, concludindo todos nossos requerimentos que todo porem fosse comprido como a el mais prouvesse, salvo se era contra justiça e conciencia. Ca, naquelles casos, o rrequeriamos mais afficadamente e com toda mayor avoondança de evy dentes razões que podiamos entender.

Nom custumavamos desembargar com el cada dia, mas aaquelles tempos que devisava, e nom mais que quanto sem empacho lhe prazia de

nos ouvir, despachandonos per nossa parte muyto brevemente e com poucas replicações no que lhe fallavamos, se cousa muito special nom era.

Os desembargos que nos outorgava davamos logo a enxecuom, aalem dos outros proveitos, por ao dicto senhor por tempo perlongado nom poder aver delles perfeita renembrança e nos culpar em sua voontade que, por favor nosso ou das partes, allargavamos algũas cousas mais que outorgara. E, sse o tempo algũu tanto se passava com o dicto senhor, nos poynhamos em renembrança antes que os desembargos mandassemos fazer, por tal que sobre nossa teençom e pallavra nunca podesse com razom filhar duvyda.

Se de nosso fallamento desprazer demostrava, algũa razom outra de grande peso faziamos acarretar em que fallassemos e della acorregavamos a outros ledos fallamentos em que nossa falla se acabasse. E, sse nom podiamos logo fazer o mais sem tardança que se fazer podia, tornavamos a el, guardando esta ordem: em na estoria de que el filhara desprazer nom fallavamos ataa que vyassemos tempo convenyente e que el fosse fora de todo empacho. E alli, demandando perdom, se conviinha, mostrando por nos algũas poucas e forçosas razões, nos scusavamos ou de todo a leixavamos passar sem mais fallar em ella, mais per outros exempros, quando sse ofereciam, davamos nossa scusa se a suficiente por nossa parte avyamos. E, a Deos graças, estas cousas eram tam poucas e de tam pequena substancia que, per qualquer destas guisas, se poderam sempre muy bem e ligeiramente enmendar e correger.

Pera todos seus criados e servydores, assy como pera os nossos speciaaes, lhe demandavamos mercees e acrecentavamos e nunca em justas nem em outros jogos conssentiamos que se fizesse apartadamente, por hũus seerem de hũa parte e outros doutra; mas todo sempre faziam de mestura. E os seus, per pallavra, contenença e obra, eram de nos mais favorezados em os feitos de verdade que sse antre elles aconteciam e assy nos jogos nom conssentiamos que os de hũa casa sobre os da outra, em nossa presença, por geeral louvor, se quisessemos avançar, mais syngullarmente cada hũu gabassem como razom fosse.

Antre mym e meus irmãaos, per mercee de Nosso Senhor Deos, se guardavam todas estas praticas suso scriptas, como razom era, nunca sentindo antre nos enveja, desordenada cobiça, avareza, desejo ou mostrança de sobrançaria; mes, ao dicto senhor rey pediamos mercee pera cada hũu de nos ou pera os seus que se acertava, como pera nos medes ou pera os nossos. E, quando lha fazia realmente, era per todos remerceada. E ssoportavamos hũus aos outros as condições e voontades speciaaes, ainda que em todo se nom concordassem tam perfeitamente como se fosse em todallas cousas hũu juyzo, voontade e proposito, dando passada ao que contra nosso desejo per algũu de nos se acertava de fazer, tirandoa da nembrança como se nunca fora. E aquesto nos fazia comprir grande amor,

muyta obediencya, com singular desejo de sempre seermos em perfeito acordo que Nosso Senhor Deos e Sancta Maria, Nossa Senhora, nos outorgarem des nossa mocidade, o que per o dicto senhor rey era recebido em grande mercee e a nos, por ello, muyto amava e prezava.

Em jogos, perfias e openções muyto nos guardavamos de aseer contra o dicto senhor, nhûus contra os outros. E, quando sse acertava, obravamos e fallavamos com tanta cautella de todas partes, que nunca desprazer ou scandallo hûu do outro podesse filhar.

Homeens nem moços hûus dos outros nunca filhavamos; e assy faziam os de nossas casas. E das cousas que possuyamos muy liberalmente as oferecíamos e, com grande reguardo, as queríamos receber.

Conhecendo que, per os poderes que som em nos das almas vegetatyva, senssetiva e racional avemos [de] todas estas pessoas special amor, com boo reguardo delles o gaançavamos do dicto senhor rey. Pera o pry-meiro, as cousas boas que aver podíamos, lhe era[m] per nos oferecida[s], leixando toda nossa folgança por fazer a ssua. Ao segundo, trabalhavamos por lhe sempre cumprir a voontade. E, porque do bem parecer o coração se contenta, em ssa presença avyamos desejo de nos correeger, de tal guisa que de nossa vista nom ouvesse descontentamento nem filhasse despreço. Do racional, sabendo que lhe praz de virtudes, geeral boondade, boas manhas com boo, grand[e] amor, em todo esto nos trabalhavamos de lhe comprazer.

Por screver verdade, como tenho teençom, a meu boo poder, sempre fallar, todo esto nom era per todos igualmente guardado. Ca, segundo cada hûu de Nosso Senhor recebera de paciencia, avysamento, sotilleza, manhas e avantajosa desposiçom, em cada hûua cousa mais perfeitamente se avya. Porem a voontade, proposito e desejo de todos hûu era e assy boo, mercees a Deos, em que fallimento nom sentiamos, nem na maneira que cada hûu em todas estas partes guardava que fosse digno de rreprehenssom.

Em todas estas guardas nom sentiamos algũa pena nem as faziamos como costrangidos; mas recebiamos continuada, grande folgança, qual nom pode sentir nem bem creer quem semelhante nom praticou. Ca, certamente a lembrança do que sentimos, aprendemos, conhecemos do dicto senhor rrey, nos da continuada ledice. E nos avemos por muyto bemaventurados, aalem da honrra e proveito, por avermos tam virtuosos padre e madre por senhores, dos quaaes recebemos nossa pryncipal enssynança.

Por toda esta pratica que com el avyamos, sempre claramente confessavamos que a grande feuzza e confiança que avya em nos e as muitas mercees, honrra e gasalhado que del recebiamos procedia da mysericordia de Nosso Senhor Deos e da sua grande bondade e mercee que nos queria fazer. E as boas maneiras per que nos governavamos com el nem os trabalhos e cuydados que, por seu serviço, levavamos n[om] lho referiamos;

mes afirmavamos que o nom servyamos tam perfeitamente como era nosso desejo e, por muytas razões, nos sentiamos obrigados. E porem do dicto senhor rrey, des a idade que nos bem acordamos, nunca em sanha ouvemos ferida nem recebemos hũa maa pallavra nem sentimos que algũu dia eramos fora do seu amor e boa graça; mes, recebiamos del muytas mercees e grande honrra ataa fim de seus muy honrrados dias.

No sentido per seu fynamento, honrra de sepultura, tralladaçom pry-meira e segunda pera sua capeella (5), agasalhamento de todos seus criados, outorgamento das mercees per el feitas, comprymento de seu testamento e outras obras, por bem e desencarregamento de conciencia do dicto senhor, mercees a Deos, tivemos tal maneira, que bem respondeo com a pratica suso scripta que em sua vida sempre com el teveramos.

Tal maneira nom se pode bem teer com todos senhores nem se guardar em todas amyzades. Ca, scripto he amizade perfeita nom pode seer senom antre perssoas virtuosas, de hũu proposito e querer e nom querer nas cousas pryncipaaes, que ajam entendimentos humyldosos e voontades concordavees, fundadas em muyta lealdade de grandes, largos e boos corações, pera fazerem e dizerem e soportarem, por seu senhor ou amigo, quanto dereitamente fazer se deve e lhes obdeecerem nas determynações de todas cousas dereitas e honestas; porque hũa das mais pryncipaaes lex de taaes amyzades he nunca requerer cousas injustas ou torpes nem as fazer, posto que requeridas sejam. E per o dicto senhor rey nos fomos, per suas grandes virtudes, muyto saber e boo amor, em esta pratica bem soportados e sempre entendemos que per el e por a rraynha, nossa senhora e madre, em todas grandes virtudes muyto perfeita, cuja aalma creemos que he em sancta gloria, fomos encamynhados a qualquer boa maneira que sobresto tivemos. E assy tenho teençom que os dictos rex vossos irmãosos (6) som tam boos e prudentes e vos amam de tal amor, que toda boa maneira que com elles teverdes vos responderom como devem, com a graça de Nosso Senhor, ao qual praza que sempre lhe façaes servyço e prazer e pera todo vosso bem e grande honrra vos outorgara o que pera vos for mylhor.

Feito per dom Eduarte, pella graça de Deos rrey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta, em a cidade dEvora, xxv dias de janeiro, anno do nacemento de Nosso Senhor Jesu Cristo de myl e iiij\* e xxxv.

(5) Cfr. PINA, *Crónica cit.*, caps. 1 e 5.

(6) Como já observou o Prof. PIEL, deve tratar-se de referência a D. João II de Castela e a sua esposa, D. Maria, irmã dos Infantes de Aragão, com quem estes andavam em luta, por não lhes conceder o rei castelhano interferência nos negócios do reino, entregues a D. Alvaro de Luna (Cfr. BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, pp. 427 e ss., a *Crónica de Don Alvaro de Luna*, caps. 15 e ss., e os documentos sobre o assunto publicados em nossos volumes anteriores).

Esto me parece que deve seer mostrado a poucas e certas pessoas; ca, sse o vyrem os que som fora de tal proposito e pratica, mais querram prasmarmar e contradizerme, que filhar dello, pera senhor ou amygos, proveitosa enassymança.

## 63

## 10 FEVEREIRO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a manter a sujeição dos lavradores e valadores das lezírias do termo de Vila Franca ao seu almoxarife, em razão de embargo do infante D. Henrique.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 31, fl. 22, inserta na carta de confirmação afonsina de 18 de Janeiro de 1469.

Dom Eduarte, per graça de Deus, rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Gonçalo Vaaz de Loulee, nosso criado e almoxarife das nosas lizirias, e o noso porteiro dellas nos emujarom dezer que senpre fora de custume que os nosos almoxarifefes que dante nos foram conheçiam e liurauam todollos fectos que pertenciam aos lauradores das dictas nosas lezirias e que outro nhũu nom conheça dellas, saluo elle, e que as ssentenças que dariam em taeas fectos eram exequetadas e fectas penhoras per ellas e per ho dicto porteiro, sobre a quall coussa lhe era posto embargo, per mandado do jffante dom Anrryque, meu jrmãao, que muyto amamos e prezamos.

Sobre a quall coussa mandamos preguntar a Joham Afonso, vedor da fazenda, e a Joham Esteuez, que foy almoxarife das dictas lezirias, per que guissa se costumara em tempo delrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja. Os quaees nos emuiarom dezer que em vida do dicto ssenhor senpre fora de custume do dicto noso almoxarife fazer suas audiencias no dicto logo de Vjlla Franca de todollos fectos e cousas que pertenciam aos dictos lauradores das dictas nossas laziras e que elle os liuraua e desembarguaua como achaua por djreito e mandaua ao dicto porteiro executar as ssentenças, aquellas em que nom avia apellaçom nem agraauo, e que hij tijinha a cadea, em que jaziam presos, e que outra nenhũa pesoa nom conheça de taeas fectos, saluo elle.

E, porquanto nosa merçee he que, daqui em diamte, se huse e custume assy e pella guisa que se husaua e custumaua em vida do dicto ssenhor;

porem mandamos a todollos juizes e justiaças, almoxarifes do dicto jfante no dicto logo de Ujlla Framca e a quaeesquer outros a que esta nossa carta for mostrada que nom conheçam de taaes fectos nem ponham em elles mão, em nhũa guisa que seja, e os leixem desenbargar e liurar ao dicto nosso almoxarife e a outro nhũu nam. Ao quall nos mandamos que faça audiencia no dicto loguo de Uilla Franca e hi tenha a cadea e conheça dos dictos fectos e os desenbargue como achar por dyreito, damdo apellaçam e agrauo aas partes, nos casos que o djreito outorga. E all nom façades.

Dada na cidade dEuora, x dias de feureiro. Elrrej o mamdou. Ruj Vaaz a fez. Anno do nascimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij<sup>to</sup> xxxb annos.

## 64

16 MARÇO 1435

*Carta da rainha de Aragão, em resposta a outra do arcebispo de Lisboa, a dizer-lhe que quanto aos 10.000 florins que el-rei devia pagar do dote da rainha de Portugal nada pode fazer, por não ter a administração dos dinheiros do monarca e que, portanto, lhe escrevam sobre o assunto, para ele prover.*

ACA., *Cancillería real*, Registro 2975, fl. 106 v.

La reyna dAragon e de Sicilia. Reuerend padre en Christo e caro tio. Vuestra letra recebiemos e, fasta agora, no hauemos podido oyr la credencia del portador de aquella, por causa de nuestro accident. Por tanto, oyda aquella, vos respondemos que, en el fecho de los djez mjl florjnes que por el senyor rey se deujen pagar por la dote de nuestra cara hermana la rreyna de Portugal, hauriemos muyt grand plazer que uos hi de podiessemos dar recando (1). Mas, de pecunies del dito senyor no hauemos cargo ne admjnstracion alguna ne tan pocho manera ne oppor-tunjdad alguna de poder complir, sino quen sea scripto al dito senyor, el qual hi de prouedira (2). E sea, reuerend padre en Christo e caro tio, vuestra special guarda la Sancta Trinjdad.

(1) Sobre o dote em referência pode ver-se o DOC. 128, § 2 do nosso vol. 3.

(2) D. Afonso V de Aragão devia encontrar-se já possivelmente em Messina, a preparar a solene embaixada ao papa Eugénio IV, para que ele o investisse no reino

Dada en Valencia, a xbj dias de março del anyo mil cccc, trenyta cinch.  
La Reyna.

Al reuerend padre en Christo  
e caro tio nuestro el arcebispe de  
Lisbona.

Domina regina mandauit mi-  
chj vestro (?) Bernardo de Bru-  
gada.

Prouisa.

## 65

16 MARÇO 1435

*Carta da rainha de Aragão ao infante D. Pedro de Portugal, em que, em resposta a outra dele, lhe diz: que sobre a recomendação de D. Leonor e de D. Joana sempre tivera intenção e vontade de proceder como mãe, diligenciando quanto pode colocá-las e exaltá-las; que o matrimónio de D. Joana com o conde de Orenys fora tratado achando-se lá el-rei e alguns outros grandes senhores, porém aquele, atentos os seus grandes negócios, não pudera ocupar-se disso; que ela pensara contudo em que, dados o parentesco das ditas donzelas com o infante e o grande afecto que sempre lhes dispensara, a linhagem de que descendem e as virtudes que as exornam, podiam ser dadas aos dois irmãos solteiros do infante (1).*

ACA., *Cancillería real*, Registro 2975, fl. 107.

La rreyna dAragon e de Sicilia, etc.

Muyt caro e muyt amado primo. Vuestra letra hauemos (2) recebida, por la qual, con muyt grand plazer e consolacion, hauemos sabida la salut e buen stamjento vuestro e de nuestros muyt caros cosinos, vuestros muger e fijos.

---

de Nápoles, vago pelo falecimento da rainha D. Joana, em 2 de Fevereiro anterior (Cfr. ZURITA, *Anales de la corona de Aragon*, parte 2, liv. 14, caps. 23 e 24, sobretudo o fl. 227 v.).

(1) Nesta data, os únicos filhos solteiros de el-rei D. João I de Portugal e irmãos do destinatário da carta, D. Pedro, eram os infantes D. Henrique e D. Fernando. Deve ter chegado, portanto, ao Navegador este alvitre de matrimónio com uma das infantas aragonesas aqui referenciadas.

(2) No ms. *heuemos*.

A la recomendacion de dona Elienor e de dona Johana vos respondemos que siempre hauemos haujda jntencion e voluntat tractar e fazer les obras de madre e, tanto como podimos, por ellas collocar e exalçar, fazemos lo que podemos. El matrmnj de dona Johana con el conde dOrenys fue moujdo stando aca el senyor rey e ahũ alcunos otros assaz grandes e magnjficos. E el dito senyor, con los grandes negocios que hauja, no hi de entendja.

Hauemos pensado que, guardando el deudo que las ditas donzellas han con vos e la grand affeccion que siempre les haueys mostrada e a lo que ellas merescen, no solament por el linatge do descenden, mas por la honestat e vretudes de que Nuestro Senyor Dios les ha dotadas, nos parecerja seyer cosa muy congrua e de grand consolacion a todos e a todas que fuesen dadas a los dos hermanos vuestros que quedan por casar. E creemos que seria cosa que a Nuestro Senyor Dios, en el cielo, e a las personas, en la tierra, seria muyt plazjent e aceptabla. E sea, muyt caro e muyt amado prjmo, vuestra special guarda la Sancta Trjnjdat.

Dada en Valencia, a xbj dias de março del anyo Mcccc.xxxb. La Reyna.

Al jnelito e magnifico el jnfant don Pedro de Portugal, duch de Cohimbre, nuestro muyt caro e muyt amado primo.

Domina regina mandauit michj vestro (?) Bernardo de Brugada.

Prouisa.

## 66

## 17 MARÇO 1435

*Carta da rainha de Aragão à de Portugal, escrita em Valência, a comunicar-lhe: não ter recebido há muito mensageiro ou carta de el-rei, mas que, por via de Florença, lhe consta achar-se na Sicília e são; que o infante D. Pedro está na Calábria; e que, a todo o momento, devem chegar com três galés o rei de Navarra e o infante D. Henrique.*

ACA., Cancillería real, Registro 2975, fl. 106 v.

Reyna muyt cara e muyt amada hermana. Nos, la rreyna dAragon e de Sicilia, etc., vos embiamos muyt a saludar, etc.

Reyna muyt cara e muyt amada hermana. Vuestra letra hauemos recebida, de la qual hauemos muyt gran consolacion e plazer, como por



aquella hauemos sabido la salut e el buen stamjento vuestro e de nuestro muyt caro prjmo el rrey, vuestro marjdo, e de los fijos; certifficandovos que, grand tiempo ha, del senyor rrey no ha venjdo persona ne letra alguna, sino que, per via de Florençia, hauemos mension que es en Sicilia, sano, por gracia de Dios, e el jnfant don Pedro, nuestro muyt caro ermano, en Calabrja. Los otros caros hermanos, es a ssaber el rrey de Nauarra [e] el jnfant don Enrich speramos cada dia, los quales deuen allegar aca con tres galeas.

Por causa de nuestro accident de fiebre e de otros enoyos que nos ha sobreuenjdos, ya sea, por gracia de Dios, seamos en alguna conualecencia, por la flaqueza ahũ no podemos screujr de nuestra mano. E assi hayades nos por excusada. Mas, si algunas cosas vos son plazientes de las partes daca, rescreujt nos las, car nos las compliremos de buena voluntat. E sea, rreyna muyt cara e muyt amada hermana, vuestra special guarda la Sancta Trjnjtat.

Dada en Valencia, a xbij (1) dias de março del anyo mil cccc.xxxb. La Reyna.

A la muyt alta princessa dona Elienor, por la gracia de Dios rreyna de Portugal, nuestra muyt cara e muyt amada hermana.

Domina regina mandauit michj, vestro (?) Bernardo de Brugada.

Prouisa.

# 67

27 MARÇO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Rodrigo Anes, caseiro de Pero Gonçalves, mestre dos treus, possuidor de quinta nos Olivais, Beirolas, o privilégio de ser dispensado de aposentadoria, outorgado por el-rei D. João I.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 42.

Dom Eduarte, etc.

A uos, corregedor e juizes da nosa muyt nobre leall çidade de Lixboa e ao anadell e apurador dos nossos beesteiros do conto e a outros quaaes-

(1) Depois de feito o registo, juntaram um j à data xbj. Parece datado, por isso, o documento de xbj.

quer ofiçiaaes e pessoas que esto per quallquer guisa ouuerem de veer a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Pero Gonçalluez, mestre dos nossos treus (1), morador em essa çidade, nos disse que elle tem hũa sua quintãa nos Oliuaaes, onde chamam Beirollas, freguisia de Santa Maria dos Oliuaaes, termo da dicta çidade, per a quall lhe era conpridoiro hũu casseiro; e que porem nos pedia por merçee que lho escusassemos dos carregos do concelho e de sseer posto por beesteiro de conto e que queria poer por casseiro, na dicta sua quintaa, Rodrigo Annes, morador nos dictos Oliuaaes.

E eu, veendo sseu pedir e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e mandamos que, sse ell teuer na dicta quintãa o dicto Rodrigo Anes por casseiro, emquanto em ella esteuer, nom o costrangades nem mandees costranger nem sirua em nhũus encargos e seruidões desse congelho nem posem com ell nem lhe tomem sua rroupa nem bestas nem outra nhũa ..... sseu contra sua voontade, saluo quando nos ou a rrainha minha molher e jffantes meus filhos e jrmãaos formos em a çidade, entom nom escusamos a dicta pousentadaria.

Outrossy uos mandamos que, sse ataa ora nom he posto por beesteiro do conto, que o nom ponhaaes daqui em diante. E comprilhe e guardaaelhe esta nossa carta pella guisa que em ella he conteudo, ssob pena dos nossos encoutos de sseis mjll soldos, que mandamos que pague pera nos quallquer que lhe contra ello for e ao nosso almoxarife que rrecade e rregeba de quemquer que lhe contra ello for e ao escriptuaria de sseu ofiçio que os ponha sobrele em rrecepta pera auer deles çerta rrecadaçom, ssob pena de nollos pagarem em dobro, de suas casas. E esto lhe fazemos, porquanto nos mostrou outra carta delrrey, meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja. Vnde all nom façades.

Dante em a çidade dEuora, xxbij dias de março. Afonso de Beja a fez. Era iiij<sup>o</sup> e xxxb annos.

*Carta de el-rei D. Duarte, a conceder dispensa de aposentadoria a Galebo de Meira, mouro, residente em Évora, a pedido de Aldonça Martins Toscana (1).*

(1) Os *treus* eram velas quadradas para navios latinos, usadas em ocasiões de temporal, feitas de lona estreita e forte (Do árabe *taraha*, pano).

(1) Cfr. a nota ao nosso DOC. 61.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 75 v., — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 15 v., inserta na carta de confirmação afonsina de 10 de Março de 1452.

Dom Eduarte, etc.

A vos, Ruy Meendez Cerueira, nosso pousentador moor e aio da rainha, minha mulher, e dos jffantes meus ffilhos (2) e a outros [quaes] quer que esto ouuerem de veer, saude.

Mandamosuos que nom dees nem consentaes dar a nhũu de pousadia as casas de morada de Gallebo de Meira, mouro, morador na mouraria desta cidade, nem lhe filhar dellas roupa de cama nem alfayas de casa contra sua voontade.

Outrosy lhe nom dees nem consentaes dar de poussadia a sua cauallariça, porquanto nossa merçe he de lhe seer asy todo escusado, como dicto he, pollo dAldonça Martjnz Toscana, que nollo por el pedio, sem outro embargo. Unde all nom façades.

Dante em a çidade dEuora, xx dias dabrill. Afonso de Beja a fez. Era de mjll e iiij<sup>o</sup> e xxxb anos.

## 69

26 ABRIL 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a nomear o seu escudeiro João Rodrigues Trigueiro para escrivão do porto de Elvas, pela forma por que o infante D. Henrique o nomeara em alvará, ao tempo em que as dízimas dos portos se arrecadavam para Ceuta (1).*

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 86 v.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Rodriguez Trigueiro, escudeiro da nossa casa,

(2) No texto da chancelaria afonsina:—«molher, e aos pousemtadores dos jffantes meus filhos e jffantes meus jrmãos» etc.

(1) Desconhecem-se os dois documentos aqui referenciados: o alvará henriquino e o diploma régio sobre as dízimas dos portos para Ceuta. Sobre a nomeação pelo infante D. Henrique pode ver-se a nota 1 ao DOC. 45, de 8 de Novembro de 1434, p. 104.

temos por bem e damollo por escriptuam do porto d'Eluas (2), asy e pella guissa que elle era per aluara do jfante dom Anrriquej, meu jrmão, quando se as dizimas dos portos rrecadauam pera Çepta, o quall aluara perante nos fizemos quebrar.

E porem mandamos aos rreendeiros e rreçebedores que ora som do dicto porto e a outros quaesquer que esto ouuerem de uer, a que esta carta for mostrada, que ajam o dicto Joham Rodriguez Trijgueiro por escriptuam do dicto porto d'Eluas, como dicto he, e lhe leixes serujr e husar do dicto ofiço e auer todallas procees e dereitos delle e outro nhũ nom, [nom] enbargando que lhe a ello seja posto; o quall Joham Rodriguez jurou em a nossa chancelaria aos santos auangelhos, etc. Vnde all nom façades.

Dante em a çidade d'Euora, xxbj dias dabrill. Elrrej o mandou per Pero Gonçaluez, do seu conselho e ueador da sua fazenda. DiegAluarez a fez. Era de mjl e iiij<sup>a</sup> xxxb annos.

## 70

27 ABRIL 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a perdoar as malfeitorias praticadas por Estaço Eanes, outrora preso por mandado de Garcia Mendes, ouvidor do infante D. Henrique na correição da Beira.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 74.

Dom Eduarte, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que EstaçEannes, morador na Ameixiosa de Riba de Payua, do julgado de Lafões, nos enviou dizer que ha dez anos que ell fora preso na prisom que andava perante Graçia Meendez, ouvidor na correioem da Beira do jffante dom Anrrique, meu jrmão, tres annos, per rrazom de

---

(2) Denominavam-se também *portos* as terras que davam entrada e saída por terra para o reino vizinho, donde *portagem*, direito régio que se cobrava nesses lugares sobre as mercadorias importadas ou exportadas, como pode ver-se nas Ordenações Afonsinas e nos forais manuelinos das diversas terras.

querela que dell dera Aluaro Giraldez, morador no dicto julgado, dizendo que sseendo ell sseu moordomo, viuendo com ell, lhe furtara cento almudes de vinho e çinquo dobras douro; e outrossy por querella que dell dera Gonçalo Dominguez, sseu casseyro, dizendo que lhe furtara cinquenta e hũa pelles de cordouam cortido.

Sobre as quaeas querellas fora contra ell fecto hordenado e que as partes o nom quiserom acusar, ante rriquereram ao dicto ouuidor que o soltasse e que proçederom tanto contra ell, que fora julgado por liure e apellado pella justiça e que, vendo ell como o liuramento da apellaçom tardaua e que elle e os outros fugirom da dicta prissom e sse acoutaram a hũa jrmida de ssam Domingos, da quall foram tirados, e que foram mandados pellos da nossa rrellaçom que fosse a ella tornado, e que, des o dicto [dia] ataa ora, andara e anda por ello amoorado; e que, porquanto as dictas partes o auyam desto por ssem culpa, segundo era contheudo em dous estormentos puuricos, que pareciam sseer ffectos e asiñados per Joham Dominguez, tabeliam do julgado de Parada, que poreu nos pedia por merçee que lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, por a dicta rrazom, era theudo.

E nos, veendo o que nos assy dizer e pedir emviou e querendolhe fazer graça e merçee, vistos os dictos estormentos e o tempo que ha que esto foy e o tempo que por esto jouue preso e como as partes ssom contentes; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos ell, por as cou-sas suso dictas, era teudo, contanto que ell pagasse quinhentos rreaes brancos pera a arca da piedade. E, porquanto os logo pagou a Pero Alua-rez, rrecebedor da nossa chamcelaria, segundo dello fomos çerto per aluara de Afonso Annes, espriuam das malfeturias, que lhos pos em rrecepta. E poreu vos mandamos, etc.

[Carta] em forma, dada em a çidade dEuora, xxbij dias dabrill. Elrrey o mandou per Afonso Giraldez e Luis Martinz, do sseu desembargo. Rodrigo Annes a fez. Era de mjll e iiijº e xxxb annos.

## 71

30 ABRIL 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Lopo Dias, criado do infante D. Henrique, para procurador dos resíduos dos julgados de Lafões, Besteiros, Arouca, Paiva e seus termos.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 65.

Item, carta de Lopo Diaz, criado do jffante dom Amrrique, por que o dam por procurador dos rresidos dos julgados de Lafões e de Beesteiros e dArouca e de Paiua e sseus termos, etc.

[Carta] em forma, dada em a dicta çidade dEuora, xxx dias dabrill, por Johane Mendez Afonso. Rodrigo Anes a fez. Era de mjll e iiij<sup>o</sup> e xxxb annos.

## 72

## 4 MAIO 1435

*Carta credencial das autoridades de Génova, de apresentação do jurista e seu legado o nobre varão Demétrio de Vivaldis a el-rei D. Duarte, a quem pedem se digne ouvi-lo e despachá-lo bem e rapidamente (1).*

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum Registri*, 1783, fl. 132, n.º 275.

Serenissimo et clarissimo principi et domino domino Eduardo, Dei gratia Portugallie (2) et Algarbij regi ac Cepte domino.

Serenissime et clarissime princeps. Ad maiestatis vestre conspectum transmittere constituimus virum nobilem, legum doctorem, egregium dominum Demetrium de Viualdis, legatum nostrum, cui commissiones dedimus serenitati vestre, nostri parte, referendas; quam precamur, ex animo, vt adhibita relatibus eius fide plenaria, veluti nobis ipsis, dignetur illum bene ac celeriter expedire. Nos autem, in quoque gloriam maiestatis vestre concernentia, nos et nostra offerimus, ex animis, paratos.

Data iiii<sup>a</sup> maij. Oldradus, locumtenens etc., et consilium antianorum ciuitatis Jannue.

(1) O apelido *Vivaldi* lembra imediatamente a expedição comercial capitaneada em 1291 pelos irmãos genoveses Ugolino e Vadino Vivaldi, que, com escala em Maiorca e em Ceuta, haveriam ultrapassado o Cabo Não, na mira de atingirem a Índia, por mar, mas dos quais nada mais se soube (Sobre o assunto cfr. por exemplo MAUNY, *Les navigations médiévales*, pp. 93-94 e a bibliografia ali citada). No século XV, vários são os genoveses do mesmo apelido encontrados nos textos conhecidos: Dario, Francesco, Galeazzo, Giovanni Petro, Raffaele e Tomaso (Cfr. HEERS, *Le Livre de Comptes de Giovanni Piccamiglio*, pp. 9, 14, 36 e 76, e *Gènes au XV<sup>e</sup> siècle*, pp. 66, 114, 122, 125, 182, 188 e 414).

(2) No ms. *Portugallie*.

## 73

14 MAIO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a conceder, de juro e herdade, a D. Telo de Meneses, seu criado e filho de D. Fernando de Meneses, metade dos bens que mandara confiscar a 15 moradores do Porto, que ali haviam entrado em ajuntamento contra o serviço régio, no ano anterior, com excepção dos bens de dois dos réus, de que já fizera mercê aos infantes D. Pedro e D. Henrique, seus irmãos.*

GHCP, Arquivo da Câmara Municipal do Porto, Livro A, fl. 119, em cópia do séc. XVII.

Sumariada por JOAO PEDRO RIBEIRO, no *Índice chronologico dos documentos mais notáveis... da Camara da cidade do Porto*, p. 139.

Dom Duarte, por graça de Deos rej de Portugal e do Algarue e senhor de Çepta.

A vos, Joham de Burgos, nosso almozarife em a çidade do Porto e a todolos juizes e justiças e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer e esta nossa carta for mostrada fazemos saber que, polla onjom e ajuntamento que principalmente fizerão quinze homens moradores em a ditta çidade contra nosso seruiço, o anno passado de iiij<sup>o</sup> e xxxiiij, acordamos com os do nosso conselho que fossem tomados aos sobreditos todos seus beens moujs e de raiz, onde quer que lhe fossem achados, e se ouuessem pera nos; os quaes lhe foram filhados para Airas Guomes da Silua, do nosso conselho, regedor dAntre Douro e Minho da nossa justiça, e forão entregues ao ditto João de Burgos, para delles fazer o que lhe por nos fosse mandado.

E porquanto fomos depois rrequeridos, pola parte das molheres dos sobreditos, que, per tal erro, feito por os dittos seus maridos, ellas nom deuiam perder sua ametade e lha deuíamos mandar restitoir, a qual cousa mandamos veer em a nossa relação. E foi achado por direjto que lhe deuão ser tornados a dita sua metade e a outra se recadar para nos, a qual ametade mandamos entregar as ditas suas molheres e a outra ametade se recadar para nos, a qual mandamos entregar ao ditto Joam de Burgos, que a recadasse e recebesse desembargadamente.

E ora, querendo nos fazer graça e merçe a dom Tello de Menezes, nosso criado, filho de dom Fernando de Menezes, do nosso conselho, dametade dos dittos beens que se assj ouuerom dos sobreditos, pella ditta oniom e ajuntamento que fezerom, tirando afora desto os bens dos dous dos sobre-

dittos, dos quaes ja temos feita merçe de hum delles ao infante dom Pedro e outro ao infante dom Henrique, meus jrmãos; de nossa liure vontade e certa giencia, poder absoluto, temos por bem e fazemoslhes delles liure, pura, inreuogauel doação antre os viuos valedoira, deste dia para todo sempre, para el e para todos seus herdeiros e socessores, e que os possa dar, doar, vender, trocar e escalar e fazer delles e em elles como de sua cousa propria [e] corporal posisom.

E porem vos mandamos e a quoaesquer que esto pertecer que, logo liurementemente, sem outra nenhũa briga e contenda, lhe façaes dar e entregar, a el ou a seu certo procurador, a ditta ametade dos sobredittos treze homens, assj mouis como de rraiz, que elles tinhão e auião, ao tempo que tal erro fezerom, e lhe forão tomados para nos, e o metaes logo em posse delles para delles fazerem o que lhe prouger; porquanto lhe fazemos delles a ditta merce e doação, como ditto he, o mais firmemente que ser pode. E, de todo o que lhe for entregue a quauto de cada hũa pessoa, mandamos ao ditto João de Burgos que cobre em si delle estormento de confissom em que todo vaa decraradamente e por os dittos conhecimentos; e, por o registo desta carta, que tomara em publica forma, feita por cada huu dos escriuães de seu ofiço, mandamos aos contadores que lho regebam em despeza, amostrandose que taes bens som postos e assentados sobre el em sua receita. E o ditto dom Tello tenha a ditta carta em sua mão, para sua guarda e para por ella mostrar como lhe fezemos a ditta merçe. E por ella mandamos ao nosso chanceler ou a qualquer que teuer carregio de receber, de fazer recadar a nossa chancelaria, que lha dee sem pagar nenhũa chancelaria da ditta merce; porquanto lha auemos por quite, sem outro nenhum embargo que lhe sobreillo seia posto. E huus e outros al nom façaes.

Dada em Santarem, xiiij dias de mayo. Elrej o mandou. Alvaro Anes a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mjl e iiijº e xxxb annos. E, porquoanto aqui nom era o nosso seelo grande, mandamos aseellar esta carta com o nosso sello da puridade. xxx rreaaes. ElRej.

*Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar porte de arma a Alvaro Eanes, de Ferreira de Aves, o qual cumprira pena em Ceuta, por ser culpado da morte de Gomes Aires, mestre das galés reais, e se temia dos parentes do falecido.*



ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 69 v.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 487. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portuguezes*, Suplem. ao vol. 1, p. 494, n.º 804.

Jtem, carta de AluarEannes de Ferreira dAue.

Disse que ell fora culpado na morte de Gomez Airas, meestre que foy das nossas galees, que foy morto em a cidade de Lixboa, por a quall rrazom sse ell rrecorrera a elrrej meu senhor e padre, cuja alma Deus [aja], e lhe perdoara a sua justiça, a que por ello era theudo, contanto que ell seruísse çerto tempo em a çidade de Çepta, ssegundo na dicta carta de perdom que do dicto meu padre ouuera era contheudo; pella [qual] carta sse elle fora aa dicta çidade de Çepta e seruira em ella o tempo que lhe per o dicto meu padre fora mandado, segundo dello fezera çerto, per carta do conde dom Pedro; e que, nom embargando esto, que sse temja dos filhos e primos e parentes do dicto morto, sse temja de o matarem ou ferirem ou lhe fazerem outro algüu desaguizado, por elle nom seer ousado de trazer suas armas, com temor da nossa defesa ffecta em contrairo; pella quall carta elle ouue hũa carta do dicto ssenhor per que podesse trazer suas armas, a quall ora confirmou per que as podesse trazer, etc.

[Carta] em forma acustumada, dada em A[r]ruda, xb dias de junho, per Afonso Giraldez e Luis Martjnz, do sseu desembargo. Rodrigo Afonso a fez. Era de mjll e iiijº xxxb annos.

## 75

15 JUNHO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar Martim Gonçalves e Alvaro Vasques, moradores no Porto, homens de pé do infante D. Henrique, a pedido deste, com os privilégios dos caseiros enca-beçados dos fidalgos e vassalos.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 82 v.

Dom Eduarte, etc.

A uos juijes e homes boons da çidade do Porto e a outros quaeesquer juijes e justiçaes a que esto ouuerem de ueer e esta nossa carta for mos-trada, saude.

Sabede que o jfante dom Anrrique, meu jrmão, nos deu em espirito estes dous seus homens de pee, hij moradores, aalem dos outros que ja lhe

escusa e dalgũs corregedores do conçelho, a saber, Martim Gonçalluez, çapateiro, hij morador, e Aluaro Uasquez tambem, e estauam prestes pera o serujrem, pidindonos por merçee que lhe escusa[sse]mos os sobredictos dalgũs encarreguos e serujdoes do conçelho.

E, visto seu rrequerimento, nos praz que elles sejam escusados dos dictos encarregos e serujdoes, asy e pella guisa que o sam os caseiros encabeçados dos fidalgos e uassallos. E porem uos mandamos que asy lhos guardes e os nom costringaees pera auerem de serujr em nhũa, porquanto nossa merçee he seerem asy delles escusados sem outro nhũu embargo. Vnde all nom façades.

Dante em Lanquer (1), xb dias de junho. Afonso de Beja a fez. Era de mjl e iiijº xxxb annos.

## 76

## 21 JUNHO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a doação feita por Leonor Vaz, viúva de Nuno Vicente Sintrão, de Tomar, a Nuno Álvares, estribeiro do infante D. Henrique.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 61 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, Estremadura, liv. 10, fl. 165.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, perante nos, pareço hũu estormento de doaçom que pareça seer ffecto e asijnado per Pero Afonso, tabelliam em villa de Tomar, em o quall, antre as outras cousas, era contheudo que, veendo e consirando Leonor Uaaz, molher que foy de Nuno Vicente Sintrão, morador em a dicta villa, como nom podia rreger nem aministrar nem aproueytar sseus beens nem auja herdeiros que, de djreito, sseus beens podesse[m] herdar; e, esguardando as boas obras que rreçebera e entendia de rreçeber de Nuno Aluarez, estribeiro do jffante dom Anrique, meu jrmão, e querendolhe rremunerar, de sua propria e liure uoontade, ssem outra prema nem costringimento, lhe fezera doaçom de todollos sseus beens, mouejs e de rraiz, que ella auya em a dicta villa e em Dornes e em Torres Nouas e sseus termos, dos quaees logo podesse tomar posse, ssem outra autoridade, segundo se todo esto e outras cousas

(1) Por Alenquer, Alenquer.

em a dicta doaçom milhor e mais conpridamente eram contheudas; e que porem no[s] pedia por merçee que lhe confirmassemos a dicta doaçom e a ouuessemos por boa e firme e valliosa.

E nos, veendo o que nos assy dizia e pedia, ante que lhe em ello desse-mos liuramento, mandamos saber, per jnquiriçom, sse a dicta Leonor Uaaz fezera a dicta doaçom ao dicto Nuno Aluarez de sua liure voontade, [sem] nêhũ enganno nem malliciã nem prema nem costringimento que lhe sobrello ffosse fecto ou per algũu conluyo nem outra algũa maneira; outrossy sse tijna filhos algũus. E, vista per nos a dicta jnquiriçom e como sse per ella mostra que a dicta Leonor Uaaz lhe fez a dicta doaçom de sua liure uoontade, ssem nhũ enganno nem prema nem malliciã nem costringimento que lhe sobrello ffosse fecto, e como ella nom tijna filhos nêhũs nem outros herdeiros que em djreito ajam de herdar sseus beens; e, querendolhe fazer graça e merçee ao dicto Nuno Aluarez, visto per nos ho estormento da dicta doaçom e enquiriçom, que ficou em poder do escprium juso nomeado; portanto teemos por bem e confirmamoslhe e rrectificamos e outorgamos e a auemos por booa e firme, ffecta como deue em todo, pella guisa que fecta he e no estormento da dicta doaçom he conteudo.

E porem mandamos, etc.

Carta em forma, dada em a Arruda, xxj dias de junho. Elrrey o mandou, per os sobredictos desembargadores. Rodrigo Afonso a fez. Era iij<sup>o</sup> e xxxb annos.

## 77

23 JUNHO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a perdoar a Martim Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, a agressão que em tempo fizera a Egas Gonçalves, por ter querelado dele com outros moradores do Porto, que o acusavam de irregularidades no ofício de procurador, contanto que vá servir 3 anos seguidos em Ceuta.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 66 v.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*; t. 1, p. 489.

Dom Eduarte, etc.

A todollos juizes e justiça dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Martim Gonçalluez, escudeiro do jffante dom Anrrique, meu jrmão, morador em no Porto, nos enviou dizer que poderia auer tres

ou quatro annos que foram dados dell certos capitullos, em nome do concelho da dicta çidade, os quaees foram dados por encamjnhamento de hũu Aluaro Diaz e dAfonso Lourenço e de Joham dEspanha e dEgas Gonçal-luez e de Joham Gonçal-luez, moradores em a dicta çidade; nos quaees fazia mençom que lhe fosse defesso que nom procurasse por nhũa pessoa e que ffosse tirado que nom fossem da jurdiçom dalfandega e dos ffectos do mar, que ell tijna cargo, em logo dAluarEannes de Cernache, cuja a jurdiçom era, e que o dicto Martim Gonçal-luez era hũu ssayam (1) e homem que encaminhaue e hordenaua grandes demandas perlongadas, em tanto que muitas pessoas eram perdidosas de sseus beens, per sseu aazo dell. E, ueendo os ssobredictos que, per taaes capitullos, lhe nom podiam empeçer, começaram logo a tirar jnquiriçom deuassa sobre ell, perguntando em ellas pessoas muito ssospectas e que lhe queriam grande mall e que lhe era dicto que os ssobredictos que contra ell testemunharam que o culpauom que dormia com molheres casadas e que rroubara hũu judeu, a que chamauam Abraão Baru ou Jaco Baru, hũas cento e tantas coroas e que fezera outros mujtos malliçios, ssendo a dicta jnquiriçom tirada per Aires Gomez, como uereador que era, ssendo sseu jmijgo, pella quall rrazom ouuera carta de sssegurança pera sse mostrar de todo ssem culpa; e que hũu dia, jndo ell pera a dicta çidade e chegando [a] hũu logar que chamam Uvar da Trofa, encontrara com Egas Gonçal-luez e veeram a taaes pallauras, que ouuerom arroido e volta, em no quall arroido ouuera hũa ferida no rostro e tres ou quatro pellas partes do corpo, das quaees era ssão e ssem cajom (2) e sem perdimento de nembro; pella quall rrazom o dicto Egas Gonçal-luez querelara dell que lhe dera as dictas feridas ssobre sssegurança e sseito-samente e em vindjta e rreuendita e o rroubara, segundo todo esto e outras cousas mais conpridamente lhe era dicto que sse continha em a dicta querella.

Pella quall rrazom sse elle amoorara, com temor das nossas justiças, que auya de o prenderem por ello, e que nos pedia por merçee que a esto lhe ouuessemos algũu remedio e lhe perdoassemos a nossa justiça, a que nos ell, por rrazom das feridas que dera ao dicto Egas Gonçal-luez, era theudo e que lhe ficasse sseu djreito aguardado ao dicto Egas Gonçal-luez e demandasse sua emmenda e correjimento, sse quisesse, pois que lho o dicto Egas Gonçal-luez nom quisera perdoar nem pello dicto meu jrmão, que lhe ssobrello escpreuera e mandara contentar e nom quisera, segundo era contheudo em escripturas; e esso meesmo lhe perdoassemos o mall-dizer dos capitullos que nos delle escpreuera o dicto concelho, pois que lhe a çidade perdoara, a rrogo do dicto meu jrmão, sssegundo era contheudo

---

(1) Algoz, verdugo.

(2) Aleijamento.

em hũu puulico estormento que parecia sseer ffecto e asijnado per Joham Gonçalluez, escpriuam da camara da dicta çidade, tabeliam geeral em nos-sos regnos.

E nos, veendo o que nos assy dizer e pedir enviou e querendolhe fazer graça e merçee, aa honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo; e, visto per nos o estormento da çidade, como perdoou ao dicto Martim Gonçalluez o mall e desonrra que assy fezera ao dicto Egas Gonçalluez, vistas as auondanças que lhe fizeram e o contentamento que lhe foy ffecto; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos elle, por rrazom das dictas feridas, que assy deu ao dicto Egas Gonçalluez, era theudo, ficandolhe ao sobredicto rreguardado sseu djreito a demandar o dicto Martim Gonçalluez, por ssua emmenda e corregimento, sse quiser, e quanto aos outros ffectos liuesse por sseu djreito, contanto que elle nos uaa servir, per sseu corpo, aa nossa çidade de Çepta dous anos conpridos. E, pera aderençar ssua fazenda, lhe damos despago, da dante desta carta ataa tres meses primeiros sseguintes, no quall tempo mandamos que ande sseguramente per todo nosso ssenhorio e nom sseja preso nem acusado por a dicta rrazom, contanto que nom entre no llogar onde foram dadas as dictas fferidas.

E, acabados os dictos tres meses, que elle, ataa tres dias primeiros seguintes, sse apresente em a dicta çidade de Çepta, pessoalmente, perante o conde dom Pedro. Ao quall nos mandamos e assy a outro qualquer que hy por nos esteuer que o faça escpreuer no liuro dos omjziados, que hy per esto he fecto, o dia que sse hy apresentar e que dhy em diante lhe nom sseja dada legença pera hir pera outra parte. [E] elle more continuamente em a dicta çidade, per ssua perssoa, os dictos annos. E, nom sse apresentando elle ao dicto dia e nom morando os dictos dous anos continuamente em a dicta çidade, esta carta lhe nom valha; e, fazendoo elle assy e conprindo o que dicto he, dhi em diante mandamos que elle possa uiuer e morar em nossos rregnos, em quaeesquer logares em os dictos nos-sos regnos, em quaeesquer çidades e villas e lugares delles onde elle quiser e por bem tiuer.

E mandamos, etc.

[Carta] em forma, dada em a Arruda, xxiiij dias de junho, per Afonso Giraldez e Luis Martinz, do sseu desembargo. Rodrigo Afonso a fez. Era iiii<sup>o</sup> e xxxb annos.

## 78

27 JUNHO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar porte de armas a Fernão de Covilhã, escudeiro do infante D. Henrique, ilibado de suspeita do assassinio de Fernão Anes, mas que se teme dos parentes do assassinado.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 69 v.

Jtem, carta de Fernam de Cuujlhã, escudeiro do infante dom Anrique.

Disse que a ell culparom na morte de Fernam Annes, morador que foy em Cuujlhã, que foy morto em o dicto logo, por a quall rrazom ouuera carta de ssegurança e que a nossa justiça, a falimento das partes, que o nom quiserom acusar e demandar, contendera tanto contra ell per ffecto, que foy jullgado por liure da dicta morte, ssegundo diz que todo esto mais conpridamente he contheudo em hũa sentença que dello teem; e ora diz que, nom embargando todo esto e que assy sseja, que sse teme dalgũas pessoas, que ssom sseus jrmãaos e primos com-jrmãaos e parentes e amjgos do dicto morto, de o matarem ou ferirem ou lhe fazerem outro algũu desaguizado ssem rrazom, por ell nom sseer ousado de trazer ssuas armas, com temor da nossa defesa, pedindonos por merçee que lhe dessemos lugar de as ell trazer.

E nos, veendo o que nos assy dizia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, vista per nos a dicta sentença; teemos por bem, etc.

[Carta] em forma, dada em a Arruda, xxbij dias de junho. Elrrey o mandou, per Afonso Giraldez e Luis Martjnz, do sseu desembargo. Gonçalo Botelho a fez. Era iiij<sup>o</sup> e xxxb annos.

## 79

15 JULHO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Gonçalo de Pina, escudeiro do infante D. Henrique, emprazamento que lhe fizera D. João I, seu pai, em três vidas, de duas azenhas régias em Ribeira de Vide, de que ele paga de foro, anualmente, dois quarteiros de trigo.*

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 163 v.  
Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 494.

Carta per que o dicto senhor confirmou hũu emprazamento de seu padre, fecto a Gonçalo de Pina, scudeiro do jffante dom Anrrique, pera el e duas pesoas que depos elle viesem, de duas acenhas que o dicto senhor ha na Ribeira da Uide, de que paga, em cada hũu anno, de foro, per dia de Sam Joham Bautista, dous quarteiros de trigo, etc.

Em Alanquer, xb dias de julho de mjl iiijº xxxb annos (1).

## 80

## 1 AGOSTO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Afonso Anes de Calheiros, criado do infante D. Henrique, em procurador dos resíduos de Celorico da Beira, Melo e Folgoso, como o fora em vida de el-rei D. João I.*

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 15, inserta na carta de confirmação afonsina de 31 de Dezembro de 1440; outra cópia, também por ementa, mas ainda mais incompleta, na *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 85 v.

Jtem, carta dAfonso Annes de Qualheiros, nosso vasalo, criado do ifamte dom Anrrique, meu tjo, por que o damos por procurador dos rresidoos em Celorico da Beira e em Melloo e Felgoso, asy e pella guisa que o era em ujda delrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, etc.

Carta em forma, dada em Alanquer, primeiro dia do mes dagosto. Elrrey o mandou, per Fernam Fogaça, do sseu consselho e chanceler moor. Rodrigo Annes, scpriuam em logo de Filipe Afonso, a fez. Era de mjl iiijº xxxb.

---

(1) Sobre este escudeiro do infante D. Henrique cfr. o DOC. 88 do nosso vol. 3 e os DOCS. 118 e 145 do presente volume.

## 81

25 AGOSTO 1435

*Letras Romani pontificis, do papa Eugénio IV, a transferir a sede da diocese canariense de Rubicão, na ilha de Lançarote, para a ilha de Grã-Canária, por ser aquela muito acessível, exposta à pirataria e pouco segura para residência do prelado, e a ordenar que, de futuro, a diocese se denomine Canariense e Rubicense.*

AV., Reg. Vat., vol. 373, fl. 249 v.

Eugenius, etc.

Ad perpetuam rei memoriam.

Romanj pontificis prouidentia circumspecta gesta per eam interdum corrigit, reuocat, limitat uel annullat, prout, temporum uel locorum qualitate pensata, id in Domino cognoscit salubriter expedire.

Dudum siquidem, cum, diuina cooperante virtute, habitatores quarumdam insularum, que Canarie uulgariter nuncupantur, ex profundis infidelitatis et ignorantie tenebris ad verum orthodoxe fidei lumen, opera presertim venerabilis fratris nostrj Fernandj, quem, ea de causa, in locis illis episcopum constituimus, deuenerunt, locum et sedem episcopalem in quadam insula, que Rubicensis appellatur, ereximus ipsamque ecclesiam Rubicensem duximus nominandam.

Cum autem, prout intelleximus, ipsa insula Rubicensis adeo peruia et exposita piratis et predonibus sit et habitatoribus inficiens, vt non satis tute valeat ibidem episcopus seu ecclesia comorarij, ecclesiam ipsam ad insulam que Canaria Magna nuncupatur transferendam et Canariensem et Rubicensem simul, perpetuis futuris temporibus, cognominandam, presentium tenore, decernimus.

Nullj ergo, etc. Si quis autem, etc.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice M.cccc.xxxv, octauo kalendas septembris, pontificatus nostrj anno quinto.



25 AGOSTO 1435

*Letras Personam tuam, do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Fernando, bispo Rubicense e Canariense, a conceder-lhe a faculdade de dispensar e absolver nos casos de matrimónios abusivamente contrahidos entre parentes de certas dioceses de Espanha, com o direito de reter as esmolas que então lhe derem e de applicá-las à aquisição de navio destinado às Ilhas Canárias, para conversão dos habitantes, e ainda a alfaia de igreja e a outras obras pias.*

AV., Reg. Vat., vol. 373, fl. 250.

Eugenius, etc.

Venerabilj fratry Fernando, episcopo Rubicensi et Canariensi, salutem, etc.

Personam tuam nobis et apostolice sedi deuotam, tuis exigentibus meritis, paterna beniuolentia prosequentes, illa tibi libenter concedimus, per que te alijs possis reddere gratosum.

Cum igitur, prout nobis innotuit, in partibus Biscaye, cum contentis in suis priuilegijs, et in Quepuscua siue Lepuscua, in confinibus episcopatum Calaguritanensis, Burgensis et Pampilonensis necnon in montibus et locis Pernie et Sanctj Turinij de Leuanasturias de Sancta Illana vulgariter nuncupatis et Roczaualensibus ac alijs montibus et locis in confinibus episcopatum Palentinensis et Legionensis, Ouetensis et Pampilonensis predicti (1) consistentibus, quedam reproba inualuerit consuetudo ut hij quj ibidem commorantur, sacramenta ecclesiastica et presertim sacramentum matrimonij spernentes nec censuras et sententias ecclesiasticas suorum prelatorum uerentes, matrimonium in tertio et quarto consanguinitatis gradibus a iure prohibitis contrahere non formidant, penas et censuras a iure latas, in periculum salutis animarum suarum et in scandalum orthodoxe fidei dampnabiliter incurrendo.

Nos igitur, animarum salutj predictarum personarum succurrere cupientes, fraternitatj tue omnes et singulas personas utriusque sexus

---

(1) No ms. *predicte*.

quas, usque in diem date presentium, in illis partibus, in infra dictos episcopatus et loca, matrimonium taliter contraxisse reperiis, a sententijs et alijs censuris ecclesiasticis, quas, premissorum occasione (2), incurrerunt, requisita tamen et obtenta licentia suorum diocesanorum, auctoritate apostolica absolvendj et liberandj secunquē, vt in talj matrimonio remanere ualeant, dispensandj prolemque ex talibus matrimonijs susceptam uel suscipiendam legitimam fore decernendi.

Et ne, de cetero, huiusmodj matrimonia contrahere presumant, monendi et prohibendj plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem, volentes ac tibj, eadem auctoritate, concedentes quod, si quid, premissorum occasione, tibj fuerit, ex erogatione fidelium, mera liberalitate, donatum, illud libere recipere possis in fabricam et apparatus nauis pro transitu ad insulas Canarie, pro conuersione hominum illarum partium ad catholicam fidem necnon in ornamentis ecclesie et alijs pijs operibus conuertendum.

[Datum Florentie, anno incarnationis dominice M.cccc.xxxv, octauo kalendas septembris, pontificatus nostrj anno quinto].

## 83

26 AGOSTO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar o infante D. Henrique a fazer feira franca anual na sua vila de Tarouca durante sete dias, a começar três dias antes da festa do Corpo de Deus e a acabar três dias depois, com os privilégios para os feirantes constantes da mesma carta e pagando a el-rei a sisa e os demais direitos (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 162 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 4, fl. 44 v.

Referenciada por VIRGINIA RAU, *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, p. 124.

(2) No ms. *occasione*.

(1) O documento foi decalcado sobre a carta joanina da concessão ao infante D. Henrique de feira franca anual em Tomar, o protótipo de todas as feiras henriquinas, dotadas de privilégios especiais (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, DOC. 193, e vol. 3, DOC. 7). Sobre a interpretação de tais cartas veja-se VIRGINIA RAU, *Subsídios* cit., p. 119, nota 1, e DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 46 e ss.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, auendo por nosso serujço e bem das nossas terras, damos poder e lugar e licença ao jffante dom Anrrique, meu jrmão, que elle mande fazer e se faça, daquj en diante, em cada hũu anno, em a sua villa de Tarouca (2), hũa feira franqueada, a qual se começe aos tres dias ante do dia do Corpo de Deus e se acabe a tres dias depois do dicto dia, de guisa que seiam sete dias.

E queremos e mandamos que todos aquelles que aa dicta feira virem c em ella andarem e pera suas casas tornarem que nom seiam presos nem acusados nem demandados por nehũs maleficios em que seiam culpados, se esses maleficios forem daquelles em que nos mandamos que se guardem os coutos do estremo, saluo se esses maleficios foram fectos no dicto lugar ou termo ou fectos nouamente em a dicta feira, que, por taes maleficios como estes, mandamos que seiam presos e se liurem per seu djreito.

E outrossy mandamos que os que aa dicta feira virem nom seiam citados nem demandados por nehũas diujdas que deuan nem por heranças nem por outra nehũa cousa que seiam theudos ou embargados, saluo se forem diujdas que deuan de cousas que hi conprarem ou venderem na dicta feira.

E outrossy mandamos que os que aa dicta feira vierem, emquanto a dicta feira durar, elles possam trazer suas armas, emquanto em a dicta feira andarem.

E outrossy possam andar em a dicta feira em quaesquer bestas que lhe aprouer, nom embargando a nossa defesa e hordenaçom que em contrairo desto he fecta.

E outrossy mandamos e defendemos aos nossos corregedores e melrinhos, assy da nosa corte como dos nossos regnos, que nam vaao aa dicta feira por fazer correiçom nem a façam na dicta feira; e, se allo quizerem hir, vaao, por conprar ou uender, se lhe prouuer, e nom por outra cousa.

E estas liberdades e mercees fazemos aos sobredictos que assy virem aa dicta feira, como dicto he, comtando que nos paguem nossa sisa djreita e todollos outros djreitos que nos obrigados e theudos forem de pagar de todallas mercadorias e cousa[s] que allo uenderem e conprarem e escambarem e trocarem e assy pella guisa que se contem em os nossos artijgos e foraaes, sob a pena em elles contheuda. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, assignada per nos.

Dada em Sintra, xxbj dias dagosto. Elrrey ho mandou. AluorEanes a fez. Era de mjl iiij<sup>o</sup> e xxxb annos.

---

(2) Tarouca fazia parte dos bens patrimoniais do infante D. Henrique (Cfr. a p. 343 do nosso vol. 1).

## 84

## 4 SETEMBRO 1435

*Letras comendaticias Cum pro rebus, do papa Eugénio IV a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, que envia a Portugal e a outras partes tratar assuntos respeitantes à honra de Deus, ao bem do pontífice, da Santa Igreja e do povo cristão, para que a ele e à sua comitiva de 30 cavaleiros dêem, em trânsito, todas as facilidades (1).*

ASF., *Badia Fiorentina*, n.º X/22, original em pergaminho, com selo de chumbo pendente, — texto que se reproduz; AV., *Vat. Lat.*, t. 8031, fl. 103, em cópia do século XVI.

Publicadas por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 142-43, doc. 16.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Uniuersis et singulis presentes inspecturis salutem et apostolicam benedictionem.

Cum pro rebus, honorem Dei et bonum nostrum ac romane ecclesie et totius populi christiani concernentibus, presentialiter mittamus, ad partes regni Portugalie et ad alia mundi loca, dilectum filium Gometium, abbatem Florentie;

Nos, uolentes eum cum socijs et familiaribus suis, usque ad numerum triginta equitum, plena ubique securitate et immunitate gaudere, vniuersitatem uestram rogamus et hortamur attente nostris et ecclesie predictae

---

(1) Como junto deste documento se encontram os originaes de duas pequenas credenciais pontificias secretas, assinadas por Blondus, as quais começam pelas mesmas palavras «Cum pro rebus», são datadas de Florença, «apud Sanctam Mariam Nouellam» a 9 de Setembro do mesmo anno e endereçadas «Dilecto filio D. tituli Santorum Johannis et Pauli presbitero cardinali Terraconensi» e «Dilecto filio nobili viro Johanni Mercadet, legum doctori, balulo generali regni Valentie», deduz-se que as outras partes a que se destinava o núncio ou mensageiro pontificio eram Tarragona e Valência; e aos destinatários asseverou Eugénio IV: «aliqua sibi commissimus tue deuotioni referenda, cui poteris plenariam credulitatis fidem adhibere» (N.º X/20 e X/21). (Publicada a primeira por SOUSA COSTA, *Lug. infractado*, p. 143, doc. 17).

Sobre D. Gomes pode ver-se a nota ao DOC. 56 do nosso vol. 3. A viagem daquele beneditino a Portugal nesta altura deve ter sido motivada sobretudo pelo problema

subditis, officialibus et gentium armorum, capitaneis ac conductoribus ubique constitutis, mandantes quatinus dictum abbatem, socios et familiares eius, cum per loca nostra et uestra transitum fecerit, tam eundo quam redeundo, pro nostra et apostolice sedis reuerentia, benigne commendatum habentes et honorifice tractantes cum omnibus rebus suis, libere et expedite, sine aliqua datij, pedagij, passus, transitus, fundinauis, angarij, perangarij aut alterius oneris uel grauaminis solutione, permittatis transire nullamque ipsi, in rebus et bonis, iniuriam uel offensam inferatis aut ab aliquibus infer[r]i permittatis, quin potius eis de libero transitu guidis, scorta et saluoconductu, si opus fuerit et duxerint requirendum, taliter prouidere curetis, quod uestra exinde deuotio, apud nos et sedem apostolicam, non immerito ueniat commendanda.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quinto, pridie nonas septembris, pontificatus nostri anno quinto.

L. de Ritijs.

85

7 SETEMBRO 1435

*Carta da rainha de Aragão, endereçada a el-rei D. Duarte, a comunicar-lhe a dolorosa notícia — o que não fez mais cedo pela depressão que ela lhe produziu — do aprisionamento pelos genoveses de el-rei seu marido, do rei de Navarra, do infante D. Henrique de Aragão, dos nobres barões e de outras pessoas notáveis, nomeadamente dos reinos de Nápoles e de Sicília, bem como de muitos outros, como verá pelas cartas cuja transcrição lhe envia, e a solicitar-lhe se interesse por tão aflitiva situação como se fora coisa própria.*

ACA., Cancilleria real, Registro 2975, fl. 171 v.

das anatas ou seja do rendimento de um ano de beneficio eclesiástico vago ou de quantia superiormente taxada, cativa para a Câmara Apostólica, como recurso financeiro dos sumos pontífices. O concílio de Basileia, em sua sessão 21.ª, de 9 de Junho de 1435, prohibia a percepção daquele imposto contra cujo decreto reclamaram dois legados pontíficos, por não estar o papa Eugénio IV resolvido a prescindir das anatas (Cfr. HEFELE-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 11, pp. 349-50). D. Gomes trouxe também carta do pontífice sobre o assunto para el-rei D. Duarte, em cuja fidelidade e apoio aquele confiava. De facto, o soberano português inclinou-se para Eugénio IV sobre o particular, como se vê das letras de agradecimento *Inter nonnullas litteras*, de 19 de Junho de 1436, — o nosso DOC. 120. D. Gomes deve ter partido de Florença para Portugal depois de 13 de Setembro de 1435, data das letras pontificias *Cum te pro nonnullis*, de 13 de Setembro de 1435, o documento seguinte.

Rey muy caro e muyt amado primo. Con planeto doloroso e amargoso, vos notificamos la muyt desauenturada e sinistra nueua que haue-mos hauido del muy alto senyor rey, marido e senyor, e de los rey de Nauarra e jnfant don [Enrich], ermanos nuestros muy caros, con los nobles barones e otras personas notables, assi de los regnos de Napoles e de Sicilia, con otros qui eran con ellos en grand numero, detenidos por sos enemjgos, segund vuestra altesa pora veyer por la copia de la letra de nuestro muy caro hermano el jnfant don Pedro (1). Depues, por la ciudat de Barchinona, nos es embiada otra letra, con copia en aquella jnterclusa, de vna letra por el capitan del stol de los genoueses, embiada a la ciudat de Genoua e por la mesma ciudat embiada copia de aquella a la dicha ciudat de Barchinona. De las quals letras, del dicho jnfant don Pedro e de la ciudat de Barchinona e de la dita copia de la letra del dicho capitan, vos embiamos traslado dentro la present. E esta es materia de muy grand dolor e tristor a vos e a todos aquellos que hauran los dichos senyor rey e sus hermanos, de las quales, por la causa del buen deudo, soes vos vno e de los principales. Es empero materia de excitar e mouer la virtud de la vera amicia e cominicion, la qual proua los jnfurtunios.

Portanto, con tanta affeccion e tant caramente como podemos, vos rogamos que, en aquesto tan grand e tan horrible caso, querades estos afferes tomar por proprios e fazer e procurar e de lo quel dicho senyor e nos de vuestra excellencia speramos (2). E que nos querades perdonar por que

---

(1) Como é sabido, na batalha naval travada junto da ilha de Ponza, entre as armadas aragonesa e genovesa, os reis de Aragão e de Navarra foram vencidos e presos pelos genoveses. As ordens do duque de Milão, Filipe Maria, então também senhor de Génova, a 29 de Agosto de 1435 (Cfr. ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, liv. 13, caps. 27 e ss.). «La muerte de la reina Juana (1435) y su nombramiento de heredero a favor de Renato de Anjou, hermano de Luis, que también había muerto, impulsaron a Alfonso a la conquista de Nápoles. El Papa lanzó contra él a los genoveses y al duque de Milán, y Alfonso, que había puesto sitio a Gaeta, fué vencido en el combate naval de Ponza y cayó prisionero, con su hermano el rey de Navarra y gran número de caballeros» (F. VALLS-TABERNER y F. SOLDEVILA, *Historia de Cataluña*, t. 2, p. 53). Sobre o particular podem ver-se também os estudos aduzidos ao fim deste volume, na Bibliografia, especialmente os de EUGENIO DUPRE-THESEIDER, de T. DE MARINIS, de AUREA JAVIERRE MUR e de C. MARINESCU.

(2) Naturalmente pelo respeito que lhe merecia o papa Eugénio IV, a quem Portugal obedecia, o nosso rei D. Duarte limitou-se, ao que parece, às medidas apontadas pelo cronista RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 9, ao sentimento oficial. Já ZURARA tinha escrito sobre o particular: — «Outrosi, em este anno quisera elrey fazer hūas grandes festas em Lisboa, pera mandar poer o oleo a seus filhos, e sobre-chegaram nouas de como elrey dAragam e elrey de Nauarra e o jnfante don Henrrique, jrmāo da rainha dona Leonor, molher deste rrey, eram presos em poder de Filipe Maria, duque de Millam, e cessaram as festas de se fazer, de guisa que nunca se mais fizeram. E tal ventura houue aquelle bom rrey que, em cinco annos e tantos dias que regnou, sempre trouxe doo» (*Chronica do Conde D. Duarte de Menezes*, cap. 16).

mas ayna no vos hauíamos notificado el dito caso; car, por la grand alteracion que nuestra persona ha tomada, por occasion de la dicha horrible nueua, no somos seyda en desposicion de scriuir. E seya, rey muy caro e muy amado primo, vuestra special guarda la Sancta Trinjdad.

Dada en Valencia, a siete dias de setiembre del anyo M.cccc.xxxv. La Reyna.

Al muyt alto princep don Odoart, por la gracia de Dios rey de Portugal, nuestro muyt caro e muyt amado primo.

Domina regina, ex delliberacione concilij (3), mandauit michj, Gonçalo Bernardo de Brugada. Visa per concilium et aranda. Prouisa.

Similis littera fuit expedita, directa domine regine Purtugalensis, mutatis mutandis, et eclam erat en ela seguês, manu propria dicte domine regine, post datum, scripta: Ruegouos me perdones por nos screujr toda la letra de mj mano que, tal sta mj coraçon; non es por a poder scriujr. La Reyna.

Domina regina etc., vt supra. Prouisa.

## 86

## 13 SETEMBRO 1435

*Letras Cum te pro nonnullis, do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Gomes, abade do mosteiro beneditino de Santa Maria de Florença, seu núncio a Portugal, para tratar de alguns árduos negócios concernentes ao bem da igreja universal, a conceder-lhe, para as despesas respectivas, 400 florins de ouro, que lhe devem ser pagos pelos colectores apostólicos do país e tomados dos dinheiros outrora recolhidos no reino para proceder-se contra os Boémios (1).*

AV., Reg. Vat., vol. 370, fl. 182 v.

(3) Durante o cativoiro de el-rei D. Afonso V de Aragão, «la reina ejerció la lugartenencia, assistida por un consejo de prohombres» (Cfr. TABERNER y SOLDEVILA, *Obra e tom. cit.*, p. 54).

(1) O concílio de Basileia teve em mira três grandes finalidades: a reforma da Igreja; negociações com os gregos, ameaçados pelos turcos e precisados de auxílio do Ocidente, e a extirpação da heresia hussita, surgida na Boémia no século XV e da qual fora animador principal João Huss, por cuja morte, ocorrida em 26 de Maio de 1416, aquela não cessou. Este movimento heterodoxo contra a Igreja tinha a apoiá-lo, teimosamente, a ânsia do povo checo à independência política. Para as des-

Eugenius, etc.

Dilecto filio Gometio, abbati monasterij sancte Marie Florentinensis, salutem.

Cum te, pro nonnullis arduis negocijs, bonum vniuersalis ecclesie concernentibus, ad partes regnorum Portugalie et Algarbij nuncium et oratorem nostrum destinemus, nos, ut onera expensarum, propter hoc, tibi necessario subeunda conmode sustinere possis, de aliquo possibili subuencionis auxilio prospicere cupientes, deuocioni tue, de pecunijs que olim pro eundo contra Boemos in regnis predictis impositae ac deputatae fuerunt, si que exacte aut exigende reperte fuerint apud quencunque seu quoscunque collectorem uel collectores seu alium uel alios cuiuscunque status, gradus, ordinis uel condicionis existant, usque ad summam florenorum auri de camera quadringentorum, ab ipsis pro huiusmodi expensis tuis petendi, exigendi et recipiendi, ac de receptis quitandi, liberandi et absoluendi plenam et liberam, auctoritate apostolica, tenore presencium, concedimus facultatem.

Volentes ac serie presencium districte mandantes omnibus et singulis in dictis regnis collectoribus ad exactionem predictarum pecuniarum deputatis quatenus tibi de huiusmodi pecunijs, si penes se habuerint, usque ad dictam summam integre respondeant, mandantes collectoribus fructuum et prouentuum camere apostolice, in dictis regnis deputatis, quatenus pecunias ipsas tibi, ut premititur, exsolutas, usque ad quantitatem quam tibi, huiusmodi occasione, contulerint, restituant ipsis, ad exactionem earundem deputatis in prefatam Boemorum causam, cum opus fuerit, conuertendas (2), non obstantibus alijs litteris a nobis in contrarium emanatis, quibus, quoad hoc, omnino uolumus derogari. Omnes autem et singulas pecuniarum quantitates et summas, usque ad dictam quadringentorum florenorum summam, quam tibi eos contigerit assignari, ratam habebimus et faciemus, ipsis in rationibus eorum gentibus dicte camere reddendis computari et admitti.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quinto, jdibus septembris, anno quinto.

---

pesas da luta a empreender contra os hereges da Boémia ordenara o papa Martinho V, em 25 de Outubro de 1427, ao arcebispo de Braga que pagasse a dízima dos seus rendimentos e a fizesse pagar aos outros prelados e demais eclesiásticos da sua provincia eclesiástica; e é possível que tal ordem houvesse sido extensiva a todo o país (Cfr. as letras *Hodie iustis ex causis* e *Permisit Deus* de Martinho V, — no ADB., *Arquivo da Mitra e Cabido de Braga*, Bulas, caixa 4, inumeradas). É a esse fundo que recorre Eugénio IV no presente documento para custear as despesas do Abade D. Gomes.

(2) No ms. *conuertendis*.



11 NOVEMBRO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Luis Mendes, fidalgo da casa do infante D. Henrique, filho de Mem Rodrigues de Refoios, a carta de D. João I de 29 de Dezembro de 1411, de confirmação ao segundo do escambo feito pelo monarca com Rui Vasques, pai daquele, de Sarzedas e Sobreira Formosa por Almeida.*

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 129 v., — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 120, e liv. 33, fl. 13 v.; em leitura nova, *Beira*, liv. 2, fl. 185.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, da parte de Lujs Meendez, filho de Meem Rodriguez de Refoyos, nos foy mostrada hũa carta delrey dom Joham, meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, per a qual se mostrava que o dicto senhor, emsembra com a rrainha dona Filipa, mjnha senhora e madre, a que Deus de a sua sancta gloria, e connosco, em seendo nos iffante, confirmara ao dicto Meem Rodriguez hũu scambo e premudaçom que o dicto senhor fezera com Ruy Uasquez, padre do dicto Meem Rodriguez, das ujllas e lugares das Cerzedas e da Souereyra Fremosa, que som antre Castelbranco e a Cortiçada, com todos seus termos e senhorios e rendas e djreitos e perteenças e tabaliados e com toda sua jurdiçom ciuel e crime, asy como as o dicto senhor auja e de djreito deuja dauar, e mais quinhentas libras da moeda que corria ao tempo da feitura da dicta carta, real por tres llibras e mea, por a ujlla e castello dAlmeida, que he em Riba de Coa, de que lhe tijna fecta mercee e doaçom de jur e herdade, por todallas casas e vinhas, prados, herdades, heranças, defesa e barca que o dicto Ruy Uasquez cobrara e ouuera dos moradores do dicto lugar, por mercee e doaçom que lhe o dicto senhor dello fizera, segundo todo esto e outras cousas mais conpridamente som contheudas em a dicta carta do dicto senhor. A qual parecia seer assignada per os dictos senhores e per nos e aseellada do seu seello pendente, dada em Lixboa, xxix dias de Dezembro da era de Cesar de mjl iiij<sup>o</sup> Rix anos, scrita per Rodrigo Afonso. E fomos rrequerido, da parte do dicto Lujs Meendez, que, porquanto o dicto Meem Rodriguez, seu padre, era ja finado e ele era primeiro seu filho lidimo que elle tijna e que os dictos lugares pertencia auer de djreito, lhe mandasemos dar nossa carta de confirmaçom da dicta carta do dicto senhor.

E, visto per nos seu requerimento, por algũas razões que teemos pera lho outorgar e querendolhe fazer graça e mercee; teemos por bem e outorgamoslhe e confirmamoslhe a dicta carta do dicto senhor, da dicta permutação e escambo dos dictos lugares nas Cerzedas e da Soueireira Fremosa por a dicta ujlã e castello dAlmeida.

E porem mandamos aos ueedores da nossa fazenda, contadores, almo-xarifes, juizes e justiçaes e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer e esta nossa carta for mostrada que lhe compam e guardem e façam conprir e guardar a sobredicta carta do dicto senhor, assy e pella guisa e tam conpridamente como em ella faz mençam, sem outro nehũ embargo que lhe sobrello seia posto. Vnde hũus e outros al nom façades.

Dada em Santarem, xj dias de Nouembro. Elrrey o mandou. AluarEa-nes a fez. Era de mil iiij° xxxb annos.

## 88

18 NOVEMBRO 1435

*Carta de el-rei D. Duarte, dirigida ao concílio de Basileia, a comunicar-lhe que envia ao mesmo, como seus embaixadores, D. Afonso, 5.º conde de Ourém e seu sobrinho, D. Antão Martins de Chaves, bispo do Porto, e D. Luís do Amaral, bispo de Viseu, seus conselheiros, Mestre Fr. Gonçalo, provincial dos dominicanos portugueses, o franciscano Fr. Gil Lobo, licenciado em teologia, e os doutores em leis Diogo Afonso Mangancha, formado em ambos os Direitos, e Vasco Fernandes de Lucena, para ali tratarem dos assuntos relativos ao povo cristão, à igreja de Deus e a seu país; roga-lhe os receba e diz-lhe não os ter podido mandar mais cedo pelos motivos que os próprios expõem (1).*

AGS., Estado, K. 1711, p. 382, em cópia da época.

(1) Sobre os precedentes desta carta régia vejam-se os DOCS. 58 a 60 do nosso vol. 4 e a anotação respectiva. Como motivos do adiamento do envio da embaixada portuguesa ao concílio, para mais partida somente a 11 de Janeiro de 1436, e aqui não revelados por D. Duarte, porventura por serem reservados, alega RUI DE PINA «ocupações do rregno» (*Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 8). Porém, a explicação não satisfaz e tão-pouco se pode aplicar ao mesmo protelamento por D. João I. Por mais ocupado que tivesse estado o Rei Eloquentes com os negócios do país de 15 de Agosto de 1433 a 18 de Novembro de 1435, havemos de convir que não lhe faltou

Littera dominj regis Portugalie ad sacrum concilium (2).

Sacrosancte synode Basiliensi, in Spiritu Sancto legitime congregata, vniuersalem ecclesiam representanti.

Eduardus, Dei gratia regnorum Portugalie et Algarbij rex Cepteque dominus, filialem deuocionem, legitimam et sinceram.

Eam ad hec usque tempora de vestris paternitatibus famam accepimus, illos qui pro honestis officijs ad vos se conferunt, grato animo et illari vultu, semper excipiat. Que cum ita sint, mittimus ad vestras paternitates magnificum comitem d'Ourem, nepotem nostrum, virum et moribus et honestate laudatum, mittimus reuerendum patrem A[ntonium], episcopum Portugalensem, et L[udouicum], episcopum Visiensem, consiliarios nostros, et venerabiles viros fratrem Gundisaluum, magistrum et Ordinis Predicatorum in nostro dominio prouincialem, ac fratrem Egidium, Ordinis Minorum, licenciatum in sacra pagina, necnon Didacum Alfonsi, vtriusque iuris, ac Velasum Fernandi, legum doctores egregios, ambaxiatores nostros dilectos, presencium ostensores, tocius populi christiani et ecclesie Dei et nostri statum concernencia cum vestris paternitatibus tractaturos;

---

oportunidade de proceder à presente nomeação. Que não o houvesse feito durante o período de dissidência entre o papa Eugénio IV e o concílio, compreende-se; pois, a teor do que se passou com Castela (Cfr. SUAREZ FERNANDEZ, *Castilla, el cisma y la crisis conciliar*, pp. 110-112 e 338 e ss.), é possível que também a Portugal haja solicitado o pontífice o protelamento do envio dos embaixadores ao concílio; mas, depois da bula *Dudum cum* de Eugénio IV, de 15 de Dezembro de 1433, a autorizar continuasse a assembleia conciliar os seus trabalhos e a declarar legítimas as conclusões pela mesma tomadas anteriormente (Cfr. HEFELE-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 7, 2.ª parte, p. 843), não se vê motivo para a ausência de Portugal em Basileia.

Quanto aos anos de 1434 e 1435, é possível que se possa explicar o facto, ao menos em parte, por um certo arrefecimento diplomático entre el-rei D. Duarte e o papa Eugénio IV, motivado pela série de letras daquele pontífice passadas a súbditos castelhanos sobre o arquipélago das Canárias no ano de 1434, publicadas no presente volume, por serem ilhas também desejadas por Portugal, especialmente em razão das letras *Creator omnium*, de 17 de Dezembro de 1434, e da tensão diplomática provocada por aqueles textos pontifícios, possivelmente agravada pelas primeiras expedições de descobrimento da costa ocidental africana, iniciadas naquele ano. Podem constituir prova desta hipótese as bulas *Rex regum* e *Romanus pontifex*, passadas a Portugal por Eugénio IV, respectivamente em 8 e 15 de Setembro de 1436, a primeira de cruzada contra os infiéis e a segunda para a conquista das ilhas das Canárias não ocupadas por cristãos, depois de clarificada a atmosfera pela embaixada portuguesa ao concílio, que se encontrou com o sumo pontífice em Bolonha no mês anterior (Cfr. os nossos DOCS. 183 e 187 e o Diário da viagem da delegação portuguesa ao concílio, em SOUSA, *Provas da História genealógica*, t. 5, provas do liv. 10, n.º 6).

(2) Este título lançado sobre a margem direita do manuscrito.

7

quos magnopere rogamus, nostri contemplacione, benignissime atque piissime recipiatis, audiatís fidemque, ut nobis, intemeratam, in hijs que exponant, tribuatis. In hoc vestre paternitates plurimum nobis gratiam facient singularem. Ceterum, si cicius ad vestras paternitates non misimus, admiratio vos non teneat; nam, ut nostri ambaxiatores planius exponent, causa fuit. Rogamus igitur vos indefesius, nostra contemplacione, omnia optime absoluatis. Valete tranquillissime.

Datum in oppido Santerene, xvij.<sup>a</sup> die mensis nouenbris, anno a natiuitate Domini M.<sup>o</sup> cccc.<sup>o</sup> xxxb.<sup>o</sup> El Rey.

## 89

21 NOVEMBRO 1435

*Sentença de Frei Afonso, da Ordem de Cristo, Vigário Geral de Tomar e da igreja de Santiago de Santarém, sobre divergências havidas entre o prior e raçãoeiros daquela igreja, na qual o prior aduziu ordens do infante D. Henrique para legitimar o seu procedimento (1).*

ANTT., Pergaminhos do convento de Cristo de Tomar, caixa 1, maço único, n.<sup>o</sup> 25. Original, em pergaminho, com vestígios de selo, de que resta fio de cânhamo.

Nos, dom ffrey Affonso, da ordem de Cristos, vigairo jeeral de Thomar e de Santiago de Santarem, per autorydade da santa egreja de Roma.

A quantos esta nosa carta de ssentença e decarações della virem, saude em Christo.

Fazemos ssaber que, em juízo, perante nos, parecerom partes, comuem a saber: ffrey Affonso Domjnguez, prior na sobredicta egreja de Santiago, e os rraçoeiros da dicta egreja, per Affonso Anes e Uasco Ujcente, rraçoeiros em ella, em sseuos nomes e dos outros sseuos parceiros rraçoeiros. E per os dictos rraçoeiros, como autores, ffoy dicto e dado per emformação, perante nos, contra o dicto prior, rreco, dizendo que elles autores

(1) O Vigário Geral de Tomar era, simultâneamente, vigário da igreja de Santiago de Santarém, pertença da Ordem de Cristo, nos termos dos DOCS. 3 e 61 do nosso vol. 1.

rreceberom e rrecebem do dicto prior, rreco, alguuns agrauos, os quaes som estes, conuem a saber: diziam que ell, dicto prior, quer poer prioste e que elles, autores, o paguassem da sua parte; e que outrossy lhes tomaua e tijinha tomado todo o pam e ujnho dos anjuersairos, de que elle, dicto prior, nom auja dauar saluo de sseys hũu; e que outrossy ell, dicto prior, ffezera fazer de dez preuendas, que aujam de seer com a do prioste, seys, por ell leuar mays duas rrações, que leuaua pera ssy, affora as suas duas partes, e a hũa era de Diego Affomso das Ilhas e a outra de Pero dAlentejo; e mays da capeella, que he nosa de djreito, de Santa Cateryna, elle a canta atees aquj; e outrossy o quasall das Lepas, que he danjuersaryo, elle ouue o pam e ujnho todo pera ssy. E que outrossy tijinha mays o dicto prior todo o pam em ssy, que o nom querya dar senom a quem lhe prazja, e que assy se perdia em hũa cassa em que jazia, ssegundo todo mays conpridamente em sseu dicto, dos dictos autores, e rrazoado e conformaçom que nos per elles, dictos auctores, ffoy dada, era conteudo, pedindonos que lhes fezesemos tornar todo ho sseu, de que os assy o dicto prior tijinha forçados, e que lhe asijnasemos dia a que lho entreguassem, so certa pena e censura, poendolhe silencio perpetuu que, dhy emdiant, nom teuesse de fazer com a sua djrecta parte.

Dizendo o dicto prior e rrespondendo ao que contra ell era assy dicto perante nos, disse que, ao que era dicto que ell poynha prioste, disse que ell o posera em logo de Pero dAlentejo, a que perteeçya de djreito, e que o ssenhor jfante assy lho mandara e que assy o fezera, per sseu mandado.

Jtem, outrossy disse que rrespondia ao que diziam que lhe tomaua todo o pam e o vinho dos anjuersairos. Disse que, quanto montaua ao foro dos olyuaaes e ujnhas e erdades de pam, que nom querya leuar ssenom duas rrações, segundo era conteudo no compromjsso, e as dizemas que os dictos fforeiros dam aa dicta egreja que auja dauar as duas partes, porque era dizima.

Jtem, rrespondeo ao que diziam contra ell que fazia dez peruendas. Dizia que era per contraito, porque dizia que nom sse faziam mays de sseys, porque dizia que nom erom mays de sseys rraçoeiros e que, porquanto no compromysso era conteudo que sse fezessem dez rrações e que, porque agora nom serujam mays de sseys, que as quatro rrações que nom erom serujdas que sse rrepartjsem per todos seys que serujam e que ouuessem tanto hũu como ho outro, e que assy sse costumaua em todallas egrejas de Santarem; e que, na parte das duas rrações, que diziam que ell leuaua, dizia que, quanto perteeçya aa de Diego Affomso, que elle a mandaua ao dicto Diego Affomso, per mandado do ssenhor jfante, e que a de Pero dAlentejo que elle a leuaua, ssegundo eles autores sabiam. E disse que, quanto perteeçya ao que os dictos rraçoeiros diziam que a capella de Santa Cateryna era sua delles, que assy era sua del prior come dos dictos

rraçoeiros. E disse mays que, quanto perteeçya ao pam e ujnho que tomara do casal das Lepas, disse que o querya entregar. E disse que outrossy, por a dicta egreja seer mjlor sserujda, que mandasemos que sse fezese consatis.

Item, disse mays que, quanto perteeçya a tesourarya, que nos pedia que ffose dada a tal pessoa per que a egreja fosse bem serujda, ssegundo todo esto e outras cousas mays conpridamente per o dicto prior, per palaura e per escripto, que perante nos deu e rrazouo, era conteudo, do quall hos autores pedirom ho trellado, o quall lhe nos mandamos dar. E sobre todo ffoy rrazoado, assy da hũa parte como da outra, tanto que ffoy concluso. O quall visto per nos, presentes as dictas partes, pronucyamos e pobrequamos hũa ssentença que tal he, segundo sse adiante ssegue.

Visto este ffecto e o rrazoado e pedido das partes; e, visto ho compromjso, por partir contenda e fazer djreito per ssentença; julgo e mando que, daquj em diante, o prior nom ponha prioste, mays que o ujgairo os ffor na dicta egreja prioste, ssegundo manda ho compromjso, que este o seja e que este faça as dez rrações e as rreparta com hos rraçoeiros, ssegundo sse costumaram ata aquj; e o vigayro aia duas, ora seiam mujtos ou poucos, e o prior nom. E, sse se apanharom per o dicto ujgairo os ffrujtos todos e rrendas da egreja juntamente, que ell de ao prior as duas partes, paguando primeiro ho carreto, ssegundo cada hũu leuar, e o carreteiro seja de prazer das partes, affora os anjuerssairyos, de que o prior nom aja senom a seyxta parte, assy dos dizemos delles como das pensões daquelles que elle ha dauar, affora os quatro de que ha dauar hũa rraçom. E das Lepas aja o sexto, porque acho que o a dauar; e mando que o pam e vinho que elle tomou que o entregue ataa dez dias. E a capeella de Santa Cateryna mando que o prior com os rraçoeiros a cante, sse qujser.

E, na parte da ssentença que diz Uasco Ujçente que pagou, mando que, poys bem ffez, que o prior lhe de çem rreaes, porque acho que elle sse podera entregar do mays, e o tesoureiro seja posto em a dicta egreja ssegundo manda o compromjso, que o seja hũu dos rraçoeiros e seja ho logo hora Affomso Anes. E, na parte do consatis, mando que o prior com os rraçoeiros o ffaçom, ssegundo que virem que he serujço de Deus e da egreja, ataa dez dias, e mo emujem, pera ho eu veer e comfirmar, sse tal ffor. E das duas rrações que o prior leua, conuem a saber de Diego Affomso e Pero dAlentejo, porque parece que teue em ello algũa rrazom, mando que, por hora, passe e nom seja a ello teudo. Pague as custas de permeyo.

Item, a quall ssentença assy per nos pobricada, presentes as dictas partes, como dicto he, os dictos Affomso Eanes e Uasco Ujçente, rraçoeiros, em seus nomes e dos outros rraçoeiros da dicta egreja, nos pedirom

assy de todo hũa nosa carta de assentença. E nos lhe mandamos dar esta, sijnada per nos e aseelada do noso aseello.

Dada na dicta vjlla de Thomar, vijnte e hũu dias do mes de Nouembro. Joham Affomso a ffez. Era do nacymento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij<sup>o</sup> xxxb anos. Pagou L rreaes.

(as.) Vicarius Tomariensis.

## 90

## 30 DEZEMBRO [1435]

*Carta de privilégio de João Vaqueiro, cunhado de Rodrigo Esteves, cavaleiro da casa do infante D. Henrique (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 23 v.

Jtem, outro tal priuilegio pera a correioem da Stremadura, fecto xxx dias do dicto mes per o dicto scpriuam e dessembargadores, de Joham Uaqueiro, cunhado de Rodrigo Esteuez, caualeiro da casa do jfante dom Anrrique, etc. Em forma.

## 91

## 12 JANEIRO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a D. Alvaro de Castro, criado e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e a D. Isabel Pereira, sua mulher, a doação de certas saboarias, a qual lhes fora feita pelo citado infante, em compensação de 5.000 dobras prometidas em casamento (1).*

(1) O Rodrigo Esteves aqui referenciado deve ser Rodrigo Esteves de Orti-gueira, em 8 de Fevereiro de 1423 escudeiro do infante D. Henrique, o qual foi então nomeado por el-rei D. João I para recebedor da sisa dos panos de cor da cidade de Lisboa (Cfr. o DOC. 29 do nosso vol. 3), e no presente texto e em carta da regência de 6 de Fevereiro de 1446 dito cavaleiro da casa do Navegador (Cfr. ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 18 v.).

(1) Este D. Alvaro de Castro era filho de D. Alvaro Pires de Castro, senhor das Aloçovas, e de D. Maria Lobo, e irmão de D. Pedro, D. Fernando, D. Fradique e



ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 47 v., inserta na de confirmação afonsina de 10 de Janeiro de 1452. Os pontos indicam passos ilegíveis, que não foi possível preencher, por não se haver encontrado nenhuma outra cópia.

Dom Eduarte, per graça de Deus rrej de Portugall e do Alguarue e ssenhor de Çepta.

A quamtos esta carta virem [fazemos saber] que o iffamte dom Amrique, meu jrmãao, nos disse que ele casara dom Aluoro de Castro, seu criado e caualeiro de sua casa, com dona Jsabell Pereira, filha de Maria de Rezende, e que no trauto do casamemto se comtijnha que ele lhe fizesse merçee da saboaria de... e dEuora Momte e do Redomdo e de Portel e de [A]rray[o]llos e de ..., em vida dos dictos dom Aluoro e dona Jsabell, sua molher, com comdiçom que... dom Joham e Maria de Resemde dauam a dicta dona Jsabell, que he... cimquo mil dobras; que, morrendo ella, elle ouuesse e pesoysse, em sua vida, sem... a filhos nem a [her]dejros nem a outro nenhũu a que de direito pertence; e que, depois de sua morte, ho herdasse e ouuesse a quem de direito pertemçesse, segumdo todo mais compridamente no dicto contrauto he comtheudo; e pedimdonos elle meu jrmãao, por merçee, que qui[se]semos histo asy dar e outorgar aos dictos dom Aluoro e dona Jsabel, sua molher.

E nos, veemdo seu pititorio e, queremdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e damos ao dicto dom Aluoro e dona Jsabel, sua molher, as dictas saboarias, asy e per a gisa que lhes o dicto meu jrmãao tem dadas. E, acomteçemdo que morram eles ambos, fiquem as dictas saboarias ao dicto meu jrmãao, segumdo as ante de nos tinha. E, por certidom dello, lhe mandamos dar esta carta de merçee, asinada per nos e aselada do nosso sello.

Damte em Montemoor o Nouo, xij dias de janeiro. Joham Afonso a fez. Era do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl liij' xxx bj annos.

---

D. Diogo de Castro. D. Isabel Pereira, era filha de Diogo Pereira, comendador-mor da Ordem Militar de Santiago e governador da casa do infante D. João, e de sua mulher Maria de Resende (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Erasmões da Sala de Sintra*, liv. 1, pp. 145-47). Sobre o assunto das saboarias henricinas veja-se o DOC. 83 do nosso vol. 4 e a respectiva nota.

## 92

12 JANEIRO 1436

*Letras Jn excelso, do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Fernando Calvetos, bispo Rubicense e Canariense, a conceder-lhe, para evangelização das ilhas de Gomeira e Grã-Canária e iniciação de seus habitantes nas artes e ofícios dos povos civilizados, as quantias devidas à Câmara Apostólica na diocese de Sevilha, desde o anti-papa Bento XIII até à eleição de Martinho V, as quais ainda se conservam na posse e guarda de algumas pessoas.*

AV., Reg. Vat., vol. 387, fl. 48.

Publicadas por WOLFEL, *La Curia Romana*, pp. 1042-44, com errada indicação do ano, 1435 por 1436, e em transcrição não segura, como aliás todas as mais editadas por aquele autor, em seu citado estudo.

Eugenius, etc.

Venerabili fratri Fernando, episcopo Rubicensi et Canariensi, salutem.

In excelso sedentis throno, qui ex ineffabilis caritate dilectionis, ut decimam deperditam dragmam celicis ascriberet ceribus, proprium ad huius mundi infima misit filium, uices gerentes in terris, quotidianas pro commissi nobis diuinitus dominici gregis saluatione sollicitudines indefesse gerimus et, ut nostre prouisionis ope christifidelibus singulis, errorum relictis semitis, in perfecte salutis itinere gressus dirigendi prebeatur occasio, assiduas meditationes amplectimur uigilanter, ut dextra Domini plantata uinea, ne singularis ferus depascat eam, per deuote congregationis populum fecundis ampliata propaginibus, multiplicatum in ubertate fructum afferat et dilatetur (1).

Sane pro parte tua, nobis nuper exhibita peticio continebat quod tu ad insulam Gomerie necnon Magne Canarie, quorum habitatores et incole, ueluti humano (2) non suffulti ingenio, christiane religionis ritum non acceptarunt nec eo freti fuerunt, pro habitatoribus et incolis ipsis in dicta fide imbuendis et ad illam conuertendis, te personaliter transtulisti et plures ex eisdem habitatoribus et incolis, in copioso numero, bone uite et

(1) No ms. *dilatet*.

(2) No ms. *humanis*.

predicationis exemplo, ab eorum erroribus ad predictam fidem reduxisti et multiplicem inibi fructum fecisti ac ampliorem, in dicta insula, dante Domino, fructum facere uoto geris, sed, ad premissa salubriter dirigenda et eciam perficienda, facultates rerum, que tibi non affluunt, extant plurimum oportune.

Et, sicut eadem petitio subiungebat, in ciuitate ac diocesi Jspalensi, plures, que camere apostolice, a tempore quondam Petri de Luna, tunc Benedicti xlij in sua obedientia, de qua ciuitas et diocesis predictae erant tunc nuncupati, usque ad felicis recordationis Martinj pape v, predecessoris nostri, ad summi apostolatus apicem assumptionem, efficaciter debite remanserant pecuniarum summe, apud diuersos habentur ac eciam conseruantur (3) et, si ille tibi, ad ministerium et opus amplioris reductionis et ad hoc quod ipsarum insularum habitatores et incole, qui, ueluti nimium grossi et materiales, alicuius, de qua uite indigenciam suscipere possent, artis exercitium penitus ignorant, in artificibus et ministerialibus operibus, eciam pro ipsius fidei exaltatione necnon christiane professionis corroboracione, instrui possent, assignarentur, exinde fidei et professionis predictarum propagacio, cum multiplici salutis animarum augmento, succederent euidenter, pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut, super hijs, oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos itaque, qui propagacionem et augmentum huiusmodi intensius desiderijs affectamus, eisdem supplicationibus inclinati, tibi quascunque pecuniarum summas, que eidem camere, infra tempus premissum, debite fuerunt seu remanserunt, quauis occasione uel causa, a quibuscunque personis, cuiuscunque status, gradus, ordinis, religionis uel condicionis fuerint, exigendi, petendi, colligendi et leuandi et ad propagacionem et augmentum huiusmodi exponendi, necnon quascunque personas, penes quas aliquae ex dictis pecunijs seu scripturis huiusmodi debita (4) continentibus publice uel occulte fuerint, ut illas tibi tradant et assignent, monendi et citandi ac contra eos desuper iuridice procedendi, ipsasque ac traditionem et assignationem predictas tibi effectualiter faciendas, per censuram ecclesiasticam ac interdicti appositionem et alia oportuna iuris remedia, appellationis cuiusuis sublato diffugio, coercendi et compellendi, eciam cum secularis brachij auxilij ad hoc, si opus fuerit, inuocatione, vnum eciam uel plures ad hoc collectores uel subcollectores faciendi, substituendi et ordinandi, necnon omnia alia et singula, in premissis et circa ea quomodolibet opportuna, necessaria faciendi, disponendi et exequendi, plenam et liberam, apostolica auctoritate, tenore presentium, concedimus facultatem.

---

(3) No ms. *conseruentur*.

(4) No ms. *debite*.

Non obstantibus constitutionibus et ordinacionibus apostolicis necnon priuilegijs, exempcionibus, libertatibus quibusuis personis, secularibus uel regularibus, ordinibus, eciam Cisterciensi, ecclesijs, capitulis et vniuersitatibus, exemptis et non exemptis, in specie uel in genere, seu alias per sedem apostolicam quomodolibet concessis, eciam si de illis eorumque totis tenoribus presentibus, de uerbo ad uerbum, mencio foret habenda, et quibusuis alijs priuilegijs ac indultis apostolicis, generalibus uel specialibus, quorumcunque tenorum existant, per que, presentibus non expressa uel totaliter non inserta, effectus presencium impediri ualeat quomodolibet uel differri, que omnia tibi nullatenus uolumus preiudicare, eis alias in suo pleno robore duraturis.

Nulli, etc., concessionis et uoluntatis infringere, etc..

Datum Florencie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo trecesimo quinto, pridie jdus januarij, anno quinto.

## 93

## 13 JANEIRO 1436

*Letras Dudum nostras, do papa Eugénio IV, dirigidas aos bispos de Rimini, Badajoz e Córdoba, para que urjam pelo cumprimento das letras Creator omnium do mesmo papa, passadas a 17 de Dezembro de 1434, a ordenar a libertação dos indigenas das Canárias reduzidos à escravidão, agora e de futuro, sem compensação alguma e com obrigação de lhes restituírem os bens roubados.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 367, fl. 44 v.

Publicadas por WOLFEL, *La Curia*, pp. 1044-46, com omissão de texto e erros de leitura.

Eugenius, etc.

Venerabilibus fratribus Ariminensi et Pacensi ac Cordubensi episcopis, salutem.

Dudum nostras concessimus litteras, tenoris subsequenter:

*Segue-se a transcrição das letras Creator omnium, de Eugénio IV, de 17 de Dezembro de 1434, — o nosso DOC. 52.*

Cupientes, igitur, ut dicte littere salubrem sorciantur effectum et per illas habitatoribus et incolis prefatis salubriter prouideatur, frater-

nitati uestre, per apostolica scripta, mandamus quatenus uos uel duo aut vnus uestrum, per uos uel alium seu alios, episcopo necnon habitatoribus et incolis predictis in premissis, efficacia defensionis auxilio assistentes et ad plenariam ipsarum litterarum executionem procedentes illasque, ubi et quando expedire uideritis, auctoritate nostra, solemniter publicantes, omnes et singulos, cuiuscunque status, gradus uel condicionis fuerint et quacunque seculari uel ecclesiastica, eciam si pontificali dignitate prefulgeant, qui aliquem seu aliquos ex habitatoribus et incolis predictis, presentibus et futuris, ex causa seruitutis, captiuos seu detentos tenuerint uel alias quominus habitatores et incole predicti plenarie libertati restituantur aliquod eis impedimentum prestiterint, quociens super hoc, pro parte habitatorum et incolarum predictorum uel alicuius christifidelis requisiti fueritis, in ecclesijs ac alijs locis, de quibus uobis uidebitur, tamdiu excommunicatos nuncietis publice et ab alijs nunciari faciatis ac ab omnibus arctius euitari, donec et quousque prefatos habitatores et incolas a captiuitatibus et seruitutibus integre relaxent et liberos dimittant ac plenarie restituant libertati, facientes, ordinantes et exequentes omnia alia et singula que in premissis et circa ea necessaria fuerint seu eciam quomodolibet oportuna, et insuper, legitimis super hijs et etiam in dictis litteris contentis, si expedierit, per uos habendis seruatis processibus, eos, quociens expedierit, aggrauare curetis, contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, iuuocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis.

Non obstantibus quibuscunque appellationibus ad sedem apostolicam seu alias a quibusuis qualitercunque interpositis ac felicitis recordationis Bonifacij pape viij, predecessoris nostri, illis presertim quibus cauetur ne quis, extra suam ciuitatem uel diocesim, nisi in certis exceptis casibus et in illis ultra vnam dietam a fine sue diocesis, ad iudicium euocetur, seu ne iudices a sede apostolica deputati, extra ciuitatem uel diocesim in quibus deputati fuerint, contra quoscunque procedere, siue alij uel alijs uices suas committere presumant ac de duabus dietis in concilio generali et alijs apostolicis constitutionibus contrarijs quibuscunque. Aut si aliquibus, communiter uel diuisim, ab eadem sede indultum existat quod interdicti, suspendi uel excommunicari aut extra uel ultra certa loca ad iudicium euocari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem.

Datum Florencie, anno incarnationis domine millesimo quadringentesimo xxxv.º, jdibus januarij, anno quinto.

## 94

13 JANEIRO 1436

*Letras Ad ea libenter, do papa Eugénio IV, dirigidas aos arcebispos e bispos de Aragão e de Castela, ao abade do mosteiro de Poblet e ao prior de Coms, das dioceses de Tarragona e de Sevilha, a urgir pelo cumprimento das letras Pijis et honestis, de 28 de Dezembro de 1434, em que se ordenara a recolha e entrega de 2.000 florins de ouro, sobre restituições a fazer e legados pios para coisas incertas, soma destinada à compra, apetrechamento e conservação de navio destinado à evangelização das Canárias.*

AV., Reg. Vat., vol. 367, fl. 46 v.

Eugenius, etc.

Venerabilibus fratribus archiepiscopis, episcopis ac eorum officialibus, in Aragonie et Castelle regnis consistentibus, ac dilectis filiis abbati monasterij de Populeto ac priori de Coms, Terraconensis et Jspalensis diocesum, salutem, etc.

Ad ea libenter intendimus per que fidelium uoluntates, que pijis desideriis conuertuntur, celerius consequantur effectum. Dudum siquidem nostras uobis direximus litteras, in hec uerba.

*Segue-se a transcrição das letras Pijis et honestis, de Eugénio IV, de 28 de Dezembro de 1434, — o nosso DOC. 56.*

Cum autem, sicut exhibita nobis nuper, pro parte dicti Fernandi episcopi, peticio continebat, per modum in predictis litteris designatum, prout rei qualitas exigit, faciliter consequi non poterit, sed ipsarum litterarum executionem in longius protelari;

Nos, ipsius Fernandi episcopi supplicationibus inclinati, discrecioni uestre, per apostolica scripta, mandamus quatenus summam pecuniarum predictam liberam, in illis locis et diocesibus regnorum predictorum et per illum decentem et honestum modum de quibus uobis uidebitur, eciam si in altero ipsorum tota summa reperiretur, pro premissorum in eisdem litteris contentorum executione, habere ac in usus in eisdem litteris contentos conuertere aut fideliter conuerti facere procuretis, prouiso ne ultra

summam predictam liberam, tam predictarum quam presentium litterarum pretexto, exigere aut exigi facere presumatis seu eciam permictatis, super quo uestras conscientias oneramus. Non obstantibus omnibus et singulis que, in predictis litteris, uolumus non obstare ceterisque contrariis quibuscunque.

Datum Florencie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo trecesimo quinto, jdis (1) januarij, anno quinto.

## 95

## 20 JANEIRO 1436

*Carta de D. João II, rei de Castela e de Leão, a nomear como seus embaixadores especiais e gerais ao concílio de Basileia, com plenos poderes, D. Gonçalo de Santa Maria, bispo de Plasência, seu auditor e conselheiro, e o cavaleiro Gutierre de Sandoval (1).*

AGS., Estado, Francia, K - 1711, fl. 427, em cópia da época, — donde se reproduz.

Publicada, com erros e omissão de palavras, por LUIS SUAREZ FERNANDEZ, *Castilla, el cisma y la crisis conciliar*, pp. 356-57.

(1) No ms. *idus*.

(1) O objectivo da presente embaixada castelhana a Basileia é assim oficialmente expellido noutra carta do mesmo monarca, depois de enumerar os delegados enviados por Castela ao concílio em 1434: — «Cum itaque, fama referente, in sedibus siue locis, nostri nomine, ambaxiatoribus atque nuncijs et procuratoribus nostris supradictis, in dicto sacro concilio assignatis siue assignandis, honor atque prerogatiua et preeminentia nobis solioque regali atque regnis nostris debiti minus plene seruatur, quod, si ita est, permoleste atque egre ferentes et tali et tanto prejudicio nullatenus consentientes, idcirco citra tamen reuocacionem supradictorum nostrorum ambaxiatorum, nunciorum, oratorum atque procuratorum, confidentes ad plenum de industria, prudencia, fidelitate et legalitate reuerendi patris in Christo dominj Gundissaluj de Sancta Maria, episcopi Placentini, audientie nostre auditoris nostrique consiliarij, eum ordinamus, creamus, constituimus et deputamus in nostrum solemnem et sufficientem ambaxiatorem, oratorem, nuntium et procuratorem, cuj concedimus et committimus plenam, perfectam et liberam potestatem vt, vice et nomine nostris et solj nostrj regalis regnorumque nostrorum, ad prefatum sacrum concilium, quod Basilee celebratur, vel alias vbi libet forsan contigerit transmutari, accedat et in eodem concilio, loco nostri, in et circa questione dictarum sedium siue locorum, prefatis nostris ambaxiatoribus ac procuratoribus assignatorum siue assignandorum et id quoquo modo tangentia atque concernentia, plenissime, pro nobis et nostro nomine

Johannes, Dei gratia, etc.

Vniuersis et singulis presentes nostras litteras inueneris, salutem in veri salutari.

Notum facimus quod nos, confidentes ad plenum de industria, prudencia, fidelitate ac legalitate reuerendi patris in Christo Gundisalui de Sancta Maria, episcopi Placentin, auditoris atque consiliarij nostri, et strenuj militis Guterrij de Sandoual, nostri corporis custodis, citra tamen reuocationem quorumcumque nostrorum ambaxiatorum, nunciorum, oratorum atque procuratorum per nos constitutorum, ipsos et eorum quemlibet in solidum ordinamus, creamus, constituimus et deputamus in nostros sufficientes procuratores, oratores, actores et negociorum nostrorum infracriptorum gestores ac nuncios speciales et generales, ita tamen quod generalitas ipsa specialitati non deroget nec, e contra, videlicet specialiter et expresse, ad sacrum concilium Basiliense accedendum ibique, vice et nomine nostris regnorumque nostrorum, pro nobis et nomine nostro regnorumque nostrorum, requirendum, exprimendum, petendum, inopugnandum, inpediendum, contradicendum, reuocandum, dissendiendum, protestandum, procurandum, dicendum, tractandum, concordandum, consendiendum, decernendum quecumque et qualiacumque et super quibuscumque questioni-

---

solijque nostri ac regnorum nostrorum contradicendum, reuocandum, etc. (AGS., Estado, Francia, cód. K-1711, fl. 443).

Na versão oficial, a presente embaixada constitua portanto uma diligência para a solução, a favor de Castela, da questão sobre a prioridade dos assentos no concílio, disputada pelos castelhanos aos ingleses desde 6 de Setembro de 1434 e que apenas ficou resolvida em Maio de 1436 (Cfr. SUAREZ FERNANDEZ, *Obra infract.*, pp. 115-120 e 347-55). Este autor, que parece não haver reparado no retrotranscrito texto, comenta assim a carta joanina que vimos a anotar: — «En los primeros meses del año 1436 la composición de la embajada castellana ante el Concilio había sufrido un importante cambio: Gonzalo de Santa María, obispo de Plasencia, otro miembro de la famosa familia de conversos burgaleses, y Gutierre de Sandoval, sustituyeron a Luis Alvarez de Paz, que se trasladó a Bolonia. Se dijo que tal modificación, que iba a permitir a Juan II tener agentes en Basilea y en la Corte pontificia al mismo tiempo, era debida a la disputa surgida entre Castilla y Portugal a causa de las Canarias» (*Ibí.*, p. 123).

Em verdade, embora a razão oficialmente aduzida pelo rei castelhano como móbil do envio de D. Gonzalo de Santa Maria a Basileia tivesse sido a da questão da prioridade dos lugares no concílio, é bem possível que a verdadeira, posto que reservada, fosse outra, muito mais ponderosa, a do problema das Canárias, o qual D. João II se resolvera, finalmente, a encarar. De facto, no mesmo dia em que nomeara o bispo de Plasencia para aquela embaixada, o rei de Castela nomeou também, como embaixador seu a Eugénio IV, para tratar de «alguns árduos negócios» do seu interesse, não minuciosos, o jurista Pedro Bocanegra, deão da sé de Cuenca e seu conselheiro (Cfr. o nosso DOC. 96); e, antes de 24 de Maio deste mesmo ano de 1436, se deslocava de Basileia para Bolonha, como embaixador castelhano junto do sumo pontífice, um dos embaixadores permanentes de Castela no concílio, Luis Alvarez de Paz



bus, negocijs, factis, gestis siue gerendis, pendentibus et futuris, ceptis et non ceptis, nos, honorem, prerogatiuam et preemjnenciam soliumque regale nostrum atque regna nostra quomodolibet tangentibus atque concernentibus, prout videbitur dictorum nunciorum et procuratorum nostrorum discrecionibus ac cuiuslibet ipsorum in solidum potius expedire; necnon omniaque alia et singula que, in premissis et circa premissa, neccesaria seu etiam opportuna fuerint, faciendum et exercendum que nos facere, dicere, exercere, requirere, petere, inpugnare, inpedire, protestari explereque valeremus, si in propria persona presencialiter interessemus, etiam si sint talia que mandatum nostrum exigant magis expressum ac speciale;

Concedentes ac committentes prefatis procuratoribus ac nuncijs nostris ac cuilibet eorum in solidum, in premissis omnibus et eorum singulis et ea eorumque singula directe vel indirecte tangentibus, plenissimam, perfectam et liberam potestatem, promittentes, in verbi regij stabilitate, habere grata, rata et firma omnia et singula que, per supradictos procuratores et nuncios nostros et per quemlibet eorum in solidum, acta gestaue

---

(Cfr. na *Obra cit.*, pp. 359-60, a carta do mesmo, datada de Bolonha a 28 de Maio de 1436).

A ele havia de vir a entregar D. Alfonso Garcia de Santa Maria as suas célebres Alegações contra as pretensões portuguesas ou do infante D. Henrique às Canárias, como das mesmas consta, as quais não podem datar de 1435 mas são posteriores, evidentemente, a Janeiro-Malo de 1436, época em que Luis Alvarez de Paz transitou de embaixador castelhano no concílio para a embaixada do seu país na corte pontifícia, e até às bulas *Romanus pontifex*, de 15 de Setembro do mesmo ano, e *Preclaris tue deuotionis*, de 25 de Maio de 1437 (Em SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, vol. 1, p. 379), nos termos da data que se lê no final da cópia das ditas Alegações do AGS., de Agosto de 1437. Aquele último texto pontifício se deve referir o autor das Alegações, ao dizer, em sua abertura: — «O sereníssimo príncipe rei de Castela e de Leão [...] mandou, por suas cartas, a nós, seus embaixadores (ao concílio) que [...] escrevêsemos a Luis Alvarez de Paz, doutor em leis, seu embaixador na cúria romana, a informá-lo do que nos parecesse conveniente e oportuno para a conservação e defesa do seu direito, a fim de que, informado de tudo o que toca a este negócio, o pudesse alegar, em nome de el-rei, perante o santíssimo papa nosso senhor e obter a revogação de uma bula que, segundo se dizia, fora concedida ao senhor rei de Portugal sobre esta conquista» (Na versão portuguesa do Dr. José Saraiva, em SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, p. 321).

Fol dura e contundente a disputa entre castelhanos e ingleses no concílio, motivada pela questão da precedência de lugares, a qual se arrastou nos anos de 1434 a 1436, e em que intervieram, como protagonistas principais pelo lado de Castela, os embaixadores seguintes: o bispo de Burgos, D. Alfonso Garcia de Santa Maria, o bispo de Cuenca, D. Alvaro de Ysorna, e o alferes-mor de el-rei, Juan de Silva, como consta, pormenorizadamente, do *Didrio* da embaixada portuguesa ao mesmo concílio (Cfr. SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 5, parte 2, provas do liv. 10), preciosa fonte, não aproveitada aliás por LUIS SUAREZ FERNANDEZ, ao aludir àquela ridícula pugna (*Castilla, el cisma y la crisis conciliar*, pp. 115-120).

erunt ac per nos successoresque nostros, perpetuis temporibus, inuolabiliter obseruari; mandantes insuper omnibus et singulis, tam prelati quam nobilibus et alijs quibuscunque, cuiuscunque dignitatis, preeminentie existant, subditis nostris seu regnorum nostrorum naturalibus procuratoribusque eorum, in prefato concilio existunt uel existent, ut superscriptis procuratoribus et nuncijs nostris ac cuilibet eorum, in dicendis, nostri ex parte, in premissis et circa premissa, fidem adhibeant indubiam et, omni fraude postposita, quantum in se fuerit, omnia que per dictos nostros procuratores et nuncios ac quemlibet eorum illis dictum, preceptum in iunctumue, nostra ex parte, erit, in premissis et circa premissa, exequantur, scituris, si quid secus egerint, nostram indubie illos indignacionem incursumos nosque contra eos et eorum quemlibet, prout ratio dictauerit, legitime processuros. In cuius rei testimonium, has nostras litteras presentes nomine nostro subscripsimus ac, per notarium et secretarium infrascriptum subscriptas, sigilloque nostro inpendenti, ad totius roboris firmitatem, iussimus communiri, in fidem et testimonium omnium premysorum.

Datis et actis in opido de Alcala de Henares, Toletane diocesis, vicesima die mensis januarij, anno a natiuitate Domini millesimo quadringentesimo tricesimo sexto, presentibus ibidem magnificis nobilibus ac strenuis viris dominjs domino Aluaro de Luna, commjte stabulario Castelle, ac domino Garsia Fernandi Manrique, comjte de Castañeda, majori cancellario, et domjno Alfonso Roderici Pimentel, comjte de Benaunto, ac prudentibus viris Petro Johannis, Didaco Roderici, legum doctoribus, auditoribus ac referendarijs eiusdem illustrissimj domini nostri regis, omnibus consiliarijs, testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis.

## 96

20 JANEIRO 1436

*Carta de D. João II, rei de Castela e de Leão, a nomear Pedro Bocanegra, licenciado em leis, deão da sé de Cuenca, abade de Hermides e seu conselheiro, como seu embaixador especial ao papa Eugénio IV, com plenos poderes para tratar de alguns árduos negócios de grande interesse régio e firmar, em nome do monarca, quaisquer instrumentos (1).*

AGS., Estado, Francia, cód. K-1711, fl. 442.

(1) Cfr. a nota ao documento anterior.

Johannes, Dei gratia rex Castelle et Legionis, etc.

Omnibus presentes litteras inspecturis, salutem.

Notum facimus quod nos, animo reuoluentes quam laudabile, quam salubre, quam dulce semper extitit in vnitatis amore vinculum caritatis circa omnes christicolas, et precipue erga summum pontificem, Christi vicarium, et eius sedem apostolicam, cui honor, obediencia et reuerencia, jure diuino pariter et humano, ab omnibus orthodoxis debentur efficaciter obseruare, que sue virtutis efficacia omnia ligat cum Christo nec permittit eos quos perfecte semel junxit ab inuicem separari nec consilium et auxilium sibi mutuo denegare, quin potius eorum omnia facit esse communia, et insuper operatur in ipsis idemptitatem voluntatum;

Dirigentesque nostre considerationis aciem ad cultum ipsius summi ac incommutabilis Dei atque ad honorem dicte sedis apostolice, vestigijs nostrorum gloriose memorie progenitorum, qui, toto cum animo, pro honore et exaltatione fidei catholice atque prefate sedis apostolice, maxima cum deuotione, semper insudarunt, totaliter inherentes, confidentes ad plenum de fidelitate, circumspectione, prudentia et diligentia dilecti Petri Bocanegra, in legibus licenciati, ecclesie Conchensis decanij ac abbatis de Hermjdes, consiliarij nostri fidelis, quem in presentiarum ad sanctissimum ac beatissimum nostrum summum pontificem Eugenium quartum, pro nonnullis ardujs negocijs, que non parum cordi gerimus, duximus destinandum, ipsum, ex certa scientia precedenteque maturo consilio, nostrum procuratorem, tractatorem et nuncium specialem facimus, constituimus, deputamus et ordinamus, per presentes;

Dantes et concedentes eidem plenam et liberam potestatem, facultatem, auctoritatem et mandatum speciale faciendj, jneundi, tractandi, firmandj, pro nobis et nomine nostro regnorumque, subditorum et adherencium nostrorum, cum prefato sanctissimo Eugenio, nostro summo pontifice, amjicias, confederaciones et ligas, ad perpetuum vel ad tempus, sub quacunque forma, tenore, ut dicti nuncij et procuratoris nostri discrecionj videbitur potius expedire, tractatusque per eum super hec habitos, amjicias, pacta, conuenciones, confederaciones atque ligas, promissionibus, juramentis, stipulacionibus, obligacionibus siue penis et alijs securitatibus quibuscunque hinc et inde firmandi, munjendi, vallandi et roborandi atque jurandi in animam nostram;

Quod omnia, per eum, super his tractata et concordata tenebimus et faciemus firmiter, constanter et irrefragabiliter obseruari simileque juramentum a prefato sanctissimo nostro papa petendi, requirendi et recipiendj ac insuper omnia alia et singula gerendi, exercendi et faciendj ac expediendj que in premissis et circa ea fuerint necessaria seu quomodo libet opportuna, et que faceremus seu facere possemus, si presentes interessemus, etiam si talia sint que mandatum exigant speciale, promittentes, bona fide et in verbo regio, sub obligatione omnium bonorum nostrorum,

pro nobis regnisque subditis et adherentibus nostris, stabile, ratum et firmum habituros quicquid per dictum procuratorem et nuncium nostrum actum, tractatum seu gestum, in premissis et eorum singulis, fuerit ac, per nostras patentes litteras, ad maius robur, quociens opus fuerit et requiremur, confirmare. In cuius rei testimonium, has nostras litteras presentes nomine nostro subscripsimus ac, per notarium et secretarium infrascriptum, subscriptas sigilloque nostro inpendenti, ad totius roboris firmitatem, iussimus communiri, in fidem et testimonium omnium premissorum.

Datis et actis in opido de Alcala de Henares, Toletane diocesis, vicesima die mensis januarii, anno a natiuitate Domini millesimo, quadringentesimo tricesimo sexto, presentibus ibidem magnificis, nobilibus ac strenuis viris dominis domino Aluaro de Luna, comite stabulario Castelle, et domino Alfonso Roderici Pimentel, comite de Benaunto, ac prudentibus viris Petro Johannis, Didaco Roderici, legum doctoribus, auditoribus ac referendariis eiusdem illustrissimae domini nostri regis, omnibus consiliariis, testibus ad premissa vocatis et specialiter et rogatis.

## 97

## 26 JANEIRO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Gonçalo Anes, criado do infante D. Henrique e juiz dos órfãos em terra de Seia, para juiz e contador na dita terra e em todos seus termos, com normas para exercício do cargo.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 87 v., inserta na carta de confirmação afonsina de 25 de Janeiro de 1447.

Dom Eduarte, etc.

A uos, Gonçalo Anes, criado do infante dom Emrique, meu irmão, juiz dos horfoos em a terra de Sea, saude.

Sabede que nos, por serujgo de Deus e de os rresidos dos nosos rregnos auerem de seer tirados pera acabamento dalgũas hobras de nosos rregnos e outras hobras piadossas; confiando da uosa bondade e descriçom e que o saberees bem fazer; teemos por bem e damosvos por juiz e contador em a dicta terra de Sea e todos sseus termos ataa onde scpreuem os tabaliaaes de Sea.

E, per esta carta, mandamos aos scpriuaaes que scpreuem perante uos nos fectos dos orfoos sseja perante uos scpriuam dos rresidoos e aja pera ello nosa carta do dicto ofício, mandandouos citar perante nos os erdeiros e testamenteyros que foram e ssom das pesoas finadas, a rrequerjmento do procurador dos dictos rresydoos que ffor dante uos, per nosa carta que uos de conto e rrequerido sse conpriron os testamentos e uontades dos dictos finados, ao tenpo que deujam, ssegundo uontade dos testadores, no caso en que ha rresidoos. E todo o que per uos for achado que nom foy conprido julgao todo pera os rresijdoos.

E, per esta carta, mandamos ao tesoueyro dessa que pollos anos for que rreçeba os dñheiros que asy per uos forem julgados pera os dictos rresijdoos e os tenha em si bem goardados pera delles auer de dar rrecadaçom. E todollos fectos que per uos forem finalmente dessembargados que perteeçam aos rresijdoos e de toda rreçepa e despesa fazee fazer ao scpriuam desse hofício hñu ljuro de matricolla, em que ssejam conthiudos todollos fectos dessembargados e de que pesoas e em que tenpo e en quanta comthia, ssendo cada mes asijnado per uos e per o scpriuam e pello tesoueyro e pello procurador. E este liuro tenha o scpriuam em sseu poder. E qualquer das partes que de uos apellar ou agrauar quiser uos rregebedelhe sua apellaçom e agrauro, nos casos que o djreiro e ordenações dos nosos rregnos mandam. E (1) todollos ffectos que per uos forem jullgados, hora ssejam por parte dos rresidoos, hora contra o rresidoos, enuajae as apellações e agrauros perante Lujs Affonso, ouujdor em a nosa corte e juz per nos das apellações dos rresidoos, pera o ell ueer e ouujr as partes e dar a cada hñu liuramento, como achar que he djreiro.

E, per esta carta, uos damos poder que possaes costringer todollos tabaliaaes e scpriuaaes dessa terra que dem ao dicto noso procurador todollos testamentos e çedullas e condiçilhos que teuerem, pera per elles demandar o que entender que de djreiro perteeçam ao rresidoos; e esses tabaliaaes e scpriuaaes ajam por sseus trabalhos daquelles testamentos e çedullas e condiçilhos em que for achado que a rresidoos dous rreaaes por cada hñu e mais nom; os quaaes dous rreaes lhe ssejam dados pello dicto tesoueyro, dos dñheiros que rregeber dos dictos rresidoos. E o scpriuam o scpreua em seu ljuro, pera lhe serem leuados em despesa. O quall Gonçalo Anes jurou em a nosa chancelaria aos santos euangelhos que bem e djreitamente e como deue obre e usse do dicto ofício e goarde a nos nosso serujgo e ao pouo sseu djreiro. Vnde all nom façades.

Dada em Stremoz, xxbj dias do mes de janeiro. Elrey o mandou per Lujs Afonso, seu uasallo e ouujdor em sua corte e juz das apellações dos dictos rresidoos. Rodrigo Annes, scpriuam em logo de Fillipe Afonso,

(1) No ms. α.

a fez. Anno do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij<sup>a</sup> e xxxbj anos.

E, porquanto ao asseellar desta carta, aqui nom era o noso sseello grande, mandamoella asseellar com o sseello pendente da nosa puridade.

## 98

27 JANEIRO 1436

*Letras Superna dispositione, do papa Eugénio IV, dirigidas a João Maroquino, presbítero de Valência, a conceder-lhe faculdades: para fundar três oratórios na ilha da Madeira, a fim de lá viver como religioso, com outros, e administrar os sacramentos aos moradores dos oratórios sobreditos; de poderem os membros dessas comunidades religiosas escolher confessor que os absolva de todos os pecados, excepto dos reservados à Santa Sé, e lhes conceda indulgência plenária em artigo de morte; e a declarar os três oratórios isentos da autoridade do Ordinário (1).*

AV., Reg. Vat., vol. 347, fl. 53 v.

(1) Este documento é verdadeiramente estranho: um sacerdote de Valência que com outros desejam montar três casas ou eremitérios na ilha da Madeira, por simples ardor de devoção, da salvação da alma e excluídas todas as ambições ou desejos humanos, para lá viverem vida eremítica como religiosos. O papa Eugénio IV concorda e sujeita-os directamente à Santa Sé, com plena isenção de qualquer autoridade episcopal ou equivalente, em razão da qual cada uma das casas pagaria, anualmente, sete libras de cera à Câmara Apostólica. É possível que assuma o documento feição política, ou seja tentativa de montagem de posto de observação ou mesmo de ocupação religiosa da ilha da Madeira pelo Aragão, a qual veio a ser encarada mais tarde por Castela, relativamente às nossas ilhas adjacentes, por intermédio dos franciscanos das Canárias. Das letras pontificias reproduzidas no presente volume e relativas ao arquipélago canariense se infere que os requerentes das mesmas sublinharam frequentemente ao sumo pontífice acharem-se as ilhas Canárias mais perto dos reinos de Aragão e de Castela do que dos restantes reinos cristãos; portanto, poder-se-á talvez concluir que também ao reino aragonés interessavam já em 1434 os arquipélagos atlânticos, numa altura em que o infante D. Henrique tratava de povoar e explorar o da Madeira e onde vieram a avistuar-se depois os barcos que demandavam a costa ocidental africana.

Eugenius, etc.

Dilecto filio Johanni Moroquino, presbytero Valentinensi, salutem, etc.

Superna dispositione, cuius inscrutabili providencia ordinacionem suscipiunt vniuersa, ad apostolice dignitatis apicem sublimati, pro singulorum christifidelium, quorum generalis nobis celitus cura commissa est, excitanda (2) deuotione, religionis cuiusuis propagatione et diuini cultus augmento, apostolici curas ministerij diffundimus incessanter.

Sane, pro parte tua nobis nuper exhibita peticio continebat quod tu, ob singularis deuotionis ardorem et vt anime tue saluti salubrius consuli possit, mundi sepositis desiderijs, ad remota et salutaria loca te transferre et jbidem, cum quibusdam bone (3) et laudabilis conuersacionis (4) fratribus, in solitudine (5), ad christifidelium edificacionem, sub castimonie norma, exemplarem ac honestam vitam ducere necnon in insula Maderie, de bonis que tibi pijs christifidelium suffragijs obuolare poterunt, nonnulla oratoria cum campanis, campanilibus, ortis, ortalicijs necnon (6) alijs necessarijs officinis, pro vsu et habitacione personarum vitam huiusmodj amplecti affectancium, construere et edificare siue construi et edificari facere, feruentius corde geris; quare, pro parte tua, nobis fuit humiliter supplicatum vt tuis votis supplicibus, in premissis, fauores apostolicos impartiri et alias super hijs oportune providere de benignitate apostolica dignemur.

Nos jtaque, qui singulorum fidelium animarum salutem intensius desiderijs exquirimus, huiusmodj supplicationibus inclinati, tibi, in dicta insula, tria oratoria cum campanis et campanilibus, cimiterio, ortis, ortalicijs et officinis huiusmodj, pro vsu et habitacione premissorum, construendi et edificandj, siue construi et edificari faciendj, absque prestacione primiciarum, decime aut alicuius alterius, occasione fructuum ab eisdem prouenientium, et in illis vnum vel plures sacerdotem seu sacerdotes, qui inibi missas celebrare ac in diuinis deseruire necnon fratrum et personarum predictorum confessiones audire ac eos de omnibus suis peccatis, criminibus, excessibus in singulis, preterquam sedi apostolice reservatis casibus, absolueri ac salutarem penitentiam iniungere necnon eucaristie et extreme vnctionis et alia sacramenta et sacramentalia ministrare, necnon decedencium fratrum jbidem corpora ecclesiastice sepul-

---

(2) No ms. *exita*nda.

(3) No ms. *bone*.

(4) No ms. *conuersacionibus*.

(5) No ms. *solitudine*.

(6) No ms. *nec*.

ture tradere [possint], licenciam et facultatem [concedimus], quodque confessores ydonei, quos tu, fili (7) Johannes, ac fratres et persone predicti duxeritis eligendos, omnium peccatorum uestrorum, [que] corde contricti et ore confessi fueritis, semel tantum in mortis articulo, plenam remissionem tibi ac fratribus et personis predictis, presentibus et futuris, in sinceritate fidei, vnitate sancte romane ecclesie ac obediencia et deuotione nostris vel successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium persistentibus, auctoritate apostolica concedere valeant (8), sic tamen quod ipsi confessores, de hiis quibus fuerit alteri satisfactio (9) impendenda, eam tibi ac fratribus et personis predictis per te ac illos, si superuixeritis, uel per tuos aut eorum heredes, si tunc forte transieritis, faciendam iniungant (10), quam tu vel illi facere teneamini, ut prefertur.

Et ne, quod absit, propter (11) huiusmodi gratiam tu, fili Johannes, ac fratres et persone predicti (12) reddamini procliuiores ad illicita in posterum committenda, volumus quod, si ex confidencia remissionis huiusmodi tu, fili Johannes, vel fratres et persone predicti aliqua forte commiseritis (13), quoad illam (14) vobis presens concessio nullatenus suffragetur et quod quilibet ex te, fili Johannes, necnon fratribus et personis predictis, qui presentis nostre concessionis effectum consequi delegerit, per vnum annum, a tempore quo presens nostra concessio ad eius noticiam peruenerit computandum, singulis sextis feriis, impedimento legitimo (15) cessante, ieiunet. Quod si predictis feriis, ex precepto ecclesie, regulari obseruancia, iniuncta penitentia, voto vel alias, ieiunare teneatur, vna alia die singularum septimanarum eiusdem anni, quum ad ieiunandum, ut premittitur, non sit astrictus, ieiunet. Et si in dicto anno vel aliqua eius parte esset legitime impeditus, anno sequenti vel alias quamprimum poterit, modo simili supplere huiusmodi ieiunium teneatur; verum si forsitan alias prefatum ieiunium, in toto vel in parte (16), quandocunque adimplere commode nequiverit, eo casu confessor ydoneus, quem ipse ad hoc elegerit, huiusmodi ieiunium in alia pietatis opera commutare valeat,

---

(7) No ms. *fili*.

(8) No ms. *valeat*.

(9) No ms. *satisfacio*.

(10) No ms. *iniungat*.

(11) No ms. *propter*.

(12) No ms. repetida aqui a expressão *propter huiusmodi gratiam*, talvez por distração do copista.

(13) No ms. *committeretis*.

(14) Depois de *illam*, a palavra *presens*, suprimida.

(15) No ms. *legitimo*.

(16) No ms. *imparte*.



que ipse parj modo debeat adimplere, alioquin dicta concessio nullius sit roboris vel momenti.

Quodque tu, fili Johannes, quamdiu in humanis (17), ipsorum oratoriorum, tanquam illorum superior, curam, regimen et gubernationem habeas et habere debeas ac illorum bonorum dispensacionem et administrationem ac, te jn Domino quiescente, residui fratres et persone vnum similiter, qui etiam curam, gubernationem et administrationem huiusmodi habeat, [eligere possint], deuocioni tue, auctoritate apostolica, concedimus per presentes. Et insuper, ut tu ac fratres et persone predicti ab aliorum dominio et oppressionibus (18) securj eo liberius et quietius Altissimo nostra vota dirigere possitis, oratoria prefata, postquam illa constructa et edificata fuerint, cum omnibus et singulis eorum bonis et rebus que, dante Domino, iuste adipiscj poteritis, ac fratres et personas ipsas (19), ad beneplacitum sedis apostolice, ab omnj jurisdictione (20), dominio, superioritate, auctoritate, correctione, coercione, uisitacione et potestate quoruncunque archiepiscoporum, episcoporum, archidiaconorum et aliorum iudicum ordinariorum, necnon ipsorum officialium presencium et futurorum (21), apostolica auctoritate penitus eximimus et totaliter liberamus necnon sub beati Petri et eiusdem sedis protectione suscipimus atque nostra, jta quod archiepiscopi, episcopi, archidiaconi et iudices predicti, etiam ratione delicti, contractus aut rei de qua agitur, ubicunque committatur delictum, iniatur contractus aut res ipsa consistat, non possint in oratoria, res, bona, te, fratres et personas predicta, utpote prorsus exempta, jurisdictionem (22), dominium, superioritatem, auctoritatem, correctionem, coercionem, uisitacionem et potestatem aliquam exercere.

Omnes quoque et singulos processus necnon excommunicationis, suspensionis et interdicti aliasque ecclesiasticas sententias, censuras et penas, quos contra premissa uel contra aliquos fierj seu promulgarj, necnon totum id et quicquid in contrarium a quoquam, qualius auctoritate, scienter vel ignoranter, fierj vel atemptarj contigerit, nullum subsistere robore firmitatis presentium serie decernimus et etiam declaramus, non obstantibus constitutionibus et ordinacionibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscunque.

Volumus, autem, quod in signum exempcionis (23) huiusmodi, tu, fili Johannes, necnon illi, quibus cura huiusmodi pro tempore imminebit,

---

(17) Aquil, no ms., ut.

(18) No ms. *opressionibus*.

(19) No ms. *fratribus et personis ipsis*.

(20) No ms. *iurisdictione*.

(21) No ms. *futurorum*.

(22) No ms. *iurisdictionem*.

(23) No ms. *exempcionibus*.

pro quolibet dictorum oratoriorum septem libras cere camere apostolice, annis singulis, soluere teneamini et eciam debeatis.

Nulli, ergo etc.

Si quis, etc.

Datum, etc., anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quinto, sexto kalendas februarii, pontificatus nostrj anno quinto.

## 99

## 8 FEVEREIRO 1436

*Alvará de el-rei D. Duarte, a confirmar a Rodrigo Alvares, alcaide do mar em Faro e criado do infante D. Henrique, a plena jurisdição, como a tivera seu pai Rodrigo Alvares até que entrou de almirante o conde de Viana, D. Pedro de Meneses, sem embargo de alvará em contrário.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 120 v., inserto na carta de confirmação da regência de 1 de Junho de 1440.

Publicado por SILVA MARQUES, *Descobrimientos...*, vol. 1, p. 347.

Nos ellrrey fazemos saber a uos, Gonçalo Pirez, corregedor por nos em o rregno do Algarue, e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, a que este aluara for mostrado, que Rodrigo Aluarez, scudeiro da casa do jfante dom Anrrique, meu jrmão, nos disse que seu padre fora certos anos alcaide dos homeens do mar em a ujlla de Faarom, por carta delrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja; e que esso meesmo el, dicto Rodrigo Aluarez, ouuera ho dicto offiço per nossa carta e o serujra algũs anos, conheendo dos fectos dos homeens do mar da dicta vjlla.

E que ora uos, corregedor, leuarees nosso aluara per que lhe embargauees asseu offiço em algũs cousas, defendendolhe que nom husasse delle, saluo em certas pessoas, assy como alcaydes e arraizes, em o que diz que lhe era fecto grande agrauo e ssemrrazom, pidjndonos por merçee que mandassemos que compridamente husasse do dicto ofiço como ante fazia, da qual cousa a nos praz, visto como ho assy tem per nossa carta.

Porem uos mandamos que uos o lleixees husar delle, assy e pella guisa que del husaua o dicto sseu padre e esso medes elle, ataa o tempo que o

conde dom Pedro começou de sseer almyrante, ca asy he nossa merçee. Vnde al nom façades.

Fecto em Estremoz, biiij dias de ffeuereiro. Ruj Galuam a ffez. Era de mjl iiij<sup>o</sup> xxxbj anos.

## 100

## 12 FEVEREIRO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar mestre José Arame, judeu, morador em Évora, ourives do infante D. Henrique.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 139 v., inserta na carta de confirmação da regência de 12 de Setembro de 1439.

Dom Edhuarte, etc.

A todos los corregedores, juizes, justiças, almoxarifes e scpriuãaes e arrabijs e ofiçiaes da cidade de Lixboa e a todallas outras nossas justiças, almoxarifes, arrabis, ofiçiaaes e a outras quaaesquer pessoas que esto ouuerem de veer per qualquer guisa que sseja, a que esta carta for mostrada ou trellado della em publica forma fecta per autoridade de justiça, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Josepe Arame, judeu, ouriuez de meu jrmão o jfante dom Henrique, por algũs seruiços que lhe fez e entende de ffazer, teemos por bem e priuilegiamolloy e liberdamolloy que nom pague em o nosso seruiço rreal que nos os judeus de nosso ssenhorio pagam, que he quatro dñheiros aa liura, nem nas pertenças del e sseja delle liure e quite e jsento, nom embargando que nos teemos fecta merçee do dicto seruiço a algũas pessoas de qualquer guisa e condiçom e estado que ssejam. Outrossy do seruiço nouo das trezentas mjl libras que nos pagam os judeus de nosso ssenhorio em cada hũu anno. E que outrossy nom pague em nossos pididos e peitas que a nos pagam os judeus de nosso ssenhorio, nem pague outrosy em todallas peytas, fintas, talhas, enprestidos e em seruiços, nem em outros nẽhũs encarregos, asy dos que em este priuilegio ssom scritos como outros que o hij nom ssom que nos ou os concelhos e comunas lançem ou tenham lançados per qualquer guisa que seja.

E que outrosy nom pague em nẽhũa ssisa de dinheiro que a comuna dos judeus da cidade de Lixboa ou outra algũa comuna antre ssy tem lançado, pera suas despesas nem pera outros nẽhũs encarregos que as

dictas comunas antre sy tenham lançados ou lançarem daqui em diante, per qualquer guisa e pera qualquer cousa, nom embargando cartas ou aluaraaes, mandados nem portarias que sobrelo tenhamos dados ou dermos ao deante aa dicta comuna da cidade [de] Lixboa, a rrogo do condestable, ou a outra algũa comuna, a rrogo do dicto conde ou doutra algũa pessoa per que nos mandassemos que nom ffosse dello scusado.

E que outrossy nom pague em todallas ssisas e encarregos que as dictas comunas antre sy teem postos ou poserem daqui em djante sobre carne ou ujnho. E mandamos que possa comer e beuer a dicta carne e vjnho quer a engres ou quer a carne a talho e o ujnho atauernado, ssem pagando dello os dictos encarregos e ssisas. E que outrossy nom sirua per ssy nem per seus beens em nêhūs encarregos, assy nossos como dos concelhos e comunas, nem em nêhūs obras que sse fizerem ou ffora della nem em outros nêhūs encaregos nem seruiços que sseer possam, porque nossa merçee e vountade he de sseer de todo liure, como dicto he, e quite e scusado e jsento e liberdado, nom embargando quaaesquer cartas ou mandados ou deffesas que em contrairo dello ssejam ou posermos ao deante. E posto que algũs rrendeiros arrendem de nos ou doutro por nos ou doutras algũas pessoas a que nos tenhamos fecta merçee das dictas cousas, com condiçom que o dicto Josepe Arame pague nos dictos seruiços e rrendas e encarregos dos concelhos e comunas, mandamos que, ssem embargo da dicta condiçom, elle sseja todauja liure e quite e scusado e rreleuado das dictas cousas e cada hũa dellas. E mandamos aos que ouuerem de arrendar as dictas cousas que as arrendem com condiçom que elle seja liure delo, scusado e rreleuado e jsento; e, posto que a ele asy arr ... hũu tam ousado de qualquer condiçom ... nem lhe tomem seu pam, vinho ... contra ssua vountade, posto que nos ... e defendemos ao nosso pousentador moor ... que em nêhūs dos dictos lugares ... pera em ellas pousar nêhũa pessoa, nem pera em ellas fazerem outra nêhũa cousa. E ... almoxarifes, juizes, justiças, arrabis, ofiçiaaes, pessoas e cada hũa dellas que esto ouuerem de veer... e mandem comprir e guardar em todo, bem e compridamente, nom embargando que hordenassemos que todolos priuilegios fossem quebrados, porque nosa merçee e vountade he de sse nom entender em o dicto Josepe Arame, pello do dicto jfante dom Henrique, meu jrmãao, que nollo por elle pidio.

Mais, ante nos praz e queremos e mandamos que lhe seja este priuelegio comprido e guardado em todo, como dicto he. E mandamos que qualquer que contra este priuilegio for em parte ou em todo que pague a nos os nossos encoutos de sseis mjl soldos. E mandamos aos nossos almoxarifes que os rrecadem pera nos e constrangam pera ello as pessoas que contra este priuilegio forem, ssob pena de os pagarem em dobro, de ssuas casas. E mandamos aos scpriuãaes que os scpreuam em rrecepta sobre esses almoxarifes.

Outrosy mandamos aas nosas justiças que nom consentam que lhe vão contra este priuilegio em nhũa guisa, ssem embargo de qualquer hordenaçom que tenhamos fecta ou fezermos ao deante. E mandamos a qualquer tabeliam dos nossos rregnos que o enprazem, per pessoa, aquel ou aquelles que [contra] este priuilegio forem e o nom qujserem guardar, que per pessoa pareçam em nossa corte, honde quer que nos formos, perante o nosso corregedor, pera dizerem por que o nom querem comprir. E que, do dia que forem enprazados a quinze dias primeiros segujntes, pareçam, pera lhe nos darmos scarmento, como aquelles que passam mandado de sseu rrey e ssenhor. E se lhe ja por cada hũa destas cousas suso scritas ssom tomados algũus beens ou penhores, fazeelhos logo entregar, ssem outra nhũa contenda. Vnde al nom façades.

Dada em Estremoz, xij dias de feureiro. Elrrey ho mandou. Ruy Vaaz a ffez. Anno de mjl iiij<sup>o</sup> xxxbj annos.

101

1436

*Resposta do infante D. Henrique a pergunta que lhe formulara seu irmão e rei D. Duarte sobre se era coisa justa, direita e razoável fazer guerra aos mouros de África em as partes de Benamarim (Marrocos) ou se era melhor o monarca folgar e reger as suas terras e reinos e evitar-lhes assim os males derivados da guerra (1).*

ANTT., Livraria, cód. 1928, fl. 126 v., — texto que se reproduz, por ser o mais antigo conhecido; ENL., *Fundo Geral*, cód. 3390, fl. 110, e cód. 4446, fl. 57; e *Colecção Pombalina*, cód. 147, fl. 182, em cópias do século XVIII.

Publicada: por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 360 e ss.; e por DOMINGOS MAURICIO, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1960, pp. 85-86.

Muy alto e muy honrrado, exçelente rrey e ssenhor.

Vosso jrmão e serujdor, o jfante dom Anrrique, gouernador da ordem de Noso Senhor Jhesu Christo, duque de Ujseu e senhor de Couilhã e pro-

---

(1) Datado de Estremoz, em 1436, sem indicação de dia e mês, é possível que haja o documento precedido o que se lhe segue no presente volume, também dali datado; pois nesta ocasião o infante e o monarca ali se encontravam.

tector dos Estudos de Portugal (2), com humildosa reuerença, respondo ao conselho que me perguntastes: se era cousa justa, direita e razoada de fazerdes guerra aos mouros da terra d'Africa, em as partes de Belamarym, ou sera melhor de folgardes e regerdes uosas terras e reynos e de a escusardes dos males que se de guerra seguem.

Por compeço deste conselho, he de saber que as fyns desta vida som postas em saluar alma e honrra da pesoa, nome, lynhagem, naçom e em alegrar o corpo e, a derradeira, em auer gança temporal.

A prymeira, de saluar alma, he pera fym finda, porque he conjunta a Deus, que he jnfindo, e portanto se diz dos que em ela som, em memoria eternal (3) som os justos, e he melhor fym que todas e mayor.

A segunda he donrra da pesoa, nome, lynhagem, naçom; e, porquanto esta fym he de erança, que fica de lynhagem em lynhagem, he fundada no ser do mundo; e, porque se spera ele muyto durar, portanto esta fym he muyto prezada, por ser por seu nome, por sua lynhagem e por sua naçom. E dizia Noso Senhor Deus destes: se honrrardes o padre e madre vyuireis longamente sobre a terra. Honrra[r] o padre e madre, diretamente falando, he quando o homem faz taes obras e feitos per que seu padre e lynhagem e naçom som honrrados, viuirão longamente sobre a terra, porque o seu nome fica ates a fym da terra.

A terceira, de se alegrar, he muyto pequena fym, porque cada dia se perde; qa, certo he que comer, beber, dormyr, cantar, vyr, ver, ouuyr, companhia de molheres, casar, motejar, falar e asy todas outras cousas trazem cansaço e perdymento dela e a velhiçe e dor bem lhas gastão e a morte acaba. E dizia Noso Senhor Deus, por esta, que he asy como o lyrio, que a sua frol he fermosa, mais que logo desfaleçe; porem diz o apostolo que a tenhamos asy como se a nom tyuesemos, que asy husemos dela.

A quarta, que he de ganço temporal, esto non se deue çamar fym, mais hase e trautasse pera as outras ou pera despender por Deus ou por a honrra sua ou da sua lynhagem, ou por despender em prazer. E os que querem delo fazer fym, dizia Noso Senhor por eles que mais jposuiel cousa seria de hirem ao paraíso que o camelo caber per o fundo dhũa agulha. E o cuydado do ganço logo deue ser conjunto aa outra fym. E, se a fym he boa, bom he o ganço; e, se bem he auydo, he; e, se ma fym requere, mao he o ganço, empero que bem aujdo seja, a saber: hũ homem pedio hũa esmola pera ajuntar dinheiro pera empeçer a seu jmigo; por

(2) Ou seja da Universidade. Sobre o assunto podem ver-se: MARIO BRANDAO e MANUEL LOPES DE ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua História*, pp. 122 e ss. e a bibliografia ali citada.

(3) No ms. *aeternal*, forma alatinada, a denunciar, porventura, máo de clérigo, suspeitável aliás em texto assim repleto de citações escriturísticas.

ma ser a fym, todo a ela conjunto, pera o ajudar a cumpryr sem justiça, he mau; e asy nom deue ser ayudo por fym. Asy, senhor, bem se mostra que a fym nossa e de todo bom deue ser em fazer seruiço a Deus e em honrra, que estas são fynyas direitas. E o fym do prazer que vseis nela, como se nela non tyueseis coração, e do auer que vseis dela pera as outras fynyas, mais nom por ela, pois nom he fym.

E da guerra dos mouros ser seruiço de Deus nom ha que duujdar; pois a jgreja o detrimyna e per os grandes milagres e por as coronças he autorizado e todolos bons çertamente lho crem; e porem o bem nom he esforço com as muytas razões que tem, pois que a fe e pratica abasta. E de ser honrra nom quero escreuer, porque esta he a mayor honrra que ha neste mundo; e, em respeito desta, as outras sam qasy nom aujdas por honrra. E, de ser prazer, entendo que de todos he mayor; que os outros asynha tem fym e este dura pera sempre neste mundo e no outro. E testemunha sera desto os que bem na guerra dos mouros tem feito. E uos, meu bom senhor, testemunhae se tendes prazer dos que passarão, em que uos mais alegraes que no daquelle dia em que fostes na tomada de Çepta (4). E pensa, por merçe, por quanto o venderieis e uede se tendes mereçymento per ele auerdes prazer na outra vida; e, pois direito christão soes, creio que sy. E porem diz a Jgreja: alegres vão os bons aos perigos, antre os reis e principes nom tristes com grande medo, mais alegres; porem, mandou o muy alto e muy honrrado, sempre vencedor elrey, uoso e meu senhor e padre, que tyrassemos o do que trazyamos pola muyto exçelente raynha nossa madre, quando fomos a Çepta, dizendo que a guerra nom se queria tryste, mais alegre e de prazer (5).

E, pois da guerra dos mouros se consegue seruiço de Deus e honrra e prazer, meu conselho he que uos obres nela quanto bem poderdes, per uos ou per outrem; e, se nom poderdes de nehũ cabo, que obres per outra parte, asy que uoso cuydado e obra seja nelo, e o que tendes e ouuerdes seja pera estas fynyas e o que cuydardes dauar seja pera elo e seruoshia contado em justiça. E, pera conseguirdes esta guerra, uos cumpre, primeiramente, auer grande uontade de seruyr a Deus, e, a segunda, desejo de muita honrra direita: *gratia uolenti*, etc. E, tendo nesto bem fyrrme uontade, alegrarouseys em todo o que nelo obrardes e cuydardes. A este seruiço de Deus e honrra nom podeys uyr sem preço de periguo e trabalho e despesa, segundo as esperienças e exemplos e escrituras mostraom.

Christo, Noso Senhor, periguo e trabalho asaz pasou e toda riqueza leixou, nom tendo onde poer a cabeça. Abel ueo a Abraham. Jsac, Jacob,

(4) Em 21 de Agosto de 1415 (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 86).

(5) Alusão ao dó ou luto que el-rei D. João I mandou cessar, pelo falecimento de sua esposa, ao partir a armada para Ceuta (Cfr. a *Crónica cit.*, cap. 49).

Mouses, Daud e outros bons da ley uelha, euangelistas, apóstolos, martires, bem se per eles mostra confesores em desempararem todo per Jesus, vigílias e penas de pendenza; e as uirgens e santas, per o sobrescrito e per abstinencia, e os jnoçentes e em fym todos per a pena [de] morte encação a fym de Deus e da honrra, qa em fym he todo louuor. Os grandes jnpe-radores e reis e grandes senhores, dos quaes grande conto he dos nosos antecessores e de quem uos desçendes, per perigos e trabalhos e despesas, gançaram e merçaram o seruço de Deus e as grandes honrras, do qual he bom exemplo ao noso uirtuoso padre. E os que deste conto nom som, dizem as coronças deles, nom fizeram cousa que de contar seja em a escriptura santa, nom som escritos no liuro da uida. Porem, dizia Noso Senhor: nom sejais solícitos, dizendo que comereis e bebereis e uestireis, porque as gentes que som nomeadas os gentios, que nom ham ley, o bus-cão; mais mandou que buscassem periguo, trabalho, despesa, dizendo: como eu faço, asy o fazee, ca eu nom vym meter paz, mas cuytelo.

E, porque periguo e trabalho e despesa sam contra a vida folgadia, desejada per as gentes neste mundo, e a cousa muyto desejada muyto he reçada de perder; porem, compre outra cousa, pera bem delo, a qual he nom temer periguo, trabalho nem despesa; e esto razoadamente. E, sabendo Noso Senhor Deus que esto nos era muyto compridoiro, per muytas uezes, asy na ley uelha como noua, dise aos seus amigos: nom temaes. Bem he que os bons nom reçoem os perigos direitos; qua, por muyto reçoer que aja, a morte nom se scusa e o trabalho, pois pera ele som nados, e a despesa, pois todo ham de leixar. E de uontade de seruyr a Deus e desejo donrra e de non temer se consegue detremjnaçom de executar e a execução Deus Noso Senhor sera sua ajuda. E porem, senhor, pois tendes espe-rança dajuda de Deus, non aues que temer.

E asy concludo que a guerra he justa, pois seruço de Deus he, e direita, pois de uosa conquista he e por uosa honrra, e razoada me parece. Visto o grande desuayro daquela terra, que toda he partida em senho-rios, como non he ouuydo que tal fose, uos podees esforçar no dito de Noso Senhor que todo reyno partido sera destruydo. E, como som sem armas e de poucas fortalezas e, demais, por seus sabedores, tem que ham de ser conquistados de senhor desta terra, que lhe bitrara muyto os cora-ções, e mais a esperança dajuda de Noso Senhor Deus, que he tam forte e tamanha, que toda força pera ela he pequena. E porem com esforço a deues comeeçar e proseguyr. E, de folgardes e regerdes uosa terra e a tyrardes de trabalho da guerra, todo esto ey por bem que folgueys em bem obrar, segundo em çima escreuyr, e regerdes bem uosa terra a elo sois theudo, per uos ou per outrem, e de a tyrardes do trabalho da guerra que seja dos christãos e que a façais valer ante Deus e no mundo, pera a guerra dos jnfies.

Em Estremoz, era de 1436 anos.



## 7 MARÇO 1436

*Alvará e primeiro testamento do infante D. Henrique, a perfi-lhar o sobrinho e afilhado o infante D. Fernando, por não ter filho nem esperar havê-lo e para que, por sua morte, ele lhe cure dos criados e de lhe sufragar a alma, e a doar-lhe todos os bens móveis e de raiz que então haja, excepto o terço de alma; pelo que roga a el-rei confirme a presente doação nas terras que tem da coroa do reino, como se D. Fernando fora seu filho próprio e legítimo (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fl. 118 v., — texto que se reproduz; ibi, liv. 12, fl. 12; em leitura nova, *Místicos*, liv. 2, fls. 156 e 183, sempre inserto na carta afonsina de confirmação de 23 de Novembro de 1451.

Publicado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 125; e por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 112 e as.

(1) O presente documento constitui o primeiro testamento, sumário e urgente, do infante D. Henrique, redigido pelo próprio e sem as formalidades habituais então usadas bem como sem as legais prescritas pelas Ordenações, supridas estas, ao que parece, pela confirmação régia autógrafa, dada no mesmo dia, a qual se lhe seguiu no pergaminho original, como declara a carta afonsina de confirmação de 23 de Novembro de 1451 (Publicada no infractado estudo de DIAS DINIS, pp. 442-43). Ainda em vida de el-rei D. João I diligenciara o Navegador retomar a campanha de Marrocos (Cfr. os DOCS. 21, 23, 24 e 26 do nosso vol. 4). Após a morte daquele, não cessou D. Henrique de instar com o irmão e monarca para que lhe permitisse fazê-lo (Cfr. RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, caps. 10 a 13). Pretendeu D. Duarte derivar aquela empresa para Granada, em Maio de 1434, porém sem êxito (Cfr. o DOC. 15 do presente volume). Parece que era sobretudo a rainha D. Leonor quem se opunha ao programa henriquino, com receio de ter de seguir também o marido para Marrocos e de que ele por lá falecesse; pois ainda em 31 de Janeiro de 1437 D. Leonor, referindo-se à armada para Tânger, dizia textualmente ao bispo de Lérida: — «...que el azeñor rrey no aya de acudir personalmente, que este es el mayor cuydado que al presente yo tengo» (BMLF., *Fondo Ashburnham*, cód. 1782, t. 2, p. 83). O mesmo se infere da narrativa de PINA; de sorte que D. Henrique agiu sobretudo no ânimo da rainha, para obter a sua anuência: — «O qual, por a mais obrigar e inclinar neste caso a seu degeio — sublinha o cronista —, fez com ho jfante dom Fernando que ambos adoptassem, como adoptarom, por filho, ho jfante dom Fernando, filho segundo delrey e da rraynha, que depois de suas mortes, por virtude da dicta adopçom, socedeo e herdou toda sua herança dambos. E do jfante dom Fernando nom ouue mais que Saluaterria do Campo de Santarem, que era sua de juro» (*Crónica supracitada*, cap. 13, segundo o códice iluminado 359 do ANTT).

Se aos bens e rendimentos da carta patrimonial do infante D. Henrique (Cfr. o DOC. 150 do nosso vol. 1) adicionarmos os que ele adquiriu de 1411 a 1436, especialmente através dos seus monopólios e empresas comerciais e industriais, e os muitos que era de prever viesse a juntar até à morte, havemos de convir que semelhante doação

Eu, o fante dom Anrique, gouernador da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Visseu, senhor de Coujlhãa, faço saber a quantos este meu aluara virem que, esguardando como o desejo de todos homeens he de ssua vida sseer per longos dias; e, porque a hordenança que Deus deu aa jeraçom humanall o nom consente, ante em poucos e breues dias acaba o homem a vida deste mundo; e, por rremediar esto, os homens desejam auer jeeraçom, per que o sseu nome fique na terra, pois per vyda a nom pode pesuyr, e pera soprirem os sseus encarragos, quando sse deste mundo partem, asi em gassalhar sseus criados como em proueer ao bem de ssua alma;

E, porquanto eu nom tijna filho nhũu nem esperaua dauar, por rresorgir mjna jeeraçom; tomo por meu filho e herdeiro o fjamte dom Fernandõ, meu sobrinho e afilhado. E peço a elrrej, meu ssenhor, que lhe confirme esta mjna perfilhaçom e que a accepte por ell, pois he sseu filho e meor de hidade. E prazme que esto lhe sseja firme em todos meus beens, razais e mouees, rreguardando o terço da mjna alma (2). E peço por

---

constitua argumento muito forte e decisivo no ânimo dos pais do infante D. Fernando. Por isso, D. Duarte, no mesmo dia e no próprio pergaminho henriquino, dispensando todas as formalidades curiais e a própria Lei Mental, por seu punho confirmou aquele testamento de D. Henrique, feito a seu filho, nomeadamente nos bens da coroa havidos vitaliciamente pelo Navegador, assim transformados em bens de juro e herdade ou hereditários. (Cfr. o doc. seguinte). Dissemos acima constituir o presente documento testamento sumário e urgente, por isso destituído das formalidades habituais e legais. Cremos derivar a urgência do facto de haver partido para o concílio de Basileia a embaixada portuguesa, nomeada por el-rei em 18 de Novembro do ano anterior (Cfr. o nosso DOC. 88), a qual havia de se encontrar em Bolonha com o papa Eugénio IV, como encontrou em Julho (Cfr. o Diário respectivo em SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 5, parte 2, provas do liv. 10, n.º 6), e ia solicitar a respectiva bula de cruzada, como solicitou e obteve, a *Rex regum*, dada em Bolonha a 8 de Setembro de 1436 (O nosso DOC. 133).

Parece não restar dúvida de que foi o presente alvará ou testamento henriquino o argumento decisivo para que el-rei D. Duarte anulsse ao programa do irmão; pois logo vemos o monarca a convocar as cortes de Évora, naquele mesmo Março, a fim de obter do pais os recursos para a dita campanha marroquina e a dar ordens e instruções, ainda de Estremoz, onde o referido testamento fora lavrado e aprovado, ao provedor dos rendimentos régios Bartolomeu Gomes para a recolha do pedido e meio, destinado à projectada expedição de Marrocos (Cfr. os nossos DOCS. 112 a 114). Em 1460, pouco antes de sua morte, foi o infante D. Henrique obrigado a redigir novo testamento (Publicado na íntegra, estudado e anotado por DIAS DINIS, *Obra e vol. supracitados*, pp. 114 a 211), pelo sobrinho e rei D. Afonso V, constituindo-o seu herdeiro universal dos bens que havia da coroa vitaliciamente; porém, o infante D. Fernando conseguiu impor-se ao irmão e fazer executar integralmente o presente testamento do Navegador (Cfr. DIAS DINIS, *Reflexos políticos do Segundo Testamento henriquino*, na obra e vol. cit., pp. 213 a 267).

(2) Ao referirem-se aos Testamentos, dispunham as *Ordenações Afonsinas*: — «Segundo costume destes rregnos, o padre ou madre podem tomar a terça de

merçee a elrrej meu asenhor que elle aja por firme esta doaçom em as terras que tenho da coroa do regnno, asy como sse fosse meu filho lidimo propio (3). E, por certidom desto, lhe dej este aluara, fecto e asijnado per mjnha mão.

Fecto em Estremoz, bij dias de março, na era de mjll e iiij<sup>o</sup> xxxbj annos.

## 103

## 7 MARÇO 1436

*Alvará de el-rei D. Duarte, a confirmar o documento anterior.*

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118 v., texto que se reproduz; *ibí*, liv. 12, fl. 12. Na chancelaria régia o presente alvará figura como se fora continuação do citado alvará henriquino confirmado; e, por isso, não foi redigido nos moldes habituais e, na data, reporta-se à do alvará do Navegador. De facto, segundo se declara na carta de confirmação de el-rei D. Afonso V de 23 de Novembro de 1451, no original, via-se o de D. Duarte lançado em seguida ao do infante D. Henrique: *e mais em fundo do dicto alvara era escripto outro do muy alto e muy eçelente príncepe de gloríossa memoria elrrej meu senhor e padre, cuja alma Deus aja, feyto e asijnado per elle.*

Publicado por SILVA MARQUES, *Descobrimientos...*, Suplemento ao vol. 1, p. 125, e por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 113.

Nos, elrrej, de nosso conprido poder, confirmamos, outorgamos e aprouamos este aluara e todallas coussas em elle conhudas, per o jfante dom Anrrique, meu mujto prezado e amado jrmão a meu filho o jfante dom Fernando outorgadas, asi perfectamente como sse per djreito mjlor pode e deue fazer, em cuja firmeza e rrenebrança, de mjnha mão fizemos e asijnamos este escripto.

Fecto e asijnado per nos no dicto lugar, dia e mes e era.

---

seus bens e a destrubuir e fazer em ella seu herdeiro quem por bem teuerem; e as duas partes som dos filhos, per bem do dito custume, dado que os filhos sejam muitos quer poucos» (Liv. 4, tit. 97, n.º 1). Neste seu primeiro testamento o infante D. Henrique reservou essa terça para bens de alma ou seja para sufrágio dela, aliás não des-criminadamente. A este propósito pode ver-se PAULO MEREA, *Sobre as origens da Terça*, Porto, 1940.

(3) A teor da Lei Mental (Cfr. os nossos DOCS. 4 e 24).

## 104

MARÇO 1436

*El-rei D. Duarte e o infante D. Henrique orçam em 14.000 homens o efectivo necessário à projectada campanha de África; mas, apurado pelo monarca com seus oficiais não poder a fazenda régia cobrir toda aquela despesa, resolve D. Duarte recorrer ao país, para o suprimento preciso, e convoca cortes para Évora, onde lhe é outorgado «pedido e meio», logo recolhido, porém não sem reclamações.*

RUY DE PINA, *Crónica del Rey dom Duarte*, cap. 14. — segundo o códice iluminado 359, *Livraria*, do ANTT., fl. 15 v.

Com a licença que o ifante teue delrrey pera passar foy muy alegre; ca, despois que foy no primeiro descerco de Cepta, em que ho ifante dom Ioham, seu jrmão, foy com elle, sempre seu coração foy guerreado do desejo de tornar em Africa. E ajnda por este proposito, que elle atou em sua alma com firmes noos de muyta fe, afirmou que mudaria seu costumeado sinal em tres leteras que deziam J. d. a., porque, per partes, signficassem seu nome, a saber Ifante dom Anrrique; e todas juntas declarassem a Jda em Africa, que sempre deseiaua.

E pera a poer loguo em efecto, despois de sobrisso aver com elrrey muyta pratica, acordarom que passasse com quatorze mil homens, a saber tres mjl e quinhentos homeens darmas e quinhentos beesteiros de caualo e dous mjl e quinhentos beesteiros de pee e sete mjl piãaes e quinhentos serujçaaes. Aos quaaes nom se acordaua daar mais que o soo mantijmento, ao que foy contrariado, per a comparaçom da tomada de Cepta, em que as gentes ouuerom soldo e mantijmento; e, aalem disto, as pessoas principaaes, segundo a gente que leuauom, asy ouueram mais suas vantagens em djnheiro. E, finalmente, se tomou assento que se desse soldo e mantimento e mais graças aos capitãaes, por rrespecto da gente que leuassem.

E, pera esto, orçando elrrey e seus officiaaes as despesas que seriam necessarias, achou muyto aaquem dellas sua fazenda, pera soprimto do qual acordou socorrerse a seus poucos, os quaaes, per seus procuradores, foram per seu mandado juntos pera cortes em Euora, aos qujnze dias do mes dabrill (1), onde, na oraçom publica que o doctor Ruy Fernandez, em

(1) Allás no mês de Março (Cfr. a nota 1 ao documento seguinte).

nome delrey, prepos, em sustancia concludio: que asy como muytos rregnos e potencias, por continoa guerra, asy outros por longa paz se perderom; pollo qual elrrey, por serujço de Deus, honrra e acreçentamento mayor seu e de seus rregnos e por se nelles nom perder ho proueytoso exercijço das armas e tambem por comprir mandado e obediencia delrrey seu senhor, que na fim de seus dias lho muyto encomendara, e asi por honestamente se escusar a algũs princepes, a que tijinha obrigaçom, e lhes nom dar ajudas pera christãaos, pera que era requerido; tijinha, com a ajuda de Deus, determjnado emviar em Africa os jfantes seus jrmãaos. E, porque sua fazenda, por entam, nom podia tamanho gasto soprir, lhes rogaua e emcomendaua que ho quisessem ajudar pera yssom djnheiro, pera que trouxe autorizados exempros de rrex e princepes antijgos que, pera conquistas nom de tamanho mereçimento e obrigaçom, foram de seus pouocos com suas rriquezas grandemente ajudados.

E, despois de os procuradores sobriisso averem seu conselho, lhe outorgarom, pera esta passagem, hũu pedido e meo, que loguo foy lançado e tirado, nam sem grande murmuraçom e descontentamento do pouoco, cujas vozes e lamentações, per interpostas pessoas, que folgauam nom com boa tençam de ho publicar, feriam [a] alma delrrey com muyta tristeza. E çertamente, nas primeiras escusas que de sua bondade e prudencia naçiam, bem parece que lhe jnspiraua Deus na vontade que rreuogasse e nom concedesse a hida. Porque, pera veer que ha nom avia entom por seu serujço, bem lhe mostrou claros synaaes: porque, aallem do desaazo que em todalas cousas pera yssom avia, ainda no primeiro conselho que em Almeirim teue, em que publicamente declarou o que secretamente tijinha determjnado, em fallando no jfante dom Fernando, que hya e era presente, loguo *ex improujso*, como quer que era jnverno, lhe arreventou muyto sangue dos narizes e asy a Diego Lopez de Sousa, que tambem era presente, o que foy pronostico e agoyro verdadeiro do sacrificio de seu corpo e sangue de muytos que no fecto se seguyro, como adiante se dira.

## 105

## 5 ABRIL 1436

*Carta de el-rei D. Duarte com o teor e resposta dos 27 capítulos especiais de Santarém apresentados às cortes de Évora do mês anterior, nos quais, entre outras coisas, o concelho reclamou contra o facto de o monarca haver tirado do termo de Santarém e dado a Salvaterra de Magos o Campo de Sacarabotão e Albufeira, ao*

*doá-las ao infante D. Fernando, e lhe significou também o desejo de que ele concluísse a já longa demanda do concelho com o infante D. Henrique, sobre os termos (1).*

ANTT., *Suplemento de Cortes*, maço 2, n.º 1, original em pergaminho, donde se extratam os dois presentes capítulos; *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 146 v.; *Cortes*, maço 1, n.º 33, em cópia do século XVIII.

Os 27 capítulos especiais de Santarém em referência foram publicados na íntegra por FLORES GONÇALVES, *Capítulos especiais* cit., nos termos que dissemos em a nota 1.

Dom Eduarte, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, em as cortes que hora fizemos em a nossa çidade dEuora, nos forom dados hũus capitollos espeçiaaes da nossa villa de Sanctarem, aos quaees, ao pee de cada hũu, lhe demos nossa rreposta. E os precuradores da dicta uilla nos pediram que lhe mandassemos assy dello dar nossa carta. E nos, visto seu rrequerimento e, querendo fazer graça e merçee ao conçelho e homeens boos da dicta uilla, teemos por bem e mandamoselha dar. A qual he esta que ase segue.

. . . . .

---

(1) As cortes de Évora de 1436, cuja finalidade principal consistiu na concessão pelo pais a el-rei D. Duarte do «pedido e meo» para a campanha de África, ou seja para a de Tânger, tiveram lugar não em 15 de Abril, como erradamente se lê em RUI DE PINA (*Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 14), mas, como já notou JOÃO PEDRO RIBEIRO, em Março do mesmo ano (*Memória sobre as Fontes do Código Philippino*, p. 73) e, ultimamente, foi sublinhado e reforçado por MARIA ANTONIETA FLORES GONÇALVES, com base no DOC. 112 do presente volume, nas datas de alguns dos capítulos especiais concelhios apresentados e respondidos nas referidas cortes e transcritos em cartas régias datadas de 5, 8, 11, 12 e 14 de Abril de 1436 e na data da estadia de D. Duarte em Évora, que foi de 22 a 30 de Março de 1436, depois de haver passado em Estremoz os dias 3 a 21 de Março e onde voltou a residir de 2 a 30 de Abril. (*Capítulos especiais de Santarém nas Cortes de 1436*, pp. 6 e 8). Das ditas cortes conservam-se pelo menos os capítulos especiais relativos às terras seguintes: Beja, Braga, Coimbra, Elvas, Évora, Guarda, Guimarães, Lamego, Lisboa, Montemor o Novo, Portalegre, Porto, Silves, Trancoso, Vila Real e Viseu. Originais, os de Coimbra (No ACMC., *Pergaminhos da Câmara*, doc. 63), e Santarém (ANTT., *Suplemento de Cortes*, maço 2, n.º 1); os restantes em cópia coeva (Na *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fls. 146 v., 182 v., 184 v., 185, 208, 214, 216, 217 r. e v., 218 r. e v., 219 v. e 221 r. e v.). A supracitada autora não teve conhecimento do presente original; e, por isso, editou na íntegra os capítulos especiais de Santarém, mas com base na terceira fonte que aduzimos, com anotação das variantes da chancelaria eduardina, a que após algumas notas, sobretudo à guisa de glossário.

Item, ao que dizees que fezemos mercee ao jfante dom Fernando do Campo de Çecarabotom com Albofeira e que em esto ho conzelho rregebe grande agrauo, em nos tirarmos ho termo e jurdiçom a Santarem, que he nossa e da coroa do rejño, e a darmos por termo a Saluattera, e que em esto fezemos conçjencia que, posto que o jfante dom Fernando seja meu jrmão, como he, nom deuemos de tomar ho termo a Santarem, que he nosso, e o darmos por termo a Saluattera; que, sse nossa mercee he de o darmos ao jfante, que o nom demos por termo a Saluattera (2).

Aos onze capitollas, que he ssobre ho Campo de Çecarabotom, uos rrespondemos que fazemos como fez elrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aia, que tirou a Cojnbra Cernache e Tentugall e outros lugares (3); e porem que nossa teençom he fazer a essa ujlla e aos moradores della todallas cousas de bem e mercees que podermos e nam agrauamentos.

Item, ao que dizes que hũa demanda he antre ho jfante dom Henrrique e esse conzelho, ssobre os termos, e que fose nosa mercee de o desenbargarmos com djreyto e nam seer tanto perlonguada, como he (4).

Aos doze capitollas, que he sobre a dicta demanda, uos rrespondemos que nos praz de desenbargarmos esto de muj booa uontade, com guarda e djreyto do conzelho; e porem, tanto que a Deus prazendo que la formos, nollo rrequerir e logo sera liure, porque entendemos que alla sera mjhor tempo pera o desenbargar, com rreguardo de uosoutros, do que ora aqui teemos.

. . . . .

Dada em Estremoz, b dias dabrill. Joham Uaaz a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij<sup>o</sup> xxxbj anos.

(2) Sobre o assunto veja-se a nota 3 ao nosso DOC. 31. Na descrição do termo de Santarém de 1527, lê-se: — «Pera a parte de Salvaterra tem tres legoas de termo, ate a barça d'ascourupym» (Cfr. *Arquivo histórico português*, vol. 6, p. 263).

(3) Reporta-se aqui o monarca a caso idêntico ou seja aos termos da doação, por el-rei D. João I, ao infante D. Pedro, de Cernache, Condelxa, Pereira e Tentugal (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 193 v., e liv. 4, fl. 12 v.).

(4) Não se diz concretamente onde era a queixa do conzelho scalabitano contra o infante D. Henrique, relativa a termos de propriedade ou propriedades; mas, tendo a Ordem de Cristo bens bastantes naquela zona, nomeadamente as comendas de Casével, Pinheiro Grande, Salvaterra, Cardiga e Almourol, e ainda em torno de Vila Franca (Cfr. os DOCS. 73 e 74 do nosso vol. 1, DOCS. 3 e 127 do vol. 3, e DOCS. 5 e 84 do vol. 4), não admira que surgissem, por vezes, conflitos jurisdicionais e de termos ou limites de propriedades, fosse com o conzelho ou Câmara de Santarém, fosse com outros conzelhos e com o próprio monarca (Cfr. o DOC. 63 do presente volume).

## 106

11 ABRIL 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, a legitimar Duarte Vasques, escudeiro do infante D. Henrique, filho de Vasco Anes, clérigo de missa, abade de Figueiredo, e de Domingas Gonçalves, solteira.*

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 213, texto que se reproduz; em leitura nova, *Legitimações*, liv. 2, fl. 248. Em ambas as fontes apenas por ementa.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 496, n.º 815.

Carta de legitimaçam de Duarte Uasquez, scudeiro do jffante dom Anrrique, filho de Vasco Anes, crelligo de mjsa, abade de Figueiredo, e de Domjngas Gonçalluez, molher solteira ao tenpo da naçença do dicto Duarte Uasquez, etc.

Em Stremoz, xj dias dabrill de mjl iiiiº xxxbj.

## 107

12 ABRIL 1436

*Carta de el-rei D. Duarte com os capitulos especiais do Porto nas cortes de Évora desse ano, em que se alude, entre outras coisas, aos serviços prestados pela cidade aos monarcas, nomeadamente contra Castela e em Ceuta (1).*

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 182 v., — donde se reproduz; GHCP., *Livro B*, fls. 250-53, e *Livro Grande*, fls. 54-55.

---

(1) Sobre o assunto principal deste documento pode ver-se PINTO FERREIRA, *O Porto e a Residência dos fidalgos*. Subsídios para a sua história; e, pelo que respeita aos serviços prestados pela cidade a el-rei D. João I, a Crónica respectiva, bem como ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*.



Publicada na íntegra por JOAO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações chronologicas e criticas*, vol. 1, pp. 318 e ss.; no CORPVS CODICVM latinorum et Portugalsensium, vol. 1, pp. 141-144; por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reaes*, t. 1, pp. 5 e ss.; e, parcialmente, por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 348 e ss.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, em as cortes que ora fezemos em a nossa cidade dEuora, nos foram dados hũus capitulos speciaaes da nossa muy nobre, leal cidade do Porto, aos quaaes demos nossa rresposta e os procuradores da dicta cidade nos pedirom que lhe mandassemos assy dello dar nossa carta. E nos, visto seu requerimento e querendo fazer graça e mercee ao concelho e homeens boons da dicta cidade, teemos por bem e mandamoslha dar, a qual he esta que se segue.

Item, ao que dizees que rrecebestes nossa carta, per que uos faziamos saber que meu jrmão, o conde, nos disera que algũas uezes vijnha a essa cidade, por cousas que compriam a nosso serujço, e nom tijnha casas em que bem pudese pousar nem em que pusesse algũas mercadorias, que por uezes carregaua, ou cousas que lhe vijnham de fora; e que porem uos mandamos que, sem embargo de uossos priuilegios, lhe leixassee fazer hũas casas, porque quando uollos elrrey meu padre, cuja alma Deus aia, dera, nom foy sua tençom de se entender a elle e a seus filhos; e que outrossy bem sabia a nossa alta sabedoria o proujmento que deujamos de teer, per desuayradas maneyras, sobre o ujuer e gouernança de cada hũu lugar da nossa terra, segujndo em ello a tençom dos primeiros edificadores delles; porque hũus edificauam por o genero da terra seer tal que podia hi ujuer por laurar e criar e outros por ajuntarem e carregarem em elles seus aueres e mercadorias e outros por razam das pescarias e algũus por todo; e que nosa senhoria podia saber que os antijsos edificarom hi sua pouoaçom, soamente por viuerem pollo trafego das mercadorias e as ajuntarem em ella, porquanto, de Lixboa ataa Galiza, nom acharom outro porto de mar mais seguro que esse. E nom o fizeram por laurar nem criar, porquanto a terra ho nom leua de ssy nem he de tal genero.

E, por razam de sse mjlor pobrar e de fazer mais nobre cidade, trabalharom de lhe achegar aquellas cousas per que mjlor pudese seer, antre as quaaes puserom por hordenamento, pera sempre confirmado pellos reis, que nehũu fidalgo nem pessoa poderosa nom ouuese em ella herdamento nem casas de morada nem pousase hi hũu dia comprido; e esto ataa ora nos foe sempre bem guardado, que tam soamente os reis antijsos nem meu padre, cuja alma Deus aia, nunca em ella, pera ssy nem pera seus filhos, fizeram pousadia perlongada nem casas de morada, sentij[n]do assy muyto por seu serujço, ante uos leixauam auer e posujr uossos priuilegios em lugar de herdamento, por multiplicar em moor pouoaçom, como

de fecto, per aazo dello, multiplicou, em tanto que era o segundo membro de Portugal, e ajnda se diriam hũas grandes defensões dello de que se os reis muyto serujrom e especialmente meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, em todollos mesteres da guerra, e que nossa mercee era dello muyto sabedor, assy em tomarem sua uoz, quando o Deus trouxe a gouernança destes regnos, como em requerer a fidalgos e a grandes senhores que teuesem sua uoz, dandolhes muytos dñheiros, pagandolhe grande soldo, assy como fizeram a Ruy Pireira e a outros fidalgos, que mandaram com grande armada a descercar Lixboa, onde elrey jazia cercado delrey de Castella, seu auersairo, e que despenderom em aquella armada, per conto, xxxij mil llibras dafonsijs, e que despois derom a Gonçalo Uasquez Coutinho, por hir com elles ataa o castello da Feira, mjl llibras da dicta moeda, porque doutra guisa o nom qujs fazer.

E que outrossy fizeram grande despesa com o conde dom Pedro, que esteuera grande tempo na cidade, rreguardandose a cidade del, porque nom sabia como vijnha, ataa que o elrey mandara chamar a Tomar, e que lhe derom iij mil llibras dafonsijs pera o camjnho e que ajnda mandaram hũu barenel a Jngraterra, por trazer jngreses, pera ajuda e defensom da cidade e da terra, porquanto a mayor parte dos fidalgos eram contra elrey, entanto que os que tijnham villas e castellos Antre Doiro e Mjnho os derom a elrey de Castella, saluo o Porto e Monçom, que nom tijnham capitam sobre ssy, e que tiuerom estes jngreses muytos tempos consigo, pagandolhes grandes soldos cada mes e que gastarom muyto e que ajnda ao muyto honrrado senhor conde, que entom era Nuno Aluarez, porque o ujrom e era muyto serujdor delrey, lhe oferecerom e mandaram, a el e a sua molher, que chegarom aa cidade, mjl ij<sup>o</sup> llibras da dicta moeda.

E tambem mandaram muytos dñheiros a Gonçalo Uasquez Coutinho e a Martin Uasquez da Cunha, por teerem a batalha de Trancoso, e como outrossy enujarom muytos dñheiros e panos a Cojmbra, ao conde dom Gonçalo, que teuese a uoz por elrey com quantos pudese auer, e fizeromno vijnr aa cidade, onde lhe dauam quanto auja mester (2). E, porque hũu dia que se queria partir, porque lhe nom dauam poos pera a cozinha, deromlhe mjl llibras da dicta moeda, e ajnda mandauam beesteiros e gentes que guardasem o castelo de Neuja e tambem foram tomar o castelo de Faria e o de Uermuy e outrossy acorrerom a elrey, com suas mercadorias que tijnham carregadas, que lhe derom em Jngraterra xj mil francos, com que mando[u] vijnr muytos jngreses, archeiros e homens darmas, pera defensom do regno. E, aallem destas e doutras jnfindas despesas que fizeram,

---

(2) Acerca da batalha em referência pode consultar-se SALVADOR DIAS ARNAUT, *A Batalha de Trancoso*.

por teerem sua uoz, lhe emprestarom mjl e b<sup>e</sup> marcos de prata, de que ajnda a mujtos he deuudo gram conthia, e que assy o fora essa cidade serujndo muj lealmente, com os corpos e com os aueres; e, veendo elrrey esto, em como ouue em ella grande poderio de naaos, quando foram a Cepta, que foram bem lxx naaos e barchas, afora outra mujta fustalha, que nom sabees hũu soo lugar na Espanha de que tam poderosa armada pudera sair.

E, sentindo como todo esto procedia da grande pouoraçam e que soamente se povoaua por se guardarem os dictos priuilegios porque, por razam delles, corriam as gentes a ella, onde tresfegauam com suas mercadorias a mujtas partes do mundo, durando como durauam lla mujtos tempos, em tresfegando per mar e per terra, de hũas partes e doutras, sem fazerem grande estimaçam de vijrem tam cedo a suas casas, porque sabiam que suas mulheres e aueres estauam em lugar exento e seguro. E por esto mandou o boo rrey, meu padre, guardar os dictos priuilegios e ajnda se guardaua mujto de fazer em ella estada perlongada, nem qujs hi nunca fazer paaços, pera ssy nem pera seus filhos que tiuese, nem dar lugar a outrem que os fizese, mais hũas casas que Lopo Gomes de Lira e outras que o prior do Espirital faziam junto com o muro, a rrequerimento uosso e por conseruaçom e guarda dos dictos priuilegios e por seu serujço, lhas mandou derribar, sentindo como a cidade antre ssy nom auja mester tresfego doutra gente, saluo daquelles que viuem per seus mesteres e mercadorias; porque se os doutra guisa trilharem, logo se parteriam pera outras partes com o que teem; porque nom ham heranças que os em ella tenha relegados, e assy a cidade verria em despouoaçom, porque se perderia hũa das milhores cousas de sua terra.

E por esto trabalhou mujto de a criar, e porem todo per nosso encamjnhamento, que lhe traziamos aa memoria o bem della, e porque elle foy sempre muy leal serujdor ao regno e aa nossa mercee ho sabia bem; e que, pero antre nos nom ouuese outro senhor saluo a nossa senhoria, tanto que soubestes que o boo rrey meu padre, cuja alma Deus aia, era saido deste mundo, sem auer nosso mandado nem doutrem, logo em aquel dia, fecto uosso doo com gram solenjdade, tomastes nossa uoz e por ella fechastes as portas da cidade e leuantastes nossas bandeiras, rrolando de noyte os muros, o que, segundo nos dise o bispo della que diseramos em Leirea aos uossos embaxadores das cortes que uollo teueramos em grande serujço e que uos fariamos por ello mujtas mercees; pedindonos que nom fosse esta a mercee que desfizesemos a nossa cidade nem fossemos começo do quebrantamento de seus priuilegios que ella tem por seu herdamento, porque assy viriam de quantos de nos descendesem o que, pella graça de Deus, ataa ora nom veera de nehũu de nossos auoos. E por mercee nos enujastes pedir que proueesemos sobre ello mjlhor e com mjlhor conselho, como se uossa cidade nom perdesse, porque o senhor conde, des

quarenta annos, que antre uos husa e nunca lhe mjinguarom pousadas em ella nem lhe foram refertados priuilegios e que tam pouco lhe faleceriam daquj en diante e que, pera suas mercadorias e guarda das suas cousas, tijnhã hi tam abastados criados que seriam suficientes e fiees pera guardar todo o thesouro do mundo; e que assy lho escreueamos e que nollo teeredes em grande mercee.

A esto uos respondemos que nos scpreueremos sobre ello ao conde em tal maneyra que uossos priuilegios uos seiam guardados.

Jtem, ao que dizees que vistes alla hũa carta per que demos os residuos a frey Diego, pera repairamento desse moesteiro de sancta Clara, e que o juiz hordenairo dessa cidade fosse dello juiz, como sempre foy, e hũu Afonso Annes, scpriuam que o he ha longo tempo, per cartas delrrey meu padre, cuja alma Deus aia, e nossas, que pera ello he pertencente, e ora destes outra carta per que Ruy Uasquez dAbreu, juiz dos horfãaos, seia delles juiz e ho scpriuam dante el scpriuam e que nom podiees pensar que a nossa mercee dello ouuese sabedoria, porque criees que lho nom consentiramos. E esto pollas mujtas querellas que nos ameude delle fizestes e ora fazees, por elle seer homem que nom sabe leer nem scpreuer e auer determjnar o que os doutores determjnar nom podem e ajnda por sua condiçom teer muj desuayrados modos em seus auditorios, onde as partes longamente por hũa nada andam perante el, gastando mujto, fazendo sempre scpreuer quanto dizem e que lho mostrem, o que nom faria se fosse outro, por a experiencia do tempo pasado nollo faz conhecer que, quando a cidade puyinha o juiz das sisas, nom fazia audiencia mais que duas uezes na somana e nom duraua mea ora e este fazea cada dia e he mujto mayor que a da cidade, ajnda acrescentarlhe nossa mercee hũu fogo sobre outro, a saber, os residuos; e nos pedijs que guardasemos a nosa mujto santa hordenaçom, fecta em cortes, a saber, que o que nom soubese leer nom aia jurdiçom de iij<sup>o</sup> homens acima, moormente pois nom acceptam taaes officios, saluo por sayoria, que nom ham com elles mantijmento nhũu; e, sse mantijmento lhe dam, por as sisas e nom por os horphãaos, e pois com elle nom ha dauer mantijmento algũu, saluo a sujugaçom de todos, nos pedijs por mercee que tirasemos tal afriçom e agastamento de sobre nosso pouco e de sobre os horfãaos, no que farees grande serujço a Deus, e ho mandasemos tornar aa cidade, como dantes era, e tinhees cartas delrrey, meu padre, per que ho hi nunca ouuese, entendendoo assy por seruiço de Deus, e que prouesemos a jnquiriçom que nos enuajuees sobre este juiz.

A esto uos rrespondemos que, prazendo a frey Diego que o dicto Afonso Annes seia scpriuam, a nos praz dello, emquanto durar o tempo que teemos dado os dictos regidoos pera o dicto moesteiro.

Item, ao que dizees que os tabaliães dessa cidade som muy agra-uados, porque soyam descreuer todollos fectos dessa cidade e ora som repartidos por muytos juizes que teem scpriuães, assy como dos horfãos e judeus e residuos e do mar e da moeda e dos beesteiros do conto e do cauallo e outros, e ajnda os scpriuães dos contos e do almazem e da casa de Cepta e das sisas damos lugar que dem scpirturas puvricas sem sinal perante seus juizes e contadores e ueedor da fazenda, e todallas scripturas puvricas os tabaliães soyam de fazer e outrem nom, e pagauam de pensom b<sup>a</sup> llibras da moeda antijga todos, e era ho numero de oyto e mais nom, de que pagaua cada hũu Lxiiij llibras e soldos, e ora som outros aalem do numero e outros geeraaes e demandalhes ho almoxarife Lxiiij llibras; e, porque lhe alegam que todos ham de pagar as dictas b<sup>a</sup> llibras, elle diz que o nom quer fazer sem nosso recado, dizendo que lhes mjinguaa a escriptura e teem a pensom, que he grande, a cada hũu mjl ij<sup>a</sup> e tantos reaes por anno, pedindonos por mercee que assy geeraaes como speciaaes pagasem aquellas b<sup>a</sup> llibras e mais nom e que mandasemos que outrem nom fizesse scriptura puvrica, saluo elles; e, se a outrem fizer, que contribua com elles a pensom ou leixem ho officio aos tabaliães como sen pre foy.

A esto uos rrespondemos que, se assy he, que os tabaliães nom ham de pagar mais de b<sup>a</sup> llibras e que nom deujam mais de seer que oyto, a nos praz nom darmos tabaliado algũu, posto que se uague, ataa que fique o numero certo dos oyto.

Item, ao que dizees que nossa mercee he bem sabedor que, por outorgarmos em cortes, que cada hũu lugar enlegese certos procuradores do numero e especial, deramos a essa cidade lugar que falasem hũus pollos outros; e ora a esperiencia uos mostraua seer muy grande erro, porque se metem a ello muytos jnorantes, que derrancam os fectos e fazem gastar as partes, e os prudentes sabedores nom querem dello tomar cargo, o que o povoo muyto sente, e pedijs a nossa mercee que mandasemos que tres cu quatro, que uos pera ello enlegesees e constringesees, procurasem os fectos per o povoo e outro nẽhũu nom, sob as penas contheudas na nosa hordenaçom, o que nos teeriees em grande mercee.

A esto uos rrespondemos que, pois uos praz auer procuradores do numero, que nos uollos daremos segundo se dam nos outros lugares hu procuradores do numero ha. E mandamos a esses, que ora husam de procurar, que nom husem mais de seus officios, saluo aquelles que per nossas cartas forem dados. E, se antes quiserdes estar como soyees, mandamos que se faça como uos mais prouuer.

E porem mandamos a quaaesquer nossas justiças e officiaes a que o conhecimento desto pertencer que assy o comprem e guardem e façam comprir e guardar polla guisa que aqui he contheudo, sem outro embargo.

E, por sua guarda, lhe mandamos dar esta carta, assignada per nos e seellada do nosso seello. Vnde al nom façades.

Dada em Stremoz, xij dias dabril. Joham Uaasquez a fez. Era de mjl iiij<sup>o</sup> xxxvj annos.

## 108

12 ABRIL 1436

*Carta de el-rei D. Duarte com os capitulos especiais de Lamego nas cortes de Évora desse ano, em que, entre outras coisas, a cidade se queixa dos individuos que, para fugirem dos encargos concelhios, se refugiaram nas terras dos privilegiados, nomeadamente nas do infante D. Henrique (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 184 v.

D. Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, em as cortes que ora fizemos em a nossa cidade dEuvora, nos foram dados hũus capitulos speciaaes da nossa cidade de Lamego, aos quaaes demos nossa reposta, e os procuradores da dicta cidade nos pedirom que lhe mandasemos assy dello dar nossa carta. E nos, visto seu requerimento, querendolhe fazer graça e mercee, ao concelho e homens boons da dicta cidade, teemos por bem e mandamosilha dar como se adiante segue.

Item, ao que dizees que nos fizemos hordenações sobre os corregedores e officiaaes que com elles andam, do tempo que ouuesem destar nas cidades e villas e lugares chãaos, outrossy dos fectos de que ham de tomar conhcimento, as quaaes hordenações nom eram guardadas, porque os corregedores estauam per grandes tempos em as dictas cidades e ujllas, aas suas vontades, e tomauam conhcimento de todollos fectos, assy ciuees como crimes, do que se seguia aos moradores mujto dampno e perda e a nos deseruiço; e que nos pedijes por mercee que a esto tornasemos com justiça e djreito e mandasemos firmemente que se guardasem nossas leis

---

(1) Pela sua carta patrimonial de 17 de Abril de 1411 (Cfr. o DOC. 150 do nosso vol. 1), o infante D. Henrique tinha as terras de Tarouca, Lalim e Valdigem, nas lmediações de Lamego; de maneira que as «terras do jffante» referenciadas neste documento não podem ser outras senão as daquele infante, posto aqui não nomeado.

e hordenações, como per nos era mandado e hordenado, e que os seus scpriuãaes pedem pousadas e que lhes dem palhas e roupas e que erees constrangidos pollos corregedores que lhas desees sem djnheiros.

A esto uos rrespondemos, quanto aa primeira parte, que se guardem as hordenações sobre esto fectas; e quanto aa segunda, acharees reposta nos artigos geeraaes; e quanto ao terceiro, sobre razam da palha e roupa e pousadia dos scpriuãaes, que se guarde a hordenaçam sobre esto fecta. E assy mandamos que se faça.

Item, ao que dizees que em essa cidade ha mujtas pessoas que som priuigliadas, de priuilegios que lhe foram dados per elrrey meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, e outros que per nos foram dados, a rrogo dos bispos e doutras pessoas, chamandoos seus serujdores e achegados, e outros que se chamam moedeyros e avijntes a nos, que viuem em essa cidade de sosego e teem boons beens; e, des o dicto tempo aca, nom ueem serujr em moeda nem em outra cousa de nosso serujço, em tal guisa que hũus eram escusados pellos dictos priuilegios e outros per senhores a que se acostauam, de guisa que eram tam poucos os que ficauam pera officiaaes e pera pagar nas fintas som muj poucos e ho nom pudijees soportar; e, per este aazo, leixauam a cidade e se hiam a ujuer nas terras do jffante e dos outros fidalgos e coutos e honrras e a cidade ficaua despobrada, o que era nosso deserujço e a uos grande agrauo; que fosse nossa mercee que mandasemos que, sem embargo de taaes priuilegios, que husasem e serujsem como seus vizinhos, pois se aproueitauam dos proueitos da dicta cidade, e os dictos priuilegios nom eram dados por serujço que fezesem a nos nem ao regno, nem eram gaanhados, soamente por seerem escusados do nosso serujço.

A esto uos rrespondemos e mandamos que os que teuerem priuilegios delrrey, meu senhor e padre, confirmados per nos, que lhos guardem, e esso meesmo outros quaaesquer priuilegios que nos de nouo tenhamos dados e nom se guardem outros nẽhũus. E quanto he aos moedeiros, taaes priuilegios se lhes nom guardem, saluo aos moedeiros de Lixboa e do Porto, que mandamos que se guardem, etc.

Item, ao que dizees que, nas cortes que fizemos em Santarem (2), fizemos hũa hordenaçom de como se ouuesem de pagar os foros e rendas que se pagauam per ouro ou per prata ou per djnheiros da moeda antijga, da qual hordenaçam ho trellado, em puvrica forma, a publicarees ao marichal (3) e ao bispo e ao cabijdo dessa cidade, e que ho marichal a non qui-

---

(2) Em 1434.

(3) Gonçalo Vasques Coutinho.

sera guardar e leua a vij<sup>a</sup> por hũa dos prazos que foram fectos des quarenta annos aca, o que a dicta hordenaçam defende, e o dicto bispo e cabijdo e jgreias e moesteiros querem assy leuar; e que nos pediees por mercee que a esto pusemos tal remedio, que a dicta hordenaçom fosse guardada como per nos foy fecta.

A esto uos rrespondemos e mandamos ao corregedor que faça guardar a dicta hordenaçom em todo. E, se alguem for contra ella, o que se sentir agrauado tome stormento com a rreposta do que lhe fizerem e fazeriheam del djreito.

Item, ao que dizees que em essa cidade ha duas judarias, em que moram iiij<sup>a</sup> judeus e judias, e que eram deusasas e sem portas, como ho nom som outras judarias dos nossos regnos, e per este aazo eram soltos e deusasos pera andarem de noyte, aas desoras, a suas uontades, fazendo mujtos dampnos nas vinhas e agros alheos e ajnda, o que peyor he, som delles enfamados com as christãas e em outros malles, pella qual razam ja foy dada carta per elrey meu senhor e padre (4), cuja alma Deus aia, porque se çarrasem, e depois demos nos outra carta, a rrequerimento dos dictos judeus, que se çarrasem; e, per aazo dos corregedores e justiças, que lhe som fauorauees, nunca foram çarrados nem som, e que fosse nossa mercee de poermos tal pena ao corregedor e jujzes que os façam ençarrar e nom seia dado aazo pera os dictos dampnos.

A esto uos rrespondemos que pedijs bem. E mandamos ao corregedor da comarca e aos jujzes da dicta cidade que costringam logo os dictos judeus que se ençarrem e façam portas que se fechem cada noyte, segundo se acostumaua de fazer nas outras judarias de nossos regnos. E esto façam do dia que lhe for mandado ataa dous meses primeiros segujntes. E, nom o fazendo assy, paguem quatro mjl reaes, a metade pera nos e a outra metade pera o concelho. E se o dicto corregedor ou jujzes esto nom fizerem logo assy dar a execuçom, mandamos que o paguem de suas casas.

E porem mandamos a quaaesquer nossas justiças e officiaaes a que o conhecimento desto pertencer que assy o compmam e guardem pella guisa que aquj he contheudo, sem (5) outro nehũ embargo. E, por sua guarda, lhe mandamos dar esta carta, assignada per nos e seelada do nosso seello. Vnde al nom façades.

Dante em a nossa villa dEstremoz, xij dias dabrill. Joham Uaasquez a fez. Era de mjl iiij<sup>a</sup> xxxbj annos.

---

(4) No ms. *madre*.

(5) > > *nem*.



109

1436

*Como Afonso Gonçalves Baldaia, prosseguindo no descobrimento marítimo da costa ocidental africana, por ordem do infante D. Henrique, atingiu o Rio do Ouro e chegou ao Porto ou Pedra da Galé.*

GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 10, segundo o cód. n.º 42 dos *Manuscritos portugueses* da BNP.

Pois que assy he, disse o jffante (1) contra aquelle Affonso Gonçaluez Baldaya (2), que uos achastes rastro dhomeens e de camellos (3), bem parece que a pouoraçom nom he dally muy afastada ou, perventura, sera gente que atrauessa com suas mercadaryas pera algũu porto do mar, onde ha algũa ancoraçom segura, em que os nauyos recebem carrega. Ca, pois gente he, por muyto bestyal que seia, necessaryo he que se aja de gouernar das cousas do mar, sequer ao menos em pescarya, quanto mais aquelles que viuem no sertão. Porem, he minha tençom de uos enuyar la outra vez, em aquelle meesimo varinel. E, assy por me fazerdes seruico como por acrecentamento de vossa honra, vos encomendo que vaades o mais auante que poderdes e que vos trabalhees dauer lingua dessa gente, filhando algũu per que o certamente possaes saber; ca nom sera pequena cousa, segundo o meu deseio, auer algũa pessoa per que desto possa seer en conhecimento.

O nauyo foe muy asinha prestes, no qual Affonso Gonçaluez partiu, nom sem grande deseio dacabar a uontade do jffante (4). E, nauegando per sua vyagem, passarom seteenta legoas aallem donde foram a outra vez, que erom cxx do cabo, onde acharom hũa foz como se fosse de rryo cabedal, em que auya muytas boas ancorações, cuia entrada era, per

---

(1) D. Henrique.

(2) A quem aludiu o autor ao descrever a viagem de 1434, em seu capitulo anterior (Cfr. o nosso DOC. 8).

(3) Cfr. o final do retrocitado capitulo.

(4) MARTINHO DE BOEMIA (*De prima inuentione Gujnee*, p. 188) e JERÓNIMO MUNZER (*Itinerarium*, p. 40) dão ao barco o nome, respectivamente, de *Talbin* e *Talvim*.

terra, spaço de viij.<sup>o</sup> legoas, onde lançaram suas ancoras (5). E, porque antre as cousas que Affonso Gonçalvez leuaua, assy eram dous caualllos, que lhe o jffante dera, pera mandar em elles dous moços, fez logo poer os caualllos em terra. E, ante que nhũa outra gente saísse fora, mandou aos moços que caualgassem naquelles caualllos e fossem per terra quanto podessem, esguardando bem a todallas partes se veryam algũa pouoraçom ou gente que fizesse vyagem per algũu caminho.

E, por darem menos trabalho a ssy e aos caualllos, mandou que nom leuassem nhũas armas de defesa, soomente suas lanças e spadas, pera ofender, se comprisse; ca, se gente achassem e os quisessem filhar, o sseu principal remedio serya os pees dos caualllos, saluo se achassem algũu soo, de que, sem seu perigoo, se aproueytar podessem. E bem mostraram aquelles moços, no cometymto daquelle fecto, queiandos homeens ao dyante seryam. Ca, pero fossem tam alongados de sua terra, nom sabendo quaaes nem quantas gentes acharyam ou ao menos temor de bestas saluageens, cuja temerosa soombra os deuera empachar, segundo sua noua jdade ca, pouco mais ou menos, nom passauam de xvij annos cada hũu; pero, posposto todo esto, partirom com grande esforço, seguindo aa llonga daquelle rryro per spaço de vij. legoas, onde acharom

---

(5) O cronista, que vinha a usar sujeito e verbo no singular, referidos a Afonso Gonçalves Baldaia, passa agora os verbos ao plural sem indicar mais nenhum sujeito. Duas explicações pode assumir o facto: omissão de palavras nesta cópia do capítulo ou, ao parecer de BOURDON (ZURARA, *Chronique*, p. 74, nota 2), o plural é alusivo à equipagem do varinel. MARTINHO DE BOÉMIA e MUNZER citam apenas o Baldaia como chefe da expedição, mas BARROS (*Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 5) parece dar a entender que Gil Eanes havia seguido com aquele navegador, o que DUARTE PACHECO assevera explicitamente (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 23), em notícia, comenta DAMIAO PERES, «de certo errada» (*Descobrimentos Portuguezes*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 97). Como quer que tenha sido, parece não restar dúvida de que este capítulo da Crónica enferma de redacção confusa e incompleta. Ditemos como.

a) Em seu título lê-se, no códice parisiño, «Como Affonso Gonçalvez Baldaya chegou ao Ryo do Ouro», mas, no texto, o autor leva-o até o Porto ou Pedra da Galé, «Pedra da Galle» (*Carta náutica portuguesa*), actual «Piedra de Galéa», em 22° 3' lat. N., portanto muito a sul daquelle Rio ou, como o define DAMIAO PERES, «braço de mar cuja extensa penetração pelo litoral justifica a illusão geográfica de que lhe proveio o nome» (*Descobrimentos* cit., p. 96). Cfr. também a aduzida *Carta náutica*.

b) O topónimo Rio do Ouro não figura, contudo, no corpo do capítulo, o qual é ali apenas implicitamente referenciado, na alusão ao «rryo cabedal» e aos «lobos marinhos» ou focas, de que nos capítulos 11, 12, 78 e 93 da obra se diz haver abundância no Rio do Ouro.

c) Como já observou DUARTE LEITE, o *Esmeraldo* (liv. 1, cap. 23) denomina Angra dos Cavallos o ponto em que os dois jovens cavaleiros encontraram os mouros, enquanto na Crónica, que não fala naquela Angra em parte nenhuma, se situa o facto nas cercanias do Rio do Ouro, pelo que o autor concluiu: «Fico perplexo diante das duas versões» (*Acerca da «Crónica»*, p. 72 e nota 74). Para mais, como já subli-

xix. homeens, todos juntos em magote, sem outras nhûas armas para offensa nem defesa, soamente azagayas.

E, tanto que os aquelles moços viram, com grande ardimento foram a elles. Mas aquella gente nom conhecida, pero tantos fossem, nom teuerom atreuimento de sse teer com elles no campo chãao, ante, por sua segurança, se colherom a hûus penedos, donde steuerom pelleiando com os moços per boo spaço. E, durando sua contenda, foe ferido hûu daquelles moços em hûu pee; a qual ferida, pero pequena fosse, nom passou sem vingança, ca elles esso meesmo feriram a hûu dos contrairos. E assy durarom em sua pelleia ataa que o sol começou de mostrar os sinaaes da noite, por cuia razom se tornarom a sseu nauyo. E bem creio que o dano da pelleia nom fora tam pequeno, se os jmijgos steuerom no campo chãao [...] Hûu daquestes moços conheci eu depois, seendo fidalgo nobre, assaz valente no officio das armas, e chamausse Eytor Homem, o qual na Cronica do Regno acharees prouado em grandes fectos; o outro chamaram Diego Lopez d'Almeida, fidalgo e boo homem per sua pessoa, segundo aprendy dalgûus que o conheciam (6).

---

nhou DAMIAO PERES (*Obra cit.*, p. 98), na *Carta náutica portuguesa* figura uma «Angra dos cavallos» a norte e outra a sul do Rio do Ouro.

d) De tal confusão de narrativa resulta que MARTINHO DE BOEMIA, DUARTE PACHECO PEREIRA, BARROS e o VISCONDE DE SANTAREM localizaram em Angra dos Cavalos o salto dos dois moços referenciado neste passo da Crônica, enquanto BOURDON, por exemplo, o situa no Rio do Ouro (*Obra cit.* p. 74, nota 3): DAMIAO PERES opina «que o recontro teve lugar sobre a alongada nesga de terra que separa do mar o Rio do Ouro e não na Angra dos Cavalos» (*Obra cit.*, p. 98). «Le golfe du Rio de Oro—Informa MAUNY—, de 40 km. de longueur sur 10 de large environ, s'ouvre par 23° 38' N, à la pointe Durnford. C'est sur cette baie que s'élève Villa Cisneros, capitale du Sahara espagnol» (*Notes* a DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo de situ orbis*, p. 164).

e) Julgamos ter provado noutro lugar (Cfr. DIAS DINIS, *O V Centendrio do Descobrimento da Guiné Portuguesa*, pp. 21 a 28) que as 120 léguas aqui aduzidas pelo cronista respeitam à distância entre o Cabo Bojador e a Pedra da Galé e não apenas entre aquele Cabo e o Rio do Ouro, como supôs DUARTE LEITE, atenta a confusa redacção deste passo da Crônica, e em cuja conclusão BOURDON, ladeando o problema, repousa comodamente, mas não cientificamente: — «Il reste à conclure que, dans les premiers temps de la découverte de la côte d'Afrique, les navigateurs avaient une bien naturelle et presque inévitable tendance à exagérer les distances qu'ils avaient parcourues» (*Obra cit.*, nota 3 da p. 74). Será talvez mais exacto e mais histórico concluir-se: nas viagens de descobrimento do litoral africano, empreendidas em frágeis embarcações veleiras, ignorados o contorno e escolhos da costa e o regime de ventos, nevoeiros e correntes marítimas, os descobridores portugueses viram aumentadas necessariamente as distâncias, diminuídas em viagens posteriores, efectuadas já com outra prevenção e precisão náuticas.

(6) JOAO DE BARROS di-llos «ambos homens fidalgos e especiaes caualeiros, criados na escola da nobreza e virtude daquelle tempo que foy a casa deste excelente

Seguirom assy aquelles sua vyagem pera o nauyo, como teemos contado, ao qual chegarom acerca da manhãa, onde filharom algũu pequeno repouso. E, tanto que a luz pareceo, Affonso Gonçalvez fez aparelhar seu batel, no qual se meteo com algũa gente. E, sseguinto aa longa daquelle ryo, mandado[s] os moços com os cauallos per terra, chegou ao lugar onde os mouroos ficarom o outro dya, com entençom de pelleiar com elles e filhar algũu; mas seu trabalho foe debalde, porque o spanto foe tamanho que, pero fossem leixados dos moços, nom poderom ficar sem grande temor, com o qual partirom, leixando ally a mayor parte de sua proue fazenda, da qual Affonso Gonçalvez fez carregar seu batel, casy por testemunha de seu trabalho. E, assentindo que nom aproueitarya seguyr mais auante, tornouosse pera seu nauyo.

E, porque vyo, em hũa coroa que estaua aa entrada do rryo, grande multidom de lobos marinhos, os quaaes, segundo stimaçom dalgũus, seryam ataa cinco mil, fez matar aquelles que pode, de cujas pelles fez carregar seu nauyo. Ca, ou por seerem ligeiros de matar ou por o engenho daquelles seer auto pera tal fecto, fizeram em aquelles lobos muy grande matança. Empero, com todo esto, Affonso Gonçalvez nom era contente, porque nom filhara algũu daquelles mouroos. E sseguyro porem mais auante cinquenta legoas, por veer se poderya fazer presa em algũu homem ou sequer molher ou moço, pello qual satisfizesse aa vountade de seu senhor. E assy foe seguindo sua vyagem ataa que chegou a hũa ponta onde estaua hũa pedra que, aa de llonge, parecy a gallee, por cuja razom, dally adyante, chamarom aaquelle porto o Porto da Gallee.

E ally sayrom em terra, onde acharom redes, que trouxerom ao nauyo. E aquy podees notar hũa noua cousa, quanto a nos, que viuemos em esta

---

príncipe infante dom Anrrique» (*Asia*, déc 1, liv. 1, cap. 5). Supomos Heitor Homem dos Homens da zona de Viseu. Em 27 de Junho de 1450 ele era fidalgo da casa do infante D. Henrique e el-rei D. Afonso V confirmava-o em vedor das obras dos castellos, vilas e lugares da comarca da Beira, para que havia sido nomeado pelo dito infante, «como fronteiro e veedor moor que he das obras dos dictos castellos, vilas e lugares», e o mesmo monarca, em 3 de Julho seguinte, concedia-lhe e a Brites de Sousa, sua mulher, para ajuda de seu casamento, 1.000 coroas de ouro do cunho de França (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 112 v., e liv. 34, fl. 125 v., respectivamente). De 1565 e 1593 conservam-se prazos feitos pelo cabido da sé viseense a Heitor Homem e a D. Ana Soares, sua mulher, o qual era escrivão da câmara do bispo da mesma cidade e genro de Pero Gomes de Abreu (ADV., *Arquivo do Cabido*; maço 7, n.º 9, maço 20, n.º 6 e maço 8, n.º 2). Citaremos ainda prazo de 1623 feito a Heitor Homem da Silveira, residente na mesma cidade (*Ibi*, maço 14, n.º 38). Diogo Lopes de Almeida é talvez o Diogo de Almeida, escudeiro do infante D. Henrique, referenciado em carta de perdão de 25 de Outubro de 1458 (ANTT.; *Chanc.* cit., liv. 36, fl. 62) e em ZURARA, *Crónica de D. Duarte de Meneses*; p. 305). Sobre a «Crónica Geral do Reino» aqui referenciada pode ver-se DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, pp. 150-59.

Espanha. E esto he do fyado, de que aquellas redes eram feitas, o qual era de casca de hũu paao, assy ordenado pera tal mester que, sem outro cortimento nem mestura de linho, se pode bem fyar e fazer delle redes e toda outra cordalha. E daquy se tornou Afonso Gonçalvez pera Portugal, sem poder auer certo conhecimento se aquelles homeens eram mouros ou gentios nem que vida trautauam ou maneira de viuer tijnham. E foe esto no anno de Jhesu Christo de mil e quatrocentos xxxbj (7).

## 110

9 MAIO 1436

*Recibo passado por D. Gomes, abade de Santa Maria de Florença, no mosteiro de S. Bento de Lisboa, dos 400 florins de ouro que, para as despesas da embaixada pontificia a que viera, lhe entregou João Rodrigues, deão da sé de Lisboa e collector apostólico nos reinos de Portugal e do Algarve, os quais serão deduzidos da colecta outrora efectuada no país por ordem do papa Martinho V contra os Boémios, nos termos das letras do papa Eugénio IV de 13 de Setembro anterior (1).*

BNF., *Badia Fiorentina*, cód. 26, doc. 21, p. 61, original.

Publicado por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 143-44.

Ego, domnus Gometius, abbas Sancte Marie de Florentia, ordinis Sanctj Benedictj et nuntius apostolicus ad regem Portugallie, promitto vobis, domno Johannj Roderici, decano Vlisbonensi et collectorj generalj camere apostolice in regnis Portugallie et Alguarbij, dare, facere unam quitantiam de quadringentis ducatis, a collectoribus decime imposite in dictis regnis per papam Martinum quintum contra Boemos, quos ab ipsis collectoribus eram recepturus, pro expensis meis, uigore unius bulle pape Eugenij iiij; et hoc faciam saltim ab aliquo ipsorum.

(7) Como o cronista apenas dá o ano e não os dias e mês ou meses em que decorreu esta expedição, situamo-la, na presente colectânea documental cronológica, ao acaso, a dentro do ano de 1436.

(1) Cfr. o nosso Doc. 86.

Et, quia dictj collectores non ita mihi cito soluere potuerunt, uos mihi soluistis eos ducatos, cum dictam quantitatem quadringentorum florenorum ipsis collectoribus tenebaminj restituere, si mihi eam soluissent, sicut plenius in dicta bula continetur. Et, si dictam quitantiam uobis non dederō et aliquo tempore camera apostolica por dicta solutione mihi facta uobis dederit impedimentum, ego me obligo uos liberare a dicta camera apostolica, sine aliquo damno quod uobis euenerit ratione dicte solutionis mihi facte.

Et ut hoc pateat omnibus, hoc scripsi in Sancto Benedicto, prope Ulisbonam, nono die maii, M.<sup>o</sup> cccc.<sup>o</sup> xxx.<sup>o</sup> vj.<sup>o</sup>, et etiam nostre sigillo benedictionis roborauj.

(as.) Gomecius, abbas Florentinus.

## 111

13 MAIO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Lopo Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz das sisas de Pombal e termo.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 112. Inserta na de confirmação do regente D. Pedro de 23 de Abril de 1440.

D. Edhuarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Lopo Afonso, scudeiro do jfante dom Anrrique, meu jrmão, teemos por bem e damollo por juiz das nossas sisas de Poonbal e seu termo.

E porem mandamos ao nosso contador da dicta comarca e aos rren-deiros e rrecedores, que ora ssom e ao deante fforem, das dictas sisas e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer que ajam o dicto LopAffonso por juiz das dictas sisas e outro nêhũ nom, e o lleixem seru-ujr e husar do dicto ofiço sem lhe sobre ello sseer posto nêhũ embargo. O qual LopAfonso jurou, etc.

Dada em Estremoz, xij dias de mayo. Elrrey o mandou, per Diego Fernandez dAlmejda, do sseu conselho e veedor de sua fazenda. DiegAlvarez a fez. Anno de mjl iiij<sup>o</sup> xxxbj annos.

## MARÇO - MAIO 1436

*Alvará de el-rei D. Duarte, dirigido a Bartolomeu Gomes, provedor dos rendimentos régios de Lisboa, a enviar-lhe cópia das ordenações de el-rei D. João I de 1418 relativas à tiragem de «pedido» no reino, para ele as observar na recolha do «pedido e meio» em Lisboa e termo, concedido ao monarca pelas cortes de Évora de Março de 1436 (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 2, fl. 47 v., — donde se reproduz, no final do texto das supracitadas ordenações de 1418, já lançadas em nosso vol. 2, pp. 289 e ss.

Publicado: por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 502; por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 44, nota 118, e por FLORES GONÇALVES, *Capítulos especiais de Santarém nas Cortes de 1436*, p. 8. Sumariado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 495, n.º 811.

Nos, elrey, ffazemos ssaber a vos, Bertollame[u] Gomez, prouueador das nossas rrendas de Lixboa, que estas som as hordenações que ffez elrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, per que sse tiraram os pididos pasados, com algũuas nossas decrarações (2); as quaeas vos

(1) O presente alvará eduardino não leva indicação de lugar nem data, na única cópia conhecida. PEDRO DE AZEVEDO e SILVA MARQUES, *Lugares infractados*, situaram-no em Março de 1436, porém sem base; pois a única coisa que nele se afirma é que fora o «pedido e meio» concedido ao monarca «em as cortes que fizemos em a cidade de Évora no mês de Março de 436 anos.» A expressão deve denunciar até haver sido redigido o documento já em Abril ou Maio; doutra sorte, ler-se-ia nele talvez «neste mês de Março». Por isso o colocamos, em hipótese, em Março-Maio, tendo em consideração o DOC. 114. O cronista RUI DE PINA datou erradamente de 15 de Abril de 1436 as cortes de Évora em referência; de Março anterior (Cfr. a nota 1 ao nosso DOC. 105).

(2) As ordenações em referência, conservadas na *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 2, fls. 43 v. e ss., são as prescritas por el-rei D. João I para o lançamento de «pedido» no ano de 1418, outorgado ao monarca pelas cortes de Santarém da mesma data, as quais publicámos em nosso vol. 2, pp. 289 e ss., posto seja possível que elas encerrem, como se poderá deduzir do presente texto, algumas declarações eduardinas, de 1436.

mandamos dar pera ffazerdes per ellas tirar e rrecadar, em essa cidade e sseu termo, hũu pedido e meeo, que nos ora ffoy outrogado pelos conçelhos, em as cortes que ffezemos em a çidade dEuora, no mes de março de iiij<sup>o</sup> xxxbj annos.

## 113

## MARÇO - MAIO 1436

*Dúvidas sobre «o pedido e meio», esclarecidas por el-rei D. Duarte.*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 2, fl. 47 v.

Publicado por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 502.

Duujdas deste pedido e meo, pera determinar com elrey nosso ssenhor se pagarom ou nom.

Jtem, os estrangeiros aqui cassados e que teem beens e gouuem (1) dos priuilegios de vezinhos.

Jtem, os homeens dalfandega. Cada vez ham carta. Costrangamnos.

Jtem, os homeens do thesouro. Cada uez am carta. Costrangamnos.

Jtem, os homeens dalcaydaria. Cada uez am carta. Costrangamnos.

Jtem, moedeiros. Priuilegios teem. Os que laurom contenuados ssejom escusados e outros nom.

Jtem, escolares. Priuilegios (2) teem. Som cassados e procuradores. Se nom ffor leente ou nom ouue contenuadamente, pague (3).

(1) Gozam, do latim *gaudere*.

(2) No ms. *privilegiados*, decerto por equívoco do copista.

(3) Sobre o assunto havia já legislado el-rei D. João I, por cartas de 8 de Fevereiro de 1392 e de 25 de Outubro de 1400; na primeira, dispensara do pagamento do «pedido» então lançado os lentes e bedel da Universidade e ordenara fossem vistos e cumpridos sobre o particular os privilégios dos escolares e de outras pessoas universitárias; na segunda, isentou do pagamento de «pedido» três lentes de Lels e de Decretais, quatro de Gramática, dois de Lógica, um de Física, de Teologia e de Música, assim como o bedel e o conservador (Cfr. *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1940, pp. 133 e 179). E, por carta 3 de Dezembro de 1433, el-rei D. Duarte confirmara à mesma Universidade os privilégios concedidos pelos monarcas seus antecessores (*Ibi*, pp. 194 e 239).



21 MAIO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, endereçada a Bartolomeu Gomes, provedor dos rendimentos régios, com normas sobre a cobrança, em Lisboa e termo, do «pedido e meio» concedido ao monarca pelas cortes de Évora de Março anterior (1).*

ANTT, Chancelaria de D. Duarte, liv. 2, fl. 43.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 503.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 497, n.º 817.

Referenciada principalmente por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 33 e ss.

Bertollameu Gomez. Nos elrey vos enuiamos saudar. Fazemosuos saber que, em estas cortes que ora fizemos em a nossa cidade dEuora, pellos procuradores das çidades e villas e lugares dos nossos rreinos, que hi pera esto foram juntos, nos foy outorgado hũu pidido e meo pera a armada que auemos de fazer, prazendo a Deus.

E porem uos mandamos que, logo vista esta carta, sem outro alongamento, ajaaes enformaçom das pessoas dessa cidade e termo que seram pertencentes pera rrequeredores moores, e mandayos chamar e dizeelhes, da nossa parte, que o sejam, e daaylhes o trellado da hordenaçom que uos hora mandamos, per que uos ajaaes de rreger e se o dicto pidido e meyo ha de tirar, pera se rregerem per ella.

E esso medes lhes dade o trellado dos liuros e cadernos em que ssom escriptas as pesoas e contijas que a nos ham de pagar pedido, pera tirarem

---

(1) Na chancelaria eduardina, única fonte conhecida, o documento leva o título seguinte, da autoria de quem nela o exarou, e que reveste interesse histórico, por nos dizer que já na data em que nela foi lançado, talvez não muito depois da data do documento, estava assente seguirem na armada para Tânger os infantes D. Henrique e D. Fernando e o conde de Arralolos.

— «Hordenaçom per que se tirou o pidido e meo na çidade de Lixboa e seu termo, o quall ffoy outorgado a elrey dom Eduarte, nosso ssenhor, nas cortes que fez em a çidade dEuora na era llij'xxxbj pera a armada em que, a Deus prazendo, he hordenado que vaam os ssenhores jffante dom Anrique e jffante dom Fernando, seus jrmãos, e conde dArrayolos, seu sobrinho, do quall pidido e meo teue carregado de o fazer tirar, na dicta çidade e termo, Bertollameu Gomez».

o dicto pidido e meyo em essa çidade e termo, de que tendes carregado darrendar e fazer e rrecadar as nossas rrendas e dereitos e pididos. Mandaye a cada hũu desses rrequeredores que ponham logo tantos sacadores e escpuiãaes em essas freguesias da comarqua de que teuer carregado, per que o dicto pidido e meyo seja logo tirado. E dos mouros fazee logo tirar e rrecadar dous pididos. E costringee os dictos rrequeredores que o façam; e, se o fazer nom quiserem, mandamos aas nossas justiças que os costringam que o ajam asy de fazer e que façom outrosy todollos outros costringimentos que lhes per nos for mandado que ajam de fazer e conprir, pera sse o dicto pidido e meyo melhor e majs conpridamente auer de tirar, como conpre a nosso seruiço.

E, porque esta coussa conpre muyto a nosso seruiço de sse auer de fazer tostemente (2), encomendamosuos e mandamos que o façaees com boa diligencia e o majs tostemente que se fazer poder. E certo sseede que, sse o asy fezerdes, que nos farees em ello seruiço e prazer e coussa per que uos faremos mercees. E mandamosuos que, em tirar o dicto pidido, vos rrejaaes per essa ordenaçam que uos mandamos pera o tirar e per o rrigimento que em ella uay, per que uos mandamos que ajaaes de liurar as duuidas e agraos que sse sobre ello rrecregerem perante os ssacadores e rrequeredores moores, por se escussar de muytas pessoas virem a nos sobre ello e auerem custas e trabalhos que ssobresto sse poderem rrecreger (3).

E todollos djnheiros que o dicto pidido e meyo rrender fazeeos entregar a Joham Gonçalluez, nosso thesoureiro moor em a dicta çidade, que os rreçeba presente o escpuiam de seu ofiço, e de estromentos de conhicimentos aos sacadores dos djnheiros que asy delle rreçeberem, ffectos per o dicto scpuiam, sem lhe delles leuarem djnheiro, pera per elles rrecadarem, em contos, perante nos; e façam hũu liuro apartado sobre ssy da rrecepta e despesa dos dictos djnheiros e nom os mesturem com outros nem façam delles nẽhũas despesas sem nosso espeçiall mandado.

E entreguees asy os dictos djnheiros ao dicto Joham Gonçalluez, vos tomade logo conta aos dictos ssacadores, presente os escpuiãaes e rrequeredores moores, per os liuros e rolles per que o tirarem e rrecadarem, de todo o que asy rreçeberam. E sse em algũus ficarem deuedores, costringeeos que os entreguem loguo ao dicto Joham Gonçalluez, thesoureiro

---

(2) Depressa. De sublinhar a urgência que el-rei põe na cobrança do «pedido», muito antes de chegarem a Bolonha os embaixadores portugueses ao concílio e de impetrarem do papa Eugénio IV a bula de cruzada para a campanha em projecto bem como sem saber se a conseguiria. (Cfr. o nosso DOC. 138).

(3) Sobre a ordenação aqui referenciada veja-se a nota 2 ao nosso DOC. 112.

moor, como dicto he. E mandamosuos que ffaçaes dar a cada hũu desse rrequeredores moores bj<sup>e</sup> rreaes brancos, que lhe mandamos dar por seu trabalho e pera ajuda de seu mantimento. E uos rregebee os dictos djnheiros em despesa a qualquer ssacador que lhos, per nosso mandado, der.

Outrosy uos mandamos que mandees logo aos arrabijs e ueereadores e procuradores das cumunas dos judeus dessa cidade e termo de que tendes carguo que nos dem logo de seruigo, de que nos ora delles queremos ser-ujr, em que monta dous pididos (4).

E mandaaylhes que rrepartam loguo antre sy a dicta contija, per aquella guissa que a rrepartiram nos trinta e dous contos que nos pagaram pollos erros de que os rrelleuamos. E fazee entregar os dictos djnheiros ao dicto Joham Gonçalluez, thesoureiro moor, presente o escpriuam de seu ofiço, pera os guardar, com os outros do dicto pidido e meo christãaos, como dicto he; e do dia que lho rrequerdes, seja tirado ataa hũu mes.

E aquelles que assy entregarem os dictos djnheiros ao dicto Joham Gonçalluez, thesoureiro, cobrem delle estormento de confissiom, fecto per escpriuam de sseu offiço, pera sua guarda.

E, tomadas as dictas contas, fazeenos saber, per uossa carta, quantos djnheiros se rrecadarom em essa cidade e termo, de que teendes carrego do dicto pedido e meo e seruigo dos judeus. Honde all nom façades.

Dante em Monte Moor o Nouo, xxj dias de mayo. Era 1436.

## 115

26 MAIO 1436

*Carta do infante D. Henrique, a doar para sempre a D. Fernando de Castro, administrador de sua casa, o paul de Boquilobo, com a condição de ele andar sempre indiviso, por demonstrar a experiência que paus divididos são perdidos, por os herdeiros não refazerem as valas (1).*

---

(4) No ms.: *serviço dous pididos de que nos ora delles queremos serujr, em que monta.*

(1) Sobre os antecedentes do presente texto vejam-se os DOCS. 19, 32, 126, 127 e 129 do nosso vol. 4, bem como o documento seguinte. Sublinha-se, uma vez mais, o empenho do infante D. Henrique pelo aproveitamento das terras incultas, fonte de riqueza do país. O topónimo Boquilobo mantém-se hoje em lugar da freguesia de Brogueira, concelho de Torres Novas, zona abrangida pelo velho paul, parte do qual sito no campo da Golegã.

BSGL, *Colecção Vidigueira*, maço 1, n.º 8. Original em pergaminho, com vestígios do selo rodado no verso.

Eu o jffante dom Henrrique, duc de Uiseu e ssenhor de Coujlhãa, ffaço saber a quantos esta carta de pura doaçam antre viuos valedoira virem que eu scaibey o paul de Buquelobo com dom Fernando de Castro, governador de mjna casa, por o paul de Traaau (2), do quall paul de Buquelobo elle logo foy de posse e o logrou e ouue tenpos certos, per hũa carta que delrey, meu ssenhor e jrmão, ouue. E a mjm nunca foy dada carta de doaçam do dicto paul de Traaau, que me elle asy auya de dar pollo dicto escaibo, porquanto nom tijna delle nhũu titollo per que mo podesse entregar, pera o dicto escaibo seer boo e valioso, segundo todo esto mais conpridamente foy dicto e rrazoado, da mjna parte e sua, perante o dicto ssenhor rrej. E elle ouue por nhũu o dicto escaibo, segundo se pode veer per sua carta, que sobrello mandou dar; por a quall rrazam eu mandey lançar mão do dicto paul de Buquelobo pera mym e ouue por filhada a posse e menistraçam delle.

E ora, consijrando eu os muytos serviços que me o dicto dom Fernando tem fectos e nom çesa de fazer em cada hũu dia e, querendolhe fazer graça e mercee; eu lhe faço e outorgo do dicto paul pura doaçam antre viuos valedoira pera todo senpre, em tal guisa que elle faça delle e em elle como de sua cousa propria e isenta e que possa dar e doar e vender em alhear e trocar e escaibar e leixar per aquelle modo e maneira que por bem teuer, com tal condiçam que senpre o dicto paul ande juntamente em hũa pesoa soo, a quem o elle queira dar ou doar ou leixar ou vender ou trocar, per tal maneira que nunca em algũu tempo possa seer partido antre herdeiros nem molher rrecebida per via de casamento. E esto porque soo[m] çerto, assy per homeens antigos, que teem rrazam de o saber, como per pratica e experiencia de fecto que eu vy e ja aconteeço per muitas vezes a outros, que todos os pauees en que auya partiçam logo eram perdidos, porquanto os herdeiros a que parte perteeçe sse nom querem ajuntar a adubar as valas, e portanto sse perdem muito de ligeiro, por a gram vista e rreparimento que ham mester as dictas valas, o que se nom pode assy fazer quando muitos teem parte.

E porem, com estas condições lhe faço a doaçam sobredicta e mando que assy ho aja pera todo senpre, como dicto he, segundo todo esto sse contem em hũa carta doutorgamento que lhe he dada per o dicto ssenhor rrej e a rrainha e príncepe, meus senhores (3). E, em testemu-

---

(2) No ms. sempre *Traada*, por *Traaau*, como se lê nos demais textos; pelo que corrigimos.

(3) Alusão ao documento seguidamente lançado.

nho desto, lhe dey esta mjnha carta, asijnada per mjm e aseelada do meu seello.

Fecta em Montemoor o Nouo, xxbj dias de mayo. Joham de Basto a fez. Ano do Senhor de mjl e iiij<sup>e</sup> xxx seis anos.

(as.) J. d. a. (4).

## 116

26 MAIO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar, juntamente com a rainha D. Leonor e o infante D. Afonso, a D. Fernando de Castro, do seu Conselho e governador da casa do infante D. Henrique, a doação que este lhe fizera do paul de Boquilobo, junto a Torres Novas, nas precisas condições da doação, o qual fora doado de scsmaria ao dito infante por el-rei D. João I, por haver então mais de 40 anos que não era aproveitado (1).*

BSGL., *Colecção Vidigueira*, maço 1, n.º 7, original em pergaminho, com selo de cera das armas régias envolto em pergaminho e pendente de fita de algodão azul e branca, — texto que se reproduz; ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 193 v.; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 172; em leitura nova, *Místicos*, liv. 1, fl. 291 v.; e liv. 3, fl. 236 v.; e *Estremadura*, liv. 11, fls. 52 v. e 124.

Publicada por VIRGINIA RAU, *Seasmarias medievais portuguesas*, pp. 165-66, segundo a cópia da chancelaria eduardina.

(4) Jfante dom Anrique.

(1) Cfr. o documento anterior e os ali citados. Em 4 de Junho seguinte, D. Fernando de Castro, no instrumento de contrato de casamento de seu filho D. Alvaro com D. Isabel de Cascais, doou ao novo casal, em sua vida, tanta terra do paul em referência que dele pudessem colher, anualmente, 100 molas de trigo e, para depois da sua morte, todo o dito paul, a eles e herdeiros. O contrato foi celebrado em Montemor o Novo, na presença de el-rei, da rainha e do infante D. Henrique, entre o citado D. Fernando e D. Afonso de Cascais, pai de D. Isabel. (O documento, extraído do arquivo da Casa de Cascais, foi publicado por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 6, provas do liv. 13, n.º 13). Era aquele D. Afonso filho bastardo do infante D. João e neto de D. Inês de Castro, casado em 1408, em primeiras núpcias, com D. Branca da Cunha, filha do Dr. João das Regras, ao qual el-rei D. João I, em 4 de Julho daquele ano, doara em casamento 7.000 dobras de ouro para compra de herdades; e, por não lhas poder dar, entregou-lhe os reguengos de Algés, de Oeiras e todos os mais de ribamar, termo de Lisboa (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 103 v.). No aludido contrato de 1436, D. Afonso doou a sua filha, em dote, o reguengo de a par de Oeiras. Sobre o assunto pode ver-se também B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, pp. 353-51.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue e senhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos fomos çerto que o muy viturioso e de grandes uertudes elrrey meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, foy rrequerido per o jfante dom Anrique, meu muyto preçado e amado yrmão, que lhe desse, de sesmaria, o paul de Boquilobo, que he açerqua de Torres Nouas; porquanto, em outros tempos soya seer laurado e aproueitado e que auja quareenta annos e mais que o nom era, do que vijnha perda aa terra, e, porquamto o elle emtenda de mandar abrir e aproueitar, que nom possese duujda a lho dar.

E, ante que per o dicto senhor lhe fosse outorgado, elle mandou fazer editos nas villas e lugares em cujos termos o dicto paul jaz pera, se alguns teuessem alguuas herdades em elle, que as aproueitassem ataa çerto tempo e senom que as daria de sesmaria. Os quaees editos foram fectos e passou o tempo que asinado fora e muito mais a que as auyam daproueitar e nom as aproueitarom; por a qual rrazom e por o dicto paul ser aproueitado e aos da terra e comarqua se seguir proueito, prouue ao dicto senhor de o dar de sesmaria ao dicto jfante. E fomos çerteficado que logo lho deu.

E, depois que lhe asi per el foy outorgado, o dicto jfante escambou o dicto paul com dom Fernando de Crasto, governador de sua casa e do nosso conselho, por o paul de Traaua, que lhe o dicto senhor deu tanbem de sesmaria, segundo o dicto dom Fernando dizia. O qual contrauto de escambo foy fecto e per nos confirmado e autorizado e fica dello carta ao dicto dom Fernando, signada per nos e seelada do nosso seello, demarcando nos porem primeiramente o dicto paul de Boquilobo per certas demarcaçoes, comthudas na dicta carta que asi o dicto dom Fernando de nos ouue. E somos çerteficado que, por bem do dicto escambo, ouue logo o dicto dom Fernando a posse e corporal posisom do dicto paul de Boquilobo e o posoyo per alguus tempos.

E, veendo o dicto meu jrmão como o dicto dom Fernando ouuera e posoya o dicto paul de Boquilobo que lhe elle asi dera em escambo e commo elle comprira o contrauto de sua parte e o dicto dom Fernando nom lhe dava o dicto paul de Traaua, porque o asi escanbara, nem compria o dicto contrauto de premudaçom ou escambo de sua parte nem o podia dar nem comprir, porque nom tijnha carta delrrej seelada, per que o dicto paul de Traaua lhe fosse dado nem outorgado; portanto o dicto meu yrmão deitou mão por o dicto seu paul de Boquilobo e ouue por filhada a posse delle e ouue o dicto contrauto descanbo por nehũu, por o dicto dom Fernando o asi nom comprir da sua parte nem poder comprir. E por tal foy auudo e a nos noteficado e nos por nehũu ho ouuemos, presemte o dicto dom Fernando, que sobrelo compridamente foy ouuydo, e o ouuemos por nehũu e de nehũu vallon, asi como [se] nunca fosse fecto.

E ora nos foy dicto pello dicto jfante meu yrmãao que, consijrando elle os muytos seruiços que lhe o dicto dom Fernando tijnhia fectos e nom çessa cada dia de fazer, querendolho gallardoar com merçees, elle era moujdo, com justa rrazom, a lhe fazer doaçom e merçee do dicto paul de Boquilobo, porem com çertas comdiçoes, se a nos prouueise e o quisesemos aprouar e dar a ello nossa autoridade e consentimento. As quaees decrarando, disse que elle consisjrara e fora çerteficado, asi per homees antijgos que teem rrazom de o saber, como per pratica e experiencia de fecto em seu tempo e que acomteçera a outros no seu tempo dantes elles, que todos os pauus em que auja partiçom logo eram perdidos, porquanto os herdeiros e outros a que parte perteeçe se nom querem ajuntar a adubar vallas, e portanto se perde muyto de ligeiro, por a gram vista e rreparamento que ham mester as dictas vallas, o que se nom pode assi fazer quando muytos teem parte. E porende sua vountade era dar o dicto paul ao dicto dom Fernando com tal condiçom que nunca em algũu tempo fosse partido nem comũu antre herdeiros, nem molher, mas sempre amdase em huua pessoa soamente, o que a nos pareçe e pareçe muyto rrazoado.

Porem logo em nossa presença, o dicto meu yrmãao, com nosa autoridade e consentimento, fez liure e pura doaçom, valledoirã antre viuos, pera todo sempre, pera elle e seus herdeiros e sobçesores, do dicto paul de Boquilobo, ao dicto dom Fernando com todos seus direitos e perteenças e derytos com proueitos per aquellas demarcaçoes que per nos foy demarcado, segundo na dicta carta que de nos ouue o dicto dom Fernando he comthudo, com tal comdiçom que elle o possa dar, doar, vender, escambar assi como sua cousa propia; porem, que nunca possa ser partido nem comunjçado antre herdeiros nem outra algũua pessoa, mas sempre ande em huua pessoa soamente, e o dicto dom Fernando o aja e logre e posua em dias de sua vida assi como sua coussa propia e despois de sua morte o possa dar, se quiser, a hũu seu filho somente, qual elle quiser e por bem teuer e lho der ou nomear em sua vida ou outra persoa qual quiser ou a filha, de guisa que a hũu nom seja, per esta doaçom, moor direito aquerido que a outro, saluo soamente aaquelle a que o elle der ou nomear ante de sua morte. E, pasando o dicto paul a cada hũu de seus filhos, segundo per elle for ordenado ou ordenar que o aja, que de hi en diante asi passe a seus herdeiros e sobçesores em huua pessoa soamente, en tal guisa que nunca venha em partilha. E com tal comdiçom lhe fez a dicta doaçom. E pediunos o dicto jfante, meu jrmãao e o dicto dom Fernando, que asi lho confirmasemos com a dicta comdiçom, porquanto de o asi auer e aceptor era contente.

E nos, vendo o que nos assi o dicto meu jrmãao pedia e querendo fazer graça e merçee ao dicto dom Fernando, a que muyto obrigado somos, consijradas muytas legitimas rrazooes que nos mouem a lho fazer, emssenbra com a rrainha dona Lianor, minha molher, e o príncipe dom Afonso,

nosso filho primogenito, que a esto presentes foram e comsemtirom, lhe aprouamos e autorizamos a dicta doaçom asi comdiçionada e a auemos por boa. E queremos e mandamos que o dicto dom Fernando e seus herdeiros e sobesores ajam e posuam o dicto paul de Boquilobo com saas perteenças, emtradas e saidas per as dictas deuisooes e marcos per nos demarcados e segundo na outra nossa carta, que o dicto dom Fernando tem, he comthudo e com a comdiçom e modo sobredicto em esta presente. E faça em elle e delle como de sua propia cousa, como dicto he, rresaluando em esto nossas jurdiçooes e dereitos e da dicta rreina.

E porem mandamos a todollos correjedores e justiças, ofeçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer que lhe compam e guardem e façom compir e guardar esta nosa carta de doaçom e aprouaçom, comsemtimento e autoridade como em ella he comthudo, em todo e per todo, porquanto he nosa merçee de asi ser fecto sem outro nehũu embargo que lhe sobrelo seja posto. E, por sua segurança, lhe mandamos dar esta nossa carta, sijlada per nos e seellada do nosso sello pendente.

Dante em Montemoor o Nouo, xxbj dias de mayo. Martim Gil a fez. Era do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl quatroçentos trijnta seis anos.

(as.) ElRey

(as.) A Reynha

*Na margem inferior:* Confirmaçom do paul de Boquilobo fecta por a carta que elrey glosou.

117

1 JUNHO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, até 18 homens que hão de andar na armação dos atuns e corvinas no Algarve (1).*

---

(1) Por carta de 25 de Setembro de 1433, el-rei D. Duarte concedera ao infante D. Henrique, enquanto sua mercê fosse, que só ele ou a quem ele desse licença pudesse pescar atum no reino do Algarve e ainda os direitos e rendimentos régios da mesma pesca, excepto a sisa do peixe que vendesse, a qual ficara reservada ao monarca (Cfr. o DOC. 76 do nosso vol. 4). No documento não se fala, porém, nas corvinas, de cuja pesca na mesma zona parece haver o infante detido o exclusivo enquanto viveu (Cfr. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 77-78), posto não se conheça a respectiva carta régia de doação.



ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 39 v., — texto que se reproduz, inserta na de confirmação afonsina de 8 de Março de 1449, e liv. 19, fl. 19 v., inserta na da regência de 12 de Abril de 1439.

Publicada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 406, doc. 24.

Dom Eduarte, etc.

A uos, noso corregedor do dicto rregno do Algarue e a todolos outros juizes e justiçaes e ofiçaas dele, que ora som e ao diante forem e esto ouuerem de veer per qualquer gisa que seja, a que esta carta for mostrada ou trelado della em publica forma, saude.

Sabede que o jfante dom Henrique, meu jrmão, nos pedio que lhe priuiligiasemos ataa xblij<sup>o</sup> homeens que no dicto rregno (2) ham dandar, na armaçom dos atuns e corujnas. E nos, visto seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e mandamosuos que aqueles que fordes çertos, per aluaraes do dicto jfante, sinados per sua mão, que som armadores dos dictos atuns e corujnas ata o conto dos dictos dezoyto, nom costringaaes nem mandees costringer que siruam nem pagem em nehũs encarregos e seruidões do dicto conçelho, saluo em pontes e fontes e calçadas e nas outras cousas em que seruem e pagam os lauradores dos fidalgos encabeçados (3) e dos nosos uasalos, porque de todas as outras cousas os auemos por priuiliçados, asy como elles.

Outrosy, mandamos que nom pousem com elles, em suas casas de morada, nem lhes tomem rroupa de cama nem alfayas de casa nem outra nehũa cousa do seu contra sua vontade.

E outrosy, per esta carta, lhe damos liçença e lugar que seguramente, per todos nosos rreynos, posam trazer suas armas, sem embargo da nosa defesa nem hordenaçom. E nom lhas filhem nem coutem nem façam outro nehũ desagisado, contanto que as nom tragam de noyte, aas desoras, nem de dia fazendo com ellas o que nom deuem. E, por suas guardas, lhe mandamos dar esta nosa carta, asinada per nos e aselada do noso selo. Vnde al nom façades.

Dante em Montemoor [o] Nouo, primeiro dia de junho. Lopo Afonso a fez. Ano do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill iiii<sup>o</sup> xxxbj anos.

(2) Do Algarve.

(3) No liv. 19 *lauradores encabeçados dos fidalgos*. O adjectivo refere-se de facto a *lauradores* e não a *fidalgos*.

8 JUNHO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, a contar a Gonçalo de Pina, escudeiro, criado do infante D. Henrique, herdade sita a duas léguas da cidade de Évora, para o lado de Viana, a qual seu sogro, João Esteves Lourinho, vassalo de el-rei, lhe doara em casamento e havia sido coutada àquele, em sua vida, por el-rei D. João I (1).*

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 196 v., texto que se reproduz; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 6, fl. 181 v. (aqui datada de 1426, por haverem raspado o primeiro x) e fl. 227 v. Não reproduzimos a carta joanina por ela não interessar directamente à presente colectânea documental.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 497, n.º 819.

Dom Eduarte, etc.

A uos, jujzes da nossa cidade dEuora, e a todas las justicas dos nossos regnos e a outros quaaesquer que esto ouuerem de uer, saude.

Sabede que da parte de Gonçallo de Pina, scudeiro, criado do jffante dom Anrrique meu jrmãao, que mujto prezamos e amamos, nos foy mostrada hũa carta do muj virtuoso rrey dom Joham meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, seelada do seu seelo pendente, assignada per Fernam Gonçalluez, licenciado em leis, e per Vaasco Gil de Pedroso, escollar em leis, do seu desembargo, fecta per Gonçalo Afonso, em Sintra, xb dias de julho da era de Cesar de mjl iiijº Riij annos, da qual o theor, de uerbo a uerbo, tal he.

*Segue-se a transcrição da carta joanina de 15 de Julho de 1405, passada a João Esteves Lourinho, vassalo de el-rei, residente em Évora, a contar-lhe a mesma herdade.*

E emujounos dizer o dicto Gonçallo de Pina que o dicto Joham Steuez (2) lhe dera a dicta herdade em casamento com hũa sua filha, com que ora he casado; e que nos pedia que mandasemos que a dicta herdade fosse coutada a elle pella guisa que o era ao dicto Joham Steuez, seu sogro.

(1) A este mesmo escudeiro henriquino se referem os DOCS. 58 do nosso vol. 3 e o 79 do presente volume, assim como outros posteriores, que em seus lugares serão lançados.

(2) Joham Steuez Lourinho, seu sogro.

E nos, visto seu requerimento, nom embargando que a dicta coutada se nom estendia mais que na uida do dicto Joham Steuez; querendolhe fazer graça e mercee, a nos praz que a dicta herdade seia a elle coutada pella guisa que o era ao dicto seu sogro e na dicta carta faz mençam. Porem uos mandamos que lhe conpraes e guardees e façaes conprir e guardar segundo em ella he contheudo. Vnde al nom façades.

Dante em Montemoor o Nouo, biiij dias de junho. Elrrey o mandou. Fernam Gil a fez. Era do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij<sup>o</sup> xxxbj annos.

## 119

19 JUNHO 1436

*Letras Litteris tuis, do papa Eugénio IV ao rei D. Duarte, que lhe pedira nomeasse D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, para visitador e reformador das igrejas e lugares eclesiásticos de Portugal, a dizer-lhe que, devendo estar a chegar os seus enviados, por certas razões trataria do assunto com eles presentes (1).*

ASF., *Badia Fiorentina*, X/25, em pergaminho, — texto que se reproduz; AV.; *Vat. Lat.*, t. 8031, fl. 99, em cópia do século XVI.

Editadas por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 144. Reveladas e sumariadas por DOMINGOS MAURICIO, *O Infante Santo Cardinal*, p. 33.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Carissimo in Christo filio Eduardo, Portugalie et Algarbij regi illustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Litteris tuis, fili carissime, quas dudum cum alijs nonnullis accepimus, nos requiris ut dilecto filio Gometio, abbati Sancte Marie Florentinensis, apud celsitudinem tuam nuntio nostro, uisitandi et reformandi ecclesias et loca ecclesiastica in regno tuo facultatem tribuere uelimus.

---

(1) Alusão aos embaixadores de Portugal ao concílio de Basileia, sob a chefia do conde de Ourém, os quais passaram por Bolonha, em visita ao pontífice, aonde chegaram em 24 de Julho seguinte (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja*, t. 2, pp. 464 e ss. e a bibliografia all aduzida).

Ceterum, cum oratores tuos ad nos uenturos in dies expectemus, negotium ipsum, nonnullis rationibus animum nostrum mouentibus, usque ad illorum aduentum proferre decreuimus, quid in ea re melius uisum fuerit, illis presentibus, disposituri.

Datum Bononie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo sexto, tertio decimo kalendas iulij, pontificatus nostri anno sexto.

Jo. de Steccatis.

*Fora:* Carissimo in Christo filio Eduardo / Portugaliæ et Algarbij regi jllustri.

120

19 JUNHO 1436

*Letras Inter nonnullas litteras, do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a mostrar-lhe a sua satisfação por ele, tanto nas cartas que lhe enviou por D. Gomes, abade de Santa Maria de Florença, como em resposta a outra sua, não haver acatado o decreto contra a percepção das anatas, menos honesta e razoavelmente promulgado no concílio de Basileia (1).*

ASF., *Badia Fiorentina*, X/24, em pergaminho, certamente um duplicado, — texto que se reproduz; AV., *Var. Lat.*, t. 8031, fl. 100, em cópia do século XVI.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

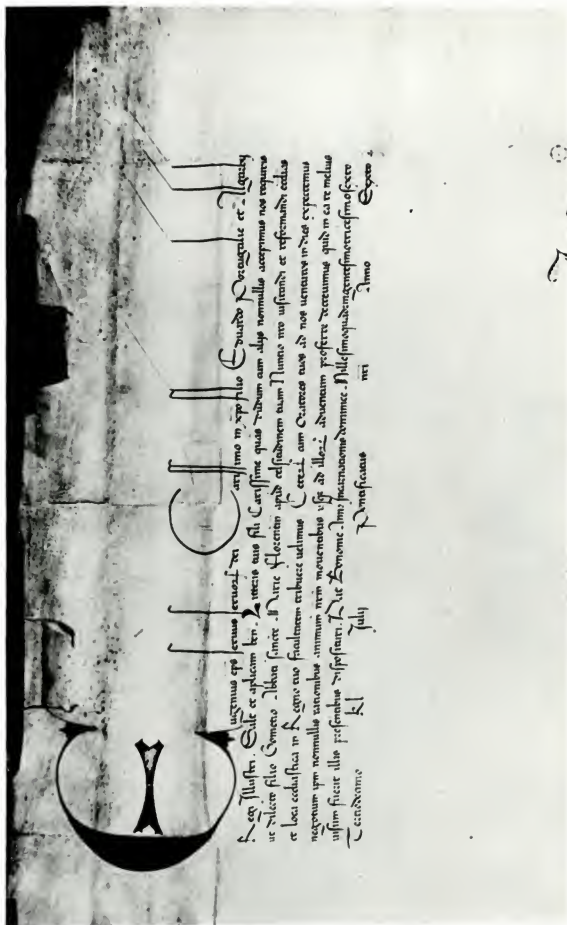
Carissimo in Christo filio Eduardo, Portugaliæ et Algarbij regi jllustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Inter nonnullas litteras quas nuper a tua serenitate recepimus, ille nobis gratissime fuisse quibus decretum de annatis non recipiendis, in concilio Basiliensi minus honeste et rationabiliter editum, te non recipere responsum reddidisti, tam per dilectum filium Gometium, abbatem Sancte Marie Florentinensis, nuntium nostrum, quam per nostras litteras requisitus.

---

(1) Sobre o assunto veja-se a nota ao nosso DOC. 84.

100



Est. V. — Letras Litteris tuis do papa Eugénio IV, de 1436 (Doc. 119).

119  
Eugénio IV

**I. de Etenen**

Qua in re, cum esset nobis longe antea perspecta et cognita tue erga nos et romanam ecclesiam deuotionis sinceritas, nichil fere hijs litteris noui nobis allatum est. Jgitur, excellentiam tuam in Domino commendantes, quas ualeamus gratias eidem serenitati referimus.

Datum Bononie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo sexto, tertio decimo kalendas julij, pontificatus nostri anno sexto.

Jo. de Steccatis.

*Fora:* Carissimo in Christo filio Eduardo, Portugalie et Algarbij regi illustri.

121

[1436]

*Queizas formuladas pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, ou em seu nome, ao papa Eugénio IV contra el-rei D. Duarte, acusando-o de coarctar as liberdades da igreja e de prejudicar a diocese Bracarense em seus rendimentos e no senhorio da cidade (1).*

(1) Não leva o documento, nesta cópia, data nem assinatura; localizamo-lo, contudo, neste ano, atentos os textos pontificios seguidamente lançados e os referenciados; dirigidos ao arcebispo de Braga sobre o assunto. Que seja este o queixoso inferre-se do título e do conteúdo do documento. D. Fernando da Guerra era filho de D. Pedro da Guerra, bastardo do infante D. João, e de D. Maria Anes, bisneto, pelo lado paterno, de D. Pedro e de D. Inês de Castro, e neto, pela mãe, D. Teresa, de João Fernandes Andeiro, conde de Ourém: Sendo chanceler-mor de el-rei D. João I, ascendeu a bispo de Silves em 1409, transitou para a diocese do Porto em 1414 e para a arquidiocese de Braga em 15 de Dezembro de 1417, onde faleceu em 1467 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica*, vol. 1, pp. 144, 407 e 452, e vol. 2, p. 110). Sobre o mesmo podem ver-se também: FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja de Portugal*, t. 2, especialmente as pp. 540 e ss., e Mons. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, t. 2, pp. 249 e ss.; e B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 2, pp. 150-151 e 350-51.

Ao ocupar-se das relações da coroa portuguesa com a Santa Sé e com o clero nacional nesta época, FORTUNATO DE ALMEIDA aludiu aos desentendimentos da cieresia com el-rei D. João I e à concordata firmada entre os mesmos em Santarém, a 30 de Agosto de 1427 (Cfr. *História*, t. cit., pp. 235-36); mas nada disse o autor a respeito da atitude de el-rei D. Duarte, sem embargo de a presente bula se achar já então sumariada no *Quadro elementar*, t. 10, pp. 8-9. Mons. AUGUSTO FERREIRA sublinhou, porém: — «Apezar da Concordia de Santarém entre D. João I e o Episcopado português, os vexames e oppressões ao Estado ecclesiastico repeti-



BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, vol. 2, p. 379, cópia coeva, em papel, conservada no espólio de D. Gomes, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença.

Estes som os agrauos que elrrej faz contra a egreja de Bragaa.

Item, affirma seer juiz hordinajro da pessoa do arçebispo em quaeesquer auções perssoaaes, crimes e çiuées, porque nom tem aquí no rregno subprior, per que sse segue que o papa nom sseja seu juiz e perca o priuilegio e honrra que teem todollos outros clerigos e bispos. E assy ficaria todo ssobiecto e da jurdiçom delrrej, o que o papa e egreja de Roma nom ha de consentir, e he grande abusom e exorbitança. E posse, custume nem prescripçom em tall fecto nom sse poderia causar.

Item, conhoço das scomunhões e interdictos; e, per cartas e sentenças abertas e seelladas, pronunçia e declara serem injustamente scomungados e interdictos.

---

ram-se no reinado do seu filho e successor D. Duarte; e, assim, Eugenio IV em 19 de Junho de 1436 endereçou a D. Duarte a Bulla *Nonnullorum querellis*, em que lhe requeria que não fizesse nem consentisse fazer coisa alguma contra a liberdade ecclesiastica, principalmente na matéria de padroados dos Benefícios, mas antes a favorecesse, e, se, porventura, alguma contenda sobre ella houvesse, o Pontífice desejaria ser seu juiz. Em 15 de Novembro do mesmo anno o sobredito Papa expeditu a Bulla *Inter ceteras graviores*, dirigida a El Rei Duarte para se abster das violencias que fazia ao Clero, e no dia 20 do referido mez enviou a Bulla *Cupientes prout ex debito* a D. Fernando da Guerra, incluindo uma copia da citada Bulla para mandar a El Rei. Em 10 de Janeiro do anno seguinte de 1437 Eugenio IV pela Bulla *Non potuimus tandem annullare* as leis e ordenações do Estado contra a liberdade ecclesiastica» (*Fastos Episcopales*, pp. 262-63, onde o autor cita a *Colecção chronológica* e o *Rerum memorabilium* do ADB.).

Mons. FERREIRA não conheceu o documento ou letras que hoje editamos. Das bulas por ele referenciadas damos apenas a *Nonnullorum querelis*, também publicada agora pela vez primeira, — o documento seguinte. As demais conservam-se no referido arquivo, secção de Bulas, caixa 4. Cumpre adicionar-se-lhes as letras *Ad sacram Petri sedem* do mesmo pontífice, sobre o assunto, datadas de 8 de Janeiro de 1437 (ADB., *Gaveta de noticias varias*, n.º 52). Em 5 dos retrocitados mês e ano, el-rei D. Duarte endereçou carta a Aires Gomes da Silva, regedor da correição de Entre Douro e Minho, e aos demais corregedores e justicas, a dizer que «por algũas rrazoões que nos entom mouerom, mandamos fazer certos proçedimentos contra dom Fernando, arçebispo de Bragaa, meu sobrinho, e contra os seus, priuandoos de quaeesquer offiços e priuilegios que teuesem e que nom fossem rregebidos ao rregimento e offiços dos conçelhos e lugares onde morassem, assegundo mais compridamente ne contheudo nas cartas e mandados que uos entom sobreillo enuyamos», as quaes agora revoga (ADB., *Colecção chronológica*, caixa 25, original em pergaminho, com assinatura régia).

Jtem, manda aos prellados e uigairos que abssoluam os scomungados e alleuantem os jnterdictos; e, nom o fazendo, que os ha por çitados que, a çerto dia, pareçam perante elle e seus desembargadores, pera mostrar como scomungam e porque. E, sse o nom querem fazer, os manda condepnar em çerta ssoma douro e djnheiro e lhes manda tomar as rrendas, ataa que, per força e medo, os faz absolver, ssem contricçom nem satisfaçom, o que he contra a ley de Deus. E taaes nom asom abssoltos, mais som outra uez scomungados e quem o assy manda fazer.

Jtem, ssobre quallquer cousa manda aos prellados e uigairos e defende que nom conheçam mais dos factos que perteeçem aas perssoas leigas, posto que, em mujtos casos, a jurdiçom perteença aa igreja. E, posto que os prellados achem que o conhecimento, em tall caso, perteença aa egreja, mandaos logo çitar que, per pessoa ou seu procurador, uão aa ssua rrellaçom ou perante seu juiz, pera lhe mostrarem como a jurdiçom perteença a elrrej; e assy se faz subprior da egreja. E com estes medos e terrores e despesas e trabalhos leixam antes perder as jurdiçõeas nem ousam ja de conhecer de nêhũ facto que perteença a perssoa leiga, ajnda que seja sacrilegio, nem quallquer outro crime ecclesiastico. E de todo quer tomar a jurdiçom.

Jtem, o peor que he nom eujta nem manda eujtar os scomungados, ante manda que participem com elles e os nom ajam por scomungados. E assy lhes faz perder suas almas em pecado mortall. E, per este aazo, os leigos despreçam o pecado e a obediência de Deus e da sancta egreja. E assy sse perde todo o senhorio e a rreuerença da egreja e os homeens sse dessoluem em tanto mall, que sse podem geerar grandes heresias. E estas cartas, que assy manda o dicto ssenhor, sse dam geeralmente a quaaesquer scomungados que as rrequerem. E, per este aazo, ajnda que a egreja proçeda contra os participantes, nom curam dello cousa e nom sse ham por scomungados. E ajnda sse metem nas egreias e toruam os ofiços diujnos e, de praça, dizem que sse nom ham por scomungados, pois elrrej manda que o nom sseiam. E assy as chaues de Deus e da egreja, de ssoltar e legar, som na mão delrrej.

Jtem, costrange os abbades e prellados dhirem perante ell e seus juizes litigar sobre os padroados das egreias. E mujtas uezes lhes manda tomar liurementemente os benefícios e as rrendas delles, dizendo que acha em seus liuros que os padroados ssom seus. E assy os sbulha de seus benefícios, de que estam em pacífica posse, sem os mais mandar çitar perante seus prellados, a que, de derecho, perteençe o conhecimento dos padroados.

Item, manda, per suas cartas, aos juizes leigos que ponham perssoas leigas por jconemos nas egreias, que as façam serujr no sprituall e temporall e rreçebam as rrendas ataa ueerem seu mandado.

Item, cada dia acontece que os prellados e uigairos, por algũs crimes ecclesiasticos de que a elles perteençe o conhecimento das perssoas leigas, dandolhes penjtenças pecunjarias ou outras temporaaes que, pellos corpos, ajam de conprir, o que o direito outorga e lhes da poder; e, como sse agrauam a elrrej, logo manda que nom conpram a dicta penjtença nem paguem djnheiro nem outra cousa. E assy nom satisfazem nem som abssoltos. E com tall esforço sse leixom jazer em pecado e scomunhom. E o prellado nom ousa declarar serem tornados na scomunhom nem contra elles proçeder. E esto he hũu dos grandes malles que sse faz, que, sse a egreja nom pode dar penjtença, çessa o principall sacramento e o poderio de legar e soltar. E os leigos nom sse enpacham nemjgalha de cousa que seja nem ham temor da egreja.

Item, allem destes agrauos que toquam aa egreja toda unjuersall, ajnda que a mjm em spiciall aconteçesse e platicasse per uezes, e assy creoo que faria a algũs outros prellados, porem a mjm em spiciall sscuto hũu muj grande agrauo sobre o contracto do scainbo que he fecto antre esta egreja e elrrej sobre o ssenhorio desta çidade, no quall scainbo elle sse faz juiz e determjna todallas duujdas como lhe praz, seendo parte, nem rreseruando pera ssy algũa jurdiçom nem conhecimento. E assy a egreja em todo he forçada. E ajnda agora mandou tomar parte das rrendas que tijinha dadas em Lixboa, de que a egreja staua em posse passa de xxx annos(2). E esto, pois he ssenhoe e juiz, pode forçar com cauillações de direito. E por mujtas uezes lhe alleguej e rrequeri que o conhecimento deste scainbo perteença ao sancto padre, nom me uall cousa. E esta perda he tam grande, que nom sse deue passar ssem algũu rremedio e conuem auer sobresto juizes apostollicos.

Item, outros mujtos casos hij ha em que, cada dia, sse husurpa a jurdiçom da egreja e ssobre que ja ouue grandes debates, a saber, que o dicto

(2) D. Fernando da Guerra alude aqui ao contrato firmado em Coima, a 10 de Janeiro de 1402, entre el-rei D. João I e o arcebispo de Braga, em que este cedeu àquele o senhorio e a jurisdicção temporal da cidade metropolitana e de seu termo por 4.000 libras, consignadas em casas da Rua Nova e da Judiaria Nova de Lisboa, etc. (Cfr. o cit. vol. de *Fastos Episcopales*, pp. 237 e ss.). Ao mesmo assumpto respeita carta eduardina de 30 de Novembro de 1436, a ordenar se mantenha ao arcebispo, naquele contrato, a equivalência antiga da moeda, ou sejam 25 libras antigas por marco de prata (*Ibi*, pp. 239-40 e 263). Julgamos que assim respondeu o monarca à presente reclamação.

ssenhor afirma, quando algũs ffogem e sse acoutam aas egreias, que a elle pertence examjnar os processos e mandar que lhe guardem o priujlejo da egreja ou nom. E ajnda as justiças asobramente os tiram logo das egreias com as ymagens abraçadas e britando as portas. E sse o prellado quer proçeder, segundo o dereito manda, rreçebe delle mujtas enjurias e todauja a egreja he desonrrada e uollada.

Jtem, toma conhecimento dos rresidoos e legados leixados nos testamentos a causas piadosas, de que nom he duujda perteeçer o conhecimento e disposiçom aa egreja. E da os dictos rresidoos pera os muros e pera quacesquer outras cousas temporaaes que lhe apraz. E põe juizes e assy a egreja perde ja de todo a dicta jurdiçom nem ousam os prellados poer em ello mãao, segundo lhe o dereito outorga.

Jtem, ajnda deffende, per hordenaçom, que os taballiãaes nom façam stormentos em que nêhũa perssoa leiga sse oblique, per juramento ou per aa boa fe, porque em estes dous casos, ajnda que seja antre leigo e leigo, a egreja de juiz pera lhe ffazer conprir o juramento e a boa fe, per rrazom do pecado. E sso meesmo defende que sse nom possam obligar nem rrespondam perante a egreja. As quaces cousas som em odio da egreja e liberdade della. Porque mujtas cousas contractam os clerigos com os leigos, per esta gujsa, por auerem com elles dereito perante a egreja, o que nom podem acalçar perante o juiz leigo, que senpre, segundo dereito, ssom infestos contra a egreja. E taaes ordenaçoões assy per expresso contra a egreja e liberdade della, *directe uel indirecte*, per que ella nom possa seer em sua propria liberdade, ssom nêhũas per dereito. E os que as fazem e consseham e scpreuem e publicam e husam dellas encorrem nas penas do dereito, se as nom rreuogarem ataa çerto tempo.

## 122

19 JUNHO 1436

*Letras Nonnullorum querelis, do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a estranhar-lhe haverem-lhe chegado queixas contra o facto de o poder civil invadir no país o eclesiástico, revogando sentenças e censuras cominadas pelos prelados e pelos juizes competentes e sendo julgadas no foro secular as causas eclesiásticas, nomeadamente do direito de padroado, e citados perante a cúria régia os próprios arcebispos e bispos; e que, a ser assim, se*

*abstenha de tais excessos e defenda as liberdades e imunidades da igreja, como príncipe tão amigo da Santa Sé, a quem deve recorrer em conflitos com prelados (1).*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 367, fl. 15, — texto que se reproduz; *Vat. Lat.*, t. 8031, fl. 104 v., em cópia do século XVI; ANTT., *Bulas*, caixa 27, em cópia autêntica do século passado, extraída da fonte retrocitada.

Resumidas no *Quadro elementar*, t. 10, p. 8, sobre a citada cópia do ANTT., chama-se-lhes ali bula, e o mesmo título lhes deu, em seu breve resumo, PEDRO DE AZEVEDO, *A Coleção*, p. 198. Parece tratar-se, contudo, de carta particular de Eugénio IV, por isso sem as formalidades habituais das bulas.

Eugenius, etc.

Carissimo in Christo filio Eduardo, Portugalie et Algarbij regi illustri, salutem.

Nonnullorum querelis, per hos dies, pulsati sumus serenitatem tuam quibusdam se negocijs, in regno tuo, ingessisse atque etiam cottidie ingerere, que, si uera essent, procul dubio uergerent in magnum dispendium ecclesiastice libertatis existimationemque sublimitatis tue non leui infamia sigillarent, quod sane intelligimus non nunquam usu euenire, cum uel

(1) Cfr. o documento anterior, nomeadamente a sua nota 1, e também o subsequente. O presente diploma foi assinado pelo papa Eugénio IV em Bolonha, onde então residia, a 19 de Junho de 1436, mais de um mês antes de ali chegarem os embaixadores régios de Portugal ao concílio de Basileia, os quais atingiram a cúria pontifícia apenas em 22 de Julho seguinte (Cfr. o respectivo *Diário* em SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 5, provas do liv. 10, n.º 6). É possível que as acusações formuladas ao pontífice contra el-rei D. Duarte em nosso DOC. 121, as quais provocaram as presentes letras e as demais já citadas sobre o mesmo assunto, se devam não tanto ao arcebispo D. Fernando da Guerra quanto a Rodrigo Dias, deão da sé de Braga, ido para o concílio, como representante da diocese bracarense, no ano de 1433 (Cfr. a nota ao DOC. 59 do nosso vol. 4, e Mons. FERREIRA, *Factos Episcopales*, t. 2, p. 280), o qual efectivamente se encontrava em Bolonha em Julho de 1436, à chegada dos embaixadores portugueses e os acompanhou na recepção pontifícia, como consta do supracitado *Diário*. Somos levados a esta conclusão pelo facto de, no ano seguinte, el-rei D. Duarte se mostrar deveras agravaado com o referido deão, como veremos, a ponto de, por exemplo em carta de 29 de Janeiro de 1437, dizer textualmente ao abade D. Gomes: — «Item, sabereis quæes som aquelles nossos naturæes que estas infâmjas andaram semeando. E, per nossa parte, os reprendee, cada hñu segundo seu merecimento. E em espciali dizee ao dayam de Braggas que nos o conheçemos por tall, que a nos nom apraz que elle vjaia nos nossos regnos nem em elles aja benefício» (BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1702, t. 1, p. 14).

improborum consilio etiam egregie animati principes fruuntur, uel cum, imprudencia quadam ducti, recte illa ad se pertinere existiment; sed utrumque summopere deuotandum est, ne incurras et, si incideris, quantum fieri humana ope potest, emendandum.

Querele, autem, de quibus loquimur, circa huiusmodi fere uersantur: sententias uidelicet et censuras ecclesiasticas, per prelatos et alios iudices potestatem habentes inflictas, excellenciam tuam seu eius officiales examinare et, si uidetur, retractare et, quasi superior iudex, reuocare, falcem in alienam messem precipue immittendo, causas etiam et questiones juris patronatus, quas, cum ecclesiasticis rebus sint annexe, secundum iuris et sacrorum canonum dispositiones, ecclesiasticas esse constat, ad forum et iudicium tuum et eorum uendicare uos asserunt, nonnullos etiam ex venerabilibus fratribus nostris regni tui episcopis et archiepiscopis, ut ad tribunal tuum accederent citarij personaliter fecisse, in grande uilipendium et contemptum (2) summe ecclesiastice dignitatis (3). Que sane omnia, etsi in quocunque tyranno abominanda (4) essent, in rege, presertim cuius honor iudicium diligit, turpissima essent iudicanda. Neque enim solum sanctorum patrum decretis, sed ipsis seculi principum legibus monentur tam personas quam bona ecclesiastica precipua libertate et immunitate letari debere, grauissimasque penas et censuras in eos irrogare qui illa quoquomodo uiolauerint.

Itaque, carissime fili, licet filialem obedientiam et deuotionem tuam erga nos, ecclesiam romanam et apostolicam sedem actendentes, vix possumus induci ut credamus huiusmodi querelas ueritatem continere. Si tamen uera sunt que obiciuntur, ut consulas saluti anime et existimacioni tue, quarum nos, pro singulari caritate qua tue sublimitati afficimur, libenter rationem habemus, serenitatem tuam requirimus et hortamur districte, nichilominus eidem mandantes quatenus talia deinceps nullo modo aut facias aut per officiales tuos aut quoscunque alios fieri permittas, quin potius, pro conseruacione et defensione libertatis et immunitatis ecclesiastice, pro uiribus, operarij et agere uelis; si tamen cum dictis prelati aliquando te aliquam controuersiam habere contigerit, ad nos, qui parati sumus cuique iusticiam ministrare, recurrere malis, quam tibi aliquid indebite uendicare, ex quibus, post eterna premia, apud nos et apostolicam sedem gratiam, penes ceteros laudem et gloriam consequeris.

Datum Bononie, anno incarnationis dominice M<sup>o</sup> CCCC<sup>o</sup> xxxvj<sup>o</sup>, xiiij kalendas julij, anno sexto.

(2) No ms. *contemptum*.

(3) Como se vê, a carta pontifícia vai seguindo o libelo acusatório constante do nosso documento anterior.

(4) No ms. *abominanda*.

## 123

19 JUNHO 1436

*Carta do papa Eugénio IV a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, da Ordem de S. Bento, a enviar-lhe cópia de carta que, na mesma data, expede ao rei D. Duarte e a ordenar-lhe que, em seu nome e por sua autoridade, paternalmente o advirta e exorte a que desista daquilo em que lhe fala, se é verdade, e acate a advertência pontificia, como convém a reis católicos (1).*

AV., Vat. Lat. t. 8031, fl. 104, em cópia do século XVI.

Dilecto filio Gometio, abbati monasterii Sancte Marie Florentinensis, ordinis Sancti Benedicti.

Dilecte fili, salutem et apostolicam benedictionem.

Super nonnullis nuper nobis de carissimo in Christo filio nostro Eduardo, Portugalie rege illustri, delatis querelis, paterna commoti caritate, sue serenitati rescribimus et literarumstrarum copiam devotioni tue presentibus mictimus interclusam, eidem devotioni tue mandantes quatenus regem ipsum, nomine et auctoritate nostris, paterne moneas et hortaris ut ab his que illi scribimus, si vera sunt, desistere effectualiter velit, monitis vero nostris, prout christianos catholicos principes decet, diligenter obtemperare.

Datum Bononie, sub anulo nostro secreto, die xviii junii, pontificatus nostri anno sexto.

---

(1) Cfr. os dois documentos anteriores. D. Gomes achava-se então em Portugal.

124

3 JULHO 1436

*Súplica de Luis de Guzmán, Mestre Geral da Ordem Militar de Calatrava, ao papa Eugénio IV, para que lhe restituia o direito de visita das casas das Ordens Militares de Alcântara, em Castela, de Avis, em Portugal, e de Montesa, no Aragão, interrompida, desde há alguns anos, por diversos impedimentos e causas, pelo que os respectivos freires se recusam a recebê-lo e tal visitação lhe foi ordenada, sob pena de excomunhão, pelo abade de Morimundo. Concedido (1).*

AV., Reg. Suppl., vol. 323, fl. 98 v.

Publicada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 145.

Beatissime Pater. Licet generalis magister Calatraue, Cisterciensis ordinis, de Alcantara, in Castelle, et de Abbis, in Portugalie, ac de Montesia, in Aragonie regnis, eiusdem milicie domos et fratres et personas uisitare consueuerit et in pacifica possessione vel quasi iuris visitandi, temporibus retroactis fuerit; pro eo, tamen, quod, ab aliquibus annis citra, magistri dicte milicie, domus et personas huiusmodi, propter nonnulla impedimenta ac alijs de causis, visitare non curauerint, preceptores ac superiores ac persone dictarum domorum deuotum oratorem vestrum Ludouicum de Gusmam, magistrum dicte milicie, ad visitacionem huiusmodi admittere renuunt et recusant, et, propterea, abbas de Morimondo, visitator eiusdem ordinis, dicto Ludouico, sub excommunicationis pena, ut domus et personas prefatas visitaret mandauit. Et, ne occasione negligencie aliquorum dicte milicie magistrorum, domus et persone prefate inuisitate ac ipsarum personarum excessus et crimina remaneant impunita;

Supplicat eidem sanctitati dicus Ludouicus quatinus aliquibus in partibus illis committere et mandare vt, si magistrum dicte milicie pro tempore

---

(1) Os «impedimentos e causas» aqui referenciados derivaram sobretudo do Clisma do Ocidente, que foi ocasião, para Portugal, de libertar da sujeição de Castela e da Ordem Militar de Calatrava territórios e pessoas nacionais. Como veremos documentalment, Castela continuou a reagir contra a isenção dos territórios portugueses outrora sujeitos ao reino vizinho, qualquer que fosse o título da sua sujeição, e também contra a isenção da Ordem de Avis. Sobre esta pode ver-se o que dissemos a p. 105 do nosso vol. 1 e a p. 358 do vol. 4, com a bibliografia ali citada.



existentem ius visitandi domos et personas predictas habere uel ipsius milicie magistros, [qui] pro antea fuerunt, domos et personas predictas visitasse per tanta tempora, quod exinde prescriptio legitime completa fuerit seu alias de dicto iure rite constiterit, dictum Ludouicum ac eius successores, eiusdem milicie magistros, in statum pristinum visitandi domos et personas predictas, in quo uidelicet dicti magistri, ante tempus negligencie huiusmodi, erant, restituere et reponere necnon preceptoribus et personis predictis ut Ludouicum et successores prefatos ad visitaciones huiusmodi et procuraciones sibi, illius ratione debitas, quemadmodum alijs magistris, temporibus preteritis, facere consueuerunt, admittant, precipere et mandare necnon Ludouico et successoribus prefatis, vt preceptores, superiores et personas predictas ad visitacionem et procuracionem huiusmodi, per censuram ecclesiasticam et alia oportuna iuris remedia, etiam cum auxilio brachij secularis inuocacione, compellere possint et valeant, concedere et indulgere dignemini. Non obstantibus negligencijs et alijs premissis ceterisque contrarijs quibuscunque; cum clausulis oportunis.

*Concessum vt petitur, in presencia domini nostri pape. C. Ariminensis.*

Datum Bononie, quinto nonas julij, anno sexto.

## 125

22 JULHO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, a emprazar a Gonçalo do Rego, alcaide pequeno da Ribeira de Santarém, em três vidas, chão régio da dita Ribeira por duas onças de prata, anualmente (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 222.

Carta per que o dicto senhor enprazou hũu chãao çarrado que elle ha na Ribeira de Santarem a Gonçallo do Rego, alcaide pequeno da dicta Ribeira, e a Maria Afonso, sua molher, e a outra pesoa que o postumeiro delles nomear.

---

(1) Gonçalo do Rego era escudeiro, criado do infante D. Henrique (Cfr. o DOC. 119, p. 322 do nosso vol. 4).

E parte o dicto chãao com as sete tendas do sal do dicto senhor e com ho almazem e com as estalageens de Diego Uasquez, de que pagam, em cada hũ anno, de foro, duas onças de prata.

Dada em Sintra, xxiij dias de julho de mjl iiij<sup>o</sup> e xxxbj annos.

## 126

10 AGOSTO 1436

*Carta do infante D. Henrique, dirigida a João Álvares da Cunha, cavaleiro da sua casa, a prometer-lhe 2.000 coroas de ouro, em dote, para o seu casamento com Mécia Gomes (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 52 v., inserta na de confirmação eduardina de 17 de agosto de 1436 e esta na de confirmação afonsina de 4 de Novembro de 1449.

Eu, o jffante dom Anrrique, duque de Viseu e ssenhor de Coujlhaa, faço saber a todos quantos esta carta virem, que eu, querendo fazer graça e merçee a Joham Aluarez da Cunha, caualeiro de mjnha casa, por a criaçom que neelle fiz e seruiço que me elle fez e espero ao diante delle rreçeber; prometo a lhe dar, em casamento com Meçia Guomez, filha de Gomez Martjnz de Lemos, cuja alma Deus aja em sua santa groria, duas mjl coroas de boo ouro e justo pesso, as quaees lhe mamdarey pagar rrealmente e com efeito tanto que, prazendo ao Nosso Senhor Deus, elle casara e começara a manteer sua casa com a dicta Meçia Gomez, ou lhe mandarey, des o dicto tenpo em diante, pagar, em cada hũ anno, xx mil rreaes bramcos da moeda corrente ao tenpo presente em estes rregnos, atee que lhe perfeitamente faça boom pagamento de toda a dicta contia das dictas ij mil coroas.

E, falecendo o dicto Joham Aluarez da vida deste mundo ante que aja ele pagamento das dictas coroas, mando que seus herdeiros nom ajam mais, dhi em diante, a dicta teença nem posam mais demandar as dictas coroas nem parte dellas; pero, se acontecer que seemdo viua sua molher Meçia Gomez, filha do dicto Gomez Martjnz, quero que aja a dicta teença e, morrendo ella e avemdo hi filhos danbos, que o mayor barom aja a dicta

---

(1) Cfr. o documento seguinte,

teença e paga; e, nom avemdo hi filhos delles anbos e avemdo filha, quero que herde a filha maayor, e assi dhi em diante per linha djreita; e, nom avemdo herdeiros de linha djreita lidima proçedida dantre anbos, quero que sse torne a mym ou a meus herdeiros, sem ser thudo de nehũa cousa dello pagar.

E quero que esto se nom posa dar nem vender nem escambar, mas fique assi aos herdeiros susso scriptos de linha djreita do dicto Joham Alvarez. E mamdo que, em qualquer tenpo que eu ou meus herdeiros fezer-mos paguo ao dicto Joham Alvarez ou a cada hũu dos dictos seus herdeiros das dictas ij mjl coroas, nom seja mais thudo de dar, dhi em diante, a dicta teença dos dictos xx mil rreaes. E mando que, faleçendo eu da vida deste mundo ante que faça pagamento das dictas ij mil coroas ao dicto Joham Alvarez ou a cada hũu dos dictos seus herdeiros a que pertença de as auer, elles ajam e posam auer rrealmente e com efeito, por meus beens e herança, a dicta teença, em cada hũu anno, atee serem compridamente pagados das dictas coroas. Os quaees beens e toda mjnha herança quero e mamdo que ssejam rrealmente obrigados ao pagamento das dictas coroas ou teença, como dicto he. E, em testemunho desto, mandeylhe asj dar esta mjnha carta, ssijnada do meu nome e asseellada do meu sello.

Fecta em Tomar, x dias dagosto. Joham de Basto a fez. Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iij<sup>o</sup> xxxbj annos.

## 127

17 AGOSTO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, de confirmação da promessa de dote feita pelo infante D. Henrique a João Alvares da Cunha, cavaleiro de sua casa, para o seu casamento com Mécia Gomes (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 52 v., inserta na de confirmação afonsina de 4 de Novembro de 1449.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o jffante dom Amrrique, duque de Viseu e ssenhor de Coujlhaa, meu mujto, etc., nos disse que elle tinha açertado casamento de Joham Alvarez da Cunha, caualeiro de

---

(1) Cfr. o documento anterior.

sua casa, com Meçia Guomes, filha de Gomez Maartijns de Lemos, e lhe hordenou que ouuese delle seu casamento, segundo he conthudo em hũa carta que nos mostrou, ssjnada per ell, da qual o theor, de uerbo a uerbo, tal he.

*Segue-se a transcrição do documento anterior.*

E pedionos o dicto jffante meu jrmão que, por guarda e seguramça do dicto Joham Aluarez, lhe confirmasemos a dicta carta. E nos, visto seu rrequerimento e as mujtas rrazooes que teemos pera ho outorguar e, querendo fazer graça e merçee ao dicto Joham Aluarez, ao pititorio e rrequerimento do dicto meu jrmão, lhe confirmamos a dicta carta segundo em ella he conthudo.

E porem mandamos a quaesquer nossos ofeçiaaes e pessoas a que ho conhecimento dello per qualquer guisa perteger que a comprem e guardem e façom comprir e guardar como se em ella contem. E, por sua guarda, mandamos dar ao dicto Joham Aluarez esta carta, ssjnada per nos e asseellada do nosso sello pendente.

Vnde al nom façades. Damte em a nossa villa de Leirea, a xbij dias dagosto. Joham Afonso a fez. Anno do Senhor de mjl iiij<sup>o</sup> xxxbj.

## 128

24 AGOSTO 1436

*Alvará de el-rei D. Duarte, a autorizar o infante D. Henrique a mandar sepultar, na capela da igreja da Batalha que está junto da sacristia, os criados que quizer, pois fica destinada a jazigo deles.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 38, inserta na de confirmação afonsina de 10 de Março de 1449, — texto que se reproduz, com anotação das variantes do segundo; *ibi*, liv. 19, fl. 18, inserta na carta de confirmação da regência de 12 de Abril de 1439.

Nos elrrej, per este aluara, damos licença e lugar ao jfante dom Henrrique, duque de Uiseu e ssenhor de Coujlhãa, meu (1) jrmão, que possa mandar lançar (2) na capella do noso moesteiro da Uitoria que

(1) No liv. 19: *meu muyto pezado e amado jrmão*.

(2) > > : *lançar no nosso mosteiro*.

esta junto com a samchristia aq[u]eles seus creados que (3) lhe a ell prouuer (4), porque a nos praz (5) que seja pera jazijgoo delles.

E porem (6) mandamos aq[u]elles a que esto pertencer que lhe nom ponham embargo nehũu.

Feyto em Obidos (7), xxiiij (8) dias dagosto (9). Joham Afonso o fez. Anno do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill iij<sup>o</sup> xxxbj annos.

## 129

## AGOSTO 1436

*Súplica dirigida pelos embaixadores de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, em que lhe referem: que o infante D. Henrique, diligenciando fazer render o talento que Deus lhe deu, seguindo a sua vocação e os passos de seu falecido pai, de quem recebera, como em herança, a missão de difundir o nome cristão, com licença de seu irmão o rei D. Duarte, preparara e mandara armada, constituída por naus e galés, às ilhas Canárias, habitadas por selvagens pagãos, para os converter à fé cristã, à amizade da coroa de Portugal e também para lhes levar a civilização; que, tendo saltado os expedicionários numa das ditas ilhas, eles conseguiram abraçassem a fé católica cerca de 400 habitantes, conservada ainda agora por muitos destes; mas que, devido à sua grande selvajaria e atemorizados pelas armas, muitos pagãos rapidamente se refugiaram nos ermos, em cavernas e em montes quase inacessíveis, de sorte que, não encontrando ali o pessoal da armada os precisos viveres, resolvera buscá-los em Portugal; mas que, tendo ali demorado, em razão de ventos contrários, alguns portugueses da armada, compelidos por extrema necessidade, desceram em duas pequenas ilhas, possuídas*

---

(3) No liv: 19: *de que.*

(4) > > >: *prouger.*

(5) > > >: *porque nos praz.*

(6) > > >: *Porem.*

(7) > > >: *Almada.*

(8) > > >: *xxbij dias dagosto.*

(9) Ignoramos por que motivo está o documento datado numa das fontes de Obidos, a 24 de Agosto, e na outra de Almada, a 27. Uma nota de grande humanidade e até de verdadeiro escrúpulo de consciência do Navegador transparece dos textos relativos a seu pessoal. Sobre o assunto pode ver-se DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 137 e ss:

por colonos cristãos, e nelas tomaram algumas cabras selvagens; que, por esse motivo, o bispo que preside às mesmas ilhas suplicara e obtivera de Sua Santidade édito proibitório para que, sob pena de excomunhão, ninguém faça guerra não só àquelas mas a todas as ilhas Canárias nem ali tome seja o que for; que, considerando porém o prejuízo daí advindo ao rei de Portugal que, por intermédio do infante D. Henrique, seu irmão, iniciara já a guerra nas demais ilhas; considerando também haver sido ele o primeiro a subjugar-las, com maior proveito da fé cristã do que utilidade sua, e ainda porque as ditas ilhas são vizinhas da África, como pode ver-se claramente pela cosmografia e pelos escritos náuticos, e constituem verdadeiramente parte de África, de cuja conquista, iniciada por seu pai D. João, o rei D. Duarte e sucessores receberam o encargo; por todos estes motivos, D. Duarte, rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta, suplica encarecidamente a Sua Santidade se digne restringir o édito proibitório e a pena de excomunhão apenas às ilhas em que moram alguns poucos cristãos, a fim de ele poder subjugar as demais e conduzi-las para a Igreja de Deus, e lhe dê licença de reter as que conquistar aos infiéis (1).

BAV., Cod: Lat. 1932, fl. 99, em cópia provavelmente coeva, — donde se reproduz. Sumariada e publicada por DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, pp. 702-03 e 715-17; e por DOMINGOS MAURICIO, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, 1960, pp. 87-88. Referenciada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique*, pp. 32-33.

Inter jnnumeras fere insulas quas mare circumclaudit, pater beatissime, septem insule adjacentes finitime jnuicem in oceano, a meridie Portugalie includuntur, que generali nomjne Canarie vulgo appellantur. Has indomiti siluestres fere homines inhabitant, qui nulla religione coa-

(1) A presente Súplica, hábilmente redigida e de evidente finalidade política, foi lida em Bolonha ao papa Eugénio IV em Agosto de 1436, como nela se declara, pela embaixada portuguesa que ia a caminho do concílio de Basileia e teve, como consequência, a bula *Romanus pontifex*, ali passada a 15 de Setembro seguinte, (o nosso DOC. 137). No manuscrito donde se reproduz lê-se ao alto, sobre a direita, em letra da época: «De situ jnsularum/oceanj». Reporta-se o valioso documento a expedição henriquina às Canárias, infelizmente não datada. Porém, a expressão do mesmo de *consensu et mandato serenissimi regis Eduardi* leva-nos a situar a armada ali referenciada entre 15 de Agosto de 1433, dia em que D. Duarte ascendeu ao trono, e Agosto de 1436, a data deste texto; e a alusão nele à excomunhão imposta pelo papa Eugénio IV a quem atacasse as Canárias e os nossos DOCS. 18 e 16 a 23 permitem datá-la do ano de 1434, talvez do mês de Junho.

gulati, nullis denique legum uinculis irretiti, ciuili conuersatione neglecta, in paganitate, veluti pecudes, uitam agunt. Ijs nauale comercium, literarium exercicium, genus aliquod metalli aut numismatis (2) nullum est. Habitacio denique nulla et amictus corporis nullus, set velut quedam perizomata, de palmarum folijs aut caprarum pellibus, ad operimentum dumtaxat uerendorum circuncingentes, nudi pedes, per ascabra (3), saxosa et abrruta moncium celerime transiliunt et in magnis yatibus et abditis antris terre latitant (4).

Considerans, igitur, illustris et magnificus princeps infans Henrricus, serenissimj regis Portugalie Eduardi frater, quod longe melius esset talentum sibi traditum fenerari ut tantumdem Domjno lucrificeret quam ipsum sub terra abscondere et quod, secundum vocationem qua vocatus est, amplificando christianum nomen, expresius gereret ymaginem et specimen victoriosissimj semper inuicti principis clare memorie regis Johannis, a quo sibi, quasi hereditario jure, illud munus relictum est; parata nauium et galliarum armatarum classe, de consensu et mandato serenissimj regis Eduardi, domini et fratris sui, ad preffatas insulas Canarie misit ut primum eos ipsos paganos ad fidem christianam et deuotionem corone Portugalie conuertisset, leges eciam ciuiles et politicum uiuendi modum eisdem traderet (5).

Cumque preffata clasis ad vnam predictarum insularum aplicuisset et multitudo armatarum in terram descendisset, quadringenti circiter ipsorum paganorum, illico sacri baptismatis fonte renati, fidem christianam deuotissime nacti sunt, quam plerique ipsorum, usque jn presentiarum, colunt (6). Dignum facinus! Vbi nunquam Christi nomen auditum est, iam Christus colitur et ubi Deus ab inicio incognitus fuerat, jam

(2) No ms. *munismatis*.

(3) *Sic*, por *aspera*?

(4) Sublinharemos os elementos etnográficos aqui fornecidos pela súplica bem como os aduzidos no parágrafo terceiro da mesma, a respeito dos indígenas das Canárias. A este propósito, lembramos os recolhidos pela primeira expedição portuguesa ao dito arquipélago em 1341 (Cfr. o DOC. 88 do nosso vol. 1). Sobre o assunto pode ver-se também ZURARA, *Crónica... de Guiné*, caps. 79-82, e O *Manuscrito «Valentim Fernandes»*, pp. 99-106 e 200-03).

(5) De salientar que se trata de expedição da iniciativa do infante D. Henrique, cuja vocação ultramarina, em sequência hereditária da actuação de seu pai, é posta aqui em relevo por testemunhas coevas. Sobre esta armada veja-se a nossa nota ao DOC. 13.

(6) Supomos tratar-se da ilha de Tenerife, então dita também do Inferno, de cujo interior, muito montanhoso, emerge o Pico vulcânico de Tenerife ou de Teide, com 3.700 metros, o que confere com a expressão a seguir lançada «in altissimis et fere inaccessibilibus moncium verticibus insidebant»; também a «in speluncis latebant» se harmoniza com a asserção de Zurara de que não tinham os indígenas de Tenerife «casas soamente choças e couas» (*Crónica cit.*, cap. 81).

cognoscitur et adoratur. Set, quoniam plurimi paganorum, ferocitate quadam jnmanes, armatorum virtute (7) perterriti, per heremi latam vastitatem, mira quadam celeritate fugientes, alij in speluncis latebant, alij in altissimis et fere inaccessibilibus moncium verticibus insidebant et exercitus in preffata insula uictualia nusquam inuenisset, consilium fuit in Portugaliā vella parere ut, resumpta inde victualium copia, ad jnceptum negocium, oportuno tempore, reuerteretur.

Et quia, ut sepe euenit, opposita aura perflante, diucius ualde quam sperabatur clasis ipsa morata est, nonnulli ex eadem, descendentes in duabus paruis insulis ex predictis, que a quibusdam chriticis posidentur, haud multas capellas jndomitas in magna neccesitate exceperunt (8). Quo factum est ut episcopus qui preffatis duabus insulis preest, supplicatione facta, a sanctitate vestra obtinuit prohibitorium edictum ut nemo, sub excommunicacionis pena, non modo preffatis duabus, sed vniuersaliter singulis Canarie jnsulis bellum inferat neque res aliquas ex eisdem excipiat (9). Quod certe, pater beatissime, serenjssimo principi domjno regi Portugalie, qui, per illustrem infantem Henrricum, fratrem suum, jam reliquarum insularum, ut premiasum fuit, rem belli jnceperat, maximo non absque preiudicio est; tum, quia primus ipse jncepit preffatas insulas subigere (10), magis certe animarum illarum insularum paganorum salutis gracia, quam priuate vtilitatis, que nulla erat, vnde rei tam pie, que auxilio pocius et directorio sanctitatis vestre digna fuit, eadem sanctitas vltro impedimento esse non debuit; tum eciam quia preffate jnsule adjacent magis et appropinquant Africe, quemadmodum per cosmografiā (11) et maritimas perscripciones luculenter videri potest, ymo verius porcio quedam Africe sunt, cuius ipse idem rex serenissimus Eduardus, causam armis sue dicioni subigendam, a uictoriosissimo semperque inuicto principe rege Johanni diuo patre jam dudum inchoatam, persequendam et suis posteris, per fidelicomissum, relinquendam suscepit (12).

(7) No ms. *virtutem*.

(8) Decreto as ilhas de Lançarote e Forteventura na posse, respectivamente, de Maciot de Bethencourt e de Guillén de las Casas (Cfr. PEREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*, pp. 128-29).

(9) Alusão às letras *Creator omnium*, de 17 de Dezembro de 1434, impetradas pelo bispo Rubicense D. Fernando Calvetos, — o nosso DOC. 82.

(10) Ao aduzir a primazia portuguesa da conquista das ilhas Canárias no século XV, a súplica não evocou idêntica afirmação de el-rei D. Afonso IV, na sua célebre carta de 12 de Fevereiro de 1345 (Cfr. o DOC. 97 do nosso vol. 1), em relação à supracitada expedição portuguesa de 1341.

(11) No ms. *comografiā*.

(12) Parece resposta directa às frequentes alusões das letras pontificias anteriores, em que, sob informação de Fr. João de Baeza e de D. Fernando Calvetos, começada a sublinhar pelo primeiro em 4 de Outubro de 1424 (Cfr. o DOC. 50 do nosso



Exorat, igitur, preffatus serenissimus princeps deuotissimus vestre sanctitatis filius Eduardus, Portugalie et Algarbij rex Cepteque dominus, maioremque in modum precatur eandem santitatem quatenus dignemini prohibitorium illud eddictum et excomunicacionis penam ad illas tantum insulas in quibus pauci quidam christiani morantur restringere, vt reliquas preffatas, quas primus ipse et ecclesie Dei adigere incepit, sublato excomunicacionis metu, armata manu, cum auxilio omnijpotentis Dei et sanctitatis vestre, accipiat. Exorat eciam idem serenissimus princeps eandem sanctitatem ut eas insulas quas e manibus infidelium exceperit auctoritatem conquestandi atque retinendi easdem vestra sanctitas dignetur eidem regi concedere et graciosae largiri. Per id, enim, magis animabitur ad prosecutionem huius preclare rei inchoate et ad incrementum deuocionis sanctitatis vestre.

Quamuis enim infidelium loca propria auctoritate plerique debellare et occupare nitantur, nichilominus, quia Domini est terra et plenitudo eius, qui et sanctitati vestre plenariam orbis totius potestatem reliquit, que, de auctoritate et permissu sanctitatis vestre, possidebuntur, de speciali licentia et permissione omnipotentis Dei possideri videntur (13). Vnde, perspecta pietate tam preclari (14) operis, pater beatissime, et iusticia atque sinceritate deuocionis petentis, cum hoc concesseritis, magnam admodum laudem, apud Deum et homines, sanctitas vestra consecutura est. Explicit.

Recitata Bononje, de mense augusti 1436.

---

vol. 3), se affirmava acharem-se as ilhas Canárias mais vizinhas de Aragão e de Castela do que dos demais reinos cristãos, — processo indirecto de as reclamar, junto do romano pontífice, para aqueles países. Porém, o argumento português aqui produzido afigura-se-nos mais valioso e demonstrativo, pois denuncia já occupação portuguesa de parte da Africa a que pertence o referido arquipélago e, portanto, como que posse política do mesmo: o arquipélago canariense é parte integrante da Africa, começada a subjugar por el-rei D. João I de Portugal, de cuja actividade ultramarina D. Duarte é sucessor e continuador. Era grande a força política desta argumentação, ampliada pelos êxitos e finalidade religiosa aduzidos no documento. Sobre a vizinhança como titulo jurídico na época, cfr. por exemplo, PAULO MEREA, *Estudos de História do Direito*, p. 144.

(13) É do maior interesse este depoimento, alusivo ao poder do papa como árbitro politico da Cristandade: reconhecendo que embora muitos se esforcem por conquistar e occupar, por autoridade própria, as terras dos infieis, D. Duarte, tomando por base a abertura do Salmo 23, onde se afirma que toda a terra é do Senhor Deus e que este legou ao papa poder sobre todo o orbe, conclui que quem tiver terras por autoridade e licença do romano pontífice as possui por especial licença e permissão da Divindade.

(14) No ms. *pleclari*.

31 AGOSTO 1436

*Letras Venerabiles fratres, do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, em resposta ao que, entre outras coisas, lhe solicitara pelos embaixadores de Portugal ao concílio de Basileia: quanto a não prover nenhuma diocese do país sem o seu consentimento, é coisa que ainda nenhum príncipe cristão ousou pedir, mas fique certo de que não será provido ninguém menos idóneo ou a ele suspeito; sobre unir à igreja de Ceuta, pobre e sita em meio de infiéis, os bens das igrejas de Tuy e de Badajoz existentes em seu reino, opõe-se-lhe decreto do concílio de Constança, a ordenar se reintegrem nas próprias igrejas as terras delas desmembradas no tempo do cisma; pelo que, se procedesse contra aquele decreto, provocaria o facto reacção contra si no concílio de Basileia e ademais também o rei de Castela instara pelo mesmo; porém, com o tempo tudo virá a resolver-se.*

AV., Reg. Vat., vol. 359, fl. 305.

[Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei].

Carissimo in Christo filio Eduardo, regi Portugalie illustri, salutem, etc.

Venerabiles fratres nostri Antonius, Portugalensis, et Ludouicus(1), Uisensis, episcopi, et dilecti filij nobilis uir Alfonsus, recolende memorie Iohannis, quondam Portugalie regis illustris, nepos, comes dOuren, ac Gunsaluus Mendi, Predicatorum, Egidius de Tauira, licentiatius in theologia, Minorum Ordinum professores, Didacus Alfonsi, utriusque iuris, et Ualascus Fernandi, legum doctores, tui oratores, quos libentissime uidimus et audiuiumus, tui contemplatione, inter cetera, ex tue serenitatis parte, nobis supplicarunt (2):

---

(1) No ms. *Lodouicus*.

(2) Os requerentes das presentes letras pontificias, aqui mencionados nominalmente, são os embaixadores portugueses ao concílio de Basileia, nomeados por el-rei D. Duarte em 18 de Novembro de 1435, partidos de Portugal em 11 de Janeiro de 1436 e chegados a Bolonha a 24 de Julho seguinte, os quais levavam instruções

Ut nullum preficeremus alicui ecclesie cathedrali tui regni, nisi prius de tuo consensu certiores facti essemus. De qua quidem petitione admodum admirati sumus, tum quia nullus principum christianorum adhuc id a nobis postulauit, tum quia dubitare uideris ne aliquem minus idoneum aut tibi suspectum ecclesijs tui regni preficiamus. Verum, hanc suspicionem omnino a tua mente abesse uolumus; nam, intentionis nostre est, prout semper fecimus, non solum in tuis, qui es nobis filius precipuus ac peculiaris, sed ne in alijs quidem dominijs, quantunvis paruis, aliquem prelatum ponere qui non sit idoneus et aptus ad regimen ecclesie aut qui merito esse suspectus principibus possit. Jtaque, ad tuam consolationem, tibi duximus respondendum quod sicut hucusque fecimus huiusmodi ecclesijs, cum eas uacare contigerit, Deo dante, etiam in futurum curabimus dare tales pastores ecclesijs prefatis, qui et utiles sint ecclesijs et tibi merito grati atque accepti (3).

Petierunt etiam a nobis ipsi oratores ut bona ecclesiarum Tudensis et Pacensis (4), in tuo regno consistentia, ecclesie Ceptensi applicare et unire uellemus, cum sit tenuis et in medio infidelium constituta. Hoc ne tibi concedamus, fili carissime, plura obstant, sed maxime decretum Constantiensis concilij, per quod statuitur ut membra, tempore scismatis, ab ecclesijs disiuncta reintegrentur ecclesijs suis. Si illud infringeremus (5), multi possent in concilio Basiliensi sumere obloquendi occasionem contra nos et posset uergere in preiudicium nostrum. Instat etiam carissimus in Christo filius noster Johannes, rex Castelle et Legionis illustris, ut predicta bona restituant suis ecclesijs, iuxta prefatum decretum. Jtaque, tot cause contradicunt huic tue uoluntati, ut nullum modum uideamus, ad presens, tuis in hac parte uotis complacendi; verumtamen, tempora poterunt inmutari, ita ut [quod] nunc non licet, alijs temporibus, cum honore nostro, prout cupimus, fieri possit quodque partes dicte ecclesiarum ipsarum que in tuo dominio sunt, tue serenitatis intuitu, in eo statu in quo in presentiarum uigent uolumus interim permanere (6).

Datum Bononie, [sub annulo nostro secreto, die ultima mensis augusti, pontificatus nostri anno sexto].

---

para solicitar do papa Eugénio IV um certo número de graças de interesse nacional, constantes dos diplomas pontifícios de concessão das mesmas, visto que nem de todas nos chegaram as súplicas respectivas (Cfr. o nosso DOC. 88).

(3) Pelo que respeita ao nosso país, havia base histórica para este pedido do rei de Portugal, embora talvez não aduzida em 1436, ou seja a bula *Eximie nostre deuotionis*, do papa Bonifácio IX, de 13 de Setembro de 1401, outorgada a el-rei D. João I (Cfr. o DOC. 118 do nosso vol. 1).

(4) No ms. *Picensis*.

(5) No ms. *infringeremus*.

(6) Antes da constituição da nacionalidade portuguesa e desde fins do século IX, várias igrejas e mosteiros e outros bens do que depois foi território de Portugal

[AGOSTO-SETEMBRO 1436] (1)

*Parecer jurídico sobre a unção régia e a cruzada contra os infiéis, dado ao papa Eugénio IV, a pedido de el-rei D. Duarte.*

BAV., Cód. Chigi E. VII. 208, fl. 451.

Revelado e sumariado por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 66-70. Do mesmo jurista são a transcrição e a anotação do presente documento.

Licet de ministerio sacre vnctionis multa dicenda forent, verumtamen, quia scientes legem ista auditurj et lecturj sunt, paucissimjs res absoluenta est et, obmissis argumentis arundineis pro parte affirmatiua, videtur, saluo iudicio meliorj, vnctio communis certis modis si tandem concedenda et in capite nullatenus concedenda.

Primo, quia textus in cap. vnico de sacra vnctione dicit: «Principis vnctio a capite ad brachium est translata, ut princeps, ex tunc, non vngatur in capite sed in brachio siue humero», etc., juxta jllud: «Factus est

---

foram doados por monarcas e particulares a dioceses espanholas, que mantiveram tais bens pelos séculos fora, ainda após a nossa independência política. Por ocasião do Cisma do Ocidente, que se arrastou de 1378 a 1417, durante o qual Portugal obedeceu ao pontífice romano e Castela ao antipapa, os territórios portugueses sujeitos a bispos castelhanos recusaram obedecer-lhes, por eles serem cismáticos, e diligenciou-se obter assim entre nós a independência religiosa daquelas terras (Sobre o assunto pode ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 1, pp. 193-96, e t. 2, pp. 14-19). Nisso se empenhou el-rei D. João I, como o prova a bula de Bonifácio IX *Eximie deuotionis sinceritas*, de 3 de Julho de 1403, a separar da diocese de Ciudad Rodrigo os bens e terras possuídos pela mesma em Portugal, na região de Cima-Coa, então anexados à de Lamego (Cfr. o DOC 128 do nosso vol. 1). Também o infante D. Henrique conseguiu do papa Eugénio IV, em 1 de Abril de 1434, a anexação à Ordem de Cristo dos bens que a Ordem Militar de Calatrava, espanhola, tinha em território português e de que, durante o cisma, pessoas laicas se haviam apropriado (Cfr. o DOC. 137 do nosso vol. 4).

(1) As concessões relativas a estes pedidos datam de Setembro e Outubro de 1436. Cfr. DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 698 ss., e SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 69. Este arrazoado jurídico deve colocar-se, portanto, na segunda metade do ano 1436. É possível que a referência de RUI DE PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cap. 20, pp. 134-136, sobre a consulta de D. Duarte e a resposta de Eugénio IV, baseada nos dizeres dos *Doutores Theologos*, esteja relacionada com este e com o parecer seguinte.

principatus super humeris eius» (2); et infra, in eodem cap., dicitur: «Refert autem inter pontificis et principis vnctionem, quia caput pontificis crismate consecratur; brachium vero principis oleo delinitur, vt ostendatur quanta sit differentia inter auctoritatem pontificis et principis potestatem», etc. (3).

Secundo, quia non reperitur sedem apostolicam alicuj concessisse. Nullus enim regum in capite vngitur, exceptis regibus Francie et Anglie, quibus ex consuetudine competit, vt dici videtur Hostiensis, ibidem, in Summa (4). Si ex consuetudine, ergo non ex concessione.

Tertio, quia non est honestum aperire hanc viam alijs regibus, etiam potentioribus, citra iniuriam loquendo, rege Portugalie; ista enim sunt specialia et specialissima, pontificibus reseruata, in signum auctoritatis et preheminentie singularis. In dicto enim cap. dicitur: «In capite vero pontificis sacramentalis est delibutio conseruata, quia personam capitis pontificali officio representat» (5), capitis, «id est Christi, quj est caput ecclesie», dicit glossa (6), quam personam Christi reges quj sunt merj laicj, quoad spiritualia representare non possunt; nam, aliter faciendo, processu modicj temporis esse poterit omnes reges illam habere, tum jmortunitate, tum malorum temporum conditione, quod esset abolere ex toto illam decretalem de sacra vnctione, quantum ad hoc pertinet. Quod fierj non debet, juxta canonem quj dicit: «Ridiculum est, et satis abhominabile dedecus, ut traditiones, quas antiquitus a patribus suscepimus, infrangj patiamur», xij dist., Ridiculum (7).

Quarto, quia consuetudo longissimj temporis, cuius contrarij memoria non existit, optinuit ut nullus rex in capite vngetur, exceptis duobus, quibus de consuetudine competit, ut dictum est, etc. Consuetudo et specialiter jurj communj consona et conueniens seruanda est, vt canon dicit: «Diuturnj mores, consensu vtentium approbatj, legem imitantur, nisi legi sint aduersi», xij. dist., Diuturnj mores (8) et in multis alijs canonibus;

(2) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 15, *De sacra unctione*, cap. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 132-133.

(3) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 15, *De sacra unctione*, cap. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 133.

(4) HOSTIENSIS, *Summa*, lib. I, Rubrica *De sacra unctione*, § *A quo et qualiter fiat*, fl. 61 va.

(5) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 15, *De sacra unctione*, cap. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 133.

(6) *Decretales Gregorii IX suae integritati una cum glossis restitutae*, Romae, 1584, lib. I, tit. 15, *De sacra unctione*, cap. 1, fl. 200 a.

(7) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XII, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 28.

(8) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XII, ca. 6; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 28.

sed rex Portugalie vnctionem capitis sibi, ex consuetudine, competere non allegat, ergo, etc.; et sic clare et manifeste patet dicto domino regj, salua caritate, in capite omnino deneganda, cum neque juri communi, quod est expresse contra petitionem suam, neque consuetudine neque concessione, quia petit.

In euentum concessionis ut in brachio, etc., vngatur, petita sunt aliqua, etc.

Primo, quod recognoscat regnum pertinere ad ecclesiam romanam, etc., ut li. reperitur.

Secundo, quod eum absoluat et habiliter, etc.

Tercio, quod satisfaciat lesis.

Quarto, quod alijs regibus non faciat preiudicium.

Quinto, quod juret quemadmodum et jmperator, etc.

Sexto, quod dominus noster faciat vnam bullam, in qua casset, irriter et annulleret et declaret nulla fuisse et esse omnia, tam constitutiones quam consuetudines contra libertatem ecclesiasticam, tam in rebus quam in personis clericorum, quomodolibet facta et obseruata, et mandet sub grauissimis penis, etc.

Septimo, quod mittatur legatus, etc.

Octauo, quod mandetur regj sub penis, etc., quod imposterum nichil faciat contra libertatem ecclesiasticam.

Nono, quod, si tandem cruciata concedenda est, tantum quoad uiuerit, etc., dictus Rex, etc.

Ad primum, verbo audire poterit, si placebit domino nostro.

Ad secundum, si ea que dicuntur vera sunt, ipse est excommunicatus, et sic extra ecclesiam et sic, etc., non est membrum Christi, etc. Quis christianus «quj a sacerdotibus excommunicatur sathane traditur, quando scilicet quia extra ecclesiam est dyabolus, sicut in ecclesia Christus», xj., quest. iij., omnis (9) et «nemo contempnat vincula ecclesiastica; non enim homo est quj ligat, sed Christus quj hanc potestatem dedit», eadem causa et questione, Nemo (10). Quare, si horum conscientiam non habet, male sentiendum et multum dolendum (11) tanto principe parumque valebit extra et minus intus vnctio sua. Et simpliciter est oppositum in obiecto; propter quod, omnino necesse est ut recognoscat et

(9) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 32; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 653.

(10) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 31; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 653.

(11) Espaço em branco deixado pelo copista.

absoluatur et saltem non proponat facere jmposterum nec faciat; et sic, cuj committetur vinctio, committantur ista ad partem, in aliqua bulla, etc.

Ad tertium, istud est de necessitate salutis in valente restituere, etc.

Ad quartum, clarum est et notorium quod, in prejudicium terci, nil est faciendum, et presertim absentis et non cognita causa, etc.

Ad quintum, istud est necessarium et potissime propter observare laudabilem consuetudinem et approbatam et jn jure communj fundatam ecclesie Romane, que nunquam consuevit aliquam dignitatem tribuere sine juramento speciali et specialissimo, vltra generalem obligationem, qua quilibet christianus ecclesie romane tenetur. Patriarche, archiepiscopj, episcopi, abbates, etc. jurant; et alias, tempore Pascalis pape, archiepiscopus Panormitanus dubitare videbatur de tali juramento, propter quod emanavit decretalis Significastj, de Electione (12), ut clare patet jntuentj illam, et in cap. Ego N., de jurejurando (13) et dietim fit. De Jmperatore, Clementine, cap. Romanj.

Ego Henricus (14), et vitimo modernus Jmperator juravit, notorium est. Prefectus vrbis idem.

Ad sextum, videtur ponenda aliqua clausula sufficiens, per bonum modum, in litera commissionis fiende, etc.; alias, si jterum aliquod faceret, incideret jn penas excommunicationis, vt supra.

Ad septimum, vtile esset si domino nostro placeret et videretur.

Ad octauum, idem quod ad sextum responsum est.

Ad nonum, concedenda quoad uixerit, ita tamen quod si alique pecunie soluuntur, aliquo modo, per clerum, deputetur per sedem apostolicam aliquis notabilis prelatus, cuj computa et rationes reddere teneatur camere apostolice, ita quod oblationes [?] (15) pecunie non conuertantur ad alium vsum quam debitum.

(12) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6, *De electione*, cap. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 49-50.

(13) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 24, *De iurejurando*, cap. 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 360.

(14) *Clementinae*, lib. II, tit. 19, *De iurejurando*, cap. único; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1149.

(15) A abreviatura daria mais para *elemosynae* que para *oblationes*, mas *el'es* não se pode rigorosamente desdobrar em *elemosyne*. — Desta alegação referente às contribuições do clero para a guerra contra os sarracenos, bem como das precedentes alusivas às liberdades eclesiásticas, se deve concluir que as limitações pontificias à cruzada contra os infiéis provém de causas extrínsecas. Como dizemos em *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, pp. 66-70, os papas não só estavam de acordo, mas promoviam até a guerra contra os sarracenos, dispostos a conceder aos reis de Portugal tudo o que estes lhes pedissem; enquanto os pedidos não colidissem com outros interesses ou as circunstâncias do momento outra coisa não aconselhassem. A influência quanto às limitações e a oposição, no caso, da cúria é manifesta e reflecte as queixas e pressão de alguns clérigos portugueses ali residentes.

Preterea dictj ambassiatores dicunt duo: primum, quod de jure communi competit regibus vnctio; secundum, quod metropolitanj hoc possunt facere, etc.; allegant cap. vnicum, de sacra vnctione (16).

Licet non oporteat respondere, quia contrarium est notorium, nichilominus duobus verbis absoluimus.

Ad primum: nunquam hoc reperietur quod, de jure communj, regibus competat; ymo etiam, ante aduentum Christi Saluatoris nostrj, mandabat Deus prophetis: vadas et vngas talem in regem, ut est uidere de multis, iij. Reg. cap. 30 (17); et sic quj aliter intrabat quam per hostium, fur erat et latro (18); cuius Dei locum, in terris, tenet papa, in omnibus et per omnia, in his maxime spiritualibus. Et sic, ad eum pertinet dicere et mandare: «vade et vnge talem in regem», etc., tam ex jure Veteris Testamentj, quam ex approbata consuetudine, que est optima legum interpres (19), ad papam pertinet reges benemeritos decorare hoc specialissimo sacramento, per quod non est dubium quod augetur gracia merentibus et existentibus in via salutis (20). Consuetudo enim obtinuit vt volentes iniungi a papa petant et ab ipsa sede apostolica, a qua omnis dignitas sumpsit exordium, xxij dist., omnes (21). Et ita tenet et recitat Hostiensis, allegando duos testes, regem Aragonum et Scotie (22), vt in ore duorum uel trium, etc. (23).

Ad secundum: non oportet respondere. Legatur totum cap. illud. Et nunquam metropolitanus neque pro hoc neque pro aliquo nominatur, etc.; sed tantum de quodam episcopo Bracarense (24), quj fuit vnctus in capite, de mandato pape (25).

### Finis

(16) *Decretales Gregorij IX*, lib. I, tit. 15, *De sacra unctione*, cap. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 132-133.

(17) 3 Reg., 19, 15-16. O texto lê cap. 30.

(18) Jo. 10, 1.

(19) *Decretales Gregorij IX*, lib. I, tit. 4, *De consuetudine*, cap. 8; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 40.

(20) Cf. HOSTIENSIS, *Summa*, lib. I, Rubrica *De sacra unctione*, § *quis sit effectus vnctionis*, fl. 61 vb.

(21) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XXII, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 73.

(22) HOSTIENSIS, *Summa*, lib. I, Rubrica *De sacra unctione*, § *A quo et qualiter fiat*, fl. 61 va.

(23) Mat. 18, 16.

(24) O texto traz *Bremensis*.

(25) Eugénio IV teve em consideração as razões dos juristas, tanto deste como do seguinte, pois ao conceder a sagração régia a D. Duarte e a seus sucessores, depois de repetidamente instado pelos embaixadores do rei, como se exprime o ponti-



## 132

[AGOSTO-SETEMBRO 1436] (1)

*Parecer jurídico, dado a propósito de três pedidos formulados pelo rei de Portugal, D. Duarte, ao papa Eugénio IV, sobre a coroa e união régias e sobre a cruzada contra os infiéis, para si e sucessores.*

BAV., Cod. Chig. E. VII. 208, fl. 453.

Revelado e sumariado por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 67-70, cujas são a transcrição e a anotação do presente documento.

Dominus rex Portugalie tria petit, ut dicitur, a domino nostro: coronam, vncionem et cruzatam contra infideles, pro se et successoribus suis.

Premitto quod legitur in libro feudorum: quod regales dignitates non transmittuntur nisi per quamdam vsurpationem, vt in c. si clientulus, § in feudo, de feudi alienatione (2) et in c. i., de feudo marchie, coll. x. (3).

Secundo, quod regj excommunicato est subtrahenda obedientia, in titulo hic finitur lex, deinde consuetudines regnj incipiunt, c. domino guer-ram (4).

Tercio, quod in iure communj duo reperiuntur cap. loquencia de regibus Portugalie, scilicet cap. grandi (5), de supplenda negligentia prela-

---

fice, e de ter ouvido os cardeais, confiou ao arcebispo de Braga «Sacram Vnctionem in Brachio et Armo ac insignia solita cum solemnitatibus et talibus fieri consuetis». Cf. a bula *Sedes Apostolica* de 23 de Outubro de 1436, segundo uma cópia impressa em Lisboa no ano de 1707, publicada em *Supplément au Corps universel diplomatique du droit des Gens contenant un recueil des Traitez d'alliance, de paix, de treve, de neutralité...*, t. I, partie I tome II, Amsterdam — La Haye 1739, n. 227, p. 378.

(1) Cf. nota 1 do parecer precedente.

(2) *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 13, *De alienatione feudi*. c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 10.

(3) *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 14, *De feudo marchie vel ducatus vel comitatus*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 10.

(4) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 28, *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 40.

(5) Na margem esquerda do texto lê-se: *Innocentius quartus*, 1242.

torum, lib. vj (6), et cap. ex speciali (7), de judeis (8). Quod hodie in illo regno non seruatur.

Quarto, quod penam cap. quamquam (9), de censibus, lib. vj (10), incurrerunt pater et filius notorie et etiam nouissime filius et nulla est secuta absolutio. quia non precessit restitutio, ij. quest. vij, accusatio (11), in fine.

Quinto, quod offensio clericorum ad Christum pertinet, iij., quest. i., ca. nulli (12), sicut et eorum honor dicitur esse Christi, ij., quest. v., habet hoc (13). Et qui eius locum tenet in terris, illorum iniuriam pati non debet. Nam ecclesia vna est, cuius sponsus est papa, et cardinales sunt filij primi gradus, ut notat Joannes Andree, post Joannem Monacum (14), in cap. felix, in fine, de penis, lib. vj (15).

Sexto, quod regnum Portugalie est feudale romane ecclesie, vt patet in libro censuali camere apostolice, et quod pater huius habuit coronam a Bonifacio ix. et non fuit vnctus nec, ex post, soluit annum censum, ad quem tenebatur et iurauerat (16).

Septimo, quod reges Portugalie non legitur quod fuerint vncti vnquam per papam vel de eius mandato. Et in rebus nouis construendis, ut juris-consultus dicit, euident debet esse utilitas, ff. de constitutionibus principum, le. in rebus (17).

(6) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 8, *De supplenda negligentia prelatorum*, cap. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 972-973.

(7) Na margem direita do texto lê-se: *jbi domino preficiendo aliquem judeum officijs*, Greg. ix, 1227.

(8) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 6, *De Judeis, Sarracenis et eorum servis*, cap. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 778.

(9) Na margem esquerda do texto lê-se: *De extorquentibus et cogentibus ecclesiasticas personas, etc. ad pedagia et alia onera*.

(10) *Liber Sextus Decretalium*, lib. III, tit. 20, *De censibus, exactionibus et procurationibus*, cap. 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1058.

(11) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaest. VIII, ca. 15; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, col. 486.

(12) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaest. I, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 506.

(13) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaest. V, ca. 6; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 456.

(14) João Mónaco, também conhecido pelo nome de Cardeal, nasceu na França. Morreu a 22 de Agosto de 1313. Glosou algumas constituições de Bonifácio VIII e de Bento XI. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 474-476.

(15) JOANNES ANDREAE, *In Sextum Decretalium librum novella commentaria*, lib. V, Rubrica *De poenis*, cap. V, fl. 156.

(16) Na margem direita do texto: *De censu. ... constitutus in presentia episcopus Albanensis*.

(17) *Digesta*, lib. I, tit. 4, *De constitutionibus principum*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 7.

Octauo, quod solum reges Francie et Anglie, ex approbata consuetudine, vnguntur in capite; alij in brachio seu humero. Sed ipsi non vnguntur, nisi jmpetrent de nouo a papa, propter magna eorum merita et seruicia jmpensa ecclesie, sicut refert Ostiensis regem Aragonum fecisse et cotidie suo (sic) instare Regem Scotie, ut ipse testatur in in Summa, titulo de sacra vnctione, § qui et a quo, ver. in veteri (18) et ver. vnctio regum (19).

Nono, si dominus noster, cum consilio dominorum cardinalium, tandem deliberaret duo prima petita concedere, animaduertat, in primis, si dominus rex jncurrit penas predictorum jniurium et eum habiliter, cum alias esset inhabilis, prius tamen lesis satisfacto.

Jtem, consideret et si aliquid preiudicium alijs regibus, ex hoc, generatur. Jtem, eum astringat ad formam juramenti quod prestat jmperator, dum per papam vngitur et coronatur, de quo in Clementinis. Romani, § ego Henricus, de iureiurando (20), quod hodie etiam est ampliatur, ut appareat in libris Camere.

Decimo, quod, per suam bullam, quecunque statuta, ordinamenta, leges monicipales seu regias constitutiones, ordinaciones et consuetudines contra libertatem ecclesiasticam, tam in rebus quam in personis quomodolibet hactenus facta et obseruata, tam in preteritum quam in futurum, casset, annullet ac nullius roboris uel momenti fuisse et esse declaret; et mandet domino regi et quibuscunque officialibus, sub grauissimis penis, quas jncurrant ipso facto, si contra fecerint, quod dicta statuta, etc. de eorum libris et registris tollant, abrogent et penitus aboleant, easdem penas jncursuri, si illa, aliquo modo seu aliquo tempore, innouauerint seu obseruare presumpserint.

Vndecimo, quia coronatio et vnctio non commode possunt prestari in absencia, propter grauitatem rei, tum etiam propter prestationem juramenti et alia que prius veniunt examinanda et fienda, mittatur legatus magne auctoritatis et, si fieri potest, sit cardinalis, qui habet preuidere omnia grauamina clerj et ecclesiarum, a quibuscunque, etiam ab ipso rege et patre eius, facta et illata, et illa reuocet et dampnum passis emendam congruam fieri ordinet, etiam si layci fuerint qui dicta dampna passi sint, vt saluti sui patris et sue salubriter consulatur. Quia non remittitur peccatum, etc.

Duodecimo, jdem legatus, de speciali mandato domini nostri, perpetuo statuatur, sub penis congruis et formidabilibus, quod dominus rex modernus

(18) HOSTIENSIS, *Summa*, lib. I, Rubrica *De sacra unctione*, § *Qui et a quo vnguntur*, fl. 60 vb.

(19) HOSTIENSIS, *Summa*, lib. I, Rubrica *De sacra unctione*, § *A quo et qualiter fiat*, palavra *vnctio regis*, fl. 61 va.

(20) *Clementinae*, lib. II, tit. 9, *De iureiurando*, cap. unico; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1149.

et sui successores nullatenus presumant petere uel exigere aliquod subsidium a clero, prout hactenus factum fuit, absque speciali licencia summi pontificis, etiam si clerus ipse consentire vellet; quia non presumitur verus consensus ubi timor semper imminet, ut experientia docuit. Et, si ipse clerus etiam consentiret, easdem penas incurrat, a quibus dumtaxat per sedem apostolicam absolui possint, preterquam, etc.

Ad ultimum, de Cruzata, etiam a[nima]duertat dominus noster: quia eius predecessor Martinus non concessit domino regi Johanni, patri huius, nisi quoad viveret (21); et hoc fecit cum summa difficultate, et vtinam non fuisset factum, nec guerre incepte cum sarracenis, saltem longinquis, postquam molesti non erant. Quia scriptum est, Jo. x<sup>o</sup>.: «Alias oues habeo que non sunt de hoc ouili», scilicet ecclesie (22). Et sine distinctione dictum fuit Petro, Jo., ultimo: «Pasce oues meas» (23). Successor ergo Petri habet illas pascere et defendere, ergo non impugnari uel ledi permittere, de natis ex libero ventre, cap. vno (24), ut latius disputat et concludit in hac sententia Joannes Andree, post Oldradum (25), in Additionibus Speculi, in titulo de judeis (26) et plene notatur per Innocentium (27) et per alios modernos, in cap. quod super hijs, de voto (28). Et licet bonum sit infideles expugnare, tamen non sufficit bonum facere, nisi fiat bene, vt dicit glossa, in cap. i., de colusione detegenda (29). Et multa mala sunt perpetrata in regno, huiusmodi occasione, ut est notorium, et sequeretur, nisi Deus et eius vicarius provideant, vna cum prouidencia reuerendissimorum dominorum cardinalium. Non enim est tentendum ad finem bonum per mala media, vt dicit textus i., quest. i., non est putanda (30).

(21) Bula *Rex regum* de 4 de Abril de 1418. Cf. SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, pp. 8-10.

(22) Jo. 10, 16.

(23) Jo. 21, 17.

(24) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 10, *De natis ex libero ventre*, cap. único; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 693.

(25) OLDRADUS DE PONTE, *Consilia seu responsa et quaestiones aureae*, Cons. LXXII, fl. 32 vb-33 b.

(26) Em GUILLELMI DURANDI, *Speculum Iuris cum Joannis Andree... theorematibus*, pars III et IV, p. 488.

(27) INNOCENTII IV, *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(28) Por ex.: ANTONIUS DE BUTRIO, *Lectura super tertio Decretalium*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII *Quod super his*, fl. 151 a.

(29) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 22, *De colusione detegenda*, cap. 1; ed. *Decretales Gregorii papae IX suae integritati vna cum glossis restitutas*, fl. 242 b.

(30) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa I, quaest. I, ca. 27; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 369. — Estas últimas palavras, como aliás as condições anteriormente propostas, no caso de Eugénio IV conceder a D. Duarte a sagrada régia, revelam bem que as dificuldades movidas contra a concessão da cruzada

*Bula de cruzada Rex regum, de Eugénio IV, dirigida aos patriarcas, arcebispos, bispos e demais prelados, a ordenar-lhes preguem a cruzada em favor da guerra que el-rei D. Duarte de Portugal pretende fazer aos infiéis, arrancando-lhes as terras que eles ocupam para as converter à lei de Cristo, pelo que concede o pontífice a quem o ajudar plenária remissão dos pecados e aos que se alistarem as imunidades e privilégios dos que passam à Terra Santa; para tal empresa são convidados todos os imperadores, príncipes e demais chefes dos povos; declaram-se enfim sujeitas ao dito monarca e a seus sucessores as terras assim conquistadas aos sarracenos (1).*

---

rei de Portugal, extensiva a seus sucessores, provinham das queixas do clero português que, por essa ocasião, se via sobrecarregado de impostos e vexado nos seus privilégios e liberdades. As referências a direitos de terceiro e condição proposta de sua salvaguarda, de forma a não causar prejuízo a outros reis a graça a conceder da sagração, bem podem denunciar acção diplomática de curiais castelhanos, como já frisámos em *A Expansão Portuguesa à luz do Direito*, em *Revista da Universidade de Coimbra*, 1962, p. 3.

(1) A presente bula de cruzada, como já foi observado por DE WITTE (*Les bulles* art. 1, pp. 699-700), é simples réplica da do mesmo título outorgada a el-rei D. João I por Martinho V a 4 de Abril de 1418 (Publicada em nosso vol. 2, pp. 282-86). Foi solicitada pelos embaixadores portugueses ao concílio de Basileia, ao encontrarem-se, em Bolonha, com o papa Eugénio IV. Como sublinha DOMINGOS MAURÍCIO, ela não foi dada expressamente para a campanha de Tânger. Todavia, o tempo da expedição e as singulares facilidades da publicação supõem esse destino» (*D. Duarte*, p. 25). Nem convinha, de maneira nenhuma, que da mesma constasse qual fosse então o programa português de cruzada, até para não alertar os sarracenos de Granada e de Marrocos. Demasiadamente se espalhou, antes do assalto a Tânger, o objectivo daquela, o que muito deve ter influido no inêxito, como se demonstrará no próximo volume. Bem diverso proceder usara el-rei D. João I, no engenhoso disfarce e no maior segredo seguidos antes da conquista de Ceuta.

A concessão desta bula foi previamente impugnada, directa e seriamente, num dos pareceres jurídicos então dados a Eugénio IV, advertindo-o de que seu antecessor Martinho V outorgara a cruzada a D. João I de Portugal somente enquanto ele vivesse o que o fizera com a maior dificuldade: «et hoc fecit cum summa difficultate». E o jurista opina que melhor fora não a ter concedido, uma vez que não haviam os sarracenos molestado ninguém. Argumenta com a Escritura Sagrada: «Tenho também outras ovelhas que não são deste aprisco» (Jo., X, 16); e, indistintamente, se disse a Pedro: «Apascenta as minhas ovelhas» (Jo., XXI, 17). Também, segundo diversos juristas, incumbe ao sucessor de Pedro apascentá-las e defendê-las e não impugná-las ou permitir as lesem. Porque, embora seja bem combater os infiéis, é

ANTT.; *Bulas*, maço 4, n.º 9, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente por cordão de cânhamo,—texto que se reproduz e em cujo verso se lê, em letra da época: «letras da cruzada quando passarem os jffantes dom Henrique e dom Fernando aas partes dÁfrica»; AV., *Reg. Vat.*, vol. 365, fl. 92 v., com a data errada, de 13 de Setembro.

Publicada: segundo a cópia do Vaticano, por E. STAEDLER, *Die Cruciatia Martini V. von 4. April 1418*, no *Archiv für Urkundenforschung*, 1942, t. 17, p. 310; por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 366, segundo o original; e por DOMINGOS MAURICIO, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, 1960, p. 88.

Sumariada: no *Quadro elemental*, t. 10, p. 10; por ABRANCHES, *Suma* p. 39, em RAMOS COELHO, *Alguns documentos*, p. 5. Comentada: por DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, pp. 699-700, e sobretudo por DOMINGOS MAURICIO, *D. Duarte...*, pp. 25-26, e por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 66 e ss.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabilibus fratribus patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis filiis electis, administratoribus, abbatibus, prioribus aliisque ecclesiarum et monasteriorum prelati necnon ceteris christiane religionis professoribus ubilibet constitutis, ad quos presentes littere nostre peruenerint, salutem et apostolicam benedictionem.

Rex regum et Dominus dominantium, vnigenitus Dei filius Jhesus Christus, ut humanum genus, de laqueo seruitutis eripiens, ad celestes sedes, ineffabili misericordia, reuocaret, e celorum summo descendit in terram et caducam humane fragilitatis carnem clementer indutus, doctrina sanctissima simul et exemplo uite mortalis, uiam qua graderentur homines ad eandem uere uite patriam demonstrauit; et, cum ipse summus omnium rerum opifex incorruptus et immortalis existeret, non renuit inter corruptibiles et mortales, probos et improbos, conuersari langores humanos perpetim tormenta corporis sustinere et tandem, in cruce pendens, mortem patienter, pro nostri redemptione, suscipere, ut mortem nostram moriendo

---

preciso, ao praticar o bem, olhar-se aos meios, que devem ser bons. Muitos males — sublinha o autor — se praticaram já no reino (de Portugal), como é notório, por tal motivo, e continuarão a praticar-se se Deus, o seu Vigário e os cardeais não providenciarem (Cfr. o nosso DOC. 132). Ignoramos quem tenha sido o autor do Parecer. Constituirá este opinião sincera de jurista ou pendência, embora razoavelmente fundamentada, para os interesses de Castela? Como se vê, o autor do Parecer enveredou por um dos aspectos defendidos já em 1432, no Parecer atribuído ao infante D. João, sobre a continuação da guerra contra os sarracenos (Cfr. o DOC. 23 do nosso vol. 4). Sobre o particular vejam-se também os DOCS. 140 e 141 do presente volume.

destrueret et uitam sacratissime uite sue ministerio repararet et cum non humanis meritis, sed exuberantissima sui clementia, cunctos qui uere crediderint in cruce duxerit liberandos. Nos, eius uices, quanquam insufficientibus meritis, ex indulgenti sua bonitate gerentes considerantesque creditum solitudini nostre gregem non satis posse condignas tanto beneficio laudes ex[s]oluere debitaque ueneratione complecti, prefate crucis sacratissimum signum, que perpetue mortis, uinculis dissolutis, rectissimum iter ad uitam et eternam gloriam patefecit, ad illa, curis assiduus, uigilamus et operibus indefessis enitimur, per que gregem ipsum, huiusmodi doctrine fideliter obsequentem, in conspectu diuine maiestatis acceptum reddere ualeamus; ingratiissimos, uero, tanti muneris homines sarrazenos, agarenos et alios infideles, qui ueri luminis uereque salutis iter pertinacissima mentium caligine contemnentes, prefate crucis insidiatores et hostes Deo odibiles et christiane religionis persecutores acerrimos sese reddunt a nequissimis eorum insultibus, quibus in christianum sanguinem sepius debachantur, non solum spiritualibus uerum etiam temporalibus accitis presidijs, possumus, auctore Domino, salubriter cohercere.

Sane, cum dudum preclare memorie quondam Johannes, Portugalie et Algarbij rex jllustris, christiane propaginis affectibus inflammatus ac, cupiens collatam sibi a summo rege potentiam in exaltationem gloriosi sui nominis exterminiumque ipsius hostium exercere, instructis christianorum militum aciebus, ad debellandos, in Africanis partibus, sarrazenos et alios infideles, qui christianos crebris insultationibus, captiuitatibus et occisionibus affligebant, in detenta per eos territoria et loca processerit, locum de Cepta, quem longis retroactis temporibus occuparunt, ab ipsorum intolerabili seruitute potenter eripiens, suauiissimo christiane religionis iugo restituit.

Cum autem, postmodum, carissimus in Christo filius noster Eduardus, eiusdem regis filius, qui sibi, post eius obitum, in prefatis regnis successit, uolens prudenter ostendere non solum regni successionem, sed etiam uirtutum patrum hereditatem ad se peruenisse ac, per ipsius parentis uestigia progrediens, tanquam catholice fidei pugil et athleta fortissimus, incepta per patrem contra eosdem infideles uiriliter prosequi desideret et proponat et, adiuncta sibi multitudine copiosa fidelium intendat, illo prestante cuius causam deuote complectitur, ad subiugandum sarrazenos et infideles huiusmodi regidendasque ad cultum ipsius nostre fidei terras quas occupant, omnem suam et dictorum suorum regnorum potentiam adhibere, nostras et catholice ecclesie, que congregationem ipsorum fidelium comprehendit, pro tam felicitis consumatione negotij, partes adiutrices humiliter implorauit.

Nos itaque, tam salutare prefati regis propositum, maximis in Domino laudibus, extollentes ac pro eiusdem successu directis in celum oculis, ei

cuius negotium geritur, immensas proinde gratias ex[s]oluentes, omnes et singulos imperatores, reges, duces, marchiones, principes, barones, comites, potestates, capitaneos, magistratus et quoslibet alios officiales ac eorum locatenentes, communitates quoque ciuitatum, vniuersitates opidorum, castrorum, villarum et aliorum quorumcunque locorum ceterosque eiusdem christiani nominis zelatores status et religionis cuiuslibet exhortamur ac, per aspersionem sanguinis eiusdem gloriosissimi Redemptoris, paternis affectibus, obsecramus, in suorum eis remissionem peccaminum, suadentes ut, ad infidelium errorumque eorundem exterminium et ad impendenda profutura suffragia, quibus huiusmodi prosecutio feliciter adiuuetur, potenter atque uiriliter se accingant, ad hoc enim spiritualibus munificentijs, remissionibus uidelicet et indulgentijs ipsorum, de fratrum nostrorum consilio, prouidimus eos inuitandos.

Quocirca, uobis et uestrum cuilibet patriarche, archiepiscopi et episcopi ac filij electi, administratores et prelati, per apostolica scripta committimus et mandamus quatinus uos et quilibet uestrum, quotiens Eduardum, predictum Portugalie regem, huiusmodi negotio intendere et aduersus infideles eosdem exercitus suos ordinare contigerit, super hoc quoque uigore presentium, quas plene firmitatis roboris, quandiu idem Eduardus rex uitam duxerit in humanis, fulciri uolumus, debite fueritis requisiti ad premissum tam pium tamque salubre negotium exequendum, ueluti precones fortes exaltantes, ipso nomine, uoces uestras, in singulis ciuitatibus, diocesisibus atque locis ubi congruere perspexeritis, per uos aliasque personas seculares et regulares, ordinum quorumcunque, quas ad hoc ydoneas duxeritis eligendas, iuxta datam uobis et illis a Deo prudentiam, christifidelibus quibuscunque ad id audiendum confluentibus et accedere uolentibus, quibus, uere penitentibus et confessis, ut ad id eo libentius inducantur, pro uice qualibet accessus huiusmodi, centum dies de iniunctis eis penitentijs per uos, auctoritate apostolica, relaxentur, uerbum crucis eiusdem ac ipsius admirabile signum publice proponere et predicare curetis illudque fidelibus ipsis id deuote suscipere uolentibus, uestris et eorundem eligendorum exhortationibus ac oportunis monitionibus preuijs ut, cum reuerentia debita, signum huiusmodi recipiant et illud contra peruersos dictorum infidelium conatus suis cordibus imprimant et negotium ipsum, fidei ac feruenti animo, prosequantur libere concedatis eorumque humeris affigatis.

Nos enim, ut fideles ipsi ad id eo feruentius animentur, quo uberio-rem gratiam exinde se nouerint percepturos, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi et illa quam nobis Deus, licet immeritis, ligandi atque soluendi contulit potestate, elsdem fidelibus, qui, crucis eiusdem signo suscepto, prefatis exerciti-  
bus, in personis proprijs, interfuerint pariter et expensis quique ut illis interessent sine fraude iter arripuerint, si in ipso fuerint itinere uita functi,



plenam suorum peccaminum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, ueniam impartimur et in retributionem iustorum salutis eterne pollicemur augmentum eisque qui non in personis proprijs illuc accesserint, sed ipsorum duntaxat expensis, iuxta suarum facultatum quantitatem et exigentiam, ydoneos destinauerint bellatores ac illis qui, licet alienis expensis, proprijs tamen adierint in personis, plenam suorum concedimus ueniam peccatorum, huiusmodi quoque remissionis uolumus et concedimus esse participes, iuxta quantitatem subsidij ac deuotionis affectum, eos omnes qui, durantibus exercitiis supradictis, pro huiusmodi confirmatione negotij, de bonis suis congrue ministrauerint et circa illud consilium et auxilium impenderit oportuna; decernentes nichilominus, auctoritate predicta, omnia et singula ciuitates, terras, castra, iniuncta atque loca, que per exercitus eosdem expugnari et ab ipsorum infidelium detentione ac seruitute liberari contigerit, prefati Eduardi et suorum heredum, qui tunc fuerint, ditioni atque dominio subiacere et ad ipsum ac heredes prefatos legitime pertinere; vniuersos preterea et singulos quos huiusmodi crucis signo muniri contigerit, ut prefetur, illo priuilegio illaque immunitate gaudere que cruce signatis, pro Terre Sancte subsidio, in generali concilio, quomodolibet sunt concessa, eorumque personas necnon familiam, res et bona, sub beati Petri et sedis apostolice atque nostra protectione, permanere debere. Statuentes rursus ut bona predicta extunc, donec de ipsorum reditu uel obitu certissime constiterit, integra maneant et quietas. Illorum uero archiepiscopi, episcopi necnon archidiaconi et alij superiores et officiales eorundem ipsos ac huiusmodi bona, auctoritate predicta, tueantur, non permittentes eos contra dicti statuti tenorem ab aliquibus indebite molestari, molestatores huiusmodi per censuram ecclesiasticam et alia opportuna iuris remedia, appellatione postposita, compescendo, iuuocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis, non obstante si aliquibus communiter uel diuissim a dicta sit sede indultum, quod interdicti, suspendi uel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem.

Volumus autem quod, si forte contingeret prefatum Eduardum regem, dum sui exercitus in expeditione esset, decedere ab humanis, presentes littere nichilominus, durante dicta expeditione, in suo pleno robore permaneant quodque, si aliqua classis seu aliqua nauigia per ipsum regem ad defensionem loci de Cepta prefati siue ad offensionem saracenorum circunuicinorum per eum mitterentur, homines qui in eis fuerint, si eos decedere inibi contingat, similiter plenam suorum peccatorum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, indulgentiam consequantur.

Ceterum, ut ipsius uiuifice crucis signo muniti eo facilius reddantur huiusmodi remissionum et indulgentiarum participes, quo se liberior exi-

mere posse conspexerint ab onere debitorum dicto regi ac illis quos, uice dicti regis, exercituum duces siue capitaneos fore contigerit, tot ex uobis fratres patriarche, archiepiscopi et episcopi, electi, abbates et prelati de quibus illis pro tempore uisum fuerit qui ac alij ydonei sacerdotes seculares uel regulares ad id per uos assumendi, omnium pro huiusmodi deductione negotij cruce signatorum confiteri uolentium confessiones audire et, ipsis confessionibus diligenter auditis, pro peccatis suis et excessibus omnibus, per illos commissis, etiam si manuum iniectores in clericos etiam religiosos necnon incendiarij et sacrilegi fuerint, nisi adeo graues in ipsarum manuum iniectionibus excessus extiterint, quod ad eandem sedem merito debeant destinari, iniunctis ipsis, pro modo culpe, etiam cum exaggeratione congrua, aduersus illos, ex ipsis quoque qui in progressu exercituum predictorum aciebus uel contra infideles eosdem instruendis Eduardi regis prefati et eorum qui exercituum, ut premittitur, duces extiterint, eorundem ordinationes et mandata temere transgredi presumperint, penitentia salutari et alijs que de iure fuerint iniungenda debite absolutionis beneficium, eadem auctoritate, impendere possitis, quotiens oportunum fuerit, ellgere ac deputare.

Et insuper, pro colligendis et acceptandis pecuniarum summis et rebus alijs, quas pro huiusmodi prosecutione negotij, per quosuis erogari contigerit, personas ecclesiasticas honorabiles, ydoneas et fideles, de quibus eis uidebitur assumere ualeant, auctoritate predicta, tenore presentium, indulgemus. Verum, quoniam difficile uideretur presentes litteras singulis exhiberi, uolumus quod vnus uel duo siue tot ex uobis fratres patriarche, archiepiscopi ac filij electi, abbates et prelati, de quibus Eduardo regi prefato uidebitur huiusmodi litterarum trasumptum, publica manu confectum eorumque sigillis munitum, personis et in locis singulis ubi expedire uidebitur, transmittere ac insinuare procurent, cui quidem transumpto, uelut originalibus litteris, dari uolumus atque decernimus plenam fidem.

Datum Bononie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo trigesimo sexto, sexto jdus septembris, pontificatus nostri anno sexto.

## 134

10 SETEMBRO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte ao concílio de Basileia, a solicitar-lhe se interesse deueras pela pacificação entre a Inglaterra e a França, pois a peste da guerra é venenoso contágio que infecta e perturba*

*não só os próprios contendores mas também muitos príncipes, pelo que é de agir não só com palavras salutaremas mas ainda, se for preciso, com censuras eclesiásticas (1).*

AGS, *Estado*, França, cód. K-1711, fl. 111, em cópia da época. Sobre a margem direita do texto: «*Litera domjni regis Portugalie super pace Francie et Anglie*».

Sacrosancte Generalj Synodo Basiliensi, in Spiritu Sancto legitime congregate, vñuersalem ecclesiam representantj.

Eduardus, Dej gracia regnorum Portugalje et Algarbij (2) rex Ceptue dominus, filialem deuocjonem legitimam et sinceram.

Grande desiderjum vehemensque cogitatio bonj tocjus christianitatis, presertim pacis atque concordie infidelium, principio vestre congregacjonjs, ob vestra virtuosa opera et labores satis habundequ omnibus patent, pro quibus apud Deum amplissimum munus et homjnes laudes jnmortales vobis vendicastis. Verum, si qui perfidi in sua cupiditate et elacjione tumjdi vestris sanctis, pijs atque justis operibus et requisicionibus condescendere noluerunt, dampnum atque dedecus minjme effugerunt, quod cum sic perperam molirj adnjterentur, nihilomjnus vestre fame et optimo proposito detrudere non potuerunt; que, cum ita sjnt, postquam Sancto Spiritu tot prestantissimorum orbis terrarum homjnum synodum congregastis, jbi laus, ibi gloria, non dyabolica humanalique malicia quin sanctum propositum confirmetur eo mjnus vos sinatis, ymo, virtute vestra duce,

---

(1) A Guerra dos Cem Anos, lamentável e moroso conflito político, que dominou a história do Ocidente nos séculos XIV e XV, especialmente da Inglaterra e da França, aparentemente querela dinástica mas, em verdade, tentativa de domínio da primeira sobre a segunda ou até de fusão dos dois países num só, atingira, nesta data, uma das fases mais graves. D. Duarte, na presente carta, apelou, por isso, para o concílio de Basileia, como também já sublinhou RUI DE PINA: — «E he de saber, por bom exemplo e gloriosa fama delrey dom Duarte, que húa das cousas mais principaaes porque mandou tam honrrada embaixada a húa concílio e ao outro foy por, em seu nome, rrequerer a paz e concordia antre os rrex de França e Ingraterra, que naquelle tempo aviam antre sy cruas guerras. E, per suas cartas e jnstruções que sobrisso enviou, nom soamente ofereço pera medeaneiros, e com suas despesas, seus embaixadores, mas ajnda, se neçessareo fosse, em pessoa prometeo de o hir seer, e do papa Eugenio e seu collegio e emperador grego, a que os embaixadores primeiramente sobrisso falarom, e asi do emperador Segismundo e concílio de Basilea, a que tambem o foram pedir e rrequerer. Foy elrrey dom Duarte muy muyto louuado e per toda a christandade encomendado por muy virtuoso» (*Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 8, segundo o cód. 359, *Livraria*, do ANTT.).

(2) No ms. *Algarbie*.

vndecunque discordias, jnemicicias huiusmodique mala senserjtis, vestris oracionibus, admonjcionibus et salutaribus consilijs ad pacem atque concordiam trahere non cessetjs.

Enim uero, jnter cetera clara et celebranda vestra facta, sic a vobis laborandum est ut crudelis, acerbata et tot jam dju malis jnueterata jnter anglicos et francos guerra, vos, opere plurjmm ad vnjonjs pacem sollicitje, quorum ab vtrinqve vires atque nobilitas jnter ceteras christjanjtats gentes maximum nomen obtjnent. Verum, hec pestis et vere venenosa contagio non solum sese mutuo, verum etiam plerosque principes inficit atque turbat. Non enim eorum duricja, pro jneunda inter eos pace, oratores missistis, vos expaueat ac remoretur, ymo uero exemplum vndecim tribuum que contra Benjamjm certauerunt, sequj debetjs, quj non usque adeo semel ac jterum multorum jnterjtu confictj sunt, quin tercio ad certamen conuersi victoriam atque triumphum reportarjnt; parjter jgitur vos neque laboribus atque jmpensis fatigatj diujnalj conatu quoscumque in dampnum sue consciencie et christianjtatis esse moneritis, debelletis, ne tam sedulo suorum fratrum, more pecudum et ferarum bestiarum, sangujnem effundant.

Ceterum, salutaribus verbis et, si opus fuerit, ecclesiastica censura vulneretis, ne per vos stet quominus christianitas reparetur, Saluatoris nostrj Dej hereditatem pacis quam in illa ultima Cena dimjsit, jnmjtatj. Preterea hec, reuerendissimj patres, que amplissima sunt, adnitamjni omnes principes, domjnones et populos fidellum, vobis jubentibus atque suadentibus, ad ferendam opem tam sanctissimo operj adjuuent. Nos in hac re et ceteris que commune bonum respiciunt, quantum in nobis est, pro viribus omnem conatum nostre mentis, pro bono pacis, ultro atque grato animo despondemus, jn hoc autem, reuerendissimj patres, enjcius supplicamus ne mora huiusmodj que nisi cjo per vos finjs jmponatur, rujtura sunt, felicem euentum consequantur. Altissimus vestrum statum conseruare dignetur.

Datum in villa de Turribus Veteribus, decjma dje mensis septembris, anno a natiuitate Dominj millesimo quadringentesimo xxxvj<sup>a</sup>.

El Rey

### 135

12 SETEMBRO 1436

*Letras secretas Tenemus omnia, pelo papa Eugénio IV endereçadas a D. Gomes Ferreira, abade de Florença, a dizer-lhe que tratara, solícita e diligentemente, quanto as circunstâncias lho permitiam, os assuntos que lhe cometera, a mostrar-se satisfeito pela*

*boa disposição do rei de Portugal e dos infantes seus irmãos para com ele, pontífice, e a comunicar-lhe que, quanto à comissão da visita, aguardara a chegada do conde e restantes emissários régios, que apenas traziam a recomendação de lhe falar na visita da Ordem dos Cistercienses, inoportuna neste momento, pela ausência de seu abade em Basileia e não urgente para os demais isentos; pelo que lhe ordena regresse a seu mosteiro, como aliás o solicitam os seus súbditos (1).*

ASF., *Badia Fiorentina*, X, 26, original em pergaminho, — texto que se reproduz; AV., *Vat. Lat.*, t. 8031, fl. 101, em cópia do século XVI. Publicadas por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique*, p. 146. Reveladas e sumariadas por DOMINGOS MAURICIO, *O Infante Santo Cardinal*, pp. 33-34.

Eugenius papa iiij.

Dilecte fili, salutem et apostolicam benedictionem.

Tenemus omnia sollicitè et diligenter a tua deuocione curata fuisse, iuxta commissionem tibi a nobis factam, que rerum condicio disposicioque adimplerj posse sunt passa.

Jm primis, uero, nos delectauit carissimi illius in Christo filij nostrj regis Portugalie illustis bona disposicio, quam erga nos èt sedem apostolicam illum habere dixisti, ex litteris quas accepimus die decimo marcij, Vlisbone datis. Cumque ipsum et infantes, germanos suos, nobis obdientes affectosque esse et in futurum, iudicio tuo, futuros affirmes, tibi respondemus nos pariter illos, paterna caritate et beniuolencia, amplecti et in futurum amplemare dispositos, prout rerum dietim occurrentium effectus demonstrabant.

---

(1) A visita em referência devia ser efectuada pelo bispo de Lamego, D. João Vicente, e por D. Gomes; mas houve forte reacção em contrário, como se infere desta representação dos delegados de Portugal junto do papa Eugénio IV: — «Scit etiam sanctitas vestra quod qui alienos mores corrigere volunt omni vitio carere debent, litterarum peritiam, vtriusque iuris doctrinam ignorare non tenentur. Episcopus Lamacensis et abbas Florentinus, licet probi viri sint, tamen ad tantum munus explendum creditur quod non sufficiant. Et propterea prelati regni Portugalie, quorum tres sunt de genere regali et alij de nobili genere procreati, docti, experti, quomodo patientur per tales visitari, quorum parentes ignorantur et vita cognoscitur, mores sciuntur, et non sunt tante opinionis apud illos, quantum ab alijs extraneis reputantur (?) et, si de personis, ipsorum meritis et vita dicere cogentur, multa latent que et audientes et intelligentes offendunt. Ideo, consultius esset eis ut in vocationem ipsorum uiuerent et alias dignitates non appetere» (Cfr. BMLF., *Fondo Stroziano*, cód. 33, fl. 125 v., em D. MAURICIO, *Art. infract.*, p. 34, nota 2).

Ceterum, ad ea que dicis de commissione uisitandi a nobis fienda, respondemus: quando istas a te accepimus, nos forte, per eos dies, certiores factos fuisse de aduentu comitis et oratorum regis predicti, a quibus, prout postea factum est, de voluntate dicti regis et regni illius necessitatibus cerciorem habere informationem sperabamus. Quam ob rem, certis supersedimus diebus.

Cum, uero, oratores ipsi ad nostram presenciam aliquot fuissent uicibus et nichil de uisitacione predicta dicerent, eosdem de illa interrogarj fecimus. Qui responderunt se nullam de ipsa specialem habere commissionem, preterquam de uisitacione ordinis Cisterciensium, quem rex uisitarj desiderat atque eciam ut de ipsa uisitacione commissionem tibi faceremus supplicarj iusserat.

Nos, uero, qui cum venerabilibus fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus predicta communicauimus, de ipsorum consilio, in dicta uisitacione supersedendum esse deliberauimus, ne illorum abbatem, qui est Basilee, ad aliquod scandalum prouocemus; aliorum, uero, exemptorum uisitacionem, in dicto regno, non est uisum tanti ad presens faciendam, ut te diutius monasterio tuo extorem uelimus retinere.

Quam ob rem, tibi et honorj nostro consultius fore iudicantes, si ad nos remeabis ut, uisis presentibus, uenias tibi mandamus. Nam, de huiusmodi reditu tuo a filijs tuis monachis quotidie sollicitamur, qui monasterium et illius bona non paruis, propter absenciam tuam, damnis et incommodis affici dicunt.

Datum Bononie, sub anulo nostro secreto, die xij septembris M. cccc. xxxbj, pontificatus nostrj anno sexto.

*Fora:* Dilecto filio Gomecio/abbatj Floren.

Blondus.

# 136

15 SETEMBRO 1436

*Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe declare válidas certas graças, concessões, dispensas, pedidos, privilégios e indultos obtidos por João Nunes, clérigo de Viseu, oriundo de nobre estirpe, seu familiar e comensal, depois de, em 24 de Abril de 1431, o mesmo pontifice lhe haver outorgado a graça expectativa de poder haver duas colacções e outros tantos benefícios, com dispensa para duas incompatibilidades, sem haver feito menção daquela graça.*

Beatissime Pater. Nuper sanctitas vestra, ad dilecti filij Henrici, infantis Portugalie et ducis Visensis, supplicationem, deuoto vestro Johannj Nunij, clerico Visensi, de nobili genere procreato, dicti infantis familiari continuo commensali, gratiam fecit expectatiuam, sub data octauo kalendas maij anno primo, ad duas collationes et totidem beneficia et ad canonicatus et prebendas, dignitates, personatus, administrationes uel officia, etiam curata et electiua, ecclesiarum cathedralium et metropolitandarum, etiam cum dispensatione ad duo incompatibilia, prout in supplicatione desuper signata plenius continetur (1).

Verum, pater sancte, euenit quod dictus Johannes obtinuit a sanctitate vestra, medio tempore, uidelicet post datam dicte gratie expectatiue et ante ipsius impetrationem, nonnullas gratias, concessioniones, dispensationes, impetrationes, priuilegia et indulta, in quibus de dicta gratia expectatiua siue dispensatione in ea contenta nullam mentionem fecit; cum reuera, illo tempore, gratia et dispensatio huiusmodi in rerum natura non essent nec de ipsis diuinare poterat, et quia huiusmodi gratie et dispensationis in ea contentae expressionis obmissio redderet forte gratias, concessioniones, impetrationes, dispensationes, priuilegia et indulta medio tempore obtenta huiusmodi surrepticia et, per consequens, de jure nulla;

Vt igitur ipse Johannes, quj in premissis de negligentia siue culpa in aliquo notari non potest, oportuno de remedio per eandem sanctitatem valeat prouideri, dignetur eadem sanctitas vestra litteras apostolicas super huiusmodi gratia expectatiua conficiendas expediri mandare, cum huiusmodi expressione, uidelicet quod in impetrationibus, concessionibus, dispensationibus, indultis, priuilegijs, siue gratijs quibuscumque, per eundem Johannem Nunij, post datam dicte gratie expectatiue a sanctitate vestra obtentis siue etiam obtinendis, nullam de dicta gratia expectatiua siue dispensatione in ea contenta nec de quauis ex qualitatibus eius mentionem siue expressionem facere teneatur, ymmo quod in impetrationibus, concessionibus, dispensationibus, indultis, priuilegijs et gratijs huiusmodi habeantur pro specifice et nominatim expressis, cum non obstantibus et clausulis in dicta supplicatione contentis.

*Concessum in presentia domini nostre pape. C. Ariminensis.*

Datum Bononie, decimo septimo kalendas octobris, anno sexto.

(1) É possível que se trate de João Nunes Homem, tesoureiro do cabido da sé de Viseu em 2 de Janeiro de 1434 e ainda em Fevereiro e Agosto de 1448 (ADV., *Per-gaminhos do Cabido*, maço 15, n.º 20, e maço 1, n.º 15 e 26, respectivamente).

## 137

15 SETEMBRO 1436

*Bula Romanus pontifex, de Eugénio IV, dirigida a el-rei D. Duarte, a conceder-lhe, para propagação do nome cristão, a conquista das ilhas Canárias não pertencentes a cristãos e a submissão das mesmas à Coroa de Portugal, uma vez terminadas suas conquistas e conversão, e a declarar, em referência à Súplica de Agosto anterior, que a proibição de atacar as ilhas em causa apenas se referia às cristãs (1).*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 336, fl. 189, — texto que se reproduz; Armadio XXXI, 54, fl. 639, em cópia de 1630.

Publicada por DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, pp. 717-18, e por DOMINGOS MAURICIO, *D. Duarte*, p. 91.

Na margem esquerda da lição que seguimos: «Poggius B[artholomeus]», ou sejam os nomes de Poggio Bracciolini, secretário apostólico, célebre humanista e redactor do documento, e de Bartolomeo de Vincto, bispo de Valva, registador das letras apostólicas, como já observou DE WITTE, *Lug. infractif*. Ao fim do texto: «B[artholomeus] Valuensis. Gratis de mandato domini nostri pape».

Eugenius, etc..

Carissimo in Christo filio Eduardo, Portugalie et Algarbij regi illustri, salutem, etc.

Romanus pontifex, beati Petri celestis clauigeri successor, vicarius Ihesu Christi, ex superna Dei providencia, cuius est orbis terre et plenitudo eius, in supreme dignitatis specula constitutus, ad singula mundi climata, ex pastoralis officij debito, opem sue considerationis extendit et que ad propagationem christiani nominis spectare videntur ordinat et disponit, prout id salubriter, pro fidelium commodo, conspexit in Domino expedire.

Sane, ex parte tua nobis expositum fuit quod, cum in mari occiduo sint insule quedam, insule Canarie (2) generali verbo nuncupate, quarum aliquas fideles incolunt. nonnullae vero a paganis occupantur, tu, zelo fidei accensus ac cupiens clare memorie genitoris tui vestigia imitari, aliquas ex ipsis insulis per paganos habitatas, missa illuc classe, tue ditioni

(1) Cfr. a Súplica respectiva, de Agosto anterior, o nosso DOC. 129.

(2) No ms. *Canarie*.



subijcere cepisti ac iam circiter quadringentas personas ibidem baptizari fecisti, ad eiusdem fidei augmentum.

Cum autem, sicut asseris, cupias laudabile opus per te inceptum vltius prosequi et perficere, ad gloriam et laudem saluatoris nostri, nobis humiliter supplicasti vt prefatas insulas per infideles possessas, ad finem vt ipsi ad Christi fidem conuertantur, tibi in conquestam concedere et certam prohibitionem, sub excommunicationis pena, ne quis jnsulis Canarie bellum aut grauamen inferre auderet, per nos dudum factam, solum ad christianas jnsulas se extendere declarare et alias tibi, in premissis, oportune prouidere dignaremur.

Nos, igitur, qui pre ceteris rebus christianam fidem augeri nostris temporibus summis desiderijs affectamus, tuum honestum propositum in Domino commendantes ac attendentes quod, sicut asseritur, nullus in hoc tuo incepto in aliquo reclamauit aut se, verbo vel facto, opposuit, neque aliquis christianus princeps in eisdem jnsulis paganorum vllum ius adhuc se habere pretendit, prefatas Canarie insulas, illis exceptis que antea per christianos possidebantur, auctoritate apostolica et de plenitudine potestatis nobis desuper tradite, tibi concedimus in conquestam et eas, postquam in tuam ditionem redegeris et ad fidem conuerteris, tibi subijcimus per presentes, jta vt ad te et tuos successores perpetuo spectare debeant et pertineant pleno iure, declarantes nichilominus, auctoritate prefata, voluntatis nostre fuisse et esse quod prefata nostra prohibitio tantummodo se extendat ad eas Canarie (3) jnsulas que, tunc temporis, sequebantur cultum fidei christiane et a christianis possidebantur.

Jn contrarium editis non obstantibus quibuscunque, nos enim ex nunc irritum decernimus et inane quicquid in contrarium a quoquam, quauis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attemptari.

Nulli, ergo, etc., nostre concessionis, subiectionis, declarationis et constitutionis infringere, etc..

Si quis, etc.

Datum Bononie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo sexto, decimo septimo kalendas octobris, anno sexto.

---

(3) No ms. *Canarie*.

20 SETEMBRO 1436

*Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a pedir-lhe que seu familiar e capelão Martim Pais, reitor da igreja paroquial de S. Julião de Cambra, já dispensado do defeito de nascimento para receber todas as ordens sacras e um benefício, mesmo com cura de almas, possa também aceitar e permutar quaisquer benefícios eclesiásticos incompatíveis entre si.*

AV., Reg. Suppl., vol. 326, fl. 226.

Supplicat sanctitati vestre humilis et deuota creatura vestra Henricus, infans regni Portugalie et dux Visensis, quatinus cum dilecto suo familiari, continuo commensali ac maiori capellano Martino Pelagij, abbate (1) seu alias rectore (2) parrochialis ecclesie sancti Iuliani de Cambra (3), Visensis diocesis, cum quo dudum super defectu natalium, quem patitur de presbytero genitus et soluta, ut ad omnes etiam sacros ordines promoueri et beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, obtinere valeret, apostolica fuit auctoritate dispensatum, ut quecumque, quocumque et qualiacumque beneficia ecclesiastica inuicem incompatibilia, etiam si dignitates et maiores uel principales personatus, perpetue administrationes uel officia etiam curata et electa, etc., in cathedralibus etiam metropolitans uel collegiatis ecclesijs, aut archipresbyteratus seu perpetue vicarie existant, si sibi alias canonicè conferantur aut sumatur seu eligatur ad illa, libere et licite obtinere illaque simpliciter aut ex causa permutationis, quotiens sibi placuerit, dimittere et, loco dimissi, dimisse uel dimissorum, aliud seu alia similia uel dissimilia ecclesiastica beneficia recipere et retinere etiam libere et licite valeat, de uberioris dono gratie, dignemini misericorditer dispensare, defectu predicto ac Pictauiensis concilij et alijs apostolicis constitutionibus et ordinationibus ceterisque in contrarium facientibus non obstantibus quibuscunque.

*Concessum ut petitur, in presentia domini nostri pape. C. Ariminensis.*  
Datum Bononie, duodecimo kalendas octobris, anno sexto.

---

(1) No ms. *abbati*.

(2) No ms. *rectori*.

(3) No ms. *Canbar*.

## 139

2 OUTUBRO 1436

*Lei de el-rei D. Duarte, a restringir a concessão de alvarás e de cartas de seguro aos homiziados que fossem servir em Ceuta e em esta armada (de Tânger), nos delitos praticados antes de Janeiro de 1436, com a excepção na mesma referida.*

ANTT., *Núcleo Antigo*, cód. 12-A, fl. 187 v., — texto que se reproduz, preenchida uma lacuna pelo cód. 14-A, fl. 129 v., por se achar truncado o presente documento quase a meio, com anotação das variantes principais do segundo.

Publicada nas *Ordenações do Senhor Rei D. Afonso V*, liv. 5, tit. 115, e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portuguezes*, vol. 1, pp. 370-71.

Dom Eduarte, etc.

Fazemos ssaber que, considerando nos como mujtas pessoas, em nossos rregnos, com esperança de hirem em armadas com algũus ssenhores capitãaes e fidalgos e outros quaaesquer que em armada uãao, pera Çepta ou pera outros algũus [lugares], per nosso mandado e sserujço, cujdando que hiron e vijnrom sseguros, per bem de (1) cartas e (2) aluaraas que de nos ham, per que sseguramos aquelles que algũus mallefícios tenham fectos e cometidos (3) e com elles forem em as dictas armadas, que nom ssejam presos ataa ssua vijnda e despojs çerto tempo, ljeiramente sse mouem e nom rreçeam cometer mallefícios e sse sseguem mortes, forçamentos, adulterios, furtos, rroubos e outrros desuajrados deljtos; e, porque nossa teençom nunca foy nem he dar esperança e aazo de mal fazer, majs antes rrefrear e punjr quanto majs com justiça possamos;

Porem, hordenamos e mandamos que taaes cartas e aluaraas de sseguro, que ja ataaqui dessemos ou daquj en djante dermos (4), sse nom entendam nem ssejam guardadas aaquellas pessoas que algũus mallefícios tenham cometidos des janeiro passado desta presente era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij<sup>o</sup> e xxxbj annos pera ca ou daquj en djante. E quaaesquer que os mallefícios ssejam ou forem,

---

(1) *das*.

(2) *ou*.

(3) *tenhham cometidos*.

(4) *demos*.

ou (5) ffossem fferidas ou mortes ou adulterios, ffurtos ou rroubos e outros quaaesquer e per qualquer modo cometidos, ou de preposito ou em rrejxa ou (6) doutrra qualquer guisa; e, posto que a algũa pessoa em espicial demos carta ou aluara dalgũ malleficio que cometesse des o dicto tempo pera ca, moujdo por algũa justa causa ou qualljdade do deljto, mandamos que lhe nom sseja guardada, ssaluo sse em ella for fecta expressa mençom desta nossa hordenaçom e, espeçificando em ella que, ssem embargo della, lhe sseja guardado.

E, sse algũs aluaraaes teemos dados assy em espicial e os mallefijos ffossem cometidos des o dicto tempo pera ca, mandamos a todos aquelles que os de nos ouuerom que, da pobrricaçom desta atee hũu mes, os venham mostrar, pera sse em elles poer a dicta clausulla, sse nossa mercee for; e, nom vijndo e despojs parecendo ssem ella, mandamos que lhes nom ssejam guardados. E todo esto ssuso dicto queremos que sse entenda e aja lugar em todallas hidas e armadas que sse fezerem, assy pera Çepta como pera quaaesquer lugares em que sse taes cartas ou aluaraaes de sseguro derem, assy em esta armada rreal que ora, com a graça de Deos, hordenamos de sse fazer, como em outras quaaesquer que ssejam.

Poren, mandamos a todollos corregedores, alquajdes e mejrjnhos e a todallas outrras nossas justiças que assy cunpram e guardem e façam conprir e guardar e, ssem embargo de taes cartas de ssegurança, prenam e mandem prender os dictos malfectores que os dictos mallefijos assy tenham cometidos des o dicto tempo pera ca ou cometerem ao djante, ssem outro embargo.

Dante em a vjlla de Torres Vedrras, e hj foy pobricada, presente Rodrigo Anes Vjllella, ouujdor na corte delrrej, que ssija em audiencia, aos dous dias do mes doutubrrro, era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij<sup>o</sup> e xxxbj annos.

## 140

## 17 OUTUBRO 1436

*Parecer do jurista bolonhês António Minucci da Pratovecchio a consulta que lhe fora endereçada sobre a legitimidade da guerra aos infiéis, com base no facto de certo rei católico, não reconhecendo superior, desejar guerrear sarracenos que não ocupam terras suas,*

---

(5) ora.

(6) Faltava o demais texto.

*mas que foram de outros cristãos, na Berberia; a qual consulta é concretizada nas perguntas seguintes: se ele pode declarar guerra sem licença; se, declarando-a com licença papal, ela pode ser considerada justa, embora tais terras nunca houvessem sido de cristãos; se ele pode obrigar o seu povo a tal guerra; a expensas de quem devem os súbditos combater; se pode impor tributos a seu povo para tal luta; se estará obrigado, no foro da consciência, pelos homicídios que na mesma se perpetrem.*

A primeira pergunta, depois de haver mostrado a probabilidade da sentença contrária, responde o autor ser mais provável a sentença que nega a liceidade da guerra sem licença do imperador, por não se tratar de guerra de defesa nem de recuperação, mas sim de invasão, que só é permitida com autoridade do imperador, a quem o rei deve sujeição por direito e ao qual essas terras estão sujeitas. Quanto à segunda, recorda a opinião dos canonistas e civilistas sobre o poder da papa, como vigário de Cristo, extensivo aos infieis quanto ao direito natural, para concluir que, no caso de lhe serem desobedientes, não aceitando os missionários, ou de possuírem terras de cristãos ou por motivo da recuperação da Terra Santa ou no caso de negligência, por parte do imperador, em recuperar as terras pertencentes ao Império Romano, o papa pode puni-los com a guerra e dar autoridade ao rei para os combater. Passa depois a responder ao último quesito, dizendo que o rei e seus súbditos não estão obrigados, no foro da consciência, pelos homicídios ocorridos na guerra feita com autoridade do papa. Valendo-se de vários argumentos, prova poder o rei obrigar os súbditos a participarem em tal guerra. Bastará que ela, atentas as condições expostas, seja lícita. Relativamente à quarta dúvida, distingue, conforme as pessoas que entrarem na guerra. Os vassalos ou léigos que, em virtude do feudo ou juramento, devem entrar nela, têm de arrostar com as despesas. Tratando-se, porém, de despesas dos soldados, tanto as armas como os salários ficam à conta do rei. Com toda a certeza o rei pode taxar o povo com impostos especiais destinados a tal guerra, por ser este um direito que lhe compete, em virtude do seu poder supremo, como o autor prova.

BAV., Cod. Vat. Lat. 1932, fl. 100, original, em papel.

Referenciado: por DE WITTE, O. S. B., *Les bulles*, art. 1, p. 700; e por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 33-35. Deste último autor e jurista é a transcrição e anotação do presente documento.

[Q]uidam princeps seu rex catholicus (1), non recognoscens superiorem, vult inducere bellum contra sarracenos, non possidentes nec detinentes terras ipsius regis, sed detinentes terras que fuerunt aliorum christianorum, quemadmodum in Barbariam.

De sex principaliter dubitatur. Primum dubium: Vtrum possit sine alterius auctoritate bellum inducere. Secundum: An papali auctoritate et licentia, si bellum induxerit, bellum possit iustum censi, etiam si terre nunquam fuerunt christianorum. Tertium: An possit populum suum compellere ad bellum hoc. Quartum: Cuius expensis subditi debeant esse in campo. Quintum: An populo suo possit collectas imponere et angarias pro

---

(1) Segundo RUI DE PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cap. 20, pp. 134-136, el-rei D. Duarte, depois de ouvir, nas cortes de Agosto de 1436, os pareceres contrários do infante D. Pedro e o do conde de Barcelos e o indeciso do infante D. João, sobre a expedição de Tânger, que havia de realizar-se no ano seguinte, mandara consultar o papa sobre a legitimidade da guerra contra os infiéis e do lançamento de impostos ao reino, com esse fim. O cronista apresenta a resposta do papa, que teria distinguido entre guerra justa necessária de legítima defesa e justa voluntária, destinada à conquista de terras de infiéis. Quanto a esta última, segundo essa resposta, não poderia o rei lançar *pedidos* ao povo. A notícia de Rui de Pina não é bem exacta, como se colhe deste parecer de António de Pratovecchio e do seguinte de António de Rosellis, que se publicam. Dissemos, há tempos, que, embora por essa época tivessem o papa ou alguém da cúria pontifícia consultado alguns juristas sobre a concessão da cruzada e sagração ao rei de Portugal, todavia a consulta de D. Duarte ao papa parece ser anterior àquela data de 1436. (Cf. SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 33ss.). Hoje corrigimo-nos um tanto. D. Duarte já em Maio de 1436 dava ordens a Bartolomeu Gomes sobre o arrecadamento do *pedido* e *meio* na cidade de Lisboa. E o facto de paleograficamente a indicação da data deste documento ser um tanto duvidosa, mas apresentar mais as características de um cinco, levou-nos a colocar a consulta de D. Duarte antes de 17 de Outubro de 1435. Contudo, a data do presente parecer jurídico, escrita pelo próprio autor, deve ser de 17 de Outubro de 1436. As circunstâncias históricas, a que nos referimos no estudo citado, corroboravam aquele nosso ponto de vista quanto à data destes pareceres, cuja existência nos foi dada a conhecer, pela vez primeira, por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 700. Essa mesma série de circunstâncias prova que o rei católico *non recognoscens superiorem* só pode ser o nosso D. Duarte. Há, porém, outras circunstâncias históricas que, a fundarmo-nos no próprio texto dos pareceres jurídicos, nos dizem só em 1436 podermos colocar a composição deles. Como se pode ver na nota seguinte, António de Pratovecchio só em Julho de 1436 aparece na Universidade de Bolonha, não como professor mas como vigário do arcebispo. Isso poderia indicar-nos que ele era professor de direito civil na cúria pontifícia, que neste tempo se encontrava, efectivamente, em Bolonha. António de Rosellis, autor do parecer seguinte, diz tê-lo escrito em Bolonha quando ensinava direito canónico na cúria romana ou pontifícia. Ora Eugénio IV só em Abril de 1436 passou a Bolonha. E assim a data do parecer de António de Pratovecchio tem de ser de Outubro de 1436. Nos meses anteriores estava na cúria de Eugénio IV a embaixada de D. Duarte e com ela se podem relacionar muito bem estas consultas, feitas por ele mesmo aos seus embaixadores ou até talvez, não sabemos se com maior probabilidade, provocadas pelos seus pedidos.

expensis necessarijs in campo. Sextum: An, propter homicidia que in bello committerentur, in foro conscientie teneatur.

In Christi nomine. Amen. Occurrit michi (2) in primis, juxta sententiam Baldi (3), C., si quis aliquem testari prohibuerit, illud Senece in Exclamationibus suis, ita inquietis: «Quis es tu qui de facto Patrum sententiam feras? Respondeo: Non sum agricola, sed semino verbum in agro Domini exercituum; et si bonum est, terra suscipiet et vouebit; si malum, tanquam mala herba eradicabitur» (4). Jtaque circa id primum quo queritur: An potuerit propria auctoritate hoc bellum iudicare (5). Ex tribus concludi videtur indicere (6) potuisse. Primum quidem principalis potestas, quam sibi nactum esse constat, ex quo superiorem non recognoscit, per id quod dixit glossa in auth. de defensoribus ciuitatum, § et iudicare (7),

(2) O autor deste arrazoado jurídico é António de Pratovecchio ou Pratove-  
tere, professor de direito civil em Bolonha, como se colhe das palavras finais do pare-  
cer, escritas pelo autor, que autenticou a consulta com o selo próprio. As palavras  
«Laus Deo eiusque matri Virgini Marie et beatis Anthonio et Romualdo» parecem  
indicar que ele era religioso. Desde 12 de Julho de 1436 que António de Pratove-  
tere, doutor em ambos os direitos, aparece na Universidade de Bolonha, como vigário do  
arcebispo, a fazer o sermão de doutoramento dos novos laureandos em direito civil.  
Nesta qualidade o vemos ainda em 23 de Fev. de 1442 e 12 de Nov. de 1450. Cf. SOR-  
BELLI, II «*Liber Secretus Iuris Caesaris*», II, p. 145, 189, 195, 256. Passou também  
pela Universidade de Sena. Cf. ZDEKAUER, *Lo Studio di Siena*, p. 48. CHIAPELLI,  
*Vita e opere giuridiche di Cino da Pistoia*, p. 186, fala-nos de uma obra que Antonio  
Minucci da Pratovecchio escreveu nel secolo XV, intitulata «Singularia Domini Cini».

(3) Baldo de Ubaldis foi um dos juristas mais famosos do seu tempo, muito  
apreciado pelas suas obras de direito canónico e civil. Nasceu em Perugia à volta  
de 1319 e morreu em Pavia em 28 de Abril de 1400, depois de ter ensinado em várias  
Universidades. Sobre a sua vida, carreira jurídica, valor de sua produção literária e  
teorias jurídicas próprias, cf. G. CHEVRIER em *Dictionnaire de Droit Canonique*, II,  
Paris, 1937, col. 39-52.

(4) Esta transcrição feita por Baldo não vem, como diz António de Pra-  
tovecchio, no comentário ao título 34, *Si quis aliquem testari prohibuerit vel coegerit*,  
do livro VI do *Codex Iustinianus*. Encontra-se na questão que, segundo a edição por  
nós seguida, vem antes deste título, imediatamente depois do título 33 *De edicto divi  
Hadriani tollendo*. Esta questão vem indicada nas edições como *Quaestio Baldi de  
Schemate*. Cf. BALDI VBALDI PERUSINI *In Sextum Codicis librum commentaria*,  
fl. 120 vb. Eis o texto de Séneca, como lá vem: «Quid dicendum? Occurrit mihi ver-  
bum Senece in Declamationibus. Quis es tu qui de facto patrum sententiam feras?  
Sed respondeo, sum agricola rudis, et non fero sententiam, quia ad me non pertinet  
ullo modo, nec pono os in caelum, sed semino uerbum in agro Domini exercituum et  
largitoris, et si bonum est, terra recipiet et fouebit, si autem malum, tanquam mala  
herba eradicabitur».

(5) Primitivamente lia-se *inducere*, mas foi corrigido, ao que parece, pelo autor.

(6) Também aqui o verbo *inducere* foi corrigido para *indicere*.

(7) Nov. XV, col. III, t. 2, *De defensoribus ciuitatum*, cap. III, 2, ed. KROLL,  
*Corpus Iuris Civilis*, III, p. 112. Ver a glossa na ed. Lugduni, 1546, p. 65.

et Bartolus (8), ff., de captiuis, le. hostes (9). Et etiam de iure, si est rex Francie vel Hyspanie, per id quod dixit glossa lxiij. dist., Adrianus (10), extra, qui filij sint legitimi, cap. per venerabilem (11), de quo solet dici, vij, quest. i., in apibus (12), xi., quest. i., hec si quis, ver. volumus (13), viij. dist., quo iure (14), xxij., [quest. viij.], conuenior (15) et de electione, cap. per (16) venerabilem (17). Et imperij est bellum inducere seu principis et populi Romani, ff., de captiuis, le. hostes (18). Secundum est causa belli inductiua. Cum enim populus christianus fuerit spoliatus bello tali terra, eodem bello ipse rex et quicumque christianus alter videtur posse possessores expellere, per id quod dixit Alexander papa (19) omnibus episcopis Hispanie, xxxij. (sic), quest. vltima, ca. dispar (20), sic inquilens: «dispar [nimirum (21)] est iudeorum et sarracenorum causa. In illos enim

(8) Bártoło de Saxoferrato foi um dos mais celebrizados legistas do século XIV. Nasceu em 1314 e doutorou-se em Bolonha no ano de 1334. Ensinou em várias universidades de Itália, sobretudo nas de Pisa e de Perusa. Morreu nesta cidade em 1357. Abriu novo período no ensino do direito romano, de tal forma que os legistas posteriores se chamaram *Bartolistas*. Cf. KURTSCHIED, O. F. M., *Bartoli de Saxoferrato vita...*, II, p. 110-117, e VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 520-521. Algumas de suas obras fazem parte da coleção *Tractatus Universi Iuris*, t. III, p. I, fl. 330; t. III, p. II, fl. 140; t. IV, fl. 63,73; t. II, fl. 158.

(9) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et postliminio reuersis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 214 vb-215 b.

(10) *Decretum Gratiani emendatum et notationibus illustratum una cum glossis*, Romae, 1584, pars I, dist. LXIII, ca. 2, p. 297.

(11) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 17, *Qui filij sint legitimi*, cap. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 714.

(12) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VII, quaest. I, ca. 41; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 582.

(13) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. I, *dictum ante* ca. 37; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 636.

(14) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. VIII, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 12-13.

(15) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 21; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 959.

(16) Neste lugar a primeira palavra do ca. é *venerabilem* e não *per venerabilem*. Todavia, na glosa do llv. IV, tit. 17, ca. 13, *per venerabilem*, a palavra *Minime recognoscat*, lê-se: «De hoc dicitur supra, de electione, *per venerabilem*»: *Decretales Gregorii IX suae integrali una cum glossis restitutae*, Romae, 1584, p. 1095.

(17) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6, *De electione et electi potestate*, cap. 34; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 79.

(18) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et de postliminio et de redemptis ab hostibus*, le. 24; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 836.

(19) Alexandre II, papa de 1061 a 1073.

(20) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955. O texto lê erroneamente *xxxij*.

(21) No texto, espaço em branco.



qui christianos persecuntur et ex vrbibus et proprijs sedibus pellunt, iuste pugnatur, hii vbique sequire parati sunt» (22). Ad que facit quod in simili dixit Innocentius (23) in cap. querelam, de electione (24), quem Baldus refert in lege ij., C., de servitutibus et aqua, circa finem (25), vbi voluit quod si res fuerit furto subtracta, puta castrum, vel per violentiam occupatur, licitum est eadem forma, etiam in foro conscientie, recuperare, etc. Tertium est quia in hijs que spectant ad esse publicum unusquisque posset agere et defendere pro jure illo, ff., de acquirendo dominio, le. statuas (26). Hoc videmus in simili, in jure populari, le. licet, § in popularibus, ff., de procuratoribus (27), le. eum qui, § in popularibus, ff., de iureiurando (28), et plene, ff., de popularibus (29) ac per totum. Certo autem certius est quod bellum inducere contra illos occupatores concernit interesse publicum, quia sanctam catholicam ecclesiam et christianam fidem. Ergo ei licitum est.

Contraria tamen sententia probabilior est. Bellum enim triplex licitum esse assempsit Baldus in lege ij., C., de servitutibus et aqua (30),

(22) Na edição de FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955 e outras ajuntam-se as palavras *nimirum*, depois de *dispar* e vero depois de *hii*.

(23) Inocêncio IV, papa de 1243 a 1254, além de ter promulgado colecções autênticas, algumas das quais foram comentadas pelo nosso canonista João de Deus (SOUZA COSTA, *Um mestre português em Bolonha*, p. 109, 133-134) escreveu, sendo já papa, mas como autor privado, o famoso comentário às Decretais de Gregório IX, a que se refere o texto da consulta. Escreveu-o entre os anos 1246-1253, possivelmente à volta de 1251. Antes de subir à cátedra de Pedro, foi aluno e professor na Universidade de Bolonha. Durante este tempo, talvez escrevesse o tratado *De exceptionibus*, sob o nome de Sinibaldo Flisco, como era conhecido antes de ser eleito papa a 25 de Junho de 1243. Morreu a 7 de Dezembro de 1254. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 453, 477.

(24) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. I, Rubrica VI, *De electione et electi potestate*, cap. XXIV, p. 66 s. Contudo, pelo que António da Pratovechho diz a seguir a propósito desta citação, relativamente a Baldo, parece haver equívoco, pois os dizeres seguintes referem-se ao lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. *Olim causam*, p. 287 vb-279.

(25) BALDI VBALDI PERUSINI *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, lib. III, tit. *De servitutibus et aqua*, le. 2, fl. 228 b-228 va. Como se observou na nota precedente, o cap. citado aqui é o *Olim causam*, ou seja o cap. 12.

(26) *Digesta*, lib. XLI, tit. 3, *De adquirendo rerum dominio*, le. 41; MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 649.

(27) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*, le. 42; MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 41.

(28) *Digesta*, lib. XII, tit. 2, *De iureiurando sive voluntario sive necessario sive iudiciali*, le. 30, § 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 165.

(29) *Digesta*, lib. XLVII, tit. 23, *De popularibus actionibus*; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 790 ss.

(30) BALDI VBALDI PERUSINI, *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, lib. III, tit. *De servitutibus et aqua*, le. 2, fl. 228 va: «Nota quod

scilicet publice defensionis uel priuate, et istud est licitum, le. iij., § cum igitur, ff., de vi et vi armata (31); benefacit quod scribitur ff., si quadrupes pauperiem fecisse dicatur, le. i., § cum arietes (32), in lege vt uim, ff., de iustitia et iure (33) et in c. i., de militi vaxali qui contumax (34), C., de iure fisci, le. prohibitum (35) et C., de metatib, le. deuotum (36); et quod etiam per quosdam scribitur in c. i., hic finitur lex, deinde incipiunt consuetudines regni (37); et pro tali bello licitum est congregare amicos et conducere stipendiarios, vt plene jn iuribus preallegatis (38).

Secundum est bellum recuperationis; et istud non licet sine auctoritate principis, nisi periculum esset in mora, vt dixit Innocentius in cap. olim, de restitutione spoliatorum (39).

Tertium est bellum inuasionis; et hoc etiam non licet nisi iudicis auctoritate uel sententia, ut le. prohibitum, C., de iure fisci (40) et le. finali, C., de bonis vacantibus (41).

---

est triplex bellum, scilicet defensionis publicae uel priuatae et istud est licitum, le. 3, § cum igitur, de vi armata, unde pro tali bello est licitum congregare amicos et conducere stipendiarios ut ibi no. Item recuperationis, et istud non est licitum nisi auctoritate principis permittatur uel nisi careamus principe et periculum sit in mora, de restitu. spol., cap. olim causam, per Innoc. Item inuasionis et hoc non est licitum nisi auctoritate iudicis praecedente sententia vt le. prohibitum, de iure fisci et le. fin., de bon. vac., lib. x. >.

(31) Assim no texto e em todos os tratados mais ou menos do tempo. Segundo a edição de MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 690, seria *eum igitur o § e não cum igitur*, como nas antigas. *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et de vi armata*, le. 3, § 9; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 690.

(32) *Digesta*, lib. IX, tit. 1, *Si quadrupes pauperiem fecisse dicatur*, le. 1, § 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 124.

(33) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(34) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 22, *De milite vasallo qui contumax est*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 28-29.

(35) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 1, *De iure fisci*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 395.

(36) *Codex Iustinianus*, lib. XII, tit. 40 (41), *De metatib et epidemetib*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 476.

(37) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 28, *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1.

(38) Cf. nota 30.

(39) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. XII, fl. 278 v-279 a.

(40) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 1, *De iure fisci*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 395.

(41) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 10, *De bonis vacantibus et de incorporatione*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 398.

De primo bello non loquitur titulus questionis. Defensio enim fit tempore illate iniurie vel parum post, ut in § cum (42) igitur (43) et in lege scientiam, § qui cum aliter, ff., ad legem Aquiliam (44); quod enim ex intervallo fit, non ad defensionem sed vindictae ascribitur, ut in dictis iuribus et plene in lege i., C., Vnde vi (45); et nemini propria auctoritate licet vindictam assumere, C., ut nemini liceat se sine iudicis auctoritate vindicare (46); et defensio est offensionis obiectum, ut le. ut vim (47) et le. i., § cum arietes (48) et in iuribus preallegatis. Vnde, stante eo quod est positum in puncto questionis, dictus rex non fuit offensus, quia nec iniuria persone illata nec in rebus, quia res de quibus agendum est sue non fuerunt; non ut offensus potest se defensionis titulo juvare.

Sic denique nec de secundo; quamquam enim forte tractandum esset de recuperatione rerum amissarum, quo casu spoliato omni licitum est, etiam furtive et per bellum, res suas recuperare, si aliter recuperari non possent, ut dixit Innocentius, in dicto cap. querelam (49), quem Baldus sequitur, ubi supra (50). Non tamen iste fuit spoliatus; iudicium ergo recuperandi non habet inter hos locum. Possunt enim possessores dicere quo ad te liberas edes habeo, le. loci corpus, § competit, ff., si servitus vendicetur (51). Vnde si agens iste rex coram iudice superiori, puta coram papa, qui est iudex etiam illorum possessorum, per id quod dixit Innocen-

(42) Cf. nota 31.

(43) *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et vi armata*, le. 3, § 9; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 690.

(44) *Digesta*, lib. IX, tit. 2, *Ad legem Aquiliam*, le. 45, § 4; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 130.

(45) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 4, *Unde vi*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 332.

(46) *Codex Iustinianus*, lib. II, tit. 16 (17), *Ut nemini liceat sine iudicis auctoritate signa imprimere rebus, quas alius tenet*; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 106.

(47) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(48) *Digesta*, lib. IX, tit. 1, *Si quadrupes pauperiem fecisse dicatur*, le. 1, § 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 124.

(49) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. I, Rubrica VI, *De electione et electi potestate*, cap. XXIV, p. 67. Como já advertimos, a citação a propósito, mesmo com fundamento em Baldo, seria a do lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. *Olim causam*, p. 278 vb-279 a.

(50) BALDI VBALDI PERUSINI *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, fl. 228 b-228 va. Aqui o cap. citado é o *Olim causam* ou seja o cap. 12.

(51) *Digesta*, lib. VIII, tit. 5, *Si servitus vindicetur vel ad alium pertinere negetur*, le. 4, § 7; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 120.

tius in dicto cap. quod super hiis (52), ipse repelleretur exceptus, quia nec spoliatus, nec ius habet, et quia ius est alterius, per id quod dixit Cynus (53), Baldus (54) et Salycetus (55) in lege cum serum quispiam, C., de servis fugitiuis (56). Quomodo ergo poterit iustificari vt propria auctoritate bellum possit inducere causa recuperationis eius, de quo si coram competenti ageretur, non posset victoriam reportare? Datur enim iudicium spoliato, C., vnde vi (57) et ff., de vi et vi armata (58), per totum, et in lege si quis ad se fundum, C., ad legem Iuliam de uj (59) et dicto § cum (60) igitur (61) et Instit., de interdictis, § recuperande (62) et pro hoc maxime attento quod dixit Baldus (63), quod non potest hoc bellum induci, nisi auctoritate principis, etsi sit spoliatus.

De tertio genere similiter omnia iura clamant non licere, nisi auctoritate iudicis. Vnde itaque, cum titulus questionis non cadat in aliqua specie

---

(52) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514. Devemos, porém, advertir que é a primeira vez que este capítulo *Quod super his* vem citado. Não deveria, portanto, o autor dizer in dicto cap. quod super hijs.

(53) CYNUS DE PISTORIO, *Lectura in Codicem*, lib. VI, Rubrica 1, *De servis fugitiuis*, le. Cum serum, fl. 337 vb-338 a. — Cino de Pistola nasceu à volta de 1265. Em 1290 terminou os estudos em Bolonha e em 1314 publicou o seu comentário ao Códice Justiniano. Cf. ZACCAGNINI, *Cino da Pistola*, p. 37-38. Cf. também CHIAPPELLI, *Vita e opere giuridiche di Cino da Pistola*, e CIAMPI, *Vita e memorie di Messer Cino da Pistola*. Este autor publicou as poesias de Cino de Pistola (*Poesie di Messer Cino da Pistola*).

(54) BALDI VBALDI PERUSINI *In sextum Codicis librum commentaria*, Rubrica *De servis fugitiuis et libertis mancipisque civitatum artificibus et ad diversa opera deputatis et ad rem privatam vel domesticam pertinentibus*, le. 6, fl. 8.

(55) Deve tratar-se de Bartolomeu de Saliceto, um dos principais doutores da Escola de Bártolo. Morreu em 1412. Cf. VAN HOFVE, *Prolegomena*, p. 521.

(56) *Codex Justinianus*, lib. VI, tit. 1, *De fugitiuis servis et libertis mancipisque civitatum artificibus et ad diversa opera deputatis et ad rem privatam vel domesticam pertinentibus*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 238.

(57) *Codex Justinianus*, lib. VIII, tit. 4, *Unde vi*; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 332-333.

(58) *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et vi armata*; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 688 ss.

(59) *Codex Justinianus*, lib. IX, tit. 12, *Ad legem Iuliam de vi publica seu privata*, le. 7; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 377.

(60) Como já advertimos, a edição de MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 690, lê eum igitur.

(61) *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et vi armata*, le. 3, § 9; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 690.

(62) *Institutiones*, lib. IV, tit. 15, *De interdictis*, § 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 54.

(63) BALDI VBALDI PERUSINI *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, lib. III, Rubrica *De servitutibus et aqua*, le. 2, fl. 228 va.

dicti belli, affirmatiue probabiliter dico nullo modo hunc potuisse vi propria et auctoritate sua licite quoad has res recuperandas bellum inducere. Esset enim, si eas recuperasset, iniustus possessor, cum etsi per occupatores teneantur, tamen scit eas suas non esse vel forte scit vel scire debet ad alium spectare. Volens ergo illas possidere, esset violentus vel clandestinus possessor, vel alias iniustus, vt in lege finali, C., vnde vi (64), et que iura canonum nullo tempore habere tuentur, vt in cap. finali (65) et quod ibi plene per canonistas, extra, de prescriptionibus (66), et per Bartolum (67) et alios in lege sequitur, § si viam, ff., de vsucapionibus (68), in lege i., C., de iudicijs per Angelum (69) et in cap. malefidei possessor, extra, de regulis iuris, lib. vi., vbi Dynus (70) cum alijs, et quidam legiste in auth. malefidei, de prescriptione longi temporis (71), et in § et rursus, in auth. vt sponsalitia largitas (72).

Secundo, probatur hec conclusio, ex sententia Innocentii, in cap. olim causam inter nos, extra, de restitutione spoliatorum, in glossa super ver. vim, que incipit quomodo, in ver. bellum autem (73), vbi dixit quod solus princeps qui superiorem non habet, potest bellum inducere et potest illud inducere contra eos, contra quos non competit executio jurisdictionis, vt puta contra illos qui essent in possessione alicuius iuris illius principis. Itaque, cum isti non sunt in possessione alicuius iuris illius principis, etiam si alias non habet superiorem, non potest eis bellum inducere.

(64) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 4, *Unde vi*, le. 11; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 332-333.

(65) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 26, *De prescriptionibus*, cap. 20; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 393.

(66) Por exemplo, INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XXVI, *De prescriptionibus*, cap. XX, p. 365.

(67) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Digesti Novi partem*, lib. XLI, tit. 3, *De usucapionibus et usurpationibus*, le. 4, § 14, fl. 90 vb.

(68) *Digesta*, lib. XLI, tit. 3, *De usurpationibus et usucapionibus*.

(69) ANGELI VBALDI PERUSINI *In Codicem commentaria*, lib. III, Rubrica *De iudicijs*, le. 1, fl. 39 v. — Angelo de Ubaldis fol. civilista de renome, pertencente à Escola dos Bartolistas. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 521. No *Tractatus Universi Iuris*, t. VIII, p. II, fl. 155, vem publicada a sua obra *De inventario*.

(70) DYNUS MUGELLANUS, *De regula iuris pontificii* (ed. Lugduni, 1563, juntamente com PHILIPUS DECCIUS, *Instit. ff. de regula iuris*), p. 28, 30 — No *Tractatus Universi Iuris*, temos várias obras publicadas deste jurista: t. V, fl. 6, *De interesse*; t. VIII, p. I, fl. 318: *De successione ab intestato*; t. XVII, p. I, fl. 50: *De peremptionibus*; t. XVIII, fl. 187: *De glossis contrariis*.

(71) CYNUS PISTORIENSIS, *Lectura in Codicem*, lib. VII, Rubrica 33, *De prescriptione longi temporis decem vel viginii anni*, fl. 444.

(72) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *Super authenticis et Institutionibus*, col. IX, Rubrica *Vt sponsalitia largitas, § rursus*, fl. 50 vb.

(73) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. XII, p. 278 b-279 a.

Tertio, probatur ex sententia eiusdem Innocentij, eodem loco, in fine (74), dicentis quod vbi ille qui occupat, non sit suppositus iurisdictioni illius qui est spoliatus, debet iustitiam petere coram eo, cui subest possessor, xxlij., quest. iij., ca. dominus (75). Vbi vero talis possessor iudicem non haberet, coram quo posset iustitiam optinere actor, licet ei propria auctoritate res suas recuperare, C., de judeis, le. judei (76). Est ergo precipuum in hoc vt recuperare possit propria auctoritate vel bellum inducere, se esse spoliatum a possessore, siue sit spoliator, siue alius, Potuisset ergo ille qui christianus fuit dominus Barbarie et spoliatus, bellum propria auctoritate inducere et terras amissas et possessas per barbaros infideles recuperare, nullo temporis curso obstante, per id quod scribitur in dicto cap. finali, extra, de prescriptionibus (77). Et est casus in dicto ca. dispar, xxij., quest. vi[tima] (78), iniuncta le. christianis, C., de paganis (79).

Quarto, firmatur ex sententia domini Johannis de Lignano (80), in dicto (81) tractatu, in rubrica An alijs a principe bellum inducere liceat (82), vbi concludit non licere sine principis auctoritate, primo quia

---

(74) INNOCENTII IV In V libros Decretalium commentaria, lib. II, Rubrica XIII, De restitutione spoliatorum, cap. XII, p. 279.

(75) Decretum Gratiani, II pars, Causa XXIII, quaest. II, ca. 2; ed. FRIEDBERG, Corpus Iuris Canonici, I, col. 894. O texto traz erroneamente quest. iij.

(76) Codex Iustinianus, lib. I, tit. 9, De judaeis et caenoticis, le. 8; ed. KRUEGER, Corpus Iuris Civilis, II, p. 61.

(77) Decretales Gregorii IX, lib. II, tit. 26, De praescriptionibus, cap. 20; ed. FRIEDBERG, Corpus Iuris Canonici, II, col. 393.

(78) Decretum Gratiani, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, Corpus Iuris Canonici, I, col. 955.

(79) Codex Iustinianus, lib. I, tit. 11, De paganis sacrificiis et templis, le. 6; ed. KRUEGER, Corpus Iuris Civilis, II, p. 63.

(80) João de Lignano nasceu em Milão à volta de 1320. Estudou direito em Bolonha. Já em 1350 aparece como doutor em leis. Foi encarregado de difíceis missões políticas e escreveu muitas obras. O tratado De bello, aqui citado, dedicou-o ele ao cardeal Albornoz em 1360. Foi tenaz defensor da legitimidade do papa Urbano VI contra o anti-papa Clemente VII. Morreu a 16 de Fevereiro de 1383, como consta do Liber Secretus Iuris Caesarei do Colégio de Professores de Direito Civil da Universidade de Bolonha, que o dizem «eximius vir utriusque doctor dominus Johannes de Lignano, fama celeberrimus, ymo singularis in orbe» (SORBELLÌ, II «Liber Secretus Iuris Caesarei», I, p. 24). Como observa STELLING-MICHAUD, Dictionnaire de Droit Canonique, VI, Paris 1957, col. 112, João de Lignano «é considerado como o criador da doutrina jurídica da guerra e um precursor do direito internacional público».

(81) É a primeira vez que vem citado o tratado De bello. O autor enganou-se, pensando tê-lo já citado antes.

(82) JOHANNES DE LIGNANO, Tractatus de Bello, tertius tractatus tertiae partis principalis, secundus tractatus tertii principalis, cap. XIV, An alijs a principe bellum inducere liceat universale, Tractatus Universi Iuris, t. XVI, fl. 373 vb.

nemini sine principis licentia licet arma portare, C., vt vsus armorum (83), in rubro et nigro, et glossa de mandatis principum, coll. iij. (84) et in aucth. de armis (85); secundo quia sine licentia principis non licet alicui violare iura principum. Jus autem violat qui sine iuris solemnitate manu regia ius sibi vendicat. Jdcirco sine eius auctoritate non licet. Soli ergo principi competit, sine alicuius auctoritate, cum non habeat superiorem, ad quem recurrat pro iustitia consequenda. Nec obstat quod subiungit: «Hodie tamen, quia sunt populi non recognoscentes superiorem de facto, non requiritur superioris auctoritas vt recognoscant, ymo tota die bella inducuntur a populo contra populum, nullo alio requisito», prout etiam concludit Bartolus in lege hostes, ff., de captiuis (86). Nam quemadmodum non recognoscere superiorem est de facto, non de iure, quia omnia de iure sunt jmerij et principis, vt dicto ca. jn apibus (87), de quo xxij., quest. ultima, conuenior (88) et plene per Jacobum Buttrigarium (89) in secunda constitutione Codicis et in lege bene a Zenone, C., de quadriennii prescriptione (90), ff., ad legem Rodiam de iactu, le. deprecatio (91), et Bartolum in dicta lege hostes (92). Jta etiam de facto bella inducunt non de iure et ideo non proprie dicuntur bella et hostes sed pirrate, vt dixit glossa in lege hostes, ff., de captiuis (93). Facit quod etiam dixit ibi Bartolus (94) et

(83) *Codex Iustinianus*, lib. XI, tit. 47(46), *Ut armorum usus inscio principe interdictus sit*; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 440.

(84) Nov. 17, col. 3, tit. 4, *De mandatis principum*, ed. Lugduni, 1546, p. 67 ss.

(85) Nov. 85, col. 6, tit. 13, *De armis*; ed. Lugduni, 1546, p. 183 a.

(86) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et postliminio reuersis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 215 a-b.

(87) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VII, quaest. I, ca. 41; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 582.

(88) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 21; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 959.

(89) Jacobus Butrigarus pertence à Escola dos post-glossadores, posteriores a Acúrsio. Viveu entre os anos 1274-1342. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 518.

(90) *Codex Iustinianus*, lib. VII, tit. 37, *De quadriennii praescriptions*, le. 3.

(91) *Digesta*, lib. XIV, tit. 2, *De lege Rhodia de iactu*, le. 9; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 188.

(92) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et postliminio reuersis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 215 a.

(93) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et de postliminio reuersis et redemptis ab hostibus*, le. 24; ed. Lugduni, 1546, p. 910.

(94) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et postliminio reuersis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 215 b.

in lege non dubito, eodem titulo (95), et ea ratione etiam Bartolus (96) conclusit in dicta lege hostes quod ubi bellum hodie esset inter istas ciuitates non recognoscentes superiorem, quod certe capti non essent captiui seu serui, licet de consuetudine res efficiantur capientis.

Et quamquam forte rex iste, ex priuilegio, posset dicere se non recognoscere superiorem vel alias, tamen non per hoc sequitur quod non sit subditus imperio uel populo romano, prout eleganter conclusit dominus Johannes de Lignano, in dicto tractatu, in rubricella qualiter iure diuino, § secundo quero quo iure (97), ubi reassumendo verba posita per Bartolum in dicta lege hostes (98), dixit duos esse populos, scilicet populum romanum et populum extraneum. De populo romano varie sunt species. Primo, omnis ille qui in totum imperio romano obedit. Populus enim pro imperio accipitur, ut in lege Roma, ff., ad municipalem (99). Quidam vero non obedi[un]t in totum sed in aliquibus, ut qui viuunt legibus romani imperij et fatentur ipsum dominum orbis, ut sunt ciuitates Lombardie, de quibus loquitur glossa in auth. de defensoribus ciuitatum (100), et isti sunt etiam de imperio romano et populo. Quidam vero sunt qui nullo modo imperatori obediunt nec viuunt imperij legibus, sed dicunt se hoc facere ex priuilegio, ut sunt Veneti, et isti etiam sunt de populo romano, quia precario hoc tenent ab imperatore et ipse potest reuocare quandocumque voluerit, ut le. si quis in principio testamenti, de legatis iij. (101). Nec enim priuilegium debet videri eis accomodatum ut priuentur romana

(95) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et postliminio reuersis et redemptis ab hostibus*, le. 7, fl. 214 a.

(96) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et postliminio reuersis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 214 a-215 a.

(97) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello, tertius tractatus tertiae partis principalis, primus tractatus huius tertii tractatus*, cap. XI, qualiter iure diuino ortum habuerit bellum universale corporale. O § Secundo quero, segundo a divisão que se pode observar no *Tractatus Universi Iuris*, vem no *Secundus tractatus tertii principalis*, scilicet quibus liceat bellum indicare universale, cap. XIII, quibus primo et principaliter et quo iure et contra quos bellum indicare liceat universale: *Tractatus Universi Iuris*, XVI, fl. 373 va-b. Aqui realmente vem quanto o nosso jurista consultiante afirma.

(98) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et postliminio reuersis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 214 b-215 a.

(99) *Digesta*, lib. L, tit. 1, *Ad municipalem et de incolis*, le. 33; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 843.

(100) Nov. XV, col. 3, tit. 2, *De defensoribus ciuitatum*; ed. Lugdunl, 1546, p. 64.

(101) *Digesta*, lib. XXXII, tit. *De legatis et fideicommissis* (ed. antigas: *De legatis et fideicommissis tertio*), le. 22; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 445.



ciuitate ff., de captiuis, le. jn bello, § si quis seruum (102). Quidam vero sunt qui non obediunt jmperatori et asserunt sibi hoc competere ex contractu, vt sunt prouintie subdite romane ecclesie que asserunt sibi competere ex donatione Constantin[us] et aliorum jmperatorum, et isti etiam sunt de populo romano. Nam ecclesia exercet ibi iurisdictionem quam habebat jmperium. Simile etiam dicitur de Bononia et Romandiola, donata a Roberto At.<sup>o</sup> (103), de quo testatur Guillelmus (104) in Speculo, de rescripti presentatione, § Ratio, ver. jtem quod est optentum (105). Vnde non desinunt propterea esse ciues romani. Simile de regibus qui non fatentur se subditos jmperij, vt rex Frantie, Anglie et Hyspanie, qui asserunt sibi hoc competere ex priuilegio uel prescriptione dicuntur esse de romano jmperio et qui secus diceret, aduersaretur Euangelio dicenti: Exijt edictum a Cesare Augusto vt vniuersus orbis describeretur (106). Cum ergo rex, de quo in themate, sit de populo romano et jmperio, constat, etsi in se imperium in suo regno vsurpauit, non tamen in eos in quos iurisdictionem non habet, poterit bellum inducere, quia hoc est solius principis et jmperatoris romani aduersus populum extraneum, de quo loquitur lex hostes, de captiuis (107). Esset enim inconueniens dicere vt si quis regia potestatem et libero imperio in suos subditos vtatur, proorsus sit alienus a superioritate Cesaris in cuncto mundo et quoad cuncta sibi jmperialem vendicaret potestatem. Solum enim hoc in sua iurisdictione et inter subditos habet, non extra, plene per Bartolum (108) et scribentes C., de summa trinitate, le. i. (109) et in lege finali, ff., de iurisdictione omnium iudi-

(102) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et de postliminio et redemptis ab hostibus*, le. 12; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 833.

(103) Guilherme Durante fala de Rodolfo, rei da Alemanha, ainda não coroado Imperador, e não de Roberto. Cf. *Speculum Iuris*, pars II, lib. II, partic. I, Rubrica *De rescripti praesentatione*, § 9 *Ratione autem causae*, p. 424 b.

(104) Guilherme Durante, conhecido pelo nome de *Speculator*, em razão da sua principal obra *Speculum iudiciale*, no qual cita frequentemente o nosso canonista João de Deus, foi jurista de grande nomeada. Morreu em Roma a 1 de Novembro de 1296. Teria nascido à volta de 1230 ou 1231. Sobre a sua vida, pensamento jurídico e actividade literária, cf. o longo estudo de L. FALLETTI, *Guillaume Durand, em Dictionnaire de Droit Canonique*, V, Paris, 1953, col. 1014-1075.

(105) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars II, lib. II, partic. I, Rubrica *De rescripti praesentatione*, § 9 *Ratione autem causae*, p. 424 b-425.

(106) *Luc.* 2, 1-2.

(107) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et de postliminio et redemptis ab hostibus*, le. 24; et. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 836.

(108) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Codicis partem*, lib. I, Rubrica *De summa Trinitate*, le. 1, fl. 3 v.

(109) *Codex Iustinianus*, lib. I, *De summa Trinitate et de fide catholica et ut nemo de ea publice contendere audeat*, le. 1.

cum (110), ymo et cum isti possessores possideant terras subiectas imperio et per violentiam et iniuste, ratione rei et delicti et occupationis, ex quo locus ille erat principis seu imperatoris, sunt facti de foro imperij; non enim possessionis amissio priuauit imperium suo jure, per id quod dixit Baldus in dicta lege ii., C., de seruitutibus et aqua (111) et in consequentiam possunt ibi conueniri, vt in lege i., cum aucth. sua, C., vbi de criminibus agi oportet (112). Et princeps seu imperator est qui potest vt hostes repelleret et ut extraneum populum et hic rex volens dictas terras et possessiones occupare, certe forte aduersarius esset Cesaris et imperij inuasor. Et contra eum, vt rebellem, a Cesare procedendum esset, per id quod dicitur in dicta lege hostes, ff., de captiuis (113), in lege i. (114) et ij. (115), ff., ad legem Iuliam maiestatis, nisi forte Cesaris nomine seu imperij hoc fecisset, non suo. Ad que multum facit sententia Baldi in c. i., de pace iuramento firmanda (116), dicentis quod cum omnes sint de jure subiecti imperij, peccant qui se ab imperio exemptos fuisse asserunt, sicut sunt Francigenae et alij reges. Quinto, probatur per textum cum glossa super ver. principes, xxij., quest. i., quid culpatur (117) et in ca. justum, eadem causa, quest. iij. (sic), vbi teste Ysidoro, xl. Etymologiarum, dicente: «Justum est bellum quod ex edicto geritur» (118).

Jtaque in hoc primo articulo concludo quod si dominus ille seu rex christianus qui fuit a sarracenis hiis ciuitatibus seu terris spoliatus, vellet bellum inducere propria auctoritate, quod posset. Nam a canone dicitur

(110) BALDI VBALDI PERUSINI, *In primam Digesti Veteris partem commentaria*, lib. II, Rubrica *De iurisdictione omnium iudicum*, le. Extra, fol. 78.

(111) BALDI VBALDI PERUSINI, *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, lib. III, Rubrica *De seruitutibus et aqua*, le. 2, fl. 228 a-b.

(112) *Codex Iustinianus*, lib. III, tit. 15, *Ubi de criminibus agi oportet*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 128.

(113) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et de posthminio et redemptis ab hostibus*, le. 24; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 836.

(114) *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 4, *Ad legem Iuliam maiestatis*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 793.

(115) *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 4, *Ad legem Iuliam maiestatis*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 794.

(116) BALDUS DE UBALDIS, *Super Usibus Feudorum*, lib. II, tit. *De pace iuramento firmanda et seruanda*, c. *Hac edicta*, Cod. Vat. lat. 2295, fl. 103 b.

(117) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. I, ca. 4; ed. *Decretum Gratiani emendatum et notationibus illustratum una cum glossis*, Romae, 1584, II, p. 120.

(118) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. II, ca. 1; et FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 894. Não se trata, pois, da *quaest. III*, mas sim da II: ISIDORUS HISPALENSIS, *Etymologiarum libri XX*, lib. XVIII, cap. 2: MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 82, col. 639. A indicação do livro no texto vem, portanto, errada.

auctoritatem suscipere, xxij., quest. vltima, ca. dispar (119) et dicta le. christianis, C., de paganis (120). Sin autem fuerit alius rex, qui nullo tempore possederit, vel alter cui successerit, certe iste non potest, quia nec priuatus sua possessione nec offensus nec molestatus, ergo, etc., vt dicta le. christianis (121) et sic concordantur prime rationes cum posterioribus. Et hec de primo dubio.

Circa secundum, quo queritur: An bellum inducere possit papali auctoritate. Consentaneum iuri esse existimo papam et principem omnia posse, le. ii., C., de crimine sacrilegii (122), et quod bellum iustum est quod ex edicto procedit, dicto ca. iustum, xxij., quest. ii., ca. justum (123), et princeps et papa possunt bella inducere, Bartolus in dicta lege hostes (124), Jnnocentius in dicto cap. olim (125) et dicto cap. quod super hiis (126) et ea potestate, cum principis potestate, possunt alijs mandare et committere bellum, argum. le. jta tamen, § gessisse, ff., de administratione tutorum (127), le. i., § vsus, ff., de procuratoribus (128). Non tamen semper licitum est pape bellum inducere contra sarracenos, vt dixit Jnnocentius in dicto cap. quod super hijs (129). Aut enim papa inducit bellum quoad acquisitionem temporalis dominij et certe non licet hoc. Cum enim ipsi sarraceni de iure gentium sint domini suarum possessionum et terrarum et ciuitatum et liberi sunt, vt in lege ex hoc iure, ff., de iustitia et

(119) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(120) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 11, *De paganis sacrificijs et templis*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 63.

(121) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 11, *De paganis sacrificijs et templis*, le. 6; KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 63.

(122) *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 29, *De crimine sacrilegij*, le. 2; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 385.

(123) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. II, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 894.

(124) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et postliminio reuersis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 215 a.

(125) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. XII, p. 263.

(126) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(127) *Digesta*, lib. XXVI, tit. 7, *De administratione et periculo tutorum et curatorum qui gesserint vel non et de agentibus vel conueniendis uno vel pluribus*, le. 5, § 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 341.

(128) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*, le. 1, § 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 38.

(129) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

iure (130), non potest papa id eis auferre, per id quod dixit glossa (131) et ibi Bartolus (132) in lege finali, C., si contra ius uel utilitatem publicam, in lege bene a Zenone, C., de quadriennii prescriptione (133). Innocentius, de sententia excommunicationis, cap. inquisitionis (134). Vnde dixit Innocentius (135) in cap. quod super hiis, in glossa magna, in ver. predicta, quod dominia, possessiones et iurisdictiones licite sunt apud infideles, nam hec non tantum pro fidelibus sed pro omni rationali creatura facta sunt, le. justissime, ff., de edilicio edicto (136), iniuncta le. jn pecudum, ff., de vsuris (137). Ipse enim solem suum facit oriri super bonos et malos et ipse etiam volatilia pascit, Mathel, cap. v., circa finem (138) et cap. vi. (139); et propter hec dixit quod non licet pape auferre siue dominia siue iurisdictiones infidelibus, quia sine peccato ea possident, sed tamen bene credit «quod papa, qui est vicarius Christi, potestatem habeat non tantum super christianos, sed etiam super omnes infideles, cum Christus super omnes habuerit potestatem. Vnde in psalmo: «Deus iudicium tuum regi da» (140). Non videretur pater familias diligens, nisi in Vicario suo, quem in terra dimittebat, plenam potestatem super omnes dimisisset. Item ipse Petro et successoribus dedit claves celorum et ei dixit: «Quodcumque ligaueris», etc. Item alibi: «pascue oves meas», de electione, cap. significasti (141). Omnes autem tam fideles quam infideles sunt Christi per creationem, licet non sint de ouili ecclesie». Et sic ex predictis apparet quod papa super omnes habet iurisdictionem et habet potestatem de jure, licet non de facto. Vnde si per hanc potestatem, quam habet, credit quod si gentilis, qui non habet nisi legem nature, si peccat contra legem nature, potest puniri a

(130) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(131) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 25, *Si contra ius utilitatemve publicam vel per mendacium fuerit aliquid postulatum vel impetratum*, le. 6; ed. Lugdun, 1546, p. 101.

(132) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Codicis partem*, Rubrica *Si contra ius vel utilitatem publicam*, le. 6, fl. 34.

(133) *Codex Iustinianus*, lib. VII, tit. 37, *De quadriennii praescriptione*, le. 3.

(134) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. V, Rubrica XXXIX, *De sententia excommunicationis*, cap. XLIV, p. 662.

(135) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(136) *Digesta*, lib. XXI, tit. 1, *De edilicio edicto et redhibitione et quanti minoris*, le. 44; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 277.

(137) *Digesta*, lib. XXII, tit. 1, *De usuris et fructibus et causis et omnibus accessionibus et mora*, le. 28; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 287.

(138) Mat. 5, 45-46.

(139) Mat. 6, 26-27.

(140) Ps. 71.

(141) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6, *De electione et electi potestate*, cap. 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 49.

papa; argum. Genesis xxx (*sic*) (142), vbi Sodomite puniti sunt et plura alia subdit ibidem Innocentius, que obmitto causa breuitatis.

Ex quibus ibi videtur conclusisse Innocentium quod vbi papa ratione iurisdictionis et potestatis quam habet, vellet sarracenos priuare suo dominio et iurisdictione, quam licite possident, non potest. Vnde pariter non poterit alijs committere et mandare; quod enim non possum per me, nec alij mandare, vt in regula iuris, nemo plus iuris (143), et sic bellum inductum a papa causa hac, non esset licitum; ita nec etiam potest alteri mandare, vt quod fit, licitum sit. Aut iste vult bellum etiam mandato pape, vt ad fidem conuertantur et hoc non potest, quia infideles, secundum Innocentium in dicto cap. quod super hiis (144), non debent cogi ad fidem, sed omnes libero arbitrio relinquendi sunt et sola gratia Dei in hac vocatione valeat, xlv. dist., de iudeis (145). Potest tamen papa mandare illis ut predicatorum admittant, ex quo sunt in terris sue iurisdictionis. Et si prohibent predicatorum predicare, puniendi sunt. Vnde in omnibus casibus, quibus papa potest eis mandare, si non obediunt, sunt compellendi brachio seculari et eis bellum per papam potest induci, non per alium, nisi de iure suo contendat. Nec obstat ii., quest. i, multi (146), quia illud procedit quoad excommunicandum vel quoad compellendum eos ad fidem. Jtaque papa potest secundum Innocentium bellum inducere infidelibus, cum fuerint ei inobedientes vel cum terras possederint, que christianorum fuerint, non alias. Hiis ergo casibus, alijs etiam mandare poterit ut bellum inducant et inductum papali auctoritate erit iustum, dicto ca. justum (147), non alias.

Et idem firmat Johannes de Lignano in dicto § Secundo queritur (148), referendo verba Innocentii in dicto cap. quod super hiis (149), vbi etiam voluit quod propter recuperationem Terre Sancte, consecrate natiuitati Christi, habitationi et morti, licet pape bellum sarracenis indu-

---

(142) Gen. 19, 24-26.

(143) *Liber Sextus Decretalium*, lib. V, *De regulis iuris*, regula 79; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1124.

(144) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(145) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XLV, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 161.

(146) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaest. I, ca. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 446.

(147) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. II, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 894.

(148) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello, secundus tractatus tertii principalls scilicet Quibus liceat bellum indicere universale*, em *Tractatus Universi Iuris*, t. XVI, ff. 373 va.

(149) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

cere, etiam quoad terras, quas licite possident et sine peccato, et indulgentias concedere.

Ex quo potest probabiliter inferri ad quesita secundum et tertium quod cum Barbaria fuerit christianorum et in presentiarum sit per sarracenos occupata, quod ipse papa poterit sarracenis bellum inducere ut relaxent et alij mandare ut bellum faciat. Ex quo enim non est alius ad quem papa possit regressum habere pro iure reddendo, hoc licite facit, per id quod idem Innocentius dixit in dicto cap. quod super hijs (150). Quo autem ad alias terras possessas licite per sarracenos et alios infideles, cum non possit bellum inducere quoad dominium auferendum et quoad aduocandos eos ad fidem christianam nec alij poterit mandare, nisi hoc facere instituisset propter recuperationem Terre Sancte et aliarum terrarum olim christianorum ab eis possessarum, secundum Innocentium (151) et Johannem de Lignano (152), ubi supra. Quorum sententiam etiam firmat Johannes Andree (153) et Anthonius de Butrio (154) in dicto cap. quod super hijs, dicentes hanc conclusionem non tantum procedere in terris que fuerunt subiecte ecclesie Romane et christiane fidei ratione proprietatis vel nec fidei romane nec ecclesie romane, sed etiam quoad terras subiectas impe-

---

(150) Cf. nota precedente.

(151) Cf. nota 149.

(152) Cf. nota 148.

(153) IOHANNIS ANDREAE *In tertium Decretalium librum novella commentaria*, lib. III, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 173. — João André nasceu à volta de 1270. Em 1301 era já professor das Decretais e em 1303 do Decreto. Ensinau também em Pádua. Foi um dos mais celebrizados canonistas do século XIV. Escreveu numerosas obras, entre elas esta das *Novella commentaria in Decretales Gregorii IX*, terminada em 1338. Sobre a sua produção literária, cf. STELLING-MICHAUD, *Jean D'André*, em *Dictionnaire de Droit Canonique*, VI, Paris, 1957, col. 89-92.

(154) ANTONIUS DE BUTRIO, *Lectura super tertio Decretalium*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, *Quod super his*, fl. 151 a. — António de Bútrio, decretalista de nomeada, nasceu em Bútrio, perto de Bolonha. Doutorou-se em Direito Civil solememente no dia 15 de Outubro de 1384, depois de ter feito o exame de licenciatura a 20 de Agosto do mesmo ano (SORBELLI, II *«Liber Secretus Iuris Caesaris»*, I, p. 27-29). Doutorou-se a 12 de Julho de 1387 em Direito Canónico, como consta do *Liber Secretus Iuris Pontificii*, fl. 15 (*Archivio di Stato di Bologna*, I): «Die xij Julij [1387] D. Antonius de Butrio, legum doctor, habuit publicam in iure canonico et dominus Guaspar de Caldarinis fecit sermonem archidiaconi; d. Laurentius de Pinu et dominus Johannes de Fantuclis dederunt sibi insignia, etc.». Ensinau em Perusa. A 17 de Junho de 1390 era membro supernumerário do Colégio dos Doutores de Direito Canónico, em lugar do cardeal Bartolomeu de Mezavachis e a 29 de Novembro de 1399 foi incorporado no Colégio dos Doutores de Direito Canónico (*Liber Secretus Iuris Pontificii*, fl. 18 v., 25 v.). Em 1393 ensinava em Florença. Morreu em Bolonha a 4 de Outubro de 1408. Escreveu várias obras de Direito, sobretudo de Direito Canónico. Sobre este canonista cf. *Dictionnaire de Droit Canonique*, I, Paris, 1924, col. 630-631.

rio seu principibus romanis quoad proprietatem et omnem iurisdictionem, nunc vero per sarracenos seu alios infideles occupatas. Nec obstat xcvi. (sic) dist. (155), vbi concluditur quod ecclesia non habet imperium nisi in Occidente. Nam secundum dominum Anthonium in dicto cap. quod super hiis (156), post Jnnocentium (157) et Johannem Andree (158), jllud verum quoad proprietatem, sed quoad iurisdictionem et tutionem etiam papa habet iurisdictionem vbilibet. Secundo quia certum est quod vnus gladius debet alteri ad adiuvandum jdeoque licet pars orientalis spectaret ad jmperatorem ratione proprietatis, papa possit in illius negligentiam recuperare. Vnde cum in facto contingeret quod Barbaria fuit imperatoris et jmperator sit negligens in recuperatione illius, poterit papa bellum inducere ad illam recuperandam et auferre jmperatori et vt habens supremam potestatem super omnibus fidelibus et infidelibus, per id quod dixit Jnnocentius (159) et Johannes Andree (160) in dicto cap. quod super hiis et in dicto cap. solite, de maioritate et obedientia (161), et in cap. i., de homicidio, lib. vi. (162), in nouella de iudicijs, cap. nouit (163), poterit eam dare cui voluerit; et jdem firmavit Hostiensis (164), concludendo quod omnes

(155) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XCVI, ca. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 342. Não se trata, pois, da dist. XCVII.

(156) ANTONIUS DE BUTRIO, *Lectura super tertio Decretalium Rubrica De voto et voti redemptione* cap. VIII, fl. 151 a.

(157) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 515 a.

(158) JOHANNIS ANDREAE *In tertium Decretalium librum nouella commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 172 v-173.

(159) Cf. nota 157.

(160) Cf. nota 158.

(161) JOHANNIS ANDREAE *In primum Decretalium librum nouella commentaria*, Rubrica *De maioritate et obedientia*, cap. VI, fl. 264 v.

(162) JOHANNIS ANDREAE *In sextum Decretalium librum nouella commentaria*, lib. V, Rubrica *De homicidio*, cap. I, fl. 142 v.

(163) JOHANNIS ANDREAE *In secundum Decretalium librum nouella commentaria*, Rubrica *De iudicijs*, cap. XIII, fl. 9 ss.

(164) HENRICUS DE SEGUSIO (CARDINALIS HOSTIENSIS), *In tertium Decretalium librum commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 128. — Henrique de Susa, também conhecido pelo nome de Hostiense, em razão da sua dignidade de cardeal deste título, foi um dos decretalistas do século XIII de maior influxo nos canonistas posteriores. Nasceu em Susa, diocese de Turim, antes de 1200. Foi companheiro de estudo em Bolonha de Sinibaldo Flisco, o futuro Inocêncio IV. Foi nomeado bispo à volta de 1243-1244 e arcebispo em 1253. Foi elevado à dignidade cardinalícia em 1262. Entre as suas obras, ocupam o primeiro lugar a *Lectura in quinque libros Decretalium*, aqui citada pelo nosso jurisconsulto António de Pratovere, terminada depois de 1270, e a *Summa*, a que também se refere o nosso consulente, acabada no ano de 1253. Sobre esta decretalista e suas concepções jurídicas, cf. CH. LEFEBVRE, *Hostiensis*, em *Dictionnaire de Droit Canonique*, V, Paris, 1953, col. 1211-1227.

qui occupant uel occupatas tenent terras christianorum, iuste debent auctoritate Ecclesie comprimi. Benefacit dictus ca. dispar (165). Et idem multo fortius concludit de hereticis et scismaticis, de quibus in summa, de hereticis, § qualiter (166) et de hereticis, cap. excommunicamus (167).

His ergo auctoritatibus datur intelligi bellum cum auctoritate papali licite contra hos detentores induci posse et terras amissas posse recuperare, etsi imperatoris fuerint, quas ex negligentia papa ad suam proprietatem forte posset recuperando aduocare vel si nullo tempore christianorum fuerunt propter causam recuperande possessionis amisse, contra gentiles vero nullo tempore rerum christianorum occupatores uel christianis non aduersantes, bellum etiam papam inducere non posse, nisi illis contra legem nature operantibus vel predicatoribus, a papa monitis, non admittentibus.

Ex quibus puto probabiliter deduci, non seruatō ordine, ad ultimum scilicet ut conscientia dicti regis et aliorum ex homicidijs non teneantur, de esse Cornelie et cunctorum delictorum temporali pena coerceantur dolus precipuus est, ff., ad legem Cornelie de falsis, le. jmpuberem (168). Hinc est quod infansem propter defectum intellectus nec lex punit nec ei aliquid ad delictum ascribit, ff., de sicariis, le. jnfans (169), le. i., in fine, C., de falsa moneta (170). Similiter nec canon, ut in cap. i., et per totum, extra, de delictis puerorum (171). Hinc est quod furiosus lege non punitur, ut le. senatus, ff., de officio presidis (172), nec secundum canones delinquit. Sic nec dormiens, ut in Clementinis, si furiosus, extra, de homicidijs (173). Et inter cetera in homicidio magis dolus quam facti contingentia preponderatur, ff., de sicariis, le. is qui cum telo (174). Deest

(165) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(166) HENRICUS DE SEGUSIA (CARDINALIS HOSTIENSIS), *Summa*, lib. V, Rubrica *De haereticis, § qualiter vitetur quis in heresi*, fl. 423 b-423 va.

(167) HENRICUS DE SEGUSIA, *In quantum Decretalium librum commentaria*, lib. V, Rubrica *De haereticis*, cap. XIII, fl. 39 b.

(168) *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 10, *De lege Cornelia de falsis et de senatus consulto Liboniano*, le. 22; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 805.

(169) *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 8, *Ad legem Cornelianam de sicariis et veneficiis*, le. 12; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 802.

(170) *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 24, *De falsa moneta*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 384.

(171) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 23, *De delictis puerorum*; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 824-825.

(172) *Digesta*, lib. I, tit. 18, *De officio praesidis*, le. 16; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 16.

(173) *Clementinae*, lib. V, tit. 4, *De homicidio voluntario vel casuali*, cap. único; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1184.

(174) *No Digesta*, lib. XLVIII, tit. 8, *Ad legem Cornelianam de sicariis et veneficiis*, não se encontra nenhuma lei que principie com as palavras *Is qui cum telo*. Cf. ed.



autem dolus in rege et militibus secum exeuntibus qui papali auctoritate bellum inducunt propter bonum vt terra christianorum recuperetur, infideles ad fidem reducantur; et cum alias recuperatio fieri non possit, ita fieri liceat, per id quod dixit Innocentius in dicto cap. querelam (175) et Baldus in dicta lege ii., C., de seruitutibus et aqua (176).

Secundo probatur. Si enim auctoritas papalis legitimat bellum, non est dubium quod ex eo non astringitur quis in foro conscientie. Cum enim princeps seu papa sit lex animata in terris, vt in auth. de consiliibus (177). Et quod principi placuit, legis habet vigorem, vt in lege i., ff., de constitutionibus principum (178), et Instit., de iure naturali, § sed (sic) quod fit principi (179), quod fit eius auctoritate, fit legis virentis auctoritate, nec pene ascribendum est nec delicto, le. Gracculus, C., de adulteriis (180). Lex enim obuiat delictis et delicta punit, le. ita vulneratus, ff., ad legem Aquiliam (181), ff., de officio presidis, le. iij. (182) et le. congruit (183), non autem delicta permittit, C., Vnde vi, le. meminerint (184), nec periuria, C., si aduersus venditionem, le. i. (185).

---

MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 801-802. Encontra-se tal lei no *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 16, *Ad legem Corneliam de scariis*, le. 6 (7): *Is qui cum telo*; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 379.

(175) INNOCENTII IV *In libros Decretalium commentaria*, lib. I, Rubrica VI, *De electione et electi potestate*, cap. XXIV, p. 66 ss.

Como já advertimos, é precisamente no lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. *Olim causam*, p. 278 vb-279, que se encontram as palavras de Inocência IV, referidas por Baldo de Ubaldis.

(176) BALDI VBALDI FERUSINI *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, lib. III, tit. *De seruitutibus et aqua*, le. 2, ff. 228 b-228 va.

(177) Nov. CV, Auth. XXXIV, col. IV, tit. 3, *De consiliibus*; ed. KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, p. 500 ss.

(178) *Digesta*, lib. I, tit. 4, *De constitutionibus principum*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 7.

(179) *Institutiones*, lib. I, tit. 2, *De iure naturali et gentium et civili*, § 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(180) *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 9, *Ad legem Iuliam de adulteriis et de stupro*, le. 4; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 374.

(181) *Digesta*, lib. IX, tit. 2, *Ad legem Aquiliam*, le. 51; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 130.

(182) *Digesta*, lib. I, tit. 18, *De officio praesidis*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 15.

(183) *Digesta*, lib. I, tit. 18, *De officio praesidis*, le. 13; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 16.

(184) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 4, *Unde vi*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 332.

(185) *Codex Iustinianus*, lib. II, tit. 27, *Si aduersus venditionem*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 111.

Tertio hoc deducitur ex canone xxiii., quest. ultima, ca. preterea (186), ubi scriptum est: «qui crimina que potest emendare non corrigit, ipse committit». «Non enim (*ler* est) crudelitas crimina pro Deo punire, sed pietas. Vnde etiam in lege dicitur: Si frater tuus et amicus tuus et vxor que in sinu tuo dormit, deprauare uoluerit veritatem, sit manus tua super eum et effundens sanguinem ipsorum», vt in ca. preterea, xxiii., quest. ultima (187).

Quarto probatur exemplo Ananie, xvii., quest. i., Ananias (188). Si enim ille Ananias propter simplex furtum pecunie fuit reus mortis et mortuus fuit, quanto magis infideles hij sunt rei mortis, qui christianos expulсарunt et propriis bonis spoliauerunt? Non ergo peccat qui eos vt reos mortis opprimit.

Quinto probatur exemplo Finees qui hominem interfecit et reputatum est sibi ad iustitiam, Numerj, xxv. (189). Exemplo Habrahe qui non solum homicida, verum etiam patricida fuit, quod certe grauius est effectu Deo magis placuit, Genesis, xliij. et Genesis xxij. (190). Exemplo Petri qui geminum fecit homicidium, Actuum, cap. v. (191), xii., quest. i., ca. ii. (192). Fuit tamen opus spirituale quod factum est, xxij., quest. ultima, ca. occidit (193). Est enim spirituale opus bellum inducere quod ad recuperandam rem christianorum et rebelles fidei christiane repellere. Est enim bellum hoc, etsi inde hec contingunt homicidia, propter bonum effectum licitum et iustum et omni iure approbatum, diuino, naturali, iure gentium et ciuili et canonico. Naturali quidem, vt in lege i., § cum arietes, ff., si quadrupes pauperiem fecisse dicatur (194) et in lege vt vim (195). Ciuili, vt le. hostes, de captiuis (196). Canonico, plene xxij. causa, per

---

(186) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, c. 12; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(187) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 12-13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955-956.

(188) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XVII, quaest. I, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 812-813.

(189) Num. 25, 7-9.

(190) Gen. 14, 14-17; 22, 1-19.

(191) Act. 5, 1-6.

(192) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XII, quaest. I, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 676-677.

(193) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 14; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 956.

(194) *Digesta*, lib. IX, tit. 1, *Si quadrupes pauperiem fecisse dicatur*, le. 1, § 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 124.

(195) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(196) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et de postliminio et redemptis ab hostibus*, le. 24; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 836.

totum, et quest. fina. maxime (197). Jure diuino probatur, quia omnis facultas tendens in bonum a Deo positiue nedum permissiue deriuatur. Nam «omne datum optimum et omne donum perfectum sursum est descendens a patre luminum», Jacobi (198), i., quest ii., quem pio (199). Belli enim inductio tendit in bonum, quia in pacem et tranquillitatem, auctoritate Augustini ad Bonifacium (200), sic inquietis: «Nom enim [pax] queritur vt bellum exerceatur, sed bellum geritur vt pax queratur. Esto ergo bellando pacificus, vt eos quos bellando expugnas, ad pacis vtilitatem vincendo perducas», xxiii., quest. i., noli (201); bellum vero hic inducitur ad pacem inueniendam et infideles conuertendos, ad patriam amissam recuperandam, ad non obedientes pape puniendos, quod licite et canonicè fieri potest, vt dicunt Innocentius (202) et Johannes Andree (203) et Hostiensis (204) in dicto cap. quod super hiis. Non enim solum ad operam respiciamus, xv., quest. i., ca. si quis (205), vii., quest. i., scias (206), sed ad tempus, xxij., quest. iij., si ecclesia (207) et ad causam et voluntatem, xxii., quest. v., in principio (208), personarum quoque differentiam, xxij., quest. v., miles (209), xliij., quest. i., ca. i., in fine (210) et quantacunque alia ipsis operibus acciderunt, diligentissime

---

(197) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 953 ss.

(198) Jac. 1, 17.

(199) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa I, quaest. II, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 408. Esta edição lê *quam pio*.

(200) Epist. 189; MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 33, col. 856.

(201) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. I, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892.

(202) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(203) JOHANNIS ANDREAE *In tertium Decretalium librum novella commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 172 v-173.

(204) HENRICUS DE SEGUSIO, *In tertium Decretalium librum commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 128 v.

(205) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XV, quaest. I, ca. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 749.

(206) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VII, quaest. I, ca. 35; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 579-580.

(207) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 42; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 922-923.

(208) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXII, quaest. V; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1132.

(209) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 935.

(210) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XIV, quaest. I, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 732.

requiramus. Non enim possumus ad veritatem aliter peruenire, dicto ca. occidit (211).

Sexto probatur auctoritate beati Gregorij qui ciuibz Tuscie, vt contra Lombardos arma pararent, mandauit et militantibus stipendia decreuit, xxij., quest. ultima, ca. vt pridem (212), circa finem. Et idem auctoritate Leonis, teste Gratiano, eadem quest., ca. si in morte, ver. ecce (213), sic dicente: «quomodo ergo Leo papa aduersus sarracenos urbem egreditur, vt reos particulariter arceat, populum vndique conuocat et suorum iniurias presentialiter vendicat. Jtaque cum Gregorius milites ad arma inuitat?» Si ergo papa prouocat milites ad arma et ad bellum, constat eos in foro conscientie non teneri. Non enim credendum est Gregorium et Leonem sacros pontifices et mire sanctitatis hos ad bella prouocasse, si ex homicidijs que in bello contingunt, in conscientia tenerentur, cum hoc esset delinquere, non iuste bellum mouere. Licebat ergo pape hijs barbaris bellum inducere et milites contra barbaros ad arma prouocare in bello. Non ergo minus licitum erit regi, si auctoritate papali hoc fecerit, quia papa ipse fecisse videtur, C., de ueteri iure enucleando, le. ij., § tanta (214).

Septimo probatur auctoritate Augustini in libro de Ciuitate Dei (215), referente Gratiano, eadem quest., ca. qui percutit (216), ita inquit: «qui percutit malos in eo quod mali sunt et habet causam interfectionis, minister Dei. Qui vero sine aliqua administratione maleficum, furem, sacrilegum, adulterum, periurum uel quemlibet criminosum interfecerit aut trucidauerit, [uel membris debilitauerit], velut homicida iudicabitur et tanto acrius quanto non sibi a Deo concessum, potestatem abusiue vsurpare non timuit». Jtaque cum causa belli inductiua sit iustissima et contra criminosos, quia contra spoliatores et persecutores fidei christiane et a papa sit auctoritas concessa ac administratio, constat hos homicidas non esse, sed Dei ministros; facit quod legitur extra, de homicidio, cap. si aliquis (217).

(211) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII quaest. VIII, ca. 14; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 956.

(212) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 17; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 957. Esta edição lê Et pridem.

(213) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, dictum post ca. 20; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 959.

(214) *Codes Iustinianus*, lib. I, tit. 17, *De veteri iure enucleando et auctoritate prudentium qui in digestis referuntur*, le. 2, § 10, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 72.

(215) Como anota FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 965, nota 418, parte deste trecho não pertence a Santo Agostinho, mas é de autor mais recente.

(216) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 33; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 965.

(217) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 12, *De homicidio voluntario vel casuali*, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 794.

Octauo probatur auctoritate Gratiani ad litteram terminantis xxiiij, quest. v., ca. si homicidium (218), jta dicentis: «Si homicidium est hominem occidere, potest occidere aliquem (219) sine peccato, nam et miles hostem et judex vel minister eius nocentem». Cum ergo ex deductis in superiori consultatione hii barbari et possessores dictarum ciuitatum Barbarie sint hostes pape et populi christiani per superius et per ea que dixit Innocentius in dicto cap. quod super hiis (220) et quod Bartolus dixit in lege hostes, ff., de captiuis (221), miles qui illum occidit, hostem interficit, ergo sine peccato, quod si est, sequitur necessarie in foro conscientie non esse astrictum. In cunctis enim inspicienda est nocendi cupiditas uel iniuste aliquid auferendi an vliscendi uel obediendi ordine, cum homo ab homine occiditur, xxiiij, quest. v., ca. cum homo (222). Hinc est quod «non frustra sunt instituta potestas regis, cognitionis ius, arma militis, disciplina dominantis», etc., eadem quest., ca. non frustra (223).

Nono est textus eiusdem quest., ca. miles (224), vbi litera dicit: «miles cum obediens potestati, sub qua legitime constitutus est, hominem occidit, nulla ciuitatis sue lege reus est homicidij, ymo nisi fecerit, reus imperij, deserti atque conten[p]ti est». Probatur etiam exemplo Habrahe, dum reuerteretur a sede quatuor regum, de quo Genesis, xij. (sic) (225), vbi Dominus ait ad Habraam: «Noli timere Abraham, ego protegam te et merces tua erit magna», transumptiue, eadem quest., ca. dicat aliquis (226). Veteri ergo Testamento probatur eum qui hostem interfecit, dignum mercede et a Deo premiari.

Euidētissimum quoque est hijs omnibus auctoritatibus eum homicidam non esse etiam quoad forum anime et conscientie qui sarracenum in bello occiderit; facit xxiiij, quest. v., ca. reos (227), in fine: «qui enim

(218) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 41; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 941.

(219) A ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 941, lē aliquando.

(220) INNOCENTII IV In V libros *Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, De voto et voti redemptione, cap. VIII, p. 514.

(221) BARTOLUS A SAXOFERRATO, In secundam Digesti Novi partem, De captiuis et postliminio reueris et redemptis ab hostibus, lē. 24, fl. 215 a.

(222) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 19; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 936.

(223) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 936.

(224) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 935.

(225) Gen. 15, l. O texto indica o cap. XIII.

(226) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 25; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 938.

(227) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, dictum post ca. 7; ed. *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 932.

publica potestate functus, ipsius legis imperio malos perimit, nec illius precepti transgressor nec a celesti patria alienus habetur»; et sic responsum est ad secundum et ultimum dubia.

Quoad tertium: Vtrum possit populum et subditos ad bellum compellere vt secum vadant. Plura includunt eum posse: regia et suprema potestas quam, vt non recognoscens superiorem, habet in subditos. Est enim princeps et monarchiam habet in suo territorio, vt princeps in populo Romano, per id quod dixit glossa in dicto § et iudicare (228). Qui ergo principi non obdierit, morte moriatur, extra, de maioritate et obedientia, cap. ii. (229).

Secundo, superioris auctoritas. Nam cum populum vocare ad bellum contra sarracenos sit iustum et licitum, debet id videri iustum et sanctum et ideo seruandum, le. i., ff., si quis ius dicenti non obtemperauerit (230).

Tertio probatur ex textu cum glossa in c. i., hic finitur lex, deinde incipiunt consuetudines regni (231).

Quarto, si subditi hii et populus iste iuramentum regi prestat, nam secum ire continetur iuramento, etsi expressum non sit, dicto c., in fine (232) et de forma fidelitatis, c. i. (233) et de noua forma fidelitatis, c. i. (234) et xxij., quest. vltima, ca. de forma (235).

Quinto probatur per textum xxij., quest. vltima, ca. licet (236), vbi Gratianus ad litteram ita inquit: «Licet etiam cum beato Leone quoslibet ad sui defensionem contra aduersarios sancte fidei viriliter adortari, ad quod (237) ad vim infidelium procul arcendam, quosque incitare».

(228) Nov. 15, col. 3, tit. 2, *De defensoribus civitatum*, c. III, 2; ed. Lugdunl. 1546. p. 65.

(229) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 33, *De maioritate et obedientia*, cap. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 195-196.

(230) *Digesta*, lib. II, tit. 3, *Si quis ius dicenti non obtemperaverit*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 19.

(231) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 28, *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1; ed. Lugdunl. 1546, p. 40-41.

(232) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 28, *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1; ed. Lugdunl. 1546, p. 41.

(233) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 6, *De forma fidelitatis*, c. 1; ed. Lugdunl. 1546, p. 20-21.

(234) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 7, *De nova forma fidelitatis*, c. 1; ed. Lugdunl. 1546, p. 21.

(235) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXII, quaest. V, ca. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 887.

(236) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, *dictum post* ca. 28; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 963.

(237) A ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 963, lē atque.

Sexto exemplo Gregorij pape qui ciuibus Tuscie mandauit vt contra Lombardos arma parent, xxliij., quest. ultima, ca. vt pridem, ver. jn registro etiam legitur (238).

Septimo hoc firmare videtur dominus Johannes de Lignano in suo tractatu, in rubricella An subditi ratione iurisdictionis tantummodo teneantur ad bellum accedere (239). Ex cuius verbis in discursu puto subditorum plures esse species, quas alias posui (240) in c. i., qualiter uasallus iurare debeat fidelitatem (241).

Quidam sunt serui et hij omnino compellendi sunt; habet enim dominus in eis omnem potestatem et olim vite necisque, licet non sit ita hodie, vt le. i., ff., de hijs qui sunt sui uel alieni iuris (242), nec aliud uelle habet quam dominus, vt le. eius est uelle (243) et le. uelle non creditur, ff., de procuratoribus (244).

Quidam sunt ascripticij, de quibus loquitur textus, C., de seruis fugitiuis, le. mancipia (245), et secundum quosdam (246) et glossam in lege i., eodem titulo (247), et de agricolis et censitis, per totum (248), le. si quis inquilinos in principio, ff., de legatis i. (249), et hij pene non differunt a seruis, vt le. ne diutius, C., de agricolis et censitis (250), quia tamen

(238) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, dictum post ca. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 958.

(239) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello*, IV tractatus tertij principalis, cap. XLIII, *Subditi an ratione iurisdictionis tantum teneantur ad bellum accedere*, em *Tractatus Universi Iuris*, XVI, fl. 376 vb.

(240) António de Pratovecchio parece indicar aqui ter comentado as *Consuetudines Feudorum* ou ao menos parte.

(241) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 5, *Qualiter iurare debeat uasallus fidelitatem*.

(242) *Digesta*, lib. I, tit. 6, *De his qui sui uel alieni iuris sunt*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 8.

(243) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*. Não conseguimos encontrar esta lei, tanto nas edições antigas como modernas.

(244) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*. Não conseguimos encontrar esta lei, tanto nas edições antigas como modernas.

(245) *Codez Iustinianus*, lib. IV, tit. 1, *De fugitiuis seruis et libertis mancipiisque civitatum artificibus et ad diuersa opera deputatis et ad rem privatam vel dominicam pertinentibus*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 238.

(246) CYNUS PISTORIENSIS, *Lectura in Codicem*, lib. VI, Rubrica I, *De seruis fugitiuis*, le. Mancipia, fl. 337 vb.

(247) *Codez Iustinianus*, lib. VI, tit. 1, *De seruis fugitiuis*, le. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 669-670.

(248) *Codez Iustinianus*, lib. XI, tit. 48 (47), *De agricolis censitis uel colonis*; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 440-443.

(249) *Digesta*, lib. XXX, *De legatis et fideicommissis* (ed. antigas: *De legatis primo*), le. 112; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 428.

(250) *Codez Iustinianus*, lib. XI, tit. 48 (47), *De agricolis censitis uel colonis*, le. 21; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 442.

stante ascriptione, quae est ut ex natura rerum et personarum, non possunt a solo separari, le. cum scimus, eodem titulo (251), forte non poterit dominus hos ascripticios compellere, ut etiam firmat dominus Johannes de Lignano in rubricella An agricole, etc. (252).

Quidam sunt liberti, de quibus loquitur ff., de iustitia et iure, le. manumissiones (253), ff., (254) et C., de operis libertorum (255), et le. si non sortem, § libertus, ff., de conditione indebiti (256). Et certe cum liberti teneantur ad operas solitas, non insolitas, ff., de operis libertorum, quod nisi (257); benefacit le. sed hec, § ij., ff., de procuratoribus (258), non poterit eos compellere ad bellum, quia hoc consistit in opere diurno; argum. le. i., ff., de operis libertorum (259), ad quod non potest compelli, per id quod in lege si non sortem, § libertus (260), licet alias semper persona patroni visa sit sancta et bona, ut le. finali, ff. de obsequiis a (sic) patronis prestandis (261); benefacit lex penultima, C., de operis libertorum (262).

Quidam sunt homines legij, de quibus tractat Guillelmus in Speculo, de feudis, § quoniam (263) et iste tenetur sub virtute iuramenti sequi dominum suum ad bellum, si ipse et predecessores sui ire consueverunt;

---

(251) *Codex Iustinianus*, lib. XI, tit. 48 (47), *De agricolis censitis vel colonis*, le. 22; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 442.

(252) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello*, IV tractatus tertii principalis, cap. XLI, *Agricolae vocati an teneantur sequi dominum ad bellum*, em *Tractatus Universi Iuris*, t. XVI, fl. 376 va.

(253) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 4; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(254) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. I, *De operis libertorum*; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 565-568.

(255) *Codex Iustinianus*, lib. VI, tit. 3, *De operis libertorum*; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 240-241.

(256) *Digesta*, lib. XII, tit. 6, *De conditione indebiti*, le. 26, § 12; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 171.

(257) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. 1, *De operis libertorum*, le. 20; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 566.

(258) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*, le. 35, § 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 40.

(259) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. 1, *De operis libertorum*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 565.

(260) *Digesta*, lib. XII, tit. 6, *De conditione indebiti*, le. 26, § 12; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 171.

(261) *Digesta*, lib. XXXVII, tit. 15, *De obsequiis parentibus et patronis praestandis*, le. 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 564.

(262) *Codex Iustinianus*, lib. VI, tit. 3, *De operis libertorum*, le. 12; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 241.

(263) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, part. III, Rubrica *De Feudis*, § *quoniam*, p. 323 b.



argum. le. vel vniuersorum, ff., de pignoraticia actione (264), ad instar patroni qui operas consuetae potest inducere liberto, ff., de operis libertorum, le. opere (265) et le. penultima (266), et ita firmat Guillelmus in dicto § I., xxij. queritur (267), exemplificando in rege Francorum et rege Hyspanie qui solent continue pugnare contra barbaros et sarracenos. Vbi vero talis dominus seu rex non esset consuetus ire ad bellum contra huiusmodi personas, si ire voluerit, non poterit hominem legum compellere de jure ad secum eundem; argum. dicte le. sed hec, § ij. in dicta lege quod nisi, § finali (268), secundum Guillelmum, vbi supra (269). Et fuit sententia Johannis de Blasio (270), de quo etiam Martinus de Fano (271) in suo tractatu de Homagio (272).

Quidam sunt vaxalli, de quibus loquitur consuetudo Roberti et Gherardi in c. i., qualiter vaxallus iurare debeat fidelitatem (273), qui in pluribus differt ab homine legio, vt dixit Guillelmus in dicto § quoniam, ver. et nota, cum sequentibus (274), et iste regulariter tenetur propter iura-

(264) *Digesta*, lib. XIII, tit. 7, *De pignoraticia actione vel contra*, le. 12; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 183.

(265) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. 1, *De operis libertorum*, le. 9; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 565.

(266) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. 1, *De operis libertorum*, le. 50; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 568.

(267) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § quoniam, p. 323 b.

(268) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*, le. 35, § 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 40. — *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. 1, *De operis libertorum*, le. 20; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 566.

(269) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § quoniam, p. 323 b.

(270) Como consta das anotações marginaes ao *Speculum Iuris* de Guilherme Durando, João de Blasio foi uma das principais fontes de Durando sobre este ponto. Precisamente quanto a este assunto deparamos com a nota: «Quidam. Jo. de Bla. et continuatur haec quaestio supra prox.»: GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § quoniam, p. 323 b.

(271) Martinho de Fano nasceu em Fano, nas Marcas. Estudou em Bolonha. Em 1229 ensinava em Fano. Foi professor também em Arezo, Nápoles e Modena. Entrou nos Dominicanos em 1264. Morreu à volta de 1275. Compôs várias obras sobre Direito Civil e Direito Canónico. Algumas fazem parte da grande publicação *Tractatus Universi Iuris*, t. III, p. II, fl. 102; t. IV, fl. 12; t. XI, p. II, fl. 409. Sobre este jurista cf. *Dictionnaire de Droit Canonique*, VI, Paris, 1957, col. 836.

(272) Na Bibl. do Vaticano, cód. Vat. lat. 2878, fl. 125-126, existe parte deste livro de Martinho de Fano.

(273) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 5, *Qualiter iurare debeat vasallus domino fidelitatem*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 20 b.

(274) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § quoniam, p. 316 ss.

mentum dominum defendere, vt in ca. de forma, xxij., quest. vltima (275) et c. i., de noua forma fidelitatis (276). Vbi autem dominus alium offendere voluerit, non autem se defendere, tunc teneretur eum sequi, si hoc in conuentione et iuramento fidelitatis fuit expressum, non alias, secundum Innocentium in cap. sicut, de iureiurando (277), quod est verum, nisi consuetudo loci et domini se aliter haberet, per id quod dixit Guillelmus in homine legio (278) et firmat dominus Johannes de Lignano in rubricella An vaxallus vocatus (279). Et quidam habent Baldum in lege penultima, C., de operis libertorum (280), idem asserentem.

Quidam vero sunt homines qui regi sunt subiecti tantum ratione iurisdictionis et hij tenentur secum ire, per quinque rationes et iura in principio huius articuli posita, ex quo bellum est iustum, quod secus esset, si iniustum fuisset, per doctrinam Andree de Ysernia (281) et Baldi (282) in c. domino guerras, hic finitur lex, deinde incipiunt consuetudines regni (283), vbi dixit bellum iustum esse comprehendi ex tribus. Primum est auctoritas principis, xxij., quest. i., quid culpatur (284). Secundum iusta causa, vt si gens vel ciuitas emendare neglexit quod a suis improbe factum est, non reddere quod per iniuriam est ablatum, xxij., quest. ij., dominus (285).

(275) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXII, quaest. V, ca. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 887.

(276) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 7, *De noua forma fidelitatis*, c. 1; ed. Lugdunl. 1546, p. 21.

(277) INNOCENTII IV In V libros *Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XXIV, *De iureiurando*, cap. XIII, p. 342.

(278) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § quoniam, p. 323 b.

(279) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello*, IV tractatus tertii principalis, cap. XXXVIII, *An vasallus vocatus a domino teneatur ipsum sequi in partibus ultramontanis ad pugnandum contra barbaros*, em *Tractatus Universi Iuris*, XVI, fl. 376 va.

(280) BALDI VBALDI PERUSINI *In sextum Codicis librum Commentaria*, Rubrica *De operis libertorum*, le. 12 *Qui manumittitur*, fl. 23.

(281) ANDREA DE ISERNIENSIS *In usus Feudorum commentaria*, 1634, lib. II, tit. *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1 *Domino guerram*, fl. 172 vb. O c. aparece sempre nas edições e autores que consultámos, como *Domino guerram*, mas neste parecer de Pratovecchio encontra-se por vezes, v. g. no caso presente, no plural: *Domino guerras*. — André de Isérnia morreu em 1353, segundo ULYSSE CHEVALIER, *Répertoire des Sources historiques du Moyen Age*, Bio-Bibliographie, I, col. 223.

(282) BALDUS, *Super usibus Feudorum*, lib. II, tit. *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1, *Domino guerram*, cod. Vat. lat. 2285, fl. 78-78 v.

(283) Cf. nota precedente.

(284) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. I, ca. 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892.

(285) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. II, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 894.

Tertium vt intentio bellantium sit recta, scilicet vt intendant ad bonum promouere vel malum euitare, non cupiditate aut crudelitate, quia culpatur «nocendi cupiditas, vlciscendi crudelitas, implacatus animus feritatis bel-landi», dicto ca. quid culpatur (286) et sanctus Thomas, ij (?) quest., 2.<sup>a</sup> 2.<sup>a</sup>, de bello (287); vbi ergo de hijs tribus constat, subditus obedire tenetur, xi., quest. iij., ca. non semper (288) et ca. sequenti (289); de quibus tribus constat, presuppositis hijs, de quibus in superioribus, et si non constaret forte de hijs, non esset credendum regi de mero iure et non credentibus subditis non esset imputandum, xxij., quest. iij., quantum (290), ff., quod falso tutore, le. ii. (291) et ff., de eo per quem factum, le. i., § i. (292) et per Andream de Ysernia in dicto c. domino guerras (293), vbi de hoc plene scripsi[t] hacque diuisione concluditur quos ad bellum rex compellere poterit et quos non. Et hec de dubio sufficiunt.

Circa quartum: Cuius expensis. Probabilibus rationibus vtraque pars corroborari posset quod expensis domini et quod expensis ipsius subditi. Breuitate tamen vtendo, puto attendendam esse qualitatem personarum. Si enim esset homo legius uel vaxallus qui ex necessitate ad id teneretur ratione iuramenti uel feudi seu rerum, suo victu et expensis ire tenetur, le. suo victu et le. opere, ff., de operis libertorum (294), dummodo feudum seu res sint ad id sufficientes, per id quod scribitur in c. i., § similiter, de capitulis Coradi (295), et in dicto c. domino

(286) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. I, ca. 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892.

(287) S. THOMAE AQUINATIS *Opera Omnia*, t. VIII, Romae, 1895, *Secunda Secundae Summae Theologiae*, quaest. XL, *De bello*, a. 1, p. 312.

(288) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 92; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 669.

(289) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 93; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 669.

(290) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 14; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 903. Esta edição lê *quantus*.

(291) *Digesta*, lib. XXVII, tit. 6, *Quod falso tutore auctore gestum esse dicatur*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 365.

(292) *Digesta*, lib. II, tit. 10, *De eo per quem factum erit quominus quis in iudicio sistat*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 23.

(293) ANDREAE ISERNIENSIS *In usus Feudorum commentaria*, lib. II, tit. *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1 *Domino guerram*, fl. 172 a-174 va. Também neste passo vem o c. *Domino guerram* no plural. Não sabemos ao certo se António de Pratovecchio com as palavras que se seguem vbi de hoc plene scripsi, se refere aqui a algum trabalho seu ou se em vez de scripsi se deve ler scripsit, referindo-se ele a André de Isérnia, como allás parece mais natural.

(294) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. I, *De operis libertorum*, le. 18, 21; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 566.

(295) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 40, *De capitulis Conradi*; ed. Lugduni, 1546, p. 47-48.

guerram (296), sed vt si non essent alias subditi, nec tenerentur, nisi ratione iurisdictionis, tunc dominus rex debet eis impensas facere et stipendia prebere, per id quod dixit Guyllelmus in Speculo, de feudis, § quoniam, ver. xxij. (297); argum. le. meuia, § finali, ff., de alimentis legatis (298) et quod scribitur in lege jñ rebus, § possunt, ff., commodati (299), et firmat Baldus in lege liberti liberteque, C., de operis libertorum (300), et est textus in dicto ca. vt pridem, ver. jñ registro (301), vbi Gregorius prouidet Tuscis missis contra Lombardos de stipendijs. Hoc idem firmavit Johannes de Lignano, eodem tractatu, in dicta rubricella an vaxallus, § queritur septimo (302). Hoc etiam videmus in militibus jmerij seu hijs qui nomine jmerij militant, nam princeps stipendia prebet illis. Non autem suis expensis militare compelluntur, C., de erogatione militaris annonae, le. per hanc (303) et per plures leges. Et est textus C., de re militari, le. milites (304), vbi bonus textus; quod expensas et arma debent a rege habere et salarium, dicta le. per hanc (305), seu stipendium.

(296) *Conuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 28, *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1, *Domino guerram*; ed. Lugduni, 1546, p. 47-48.

(297) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § quoniam, p. 323 a-b.

(298) *Digesta*, lib. XXXIV, tit. 1, *De alimentis vel cibariis legatis*, le. 20. Assim deveria ser, a regularmo-nos pelas iniciais da citação do texto. De notar que GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris* pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § quoniam, p. 323 b, também cita esta lei, mas como pertencente ao *Digesta*, lib. XXXIV, tit. 4, *De adimendis vel transferendis legatis vel fideicommissis*. A começar por Maevia, só encontramos, tanto nas edições modernas como antigas, no *Digesta*, lib. XXXIII tit. 1, *De annuis legatis et fideicommissis*, le. 13, § 1, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 458.

(298) *Digesta*, lib. XIII, tit. 6, *Commodati vel contra*, le. 18; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 181.

(300) BALDI VBALDI PERUSINI *In sextum Codicis librum commentaria*, Rubrica *De operis libertorum*, le. X, fl. 21 v.

(301) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, *dictum post ca. 18*; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 958. Segundo esta edição, o ca. seria *Suppliciter*.

(302) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello*, IV *tractatus tertii principalis*, cap. XXXVIII, *An vasallus vocatus a domino teneatur ipsum sequi in partibus ultramontanis ad pugnandum contra barbaros*, em *Tractatus Universi Iuris*, t. XVI, fl. 376 va.

(303) *Codex Iustinianus*, lib. XII, tit. 37, *De erogatione militaris annonae*, le. 16; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 473.

(304) *Codex Iustinianus*, lib. XII, tit. 35, *De re militari*, le. 15; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 470.

(305) *Codex Iustinianus*, lib. XII, tit. 37, *De erogatione militaris annonae*, le. 16; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 473.

Hijis igitur concluditur an suis expensis subditi regem sequi teneantur, etc. Et hec de isto, etc.

Circa quintum quo queritur: An populo suo hic rex occasione sui exercitus collectam possit imponere. Et si rationibus quibusdam posset attemptari imponere non posse. Certo certius existimo de jure posse inducere. Primum quidem suadet hanc potestatem ad quod scribitur per Baldum in lege etiam, C., de executione rei iudicate (306), dicentem villam et quamlibet vniuersitatem posse sibi collectam imponere nec alterius superioris auctoritatem requirj, quod si verum est, fortius poterit ipse rex qui omnem potestatem habet in populo suo, de qua villa seu vniuersitate Bartolus (307) discutit et ibi Angelus in lege iijj., § actor, ff., de re iudicata (308), Guyllelmus in titulo de censibus (309) et Innocentius, de sententia excommunicationis, cap. grauem (310).

Secundo probatur etiam per textum in c. i., que sint regalia (311), vbi inter cetera collectam imponere est regum.

Tertio probatur ex sententia Baldi, eodem loco (312), dicentis quod eo ipso quod quis est rex constitutus, habet omnia que illo capitulo describuntur, inter que est collectam imponere.

Quarto probatur ex sententia Bartoli in lege vacuatis, C., de decurionibus (313), dicentis quod vbi ciuitas esset que superiorem non recognosceret, potest immunitatem concedere sine principis auctoritate et omnia potest que princeps; facit glossa in dicto § et iudicare (314). Poterit ergo rex iste qui superiorem papam uel imperatorem non recognoscit.

(306) BALDI VBALDI PERUSINI *In VII, VIII, IX, X et XI Codicis libros commentaria*, lib. VII, Rubrica *De executione rei iudicate*, le. 5 *Etiam*, fl. 73 v.

(307) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Digesti Novi partem*, lib. XLII, tit. 1, *De re iudicata et effectu sententiarum et de interlocutionibus iudicum*, le. 4, § *Actor*, f. 106 va.

(308) ANGELI VBALDI PERUSINI *In I atque II Digesti Novi partem et in tit. de interdictis commentaria*, Rubrica *De re iudicata*, le. 4, § 2 *Actor*, fl. 39.

(309) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, part. III, Rubrica *De censibus, exactionibus et procuratoribus*, § *Nunc*, fl. 433-435.

(310) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. V, Rubrica XXXIX, *De sententia excommunicationis*, cap. LIII, p. 666-667.

(311) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 56, *Quae sint regalia*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 65.

(312) BALDUS, *Super usibus Feudorum*, lib. II, tit. *Quae sint regalia*, c. 1; cod. Vat. lat. 2295, fl. 119.

(313) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In tres Codicis libros*, lib. X, Rubrica *De decurionibus et eorum filiis*, le. 19 *Vacuatis*, fl. 16 vb.

(314) Nov. XV, col. III, tit. 2, *De defensoribus civitatum*, cap. III, 2; ed. Lugduni, 1546, p. 65.

Quinto imponere collectam est de principi reservatis, C. de superindicto, le. i. (315), et quod legitur et notatur in lege neminem (316) et lege placet, C. de sacrosanctis ecclesiis (317); sed reservata principi transeunt ad eum qui sibi iura imperij usurpavit, per id quod dixit Bartolus in lege hostes, ff., de captivis (318), et in dicta lege vacuatis (319); facit quod scribitur in lege i., C. de immunitate nemini concedenda (320). Cum itaque rex ille ius supreme potestatis sibi usurpaverit vel de jure habuit seu ex consuetudine in suum populum, merito posset collectam [imponere], ut possit ipse imperator.

Sexto non est dubium quod ipse rex potest quam legem vult, populo suo imponere, dummodo non contrariam iuri diuino vel nature et a subditis est servanda, ut in § sed quod placuit, Institut., de iure naturali (321), adiuncta le. formam, C. de officio prefectorum pretorio orientis (322). Ergo potest etiam collectam imponere, quia valet argumentum de potestate statuendi ad potestatem imponende collecte et contra, secundum sententiam Gandinij in opere suo, in titulo de obseruat[i]one statu[torum] (323).

Septimo confirmatur ex sententia Andree de Ysernia in dicto c. i., que sint regalia (324), dicentis regem imponere posse collectam suis subditis, quando est in exercitu, quia legem positam subditis sibi imponit et erit

(315) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 16, *De superindicto*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 403.

(316) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 2, *De sacrosanctis ecclesiis et de rebus et privilegiis earum*, le. 11; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 13.

(317) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 2, *De sacrosanctis ecclesiis et de rebus et privilegiis earum*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 12.

(318) BARTOLUS A SAXOFFERRATO, *In secundam Digesti Novi partem*, le. 24 *Hostes*, ff. 214 vb-215.

(319) BARTOLUS A SAXOFFERRATO, *In tres Codicis libros*, lib. X, Rubrica *De decurionibus et eorum filiis*, le. 19 *Vacuatis*, ff. 16 vb.

(320) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 25, *De immunitate nemini concedenda*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 406.

(321) *Institutiones*, lib. I, tit. 2, *De iure naturali et gentium et civili*, § 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(322) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 26, *De officio praefectorum praetorio Orientis et Illyrici* le. 2; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 76-77.

(323) ALBERTUS GANDINUS, *Quaestiones Statutorum*, tit. *De obseruatione Statutorum*. Sobre este jurista do século XIII, cf. H. KANTOROWICZ, *Albertus Gandinus und das Strafrecht der Scholastik*, Berlin, 1907-1926; *Geschichte des Gandinustextes*, em *Zeitschr. der Savigny-Stift., Rom. Abt.*, t. 42, 1921, p. 1-30, t. 43, 1922, p. 1-44, *Leben und Schriften des Albertus Gandinus*, em *Zeitschr. der Savigny-Stift., Rom. Abt.*, t. 44, 1924, p. 224-358.

(324) ANDREAE ISERNIENSIS *In usus Feudorum commentaria*, lib. II, tit. *Quae sunt regalia*, c. 1, § *Extraordinaria collatio*, ff. 299 vb.

pro se et contra se, jñ aucth. vt non fiant pignorationes, § illud (325). Jtaque concluditur collectam pro bello licite subditis imponi posse, ex quo bellum est iustum, vt patet ex supra conclusis.

De sexto vero et vltimo nichil amplius dicendum est, de quo plenissime discussum est post secundum articulum.

Laus Deo eiusque matri Virgini Marie et beatis Anthonio et Romualdo. Amen.

Et ita ut suprascriptum est, dico et consulo ego Antonius de Praetoueterj minimus legum doctor, Bononie iura ciuilia legens, et in fidem premissorum propria manu subscripsi et sigillo consueto sigillui, saluo semper saniori consilio et cuiuslibet alterius melius sentientis. Hodie, die xvii. mensis octubris 1436 (326).

*Selo de chapa.*

## 141

[OUTUBRO 1436]

*Parecer de António de Rosellis, jurista bolonhês e advogado consistorial, sobre a guerra que certo rei católico, não reconhecendo superior, deseja mover contra sarracenos que não ocupam terras suas, mas que foram de outros cristãos, na Berberia. São estes os quesitos que lhe foram formulados: se o rei pode onerar o seu povo com a exação de dinheiro ou outras coisas e tributos para essa guerra; se o povo pode tomar parte nela, com o devido estipêndio; se pode o monarca obrigar seus súbditos à guerra sem lhes dar salário; se pode declará-la sem autoridade de ninguém e onerar o povo, nestas condições; se o pode fazer*

(325) Nov. LII, Auth. LI, coll. V, tit. 5, *Ut non fiant pignorationes pro aliis personis et ut sicut principum donationes non egent gestis monumentorum, sic neque a privatis in imperatoribus factae donationes indigeant*, cap. II; ed. KROLL, *Corpus Iuris Ciuilis*, III, p. 298.

(326) Não obstante no ficheiro da Biblioteca do Vaticano (Secção de Manuscritos) a data venha designada como do ano 1436 e o P. DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 700, indique também o mesmo ano, chegámos a pensar que a data deste parecer jurídico seria de 17 de Outubro de 1435. Além das razões e circunstâncias históricas em favor desta nossa asserção, temos o próprio texto paleográfico. Efectivamente o algarismo parece apresentar todas as características dum cinco. O ilustre historiador belga, ao manifestarmos-lhe dúvida sobre a leitura de 1436, concordou plenamente com a nossa leitura de 1435. Atendendo, porém, a quanto dissemos na nota 1, optamos pela de 17 de Outubro de 1436.

com autoridade do papa; se estará obrigado, no foro da consciência, pelos homicídios que se derem em tal guerra; se pode movê-la a infiéis que estejam na posse de terras que nunca foram de cristãos.

O autor não segue a ordem do questionário. Prova pelo direito, natural e divino, das gentes, eclesiástico e civil, a faculdade de os infiéis possuírem e de se governarem, com direito de resistirem a quem os molestar, de forma que nem o papa nem o imperador nem o rei lhes podem mover guerra sem causa, ainda mesmo sob pretexto de os converter à fé ou de os tornar melhores. As leis ou privilégios do sumo pontífice em contrário seriam nulas, por irem contra o direito natural. Nestas condições, não é lícito ao rei impor tributos a seus súbditos para uma guerra injusta nem eles estão obrigados a obedecer-lhe nem tão-pouco ao papa. Também não os pode obrigar à guerra, com ou sem estipêndio, nem mesmo com autoridade do papa. Pelas mesmas razões deve o monarca responder pelos homicídios, no foro da consciência como no contencioso. No caso concreto, porém, é lícito ao rei mover guerra aos sarracenos da Berberia, sem licença de ninguém, por ocuparem terras outrora de cristãos. Para defender estes, indevidamente molestados pelos pagãos, pode o rei mover-lhes guerra por iniciativa própria e até mesmo quando os infiéis estejam em paz com os cristãos, se se presumir os atacarão quando tenham oportunidade. Isto bem se deve entender dos sarracenos; e, por isso, é permitido ao rei mover-lhes guerra à vontade. Para ocupar as terras detidas pelos sarracenos e que outrora foram dos cristãos não necessita o rei de qualquer licença. No caso de elas nunca haverem sido dos cristãos, por motivo da recuperação da Terra Santa ou de eles não admitirem os missionários ou ainda pelo facto de não observarem as suas leis ou por não permitirem a celebração da Santa Missa em seus territórios, o papa pode dar autoridade ao rei para mover guerra aos infiéis e ocupar-lhes as terras. Em tais casos, a guerra é justa e, portanto, não resta dúvida de que para ela é lícito ao monarca impor tributos aos súbditos e obrigar as pessoas capazes a tomarem nela parte, porém dando-lhes o devido estipêndio. Em guerra lícita não há qualquer obrigação, no foro da consciência, pelos homicídios perpetrados, se feitos por amor da justiça e não por ódio.

BAV., Cod. Vat. Lat., 1932, fl. 114.

Referenciado por DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, p. 700; por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique*, pp. 34-35. Deste último autor e jurista é a transcrição e anotação do presente documento.



Quidam princeps siue rex catholicus (1) non recognoscens superiorem vult inducere bellum contra saracenos, non possidentes nec detinentes terras ipsius regis, sed detinentes terras que fuerunt aliorum christianorum quemadmodum in Barbaria.

Queritur utrum iste rex seu princeps possit grauare populum suum ad exactionem pecuniarum uel aliarum rerum uel ad impositionem tributum ob adiutorium istius guerre;

2.º vtrum possit populum suum cogere corporaliter bellare in tali bello, soluto stipendio;

3.º vtrum possit eos cogere bellare, soluto stipendio, sed non perfecte, videlicet quantum ipsi merentur;

4.º vtrum possit eos cogere bellare sine aliquo stipendio;

5.º vtrum possit indicere tale bellum sine alicuius auctoritate et eo indicto sine aliqua auctoritate, possit grauare populum suum modis supradictis;

---

(1) Este parecer jurídico deve ser mais ou menos do mesmo tempo do precedente. Como aí dizemos, atentas as circunstâncias e acontecimentos históricos de então, só à iniciativa ou ao facto dos pedidos de el-rei D. Duarte se deve atribuir tal consulta. Pensamos que a data da composição se deve colocar aí por Outubro ou Novembro de 1436. Cf. nota 1 do documento anterior. Compôs este parecer, conforme consta da assinatura autêntica que vem no fim, António de Rosellis, celebrado jurista do tempo, doutor em ambos os Direitos, advogado consistorial e professor de Direito Canónico na cúria pontifícia, em Bolonha. Foi discípulo de António de Bútrio, como ele várias vezes confessa na sua obra *Monarchia, pars tertia*, cap. XXII, cap. XXXIX, etc., ed. GOLDAST, *Monarchia S. Romani Imperii*, I, p. 421, 518, 521. Segundo declaração sua, que se pode ler no *Tractatus legitimacionis* (cod. da Bibl. do Vat., lat. 2641, fl. 235), ele contava 26 anos quando compôs esta obra em 1407 na cidade de Bolonha, onde se doutorara no ano anterior: «Compositus iste libellus per me... fuit in anno 1407, in civitate Bononiae; etiam 2 anno doctoratus mei ibidem me legente extraordinarie Infortiati et in XXVI anno etatis mee». De documentos autênticos da Universidade de Bolonha consta que o nosso jurista, nascido em Arezo aí por 1380 ou 1381, fez o exame privado de Direito Civil a 13 de Outubro de 1406 e a 16 de Maio de 1407 o Colégio dos Professores de Direito Civil concedeu-lhe todos os privilégios do Doutoramento. Cf. SORBELLI, II *«Liber Secretus Iuris Caesaris»*, I, p. 178, 180. No dia 31 de Maio de 1407 recebeu as insignias de doutor, com faculdade de ensinar Direito Civil na Universidade de Bolonha, *Ibidem*, p. 181. Eneas Silvio Piccolomini, o futuro papa Pio II, refere no *De viris illustribus*, cap. XIV, que António de Rosellis foi seu professor de Direito Civil em Sena: «Antonius de Rosellis... preceptor meus Senis fuit, nam sub eo jus civile audivi». Morreu a 16 de Dezembro de 1446, depois de ensinar em Bolonha, Sena e Pádua. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 500. Exercceu vários cargos, alguns deles muito importantes, como o de embaixador do rei de Nápoles e do Imperador e o de legado do papa Eugénio IV. Escreveu obras de valor sobre vários temas jurídicos. Lembremos apenas o famoso *Tractatus de monarchia siue tractatus de potestate imperatorie et papae*, o *De ieiuniis*, o *De successionibus ab intestato*; o *De uariis*, etc. Cf. SCHULTE, *Die Geschichte der Quellen und Literatur des Canonischen Rechts*, II, § 79, n. 122, p. 303-305.

6.° vtrum, inducto bello papalij auctoritate, possit facere supradicta;

7.° vtrum propter homicidia que sequuntur ex talj bello, iste princeps in foro conscientie teneatur;

8.° vtrum possit facere guerram contra infideles quoscunque, possidentes terras que nunquam fuerunt christianorum.

O[m]nipotentis Dey postulato sufragio, pro heruenda ueritate istorum dubiorum, primum intuerj oportet vim quimty dubij, quod est: An istis infidelibus rex uel princeps iste possit bellum inducere, sua sola auctoritate, an etiam Pontificis aut Cesaris auctoritate. Et primo uidetur quod non, tam inspecto naturalj iure, quam iure gentium, quam ciuilj.

Naturalj iure insinuatur sic: Omnj emty formato, animato uel inanimato, naturaliter inest et inclinatio naturalis insita est vt animata excludant vim et inanimata aliter omne repugnans sue naturalj compositioni. Hoc ordinauit ab eterno Deus et natura, ut patet in elementis et in alijs animalibus, non solum rationabilibus sed etiam brutis. Nam aque insitum est ignj resistere et eontra. Et hoc uult Tullius, primo offitiorum, capitulo principio (2). Et ideo etiam brutis naturaliter inest propriam salutem tuerj, le. 1., § cum arietes, ff., si quadrupes pauperiem fecisse dicatur (3), cum secundum sententiam filosofi omne animal apetat uiuere ac propriam salutem tuerj, ut in 2.° de anima (4), ibi, naturalissimum. Sic etiam est in rationabilibus creaturis, etiam circumscripito intellectu, ut naturaliter descendant ad repugnandum que ipsis naturaliter aduersantur, de penitentia, dyst. 2, capitulo corpus nostrum (5). Ex quibus inferitur quod omnis actus qui fit propter tollere dissonum siue repugnans proprie conseruationj, iuste fit et ortum habet a principijs naturalibus et iure nature, etiam distincto a iure gentium. Hoc probatur ex notatis in lege ut uim, ff., de iustitia et iure (6), prout uim cuique licet propulsare; et ideo glossa in lege ut uim (7) et prima dyst., jus naturale (8), dicunt quod talis iniurie propulsatio etiam brutis naturaliter competit. Et hoc est quod sentiunt naturales, dum dicunt quod in elementis et rebus inani-

(2) MARCUS TULLIUS, *De officiis*, lib. I, cap. III, p. 24 ss.

(3) *Digesta*, lib. IX, tit. 1, *Si quadrupes pauperiem fecisse dicatur*, le. 1, § 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 124.

(4) ARISTOTELES, *De anima*, lib. II, cap. II, ss.; *Opera Omnia*, III, p. 446 ss.

(5) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. 2, ca. 5, § 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1191.

(6) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(7) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. Lugduni, 1458, p. 9 b.

(8) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 2.

matís est duplex poténtia, vna per quam inténdunt in propriam quietem et alia per quam resistunt et aghunt in proibéntia et contraria. Videmus enim quod ignis est naturaliter callidus et levis. Et per leuitatem tendit in locum sibi convenientem. Et per caliditatem agit in contraria. Sic etiam natura hoc dedit rebus animatis et animalibus etiam brutis. Nam dedit eis duplicem appetitum sensitiuum, unum per quem consequuntur quietem et delectationem, ut appetitum concupiscibilem, alium per quem agrediuntur proibéntia et contraria, ut appetitum irascibilem. Et si natura dedit hec in animatis rebus et etiam animalibus ratione carentibus, sic multo magis dedit etiam hominibus, etiam si non sint lumine vere fidei illustrati, sicut nec animalia bruta sunt, ut habeant naturalem inclinationem ad appetendum bona et ad propulsanda contraria et mala, licet in homine hec inclinatio debeat esse regulata rationis dictamine et prout ipse homo est animal rationale et se tueri debet rationis dictamine, le. i., C., unde vi (9), et le. ex hoc iure, ff., de iustitia et iure (10). Et hoc uidetur sentire glossa in lege naturalem, § finali, in ver. gentium, ff., de acquirendo rerum dominio (11). Et hoc vult textus in clementinis, pastoralis, in ver. ceterum, de re iudicata (12), ubi dicit defensionem esse iuris naturalis et sic pro ipsa bellare est de iure naturali, le. itaque, ff., ad legem Aquiliam (13). Et lex civilis dicitur hoc permittere, quod est iuris naturalis postquam non uetat, le. scientiam, § qui cum aliter, ff., ad legem Aquiliam (14), et ibi hoc dicit glossa (15). Sed cum omnes homines naturaliter liberi nascerentur et hodie nascentur qui ex seruis non sunt geniti, ff., de iustitia et iure, le. manumissiones (16), etiam si sint pagani siue gentiles, et iure gentium licite bona possideant, sequitur quod licite resistere poterunt tali regi siue baroni cupienti ipsos inquietare in propria libertate, siue ipsis bona aut seculares iurisdictiones auferre.

(9) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 4, *Unde vi*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 332.

(10) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(11) *Digesta*, lib. XLI, tit. 1, *De acquirendo rerum dominio*, le. 5, § 7; ed. Lugduni, 1547, p. 199.

(12) *Clementinae*, lib. II, tit. 11, *De sententia et re iudicata*, cap. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1153.

(13) *Digesta*, lib. IX, tit. 2, *Ad legem Aquiliam*, le. 4; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 125.

(14) *Digesta*, lib. IX, tit. 2, *Ad legem Aquiliam*, le. 45, § 4; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 130.

(15) *Digesta*, lib. IX, tit. 2, *Ad legem Aquiliam*, le. 46, § 4; ed. Lugduni, 1548, p. 562 b.

(16) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 4; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

Secundo hoc probatur jure diuino. Nam ille actus est jure diuino licitus qui est consonus karitatj, sed defensio propria et libertatis et patrie et proximj est actus karitatis, ergo est iure diuino permissus. Asumptum probatur. Nam karitate posita, excluditur omnis actus iurj diuino reprobis, cum caritas se non compatiatur cum reprobis, sed sit cuiuslibet liciti fundamētum, de penitentia, dyst. secunda, capitulo si (sic) radicata (17) et cap. caritas est (18) et cap. quia radix (19); minor de defensione patrie et proximj ostenditur in lege uelutj, ff., de iustitia et jure (20), xxlij., quest. viij., cap. si (sic) igitur (21) et cap. omnj timore (22) et capitulo ortatu (23) et lxij. dyst., cap. Adrianus (24). Et hoc uult Augustinus, xviii. De Ciuitate Dei (25), dicens: «pertinet quippe ad uirtutis offitium et inherere patrie et propter patriam filios procreare». Idem Tullius, offitiorum primo (26), dicens: «non nobis solum natj sumus, partem patriam uendicat, partem amicj». Et hoc Dei uoluntate fierj dicendum est, aliter ratio gentium et humana non sequeretur, in sua rectitudine, Dei et nature intentionem, quod non est dicendum. Si igitur baro iste uel rex inquietabit gentiles, se iuste iure diuino tuerj poterunt et patrias et eorum proximj, quia defensio proximj est actus caritatis, de penitentia, dyst. 2, cap. proximj (27) et cap. proinde (28) et xxlij., quest. iij., cap. ipsa ueri-

(17) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. II, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1190. No texto lê-se *si radicata*, mas esta edição traz *só radicata*.

(18) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. II, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1191-1192.

(19) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. II, ca. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1194.

(20) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(21) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 954-955. No texto lê-se *si igitur*; mas esta edição traz apenas *igitur*.

(22) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(23) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 10; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(24) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. LXIII, ca. 22; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 241.

(25) S. AUGUSTINUS, *De Ciuitate Dei*, lib. XIX, cap. I; ed. HOFFMANN, II, *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, vol. 40, II, p. 364.

(26) MARCUS TULLIUS, *De officiis*, lib. I, cap. VI, p. 34.

(27) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. II, ca. 5, § 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1191-1192.

(28) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. II, ca. 5, § 6; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1192.

tas (29), et quest. iij., capitulo fortitudo (30) et cap. non inferemda (31). Et hoc monstraui Moyses qui egiptium prostrauit conculcamtem ebreum, de penitentia, dyst. 2, § Jtem oppositum (32) et xxiiij. (sic), quest. iij. (sic), cap. non inferemda (33). Si igitur iure caritatis et diuino licet defendere patriam et proximos, ergo iuste gentiles poterunt aduersus talem regem uel baronem se tueri et proprias libertates.

Tertio istud probatur iure diuino. Nam lex canonica et ciuilis hoc dictat ut paganis uis non inferatur, C., de paghanis, le. christianis (34), et xxiiij., quest. v[iii]j., cap. dispar (35), ubi probatur quod demum paganj et judei sunt bello tentandy, cum christianos inquietant, alias autem, quamuis sint malj, non debent ab hijs qui in ipsos iuris potestatem non habent, inquietari, ut est textus in capitulo penultimo xxiiij., quest. vj. (36) et xxiiij., quest. v., cap. de occidendis (37) et cap. si non licet (38). Sed lex canonica et ciuilis diuine legi subalternatur et sic inuicem non debent contradicere, nam ad eundem finem intendunt, licet uarie. Nam lex canonica et ciuilis non solum tractat de conseruatione uniuersitatis humane et unitatis tranquillitatis et pace, ut in prohemio Decretalium (39), sed etiam ulterius temdit, preparando ad statum eterne beatitudinis, in quo lex diuina principaliter intendit. Et sic necesse est quod, atenta identitate finis, quod est lege diuina prohibitum sic et lege canonica et ciuili et econuerso; sed lege canonica est uetita inquietatio paganorum, ut supra dixj, ergo et

---

(29) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 24, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 909-910. Esta edição lê *Ipsa pietas, veritas*.

(30) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. III, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 897.

(31) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. III, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 897-898. Esta edição traz *Non in inferenda*.

(32) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. II, dictum post ca. 39, § 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1200.

(33) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. III, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 897-898. Esta edição traz *Non in inferenda*.

(34) *Codez Iustinianus*, lib. I, tit. 11, *De paganis sacrificiis et templis*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 63.

(35) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955. No texto vem indicada erroneamente a quest. vj.

(36) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VI, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 948-949.

(37) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 8; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 932-933.

(38) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 933-934.

(39) *Decretales Gregorii IX*, Bula *Rex pacificus* de Gregório IX em FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, p. 2.

lege diuina, per hoc quod dicit apostolus ad Romanos (40): «Vobis iam ultra non esse bella carnalia peragenda» (41).

Quarto istud probatur iure gentium, juncto cum iure diuino, quod tali regi aut baronj non liceat paganos in suis dominijs uel iuribus inquietare, unde notandum quod post duo prima dominia que fuerunt, quorum primum fuit Dei, quod est diuinum dominium, iuxta illud: «Ego Dominus et nullus dominus preter me» et «meus est orbis» et «Dominj est terra et plenitudo eius» (42), viij. dyst., cap. quo iure (43) et de decimis, tua nos (*sic*) (44). Aliud uero naturale dominium quod datum fuit primo parentj ratione sue innocentie naturalis, Genesis primo (45) et secundo capitulo (46). Fuit et tertium quod post peccatum primi parentis ortum habuit, quod dicitur seculare siue ciuile, ut dicit Augustinus super Johannem (47) et habetur viij. dyst., capitulo quo iure (48), ut hoc refert doctor Subtilis, libro quarto sententiarum, dyst. xv., quest. ij. (49). Et hoc dominium fuit et est parthiculare, proprium et possessium. Nam diuinum est commune omnium iustorum in mundo uiuentium, xij., quest. ij., capitulo dilectissimj (50), xxij., quest. vij., cap. i. (51) et secundo (52). Et similiter naturale dominium fuit omnium commune, prima dyst., capitulo

(40) Cf. Ep. ad Rom. 8, 1, 8. Mais conforme a este pensamento parece o texto da Ep. 2 ad Cor., 10, 4. Também Oldrado de Ponte (*Consil.* LXXII, fl. 32 vb), donde parece que Antônio de Rosellis tirou esta passagem bem como outras, cita aqui a *Ep. ad Romanos*. O texto vem no *Decretum Gratiani*, Causa XXIII, quaest. I, ca. 1. Conforme observa al FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 890, nota 30, a ed. de Lião indicava este texto como pertencente à *ep. ad Rom.*

(41) Toda esta exposição de Antônio de Rosellis, a partir das palavras *Omnj emfj*, no princípio, se encontra quase literalmente na sua *Monarchia*, pars V, cap. III-V, ed. GOLDAST, *Monarchia S. Romani Imperij*, p. 536-538.

(42) Ps. 23, 1.

(43) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. VIII, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 12-13.

(44) *Decretales Gregorij IX*, lib. III, tit. 30, *De decimis*, cap. 26; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 564. Segundo esta edição o cap. é *Tua nobis*.

(45) Gen. 1, 29 ss.

(46) Gen. 2, 8 ss.

(47) S. AUGUSTINUS, *In Joannis Evangelium tractatus CXXIV*, tractatus VI, § 25: MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 35, col. 1436-1437.

(48) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. VIII, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 12-13.

(49) DUNS SCOTI, O. F. M., *Quaestiones in IV librum Sententiarum*, dist. XV, quaest. II; ed. VIVES, *Opera Omnia*, t. 16, p. 258.

(50) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XII, quaest. I, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 676-677. O texto traz *Dilectissimj e quest ij* erroneamente.

(51) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VII, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 950.

(52) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VII, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 951.

ius naturale (53), sed tertium seculare dominium cuilibet tribuit propria et particularia dominia que iure gentium fuere distincta, le. ex hoc iure, ff., de iustitia et iure (54), prima dyst., capitulo ius naturale (55) et capitulo ius gentium (56) et viij. dyst., cap. quo iure (57). Nec hoc quippe dominium fuit malum, ymo necessarium atque bonum. Nam, ut uult philosophus, secundo politicorum (58), melius instituitur regnum et ciuitas, si ciues proprias habeant possessiones quam si omnes ipsas pariter possiderent communes, contra sententiam Socratis, quia naturale est res communes negligi et comunio etiam plurimum discordiam parit, le. cum pater, § dulcissimis, ff., de legatis ij. (59), unde omixione (sic) uel acquisitione propria orta sunt omnia secularia et ciuilia, ut fecerunt primi parentes Abram et Loet, Genesis xij. capitulo (60) et probatur le. i. (61) et le. quod enim, ff., de acquirendo rerum dominio (62). Et ideo alterj hoc iure quesita alterj occupare non licet, alias fieret contra ius quod indussit quod propria occupata uel apreemsa tenerentur, Deutoronomj xij. (sic) cap. (63), ibi, quancumque terram calcauerit pes tuus, ita quod id quod sibi quis nollet auferrj, alijs non auferat, Mathei vij. cap. (64) et prima dyst., cap. ius humanum (65), quia scriptum est: non conchupiasces rem proximi tuj, in quibus uerbis est prohibita omnis rapina, xxij. (sic), quaest. i. (sic), cap. penale (66), in quo prouidit ius ciuile

(53) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 2.

(54) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(55) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 2.

(56) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 3.

(57) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. VIII, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 12-13.

(58) ARISTOTELES, *Politica*, lib. II, cap. II, *Opera omnia*, I, p. 500 ss.

(59) *Digesta*, lib. XXXI, *De legatis et fideicommissis* (nas edições antigas: *De legatis secundo*), le. 77, § 20; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 438.

(60) Gen. 13, 5-12.

(61) *Digesta*, lib. XLI, tit. 1, *De acquirendo rerum dominio*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 644.

(62) *Digesta*, lib. XLI, tit. 1, *De acquirendo rerum dominio*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 644.

(63) Deut. 11, 24. O texto traz cap. XIII.

(64) Mat. 7, 12.

(65) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, dictum ante ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1. Segundo esta edição: *Humanum genus*.

(66) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XIV, quaest. V, ca. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 741. O texto indica erroneamente a Causa XXIV e a quaest. I.

contra rapientes bona paganorum, ut rapiens teneretur in duplum, le. cristianis, C., de paganis (67). Et hoc uidetur uelle Innocentius in cap. quod super hijs, de uoto (68). Cum igitur paganj bona propria possideant iure gentium et rex siue dominus, cuj christiani querunt bellum inferre, acquisiuit sibi tale regnum aut iurisdictionem electione forte populorum, ipsum in principio sibi constituentium, et sic acquisiuit iure gentium, ut dicta le. ex hoc iure, ff., de iustitia et iure (69), non debent seu possunt in istis eorum iuribus inquietari, etiam eo respectu ut efficiantur meliores et ad ueram fidem conuertantur, quia nichil ad nos de hijs que foris sunt, nam non sunt compellendi uenire ad fidem, de judeis, cap. sicut (70), xxij., quest. i. (sic), cap. ad fidem (71), xlv. dyst., de judeis (72) et capitulo qui simcera (73), nec possunt aut debent inquietari, xxiiij (sic), quest. iiij., cap. quisquis (74), quod est capitulum penultimum, et si inquietantur et spoliari bonis aut iurisdictionibus contingat, illa forent ipsis spoliatis restituenda, dicta le. christianis, C., de paganis (75), ij., quest. ij., per totum (76), iiij., quest. i., reintegramda (77), de restitutione spoliatorum, cap. sepe (78), ff., de vi et ui armata, le. i. (79), in principio, et § qui autem ui deiectus (80).

(67) *Codez Iustinianus*, lib. I, tit. 11, *De paganis sacrificiis et templis*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 63.

(68) INNOCENTII IV In V Nros *Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De uoto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(69) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(70) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 6, *De Judeis, Sarracenis et eorum seruis*, cap. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 774.

(71) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 33; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 939-940. O texto indica erroneamente a quest. i.

(72) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XLV, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 161-162.

(73) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XLV, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 160-161.

(74) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 900. O texto indica a Causa XXIV.

(75) *Codez Iustinianus*, lib. I, tit. 11, *De paganis sacrificiis et templis*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 63.

(76) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaest. II; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 449 ss.

(77) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaest. I, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 505-506.

(78) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 13, *De restitutione spoliatorum*, cap. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 290.

(79) *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et ui armata*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 688.

(80) *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et ui armata*, le. 1, § 31; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 689.



Et adeo hec uera uidentur (81) ut nec auctoritate pape uel alterius principis iuste inquietari possunt, quia constitutio seu principis uel pape uoluntas non potest commutare naturam uel naturales stimulos, le. amicissimos, [ff.], de excusatione tutorum (82); facit lex ij. (83) et tertia, ff., de liberali causa (84), et ff., de usufructu earum rerum que usu consumuntur, le. ij. (85), cum ciuilis ratio non possit perimere naturalem, v. dyst., § i. (86), ff., de capite diminutis, le. eas (87), Jnsttit., de iure naturali, § sed naturalia (88). Et ideo non potest papa uel princeps tollere huiusmodi defensiones que sunt de iure naturali, ut in Clementinis, pastoralis, de re iudicata (89) et C., de iure fisci, le. prohibitum (90), alias est le. facultas, lib. x. (91), quia uelit, nolit, princeps et papa subditus est etiam ipse legi nature, ut in cap. que in ecclesiarum, de constitutionibus (92). Et ideo non potest princeps sine causa auferre alicui priuato dominium rei sue, ut notat Bartolus in prohemio ff. orum (93) et aliqui in lege quotiens, C., de precibus imperatori offerendis (94), ideo non uidetur posse etiam papa uel princeps alius demandare quod istis paganis inferatur bellum ut eis auferantur bona ipsorum per dicta iura; et si non potest papa, multo minus

---

(81) Na margem direita do texto: *Hoc forte non est simpliciter verum.*

(82) *Digesta*, lib. XXVII, tit. 1, *De excusationibus* (ed. antigas: *De excusatione tutorum*), le. 36; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 360.

(83) *Digesta*, lib. XL, tit. 12, *De liberali causa*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 638.

(84) *Digesta*, lib. XL, tit. 12, *De liberali causa*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 638-639.

(85) *Digesta*, lib. VII, tit. 5, *De usu fructu earum rerum quas usu consumuntur vel minuuntur*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 107.

(86) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. V, § 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 7.

(87) *Digesta*, lib. IV, tit. 5, *De capite minutis*, le. 8; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 62.

(88) *Institutiones*, lib. I, tit. 2, *De iure naturali et gentium et ciuili*, § 11; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 2.

(89) *Clementinas*, lib. II, tit. 11, *De sententia et re iudicata*, cap. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, col. 1151-1153.

(90) *Codez Justinianus*, lib. X, tit. 1, *De iure fisci*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 395.

(91) *Codez Justinianus*, lib. X, tit. 1, *De iure fisci*, le. 7; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 394. Esta edição lê *Defensionis facultas*, mas, como diz BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In tres Codicis libros*, lib. X, Rubrica *De iure fisci*, le. 7, fl. 4 v, também aparece, por vezes, apenas *facultas*.

(92) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 2, *De constitutionibus*, cap. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 9.

(93) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Digesti Veteris partem commentaria*, Prima constitutio, à palavra *Omnem*, fl. 4.

(94) Cf. CYNUS PISTORIENSIS, *Lectura in Codicem*, lib. I, Rubrica XIX, *De precibus Imperatori offerendis*, le. *Quociens*, fl. 34-35.

iste rex uel baro, licet superiorem non recognoscat, quia ex hoc non habet plus iuris quam ipse princeps, licet forte tamtundem iuris habet sicut princeps secularis, iuxta notata per Ynocentium, de verborum significatione, cap. ex parte (95); cum ergo papa non possit auferre sine causa hec iura ab ipsis paganis, non poterit etiam mandare ut eis indicatur bellum ut bona auferantur loquendo (?) siue mandaret, legem generalem condendo, siue priuilegium speciale condendo, ut non possit sine causa auferre dominia que sunt de iure gentium, licet Bartolus dixerit quod legem generalem condendo posset, ut notat ipse in dicta prima constitutione, ff., const. j. (96) et in lege Anthiocensium, ff., de priuilegiis creditorum (97), sed non dicit uerum, quia lex debet esse rationabilis, ut iijj. dyst., erit autem (98) et deriuatur (sic) a lege nature, unde Augustinus in libro de libero arbitrio (99) dicit quod non uidetur esse lex que iusta non fuerit, illud autem iustum dicitur ex eo quod est rectum secundum regulam rationis, sed rationis regula prima est lex nature, unde lex humana tantum habet de ratione legis inquantum a lege nature deriuatur. Et si discrepat in totum a lege nature, non erit lex sed legis corruptio. Jgitur sicut non potest priuilegia concedendo auferre cuique ius suum, ita nec legem condendo generalem, quia hec duo habent causam eandem productiuam, scilicet ipsum papam; igitur eundem debent effectum habere, le. de quibus, ff., de legibus (100).

Et ideo uidetur quod papa sine causa etiam paganis, siue concedendo generalem legem siue priuilegiando, non possit mandare bellum inferri et eis bona propria auferri; et de hoc uidetur textus in c. i., de natura feudi (101), ubi etiam princeps subdito non potest auferre dominium rei proprie, etiam quam ipse concessit, sine causa. Non obuiat si quis diceret quod licet dominia sint de iure gentium, tamen si dominia que paganj

(95) INNOCENTII IV In V libros Decretalium commentaria, lib. V, Rubrica XL, De verborum significatione, cap. XXIII, p. 676.

(96) BARTOLUS A SAXOFERRATO, In primam Digesti Veteris partem commentaria, Prima constitutio, à parola Omnem, fl. 4.

(97) Digesta, lib. XLII, tit. 5, De rebus auctoritate iudicis possidendis seu vendendis, le. 37; ed. MOMMSEN, Corpus Iuris Civilis, I, p. 675. Nas edições antigas: lib. XLII, tit. 6, De priuilegiis creditorum, le. 21; ed. Lugdun, 1558, p. 411; BARTOLUS A SAXOFERRATO, In primam Digesti Novi partem, lib. XLII, tit. 6, De priuilegiis creditorum, le. 21, fl. 128.

(98) Decretum Gratiani, I pars, dist. IV, ca. 2; ed. FRIEDBERG, Corpus Iuris Canonici, I, col. 5.

(99) S. AUGUSTINUS, De libero arbitrio, lib. I, cap. 15; MIGNE, Patrologia Latina, t. 32, col. 1238.

(100) Digesta, lib. I, tit. 3, De legibus senatusque consultis et longa consuetudine, le. 32; ed. MOMMSEN, Corpus Iuris Civilis, I, p. 6.

(101) Consuetudines Feudorum, lib. I, tit. 7, De natura feudi, c. 1; ed. Lugdun, 1546, p. 6 b.

habent, princeps uellet trasferre forte in christianos, hoc possit, quia hoc non est tollere dominium quod ipsum de iure naturalj gentium est, sed alterj aplicarj, que applicatio dominij tibi aut illi non uidetur de iure gentium, ymo plerumque fit de iure ciuili, le. traditionibus, C., de pactis (102), quia ius gentium non se determinat ad acquisitionem in certa persona et ideo ius ciuile facit quod usucapione uel prescriptione interdum dominium in alium trasferatur, dicta le. traditionibus, C., de pactis, quia ista sunt maledicta, quia et acquisitiones dominiorum singularibus personis de iure gentium est, iuxta illud Deuteronomi, cap. xij. (103): «Quamcunque terram calcauerit pes tuus», etc. et le. ij., ff., de acquirendo dominio (104); et hoc uoluit textus in lege ex hoc iure, ff., de iustitia et iure (105), dum dicit quod iure gentium dominia sunt distincta, quod etiam non poterat, nisi per applicationem ad singulares personas; vnde notandum est quod dominium in se est de iure gentium, loquendo de secularj dominio, quod ipsum fuit inuentum, ut supra dixj, post peccatum primi parentis, et istud papa non posset in totum tollere, quia non potest immutare in totum ius gentium, quod est commune fere omnibus gentibus, ut prima dyst., cap. ius naturale (106) et cap. ius gentium (107), et ideo non posset lege generalj introducere ut omnes possiderent bona communia, licet in aliquibus ex causa, sic ut in monacis uolentibus sponte sic uiuere pro uita meliorj contemplatiua. Item est ipsius dominij applicatio ad certam personam et hoc similiter sine causa auferri non potest, cum ista apud singulares sint de iure gentium, et ideo bene dicit glossa in cap. i., x. dyst. (108) quod papa bona ecclesiarum sine causa alienare non potest nec de iure unius ecclesie dare alterj; sic in proposito etiam ut christianis tribueret, non uidetur papa posse auferre bona a paganis et dare christianis sine causa nec ceteris mandare indicj bellum sine causa, quin possint se et sua bona tuerj et defendere proprias terras et proprias et proximorum libertates.

Et ex istis fere omnia dubia uidentur decisa. Et primum quod pro tali bello iniusto talis princeps non possit populos anghariare uel collec-

(102) *Codex Iustinianus*, lib. II, tit. 3, *De pactis*, le. 20; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Ciuilis*, I, p. 94.

(103) Deut. 11, 24. O texto traz cap. XIII.

(104) *Digesta*, lib. XLI, tit. 1, *De acquirendo rerum dominio*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Ciuilis*, I, p. 644.

(105) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Ciuilis*, I, p. 1.

(106) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 2.

(107) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 3.

(108) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. X, ca. 1; ed. *Decretum Gratiani emendatum et notationibus illustratum una cum glossis*, Romae, 1584, p. 28 b.

tare, quia esset sine legitima causa, ymo uidetur in legitima eis eorum bona auferre, quod non uidetur licitum per predicta et minus possit eos cogere bellare in tali bello iniusto, etiam si papa mandaret. Nam quando preceptum superioris est iniustum, etiam pape, et non habens legitimam causam, tunc illi quibus fit, iuste possunt aduersum illud resilire, quia si aliter facerent contra legem diuinam, peccarent mortaliter, et sicut iubentj pape me peccare, non debeo ipsi parere, xj., quest. iij., cap. Julianus (109) et cap. qui resistit (110), et de restitutione spoliatorum, cap. literas (111) et ibi glossa (112), ita ipsi sine causa minus legitima, etiam legem condemntj, mandantj uel dispensantj parere non debeo. Vnde si mandaret quod sine causa occidam vel spoliem suis bonis paganum, non debeo facere, ymo potius omnem excommunicationem patj atque iacturam. Quinimo quod plus est, quando esset dubium an causa esset legitima, licet esset parendum superiorj, si conscientia vinci posset, xxij., quest. i., cap. quid culpatur (113), tamen si illorum quibus fit preceptum conscientia vinci non potest, quia arbitratur contra ius naturale uel gentium esse quod demandatur a papa uel alio superiore, tunc nullo modo tales parere debent, ita notant canoniste in cap. ad aures, de temporibus ordinationum (114), sed potius Deo celestj parendum est, de restitutione spoliatorum, cap. literas (115), et potius proprias debent sectarj conscientias, ut in cap. inquisitionj, de sententia excommunicationis (116) notatur, eodem titulo, cap. a nobis, el secundo (117), et in cap. per tuas, de simonia, el secundo (118). Caueat etiam sibi papa et isti superiores in hijs casibus,

---

(109) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 94; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 669.

(110) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 97; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 670.

(111) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 13, *De restitutione spoliatorum*, cap. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 286-288.

(112) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 13, *De restitutione spoliatorum*, cap. 13; *Decretales Gregorii IX suae integritati una cum glossis restitutae*, Romae, 1584, p. 444.

(113) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. I, ca. 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892-893.

(114) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 11, *De temporibus ordinationum et qualitate ordinandorum*, cap. 5. Cf. JOANNES ANDREAE, *In primum Decretalium librum commentaria*, Rubrica *De temporibus...*, cap. V, fl. 156 v.

(115) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 13, *De restitutione spoliatorum*, cap. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 286-288.

(116) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 39, *De sententia excommunicationis*, cap. 44; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 908.

(117) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 39, *De sententia excommunicationis*, cap. 28; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 899.

(118) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 3, *De simonia*, cap. 35; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 763-764.

quia si sine causa mandarent contra iura diuina predicta, ita quod peccata fierent predicta, quanto magis presunt tanto durius iudicabuntur et hoc in foro conscientie; jñ foro contentioso facta pape uel istorum superiorum non possunt iudicari, nisi sint contra fidem, quo casu, sicut concilium est iudex pape, xv. dist., cap. sicut (119), et xl. dist., si papa (120), et xviii. dist., Anastaxius (121), ita populi possent iudicare et insurgere contra proprium principem loquendo quando suprascripto (?) modo esset contra fidem, ita quod saperet eresim, quia contra articulos fidei, et idem si princeps omnino se uerteret in tyrannum, per legem ij., § dominorum (sic), ff., de origine iuris (122), sed hoc non prosequor amplius quia alias latius dixi (123).

Ex quibus concluditur quod hijs casibus non possit eos colletare nec cogere bellare cum stipendio aut sine, etiam si mandatum pape interueniret, et quod si homicidia interueniant, in foro nedum penitentiali sed etiam contentioso sit abnoxius. Et quod bellum, nulla causa subsistente, [non] potest contra tales infideles moueri.

Sed licet hec in certo casu uerissima sint, tamen multj sunt alij casus in quibus licite talis rex bella potest predictis paganis indicere, quos presentibus anectamus ut ueritatj locus sit. Et quidem si ipsi christianos impugnant, non est dubium quod licite ipsis bellum mouetur, ut est textus xxlij. dyst. (sic), cap. dispar (124), quia tunc si molestant ipsum regem uel eius subditos, licite ipsis resistitur, dicta le. vt uim (125) et iuribus supra allegatis, et possunt tunc bonis et iurisdictionibus spoliari et acquiruntur ipsis occupantibus. Nam in iuribus querendis ex guerris siue prelijs, [utrum] initium iustum an iniustum sit spectari oportet, non quod exinde sequitur; argum. le. si quis initium, § illud quoque, ff., quod quisque iuris (126); faciunt notata in dicta lege i., § cum arietes, ff., si quadrupes

---

(119) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XV, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 35-36.

(120) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XL, ca. 6; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 146.

(121) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XIX, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 64.

(122) *Digesta*, lib. I, tit. 2. *De origine iuris et omnium magistratum et successionem prudentium*, le. 2. Não conseguimos encontrar este §.

(123) António de Rosellis escreveu várias obras. Cf. SCHULTE, *Die Geschichte der Quellen und Literatur des Canonischen Rechts*, II, p. 303-305.

(124) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955. O texto indica erroneamente a dist. XXIII.

(125) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(126) *Digesta*, lib. II, tit. 2, *Quod quisque iuris in alterum statuerit ut ipse eodem iure utatur*, le. 3, § 6; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 19.

pauperiem fecisse dicatur (127). Vnde qui bello iniuste causam prebet, etiam si demum defendendo quid raperet uel aduersarium cum quo preliatur spoliaret, iniuste facere diceretur, quia non licet propulsare legitimum aggressorem, C., de hijs qui ad ecclesias confugiunt, le. si seruus (128). Et hec est ratio quare non licet iudicij resistere, ymo debet se ultro dammandus ad mortem offerre iudicij, ut notat glossa, de re iudicata, Clementi., pastoralis (129). Et subtrahens se a talj iudicio pechat; quandocunque ergo iusta est ofensio, ex parte ofensi est iniusta defensio, iuxta notata per glossam (130) et doctores in dicta lege ut uim, de iustitia et iure (131). Et quj habet initium iusti belli tute potest occidere et spoliare, ut notatur in cap. sinit, de iureiurando, per Innocentium (132). Et secundum Deum et in foro conscientie est licita ocisio et spoliatio, ut notatur in cap. de homicidio, in clementinis (133). Nec tunc ad restitutionem tenetur aduersario, ut le. si quis ad se feudum, C., ad legem Iuliam de vi (134), secundum unam lecturam. Nam secundum philosophi sententiam, non incipit quj ira aliquid facit, sed qui ad iram prouocat, le. in tribus, ff., de iudiciis (135).

Et ideo si iste rex uel baro mouet bellum ut se et suos subditos teneat, iuste facit, etiam sine alicuius auctoritate, quia sufficit quod faciat iure naturalj permittente sibi tuitionem propriam et suorum subditorum. Quinimo ad defensionem omnium christianorum et rerum ipsorum. Nam quilibet potest auxiliari iniuste oppresso in persona uel rebus, ut est textus in lege si quis in seruitute, ff., de furtis (136), et ibi per Bartolum notatur in lege culpa caret, ff., de regulis iuris (137). Nam quicquid semiat Jaco-

(127) *Digesta*, lib. IX, tit. 1, *Si quadrupes pauperiem fecisse dicatur*, le. 1, § 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 124.

(128) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 12, *De his qui ad ecclesias confugiunt, vel ibi exclamatione*, le. 4; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 66.

(129) *Clementinae*, lib. II, tit. 11, *De sententia et re iudicata*, cap. 2; Lugduni, 1550, fl. 75.

(130) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. Lugduni, 1548, p. 9 b.

(131) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(132) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XXIV, *De iureiurando*, cap. XXIX, p. 347.

(133) *Clementinae*, lib. V, tit. 4, *De homicidio voluntario vel casuali*, cap. unico; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1184.

(134) *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 12, *Ad legem Iuliam de vi publica seu privata*, le. 7; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 377.

(135) *Digesta*, lib. V, tit. 1, *De iudiciis: ubi quisque agere vel conveniri debeat*, le. 13; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 74.

(136) *Digesta*, lib. XLVII, tit. 2, *De furtis*, le. 7; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 764.

(137) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In secundam Digesti Novi partem*, lib. L, tit. 17, *De regulis iuris*, le. 51, fl. 238.

bus de Butrigarijs (138) et nonnulli doctores in lege ut vim, ff., de iustitia et iure (139), credo quod omnis christianus possit auxiliarj alterj christiano ofenso. Nam si possum aliquem tuerj ne spoliatur suis rebus, fortius ne inquietetur in personam, presertim cum infideles inquietant christianos, quia faciunt iniuriam reipublice christiane. Nam uidentur facere in contumeliam Creatoris; igitur quilibet de populo christiano potest talem iniuriam propulsare, etiam ofenso contradicente, et etiam christianum inimicum capitalem posset tunc quilibet licite defendere; facit lex sed et partus, § i., ff., quod metus causa (140).

Ex quibus duo casus iam indubitatj concluduntur: quod potest baro iste uel princeps indicare paganis bellum pro defensione propria uel suorum subditorum. Secundo pro defensione chiuscunque christianj qui ab ipsis paganis inquietaretur indebite.

Tertius est casus etiam in quo ipsis existentibus etiam nunc cum quibuscunque christianis pacificis, ipsis licite bellum inferrij potest, si uerisimile est quod ipsi oportunitate captata christianos inuadent, ita quod timeri possit quod eos persequentur uel Ecclesiam, tunc iuste eis potest mouerj bellum. Nam illa bella sine uolentia geruntur que mouentur «ut ad pietatem uictos uincendo perducas et ut ad pietatem iustitieque societatem uictis facilius consulatur», xxij., quest. i., cap. paratus (141). Vnde bellare licet ut ad pacis gloriam uictos uincendo perducas, xxij., quest. i., cap. noli (142). Cum pax sit uinchulum caritatis, de iudicijs, cap. nouit (143). Et hoc est quod inquit filosofus (144): Non bellamus ut bellemus, sed ut pacem habeamus, quasi uelit quod pacis quiete bellare licet. Sed quod paganj bella contra nos moueant, cum poterunt, est satis uerisimile et quod cum oportunitatem habent christianos impugnabunt. Nam dicit magister Scolastice Ystorie in capitulo de fuga agnj (sic) (145), quod illud

(138) Cf. BALDI VBALDI PERUSINI *In primam Digesti Veteris partem commentaria*, lib. I, Rubrica *De iustitia et iure*, le. 3, ff. 9 vb.

(139) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3. Cf. nota precedente.

(140) *Digesta*, lib. IV, tit. 2, *Quod metus causa gestum erit*, le. 12, § 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 51.

(141) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. 1, ca. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 891. Segundo esta edição: «...ad pietatis iustitiaeque societatem».

(142) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. 1, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892.

(143) *Decretales Gregorij IX*, lib. II, tit. 1, *De iudicijs*, cap. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 242-244.

(144) ARISTOTELES, *Ethica Nicomachea*, lib. X, cap. VII; ed. FIRMIN DIDOT, II, p. 124.

(145) PETRUS COMESTOR, *Historia Scholastica*, *Historia libri Genesis*, cap. 49, *De fuga Agar et ortu Ismaelis*; MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 198,

[quod] scribitur Genesj xvj. cap. (146) de patre ipsorum paganorum Ismaele, a quo ipsi paganj descenderunt, ut notatur extra, de judeis, cap. et si iudeos (147): «manus eius contra omnes et manus eorum contra eum et in regione fratrum suorum figet temptoria», uerificatur in saracenis quj de genere Ismaelis descendunt. Nam ipsi pugnant contra omnes et omnes pugnant contra eos et ideo, licet nunc forte sint pacificj, quia uident forsitan nocere non posse, si tamen uerisimiliter timetur quod in futurum pacem uiolabunt, non est ipsis indulgendum, dicto cap. noli, xxiiij (sic), quest. i. (148), in fyne. Et isto etiam tertio casu iuste eis bellum infertur.

Quarto etiam casu credo quod iuste potest inferri bellum paganis, quando possident bona que fuerunt condamnata christianorum. Nam tallis occupatio, uolencia primo comissa, actum habet successuum uiolentie et continuum, quia in retentione uiolenta continuo exercetur uitium uiolentie, ut sentit Innocentius, de iudiciis, capitulo nouit, in glossa magna, circa medium (149), et probat le. si quis diuturno, ff., de peni. (150), et le. i. in fyne, ff., de usufructu acrescendo (151), et le. uis maior (sic) et quod ibi notatur, C., de probationibus (152), notat glossa in capitulo i., in finalj glossa, quod metus causa, ibi quia uiuente uiro, metus durare intelligitur (153), unde quandocumque uel quis in pristinam se uendicat libertatem uel quis auxilium prebet ut in pristinam libertatem illi reuertantur, iuste fit, nec aliqua pena incurritur, ut notatur per aliquos in dicta lege

col. 1096. O texto, nesta passagem, cópia quase à letra de Oldrado de Ponte (Consil. LXXXII, fl. 32 vb), traz erroneamente, bem como em Oldrado, *De fuga agni*.

(146) Gen. 16, 12.

(147) *Decretales Gregorij IX*, lib. V, tit. 6, *De iudeis, Sarracenis et eorum servis*, cap. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 775-776.

(148) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. I, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892. O texto traz Causa XXIV.

(149) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica I, *De iudiciis*, cap. XIII, p. 233.

(150) Não encontramos lei que principie pelas palavras *Si quis diuturno*, pertencente a este título. Encontramos apenas tal lei em *Digesta*, lib. VIII, tit. 5, *Si seruus vindicetur uel ad alium pertinere negetur*, le. 10; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 121.

(151) *Digesta*, lib. VII, tit. 2, *De usu fructu acrescendo*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 103.

(152) *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 19, *De probationibus*, le. 15; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 157. Segundo as edições: *Vis eius*.

(153) *Decretales Gregorij IX*, lib. I, tit. 40, *De hiis quae vi metusue causa fiunt*, cap. 1; ed. *Decretales Gregorij papae IX suae integritati una cum glossis restitutae*, Romae, 1584, fl. 342 v. — Tanto nas Decretais como no *Codex Iustinianus* aparece também o título *Quod metus causa*.



uis eius, C., de probationibus (154), et Bartolum in lege i., § interdictum, ff., uti possidetis (155). Vnde concludo quod et pro rechuperandis rebus que olim fuerunt christianorum licite paganis bellum infertur, cum in ipsis aduc continuare uolentiam uideantur. Et hoc sine alterius alicuius superioris autoritate, cum semper, ut supra dixi, uolentie que infertur christianis patrocinium quis licite impartiri possit, ut supra dixi. Et hoc etiam uoluit Innocentius in dicto capitulo quod super hijs, de uoto (156), quod ubi bona fuerunt aliquando christianorum iudicio belli licita sit et fuerit.

Quintus casus quando bona nunquam fuerunt christianorum, utrum liceat eis bellum indicare, tunc Innocentius qui fuit lumen iuris et melius ceteris intellisit, uidetur dicere quod nec pape nec alicuij licet eis bellum indicare sine causa, per iura supradicta, quia dominia et acquisitiones iurisdictionum fuerunt de iure gentium et ipsis gentilibus et paganis iure gentium acquisita. Vnde ab ipsis sine causa suffragari non possunt. Cum causa autem, sit ut puta uult papa Terram Sanctam, in qua Christus martirizatus extitit, et illam suo sanctissimo sanguine rubicauit et ibidem est sanctissimum eius sepulchrum; ne igitur profanetur a saracenis, ut fides catholica augmentetur, in qua est tante fidei augmentum propter Dominj sepulchrum et sanctam Terram predictam; et tunc potest papa mandare quod illa terra uendicetur in dominio christianorum. Et si opus est, bellum indicatur pro ea rechuperanda. Simile uidemus quod ex causa iusta princeps aufert dominium aliene rei, ut pro dando stipendium militibus uel pro extruendo opere aliquo sacro uel publico necessario, argum. le. Lutius, ff., de euictionibus (157), et le. uenditor, § si constat, [ff], communia prediorum (158), et supra dixi quod cum causa potest dominium rei aliene auferre.

Similiter est notandum quod quamuis gentiles et pagani non sint de ouili Ecclesie, ipsi tamen sunt de ouibus Christi per creationem, ut cap. quod super hijs, de uoto, notat Innocentius (159); omnia enim subiecta fuerunt Christo, oues et boues et uniuersa pecora campi, ut habetur in

(154) *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 19, *De probationibus*, le. 15. Cf. BALDI VBALDI PERUSINI *In Quartum et Quintum Codicis libros commentaria*, lib. IV, le. 15, fl. 40 v.

(155) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Digesti Novi partem*, lib. XLIII, tit. 16, *Ut possidetis*, fl. 140 b-140 vb.

(156) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VII, p. 514.

(157) *Digesta*, lib. XXI, tit. 2, *De euictionibus et duple stipulatione*, le. 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 279.

(158) *Digesta*, lib. VIII, tit. 4, *Communia praediorum tam urbanorum quam rusticorum*, le. 13, § 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 119.

(159) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

psalmo (160). Et ideo dicit glossa quod omnia dixit, quia nec celestia nec terestria dimixit, xviii. dyst., cap. si romanorum (161). Et per oues intellexit christianos, quorum ipse Saluator se dixit esse pastorem, dicens: «Ego sum pastor bonus, pastor animam ponit pro ouibus suis», Mathej (*sic*) cap. x. (162) et xxij., quest. iij., cap. inter (*sic*) personas (163); istas oues commisit Petro pascendas et successoribus tuendas et ampliandas et monendas, viij., quest. i., in scripturis (164); per boues autem et pecoras (*sic*) intelligimus saracenos quj tanquam bestie ratione carentes, spreto Deo uero, idola colunt. Modo etsi ad pascendum Petro isti a Christo non sunt commendatj, sunt tamen sub pedibus Petrj subiecti quoad dominium diuinum et potestatem, iuxta illud quod de Abram legitur, qui dixit vxorj sue Sare conquerentj de illa maledicta muliere amcilla que Saram ipsam contemnebat: «Ecce, inquit, ancilla in manu tua, utere ea», Genesis xvi. capitulo (165). Sed per Saram significatur sancta mater Ecclesia et per Agar amcillam significatur illa amcilla maledicta, in qua secta Macometj, que ab ea traxit originem, significatur, ex qua ista improba secta Macometj originem ducit, xxij., quæst. iij., cap. quando (166) et cap. si ecclesia (167). Et ideo sancta Ecclesia, que per Saram, ut dixi, figuratur, iurisdictionem habet in hanc amcillam et sectam paganorum, non quidem eos ad fidem conpellendo sed exortando; et ideo debent admictere nostros predicatorum ad predicandum uerbum Dej, quia ex hoc non conpelluntur, sed exortantur. Et si non faciant, potest contra ipsos brachium seculare implorari et tunc indicj bellum; idem quando contra eorum leges errarent, quia puniri debent a papa et in executione contra eos de mandato pape posset indicj bellum seculare; hoc casu non liceret alijs principibus nisi mandante papa.

(160) Ps. 8, 8.

(161) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XIX, ca. 1. O texto parece ler *Si romana*, mas não encontramos em todo o Decreto de Graciano algum cânone com as palavras *Si romana*. Existe, sim, o *Si Romanorum*.

(162) Jo., 10, 11. O texto traz erroneamente *Mathej*.

(163) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quæst. IV, ca. 12; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 902. O texto lê erroneamente *inter*, quando devia ser, segundo as edições, *tres personas*.

(164) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VIII, quæst. I, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 592-593. Segundo esta edição, o cânone seria *in scriptis*, mas, segundo outras mais antigas, seria *in scripturis*, como traz o texto.

(165) Gen. 16, 6.

(166) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quæst. IV, ca. 39; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 919-920.

(167) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quæst. IV, ca. 42, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 922-923. Quase todo este parágrafo é resumo mais ou menos literal de parte do *Cons. LXXII* de Oldrado de Ponte.

Quidam tamen, ut Ostyensis (168) et Oldradus (169), uidentur semisse quod ipsi gentiles et paganj post Christum non habuerunt nec habent dominium seu iurisdictiones seculares, quia ille traslate fuerunt in Christum, qui factus fuit heres uniuersorum et per quem Deus formauit secula; fuit enim dominium Christi «a marj usque ad mare et a phlumine usque ad fines orbis terrarum» (170). Et hoc dominium fuit et est in christianos translatum, quia «regnum de gente in gentem propter iniustitiam transfer-tur», xxij., quest. finali, capitulo si de rebus (171). Et ex hoc uidetur secundum eos posse inferrj quod ad rechuperationem istorum iurium aduc hodie agi possit et propter ista bellum indicj contra ipsos paganos, tanquam rerum christianorum uiolentos possessores, secundum illa que supra dixj, quando queruntur recuperarj bona a paganis posessa, de quibus supra dixi.

Sed ego non credo quod isti uerum dicant et nimium querunt iura pape ampliare. Nam illud Christi dominium non fuit hoc dominium seculare et ciuile, de quo nunc agimus, sed fuit dominium naturale, quod datur iustis ratione ipsorum iustitie et innocentie, quia dominia ista sunt iustorum et per consequens hoc dominium fuit ipsius Christi, aliorum iustissimj et innocentissimj, sed seculare dominium hoc non habuit rex omnium, quia secundum hoc habuisset etiam dominium aliorum iustorum, quod non est uerum, quia fuissent plures dominj in solidum contra legem finalem, § si duobus ueiculum, ff., comodati (172). Jtem non habuit alia dominia infidelium secularia. Et ideo mulierj (sic) querentj iudicium de diuisione hereditatis, dixit mulierj: «quis constituit me iudicem super uos», etc. (173). Et alibi dixit: «vulpes foueas habent et uolucres celj nidum, Filius autem hominis non habet unde caput reclinet» (174), vt articulum hunc latius in alijs meis operibus (175) prosequutus. Ex quibus concluditur quod secularia dominia et iurisdictiones seculares gentilibus iure gentium acquisitas non perdidit Christi aduentu, sed hodie habent et ideo in ipsis sine causa

(168) HENRICUS DE SEGUSIO, *In tertium Decretalium librum commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 128-128 v.

(169) OLDRADUS DE PONTE, *Consilia seu responsa et quaestiones aureae*, Cons. LXXII, fl. 32 vb-33 b.

(170) Ps. 71, 8.

(171) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VII, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 951. Não se trata, pois, da questão final, que é a oitava, mas sim da sétima.

(172) *Digesta*, lib. XIII, tit. 6, *Comodati vel contra*, l. 5, § 15; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 180. Não se trata, portanto, segundo esta edição, de lei final.

(173) Luc. 12, 14. Aqui, porém, fala-se de um homem e não de mulher alguma.

(174) Mat., 8, 20.

(175) Sobre as obras de Antônio de Rosellis, cf. SCHULTE, *Die Geschichte der Quellen und Literatur des Canonischen Rechts*, II, p. 303-305.

inquietarj non debent, ut dixi supra in primis confirmationibus, licet bene in casibus alijs secundo loco dictis possint inquietarj; et sic est uerior sententia Ynocentii (176) quam Ostyensis (177) et Oldradi (178), quj aliter dixerunt.

Credo insuper quod si papa uellet quod ipsi admicerent sacrificantes nostra sacrificia in eorum territorijs et ipsi renuerent, quod posset eis pape autoritate indicj bellum. Ratio quia spoliauerunt hijs iuribus Ecclesiam, quia nullus est locus, in quo Christi nomen non fuerit laudatum et cognitum, iuxta illud quod de apostolis legitur: «in omnem terram exiuit sonus eorum», xviii. dyst., cap. ita Dominus (179). Et ipse Saluator dixit alias discipulis suis: «Eritis michi testes in omnj Judea et Samaria usque ad ultimum terre», xl. dyst. (*sic*) existima[n]t (180) et xxi. dyst., in nouo (181), quia dictum est de Christo quod «omnes reges adorabunt eum», xviii. (*sic*), quest. iij., displicet (182). Et ipse Cristus ipsis precepit ut predicarent euangelium omnj creature; vnde si non permitterent sacrificia, spoliarent Ecclesiam siue continuarent spoliū iam initiatum, et iuste posset bellum indicj; et hijs casibus pape autoritate, non aliter.

Nunc liquet quando est cum paganis iustum bellum siue propria auctoritate siue pape autoritate. Et ex predictis patet responsio ad dubia. Et primum quando dixj quod bellum erat uel est iustum, tunc nulli dubium quod populj et subditj possunt colletis honerarj, quia pro necessitatibus ciuitatis uel regnj ipsi ciues possent collectas imponere, ff., quod cuiuscunque uniuersitatis nomine, le. i., § penultima (183), et le. omnes, C., de operibus publicis (184), et de immunitate nemini concedenda, le. finali (185).

---

(176) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(177) HENRICUS DE SEGUSIO, *In tertium Decretalium librum commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 128 ss.

(178) OLDRADUS DE PONTE, *Consilia*, Cons. LXXII, fl. 32vb-33b.

(179) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XIX, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 62.

(180) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 84; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 666. O texto indica errôneamente a dist. XL.

(181) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XXI, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 69-70.

(182) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 38; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 917-919. O texto indica errôneamente a Causa XIX, quaest. IV.

(183) *Digesta*, lib. III, tit. 4, *Quod cuiuscunque universitatis nomine vel contra eam agatur*, le. 1, § 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 43.

(184) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 11, *De operibus publicis*, le. 12; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 339.

(185) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 25, *De immunitate nemini concedenda*, le. 2; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 406.

Et idem quando imponitur propter publicam aliam utilitatem, quia tunc non potest imponi nisi a principe, ut le. placet, C., de excusationibus munerum (186), et le. i., C., de superindicto (187), notat Bartolus in lege i., C., de mulieribus, in quo loco (188). Et ideo iste princeps potest, qui superiorem non recognoscit, sed est ipse loco principis, ut notat Ynocentius, de verborum significatione, cap. ex parte (189). Ex consuetudine etiam, de quibus non extat memoria, ponunt isti reges manus ad illa que sunt assolli principi reservata, ut in cap. super quibusdam, de verborum significatione (190), licet aliqui legiste aliter dixerint in lege vectigalia, C., noua uectigalia (191).

Similiter ad secundum clara est responsio quod possunt cogi habiles bellare, ymo tenentur, quia cuius est pars ciuitatis, secundum filosofum, sed pars debet se exponere pro salute totius, quia secundum filosofum, primo ethicorum (192), bonum commune est preferendum bono particulari, et sic ipse cuius, pars ciuitatis, se debet exponere pro toto, tanquam minus bonum pro meliori, ymo licet patrem et filios pro patria occidere, le. minime, ff., de religiosis (193), quia publica utilitas est preferenda priuate, le. actione, ff., pro socio (194), le. actione, § Labeo (195), de postulatione prelatorum, cap. bone, el primo (196), maxime quia nascitur magis quis patrie quam parentibus, ff., de uentre in possessionem mittendo, le. i., § generaliter (197) et le. postliminium, § filius, ff., de capti-

(186) *Codez Iustinianus*, lib. X, tit. 48, *De excusationibus munerum*, le. 8; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 420.

(187) *Codez Iustinianus*, lib. X, tit. 18, *De superindicto*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 403.

(188) *Codez Iustinianus*, lib. X, tit. 64, *De mulieribus in quo loco munera seculi congruentia et honores agnoscant*, le. 1: BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In tres Codicis libros*, lib. X, Rubrica *De mulieribus et in quo loco*, fl. 25 b.

(189) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. V, Rubrica XL, *De verborum significatione*, cap. XXIII, p. 676.

(190) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 40, *De verborum significatione*, cap. 26; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 923.

(191) *Codez Iustinianus*, lib. IV, tit. 62, *Vectigalia noua institui non posse*, le. 2; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 187.

(192) ARISTOTELES, *Ethica*, lib. I, cap. II; *Opera Omnia*, vol. II, p. 1 ss.

(193) *Digesta*, lib. XI, tit. 7, *De religiosis et sumptibus funerum et ut funus ducere liceat*, le. 35; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 157.

(194) *Digesta*, lib. XVII, tit. 2, *Pro socio*, le. 65; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 227.

(195) *Digesta*, lib. XVII, tit. 2, *Pro socio*, le. 65, § 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 227.

(196) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 5, *De postulatione prelatorum*, cap. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 44-45.

(197) *Digesta*, lib. XXXVII, tit. 9, *De ventre in possessionem mittendo et curatore eius*, le. 1, § 15; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 556.

uis(198), notatur xlv dyst., capitulo [cum] beatus(199). Vnde non dubito quod possunt abiles ad bellum cogi ad bellandum personaliter cum proprio stipendio debito. Sine stipendio autem credo quod non sint cogemdy, le. stipendia, C., de executione rei iudicate (200), quia nemo compellendus est proprijs stipendijs militare, de prescriptionibus, cap. cum ex offitij (201) et presertim si non posset aliter militare, le. impossibile, ff., de regulis iuris (202).

Alijs patet responsio ex dictis supra, quia constat quando papa potest indicere bellum et quando ipse princeps propria autoritate. Et quod ubi bellum est licitum non obligatur etiam in foro conscientie de homicidio, quando faceret illa fieri amore iustitie, non ex animi rancore, dicto § hic notandum, xxij., quest. v. (203).

Laus Deo.

Est ita ut supra scriptum est, dicto iuris esse ego Antonius, olim domini Roselli de Royzellis, iuris utriusque doctor et sacri consistorij auoatus legensque in ciuitate Bononie in romana curia ordinarie ius kanonicum de mane; ideo me suscripsi et sigillo meo consueto signauj.

*Selo de chapa.*

# 142

29 OUTUBRO 1436

*Letras Pijis et honestis, do papa Eugénio IV, dirigidas a Fr. Francisco, bispo de Rubicão, a confirmar em seu favor as graças concedidas a D. Fernando, bispo da mesma diocese, pelas quais podia receber determinadas quantias para navio destinado à evangelização das Canárias e para as obras da catedral, absolver*

(198) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captiuis et de postliminio et redemptis ab hostibus*, le. 19, § 7; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 835.

(199) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XLV, ca. 8.

(200) *Codex Iustinianus*, lib. VII, tit. 53, *De executione rei iudicatas*, le. 4; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 318.

(201) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 26, *De praescriptionibus*, cap. 16; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 388-389.

(202) *Digesta*, lib. L, tit. 17, *De diversis regulis iuris antiqui*, le. 185; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 873.

(203) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, *dictum post ca. 49*; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 945-947. Segundo esta edição: *hinc notandum*.

*os fiéis das sobreditas ilhas de todos os pecados e delitos, ainda dos reservados à Santa Sé, e dispensar os fiéis da Biscaia do terceiro e quarto grau de consanguinidade, em caso de matrimónio (1).*

AV., Reg. Vat., vol. 374, fl. 141 v.

Eugenius, etc.

Venerabili fratri Francisco, episcopo Rubicensi, salutem, etc.

Pijs et honestis supplicum votis, illis potissime que catholice fidei ac diuini cultus augmentum necnon animarum salutem respiciunt, libenter annuimus eisque, quantum cum Deo possumus, fauorem apostolicum impartimur.

Sane pro parte tua nobis nuper exhibita peticio continebat quod, licet nos dudum bone memorie Fernando, tunc episcopo Rubicensi, et quem tunc ad insulas Canarias, pro animabus(2) incolarum et habitatorum in illis habitantium Deo lucrificandis et in fide Christi informandis, transmisi-mus, vt pium opus huiusmodi celerius effectum sortiretur, duo milia florenorum super incertis legatis, vsuris et vltimis voluntatibus defunctorum, in regnis Castelle et Aragonie, super mensa archiepiscopali Ispalensi mille florenorum auri de camera, necnon fructus, redditus et prouentus camere apostolice, a tempore quondam Petri de Luna, Benedicti xiiij in sua obediencia nuncupati, debitos, pro nauigio quodam (3) pro transfretacione (4) ac passagio ad insulas prefatas apto, cum nautis et marinarijs ad id sufficientibus et alijs neccessarijs, ordinando, necnon vt ipse Fernandus ecclesiam cathedralem erigere et in illa nonnullos canonicos instituere et creare, ac christifideles insularum predictarum ab omnibus peccatis et delictis suis, eciam in casibus apostolice sedi reseruatis, absoluere, necnon in prouincia Biscaye, cum personis tercio et quarto consanguinitatis gradibus coniunctis, vt matrimonialiter coniungi possent, dispensare posset, facul-

(1) É o franciscano Fr. Francisco de Moya, nomeado pelo papa Eugénio IV, em 10 de Novembro de 1434, para Vigário Geral dos Frades Menores das Canárias (Cfr. o nome DOC. 48), e pela bula *Apostolatus officium*, de 26 de Setembro de 1436, promovido no bispado de Rubião, do mesmo arquipélago (Cfr.: WADDINGUS, *Annales Minorum*, t. 10, n.º 56 e 96; EUBEL, *Hierarchia catholica mediæ ævi*, vol. 2, p. 226; e VIERA Y CLAVIJO, *Noticias de la Historia General de las Islas Canarias*, Madrid, 1783, liv. 18, p. 340).

(2) No ms. *animarum*.

(3) No ms. *quondam*.

(4) No ms. *transfertacione*.

tatem nonnullaque alia priuilegia et indulta concesserimus(5), prout in diuersis nostris superinde confectis licteris plenius continetur; tamen, ex eo quod, in maiori parte licterarum prefatarum, proprium nomen ipsius Fernandi expressum reperitur, dubitas illis vti ac in eis contentorum vlteriori execuconi intendere posse. Quare, pro parte tua, nobis fuit humiliter supplicatum vt tibi, super hijs, oportune prouidere, de benignitate apostolica, dignaremur.

Nos, itaque, huiusmodj supplicationibus inclinati, tibi, vt omnibus et singulis concessionibus, priuilegijs, gratijs et indultis, de quibus supra fecimus mencionem, sub quacunque verborum forma prefato Fernando quoquo modo concessis, vti et gaudere necnon licterarum ipsi Fernando concessarum et in eis contentorum totali execuconi intendere possis et valeas, executoresque omnia, ex illis ex licteris prefatis in quibus a nobis deputati sunt, contenta, ad omnem tui vel tui legitimi procuratoris requisicionem, exequantur ac si ille pro te, in persona tua, a nobis emanassent [atque] tu in ipsis nominatus extitisses, concedimus per presentes.

Nulli, ergo, etc.

Si quis, etc.

Datum Bononie, etc., M.ccccxxxv, quarto kalendas nouembris, pontificatus nostri anno sexto.

## 143

## 6 NOVEMBRO 1436

*Bula Romani pontificis, da Eugénio IV, a declarar nula a concessão que fizera a el-rei D. Duarte da conquista das ilhas Canárias ainda em posse de pagãos, na medida em que tal concessão prejudique os anteriores direitos de Castela, cujo monarca declarou que, por título antigo e por outras causas, ela pertence à sua coroa (1).*

AV., Arm. XXXI, vol. 54, fl. 747, em cópia de 1630, feita por F. Contelori, Prefeito dos Arquivos do Vaticano.

Publicada por DOMINGOS MAURICIO, *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1960, p. 92.

Revelada e comentada por DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, pp. 697 e 705, e também por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 42.

(5) No ms. *concesserimus*.

(1) Pela bula *Romanus pontifex*, de 15 de Setembro de 1436, o romano pontífice concedera ao monarca a conquista das ilhas deste arquipélago que não estivessem



Eugenius, etc.

Ad futuram rei memoriam.

Romani pontificis circumspectio, sicut piis supplicum votis, presertim his que propagationem concernunt nominis christiani libenter annuit, jta si ex concessis per eum suspicionis aut ambiguitatis emergerit, quo vel alicuius scandali aut remissioris dilationis materia inter christifideles, maxime sublimis personas, oriri timeatur, jllud propensiori studio aperit et declarat atque etiam, vbj et quando locorum (2) et temporum conditionem exigere conspiciat, vtiliter moderatur.

Pridem, ex parte charissimi in Christo filij nostri Eduardi, Portugalie et Algarbij regis jllustris, fuit nobis expositum quod, cum in mari occiduo sint jnsule quedam, jnsule Cannarie generali vocabulo nuncupate, quarum aliquas fideles jncolunt, nonnullae vero occupantur ab jnfidelibus et paganis, jpsae, zelo fidei accensus et cupiens clare memorie genitoris sui vestigia jmitari, aliquas ex jnsulis illis per paganos habitatas, missa illuc classe, sue ditionj subijcere jncepit ac circiter quadringentas personas ibi baptizari fecit; cumque, sicut asseruit, cuperet illud laudabile opus per jpsum jnceptum vterius prosegui ac perficere (3), nobis humiliter supplicauit vt prefatas jnsulas per jnfideles et paganos detentas ei in conquestam concedere ac certam prohibitionem, sub excommunicationis pena, ne quis jnsulis Cannarie bellum aut grauamen inferre auderet, per nos dudum factam, solum ad christianorum jnsulas se extendere declarare et alias sibi in premissis opportune prouidere dignemur (4).

Nos, vero, attendentes quod, sicut asserebatur, nullus in illo suo jncepto [opere] in aliquo reclamauit aut se verbo vel facto opposuit, neque aliquis christianus princeps eisdem jnsulis paganorum nullum jus adhuc se habere pretenderet, eius supplicantis laudabile propositum commendantes, prefatas Cannarie jnsulas, illis exceptis que per christianos possidebantur, auctoritate apostolica ac plenitudine potestatis desuper nobis tradite, concessimus in conquestam easque, postquam in suam ditionem redigere contigisset, sibi et suis successoribus subicimus, declarantes prohibitionem predictam tantummodo ad eas jnsulas que tunc temporis cultum christiane fidei sequebantur extendere voluisse, prout in nostris litteris super inde confectis plenius continetur.

Cum, autem, nobis nuper [constaret] quod carissimus in Christo filius noster Joannes, Castelle et Legionis rex jllustris, in prefatas jnsulas, tum

em posse de cristãos bem como a submissão das mesmas à coroa de Portugal (Cfr. o nosso DOC. 137).

(2) No ms. eorum.

(3) No ms. perficere.

(4) Alusão à súplica eduardina de Agosto anterior, o nosso DOC. 129.

ex antiquo corone sue titulo, tum etiam aliis causis, jus habere, ac ne quis, propter ipsius, de predictis insulis se intromittat sua maxime interesse pretendat; nos, considerantes propagationem christiani nominis ac catholice fidei exaltationem ita affectare debere ut que in ipsius sancte fidei titulo, Christo auctore, dudum fundata sunt et conservata, quacunque scandali aut suspicionis occasione semota, pacis et caritatis vinculo etiam illibata permaneant, auctoritate predicta, tenore presentium, declaramus per prefatas litteras nostras eidem Eduardo regi, ut premititur, concessas, juri prefato Joanni regi aut alteri cuicunque (5) quomodolibet competentis, ut etiam ex mente verborum nostre concessionis predictae satis elici potest, in aliquo [noluisse] derogari; sed conquestam duntaxat prefato Eduardo regi concedere et prohibitionem, ut premititur, tollere si et in quantum nemo alter, in prefatas insulas, sibi aliquid jus competere seu ne dictus Eduardus rex se de eis intromitteret quouis modo interesse pretenderet, ipsasque litteras et concessionem necnon quaecunque inde secuta in hac parte pro nullis et infectis haberi volumus, decernentes ex nunc irritum et inane quicquid in contrarium a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attemptari.

Nulli, ergo, nostre declarationis, voluntatis et constitutionis infringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Bononie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo trigesimo sexto, octavo idus nouembris, anno sexto.

## 144

[6 NOVEMBRO 1436 (?)]

*Letras Dudum cum ad nos, do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a observar-lhe que, ao reconhecer os seus pretensos direitos à conquista da África e de algumas das ilhas Canárias, não tivera intenção de prejudicar os de Castela às mesmas ilhas; e por isso lhe ordena que nada faça contra os direitos do rei de Castela e de Leão, que lhe representou pertencer-lhe a conquista da terra de África e das ditas ilhas (1).*

(5) No ms. *cuiuscunque*.

(1) Comentando o presente documento, DE WITTE escreveu: — «Il s'agit d'une lettre privée d'Eugène IV à dom Duarte. Le pape y fait part au souverain, non sans

AV., *Reg. Vat.*, vol. 359, fl. 157 v., — texto que se reproduz; BAV., *Chigi*, cód. D.VII. 101, fl. 115 v.

Publicadas: em RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, ad annum 1436, n.º 24; por JORDAO, *Bullarium patronatus*, t. 1, p. 19; por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portuguezes*, t. 1, pp. 351-52; e por DOMINGOS MAURICIO, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1960, p. 94, segundo o texto de *Chigi*.

Como já observou DE WITTE, o penúltimo autor citado reproduziu o documento de cópia autêntica de 1842, fornecida por Mário Marini, Prefeito dos Arquivos do Vaticano, «qui s'est permis d'ajouter au texte la suscription d'une bulle au nom de Martin V (!) et une date en style de bref (*die ultima julii anno sexto*) empruntée à tort à une lettre du f.º 155 v. L'original porte simplement: *Datum Bononie etc.* et son contenu démontre que le bref ne peut pas être antérieur au 6 novembre 1436» (*Les bulles*, art. 1, p. 705, nota 2).

[Eugenius etc.].

Carissimo, etc.

Dudum cum ad nos accessissent tue serenitatis oratores ac plura a nobis, ex tui parte, postulassent, nos, ad complacendum tue serenitati, erga quam maxima afficimur, tanquam ad deuotissimum filium, caritate, inter

---

délicatesse, du contenu de la bulle *Romani pontificis*, l'invite au nom de la paix à étudier avec soin ce document et à ne rien entreprendre qui soit contraire aux droits de la Castille. Eugène IV fait état dans cette lettre des plaintes réitérées du roi de Castille: *multum apud nos, per suos oratores et litteras, conquestus fuerit*. Le Dr. Alvarez de Paz, encouragé sans doute par son premier succès, dut continuer ses instances, car le 30 avril 1437, le pape donnait une nouvelle constitution: *Dominator Dominus* qui, toujours par souci de la paix, retouchait cette fois les termes de la bulle *Rex regum*, subordonnant les acquisitions territoriales des Portugais en Afrique aux droits éventuels du roi de Castille» (*Les bulles*, art. 1, pp. 705-06). E o autor cita uma carta de Eugénio IV, de Bolonha, sem data, em que diz a el-rei D. João II ser o seu embaixador Dr. Alvarez de Paz homem «qui magna cum diligentia facta tua prosequitur» (BAV., *Chigi*, cód. D.VII.101, fl. 102).

Realmente, há todos os visos de constituir o presente documento mera carta particular do romano pontífice a el-rei D. Duarte, passada possivelmente na mesma data da bula *Romani pontificis*, o nosso documento anterior, para que este fosse bem aceite pelo soberano de Portugal; por isso a datamos do mesmo dia, com interrogação. Esta carta respeita à prossecução pelos portugueses da conquista da Africa e das ilhas Canárias, uma e outra reclamadas pelo soberano de Castela contra o nosso país; pelo que devem ter ficado em suspenso as bulas *Rex regum* e *Romanus pontifex*, de 8 e 15 de Setembro anterior — os nossos DOCS. 133 e 137, situação confirmada pelas letras *Dominator Dominus*, de 30 de Abril de 1437 (Em D. MAURICIO, *Obra cit.*, p. 93); porém, em menos de um mês, devido certamente à diplomacia portuguesa, o papa Eugénio IV passava a el-rei D. Duarte a bula de cruzada *Preclaris tue devotionis*, de 25 de Maio do rectrocitado ano (*Ibi*, pp. 94-95).

cetera pro conseruatione et defensione loci de Cepta, quem recolende memorie genitor tuus de manibus perfidorum sarracenorum, in partibus Africe, manu armata, abstulerat, necnon pro recuperatione aliorum terrarum, castrorum et locorum ab ipsis infidelibus in eisdem partibus constitutorum, nostras certi tenoris litteras, que cruciate uulgariter nuncupantur, tibi concessimus. Et similiter tibi certas insulas Canarie, quas ab infidelibus possideri et in quibus nullum principem christianum ius habere aut pretendere asserebas, tibi, per alias nostras litteras, dedimus in conquestam, prout in ipsis litteris latius continetur (2).

Cum autem postmodum, carissimus in Christo filius noster Johannes, Castelle et Legionis rex illustris, intellectis prefatarum litterarum concessione et tenoribus, multum apud nos, per suos oratores et litteras, conquestus fuerit, assertus sibi magnum fieri preiudicium ex litteris prefatis et ex eis sequi iuris sui diminutionem, cum asserat terre Africe et insularum prefatarum conquestam ad se spectare; nos, nolentes ut, ex concessionibus huiusmodi, aliquod tanto regi preiudicium fiat, sicut neque etiam uellemus in aliquo preiudicare iuribus tuis, intendentes quoque nemini eripere ius sibi competens, nuper, per nostras litteras, declarauimus nostre intentionis fuisse et esse in nullo uelle preiudicare, per huiusmodi nostras concessiones, iuribus dicti regis, sed conquestam duntaxat tibi concedere et prohibitionem tolerare si et in quantum nemo alter, in prefatis insulis, sibi aliquod ius competere pretenderet (3).

Itaque, cum cupiamus obuiare omnibus scandalis, que ex hac causa oriri possent, ac prouidere ne aliquid innouetur quod pacem uestram posset in aliquo conturbare, exhortamur sublimitatem tuam ut, maturo consilio et prudenti deliberatione, examines diligenter litteras nostras, nihil attentans quod in prefati regis preiudicium aut iuris lesionem possit redundare neque aliquam causam des discordiis aut materiam excites futuri scandali alicuius.

Datum Bononie, etc.

---

(2) As letras em referência são as já referidas bulas *Rex regum e Romanus pontifex*.

(3) Alusão à bula *Romani pontificis*, — o documento anterior.

## 145

9 NOVEMBRO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, a aforar para sempre a Gonçalo de Pina, residente na cidade de Évora, adega térrea da mesma cidade, à torre da porta de Moura, por 25 soldos da moeda antiga (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 231 v.

Carta per que o dicto senhor deu de foro pera sempre a Gonçalo de Pina, morador em a cidade d'Euora, hũa adega terrea na dicta cidade, a torre da porta de Moura, que he de longa darredor xxx couodos, de que paga, em cada hũu anno, de foro, xxx soldos da moeda antijga, etc.

Em Lixboa, ix dias de nouenbro de mjl iiij<sup>o</sup> xxxbj annos.

## 146

22 NOVEMBRO 1436

*Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar Antão Eanes, tanoeiro de Lisboa, enquanto exercer o seu mister na Casa de Ceuta pelos preços a que se obrigou (1).*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 19, fl. 7, inserta na de confirmação da regência de 15 de Março de 1439.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 53. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 499, n.º 827.

---

(1) Deve tratar-se do Gonçalo de Pina que em 1425 era escudeiro do infante D. Henrique, posto neste resumo do documento nada se diga a tal respeito (Cfr. o DOC. 53 do nosso vol. 3, e os DOCS. 79 e 118 do presente volume).

(1) Antão Eanes, pessoa do infante D. Henrique ou não, devia estar-lhe subordinado, como um dos tanoeiros da Casa de Ceuta em Lisboa, onde se preparava a louça ou seja o vasilhame de madeira, então usado tanto em líquidos como em sólidos, para envio de mantimentos àquela praça africana, cujo provimento estava a cargo do Navegador desde 1416 (Cfr. o DOC. 116 do nosso vol. 2).

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta, etc., que porquanto hũa das prinçypaaes cousas que som necessaryas pera prouimento dos que estam em Çepta asy he louça pera lhes leuarem os mantimentos, pera que compre tonoeiros; hordenamos, por boo rregimento, de priuigliarmos çertos tonoeiros que contynoadamente estem e laurem a dita louça na casa de Çepta, que esta em esta çydade, contanto que estem e laurem por aquelles jornaes e solayros que ora he hordenado que os tonoeiros que em a dicta casa lauram ou ao diante for hordenado, per nos ou per os nossos veedores ou per outras pesoas a que esto pertencer.

E porquanto Antom Eannes, tonoeiro, morador em a dicta çydade, de seu talente, lhe prouue de laurar em a dicta casa de Çepta contynoadamente pellos preços ssuso dictos e sse obrigou a ello, per escriptura; e nos, por esto, querendolhe fazer graça e merçee, teemos por bem e priuigliamollo que daquy em diante, enquanto em a dicta casa laurar pollos sobre-dictos preços, nom vaa serujr a Çepta nem a outra nêhũa parte nem sseja pera ello costrangido, posto que seja beesteiro. E, sse per uentura ataa ora nom foy beesteiro, mandamos que daquy em diante nom seja costrangido pera ho sseer.

Esso meesmo queremos e mandamos que nom pousem com ell, em suas casas de morada, nem adegas e caualariças, nem lhe tomem rroupa de cama nem outra nemhũa cousa do seu contra sua vontade e que seja escusado de todollos outros encargos do conçelho. Outrossy lhe damos lugar e mandamos que possa trazer suas armas de noute e de dia, sem enbargo da hordenaçam que he em contrairo, a quall mandamos que sse nom entenda em ell, contanto que ell nom seja achado fazendo com ellas o que nom deue.

E porem mandamos a todollos corregedores e meyrinhos e juizes e justiças dos nossos rregnos e apousentadores e a quaaesquer outros offiçyaes que esto, per quallquer gujsa, ajam de veer, que compam e guardem e façam conprir e aguardar esta nossa carta pella gujsa que em ella he conteudo. E quallquer que o contrairo fezer, per quallquer gujsa que seja, mandamos a quallquer tabeliam que esta carta vir que o enpraze e lhe asyne tempo conujnhauel a que pareça perante nos, per pesoa, a dizer quall he a rrazom por que foy contra nosso mandado. E de como for enprazado e do dia do appareçer mandamos a esse tabeliam que nollo faça saber, per escriptura publica, pera nos fazermos sobre ello o que nossa merçee for. E este priuilegio lhe damos e mandamos que lhe ualha, laurando ell em a dicta casa de Çepta, como dicto he. Vnde all nom façades.

Dada em Lixboa, xxij dias de nouembro. Rodrigo Afonso a fez. Era xxxbj anos.

147

1431 - 1436

*Dinheiros recebidos pelo infante D. Henrique do almoxarifado da Guarda com destino a Ceuta, de 1 de Janeiro de 1431 a 1 de Janeiro de 1436 (1).*

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 59, segundo a carta de quitação da regência do reino de 5 de Fevereiro de 1439; parcialmente em *Beira*, liv. 1, fl. 100.

Publicada na íntegra por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 18 e ss.

Dom Affonso, pella graça de Deus rrey de Purtugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta nossa carta de quitaçom virem, escrita em este quadero, fazemos saber que nos rreçebemos conto e rrecado de GonçallEanes, criado delrrey Eduarte, meu ssenhor e padre, de muytas uertudes e gloriosa memoria, cuja alma Deus aja, nosso almoxarife no almoxarifado da çidade da Guarda, a saber, de çento e çinquenta e oyto contos, trezentas e trinta e noue mjll e trezentas e vinte e oyto libras, que o dito almoxarifado rrendeo, e ell, por nos e em nosso nome, dello rrecadou e tirou e rreçebeo e despendeo cinco anos, que se começaram primeiro dia de janeiro que foi do anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij<sup>o</sup> e trinta e hũu annos, e se acabaram esse dia de iiij<sup>o</sup> xxxbj annos, os quaaes dinheiros em cada hũu anno rreçebeo e rrecadou per esta gujsa.

. . . . .

---

(1) O infante era provedor de Ceuta (Cfr. o DOC. 116 do nosso vol. 2). Das parcelas abaixo lançadas infere-se que contribuiu o almoxarifado da Guarda, anualmente, para Ceuta, de 1431 a 1436, com uns 27 a 28 milhões de libras da época, cuja equivalência moderna se pode ver em COSTA LOBO, *Historia da sociedade em Portugal no século XV*, p. 418, ou em LÓCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, 1947, pp. 469-70. Pena é não se conservar estatística das demais verbas nacionais dispendidas, anualmente, na defesa e manutenção daquela praça africana. Cfr. o documento seguinte. Sobre os dinheiros para Ceuta pode ver-se a nota de pp. 104 a 106 do presente volume.





## 1431

E deu vjnte e sete contos e seteçentas e vynte e tres mil e quatrocentas seteenta hũa libras ao ssenhor jfante dom Anrrique, meu tijo, pera despesa de Çepta.

## 1432

E vjnte e sete contos e trezentas e honze mjl e çento e saseenta e çinquo libras ao ifante dom Anrrique, meu tijo, pera despesa de Çepta, em o dicto anno.

## 1433

E deu o dito almuxarife vynte e sete contos e seiscentas e oito mil e seixcentas e honze libras [e] mea ao jfante dom Anrrique, meu mujto amado tjo, dos trijnta contos e quinhentas mjl llibras que lhe o dicto anno, em o dicto almuxarifado eram asentados pera as despesas da nosa çidade de Çepta.

## 1434

E vjnte e hũa contos e çento e noueenta mjl e quinhentas e nouenta e çinquo libras ao ifante dom Anrrique, meu tijo, dos vjnte e seix contos e çento e çincoenta mjl libras, que lhe, em o dicto anno, foram asentados pera as despesas da nossa çidade de Çepta. E dous contos e quinhentas e saseenta e noue mjl e seiscentas e noueenta libras que o dicto almoxarife mais deu ao dicto ifante dom Anrrique, pera despesa do dicto asentamento. E çento e trijnta mjl libras, que lhe foram postas em rrecepta, lhe mandamos descontar, porquanto as nom regebeo.

E vjnte e çinquo mil libras, que deu (o almoxarife) a Lopo da Cunha, per mandado do jfante dom Anrrique, daquello que auia dauer em o dicto anno, do asentamento da nossa çidade de Çepta.

1435

E vijnte e sete contos e quinhentas e trijnta e quatro mjl e seteçentas e oyteenta sete libras a certas pessoas que os o jfante dom Anrrique, meu muito amado tijo, mandou dar dos vijnte e noue contos de libras que auja dauar em o dicto almoxarifado, pera as despesas de Çepta do djto anno.

Dada na çidade da Guarda, cinco dias do mes de feureiro. Elrrej o mandou, per Luis Pirez, seu contador no almoxarifado da dita çidade, com autoridade da rrainha sua madre, nossa senhora, como sua titor e curador que he e acordo do jfante dom Pedro, defensor por elle em todos seus rregnos. Diego dAlmeida, escprium dos contos do dito ssenhor em a dicta comarqua, a fez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij<sup>o</sup> xxxix annos.

148

1436

*Dinheiros recebidos pelo infante D. Henrique do almoxarifado da Guarda com destino a Ceuta, no ano de 1436 (1).*

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 63, segundo a carta de quitação da regência do reino de 8 de Fevereiro de 1439.

Publicada parcialmente por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reaes*, t. 1, p. 39.

Dom Afonso, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue e assenhor de Çepta.

A quantos esta nossa carta de quitaçom virem, scprita em este caderno, fazemos saber que nos rrecebemos conto e rrecado de GonçalEanes, nosso allmuxarife no almuxarifado da nosa çidade da Guarda, de trijnta e tres contos e seiscentas e saseenta mjl e sexcentas e trijnta e seis libras e mea, que o dicto almuxarifado rrendeo e ell, por nos e em nosso nome, dello rrecadou e tirou e rreçebeo e despendeo o anno que se começou

(1) Cfr. a nota ao documento anterior.

por primeiro dia de janeiro que foy da era do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij<sup>o</sup> e xxxbj e se acabara por esse dia de iiij<sup>o</sup> xx[x]bij annos.

. . . . .

E vijnte e seis contos e quinhentas e sete mjl libras ao jfante dom Anrique, meu mujto amado tijo, pera o asentamento da nosa cidade de Cepta, que lhe, em o dicto ano, foy aseentado. E deu mais cento e vijnte e duas mjl e quinhentas libras ao dicto jfante dom Anrique pera os ferreiros que estam na dicta cidade.

. . . . .

Dada na nosa çidade da Guarda, biij dias do mes de feureiro. Elrrej o mandou, per Luis Pirez, seu contador em o almoxarifado da dicta çidade, com autoridade da rrainha sua madre, nosa ssenhora, come sua titor e curador que he, e acordo do jfante dom Pedro, seu tijo, defensor de todos seus rregnos e senhorio. Diego dAlmeida, scpriuam dos contos do dicto ssenhor, a fez. Anno do nascimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij<sup>o</sup> xxxix annos.

## **BIBLIOGRAFIA**

## BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA

Registam-se aqui as fontes manuscritas aproveitadas e citadas no presente volume, por ordem alfabética das terras em que se encontram os arquivos respectivos, com indicação das secções, caixas, maços, volumes, livros e fólios.

### BARCELONA

Archivo de la Corona de Aragón

*Cancillería Real*, Registro 2975, fls. 106 v., 107 e 171 v.

### BRAGA

Arquivo Distrital

Arquivo da Mitra e Cabido de Braga, *Bulas*, caixa 4, inumeradas.

*Item*, *Colecção cronológica*, caixa 25.

*Item*, *Gaveta de notícias várias*, n.º 52.

Biblioteca Pública Municipal

Ms. 924.

### COIMBRA

Arquivo da Câmara Municipal

*Pergaminhos da Câmara*, doc. 63.

### FLORENÇA

Archivio di Stato

*Badia Fiorentina*, n.ºs X/20, X/21, X/22, X/24, X/25 e X/26; cód. 26, doc. 21, p. 61.

## Biblioteca Medicea Laurenziana

*Fondo Ashburnam*, cód. 1792, tomo 1, p. 14; tomo 2, fl. 24, p. 75, fls. 83 e 379.

*Fondo Stroziano*, cód. 33, fl. 125 v.

## GENOVA

## Archivio di Stato

Archivio Segreto, *Litterarum registri*, vol. 4, fl. 178 v. n.º 562; e vol. 7, fls. 27 v. n.º 50, 28 n.º 53, 28 v. n.º 54, 29 v. n.º 55, 30 v. n.º 56 e 57, 40 v. n.º 78, 41 n.º 79, 42 n.º 80, 42 v. n.º 81, e 132 n.º 275.

## LISBOA

## Arquivo Nacional da Torre do Tombo

*Além-Douro*, liv. 4, fl. 269.

*Beira*, liv. 1, fl. 100; liv. 2, fl. 32 e 185.

*Bulas*, caixa 27, maço 4, n.º 9.

*Cartório de Avis*, n.º 29. V. — Ordem de Avis.

*Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 105 v.

*Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 89; e liv. 2, fl. 93 v.

*Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 179 v.; liv. 2, fl. 46; liv. 3, fls. 103 v. e 193 v.; liv. 4, fls. 12 v., 74 e 114 v., e liv. 5, fl. 9.

*Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fls. 33, 36, 36 v., 67, 90, 103, 113 v., 126, 129v., 146v., 162v., 163v., 182v., 184v., 185, 193v., 196v., 208, 213, 214, 216, 217 r. e v., 218 r. e v., 219 v., 221 r. e v., 222 e 231 v.; liv. 2, fls. 43 e 47v.; liv. 3, fls. 2, 3, 18, 18v., 23v., 42, 46v., 56, 61v., 65, 66v., 69v., 71v., 74, 75 v., 82 v., 85 v. e 86 v.

*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118 v.; liv. 2, fls. 35 v. e 77 v.; liv. 3, fl. 15 v.; liv. 5, fls. 5, 18 v., 87 v. e 186; liv. 8, fl. 43 v.; liv. 11, fls. 112 v. e 120; liv. 12, fls. 12, 34 e 47 v.; liv. 18, fls. 11 v., 12, 45, 59, 63 e 80; liv. 19, fls. 7, 13 v., 18, 18 v., 19 v., 29 e 57 v.; liv. 20, fls. 15, 36, 38, 38 v., 39 v., 112, 120 v. e 139 v.; liv. 23, fl. 50; liv. 24, fls. 44 r. e v.; liv. 25, fl. 17 v.; liv. 31, fl. 22; liv. 34, fls. 52 v., 125 v. e 172; liv. 35, fl. 13v.; e liv. 36, fls. 36, 62 e 127 v.

*Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 3; liv. 8, fl. 217 v.; e liv. 26, fl. 43.

*Chancelaria de D. João III*, liv. 7, fl. 211; liv. 13, fl. 23; liv. 16, fl. 173; liv. 38, fl. 99 v.

*Colecção Especial*, parte 1, caixa 27.

*Corpo Cronológico*, parte 1, maço 113, doc. 106.

- Cortes*, maço 1, n.º 33.  
*Cortes (Suplemento de)*, maço 2, n.º 1.  
*Estremadura*, liv. 3, fl. 248 v.; liv. 10, fl. 165; liv. 11, fls. 52 v. e 124; e liv. 12, fl. 90 v.  
*Fundo Antigo*, n.º 15, fls. 86 a 92.  
*Gavetas*, 17, maço 1, n.º 14 e maço 7, n.º 20.  
*Guadiana*, liv. 4, fl. 225 v.; liv. 6, fls. 166 v., 181 v., e 227 v.; liv. 7, fls. 68 v. e 150 v.  
*Legitimações*, liv. 2, fl. 248.  
*Leis*, maço 1, n.º 158.  
*Livraria* (Manuscritos), cód. iluminado 359, fls. 11 v., 12 v., 13 v., e 15 v. e caps. 8 e 13; cód. 1928, fls. 107 e ss. e 126.  
*Mestrados (Livro dos)*, fl. 151.  
*Místicos*, liv. 1, fls. 16, 284 v. e 291 v.; liv. 2, fls. 156 e 183; liv. 3, fls. 201, 208 e 236 v.; liv. 4, fls. 22, 36 v., 39 v., e 44 v.  
*Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 217.  
*Núcleo Antigo*, cód. 12, fl. 150 v.; cód. 12-A, fl. 187 v.; cód. 14, fls. 104 v. e ss.; cód. 14-A, fl. 129 v.  
*Ordem de Avis*, doc. n.º 706. V. — *Cartório de Avis*.  
*Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fl. 53.  
*Pergaminhos do convento de Cristo de Tomar*, caixa 1, maço único, n.º 25.  
*Pergaminhos da Ordem do Templo e de Cristo*, Régios, maço 1, n.º 25.  
*Reis*, liv. 1, fl. 65.

#### Biblioteca Nacional de Lisboa

- Colecção Pombalina*, cód. 147, fls. 163 e ss. e 182.  
*Fundo Geral*, ms. 6969, cap. 83, pp. 518-19; cód. 735, t. 1, fl. 94; cód. 3390, fls. 96 v. e ss. e 110; cód. 4446, fls. 18 e ss. e 57; caixa 28 H. 5. 47. n.º 19.

#### Biblioteca da Sociedade de Geografia

- Colecção Vidigueira*, maço 1, n.ºs 7 e 8.

#### MONCORVO

##### Arquivo da Câmara Municipal

- Processo sobre os 10 reais para Ceuta, de 1572.*

## PARIS

Bibliothèque National de Paris

*Fond portugais*, n.º 5, cap. 98.*Manuscrits portugais*, códice n.º 42, fls. 19 v., 21 v. e 23 e cap. 10.

## PORTO

Biblioteca Pública Municipal

*Ms. 544.*

Gabinete de História da Cidade

*Livro A*, fl. 119.*Livro B*, fls. 250-53.*Livro Grande*, fls. 54-55.*Pergaminhos*, vol. 4, docs. 39 e 48.

## ROMA

Archivio Segreto Vaticano

*Armadio*, XXXI. 54, fls. 322, 639 e 747.*Regestum Lateranense*, vol. 336, fl. 189.*Regestum Supplicationum*, vol. 299, fls. 61 e 62 v.; vol. 323, fl. 98 v.; vol. 326, fls. 181 v. e 226.*Regestum Vaticanum*, vol. 347, fl. 53 v.; vol. 359, fls. 157 v. e 305; vol. 365, fl. 92 v.; vol. 367, fls. 5, 6, 15, 44 v., 46 v. e 48; vol. 370, fl. 182 v.; vol. 371, fls. 217 v., 218 v., 219, 219 v., 220 v. e 221; vol. 373, fls. 78, 78 v., 79 v., 80 v., 121 v., 249 v. e 250; vol. 374, fl. 141 v.

Bibliotheca Apostolica Vaticana

*Cod. Chigi*, D. VII. 101, fls. 102 e 115 v.; E. VII. 208, fls. 451 e 453.*Vaticani Latini (Codices)*: n.º 1932, fls. 99, 100 e 114; n.º 2295 e 2641; n.º 2678, fls. 125-26; e n.º 8031, fls. 99, 100, 101, 103, 104 e 104 v.

## SIMANCAS

*Estado* — Francia, K. 1711, fls. 111, 382, 427, 442, 443 e 445 v.*Patrono Real*, legajo 49-24.



## VISEU

## Arquivo Distrital

*Arquivo do Cabido*, Pergaminhos: maço 1, n.º 15, 18 e 26; maço 7, n.º 9; maço 8, n.º 2; maço 14, n.º 38; maço 15, n.º 20; maço 20, n.º 6; e maço 32, n.º 11.

## BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Exaram-se aqui os nomes completos dos autores e dos títulos das obras citadas no presente volume; para os autores portugueses pela ordem alfabética do último apelido; para os estrangeiros segundo o uso das respectivas nações. Adiciona-se mais alguma bibliografia, relativa aos assuntos e problemas ventilados nos textos e nas notas. Tenha-se em consideração a aduzida nos volumes anteriores.

ABREU Y GALINDO, Fray Juan de. — *Historia de la conquista de las siete islas de Gran Canaria*. Santa Cruz de Tenerife, 1940.

AFRICA PILOT. *Part I comprising... The West Coast of Africa from Cape Sparte to Calabar River*. London, 10.<sup>a</sup> ed., 1939.

AILLY, Pierre d'. — *Ymago Mundi de Pierre d'Ailly, Cardinal de Cambrai et Chancelier de l'Université de Paris (1350-1420)*. Paris, 1930, 2 vols.

ALGUNS DOCUMENTOS. V. — [COELHO, José Ramos].

ALMEIDA, Fortunato de. — *História da Igreja em Portugal*. Tomos 1 e 2, Coimbra, 1910.

ALMONTE, Henrique d'. — *Ensayo de una breve descripción del Sahara español*. No «Boletín de la Real Sociedad Geográfica», t. 56, Madrid, 1914, pp. 129-347.

ALVAREZ DELGADO, Juan. — *El «Rubicon» de Lanzarote*. No «Anuario de Estudios Atlánticos», n.º 3, año 1957, pp. 493-561.

— *Primera conquista y cristianización de la Gomera*. Algunos problemas históricos. No «Anuario» cit., n.º 6, año 1960, pp. 445-492.

— *Juan Machin, vizcaino del siglo XV, gran figura histórica de Madera y Canarias*. No «Anuario» cit., n.º 7, año 1961, pp. 133-213.

ANDREAE, Joannes. — *In primum Decretalium Librum Commentaria (quae Novellas appellant) Acutissima*. Venetiis, 1581.

— *In Tertium Decretalium Librum Novella Commentaria*. Venetiis, 1581.

— *In Sextum Decretalium Librum Novella Commentaria*. Venetiis, 1581.

ANDREAS ISERNENSIS. V. — *ISERNENSIS*.

ANGELUS UBALDI PERUSINUS. V. — *PERUSINUS*, Angelus Ubaldi.

AQUINATENSIS. V. — *THOMAS (S.)*.

ARAGÃO, Maximiano de. — *Viscu* (Apontamentos históricos), t. 2, Viseu, 1895.

*ARCHEOLOGO (O) PORTUGUÊS*. Vol. 14, Lisboa, 1909.

ARISTÓTELES. — *De anima*. Em *Opera Omnia*, ed. Firmin-Didot, t. 3, Parisiis, 1887.

— *De Arte Rectorica*. Em *Opera Omnia*, ed. Firmin-Didot, t. 1, Parisiis, 1848.

— *Politica*. Em *Opera Omnia*, ed. Firmin-Didot, t. 1, Parisiis, 1848.

— *Ethica*. Em *Opera Omnia*, ed. Firmin-Didot, t. 2, Parisiis, 1883.

— *Ethica Nicomachea*. Em *Opera Omnia*, ed. Firmin-Didot, t. 2, Parisiis, 1883.

ARNAUT, Salvador Dias. — *A Batalha de Trancoso*. Coimbra, 1947.

*ARQUIVO Histórico Português*, vol. 6, Lisboa, 1908.

AUGUSTINUS (S.). — *De libero arbitrio*. Em MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 32, Parisiis, 1877, cols. 1221-1310.

— *De Civitate Dei*, ed. Emanuel Hoffman, t. 2, Pragae — Vindobonae — Lipsiae, 1900. Em *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, t. 40, II.

AVEZAC, A. d'. — *L'expédition génoise des frères Vivaldi à la découverte de la route maritime des Indes orientales au XIII<sup>e</sup> siècle*. Em «Nou-

velles Annales de Voyages, de la Géographie, de l'Histoire et de l'Archéologie», t. 3, Paris, 1859, pp. 273-89.

— *Notice des découvertes faites au Moyen Age dans l'Océan Atlantique antérieurement aux grandes découvertes portugaises du XV<sup>e</sup> siècle*. Paris, 1845.

— *Note sur la véritable situation du mouillage marqué au Sud du Cap de Bugeder dans toutes les cartes nautiques* (Note à la Société de Géographie de Paris). Paris, 1846.

AZEVEDO, Lúcio de. — *Épocas de Portugal Económico*. Lisboa, 1947.

AZEVEDO, Pedro Augusto de. — *A coleção do Visconde da Carreira*. No «Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa», vol. 8, Coimbra, 1915, pp. 183-205.

— *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Coimbra, 1915-34, 2 vols.

BABCOCK, W. H. — *Legendary Islands of the Atlantic. A study in Medieval Geography*. New-York, 1922.

— *Saint Brendan's Explorations and Islands*. Em «Geogr. Rev.», vol. 8, 1919, pp. 37-46.

BALDUS UBALDI PERUSINUS. V. — PERUSINUS, Baldus Ubaldi.

BALLESTEROS Y BERETTA, D. António. — *Historia de España y su influencia en la Historia Universal*. Vol. 3, t. 3, parte 1, 2.<sup>a</sup> ed., Barcelona-Madrid, 1948.

BARRIENTOS, Don Lope. — *Refundición de la Crónica del Halconero*. Por el Obispo... (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

BARROS, João de. — *Ásia*. Década Primeira. Coimbra, 1932.

BARTOLUS A SAXOFERRATO. V. — SAXOFERRATO, Bartolus a.

BELGRANO, L. T. — *Sulla spedizione dei fratelli Vivaldi nel 1291*. Nas «Atti della Società Ligure di Storia Patria», vol. 15, Génova, 1881.

BELTRAN DE HEREDIA, V. — *La embajada de Castilla en el concilio de Basilea*. Em «Hispania Sacra», t. 10, Madrid, 1957, pp. 5-31.

BENITO RUANO, Eloy. — *Manuscritos canarios del Museo Británico*. No «Anuario de Estudios Atlánticos», n.º 1, año 1955, pp. 549-75.

BENSAÛDE, Joaquim. — *Histoire de la science nautique portugaise à l'époque des grandes découvertes*. Collection de documents publiés par ordre du Ministère de l'Instruction Publique de la République Portugaise, Munich, 1915.

BIBLIOGRAPHIE du Sahara occidental. Em «Hespéris», vol. 11, 1930, pp. 203-296.

BOÊMIA, Martinho de. — *De prima inuentione Gujnee*. Em *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*. Lisboa, 1940, pp. 187-200. V. — GOMES, Diogo.

BONIFACIUS VIII. V. — *LIBER SEXTUS DECRETALIUM*.

BONNET, Buenaventura. — *Las Canarias y el primer libro de geografia medieval escrito por un fraile español en 1350*. Na «Revista de Historia», La Laguna, 1944, pp. 205-227.

BOSCOLO, A. — *La politica italiana di Ferdinando I d'Aragona*. Cagliari, 1954.

BRAGADIN, Marc'Antonio. — *Histoire des Républiques Maritimes Italiennes*. Venise. — Amalfi. — Pise. — Gênes. Traduit de l'italien par R. Juffé et R. Jouan. Paris, 1955.

BRANDÃO, Mário, e ALMEIDA, Manuel Lopes de. — *A Universidade de Coimbra*. Esboço da sua história. Coimbra, 1937.

BUTRIO, Antonius de. — *Lectura super Tertio Decretalium*. 1532.

CABREIRA, António. — *O Algarve na Epopeia Marítima*. Significado heróico e alcance histórico da passagem do Cabo Bojador. Discurso lido na sessão solene da Câmara Municipal de Lagos de 23 de Dezembro de 1934. No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 52, n.ºs 11-12, Lisboa, 1934, pp. 448-55.

CADAMOSTO, Luís de. — *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, 1948.

CADDEO, Rinaldo. — *Storia marittima dell'Italia dell'èvo antico ai nostri giorni*. Dirigida por... Vol. 1, Milano, 1942.

CANALE, Michel Giuseppe. — *Tentative dei navigatori e scopritori genovesi per riuscire all'India lunghesso la costa occidentale dell'Africa*. Génova, 1881.

CARO BAROJA, Julio. — *Estudios Saharianos*. Madrid, 1955.

CARRILLO DE HUETE, Pedro. — *Crónica del Halconero de Juan II* (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

CASAS PESTANA, Pedro José de las. — *La isla de San Miguel de La Palma. Su pasado, su presente y su porvenir (Bosquejo histórico)*. Santa Cruz de Tenerife, 1898.

CENIVAL, Pierre de. — *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*. Publiées par... Première Série — Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal. Tome I, Paris, 1934.

CENIVAL, Pierre de, et MONOD, Théodore. — *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes (1506-1507)*, Paris, 1938.

CHEVALIER, Ulysse. — *Répertoire des Sources Historiques du Moyen Âge. Bio-Bibliographie*. Tom. 1, Paris, 1905.

CHEVRIER, G. — *Baldi de Ubaldi*. No «Dictionnaire de Droit Canonique», t. 2, Paris, 1937, cols. 39-52.

CHIAPELLI, Luigi. — *Vita e opere giuridiche di Cino da Pistoia con molti documenti inediti*. Pistola, 1881.

CHIL Y NARANJO, D. Gregório. — *Estudios históricos, climatológicos y patológicos de las Islas Canarias*. Las Palmas de Gran Canaria, 1876.

CIAMPI, Sebastiano. — *Vita e memorie di Messer Cino da Pistoia*. 3.<sup>a</sup> ed., Pistoia, 1826.

— *Poesie di Messer Cino da Pistoia*. 2.<sup>a</sup> ed., Pistoia, 1826.

CICERO. V. — MARCUS TULLIUS.

CICERONIS. V. — MARCUS TULLIUS.

CLEMENTINAE. V. — *CLEMENTIS Papae V Constitutiones*.

*CLEMENTIS Papae V Constitutiones*, ed. Aemilius Friedberg. — *Corpus Iuris Canonici, II, Decretalium Collectiones*, Lipsiae, 1922.

[COELHO, José Ramos]. — *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*. Lisboa, 1892.

COLL JULIA (Nuria) y SANTIAGO RODRIGUEZ (Miguel). — *Don Juan Cid, Obispo de Rubicon (1441-1459)*. Sus predecesores e inmediatos sucesores. No «Anuario de Estudios Atlánticos», n.º 2, año 1956, pp. 165-194.

COMESTOR, Petrus. — *Historia Scholastica, Historia Libri Genesis*. Em MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 198, Parisiis, 1855, cols. 1055-1142.

CONQUISTA de la isla de Gran Canaria. *Crónica anónima*. Publicada por Buenaventura Bonnet e Elías Serra Ráfols, na coleção *Fontes rerum Canariarum*. La Laguna, 1933.

CONSUETUDINES Feudorum. Lugduni, 1546.

CORPVS codicvm latinorum et Portugalensivm eorum qui in Archivo Municipali Portvcalensi asservantvr antiquissimorum iussu curiae municipalis editvm. Diplomata, chartae et inquisitiones. Volumen I, Portvcale, typis Portvgalensibus, M.DCCCXCI.

CORPUS Iuris Canonici. Ed. Aemilius Friedberg, Lipsiae, 1922, 2 ts.

CORPUS Iuris Civilis. Berolini, 1954-59, 3 ts.

CORTESÃO, Jaime. — *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, Lisboa, s. d.

COSTA, Abel Fontoura da. — *Uma carta náutica portuguesa de circa 1471*. Lisboa, 1940.

— *A Marinharia dos Descobrimentos*. 3.ª ed., Lisboa, 1960.

— *Descobrimentos portugueses no Atlântico e na costa ocidental africana do Bojador ao Cabo de Catarina*. No «Congresso do Mundo Português», vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 243-86.

- *Descobrimentos marítimos africanos dos Portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II*. I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, Lisboa, 1938.
- COSTA, O. F. M., António Domingues de Sousa. — *Um Mestre português em Bolonha. João de Deus (Vida e Obras)*. Braga, 1957.
- *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa* (Do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo). Braga, 1960.
- *A Expansão Portuguesa à luz do Direito*. Na «Revista da Universidade de Coimbra», vol. 20, Coimbra, 1962, pp. 1-243 (continua).
- *D. Gomes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV*. Abadia de Montserrat. 1963. Separata de «Studia Monastica», vol. 5, fasc. 1.
- COUTINHO, Carlos Viegas Gago. — *Passagem do Cabo Bojador*. No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 52, n.º 11-12, Novembro-Dezembro de 1934, Lisboa, 1934, pp. 384-412.
- *A Náutica dos Descobrimentos*. Os descobrimentos marítimos vistos por um navegador. Colectânea de artigos, conferências e trabalhos inéditos do Almirante Gago Coutinho. Organizada e prefaciada pelo Comandante Moura Braz. Lisboa, 1951-52, 2 vols.
- CRÓNICA de D. Juan II. V. — PÉREZ DE GUSMÁN, Fernán.
- CRÓNICA de Don Álvaro de Luna, Condestable de Castilla, Maestre de Santiago. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1940.
- CYNUS PISTORIENSIS. V. — PISTORIENSIS, Cynus.
- DARIAS Y PADRÓN, Dacio V. — *Noticias generales históricas de la isla del Hierro*. La Laguna, 1929.
- DAUMET, Georges. — *Louis de La Cerda ou d'Espagne*. No «Bulletin hispanique», vol. 15, Paris, 1913.
- DECCIUS, Philipus. — *Institut. ff. de regulis iuris*. Lugduni, 1563.
- DECRETALES Gregorii Papae IX suae integritati una cum glossis restitutae. Romae, 1584.



*DECRETALIAM Gregorii Papae IX Compilatio.* Ed. Aemilius Friedberg — *Corpus Iuris Canonici, II, Decretalium Collectiones.* Lipsiae, 1922.

*DECRETUM Magistri Gratiani.* Ed. Aemilius Friedberg. — *Corpus Iuris Canonici, I,* Lipsiae, 1922.

*DECRETUM Gratiani emendatum et notationibus illustratum una cum glossis.* Romae, 1584.

DE LA CHAPELLE, F. — *Esquisse d'une histoire du Sahara occidentale.* Em «Hespéris», vol. 11, 1930, pp. 35-95.

DE WITTE, O. S. B., Charles-Martial. — *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV<sup>e</sup> siècle.* Na «Revue d'Histoire Ecclésiastique», t. 48, Louvain, 1953, pp. 683-718.

DINIS, O. F. M., António Joaquim Dias. — *1446-1946. O V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa à luz da crítica histórica.* Braga, 1946.

— *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara.* Vol. I. Introdução à *Crónica dos feitos de Guiné.* Lisboa, 1949.

— *Dois Embaixadores de el-rei D. Afonso V.* Braga, 1955.

— *Estudos Henriquinos.* Vol. I, Coimbra, 1960.

— *Antecedentes da Expansão Ultramarina Portuguesa. Os diplomas pontifícios dos séculos XII a XV.* Coimbra, 1962.

— *Antecedentes de Tânger.* Comunicação à Academia Portuguesa da História. Lisboa, 1963. — Em publicação nos respectivos «Anais».

— *Qual o Cabo dobrado em 1484 por Gil Eanes?* Comunicação à Academia Portuguesa da História. Lisboa, 1963. — Em publicação nos respectivos «Anais».

DUARTE, Rei D. — *Leal Conselheiro.* Paris, 1854; 2.<sup>a</sup> ed., de J. Piel, a que seguimos, de Coimbra, 1942.

DUNS SCOTO, Joannes. — *Quaestiones in IV Librum Sententiarum.* Ed. Vives, *Opera Omnia*, t. 16, Parisiis, 1894.

DUPRÉ-THESEIDER, Eugénio. — *La política italiana di Alfonso il Magnanimo.* No «IV Congresso de História de la Corona de Aragón», Palma de Mallorca, 1955.

DURANDUS, Gulielmus. — *Speculum Iuris cum Joannis Andreae, Baldi de Ubaldis, aliorumque aliquot praestantissimorum Iurisconsultorum Theorematis*. Venetiis, 1573, 3 ts.

EL-BEKRI. — *Description de l'Afrique septentrionale*. Trad. de Slane, Alger, 1913.

ESPINOSA, Fray Alonso de. — *Origen y milagros de N. S. de Candelaria (Con noticia de los guanches y de la conquista de Tenerife)*. Santa Cruz de Tenerife, 1848.

EUBEL, Conradus. — *Hierarchia catholica medii aevi*. Vols. 1 e 2, Monasterii, 1913 e 1914.

FALLETTI, L. — *Guillaume Durand*. No «Dictionnaire de Droit Canonique», t. 5, Paris, 1953.

FERNANDES, Valentim. — *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal, par Valentin Fernandes (1506-1507)*. Trad. de Pierre de Cénival et Theodore Monod, Paris, 1938.

— *Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap de Monte, Archipels)*, par Valentin Fernandes (1506-1507). Trad. de Theodore Monod, A. Teixeira da Mota et Raymond Mauny. Bissau, 1951.

FERNANDEZ PONSÁ, R. — *La preeminencia de España sobre Inglaterra en Basilea*. No «Anuario de historia del derecho español», t. 13, Madrid, 1936, pp. 406-408.

FERRAND, Gabriel. — *Instructions nautiques et routiers arabes et portugais des XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles*, t. 3. Paris, 1928.

FERREIRA, J. A. — *O Porto e a Residência dos fidalgos*. Subsídios para a sua história. Porto, 1949.

FERREIRA, Mons. José Augusto. — *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, t. 2. Braga, 1931.

FIGUEIREDO, Jozé Anastasio de. — *Synopsis chronologica de subsidiis ainda os mais raros para a historia e estudo critico da legislação portugueza*. Tomo I. Desde 1143 até 1549. Lisboa, 1790.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. — *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra, 1921-30.

FRIEDBERG, Aemilius. V. — *CORPUS Iuris Canonici. DECRETALIUM Gregorii Papae IX Compilatio. DECRETUM Gratiani. LIBER Sextus Decretalium. CLEMENTIS Papae V Constitutiones*.

GALINDO Y DE VERA, León. — *Historia, vicisitudes y política tradicional de España respecto de sus posesiones en las costas de Africa*. Madrid, 1884.

GANDINUS, Albertus. — *Quaestiones Statutorum*. V. — KANTOROWICZ.

GARCÍA FIGUERAS, Tomás. — *Santa Cruz de Mar Pequeña — Ifni — Sahara*. Madrid, 1941.

GODINHO, Vitorino Magalhães. — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*. Vol. 1, Lisboa, 1943.

GOLDAST, Melchior. — *Monarchia S. Romani Imperii*. Graz, 1960, 3 ts.

GOMES, Diogo. — *As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*. Versão do latim por Gabriel Pereira. S. l. n. d. — Cfr. também: MONOD, Th., MAUNY, R., et DUVAL, G. — *Texto latino*, V. — BOÊMIA, Martinho de.

GONÇALVES, Maria Antonieta Flores. — *Capítulos especiais de Santarém nas Cortes de 1436*. Coimbra, 1961.

GRATIANUS. V. — *DECRETUM Magistri Gratiani*.

GREGORIUS IX. V. — *DECRETALIUM Gregorii Papae IX Compilatio*.

GUADALUPE, P. Fr. Andrés de. — *Historia de la Provincia de los Angeles*. Madrid, 1662.

GUICHOT, D. Joaquín. — *Historia general de Andalucía*. Sevilla, 1870.

GUILLAMAS, Fernando. — *Historia de Sanlúcar de Barrameda*. Madrid, 1858.

HEERS, Jacques. — *Le Livre de Comptes de Giovanni Piccamiglio homme d'affaires Génois. 1456-1459.* Paris, 1959.

— *Gênes au XV<sup>e</sup> siècle. Activité économique et problèmes sociaux.* Paris, 1961.

HEFELE, Charles-Joseph, et LECLERCQ, Dom H. — *Histoire des Conciles d'après les documents originaux.* Tom. 7, parte 2, Paris, 1916.

HERNANDEZ PACHECO, Eduardo. — *Morfologia y evolución de las zonas litorales de Ifni y del Sahara Español.* Lisboa, 1950.

HISPALENSIS, Isidorus (S.). — *Etymologiarum libri XX.* Em MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 82. Parisiis, 1878, cols. 74-728.

*HISTOIRE Générale des Civilisations.* T. III. *Le Moyen Age.* L'expansion de l'Orient et la Naissance de la Civilisation Occidentale. 3.<sup>e</sup> ed., Paris, 1961.

«*ÍNDICE chronológico dos documentos mais notáveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o Conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade.*». Prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ferreira, Director do Gabinete de História da Cidade. Porto, 1951.

*INFORMACIÓN sobre cuyo es el derecho de la isla de Lanzarote y conquista de Canarias.* Parte documental (Biblioteca del Escorial) publicada por CHIL Y NARANJO: *Estudios históricos, climatológicos y patológicos de las Islas Canarias*, Las Palmas, 1876, t. 1, p. 518. La parte testifical (Biblioteca Real, Madrid) publicada por TORRES CAMPOS, *Carácter de la conquista y colonización de las Islas Canarias.* Madrid, 1901.

INNOCENTIUS IV (Sinibaldus Fliscus). — *In V Libros Decretalium Commentaria.* Venetiis, 1580.

*INSTRUCTIONS Nautiques — Côte Ouest d'Afrique.* Paris, 1944. Do «Service Hydrographique de la Marine».

ISERNENSIS, Andreas. — *In usus Feudorum commentaria.* 1634.

ISIDORUS (S.) HISPALENSIS. V. — HISPALENSIS, Isidorus (S.).

IUSTINIANUS IMPERATOR. — *Codex*. Ed. Paulus Krueger, *Corpus Iuris Civilis*, t. 2, Berolini, 1959.

— *Digesta*. Ed. Theodorus Mommsen — Paulus Krueger, *Corpus Iuris Civilis*, t. 1, Berolini, 1954.

— *Institutiones*. Ed. Paulus Krueger, *Corpus Iuris Civilis*, t. 1, Berolini, 1954.

— *Novellae*. Ed. Rudolfus Schoell — Guilelmus Kroll, *Corpus Iuris Civilis*, t. 3, Berolini, 1959.

JIMÉNEZ DE LA ESPADA, Marcos. — *España en Berberia*. No «Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid», IX, 1880.

JIMÉNEZ SOLER, A. — *Itinerario del rey don Alfonso V de Aragón y de Napoles*. Zaragoza, 1909.

JOANNES ANDREAE. V. — ANDREAE, Joannes.

JOANNES DE LIGNANO. V. — LIGNANO, Joannes.

JORDÃO, Levy Maria. — *Bullarium Patronatus Portugalliae regum in ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae*. Tom. 1 (1171-1600). Olisipone, 1878.

JUSTINIANUS. V. — IUSTINIANUS.

KANTOROWICZ, H. — *Albertus Gandinus und das Strafrecht des Scholastik*. Berlin, 1907-26.

— *Geschichte des Gandinustextes*. Em *Zeitsch. der Savigny-Stift., Rom. Abt.*, t. 42, 1921, pp. 1-30 e t. 43, 1922, pp. 1-44.

— *Leben und Schriften des Albertus Gandinus*. Em *Zeitsch. der Savigny-Stift., Rom. Abt.*, t. 44, 1924, pp. 224-358.

KURTSHEID, O. F. M., Bertrand. — *Bartoli de Saxoferrato vita, opera, momentum, influxus*. Na rev. *Apollinaris*, t. 2, 1938, pp. 110-117.

LAGOA, Visconde da. — *O plano infantista e a passagem do Bojador*. No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 52, n.º 11-12, Nov.-Dez. de 1934, Lisboa, 1934, pp. 427-33.

LA RONCIERE, Charles de. — *La découverte de l'Afrique au Moyen Age*. Le Caire, 1925, 3 vols.

LEFEBVRE, Ch. — *Hostiensis*. No «Dictionnaire de Droit Canonique», t. 5, Paris, 1953, cols. 1211-1227.

LEITÃO, Humberto, e LOPES, Vicente (Comandantes). — *Dicionário da linguagem da Marinha antiga e actual*. Lisboa, 1963.

LEITE, Duarte. — *Ácerca da «Cronica dos feitos de Guinee»*. Lisboa, 1941.

— «O V Centenario do Descobrimento da Guiné Portuguesa à luz da critica histórica», por António J. Dias, O. F. M. (1946, Braga). Na «Seara Nova», n.º 1000-7, de 26-10-1946, pp. 122-130.

*LIBER SEXTUS Decretalium D. Bonifacii Papae VIII suae integritati restitutus*. Ed. Aemilius Friedberg. — *Corpus Iuris Canonici, II, Decretalium Collectiones*. Lipsiae, 1922.

LIGNANO, Joannes de. — *Tractatus de Bello*. Em *Tractatus Illustrum in utraque tum Pontificii tum Caesaris iuris facultate Iurisconsultorum, De Dignitate, et Potestate seculari*, t. 16, Venetiis, 1584.

*LIVRO VERDE da Universidade de Coimbra* (Cartulário do século XV). Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil, Conservador do Arquivo da mesma Universidade. Coimbra, 1940.

LOBO, António de Sousa Silva Costa. — *Historia da sociedade em Portugal no seculo XV*. Lisboa, 1904.

LOPES, Fernão. — *Crónica de D. João I*. Porto, 1945-49, 2 vols., texto que seguimos.

LOPES, João Baptista da Silva. — *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado do Algarve*. Lisboa, 1848.

LOUREIRO, José Pinto. — *Para a história de alguns antigos conceitos da Beira*. Em «O Instituto», vol. 97, Coimbra, 1940, pp. 97-139.

LUZZATTO, Ginno. — *Storia economica di Venezia dall'XI al XVI secolo*. Venice, 1961.

MANRIQUE, Antonio Maria. — *Resumen de la historia de Lanzarote y Fuerteventura*. Arrecife, 1889.

MANUSCRITO (O) «Valentim Fernandes». Lisboa, 1940.

MARCUS TULLIUS CICERONIS. — *De officiis*. Venetiis, 1747.

MARINESCO, Constantin. — *Un roi de la Renaissance, Alphonse d'Aragon et de Naples, et l'Orient*. 1923.

MARINIS, T. de. — *La liberazione di Alfonso V d'Aragona, prigioniero dei Genovesi*. No «Archivio Storico per le provincie napoletane», vol. 24, Napoli, 1955.

MARIN Y CUBAS, Tomás. — *Historia de las Siete Islas de Canária*. 1694. Ms. R-8-56 da Biblioteca Municipal de Santa Cruz de Tenerife.

MARQUES, João Martins da Silva. — *Descobrimentos Portugueses*. Documentos para a sua História. Publicados e prefaciados por... Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1944, 2 vols.

MARTINS, S. J., Mário. — *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*. Na «Revista Portuguesa de História», t. 5, pp. 87-236.

MAUNY, Raymond. — *Les navigations médiévales sur les côtes Sahariennes antérieures à la Découverte Portugaise (1434)*. Lisboa, 1960.

— *Notes a DUARTE PACHECO PEREIRA, Esmeraldo de situ orbis. Côte occidentale d'Afrique du Sud Marocain au Gabon*. Bissau, 1956.

MAURÍCIO, Domingos. V. — SANTOS, S. J., Domingos Mauricio Gomes dos.

MENDONÇA, Henrique Lopes de. — *Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI*. Lisboa, 1892.

MERÊA, Paulo. — *Sobre as origens da Têrça*. Porto, 1940.

— *Génese da «Lei Mental» (Algumas notas)*. Em seus *Novos Estudos de História do Direito*, Barcelos, 1937, pp. 61-74.

MICHAUD. V. — STELLING.

MICHEL, Francisque. — *Les voyages merveilleux de Saint Brendan à la recherche du Paradis terrestre. Légendes en vers du XII<sup>e</sup> siècle*,

publiés d'après le manuscrit du Musée Britannique, avec introduction par...  
A. Claudin, 1878.

MILLARES TORRES, Agustín. — *Historia general de las Islas Canarias*. Las Palmas, 1893-95, 10 tomos.

MILLÁS VALLICROSA, J. M. — *España y Marruecos*. Barcelona, 1945.

MOKHTAR OULD HAMIDOUN. — *Précis sur la Mauritanie*. San Louis du Sénégal, 1952.

MOLLAT, Michel. — *La place de la conquête normande des Canaries (XV<sup>e</sup> siècle) dans l'Histoire Coloniale Française*. No «Anuario de Estudios Atlánticos», n.º 4, año 1958, pp. 537-53.

MONFORTE, Fr. Manuel de. — *Chronica da Provincia da Piedade, primeira capucha de toda a Ordem e regular observancia do Serafico Padre S. Francisco*. Lisboa, 1696; ibi, 1751.

MONOD, Theodore. — *La chronologie des découvertes portugaises sur la côte occidentale d'Afrique entre le Cap Bojador et le Cap Rouge (1433-1445)*. No «C. R. 1.º Conf. Internac. African. Ouest», Dakar, 1951, pp. 531-34.

MONOD, Th., MAUNY, R., et DUVAL, G. — *De la première découverte de la Guinée*. Récit par Diogo Gomes (Fin XV<sup>e</sup> siècle). Bissau, 1959.

MONUMENTA HENRICINA. Vols. 1 a 4, Coimbra, 1960-63.

MORALES PADRÓN, Francisco. — *Canarias en el Archivo de Protocolos de Sevilla*. No «Anuario de Estudios Atlánticos», n.º 7, año 1961, pp. 239-338.

MOTA, Avelino Teixeira da. — *A descoberta da Guiné*. No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», ano 1, Bissau, 1946, pp. 11-68, 273-326 e 457-509.

— *Cronologia e âmbito das viagens portuguesas de descoberta na África Ocidental, de 1445 a 1462*. No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa». Bissau, 1947, pp. 316-341.

— *Topónimos de origem portuguesa na Costa Ocidental de África*. Desde o Cabo Bojador ao Cabo de Santa Caterina. Bissau, 1950.



MUGELLANUS, Dynus. — *De regulis iuris pontificii*. Ed. Lugduni, 1563.

MUNZER, Jerónimo. — *«Itinerario» do Dr. Jerónimo Münzer (Excerptos)*. Coimbra, 1932.

MYLIUS, Norbert. — *Afrika Bibliographie 1943-1951*. Viena, 1952.

NAZ, R. — *Martin de Fano*. No «Dictionnaire de Droit Canonique», t. 6, Paris, 1957, cols. 836-837.

NUÑEZ DE LA PEÑA, Juan. — *Conquista y Antigüedades de las islas de la Gran Canaria*. Santa Cruz de Tenerife, 1847.

ORDENAÇOENS do Senhor Rey D. Afonso V. Coimbra, 1786 e 1792.

ORDENAÇÕES (*Ljuo segundo das*) cõ sua tauoada que assigna os títulos & folhas: & tractase nelle das leys: & ordenações tocâtes aas ygreias: & moesteiros: e pessoas religiosas: & eclesiasticas... Lisboa, 1514.

OURLIAC, Paul. — *Martin V, Eugène IV et le concile de Bâle*. Em «Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours», vol. 14, Tour-nai, 1962, pp. 203-292.

PEREIRA, Duarte Pacheco. — *Esmeraldo «de situ orbis»*. Edição crítica, anotada por Augusto Epiphânio da Silva Dias, Lisboa, 1905.

PEREIRA, Gabriel. — *Introdução a RUY DE PINA, Chronica de El-Rei D. Afonso V.* Lisboa, 1901.

PERES, Damião. — *História dos Descobrimentos Portugueses*. Segunda edição (Actualizada). Coimbra, 1960.

PEREZ EMBID, Florentino. — *Los Descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*. Sevilla, 1948.

PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. — *Crónica del serenísimo príncipe Don Juan, segundo Rey deste nombre en Castilla y en Leon*. Na «Biblioteca de Avtores Españoles», t. 68, Madrid, 1877 e 1953, pp. 277-95.

PERUSINUS, Angelus Ubaldi. — *In Codicem commentaria*. Vene-tiis, 1579.

— *In I atque II Digesti Novi partem et in tit. de interdictis.* Venetiis, 1579.

PERUSINUS, Baldus Ubaldi. — *In Primum, Secundum et Tertium Codicis Libros Commentaria.* Venetiis, 1586.

— *In Quartum et Quintum Codicis Libros Commentaria.* Venetiis, 1586.

— *In Sextum Codicis Librum Commentaria.* Venetiis, 1586.

— *In VII, VIII, IX, X et XI Codicis Libros Commentaria.* Venetiis, 1586.

— *Super Usibus Feudorum.* Biblioteca Apostolica Vaticana, «Vat. Lat.», cod. 2295.

— *Quaestio de Schismate.* Em *In Sextum Codicis Librum Commentaria.*

— *In Primam Digesti Veteris Partem Commentaria.* Venetiis, 1586.

— *In Secundam Digesti Veteris Partem Commentaria.* Venetiis, 1586.

PICCOLOMINI. V. — PIUS II.

PINA, Ruy de. — *Chronica del Rey D. Duarte.* Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza», t. 1, Lisboa, 1790, pp. 71-194; ed. da Biblioteca de Clássicos Portuguezes, Lisboa, 1901. Nas transcrições seguimos sempre o texto do códice iluminado n.º 359 do ANTT.

PISTORIENSIS, Cynus. — *Lectura in Codicem.* Francoforti ad Moenum, 1578.

PIUS II (Aeneas Silvio Piccolomini). — *De viribus illustribus.* Lucae, 1759.

PONTE, Oldradus de. — *Consilia seu Responsa et quaestiones aureae.* Venetiis, 1585.

PONTIERI, Ernesto. — *Alfonso V d'Aragona nel quadro della politica italiana del suo tempo.* Em «Estudios sobre Alfonso el Magnánimo con motivo del Quinto Centenario de su muerte. Curso de Conferencias (mayo de 1959)», Barcelona, 1960, pp. 245-307.

QUADRO ELEMENTAR das relações políticas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias. Pariz-Lisboa, 1842-76, 18 vols.

RAU, Virginia. — *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa, 1946.

— *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*. Lisboa, 1943.

RAYNALDUS, Odoricus. — *Annales ecclesiastici post Baronium*. Ad an. 1436.

RENOUARD, Yves. — *Les hommes d'affaires italiens du Moyen-Age*. Paris, 1949.

RIBEIRO, João Pedro. — *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal*. Tomo 1, Lisboa, 1810.

— *Memorias sobre as Fontes do Código Philippino*. Nas «Memorias de Litteratura Portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. 2, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1869, pp. 41 e ss.

— *Additamentos e retoques á Synopse Chronologica*. Lisboa, 1829.

RICARD, Robert. — *Les Portugais et le Sahara atlantique au XV<sup>e</sup> siècle*. Na rev. «Hespéris», t. 11, Paris, 1930, pp. 97-110.

— *La côte atlantique du Maroc au début du XVI<sup>e</sup> siècle, d'après des instructions nautiques portugaises*. Na rev. «Hespéris», t. 8, Paris, 1927, pp. 229-258.

RICHARD-MOLARD, J. — *Cartes ethno-démographiques de l'Afrique occidentale, feuilles n.º 1*. Dakar, 1952, 4 pp. e 4 cartas.

RODRIGUES, José Honório. — *D. Henrique e a abertura da Fronteira Mundial*. Coimbra, 1961.

ROSA OLIVEIRA, Leopoldo de la. — *Los Bethencourt en las Canarias y en America*. No «Anuario de Estudios Atlánticos», n.º 2, 1953, pp. 111-164.

ROSELLIS, Antonius de. — *Monarchia sive Tractatus de Potestate Imperatoris et Papae*. Em Melchior Goldast, *Monarchia S. Romani Imperii*, t. 1, Graz, 1960, pp. 252-556.

— *Tractatus legitimacionis*. Na Biblioteca Apostolica Vaticana, «Codices Vaticani Latini», cód. 2641.

RUIZ DE VERGARA, Pedro Agustín del Castillo y. — *Descripción histórica y geográfica de las islas de Canaria*. Santa Cruz de Tenerife, 1878.

RUMEU DE ARMAS, Antonio. — *La verdad sobre Santa Cruz de Mar Pequeña*. Na rev. «Africa», ano 22, 1943, pp. 15-19.

— *España en el Africa Atlántica*. I. Texto. Madrid, 1956.

— *Piraterías y ataques navales contra las Islas Canarias*. Tomo I, Madrid, 1947.

— *La torre africana de Santa Cruz de la Mar Pequeña*. Su segunda fundación. Em «Anuario de Estudios Atlánticos», n.º 1, año 1955, pp. 397-477.

SÃ, Ayres de. — *Frei Gonçalo Velho*, Vol. 1, Lisboa, 1899.

SANCHO DE SOPRANIS, Hipólito. — *Los conventos Franciscanos de la Misión de Canarias (1443-1487)*. No retrocitado «Anuario», n.º 5, año 1959, pp. 375-97.

SAN FILIPPO, Pietro Amat di. — *Delle navigazioni e scoperte maritime degl'Italiani nell'Africa occidentale lungo i secoli XIII, XIV e XV*. No «Boll. della Soc. Geogr. Ital.», t. 14, 1880, pp. 59-77 e 125-145.

SANTA MARIA, Fr. Francisco de. — *O Céu aberto na Terra*. História das Sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza, & de S. João Evangelista em Portugal. Lisboa, 1697.

SANTOS, S. J., Domingos Maurício Gomes dos. — *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*. Lisboa, 1960.

— *O Infante Santo Cardial*. Na rev. «Brotéria», vol. 19, Lisboa, 1934, pp. 31-38.

S. BOAVENTURA, Fr. Fortunato de. — *Sumario da vida, acçoens e gloriosa morte do Senhor D. Fernando chamado o Infante Santo*. Coimbra, 1958.

SAPORI, A. — *Le Marchand Italien au Moyen Age*. Paris, 1952.

SAXOFERRATO, Bartolus a. — *In Primam Digesti Veteris Partem Commentaria*. Venetiis, 1585.

— *In Primam Digesti Novi Partem*. Venetiis, 1585.

— *In Secundam Digesti Novi Partem*. Venetiis, 1585.

— *In Primam Codicis Partem*. Venetiis, 1585.

— *Super Authenticis et Institutionibus*. Venetiis, 1585.

— *In tres Codicis Libros*. Venetiis, 1585.

SCHULTE, Joh. Friedrich von. — *Die Geschichte der Quellen und Literatur des Canonischen Rechts von Papst Gregor bis zum Concil Trient, II*. Stuttgart, 1877.

SCHWALBACH, Luís. — *Uma fase da epopeia nacional. Mar Tenebroso*. No «Bol. da Socied. de Geogr. de Lisboa», série 52, n.º 11-12, Nov.-Dez. de 1934, Lisboa, 1934, pp. 419-26.

SCOTO. V. — DUNS SCOTO.

SEGUSIO, Henricus de (Cardinalis Hostiensis). — *Summa*. Venetiis, 1517.

— *In Tertium Decretalium Librum Commentaria*. Venetiis, 1581.

— *In Quintum Decretalium Librum Commentaria*. Venetiis, 1581.

SERRA Y RAFOLS, Elías. — *Los mallorquines en Canarias*. Na «Revista de Historia», t. 7, La Laguna, 1940-41, pp. 196-209 e 281-87.

SOLDEVILA, Ferrán. — *La reyna Maria muller del Magnànim*. Barcelona, 1934.

SORBELLI, Albano. — *Il «Liber Secretus Iuris Caesarici» dell'Università di Bologna*. Bologna, 1938-42, 2 ts.

SOSA, Fray José de. — *Topografía de la isla Fortunada Gran Canaria*. Santa Cruz de Tenerife, 1849.

SOUSA, D. António Caetano de. — *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Vols. 1 e 6.

STAEDLER, E. — *Die Cruciata Martini V von 4 April 1418*. No «Archiv für Urkundenforschung», t. 17, 1942.

STASSANO, E. — *La pesca sulle spiagge atlantiche del Sahara*. No «Bolletino di pesca, di pisciculture e di idrobiologia», Roma, 1932, pp. 219 e ss.

STELLING, S.-Michaud. — *Jean d'André (D'Andrea ou Andreae)*. No «Dictionnaire de Droit Canonique», t. 6, Paris, 1957, cols. 89-92.

— *Jean de Legnano*. No cit. «Dictionnaire» e tomo 6, Paris, 1957, cols. 111-112.

SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. — *Castilla, el cisma y la crisis conciliar (1378-1440)*. Madrid, 1960.

SUPPLEMENT au Corps Universel Diplomatique du Droit des Gens contenant un recueil des Traitez d'alliance, de paix, de treve, de neutralité, II, t. I, II partie, Amsterdam, 1739.

TERRASSE, Henri. — *Histoire du Maroc des origines à l'établissement du Protectorat français*. Casablanca, 1949-50, 2 vols.

THOMAS (S.) DE AQUINO. — *Secunda Secundae Summae Theologiae*, quaest. XL, *De bello*. Em *Opera Omnia*, t. 8, Romae, 1895.

THOMAZI, A. — *Histoire de la navigation*. Paris, 1947.

TORRES CAMPOS, Rafael. — *Carácter de la conquista y colonización de las Islas Canarias*. Madrid, 1901.

TORRIANI, Leonardo. — *Descrittione et historia del Regno de l'Isola Canarie già dette le Fortunate con il parere delle loro fortificatione*. Ms. da Biblioteca da Universidade de Coimbra, publicado por DOMINIK JOSEF WOLFEL, com o título *Die Kanarischen Inseln und ihre Urbewohner*, Leipzig, 1940.

TOVAR, Conde de. — *Portugal e Veneza na Idade Média (Até 1495)*. No vol. 6 de *Estudos Históricos da Academia Portuguesa da Historia*, t. 2, pp. 81-136, Lisboa, 1961.

TULLIUS. V. — MARCUS TULLIUS.

VALLS-TABERNER, F., y SOLDEVILA, Ferran. — *Historia de Catalunya*. Traducida del catalán por Nuria Sales. Barcelona, 1955-57, 2 ts.

VAN HOVE, A. — *Prolegomena ad Codicem Iuris Canonici*. Ed. altera, Mechliniae-Romae, 1945.

VASCONCELOS, Basílio de. — *«Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)*. Coimbra, 1931.

VASCONCELLOS, José Leite de. — *Religiões da Lusitânia*. Vol. 2. Lisboa, 1905.

VELOSO, Queiroz. — *A comemoração do V centenário da passagem do Cabo Bojador*. No «Bol. da Socied. de Geogr. de Lisboa», série 52, n.º 11-12, Nov.-Dez. de 1934, Lisboa, 1934, pp. 381-83.

VERLINDEN, Charles. — *Formes féodales et domaniales de la Colonisation Portugaise dans la zone Atlantique aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles et spécialement sous Henri le Navigateur*. Coimbra, 1961.

VIERA Y CLAVIJO, José de. — *Noticias de la Historia general de las Islas Canarias*, t. 1, Santa Cruz de Tenerife, ed. de 1772-83 e de 1858-63.

VON SCHULTE, Joh. Friedrich. V. — SCHULTE.

WADDINGUS, Lucas. — *Annales Minorum seu Trium Ordinum a S. Francisco Institutorum*. 2.<sup>a</sup> ed., Romae, 1731-36; 3.<sup>a</sup> ed., Quaracchi, 1931.

WANGUEMERT, Pedro. — *Influencia del Evangelio en la conquista de Canarias*. Madrid, 1909.

WATERS, E. G. R. — *The Anglo-Norman voyage of St Brendan, by Benedict; a poem of the early XII th century*. Ed. with introd., notes and glossary by... Oxford, 1928.

WÖLFEL, Dominik Josef. — *Un jefe de tribu de Gomera y sus relaciones con la curia romana*. Em «Investigación y Progreso», Madrid, Outubro de 1930, pp. 103-105.

— *La Curia Romana y la Corona de España en la defensa de los aborígenes Canarios*. Documentos inéditos y hechos desconocidos acerca de las primacías y conquistas ultramarinas españolas. — Na rev. «Anthropos», vol. 25, Viena, 1930, pp. 1011-1083.

— *Quiénes fueron los primitivos conquistadores y obispos de Canarias (Documentos desconocidos acerca de la historia primitiva de Canarias)*. Na rev. «Investigación y Progreso», año 9, Madrid, 1931, pp. 130-36.

— *Die Kanarischen Inseln und ihre Urbewohner*. Leipzig, 1940.

ZACCAGNINI, Guido. — *Cino da Pistoia. Studio Biografico*. Pistoia, 1918.

ZDEKAUER, Ludovico. — *Lo Studio di Siena nel Rinascimento con due tavole in fotopia ed un Appendice di Documenti*. Milano, 1894.

ZURARA, Gomes Eanes de. — *Crónica da tomada de Ceuta por elrei D. João I*. Coimbra, 1915.

— *Crónica dos feitos de Guiné*. Lisboa, 1949. Nas transcrições seguimos sempre o Ms. da Biblioteca Nacional de Paris.

— *Chronique de Guinée*. Préface et traduction de Léon Bourdon, Professeur à la Sorbone. Avec la collaboration de Robert Ricard, Professeur à la Sorbone. Notes de L. Bourdon, E. Serra Ráfols, Th. Monod, R. Ricard, R. Mauny. — *Infan-Dakar*, 1960.

— *Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Na «Colecção de livros ineditos de Historia Portugueza», t. 2, Lisboa, 1792, pp. 213-635. Nas transcrições de textos seguimos o cód. ms. 439 da BGUC.

— [*Chronica do Conde D. Duarte de Menezes*] ou *Historia que fala dos feitos que fez o Illustre e muy nobre Caualeiro Dom Duarte de Menezes...* Na «Colecção» retrocitada, t. 3, Lisboa, 1793, pp. 3-385.

— ZURITA, D. Jerónimo de. — *Anales de la Corona de Aragon (Segvnda parte de los)*. Çaragoça, 1709.



## ÍNDICES

## ÍNDICE CRONOLÓGICO

7 ABRIL 1434. — Doação pela rainha de Aragão a sua filha D. Leonor, mulher de el-rei D. Duarte, da vila de San Felices de los Gallegos com suas aldeias e termos, em razão do que lhe pertence herdar de seus bens, após o seu falecimento . . . . . p. 1

8 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a aprovar os termos da concórdia estabelecida entre D. Pedro de Meneses, conde de Viana, almirante e governador de Ceuta, e D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, e D. Isabel de Castro, por motivo da herança da condessa D. Guiomar, avó deles, promovida a referida concórdia pelo infante, que devia 3.500 dobras ao dito conde . . . . . p. 6

8 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a mandar observar e registar na sua chancelaria aclarações de D. João I à Lei Mental, prestadas a propósito da sua execução em pleito decorrente entre D. Fernando de Castro e D. Joana, sobrinha daquele, sobre a terra do Cadaval, e ainda a respeito da herança da condessa D. Guiomar por D. Pedro de Meneses, bem como a legislar sobre a sucessão nos padroados régios de igrejas e nos foros, rendimentos, direitos e prazos outorgados pelos monarcas. p. 9

8 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a promulgar, nas cortes de Santarém, a Lei Mental ou sejam as normas legais de sucessão nas terras e bens da coroa do reino . . . . . p. 13

10 ABRIL 1434. — Ordenação de el-rei D. Duarte, dirigida a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, seu almirante, capitão e governador da cidade de Ceuta, sobre os navios, fustas e homens que ali vão de armada e voltam ao reino sem ordem régia ou fogem para Castela e sobre presos e homiziados que vão servir a Ceuta e acerca do processamento e punição de crimes ali perpetrados . . . . . p. 18

[1434]. — Razões que moveram o infante D. Henrique a mandar buscar as terras de Guiné . . . . . p. 22

[1434]. — Por que razão não ousavam os navios de Portugal passar além do Cabo Bojador . . . . . p. 27

[1434]. — Como Gil Eanes, natural de Lagos e escudeiro do infante D. Henrique, foi o primeiro que passou o Cabo Bojador, ao fim de doze anos de tentativas, e como lá voltou com Afonso Gonçalves Baldaia, copeiro do mesmo infante, tendo então os dois ultrapassado o referido Cabo 50 léguas. . . . . p. 29

13 ABRIL 1434. — Instrumento notarial da nomeação, por el-rei D. João II de Castela, dos seus embaixadores ao concílio de Basileia . . . p. 35

17 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, em que, a pedido de D. Pedro de Meneses, conde de Viana, seu almirante, do seu conselho, capitão e governador da cidade de Ceuta, dispensando a Lei Mental, lhe concede partilhar como quizer os bens da coroa havidos de juro e herdade pelas filhas e pelo filho legitimado D. Duarte, por não ter filhos legítimos e não haverem de transitar esses bens para a coroa, por sua morte. . . p. 36

18 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a conceder privilégio a dois marnotos que João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, trouxesse a seu serviço nas marinhas de Aveiro. . . p. 38

21 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar de aposentadoria Catarina Rodrigues, residente em Setúbal, sogra de Rodrigo Eanes, criado do infante D. Henrique, a pedido deste . . . . . p. 39

11 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova, endereçada a Bartolomeu Bondenário, patrão de nau, e a Naucério, escrivão, e à tripulação respectiva, fundeados na Sicília, a ordenar-lhes recolham imediatamente e em viagem directa ao porto de Génova, sob pena de morte e de confiscação dos bens, pois lhes consta acharem-se armadas em Portugal duas grandes naus e dois varinéis com mil combatentes, que não deixam de atacar as naus genovesas se as encontrarem . . . . . p. 41

11 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a Jofredo Italiano e aos demais mercadores genoveses residentes em Maiorca, a ordenar-lhes entreguem a Bartolomeu Bondenário e à tripulação do seu barco as cartas que enviam junto, diante de testemunhas e dos seus homens, para ele não poder alegar desconhecê-las, e que digam quando e em presença de quem foram entregues . . . . . p. 42

12 MAIO 1434. — El-rei D. Duarte manda Pedro Gonçalves Malafia, vedor da fazenda, ao rei de Castela, a oferecer-lhe ajuda na guerra

contra o rei de Granada, sem outra recompensa que não fosse o serviço de Deus e a própria honra, oferecimento aliás não aceite . . . p. 43

13 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a Baptista Lecanelo, Simão Spínola e Nicolau Cataneo, patrões de três naus genovesas, e às tripulações respectivas, a dizer-lhes que já lhes deve ter constado que em Portugal estão armadas duas naus e dois varinéis com quase mil combatentes, os quais, posto se diga que apenas desejam atacar o Baptista, tudo leva a supor que não pouparão qualquer barco genovês, pelo que é necessário tomar providências; e assim ordenam as referidas autoridades aos ditos patrões se previnam com armas e munições e se preparem para o encontro, Simão com 90 homens, aptos e idóneos, Baptista com 80 e Nicolau com 70, aos quais os comissários Leonel Spínola e João de Marinis juntarão 60 ou mais, e que partam quando os ditos comissários lho ordenarem e naveguem sempre juntos até Cádiz, evitando, em qualquer dos casos, combater ou tomar os barcos portugueses, e ali receberão ordens dos cônsules de Sevilha . . . p. 43

13 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a seus concidadãos Leonel Spínola di Luculli e João de Marinis, residentes em Bruges, os quais supõem já informados de que vão sair de Portugal duas grandes naus e dois varinéis que, se poderem, não deixarão de atacar os barcos genoveses, nomeadamente os referenciados no documento anterior; por isso lhes mandam cartas destinadas aos patrões deles, para que lhas entreguem, os nomeiam comissários seus com plenos poderes para tratar da segurança dos mesmos e avisam os mercadores genoveses residentes em Londres de que devem cumprir as ordens que eles lhes derem sobre o assunto. Recomendam-lhes depois: que vejam se as três naus acima referenciadas têm as armas e munições precisas; que adicionem às respectivas tripulações mais 60 homens; que lhes marquem a data da partida e lhes ordenem naveguem sempre juntas; que, se os portugueses aumentarem o seu potencial e eles virem não serem por isso suficientes as ditas três naus com 300 homens, lhes juntem outros barcos ou mais combatentes, de maneira que elas sigam com segurança; que providenciem sobre o custeamento dos 60 homens, oneradas, inclusivamente as mercadorias transportadas nas naus ou como virem que é melhor, ouvidos os demais genoveses; enfim, que paguem ao portador, nos termos que indicam p. 46

13 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova aos mercadores genoveses residentes em Londres, a comunicar-lhes: que, para as naus genovesas navegarem mais seguramente e livres dos insultos dos portugueses, deram instruções oportunas aos patrões de três naus que supõem encontrar-se naquele mar; que elegeram para seus comissários e executo-

res no assunto Leonel Spínola e João de Marinis, com amplos poderes; e, pois eles lhes devem dar instruções sobre o particular, as cumpram pronta e diligentemente. . . . . p. 48

13 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a Leonel Spínola e João de Marinis, súbditos genoveses residentes em Bruges, a ordenar-lhes cumpram cuidadosamente o que lhes dizem noutra carta e paguem ao portador, a teor do que na mesma se refere . . . . . p. 49

12 JUNHO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a Baptista Lecanelo, Simão Spínola e Nicolau Cataneo, patrões de três naus, na qual, em referência à carta que lhes endereçaram em 13 de Maio e por lhes haver constado que as naus e varinéis portugueses devem sair antes de 1 de Junho e que a sua partida assume intenção má quanto à nação genovesa, renovam as recomendações feitas na carta anterior, mas, quanto a não atacarem, mudaram de parecer, resolvendo e ordenando que onde encontrarem aquelas naus ou quaisquer outros barcos portugueses armados procurem tomá-los, como barcos piratas, pois é Génova a nação que mais gravemente pode ser por eles lesada; para o que se não bastarem os homens de que dispõem, recorram a Leonel Spínola e João de Marinis . . . . . p. 50

12 JUNHO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a Leonel Spínola e João de Marinis, residentes em Bruges, sobre o assunto do documento anteriormente reproduzido, a ordenar-lhes o entreguem aos patrões nele referenciados e provejam para que as naus deles tenham as armas e o pessoal que lhes fora marcado, juntem mais os 60 homens em que lhes falaram e os que julguem ser precisos para expugnar os barcos portugueses, bem como uma outra nau e que ponham toda a diligência em assunto de tamanha monta . . . . . p. 51

14 JUNHO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a el-rei D. Duarte, a estranhar-lhe o procedimento dos portugueses, aliás sempre bem recebidos em sua terra, para com os súbditos genoveses no mar, tomando-lhes os bens e as mercadorias e atacando-os como se foram inimigos, nomeadamente no caso da nau portuguesa que capturou, no mar da Sicília, o navio de Francisco de Lignolis e o levou para o ocidente, e no da expoliação de Domingos Gentile, encontrado no mar e a quem deixaram quase só o fato, a solicitar-lhe a entrega das coisas assim tomadas e a rogar-lhe recomende aos portugueses se abstenham, de futuro, de tais malefícios . . . . . p. 52

14 JUNHO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida aos cônsules e mercadores genoveses residentes em Sevilha, a dizer-lhes que

enviam carta endereçada ao rei de Portugal sobre os danos e injúrias incessantemente infligidos pelos seus súbditos, e a ordenar-lhes a mandem ao monarca, por homem de confiança, que inste pela resposta e lha façam chegar pela via que julguem melhor . . . . . p. 54

30 JUNHO 1434. — Dúvidas formuladas a el-rei D. Duarte sobre a Lei Mental, por ele promulgada em 8 de Abril anterior, e respectivas respostas . . . . . p. 55

4 JULHO 1434. — Escritura da partilha feita entre Gomes Eanes e sua mulher, Catarina Anes, e Frei Gonçalo, dos bens de raiz situados entre Leiria e Pombal, que lhes tinham ficado por morte de João Abade e sua mulher Constança Anes, seus pais, em presença de Pero Lopes, tabelião em Pombal pelo infante D. Henrique . . . . . p. 55

2 AGOSTO 1434. — Reclamação dos procuradores às cortes de Leiria-Santarém de 1434 contra a concessão do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino por D. João I ao infante D. Henrique e resposta de el-rei D. Duarte . . . . . p. 66

16 AGOSTO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a D. Inês de Sousa, mulher de Pero Peixoto, criado do infante D. Henrique, a carta de D. João I de 13 de Dezembro de 1415 . . . . . p. 67

21 AGOSTO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Gabriel Eanes, criado do infante D. Henrique, para escrivão dos resíduos do couto do mosteiro de Alcobaça . . . . . p. 68

7 SETEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, dirigida a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, almirante de el-rei e regedor e governador de Ceuta, a nomear Bartolomeu Eanes, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para o cargo de tesoureiro em Ceuta de todos os dinheiros e coisas que, por ordem do monarca, forem enviadas àquela cidade para seu governo . . . . . p. 69

9 SETEMBRO 1434. — Bula *Sincere deuotionis*, de Eugénio IV, dirigida ao infante D. Fernando, filho de el-rei D. João I, a conceder-lhe o mestrado da Ordem Militar de Avis, vago por morte de D. Fr. Fernando Rodrigues de Sequeira . . . . . p. 70

DEPOIS DE 9 DE SETEMBRO DE 1434 - 1436. — O infante D. Fernando, não satisfeito com os bens que possuía, que eram o seu assentamento, Atouguia, Salvaterra e a Ordem de Avis, solicita, em

Almeirim, ao irmão e rei D. Duarte mais terras ou então licença para ir buscar honra e fortuna fora do país, ao que ficou o monarca de lhe dar resposta definitiva . . . . . p. 73

1434 - 1436. — Comunicados por el-rei D. Duarte ao infante D. Henrique os desejos do irmão de ambos, D. Fernando, de retirar do país, propõe-lhe o Navegador irem os dois com pessoal seu e o das ordens militares de Cristo e de Avis combater os infiéis de África, programa de que discorda o monarca, pela necessidade de se refazer o país dos trabalhos passados e em razão das dificuldades financeiras, agravadas pela manutenção de Ceuta . . . . . p. 76

1434 - 1436. — O infante D. Henrique procura aliciar para o seu partido, de campanha imediata em África contra os infiéis, as pessoas principais da corte régia, onde assiste mais do que os irmãos, sobretudo a rainha D. Leonor, no intuito de ela influir sobre o particular no ânimo do marido . . . . . p. 79

12 SETEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar da Lei Mental o conde de Barcelos, seu irmão, os condes de Ourém e de Arraiolos e a infanta D. Isabel, mulher do infante D. João, respectivamente filhos e filha daquele . . . . . p. 82

21 SETEMBRO 1434. — Alvará de el-rei D. Duarte, a conceder os privilégios dos caseiros encabeçados dos fidalgos, a pedido do infante D. Henrique, a 10 pastores deste que, no couro de Alcobaça, haviam de pastorear 2.000 ovelhas . . . . . p. 84

29 SETEMBRO 1434. — Letras *Etsi cunctis*, do papa Eugénio IV, a isentar os conversos presentes e futuros das ilhas Canárias do pagamento das dízimas e primícias à Igreja e de quaisquer outros tributos que se costumam pagar nas terras cismarinas aos senhorios temporais, pois lhe consta que alguns reclamam o domínio sobre os habitantes e terras das ditas ilhas, onde há convertidos à fé católica, e exigem a estes o quinto dos frutos da terra e das crias dos animais . . . . . p. 85

29 SETEMBRO 1434. — Salvo-conduto *Deuotionis tue*, passado pelo papa Eugénio IV ao nativo cristão Pedro Chymboy, da ilha de Gomeira, nas Canárias, o qual intitula duque, para ele e muitas outras pessoas poderem viajar livremente pelas demais ilhas e pelas terras cismarinas, a fim de melhor se instruírem nos costumes cristãos e na fé católica . . . . . p. 87

29 SETEMBRO 1434. — Letras *Regimini gregis*, do papa Eugénio IV, a proibir, sob pena de excomunhão reservada à Santa Sé, fora do

artigo de morte, que se escravizem ou roubem os fiéis das ilhas Canárias e a conceder a todos eles salvo-conduto para transitarem entre elas e de lá para as terras cismarinas; pois, segundo informe de Fr. João de Baeza, franciscano, do leigo nativo e intérprete João Afonso de Ydubaren e de outras pessoas, sabe que, sobretudo nas ilhas de Grã Canária e de Gomeira, onde há já alguns cristãos, os indígenas desejam visitar as demais ilhas vizinhas e as terras cismarinas, para contactarem com os cristãos e aprenderem as artes mecânicas e outros modos de vida, quando houver transporte, mas receiam ser reduzidos ao cativeiro, como já succedeu com outros, por alguns piratas cristãos . . . . . p. 90

29 SETEMBRO 1434. — Letras *Ad ea ex apostolice*, do papa Eugénio IV, a ordenar não seja destinado a outros fins o navio concedido para serviço dos missionários franciscanos das ilhas Canárias, onde trabalham há muitos anos Fr. João de Baeza, que conhece o idioma dos nativos e baptizou muitos deles, e João Afonso de Ydubaren, leigo, natural de Grã Canária e intérprete, e para onde se propõem seguir alguns religiosos da mesma ordem e cristãos dedicados a Deus, nomeadamente peritos nas diversas artes mecânicas, para converter e civilizar os indígenas . . . . . p. 94

4 OUTUBRO 1434. — Súplica de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, a rogar-lhe se digne confirmar e aprovar a atribuição que seu pai, para ampliação e propagação da fé, manutenção e conservação da cidade de Ceuta, fizera a esta dos rendimentos das igrejas catedrais vagas durante o concílio de Constança. Concedida . . . . . p. 96

4 OUTUBRO 1434. — Súplica de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe licença para fundar, no eremitério do Cabo de S. Vicente, da diocese de Silves, casa franciscana com hospital, a fim de albergar quem por ali passe e nele exercerem os religiosos as obras de humanidade e caridade, para eles lá celebrarem os officios divinos, administrarem os Sacramentos e darem sepultura aos mortos, pois é lugar solitário e deserto, muito afastado de povoações e por onde transita muita gente. Concedido, excepto quanto à administração dos Sacramentos . . . . . p. 97

24 OUTUBRO 1434. — Carta passada em nome de el-rei D. Duarte por Fernão Lopes, escrivão da puridade do infante D. Fernando e guarda das escrituras do tombo que estão na torre do castelo de Lisboa, a Pero Nunes Homem, a pedido deste, com os documentos relativos ao couto de Canas de Senhorim, Valbom, Lageosa, Pala, Teivas e Vinal, em execução de alvará régio de 8 de Abril anterior . . . . . p. 100



3 NOVEMBRO 1434. — Carta de elrei D. Duarte, a alterar, a pedido do infante D. Henrique, a data da feira franca anual de Tomar, concedida por carta de el-rei D. João I de 13 de Abril de 1421 e agora repartida em duas: uma de 1 a 8 de Agosto, com os privilégios joaninos; a outra de 30 de Novembro a 8 de Dezembro, com os mesmos privilégios menos a isenção do pagamento da sisa pelos feirantes . . . . . p. 102

6 NOVEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar o veneziano António Valim para não ser besteiro do conto nem servir os officios do concelho da Raposeira, onde mora, e bem assim a comunidade veneziana, a pedido de Lourenço Donado, carpinteiro das galés de Veneza , . . . . . p. 104

8 NOVEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Pero Garcia, criado que fora da rainha D. Filipa de Lencastre, no cargo de escrivão da receita e despesa dos dinheiros que se tiram na comarca de Trás-os-Montes para serviço de Ceuta . . . . . p. 105

8 NOVEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a conceder porte de arma em Portugal ao inglês Guilherme Nony, morador em Bristol, o qual já tinha recebido autorização idêntica de el-rei D. João I . . . p. 107

9 NOVEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a proibir tomadas no reguengo de Azurara da Beira, de que era rendeiro Fernando Álvares Cabral, cavaleiro da casa do infante D. Henrique . . . . . p. 108

10 NOVEMBRO 1434. — Letras *Ad ea que catholice*, do papa Eugénio IV, a nomear Fr. Francisco de Moya para Vigário Geral dos frades menores nas Canárias com as faculdades do seu antecessor, pela ascensão de Fr. João de Baeza a bispo Libariense . . . . . p. 110

22 NOVEMBRO 1434. — Bula *Super gregem dominicum*, de Eugénio IV, dirigida a D. João Vicente, bispo de Lamego, na qual, a pedido do infante D. Henrique, se comete àquele prelado a revisão e remodelação das Ordenações, Estatutos e Costumeiro da Ordem de Cristo, por serem algumas dessas disposições dispendiosas e outras menos razoáveis, causando assim grave detrimento espiritual e temporal à mesma Ordem, segundo significara o dito infante ao pontífice, a quem pedira providências . . . . . p. 114

10 DEZEMBRO 1434. — Carta das autoridades de Génova ao rei de Portugal, a solicitar-lhe sejam entregues, em Lisboa, a Franco Maraboto ou a Torpeto de Vivaldis as mercadorias que indicam, tomadas em Julho

anterior pela armada portuguesa a nau de que era patrão Cristiano Vancampônio Farneucho, carregadas em Nápoles pelo mercador genovês, António Calvo e consignadas a Gregório Pinelli, outro cidadão genovês, residente em Londres, as quais foram levadas a Lisboa e não eram proibidas nem conduzidas para terra de infiéis . . . . . p. 116

17 DEZEMBRO 1434. — Carta de el-dei D. Duarte, a privilegiar os caseiros e lavradores do mercador João de Santarém, residente em Lisboa . . . . . p. 117

17 DEZEMBRO 1434. — Letras *Creator omnium*, do papa Eugénio IV, a ordenar a todos os fiéis cristãos que, no prazo de 15 dias após o conhecimento das presentes, restituam à liberdade os indígenas das ilhas Canárias e a proibir sejam cativados e vendidos, sob pena de excomunhão «ipso facto incurrenda», da qual, fora do artigo de morte, apenas poderão ser absolvidos pela Sé Apostólica, pelo arcebispo de Sevilha ou pelo bispo de Rubião . . . . . p. 119

23 DEZEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a doação de el-rei D. Fernando, homologada já por D. João I, a Gil Eanes, dos bens de raiz que os mouros haviam deixado em Faro quando passaram a África sem licença régia e bem assim doutros bens de raiz, pertença da coroa no reino do Algarve . . . . . p. 123

24 DEZEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte a confirmar aos carpinteiros, calafates e petintais das suas galés, tercenas e demais obras de Lisboa os privilégios que lhes haviam sido outorgados pelos monarcas anteriores . . . . . p. 125

28 DEZEMBRO 1434. — Letras *Ad ea*, do papa Eugénio IV, dirigidas ao bispo de Cádiz, nas quais, atendendo à falta de recursos e às avultadas despesas que lhe significara ter de fazer o bispo de Rubião, D. Fernando, que em breve vai seguir com pessoal para as ilhas Canárias, lhe ordena tome 1.000 ducados de ouro dos rendimentos da mesa arquiiepiscopal de Sevilha, diocese vaga, e os aplique, a seu arbitrio, na viagem do dito bispo Rubicense, em alfaias para as igrejas do mesmo bispado, na aquisição de navio conveniente para ligação entre as ilhas, em contratar peritos nas artes mecânicas para ensino dos indígenas, na compra de ferro e de outros metais, na construção de igrejas, nos gastos do referido prelado e dos frades menores que vão com ele, no resgate dos canários cativos detidos aquém-mar e na conversão dos infiéis . . . . . p. 126

28 DEZEMBRO 1434. — Letras *Pijs et honestis*, do papa Eugénio IV, dirigidas aos prelados dos reinos de Aragão e de Castela, ao abade

do mosteiro de Poblet e ao prior de Coma, das dioceses de Tarragona e de Sevilha, a ordenar-lhes que dos fundos de usuras e restituições destinados à Câmara Apostólica distraiam 2.000 florins de ouro de câmara para compra e equipamento de navio a utilizar nas ilhas Canárias, confiado ao bispo de Rubião . . . . . p. 128

28 DEZEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Afonso de Matos a que lhe passara, sendo infante, de alcaide do mar da cidade do Porto . . . . . p. 132

30 DEZEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a conceder a Vasco Martins, pescador do infante D. Henrique, isenção de dar pousada em suas casas de moradia, adegas e cavalariças, e licença para poder usar armas . . . . . p. 133

16 ? 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Pero Gonçalves em alcaide das tercenças do Porto, a pedido do infante D. Henrique, como o era em vida de D. João I. . . . . p. 133

11 JANEIRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a doar à rainha D. Leonor, sua esposa, vitaliciamente, as vilas e termo de Alvaizere, Sintra, Torres Novas, Torres Vedras, Alenquer e Óbidos, a teor do seu contrato de casamento . . . . . p. 134

12 JANEIRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar a moura Aziza, residente em Évora, de dar aposentadoria em suas casas de morada, a pedido de D. Isabel, duquesa de Borgonha . . . . . p. 135

25 JANEIRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte aos infantes de Aragão, a dizer-lhes quais as maneiras usadas pelos Altos Infantes com el-rei D. João I, seu pai, por aqueles solicitada através do plenipotenciário mossem Garcia de Aznares . . . . . p. 136

10 FEVEREIRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a manter a sujeição dos lavradores e valadores das lezírias do termo de Vila Franca ao seu almoxarife, em razão do embargo do infante D. Henrique . . p. 146

16 MARÇO 1435. — Carta da rainha de Aragão, em resposta a outra do arcebispo de Lisboa, a dizer-lhe que quanto aos 10.000 florins que el-rei devia pagar do dote da rainha de Portugal nada pode fazer, por não ter a administração dos dinheiros do monarca e que, portanto, lhe escrevam sobre o assunto, para ele prover . . . . . p. 147

16 MARÇO 1435. — Carta da rainha de Aragão ao infante D. Pedro de Portugal, em que, em resposta a outra dele, lhe diz: que sobre a recomendação de D. Leonor e de D. Joana sempre tivera intenção e vontade de proceder como mãe, diligenciando quanto pode colocá-las e exalçá-las; que o matrimónio de D. Joana com o conde de Orenys fora tratado achando-se lá el-rei e alguns outros grandes senhores, porém aquele, atentos os seus grandes negócios, não pudera ocupar-se disso; que ela pensara contudo em que, dados o parentesco das ditas donzelas com o infante e o grande affecto que sempre lhes dispensara, a linhagem de que descendem e as virtudes que as exornam, podiam ser dadas aos dois irmãos solteiros do infante . . . . . p. 148

17 MARÇO 1435. — Carta da rainha de Aragão à de Portugal, escrita em Valência, a comunicar-lhe: não ter recebido há muito mensageiro ou carta de el-rei, mas que, por via de Florença, lhe consta achar-se na Sicília e sã; que o infante D. Pedro está na Calábria; e que, a todo o momento, devem chegar com três galés o rei de Navarra e o infante D. Henrique . . . . . p. 149

27 MARÇO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Rodrigo Anes, caseiro de Pero Gonçalves, mestre dos tréus, possuidor de quinta nos Olivais, Beirolos, o privilégio de ser dispensado de aposentadoria, outorgado por el-rei D. João I . . . . . p. 150

20 ABRIL 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a conceder dispensa de aposentadoria a Galebo de Meira, mouro, residente em Évora, a pedido de Aldonça Martins Toscana . . . . . p. 152

26 ABRIL 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a nomear o seu escudeiro João Rodrigues Trigueiro para escrivão do porto de Elvas, pela forma por que o infante D. Henrique o nomeara em alvará, ao tempo em que as dízimas dos portos se arrecadavam para Ceuta . . . . . p. 152

27 ABRIL 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a perdoar as malfeitorias praticadas por Estação Eanes, outrora preso por mandado de Garcia Mendes, ouvidor do infante D. Henrique na correição da Beira . . . . . p. 153

30 ABRIL 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Lopo Dias, criado do infante D. Henrique, para procurador dos resíduos dos julgados de Lafões, Besteiros, Arouca, Paiva e seus termos . . . . . p. 155

4 MAIO 1435. — Carta credencial das autoridades de Génova, de apresentação do jurista e seu legado o nobre varão Demétrio de Vivaldis

a el-rei D. Duarte, a quem pedem se digne ouvi-lo e despachá-lo bem e rapidamente . . . . . p. 155

14 MAIO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a conceder, de juro e herdade, a D. Telo de Meneses, seu criado e filho de D. Fernando de Meneses, metade dos bens que mandara confiscar a 15 moradores do Porto, que ali haviam entrado em ajuntamento contra o serviço régio, no ano anterior, com excepção dos bens de dois dos réus, de que já fizera mercê aos infantes D. Pedro e D. Henrique, seus irmãos . . . . . p. 156

15 JUNHO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar porte de arma a Álvaro Eanes, de Ferreira de Aves, o qual cumprira pena em Ceuta, por ser culpado da morte de Gomes Aires, mestre das galés reais, e se temia dos parentes do falecido . . . . . p. 158

15 JUNHO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar Martim Gonçalves e Álvaro Vasques, moradores no Porto, homens de pé do infante D. Henrique, a pedido deste, com os privilégios dos caseiros encabeçados dos fidalgos e vassallos . . . . . p. 158

21 JUNHO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a doação feita por Leonor Vaz, viúva de Nuno Vicente Sintrão, de Tomar, a Nuno Álvares, estribeiro do infante D. Henrique . . . . . p. 159

23 JUNHO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a perdoar a Martim Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, a agressão que em tempo fizera a Egas Gonçalves, por ter querelado dele com outros moradores do Porto, que o acusavam de irregularidades no officio de procurador, contando que vá servir 3 anos seguidos em Ceuta . . . . . p. 160

27 JUNHO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar porte de armas a Fernão de Covilhã, escudeiro do infante D. Henrique, ilibado de suspeita do assassinio de Fernão Anes, mas que se teme dos parentes do assassinado . . . . . p. 163

15 JULHO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Gonçalo de Pina, escudeiro do infante D. Henrique, emprazamento que lhe fizera D. João I, seu pai, em três vidas, de duas azenhas régias em Ribeira de Vide, de que ele paga de foro, anualmente, dois quarteiros de trigo . . . . . p. 164

1 AGOSTO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Afonso Anes Calheiros, criado do infante D. Henrique, em procurador dos resi-

duos de Celorico da Beira, Melo e Folgoso, como o fora em vida de el-rei D. João I . . . . . p. 164

25 AGOSTO 1435. — Letras *Romani pontificis*, do papa Eugénio IV, a transferir a sede da diocese canariense de Rubicão, na ilha de Lançarote, para a ilha de Grã-Canária, por ser aquela muito acessível, exposta à pirataria e pouco segura para residência do prelado, e a ordenar que, de futuro, a diocese se denomine Canariense e Rubicense. . . . . p. 165

25 AGOSTO 1435. — Letras *Personam tuam*, do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Fernando, bispo Rubicense e Canariense, a conceder-lhe a faculdade de dispensar e absolver nos casos de matrimónios abusivamente contraídos entre parentes de certas dioceses de Espanha, com o direito de reter as esmolas que então lhe derem e de aplicá-las à aquisição de navio destinado às Ilhas Canárias, para conversão dos habitantes, e ainda a alfaia de igreja e a outras obras pias . . . . . p. 166

26 AGOSTO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar o infante D. Henrique a fazer feira franca anual na sua vila de Tarouca durante sete dias, a começar três dias antes da festa do Corpo de Deus e a acabar três dias depois, com os privilégios para os feirantes constantes da mesma carta e pagando a el-rei a sisa e os demais direitos . . . . . p. 168

4 SETEMBRO 1435. — Letras comendatícias *Cum pro rebus*, do papa Eugénio IV a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, que envia a Portugal e a outras partes tratar assuntos respeitantes à honra de Deus, ao bem do pontífice, da Santa Igreja e do povo cristão, para que a ele e à sua comitiva de 30 cavaleiros dêem, em trânsito, todas as facilidades . . . . . p. 169

7 SETEMBRO 1435. — Carta da rainha de Aragão, endereçada a el-rei D. Duarte, a comunicar-lhe a dolorosa notícia — o que não fez mais cedo pela depressão que ela lhe produziu — do aprisionamento pelos genoveses de el-rei seu marido, do rei de Navarra, do infante D. Henrique de Aragão, dos nobres varões e de outras pessoas notáveis, nomeadamente dos reinos de Nápoles e de Sicília, bem como de muitos outros, como verá pelas cartas cuja transcrição lhe envia, e a solicitar-lhe se interesse por tão aflitiva situação como se fora coisa própria . . . . . p. 171

13 SETEMBRO 1435. — Letras *Cum te pro nonnullis*, do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Gomes, abade do mosteiro beneditino de Santa Maria de Florença, seu núncio a Portugal, para tratar de alguns árdios negócios concernentes ao bem da igreja universal, a conceder-lhe, para as despesas

respectivas 400 florins de ouro, que lhe devem ser pagos pelos colectores apostólicos do país e tomados dos dinheiros outrora recolhidos no reino para proceder-se contra os Boémios . . . . . p. 173

11 NOVEMBRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Luís Mendes, fidalgo da casa do infante D. Henrique, filho de Mem Rodrigues de Refoios, a carta de D. João I de 29 de Dezembro de 1411, de confirmação ao segundo do escambo feito pelo monarca com Rui Vasques, pai daquele, de Sarzedas e Sobreira Formosa por Almeida . . . . . p. 174

18 NOVEMBRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, dirigida ao concílio de Basileia, a comunicar-lhe que envia ao mesmo, como seus embaixadores, D. Afonso, 5.º conde de Ourém e seu sobrinho, D. Antão Martins de Chaves, bispo do Porto, e D. Luís do Amaral, bispo de Viseu, seus conselheiros, Mestre Fr. Gonçalo, provincial dos dominicanos portugueses, o franciscano Fr. Gil Lobo, licenciado em teologia, e os doutores em leis Diogo Afonso Mangancha, formado em ambos os Direitos, e Vasco Fernandes de Lucena, para ali tratarem dos assuntos relativos ao povo cristão, à igreja de Deus e a seu país; roga-lhe os receba e diz-lhe não os ter podido mandar mais cedo pelos motivos que os próprios exporão . . . . . p. 176

21 NOVEMBRO 1435. — Sentença de Frei Afonso, da Ordem de Cristo, Vigário Geral de Tomar e da igreja de Santiago de Santarém, sobre divergências havidas entre o prior e raçoeiros daquela igreja, na qual o prior aduziu ordens do infante D. Henrique para legitimar o seu procedimento . . . . . p. 177

30 DEZEMBRO [1435]. — Carta de privilégio de João Vaqueiro, cunhado de Rodrigo Esteves, cavaleiro da casa do infante D. Henrique . . . . . p. 180

12 JANEIRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte a D. Álvaro de Castro, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e a D. Isabel Pereira, sua mulher, de doação de certas saboarias, a qual lhes fora feita pelo citado infante em compensação de 5.000 dobras prometidas em casamento . . . . . p. 181

12 JANEIRO 1436. — Letras *In excelso*, do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Fernando Calvetos, bispo Rubicense e Canariense, a conceder-lhe, para evangelização das ilhas de Gomeira e Grã-Canária e iniciação de seus habitantes nas artes e officios dos povos civilizados, as quantias devidas à Câmara Apostólica na diocese de Sevilha, desde o antipapa Bento XIII até à eleição de Martinho V, as quais ainda se conservam na posse e guarda de algumas pessoas. . . . . p. 182

13 JANEIRO 1436. — Letras *Dudum nostras*, do papa Eugénio IV, dirigidas aos bispos de Rimini, Badajoz e Córdova, para que urjam pelo cumprimento das letras *Creator omnium* do mesmo papa, passadas a 17 de Dezembro de 1434, a ordenar a libertação dos indígenas das Canárias reduzidos à escravidão, agora e de futuro, sem compensação alguma e com obrigação de lhes restituírem os bens roubados. . . . p. 184

13 JANEIRO 1436. — Letras *Ad ea libenter*, do papa Eugénio IV, dirigidas aos arcebispos e bispos de Aragão e de Castela, ao abade do mosteiro de Poblet e ao prior de Coms, das dioceses de Tarragona e de Sevilha, a urgir pelo cumprimento das letras *Pijs et honestis*, de 28 de Dezembro de 1434, em que se ordenara a recolha e entrega de 2.000 florins de ouro, sobre restituições a fazer e legados pios para coisas incertas, soma destinada à compra, apetrechamento e conservação de navio destinado à evangelização das Canárias . . . . p. 186

20 JANEIRO 1436. — Carta de D. João II, rei de Castela e de Leão, a nomear, como seus embaixadores especiais e gerais ao concílio de Basileia, com plenos poderes, D. Gonçalo de Santa Maria, bispo de Plaséncia, seu auditor e conselheiro, e o cavaleiro Gutierre de Sandoval . . . p. 188

20 JANEIRO 1436. — Carta de D. João II, rei de Castela e de Leão, a nomear Pedro Bocanegra, licenciado em leis, deão da sé de Cuenca, abade de Herimides e seu conselheiro, como seu embaixador especial ao papa Eugénio IV, com plenos poderes para tratar de alguns árduos negócios de grande interesse régio e firmar, em nome do monarca, quaisquer instrumentos . . . . p. 191

26 JANEIRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Gonçalo Anes, criado do infante D. Henrique e juiz dos órfãos em terra de Seia, para juiz e contador na dita terra e em todos seus termos, com normas para exercício do cargo. . . . p. 192

27 JANEIRO 1436. — Letras *Superna dispositione*, do papa Eugénio IV, dirigidas a João Moroquino, presbítero de Valência, a conceder-lhe faculdades: para fundar três oratórios na ilha da Madeira, afim de lá viver como religioso, com outros, e administrar os sacramentos aos moradores dos oratórios sobreditos; de poderem os membros dessas comunidades religiosas escolher confessor que os absolva de todos os pecados, excepto dos reservados à Santa Sé, e lhes conceda indulgência plenária em artigo de morte; e a declarar os três oratórios isentos da autoridade do Ordinário . . . . p. 195



8 FEVEREIRO 1436. — Alvará de el-rei D. Duarte, a confirmar a Rodrigo Álvares, alcaide do mar em Faro e criado do infante D. Henrique, a plena jurisdição, como a tivera seu pai Rodrigo Álvares até que entrou de almirante o conde de Viana, D. Pedro de Meneses, sem embargo de alvará em contrário . . . . . p. 198

12 FEVEREIRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar mestre José Arame, judeu, morador em Évora, ourives do infante D. Henrique. . . . . p. 199

1436. — Resposta do infante D. Henrique a pergunta que lhe formulara seu irmão e rei D. Duarte sobre se era coisa justa, direita e razoável fazer guerra aos mouros de África em as partes de Benamarim (Marrocos) ou se era melhor o monarca folgar e reger as suas terras e reinos e evitar-lhes assim os males derivados da guerra . . . . . p. 201

7 MARÇO 1436. — Alvará e primeiro testamento do infante D. Henrique, a perfilhar o sobrinho e afilhado o infante D. Fernando, por não ter filho nem esperar havê-lo e para que, por sua morte, ele lhe cure dos criados e de lhe sufragar a alma, e a doar-lhe todos os bens móveis e de raiz que então haja, excepto o terço de alma; pelo que roga a el-rei confirme a presente doação nas terras que tem da coroa do reino, como se D. Fernando fora seu filho próprio e legítimo . . . . . p. 206

7 MARÇO 1436. — Alvará de el-rei D. Duarte, a confirmar o documento anterior . . . . . p. 207

MARÇO 1436. — El-rei D. Duarte e o infante D. Henrique orçam em 14.000 homens o efectivo necessário à projectada campanha de África; mas, apurado pelo monarca com seus oficiais não poder a fazenda régia cobrir toda aquela despesa, resolve D. Duarte recorrer ao país, para o suprimento preciso, e convoca cortes para Évora, onde lhe é outorgado «pedido e meio», logo recolhido, porém não sem reclamações. . . . . p. 208

5 ABRIL 1436. — Carta de el-rei D. Duarte com o teor e resposta dos 27 capítulos especiais de Santarém apresentados às cortes de Évora do mês anterior, nos quais, entre outras coisas, o concelho reclamou contra o facto de o monarca haver tirado do termo de Santarém e dado a Salvaterra de Magos o Campo de Sacarabotão e Albufeira, ao doá-las ao infante D. Fernando, e lhe significou também o desejo de que ele concluísse a já longa demanda do concelho com o infante D. Henrique, sobre os termos. . . . . p. 210

11 ABRIL 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a legitimar Duarte Vasques, escudeiro do infante D. Henrique, filho de Vasco Anes, clérigo de missa, abade de Figueiredo, e de Domingas Gonçalves, solteira p. 212

12 ABRIL 1436. — Carta de el-rei D. Duarte com os capítulos especiais do Porto nas cortes de Évora desse ano, em que se alude, entre outras coisas, aos serviços prestados pela cidade aos monarcas, nomeadamente contra Castela e em Ceuta . . . . . p. 213

12 ABRIL 1436. — Carta de el-rei D. Duarte com os capítulos especiais de Lamego nas cortes de Évora desse ano, em que, entre outras coisas, a cidade se queixa dos indivíduos que, para fugirem dos encargos concelhios, se refugiaram nas terras dos privilegiados, nomeadamente nas do infante D. Henrique . . . . . p. 218

1436. — Como Afonso Gonçalves Baldaia, prosseguindo no descobrimento marítimo da costa ocidental africana por ordem do infante D. Henrique, atingiu o Rio do Ouro e chegou ao Porto ou Pedra da Galé. p. 221

9 MAIO 1436. — Recibo passado por D. Gomes, abade de Santa Maria de Florença, no mosteiro de S. Bento de Lisboa, dos 400 florins de ouro que, para as despesas da embaixada pontifícia a que viera, lhe entregou João Rodrigues, deão da sé de Lisboa e colector apostólico nos reinos de Portugal e do Algarve, os quais serão deduzidos da colecta outrora efectuada no país por ordem do papa Martinho V contra os Boémios, nos termos das letras do papa Eugénio IV de Setembro anterior. p. 225

13 MAIO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Lopo Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz das sisas de Pombal e termo . . . . . p. 226

MARÇO-MAIO 1436. — Alvará de el-rei D. Duarte, dirigido a Bartolomeu Gomes, provedor dos rendimentos régios de Lisboa, a enviar-lhe cópia das ordenações de el-rei D. João I de 1418 relativas à tiragem de «pedido» no reino, para ele as observar na recolha do «pedido e meio» em Lisboa e termo, concedido ao monarca pelas cortes de Évora de Março de 1436 . . . . . p. 227

MARÇO-MAIO 1436. — Dúvidas sobre o «pedido e meio» esclarecidas por el-rei D. Duarte. . . . . p. 228

21 MAIO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, endereçada a Bartolomeu Gomes, provedor dos rendimentos régios, com normas sobre a

cobrança, em Lisboa e termo, do «pedido e meio» concedido ao monarca pelas cortes de Évora de Março anterior . . . . . p. 229

26 MAIO 1436. — Carta do infante D. Henrique, a doar para sempre a D. Fernando de Castro, administrador de sua casa, o paul de Boquilobo, com a condição de ele andar sempre indiviso, por demonstrar a experiência que paus divididos são perdidos, em razão de os herdeiros não refazerem as valas . . . . . p. 232

26 MAIO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar, juntamente com a rainha D. Leonor e o infante D. Afonso, a D. Fernando de Castro, do seu Conselho e governador da casa do infante D. Henrique, a doação que este lhe fizera do paul de Boquilobo, junto a Torres Novas . . . . . p. 234

1 JUNHO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, até 18 homens que hão de andar na armação dos atuns e corvinas no Algarve . . . . . p. 237

8 JUNHO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a coutar a Gonçalo de Pina, escudeiro, criado do infante D. Henrique, herdade sita a duas léguas da cidade de Évora, para o lado de Viana, a qual seu sogro, João Esteves Lourinho, vassalo de el-rei, lhe doara em casamento e havia sido coutada àquele, em sua vida, por el-rei D. João I . . . . . p. 238

19 JUNHO 1436. — Letras *Litteris tuis*, do papa Eugénio IV ao rei D. Duarte, que lhe pedira nomeasse D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, para visitador e reformador das igrejas e lugares eclesiásticos de Portugal, a dizer-lhe que, devendo estar a chegar os seus enviados, por certas razões trataria do assunto com eles presentes . . . . . p. 239

19 JUNHO 1436. — Letras *Inter nonnullas litteras*, do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a mostrar-lhe a sua satisfação por ele, tanto nas cartas que lhe enviou por D. Gomes, abade de Santa Maria de Florença, como em resposta a outra sua, não haver acatado o decreto contra a percepção das anatas, menos honesta e razoavelmente promulgado no concílio de Basileia . . . . . p. 240

[1436]. — Queixas formuladas pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, ou em seu nome ao papa Eugénio IV contra el-rei D. Duarte, acusando-o de coarctar as liberdades da igreja e de prejudicar a diocese Bracarense em seus rendimentos e no senhorio da cidade . . . . . p. 242

19 JUNHO 1436. — Letras *Nonnullorum querelis*, do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a estranhar-lhe haverem-lhe chegado queixas contra o facto de o poder civil invadir, no país, o eclesiástico, revogando sentenças e censuras cominadas pelos prelados e pelos juizes competentes e sendo julgadas no foro secular as causas eclesiásticas, nomeadamente do direito de padroado, e citados perante a cúria régia os próprios arcebispos e bispos; e que, a ser assim, se abstenha de tais excessos e defenda as liberdades e imunidades da igreja, como príncipe tão amigo da Santa Sé, a quem deve recorrer em conflitos com prelados. p. 246

19 JUNHO 1436. — Carta do papa Eugénio IV a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, da Ordem de S. Bento, a enviar-lhe cópia de carta que, na mesma data, expede ao rei D. Duarte e a ordenar-lhe que, em seu nome e por sua autoridade, paternalmente o advirta e exorte a que desista daquilo em que lhe fala, se é verdade, e acate a advertência pontifícia, como convém a reis católicos. . . . p. 248

3 JULHO 1436. — Súplica de Luis de Guzmán, Mestre Geral da Ordem Militar de Calatrava, ao papa Eugénio IV para que lhe restituia o direito de Visita das casas das Ordens Militares de Alcântara, em Castela, de Avis, em Portugal, e de Montesa, no Aragão, interrompida desde há alguns anos por diversos impedimentos e causas, pelo que os respectivos freires se recusam a recebê-lo e tal visitação lhe foi ordenada, sob pena de excomunhão, pelo abade de Morimundo. Concedido. . . . p. 249

22 JULHO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a emprazar a Gonçalo do Rego, alcaide pequeno da Ribeira de Santarém, em três vidas, chão régio da dita Ribeira por duas onças de prata, anualmente. . . . p. 250

10 AGOSTO 1436. — Carta do infante D. Henrique, dirigida a João Álvares da Cunha, cavaleiro da sua casa, a prometer-lhe 2.000 coroas de ouro, em dote, para o seu casamento com Mécia Gomes. . . . p. 251

17 AGOSTO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, de confirmação da promessa de dote feita pelo infante D. Henrique a João Álvares da Cunha, cavaleiro de sua casa, para o seu casamento com Mécia Gomes. . . . p. 252

24 AGOSTO 1436. — Alvará de el-rei D. Duarte, a autorizar o infante D. Henrique a mandar sepultar, na capela da igreja da Batalha que está junto da sacristia, os criados que quiser, pois fica destinada a jazigo deles. . . . . p. 253

AGOSTO 1436. — Súplica dirigida pelos embaixadores de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, a ponderar-lhe os esforços dispendidos

pelo infante D. Henrique na evangelização e civilização dos indígenas de uma das ilhas Canárias, suspensos em razão de édito proibitório e pena de excomunhão a quem guerreasse as ditas ilhas, a rogar-lhe se digne restringir aquela proibição e penalidade às ilhas em que moram cristãos, a fim de ele poder subjugar as restantes e conduzi-las para a Igreja de Deus e a solicitar-lhe a concessão das que conquistar aos infiéis . p. 255

31 AGOSTO 1436. — Letras *Venerabiles fratres*, do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, em resposta ao que, entre outras coisas, lhe solicitara pelos embaixadores de Portugal ao concílio de Basileia. . . . . p. 259

[AGOSTO-SETEMBRO 1436]. — Parecer jurídico sobre a união régia e a cruzada contra os infiéis, dado ao papa Eugénio IV, a pedido de el-rei D. Duarte . . . . . p. 261

[AGOSTO-SETEMBRO 1436]. — Parecer jurídico, dado a propósito de três pedidos formulados pelo rei de Portugal, D. Duarte, ao papa Eugénio IV, sobre a coroa e união régias e sobre a cruzada contra os infiéis, para si e sucessores . . . . . p. 266

8 SETEMBRO 1436. — Bula *Rex regum*, de Eugénio IV, a conceder a el-rei D. Duarte a cruzada contra os sarracenos e as terras que lhes conquistar . . . . . p. 271

10 SETEMBRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte ao concílio de Basileia, a solicitar-lhe se interesse de veras pela pacificação entre a Inglaterra e a França . . . . . p. 276

12 SETEMBRO 1436. — Letras secretas *Tenemus omnia*, pelo papa Eugénio IV endereçadas a D. Gomes Ferreira, abade de Florença, a dizer-lhe que tratara, solícita e diligentemente, quanto as circunstâncias lho permitiam, os assuntos que lhe cometera, a mostrar-se satisfeito pela boa disposição do rei de Portugal e dos infantes seus irmãos para com ele, pontífice, e a comunicar-lhe que, quanto à comissão da visita, aguardara a chegada do conde e restantes emissários régios, que apenas traziam a recomendação de lhe falar na visita da Ordem dos Cistercienses, inoportuna neste momento, pela ausência de seu abade em Basileia e não urgente para os demais isentos; pelo que lhe ordena regresse a seu mosteiro, como aliás o solicitam os seus súbditos . . . . . p. 278

15 SETEMBRO 1436. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe declare válidas certas graças, concessões, dis-

pensas, pedidos, privilégios e indultos obtidos por João Nunes, clérigo de Viseu, oriundo de nobre estirpe, seu familiar e comensal, depois de, em 21 de Abril de 1431, o mesmo pontífice lhe haver outorgado a graça expectativa de poder haver duas collocções e outros tantos benefícios, com dispensa para duas incompatibilidades, sem haver feito menção daquela graça . . . . . p. 280

15 SETEMBRO 1436. — Bula *Romanus pontifex*, de Eugénio IV, dirigida a el-rei D. Duarte, a conceder-lhe, para propagação do nome cristão, a conquista das ilhas Canárias não pertencentes a cristãos e a submissão das mesmas à Coroa de Portugal, uma vez terminadas suas conquista e conversão, e a declarar, em referência à Súplica de Agosto anterior, que a proibição de atacar as ilhas em causa apenas se referia às cristãs . . . . . p. 281

20 SETEMBRO 1436. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a pedir-lhe que seu familiar e capelão Martim Pais, reitor da igreja paroquial de S. Julião de Cambra, já dispensado do defeito de nascimento para receber todas as ordens sacras e um benefício, mesmo com cura de almas, possa também aceitar e permutar quaisquer benefícios eclesiásticos incompatíveis entre si . . . . . p. 283

2 OUTUBRO 1436. — Lei de el-rei D. Duarte, a restringir a concessão de alvarás e de cartas de seguro aos homiziados que fossem servir em Ceuta e em esta armada (de Tânger), nos delitos praticados antes de Janeiro de 1436, com a excepção na mesma referida . . . . . p. 284

17 OUTUBRO 1436. — Parecer do jurista bolonhês António Minucci da Pratovecchio a consulta que lhe fora endereçada sobre a legitimidade da guerra contra os infiéis . . . . . p. 287

[OUTUBRO 1436]. — Parecer de António de Rosellis, jurista bolonhês e advogado consistorial, sobre a legitimidade da guerra contra os sarracenos . . . . . p. 322

29 OUTUBRO 1436. — Letras *Pijs et honestis*, do papa Eugénio IV, dirigidas a Fr. Francisco, bispo de Rubicão, a confirmar em seu favor as graças concedidas a D. Fernando, bispo da mesma diocese, pelas quais podia receber determinadas quantias para navio destinado à evangelização das Canárias e para as obras da catedral, absolver os fiéis das sobre-ditas ilhas de todos os pecados e delitos, ainda dos reservados à Santa Sé, e dispensar aos fiéis da Biscaia do terceiro e quarto grau de consanguinidade, em caso de matrimónio . . . . . p. 344

6 NOVEMBRO 1436. — Bula *Romani pontificis*, de Eugénio IV, a declarar nula a concessão que fizera a el-rei D. Duarte da conquista das ilhas Canárias ainda em posse de pagãos, na medida em que tal concessão prejudique os anteriores direitos de Castela, cujo monarca declarou que, por título antigo e por outras causas, ela pertence à sua coroa. p. 346

[6 NOVEMBRO 1436(?)]. — Letras *Dudum cum ad nos*, do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a observar-lhe que, ao reconhecer os seus pretensos direitos à conquista da África e de algumas das ilhas Canárias, não tivera intenção de prejudicar os de Castela às mesmas ilhas; e por isso lhe ordena que nada faça contra os direitos do rei de Castela e de Leão, que lhe representou pertencer-lhe a conquista da terra de África e das ditas ilhas. . . . . p. 348

9 NOVEMBRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a aforar para sempre a Gonçalo de Pina, residente na cidade de Évora, adega térrea da mesma cidade, à torre da porta de Moura, por 25 soldos da moeda antiga . . . . . p. 350

22 NOVEMBRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar Antão Eanes, tanoeiro de Lisboa, enquanto exercer o seu mister na Casa de Ceuta pelos preços a que se obrigou. . . . . p. 351

1431-1436. — Dinheiros recebidos pelo infante D. Henrique do almoxarifado da Guarda com destino a Ceuta, de 1 de Janeiro de 1431 a 1 de Janeiro de 1436. . . . . p. 352

1436. — Dinheiros recebidos pelo infante D. Henrique do almoxarifado da Guarda com destino a Ceuta, no ano de 1436 . . . . . p. 354

## ÍNDICE ANALÍTICO

Este índice respeita apenas aos documentos e anotações do presente volume. Os números indicam as páginas. Nos antropónimos portugueses segue-se a ordem alfabética do último apelido; nos estrangeiros adopta-se o sistema usado nas respectivas nações.

- ABADE (Gonçalo), testemunha na escritura de partilhas entre Gomes Eanes e Frei Gonçalo, 66.
- ABADE (João), casado com Constança Anes, pai de Frei Gonçalo, 65.
- ABEL, 203.
- ABRAAO (Patriarca), 203, 307, 310, 328 e 339.
- ABRANCHES (Joaquim dos Santos), 271.
- ABRANTES, 136.
- ABREU (D. Alvaro de), arcebispo de Évora, 72.
- ABREU (Pedro Gomes de), sogro de Heitor Homem, 224.
- ABREU (Rui Vasques de), juiz dos órfãos, 216.
- ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 31 e 103.
- AÇORES, 24.
- ACCURSIO, 296.
- ADRIANO, 289.
- AFONSO (D.), 8.º conde de Barcelos, filho legitimado de el-rei D. João I e de D. Inês Pereira Esteves, 1.º Duque de Bragança, 83 e 132.
- AFONSO (D.), 4.º conde de Ourém, filho primogénito de D. Afonso 8.º conde de Barcelos, 83.
- AFONSO (D.), 5.º conde de Ourém, embaixador de el-rei D. Duarte ao concílio de Basileia, 175-76 e 259.
- AFONSO IV (D.), rei de Portugal, 257.
- AFONSO V (D.), rei de Portugal, 16, 29, 30, 32, 34, 38-39, 67-69, 75, 79-80, 83-84, 100, 105-106, 180, 116, 132-33, 146, 152, 164, 174, 181, 192, 198-99, 205-207, 224, 226, 233, 237, 251-53, 284, 350, 352 e 354. Infante — 233. Príncipe — 235.
- AFONSO V (D.), O Magnânimo, rei de Aragão, 147 e 171-72.
- AFONSO (Frei), da Ordem de Cristo, Vigário Geral de Tomar e da igreja de Santiago de Santarém, 177.
- AFONSO (Diogo), escolar em Leis, vassalo de el-rei D. Duarte, do seu desembargo e juiz dos seus feitos, 109.
- AFONSO (Filipe), escrivão, 164 e 193.
- AFONSO (Gonçalo), escrivão, 238.
- AFONSO (João), vedor da fazenda, 146.
- AFONSO (João), escrivão, 180-81 e 253-54.



- AFONSO (João Mendes), 155.  
 AFONSO (Lopo), escrivão de el-rei D. Duarte, 39 e 237.  
 AFONSO (Lopo), escudeiro do infante D. Henrique, juiz das sisas de Pombal e termo, 226.  
 AFONSO (Luís), ouvidor na corte de el-rei D. Duarte, 193.  
 AFONSO (Maria), mulher de Gonçalo do Rego, 250.  
 AFONSO (Pedro), escrivão, 103.  
 AFONSO (Pero), tabellão em Tomar, 160.  
 AFONSO (Rodrigo), contador das coisas de Ceuta no Porto, 106.  
 AFONSO (Rodrigo), escrivão, 158, 160, 162, 174 e 351.  
 AFORTUNADAS (Ilhas) ou Canárias, 24. V. — CANÁRIAS, Ilhas.  
 AFRICA, 23, 25, 30-32, 42, 73, 76, 78-81, 92, 104, 123, 202, 208-10, 223, 255, 257-58, 271-72 e 347-49.  
 AGAR, escrava de Abraão, 339.  
 AGUER, V. — CABO DE AGUER.  
 AGUIAR DE NEIVA, 83.  
 AIRES (Gomes), mestre das galés reais, 157-58.  
 ALBORNOZ (Cardeal), 295.  
 ALBUFEIRA, 209 e 211.  
 ALBUQUERQUE (João de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 38.  
 ALCAÇOVAS, Senhor das, 180.  
 ALCALA DE HENARES, diocese de Toledo, 190 e 192.  
 ALCobaça, Abade do Mosteiro de, 84. Couto de — 84. Mosteiro de — 68.  
 ALCOENTRE, 6.  
 ALEM-DOURO, 67.  
 ALEMANHA, Imperador da, 74 e 298. Rei da — 298.  
 ALENQUER, 31, 134, 159 e 164.  
 ALENTEJO (Pero do), 178.  
 ALEXANDRE II, Papa, 289.  
 ALGARVE, 98 e 236-37. Rainha do —, 1. Rei do — 9, 11, 13, 38, 67, 70, 82, 96, 100, 102, 108, 125, 134, 145-46, 155-56, 173, 181, 210, 234, 239-41, 246, 255, 258, 272, 276, 281, 347, 352 e 354. Reino do — 123-24, 176, 198, 225 e 236-37.  
 ALGES (Reguengo de), 233.  
 ALLANT DE CHIO, na Flandres, 42.  
 ALMADA, 254.  
 ALMEIDA, 174. Vila e castelo de — 174-75.  
 ALMEIDA (Diogo de), escudeiro do infante D. Henrique, 224. V. — ALMEIDA (Diogo Lopes de).  
 ALMEIDA (Diogo de), escrivão dos contos de el-rei D. Afonso V na comarca da Guarda, 354-55.  
 ALMEIDA (Diogo Fernandes de), do conselho de el-rei D. Duarte e seu vedor da fazenda, 226.  
 ALMEIDA (Diogo Lopes de), fidalgo, 223-24.  
 ALMEIDA (Fortunato de), 69, 100, 113, 239, 241 e 261.  
 ALMEIDA (Manuel Lopes de), 202.  
 ALMEIRIM, 37, 39-40, 73, 132-33 e 209.  
 ALMOUROL, Comenda de, 211.  
 ALONSO DE GUSMAN (Juan), conde de Niebla, 1.º duque de Medina Sidónia e Senhor de Sanlúcar de Barrameda, 31.  
 ALTISSIMO, 197.  
 ALTOS INFANTES, os filhos de el-rei D. João I, 70 e 136.

- ALVAIAZERE, 134.  
 ALVARES (Diogo), escrívão, 153 e 226.  
 ALVARES (Lopo), 124.  
 ALVARES (Nuno), estribelro do infante D. Henrique, 159-60.  
 ALVARES (Pero), recebedor da chancelaria de el-rei D. Duarte, 154.  
 ALVARES (Rodrigo) criado do infante D. Henrique, alcaide do mar em Faro, pai de Rodrigo Alvares, 198.  
 ALVARES (Rodrigo), alcaide do mar em Faro, filho de Rodrigo Alvares e criado do infante D. Henrique, 198.  
 ALVAREZ DE PAZ (Luís), doutor em Direito, ouvidor das audiências régias, embaixador de Castela ao concílio de Basileia, 34-35, 86, 188-89 e 348.  
 ALVIELA, Rio, 83.  
 AMARAL (D. Luís do), bispo de Viseu, embaixador de Portugal ao concílio de Basileia, 175-76 e 259.  
 AMEIXIOSA DE RIBA DE PAVIA, região de Lafões, 153.  
 AMSTERDAM, 266.  
 ANANIAS, 307.  
 ANÇA, 7.  
 ANDALUZIA, 93.  
 ANDEIRO (João Fernandes), conde de Ourém, 241.  
 ANDREA (Joannes), celebrado canonista do século XIV. V. — ANDREA (João).  
 ANDREA (João), 267, 269, 303-04, 308 e 333.  
 ANES. V. — EANES.  
 ANES (Afonso), escrívão das malfetorias, 154.  
 ANES (Afonso), raçoelro na igreja de Santiago de Santarém, 177 e 179.  
 ANES (Afonso), escrívão, 216.  
 ANES (Alvaro), escrívão, 132 e 157.  
 ANES (Catarina), casada com Gomes Eanes, 65.  
 ANES (Constança), mulher de João Abade, mãe de Frei Gonçalo, 65.  
 ANES (Fernão), 163.  
 ANES (Gonçalo), criado do infante D. Henrique, juiz dos órfãos, juiz e contador em terra de Sela, 192-93.  
 ANES (D. Maria), mãe de D. Pedro da Guerra, 241.  
 ANES (Rodrigo), caselro de Pero Gonçalves, 150-51.  
 ANES (Rodrigo), escrívão, 154-55, 164 e 193.  
 ANES (Vasco), escrívão de el-rei D. João I, 11.  
 ANES (Vasco), clérigo de missa, abade de Figueiredo, pai de Duarte Vasques, 212.  
 ANESTAXIUS, 334.  
 ANGRA DOS CAVALOS, 222-23.  
 ANGRA DOS RUIVOS, baía na costa ocidental de Africa, 24 e 34.  
 ANJOU (Luís de), 171.  
 ANJOU (Renato de), irmão de Luís de Anjou, 171.  
 ANTÃO (João), mercador, residente em Bristol, 107.  
 APOLO, 28.  
 AQUILIA, Lei, 292 e 306.  
 ARAGÃO, 121, 128-30, 147-48, 170-72, 194, 249 e 258. Arcebispos de — 186. Bispos de — 186. Infantes de — 136 e 145. Rainha de — 1, 5, 147-49 e 170. Rei de — 26, 171, 265 e 268. Reino de — 120, 127-28, 130 e 344.  
 ARAGÃO (D. Afonso), rei de Aragão, filho e sucessor de D. Fernando I, 4.  
 ARAGÃO (D. Leonor de), rainha de Aragão. V. — LEONOR (D.), rainha de Aragão.  
 ARAGÃO (Maximiano de), 99.

- ARAME (José), judeu, morador em Évora, ourives do infante D. Henrique, 199-200.
- ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, 85, 87, 90, 93-94, 96-97, 110, 119, 126, 128, 165-66, 169, 172, 182, 184, 186, 194, 239-40, 246, 248-49, 259, 271, 278-79, 281, 283, 344-45 e 348.
- ARCHIVIO DI STATO DI GENOVA, 40, 42-43, 46, 48-51, 53-54, 116 e 155.
- ARCHIVIO DI STATO DI FIRENZE, 169 e 239-40.
- ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGON, 147-50 e 170.
- ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, 1, 34, 175, 187-90 e 276.
- AREZO, 314 e 322.
- ARGUIM, Bafa de, 31.
- ARIMINENSIS, de Rimini, na Itália, 250, 280 e 283.
- ARISTÓTELES, 323, 328, 336 e 342.
- ARNAUT (Salvador Dias), 214.
- AROUCA, Julgado de, 154-55.
- ARQUIVO. V. — ARCHIVIO e ARCHIVO.
- ARQUIVO DO CABIDO E MITRA DA SE DE VISEU, 99.
- ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA, 210.
- ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE MONCORVO, 104.
- ARQUIVO DA CASA DE BRAGANÇA, 9.
- ARQUIVO DA CASA DE CASCAIS, 233.
- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, 173 e 242.
- ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU, 100, 224 e 280.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 1, 6, 9, 11, 16, 18, 23, 29, 31, 36-39, 43, 54, 65, 67-70, 73, 75-76, 79, 82-84, 97-98, 102-05, 107-108, 113, 116-17, 123-24, 132-36, 146, 150, 152-54, 158-60, 163-64, 167, 174, 177, 180-81, 192, 198-99, 201, 205, 207-08, 210-12, 218, 224, 226-29, 233, 236, 238, 246, 250-53, 271, 276, 284, 350, 352 e 354.
- ARRAILOS (Conde de), conde de Barcelos, filho de D. Afonso, 79, 82-83 e 299.  
3.º Conde de — 9. Condes de — 15. Saboaria de — 181.
- ARRUDA DOS VINHOS, 158, 160 e 162-63.
- ASCOUROUPYM (Barca de), 211.
- ASIA, 28 e 32.
- ATLANTICO, 23, 42 e 97.
- ATOUGUIA DA BALEIA, 13, 73 e 75.
- AVEIRO, 38.
- AVEIRO (João de), navegador, 32.
- AVILEZ (Alfonso de), criado da rainha D. Leonor de Aragão, 5.
- AVIS, Casa de, 71.
- AZAMBUJA (João Afonso de), bispo do Porto, 100.
- AZAMBUJA (D. João Esteves de), arcebispo de Lisboa e cardeal, 92.
- AZEVEDO (Lúcio de), 352.
- AZEVEDO (Pedro de), 6, 7, 69, 105, 116, 158, 160, 213, 227-29, 246, 350, 352 e 354.
- AZIZA, moura, residente em Évora, 135.
- AZNARES (Garcia de), deão de Tarazona, 136-37.
- AZURARA, 101.
- AZURARA DA BEIRA, 108. Reguengo de —, 108.
- BADAJOS, Bispo de, 184. Igreja de — 259-60.
- BAEZA (Fr. João de), da Custódia Franciscana de Sevilha e depois Vigário Geral da sua Ordem, 85, 89-90, 93-95, 110-12, 119-20 e 257.
- BALDAIA (Afonso Gonçalves), copeiro do infante D. Henrique, 28, 34, 221-22 e 224-25.
- BALDAIAS, 34.

- BALEAL, 75.  
 BALLESTEROS Y BERETTA (D. António), 145.  
 BARBARIA, 303-04.  
 BARCELONA, 42, 119 e 171.  
 BARCELOS (Condes de), D. Afonso, 8.º conde, 79, 82-83 e 287. D. João Afonso Telo, 7 e 14-15.  
 BARREGUEIRA (Martim Gonçalves da), testemunha na escritura de partilhas entre Gomes Eanes e Frei Gonçalo, 66.  
 BARRIENTOS (Don Lope), 35.  
 BARROS (João de), 23, 28, 31-32, 34 e 222-23.  
 BARTOLO, Escola de —, 293-94. V. — SAXOFERRATO (Bártolo de).  
 BARU (Abraão), judeu morador no Porto, também conhecido por Jaco Baru, 161.  
 BARU (Jaco). 161. V. — BARU (Abraão).  
 BASILEIA, 176, 187-88 e 278-79. Concílio de — 34, 86, 170, 172, 175-76, 187-88, 206, 239-40, 246, 255, 259-60, 270 e 275-76.  
 BASTO (João de), escrivão, 233 e 252.  
 BATALHA (Mosteiro da), 253.  
 BEIRA, Comarca da, 224. Correição da — 153.  
 BEIROLAS, lugar da freguesia dos Olivais, concelho de Lisboa, 150-51.  
 BEJA, 210.  
 BEJA (Afonso de), escrivão, 104, 108, 151-52 e 159.  
 BELAMARIM, 202. V. — BENAMARIM.  
 BELAS, Paços de, 75.  
 BENAMARIM, 201. V. — BELAMARIM e MARROCOS.  
 BENAVENTE (Conde de). V. — RODRIGO PIMENTEL (D. Afonso).  
 BENJAMIM, 277.  
 BENTO XI, Papa, 267.  
 BENTO XIII, Antipapa, 85, 110, 120, 182 e 344.  
 BERBERIA, 29, 286 e 320-21.  
 BERLENGAS, 75.  
 BESTEIROS, Julgado de, 154-55.  
 BETHANCOURT (Jean de), 85 e 119.  
 BETHENCOURT (Maciot de), 86, 118-19 e 257.  
 BIBLIOTECA NACIONAL DE FLORENÇA, 225.  
 BIBLIOTECA APOSTOLICA VATICANA, 86, 255, 261, 266, 286, 314, 320-22 e 348.  
 BIBLIOTECA MEDICEA LAURENZIANA DE FLORENÇA, 70, 79, 241 e 278.  
 BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, 66, 136 e 201.  
 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE BRAGA, 113.  
 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO, 99.  
 BIBLIOTECA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, 232-33.  
 BIBLIOTHEQUE NATIONAL DE PARIS, 22, 26, 29, 136 e 221.  
 BISCAIA, 166 e 344.  
 BISMUM (Petraquimum), 47.  
 BLANOSCO (João de), 314.  
 BLONDUS, 169 e 279.  
 BOCANEGRA (Pedro), jurista, deão da sé de Cuenca, abade de Herimides, 188 e 190-91.  
 BOEMIA, 172-73.  
 BOEMIA, (Martinho de), 23, 32 e 221-23.  
 BOLONHA, 176, 188-89, 206, 230, 239-41, 246-48, 250, 255, 258-60, 270, 275, 279-80, 282-83, 287-89, 293, 295, 298, 303-304, 314, 320, 322, 343, 345 e 347-49. Universidade de — 287-88, 290, 295 e 322.

- BOMBARRAL, 84.  
 BONDENARIO (Bartolomeu), patrão de nau de Génova, 40-42.  
 BONDENÁRIO (Gregório), genovês, 41.  
 BONDENARIO (Lodisio), genovês, 41.  
 BONIFACIO, 308.  
 BONIFACIO VIII, Papa, 71, 185 e 267.  
 BONIFACIO IX, Papa, 260-61 e 267.  
 BOQUILOBO (Paul de), 231-36.  
 BORGONHA (Duquesa de), 135.  
 BOTELHO (Gonçalo), escrivão, 163.  
 BOURDON (Léon), 25-26, 28, 32-33 e 222-23.  
 BRACARENSE, Diocese, 241.  
 BRACCIOLINI (Poggio), secretário apostólico, 281.  
 BRAGA, 105, 113 e 210. Alcaide-mor de — 106. Arcebispo de — 106, 173, 241-42, 244 e 266. Arquidiocese de — 241. Bispo de — 265. Deão da sé de — 246. Diocese de — 129. Igreja de — 242.  
 BRAGADIN, 103.  
 BRAGANÇA, 1.º duque de, 14-16. Duquesa de — 9.  
 BRANDAN, monge irlandês, 24.  
 BRANDAO (S.). V. — BRANDAN.  
 BRANDAO (Mário Mendes dos Remédios de Sousa), 202.  
 BRISTOL, na Inglaterra, 107.  
 BROGUEIRA (Freguesia de), concelho de Torres Novas, 231.  
 BRUGADA (Gonçalo Bernardo de), escrivão aragonês, 184-50 e 172.  
 BRUGES, 44-46, 49, 51 e 116.  
 BUELNA (Conde de), 36.  
 BULAS e outras Letras Pontificias, reproduzidas e citadas: 30, 31, 40, 73, 92-93, 114, 119, 121, 128, 170, 173, 176, 184, 186, 189, 206, 242, 255, 257, 260-61, 269, 345 e 348-49.  
*Ad ea*, de Eugénio IV, de 28 de Dezembro de 1434, — 126.  
*Ad ea ex apostolice*, de Eugénio IV, de 29 de Setembro de 1434, — 93.  
*Ad ea que catholice*, de Eugénio IV, de 10 de Novembro de 1434, — 110.  
*Ad ea libenter*, de Eugénio IV, de 13 de Janeiro de 1436, — 186.  
*Creator omnium*, de Eugénio IV, de 17 de Dezembro de 1434, — 118.  
*Cum te pro nonnullis*, de Eugénio IV, de 13 de Setembro de 1435, — 172.  
*Cum pro rebus*, de Eugénio IV, de 4 de Setembro de 1435, — 169.  
*Devotionis tue*, de Eugénio IV, de 29 de Setembro de 1434, — 87.  
*Dudum cum ad nos*, de Eugénio IV, de [6 de Novembro de 1436 (?)], — 347.  
*Dudum nostras*, de Eugénio IV, de 13 de Janeiro de 1436, — 184.  
*Etsi cunctis*, de Eugénio IV, de 29 de Setembro de 1434, — 84.  
*In excelso*, de Eugénio IV, de 12 de Janeiro de 1436, — 182.  
*Inter nonnullas litteras*, de Eugénio IV, de 19 de Junho de 1436, — 240.  
*Litteris tuis*, de Eugénio IV, de 19 de Junho de 1436, — 239.  
*Nonnullorum querelis*, de Eugénio IV, de 19 de Junho de 1436, — 245.  
*Personam tuam*, de Eugénio IV, de 25 de Agosto de 1435, — 166.  
*Piis et honestis*, de Eugénio IV, de 28 de Dezembro de 1434, — 127.  
*Piis et honestis*, de Eugénio IV, de 29 de Outubro de 1436, — 343.  
*Regimini gregis*, de Eugénio IV, de 29 de Setembro de 1434, — 89.  
*Rex Regum*, de Eugénio IV, de 8 de Setembro de 1436, — 270.  
*Romani pontificis*, de Eugénio IV, de 25 de Agosto de 1435, — 165.  
*Romani pontificis*, de Eugénio IV, de 6 de Novembro de 1436, — 345.

- Romanus pontifex*, de Eugénio IV, de 15 de Setembro de 1436, — 281.  
*Sincere devotionis*, de Eugénio IV, de 9 de Setembro de 1434, — 69.  
*Super gregem dominicum*, de Eugénio IV, de 22 de Novembro de 1434, — 113.  
*Superna dispositione*, de Eugénio IV, de 27 de Janeiro de 1436, — 194.  
*Tenemus omnia*, de Eugénio IV, de 12 de Setembro de 1436, — 277.  
*Venerabiles fratres*, de Eugénio IV, de 31 de Agosto de 1436, — 259.
- BURGOS. V. — BURGENSE.  
 BURGOS, Bispo de, 34, 86 e 189.  
 BURGOS (João de), almoxarife de el-rei D. Duarte na cidade do Porto, 156-57.  
 BURGENSE, Bispado de Burgos, 166.  
 BUTRIGARUS (Jacobus), 296 e 335-36.  
 BOTRIO, perto de Bolonha, 303.  
 BOTRIO (António de). V. — BÓTRIO (Antonius de).  
 BÓTRIO (Antonius de), 269, 303-04 e 322.  
 CABO DE AGUER ou GUER, 24 e 31.  
 CABO BOJADOR, 23-24, 26-32 e 223.  
 CABO BRANCO, 27.  
 CABO BUYEDER. V. — CABO BOJADOR.  
 CABO CANTIM, 29.  
 CABO DO CORVO, 97. V. — CABO DE S. VICENTE:  
 CABO JUBY, 30-31.  
 CABO DE NAO, 23-24, 29-31 e 155.  
 CABO VERDE, 25.  
 CABO DE S. VICENTE, 103. Eremitério do — 97. Eremitério franciscano no — 98.  
 CABRAL (Fernando Alvares), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, filho de Luís Alvares Cabral, 108-09.  
 CABRAL (Luís Alvares) pai de Fernando Alvares Cabral, 108-09.  
 CADAMOSTO (Luís de), 103.  
 CADAVAL, 8-9 e 11. Senhora do — 9. Senhora do — 9.  
 CADIZ, 43-45 e 130. Bispo de — 126.  
 CALABRIA, 149-50.  
 CALAGURITANENSE (Bispado) ou de Calahorra, em Espanha, 166.  
 CALAHORRA. V. — CALAGURITANENSE (Bispado).  
 CALHEIROS (Afonso Anes de), criado do infante D. Henrique, procurador dos resíduos de Celorico da Beira, Melo e Folgoso, 164.  
 CALISTO III, Papa, 30.  
 CALVETOS (D. Fernando), 119-20, 182 e 257. V. — TALMONTE (D. Fernando).  
 CALVO, nome de família genovesa, 116.  
 CALVO (António), mercador genovês, 115-17.  
 CAMARA DE SACARABOTAO, 209 e 211.  
 CANARIAS, Ilhas, 23-24, 29-30, 32, 34, 40-41, 50, 84-87, 89-93, 110, 116, 118-21, 126-28, 165-67, 176, 184, 186, 188-89, 194, 254-58, 281-82 e 343-49. Vigário Geral dos Frades Menores nas — 344.  
 CANARIENSE, Bispo, 166-182. Diocese — 165.  
 CANAS DE SENHORIM, 99-100 e 105.  
 CARDEAL, 267. V. — MONACO (João).  
 CARDIGA, Comenda de, 211.  
 CARNEIROS (Ilha dos), 24.  
 CARRILLO (D. Afonso), protonotário pontifício, um dos embaixadores de Castela ao concílio de Basileia, 34-35.  
 CARRILLO DE HUETE (Pedro), 35 e 42.

- CASA DE CEUTA, 350-51.
- CASCAIS (D. Afonso de), pai de D. Isabel de Cascais, 233.
- CASCAIS (D. Isabel de), mulher de D. Álvaro de Castro, 233.
- CASEVEL, actual freguesia do concelho de Santarém, 7. Comenda de — 211.
- CASTANEDA (Conde de), 36 e 190. V. — FERNANDEZ MANRRIQUE (D. Garcia).
- CASTANHEIRA, Senhor de, 57.
- CASTELA, 1, 3, 17, 19, 21, 31, 34-36, 40, 42-43, 53, 70, 77, 85-86, 112, 121, 128-130, 145, 176, 187-90, 192, 194, 212, 249, 258, 261, 271, 345 e 347-48. Arcebispos de — 186. Bispos de — 186. Coroa de — 85. Província de — 111. Rei de — 35, 93, 187-91, 214, 259-60 e 346-49. Reino de — 112, 120, 127-28, 130 e 344.
- CASTELA (D. Maria de), filha de D. Fernando I e D. Leonor de Aragão, esposa de el-rei D. João II de Castela, 1-2 e 145. V. — MARIA (D.).
- CASTELO BRANCO, 174.
- CASTELO BRANCO (Nuno Vasques de), vedor da fazenda e do conselho de el-rei D. Duarte, 107.
- CASTRO (D. Álvaro de), criado e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, filho de D. Álvaro Pires de Castro e de D. Maria Lobo, 180-81.
- CASTRO (D. Álvaro de), filho de D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, 233.
- CASTRO (D. Álvaro Pires de), pai de D. Álvaro de Castro e senhor das Alcáçovas, 180.
- CASTRO (D. Diogo de), irmão de D. Álvaro de Castro, 191.
- CASTRO (D. Fernando de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique e governador de sua casa e do conselho de D. João I, mais tarde Regedor da Casa do Cível, chefe da expedição henriquina de 1424 às Canárias, 5-9, 85, 120 e 231-36.
- CASTRO (D. Fernando de), irmão de D. Álvaro de Castro, 180.
- CASTRO (D. Fradique de), irmão de D. Álvaro de Castro, 180.
- CASTRO (D. Inês de), mulher de D. Pedro I, 233 e 241.
- CASTRO (D. Isabel de), irmã de D. Fernando de Castro, 6-8.
- CASTRO (D. Joana de), filha e herdeira de D. João de Castro, senhor do Cadaval e Peral, casada com o 3.º conde de Arraiolos, D. Fernando, depois duquesa de Bragança, marquesa de Vila Viçosa e senhora do Cadaval, 8-9.
- CASTRO (D. João de), senhor de Cadaval e Peral, 9.
- CASTRO (D. Pedro de), irmão de D. Álvaro de Castro, 180.
- CATALUNHA, 42.
- CATANEO (Nicolau), patrão de nau genovesa, 43-44, 46 e 49-51.
- CELORICO DA BEIRA, 164.
- CENIVAL (Pierre de), 31.
- CENTURIONE (Giovanni), factor genovês em Maiorca, 42.
- CERNACHE, 211.
- CERNACHE (Álvaro Eanes de), 161.
- CERVEIRA (Afonso), 23 e 25.
- CERVEIRA (Rui Mendes), aposentador-mor de el-rei D. Duarte, aio da rainha e dos infantes, 39, 135 e 152.
- CERVIENSIS (C.). V. — CRISTOVAO (D.), bispo de Cervia, em Itália, referendário do papa.
- CESAR, 298-99 e 323. Era de — 123, 174 e 238.
- CESAR AUGUSTO, 298.
- CEUTA, 5-6, 18-21, 23-25, 31, 36, 68-70, 76-78, 81, 95-96, 104-06, 116, 152-53, 155, 157-58, 160, 162, 203, 208, 212, 215, 217, 270, 272, 274, 284-85, 349 e 351-55. Capitão de — 36. Casa de — 350-51. Governador de — 5-6, 17, 36 e 68. Igreja de — 259-60. Provedor de — 352. Regedor de — 68. Senhor de — 9, 13, 38, 67,

- 82, 100, 102, 108, 125, 134, 145-46, 155-56, 176, 181, 210, 234, 255, 258, 276, 352 e 354. Tesouro e almoxarifado de — 105.
- CHAVES, 16.
- CHAVES (D. Antão Martins de), bispo do Porto, embaixador de Portugal ao concílio de Basileia, 175-76 e 259.
- CHELEIROS, Senhor de, 57.
- CHEVALIER (Ulysse), 315.
- CHEVRIER (G.), 288.
- CHIAPELLI (Luigi), 288 e 293.
- CHYMBOYO (Pedro), nativo cristão da ilha de Gomeira, nas Canárias, a quem o papa Eugénio IV intitula duque, 87.
- CIAMPI (Sebastiano), 293.
- CICERO (Marco Túlio), 323 e 325.
- CIMA-COA, 261. V. — RIBA COA.
- CISMA do Ocidente, 35 e 261.
- CIUDAD RODRIGO, 261.
- CLEMENTE VII, Antipapa, 70 e 295.
- CLEMENTINAS, 305, 330 e 335.
- COELHO (Egas), fidalgo da casa de el-rei D. João I, 13.
- COELHO (José Ramos), 271.
- COIMBRA, 1, 101, 210-11 e 214. Duque de — 149. Universidade de — 228.
- COINA, 242.
- COMESTOR (Petrus), 336.
- COMPOSTELA. V. — SANTIAGO DE COMPOSTELA.
- COMS, prior de, 127-28, 130 e 186.
- CONDELXA, 211.
- CONGREGAÇÃO DOS CÔNEGOS DE S. JOÃO EVANGELISTA, 113.
- CONRADO, 316.
- CONSTANÇA, Concílio de, 95-96 e 259-60.
- CONSTANTINO, Imperador romano, 298.
- CONTELORI (F.) Prefeito dos Arquivos do Vaticano, 345.
- CONTI (Patrício de), veneziano, 103.
- CORDOVA, Bispo de, 184.
- CORNELIA, Lei, 305.
- CORPO DE DEUS, Festa do, 167-68.
- CORSEGA, 111.
- CORTESÃO (Jaime), 32.
- CORTIÇADA, 174.
- COSTA (Abel Fontoura da), 32.
- COSTA, O. F. M. (António Domingues de Sousa), 40, 96-97, 113, 116, 169, 225, 227, 229, 239, 249, 253, 261, 269, 271, 278, 286-87, 290, 321 e 345.
- COSTAS HOMENS, Geração dos, 99.
- COTRIM (Afonso), escrivão da câmara de el-rei D. Duarte, 8, 40 e 83-84.
- COUTINHO (Carlos Viegas Gago), 27.
- COUTINHO (D. Fernando), bispo de Silves, 98.
- COUTINHO (Gonçalo Vasques), marechal de Portugal, 214 e 219.
- COVILHA, 163. Senhor da — 201, 206, 232 e 251-53.
- COVILHA (Fernão de), escudeiro do infante D. Henrique, 163.
- CRIADOR, 120, 137 e 336.
- CRISTANDADE, 258.
- CRISTOVAO (D.), bispo de Cervia, referendário do Papa, 96 e 98.



- CUENCA, Bispo de — 34-35 e 189. Deão da sé de — 188 e 190-91.
- CUNHA (D. Branca da), filha do Dr. João das Regras, esposa de D. Afonso de Cascais, 233.
- CUNHA (João Alvares da), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 251-53.
- CUNHA (Lopo da), 353.
- CUNHA (Martim Vasques da), fidalgo da casa de el-rei D. João I, 13 e 214.
- CORIA ROMANA, 120 e 287.
- CURRAL (Fr. Juan de), dominicano, professor de teologia e embaixador de Castela ao concílio de Basileia, 34-35.
- CUSTODIA FRANCISCANA DE SEVILHA, 85.
- CYNUS, 293. V. — PISTOIA (Cynus de).
- DARQUE, 83.
- DAVID, 204.
- DECCIUS (Philippus), jurista, 294.
- DECRETAIS, Lentes de, 228.
- DELICIAS (Ilhas das), 24.
- DEUS, 1, 9, 11-13, 15, 20-21, 25-26, 29-30, 33, 35, 37-38, 42-43, 66-67, 70, 72, 74-75, 77-83, 86-87, 90, 92, 94, 100, 102, 105-06, 108, 110, 114, 119, 122-23, 125, 127-28, 133-34, 136, 138, 140, 142-46, 150-51, 155-56, 158, 164, 169, 172, 174, 179, 188, 191, 198, 202-04, 206-07, 209-11, 213-16, 219-20, 227, 229, 234, 236-40, 242, 251, 254, 256, 258-60, 265, 269, 271-73, 276-77, 281, 288, 301-02, 307, 309-10, 320, 323, 325, 327, 333, 335, 339-40, 343-44, 352 e 354. Senhor — 58, 137, 141 e 258. Nosso Senhor —, 13, 64, 136, 140, 143-44, 149, 202, 204 e 251. V. — CRIADOR, JESUS CRISTO, REDEMPTOR, SALVADOR, SANTA TRINDADE e SENHOR.
- DEUS (João de), canonista, 290 e 298.
- DEUTERONÓMIO, 332.
- DE WITTE, O. S. B. (Charles-Martial), 40-41, 92, 119, 255, 261, 270-71, 281, 286-87, 320-21, 345 e 347-48.
- DIAS (Alvaro), almoxarife de el-rei D. Duarte na cidade de Viseu, 108-09.
- DIAS (Alvaro), morador no Porto, 161.
- DIAS (Lopo), criado do infante D. Henrique, procurador dos resíduos dos julgados de Lafões, Besteiros, Arouca, Paiva e seus termos, 154-55.
- DIAS (Manuel Nunes), 23.
- DIAS (Pero), escrivão, 109.
- DIAS (Rodrigo), deão da sé de Braga, 246.
- DIAS (Rui), testemunha na escritura de partilhas entre Gomes Eanes e Frei Gonçalo, 66.
- DINIS (D.) rei de Portugal, 97 e 101.
- DINIS, O. F. M. (António Joaquim Dias), 22-23, 25, 28, 34, 80, 167, 205-06, 223-24, 236-37 e 254.
- DIOGO (D.), bispo de Tarso, 126.
- DIOGO (Frei), 216.
- DOMINGUES (Frei Afonso), prior da Igreja de Santiago de Santarém, 177.
- DOMINGUES (João), tabelião do julgado de Parada, 154.
- DOMINGUES (Gonçalo), 154.
- DOMINGUES (Vicente), escrivão de el-rei D. Duarte, 64 e 135.
- DONADO (Lourenço), carpinteiro das galés de Veneza, 103-104.
- DORNES, 159.
- DRA (Costa do), 27.
- DUARTE (D.), rei de Portugal, 1, 5-8, 8-9, 13-15, 17-18, 25, 36-43, 52, 54, 66-70, 73, 75-76, 78-79, 82, 84, 86, 91-93, 95-97, 99-100, 102-08, 117, 121, 123-25, 132-37,

- 145-46, 150-60, 163-64, 167, 170-72, 174-76, 180-81, 192, 198-99, 201, 205-13, 218, 226-29, 233-34, 236-42, 245-46, 248, 250, 252-59, 261, 265-66, 269-76, 281, 284, 287, 322, 345-48, e 350-52. Infante — 1, 79, 99-100 e 134.
- DUPRÉ-THESEIDER (Eugénio), 171.
- DURANDUS (Gulielmus), 269, 298, 313-15 e 317-18.
- EANES. V. — ANES.
- EANES (Álvoro), escrivão de el-rei D. João I, e de el-rei D. Duarte, 12, 17, 68-69, 107, 168-69, 107, 168 e 175.
- EANES (Álvoro), escudeiro, recebedor em Vila Real dos dinheiros para Ceuta, 106.
- EANES (Álvoro), natural de Ferrelra de Aves, 157-58.
- EANES (Antão), tanoeiro de Lisboa, que exercia o seu mister na Casa de Ceuta, 350-51.
- EANES (Bartolomeu), escudeiro da casa do infante D. Henrique, tesoureiro em Ceuta do todos os dinheiros e coisas que, por ordem do monarca, fossem enviadas àquela cidade para seu governo, 68-69.
- EANES (Esaço), 153.
- EANES (Gabriel), criado do infante D. Henrique, escrivão dos resíduos do couro do mosteiro de Alcobaça, 68.
- EANES (Gil), navegador henriquino, natural de Lagos a quem se atribui a ultrapassagem do Cabo Bojador, 24, 28-29, 31-34, 40 e 222.
- EANES (Gil), corregedor na corte de el-rei D. João I, 123.
- EANES (Gomes), casado com Catarina Anes, 65.
- EANES (Gonçalo), escrivão, 101.
- EANES (Gonçalo), criado de el-rei D. Duarte e depois almoxarife de el-rei D. Afonso V na cidade da Guarda, 352 e 354.
- EANES (Rodrigo), criado do infante D. Henrique, 39.
- EL-BEKRI, 31.
- ELVAS, 210. Porto de — 152-53.
- ENTRE DOURO E MINHO, 214 e 242. Comarca de — 104 e 156.
- ESCRITURA SAGRADA, 270.
- ESPANHA, 23, 27, 80-81, 120, 145, 166, 215 e 225. Bispo de — 289. Coroa de — 120. Rei de — 289, 298 e 314.
- ESPANHA (João de), morador no Porto, 161.
- ESPIRITO SANTO, 276.
- ESTEVEZ (Afonso), escrivão, 133.
- ESTEVEZ (João), almoxarife das lezírias do termo de Vila Franca de Xira, 146.
- ESTEVEZ (Rodrigo), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 180. V. — ORTI-GUEIRA (Rodrigo Esteves de).
- ESTREMADURA, 180.
- ESTREMOZ, 13, 193, 199, 201, 204, 206-07, 210-12, 218, 220 e 226.
- ESTUDOS DE PORTUGAL, Protector dos, 202.
- EUBEL (Conradus), 72, 92-93, 100, 110, 241 e 344.
- EUCARISTIA, 98.
- EUGENIO IV, Papa, 31, 40, 69, 73, 84-87, 89-90, 92-95, 97, 110, 113-14, 118-21, 126-28, 147, 165-66, 169-73, 176, 182, 184, 186, 188, 190-91, 194-95, 206, 225, 230, 239-42, 245-46, 248-49, 254-55, 259-61, 265-66, 269-71, 276-78, 281, 283, 287, 322 e 343-48.
- EUROPA, 14 e 4.
- EVANGELHO, 298.
- EVORA, 118, 124-125, 135, 145, 147, 151-55, 199, 206, 208, 210, 228-29, 238 e 350. Arcebispo de — 72. Bispo de — 72. Cortes de — 209-10, 212-13, 218 e 227. Diocese de — 71. Torre da porta de Moura — 350.

- EVORA MONTE, Saboaria de, 181.  
 FALLETTI (L.), 298.  
 FANO, nas Marcas, 314.  
 FANO (Martinho de), 314.  
 FANTUCIUS (Johannes de), 303.  
 FARIA, 83 e 105. Castelo de — 214.  
 FARMEUCHO (Cristiano Vancampónio), genovês, patrão de nau, 115-16.  
 FARO, 123-24 e 198.  
 FEIRA (Castelo da), 214.  
 FERNANDES (Luís), escrivão, 68.  
 FERNANDES (Dr. Rui ou Rodrigo), professor de Direito, 208.  
 FERNANDES (Valentim), 23, 29, 31 e 256.  
 FERNANDEZ MANRIQUE (D. Garcia), conde de Castañeda, 36 e 190.  
 FERNANDEZ DE SANT MARTIN (Garcia), escrivão da corte de Aragão, 5.  
 FERNANDO (D.), O Católico, rei de Espanha, 120.  
 FERNANDO (D.), rei de Portugal, 9, 11, 98 e 123-24.  
 FERNANDO (D.), conde de Arraiolos, segundo filho de D. Afonso, 8.º conde de Barcelos, 83.  
 FERNANDO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, governador e regedor da Ordem Militar de Avis, 69-71, 73, 75-78, 81, 99-100, 148, 205, 209-11, e 271.  
 FERNANDO (Infante D.), filho de el-rei D. Duarte e de sua esposa a rainha D. Leonor, e filho adoptivo do infante D. Henrique, 205-06.  
 FERNANDO (D.), 3.º Conde de Arraiolos, 9.  
 FERREIRA, Senhor de, 32.  
 FERREIRA (D. Gomes), abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, 169-70, 172-73, 239, 248 e 277-78. V. — GOMES (D.).  
 FERREIRA (D. Guiomar de), 11. V. — GUIOMAR (D.), Condessa.  
 FERREIRA (Mons. José Augusto), 241-42 e 246.  
 FERREIRA (João Albino Pinto), 212.  
 FERREIRA DE AVES, 157-58.  
 FERRER (Jaime), navegador espanhol, 23.  
 FERRO (Ilha do), Canárias, 118.  
 FIGUEIREDO (Abade de), Vasco Anes, 212.  
 FIGUEIREDO (José Anastácio de), 82.  
 FILIPA DE LENCASTRE (D.), rainha de Portugal, esposa de el-rei D. João I, 104 e 134.  
 FILIPE MARIA, duque de Milão e senhor de Génova. V. — VISCONTI (Filippo Maria).  
 FISICA, Lente de, 228.  
 FLANDRES, 32 e 42.  
 FLISCO (Sinibaldo), papa Inocêncio IV, 290 e 304.  
 FLORENÇA, 70, 72, 87, 89, 93, 95-96, 98, 112, 115, 119, 122, 127, 131, 149-50, 165, 167, 169-70, 173, 184-85, 187, 270, 277-79 e 303. Mosteiro de Santa Maria de — 70, 169-70, 172-73 e 224.  
 FOGAÇA (Fernão), do conselho e chanceler-mor de el-rei D. Duarte, 164.  
 FOLGOSINHO, 164.  
 FORTEVENTURA (Ilha de), arquipélago das Canárias, 85, 118, 120 e 257.  
 FRANÇA, 74, 224, 262, 267-68 e 275-76. Rei de — 239, 298 e 314.  
 FREIRE (Anselmo Braamcamp), 7, 9, 32, 88, 233 e 241.  
 FRIEDBERG, Aemilius, 262-65, 267-69, 289-90, 294-96, 299-302, 304-05, 307-12, 315-16, 323-37 e 339-43.

- GABINETE DE HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO, 106, 156 e 212.
- GAETA, 171.
- GALDO (Fr. Lopo de), provincial dos dominicanos em Castela e embaixador ao Concílio de Basileia, 34-35.
- GALEAZO, genovês, 116.
- GALIZA, 213.
- GALVAO (Rui), escrivão de el-rei D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, 40 e 199.
- GANDINUS (Albertus), 319.
- GARCIA (Pero), criado da rainha D. Filipa de Lencastre e depois escrivão da receita e despesa dos dinheiros que se tiravam na comarca de Trás-os-Montes para serviço de Ceuta, 104-07.
- GARCIA DE SANTA MARIA (Afonso), jurista, deão de Compostela e embaixador de Castela ao concílio de Basileia, 34-35, 86, 120 e 189.
- GARNET BAY. V. — ANGRA DOS RUIVOS.
- GENOVA, 40-41, 43-46, 48-53, 115, 117, 155 e 171. Comuna de — 43. Conselho de — 40. Conselho dos Anciãos — 44 e 50. Doge de — 40 e 43. Duque de — 44. República de — 43. Senhor de — 171.
- GENTILE (Domingos), genovês, 52-53.
- GERALDES. V. — GIRALDES.
- GERARDO, 314.
- GIL (Fernão), escrivão, 239.
- GIL (Manuel), recebedor em Vila Real das receitas para Ceuta, 106.
- GIL (Martim), escrivão, 236.
- GIRALDES (Afonso), do desembargo de el-rei D. Duarte, 154, 155 e 162-63.
- GIRALDES (Alvaro), 153.
- GLABER (Raoul), 24.
- GODINHO (Victorino Magalhães), 33.
- GODINHO (Rui Pires), escrivão, 118.
- GOLDAST, Melchior, 322 e 327.
- GOLEGA, 7 e 231.
- GOMEIRA, ilha do arquipélago das Canárias, 85-87, 89-90 e 152.
- GOMES (D.), abade do Mosteiro de Santa Maria de Florença, 70, 225-26, 240, 242, 246 e 279. V. — FERREIRA (D. Gomes).
- GOMES (Aires), vereador da cidade do Porto, 161.
- GOMES (Bartolomeu), provedor dos rendimentos régios, 206, 227, 229 e 287.
- GOMES (Mécia), noiva de João Álvares da Cunha e filha de Gomes Martins de Lemos, 251-53.
- GONÇALEZ (Pero), porteiro da rainha D. Leonor de Aragão, 5.
- GONÇALO (Conde D.), 214.
- GONÇALO (Frei), mestre dos dominicanos e embaixador régio ao concílio de Basileia, 175-76.
- GONÇALO (Frei), filho de João Abade e Constança Anes, 65-66.
- GONÇALVES (Alvaro), vedor da fazenda de el-rei D. João I, 123.
- GONÇALVES (Antão), secretário do infante D. Henrique, 103.
- GONÇALVES (Domingas), mãe de Duarte Vasques, 212.
- GONÇALVES (Egas), morador no Porto, 160-62.
- GONÇALVES (Fernão), escrivão da receita e despesa dos dinheiros que se tiram na comarca de Trás-os-Montes para serviço de Ceuta, 106.
- GONÇALVES (Fernão), licenciado em Leis, 238.
- GONÇALVES (João), capelão do arcebispo de Braga, 106.
- GONÇALVES (João), clérigo da diocese de Braga, 129-30.

- GONÇALVES (João), morador no Porto, 161-62.  
 GONÇALVES (João), tesoureiro-mor de el-rei D. Duarte em Lisboa, 230-31.  
 GONÇALVES (Maria Antonieta Flores), 210 e 227.  
 GONÇALVES (Martim), capelão-mor de el-rei D. João I, 98.  
 GONÇALVES (Martim), homem de pé do infante D. Henrique, morador no Porto, 158-59.  
 GONÇALVES (Martim), escudeiro do infante D. Henrique, morador no Porto, 160-62.  
 GONÇALVES (Pero), da casa do infante D. Henrique, 105.  
 GONÇALVES (Pero), alcaide das terças do Porto, 133.  
 GONÇALVES (Pero), mestre dos treus, dono de quinta nos Olivais, Beírolas, 150-51.  
 GONÇALVES (Pero), do conselho de el-rei D. Duarte e vedor da fazenda, 133.  
 GONÇALVES (Rui), escudeiro do regente D. Pedro, recebedor dos dez reais e dos dinheiros das comunas dos judeus no almoxarifado de Vila Real para Ceuta, 106.  
 GONZÁLEZ (Juan), mestre-escola da sé de Sigüenza, secretário da embaixada de Castela ao concílio de Basileia, capelão e secretário de D. João II de Castela, 34.  
 GONZÁLEZ (Juan), jurista e capelão pontifício, bispo de Cádiz, antes cônego de Sevilha, 126 e 130.  
 GRA CANARIA (Ilha de), arquipélago das Canárias, 85, 89-90, 93-94, 120, 165 e 182.  
 GRACUS, 306.  
 GRACIANO, 262-63, 269, 289, 307-11, 315-17, 325-30, 332-34, 336, 339, 341 e 343.  
 GRAMATICA, Lentes de, 228.  
 GRANADA, 43, 79, 205 e 270. Costa de — 28. Rei de — 42.  
 GRÆCIA, Imperador da, 74.  
 GREGÓRIO IX, Papa, 262, 264-65, 269, 289-90, 294, 303, 309, 312, 317, 326-27, 333, 336-37 e 342.  
 GUADALUPE, (Santa Maria de), ermida no termo de Lagos, 98.  
 GUARDA, 210 e 354-55. Almoxarifado da — 352 e 354.  
 GUER, Cabo de. V. — CABO DE AGUER.  
 GUERRA (D. Fernando da), arcebispo de Braga, 241-42, 244 e 246.  
 GUERRA (D. Pedro da), pai de D. Fernando da Guerra, 241.  
 GUERRA DOS CEM ANOS, 276.  
 GUIMARAES, 210. Julgados do almoxarifado de — 106.  
 GUIMARAES (Loureço de), 68.  
 GUIMARAES (Loureço de), escrivão, 133.  
 GUINÉ, 22-23, 25-26, 28-32, 40, 98, 135, 221 e 223.  
 GUIOMAR (D.) Condessa, avó de D. Pedro de Meneses e de D. Fernando de Castro, filha de Lopo Fernandes Pacheco e de D. Maria de Vilalobos, 6, 8, 11 e 32.  
 GUIPOZCUA. V. — LEPOZCUA e QUEPUSCUA.  
 GUZMAN (Luis de), Mestre Geral da Ordem Militar de Calatrava, 249-50.  
 HEERS (Jacques), 41-42, 44, 46, 116 e 155.  
 HEFELE (Charles-Joseph), 170 e 176.  
 HENRIQUE, 264 e 268.  
 HENRIQUE (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, regedor e governador da Ordem Militar de Cristo, 6-7, 18, 22-23, 26, 28-32, 38-40, 42, 65-70, 72-73, 75-80, 84, 86, 91, 93, 96-97, 99-100, 102-03, 105-08, 113-14, 116, 132-33, 146, 148, 152-54, 156-60, 163-64, 167-69, 174, 177, 180-81, 189, 192, 194, 198-201, 205-08, 210-12, 218, 221, 224-29, 231-34, 236-39, 249-57, 261, 264, 266, 269, 271, 278-80, 283, 286-87, 321, 345, 350 e 352-55.  
 Por que se moveu o infante D. Henrique a mandar descobrir por mar a costa da Guiné, 22-26. Após porfiadas e vãs tentativas, por ordem sua o seu escudeiro Gil Eanes ultrapassa o Cabo Não, tradicional limite norte da devassa

da costa ocidental africana por mar, em 1434, — 29-32. Ainda por ordem do infante, o dito Gil Eanes e Afonso Gonçalves Baldaia, copeiro de D. Henrique, no mesmo ano ou no seguinte, ultrapassam o dito Cabo 50 léguas, 33. Reclamação do reino, nas cortes de Leiria-Santarém de 1434, contra a concessão que D. João I fizera do exclusivo do fabrico e venda de sabão no país ao —, 66-67. O infante busca a anuência do rei irmão para campanha contra os mouros de Marrocos, 76-81. Privilégio régio para 10 pastores do infante que apascentam 2.000 ovelhas no couto de Alcobaça, 84. Rectificação sobre quem foi o padrinho de baptismo do —, 99-100 (nota 1). El-rei D. Duarte altera a data da feira franca anual de Tomar, a pedido do —, 102-08. Administração pelo infante dos dinheiros recolhidos para defesa e manutenção de Ceuta, 104-06 (nota) e 352-55. O infante promove a remodelação e actualização das Ordenações, Estatutos e Costumeiro da Ordem Militar de Cristo, 114-15. O infante e os lavradores e valadores das lezírias de Vila Franca, 146-47. Proposta da rainha de Aragão para o infante D. Henrique casar com uma das infantas aragonesas, 148-49. Nomeação que outrora fizera o infante de escrivão para o porto terrestre de Elvas, 152-53. Bens confiscados no Porto, por motivo de rebelião, e concedidos por el-rei D. Duarte ao —, 156-57. O monarca autoriza o infante a fazer feira franca anual em sua vila de Tarouca, 168. A igreja de Santiago de Santarém e o —, 177-80. Confirmação régia a D. Álvaro de Castro, criado e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, da doação por este de certas saboarias, 181. Parecer dado por escrito a el-rei sobre a guerra contra os infiéis de África pelo —, 201-04. Alvará de adopção do sobrinho D. Fernando e primeiro testamento em favor do mesmo pelo —, 206. Sua confirmação por el-rei, 207. D. Duarte e D. Henrique começam a preparar a campanha contra o norte de África, 208-09. Longa demanda do concelho de Santarém sobre o termo do mesmo com o —, 210-11. Queixa da cidade de Lamego em cortes por alguns indivíduos, no intuito de se eximirem aos encargos concelhos, se refugiarem, entre outras, nas terras privilegiadas do —, 218-20. Afonso Gonçalves Baldaia, prosseguindo no descobrimento marítimo da costa ocidental africana por ordem do infante D. Henrique, atinge o Rio do Ouro e o Porto ou Pedra da Galé, 221-25. Doação pelo infante a D. Fernando de Castro, governador da sua casa, do paul de Boquilobo, 232-33. Confirmação régia da dita doação, 234-36. Carta régia de privilégio a 18 homens ocupados na pesca de atuns e corvinas no Algarve, a pedido do —, 237. O infante promete 2.000 coroas de ouro, em dote de casamento, a João Alvares da Cunha, cavaleiro da sua casa, 251-52. Confirmação régia do referido dote, 252-53. O monarca autoriza o infante a mandar sepultar os criados que quiser em capela da Igreja da Batalha, 253-54. Armada que D. Henrique mandara, anos antes, às Ilhas Canárias para converter os seus habitantes à fé cristã e à amizade com Portugal, 255-58. Súplica do infante ao papa Eugénio IV a favor do clérigo viseense João Nunes, seu familiar e comensal, 280. Outra súplica do mesmo ao dito pontífice, em benefício de Martin Pais, familiar e capelão do —, 283. V. — NAVEGADOR.

Pessoal seu: 5-12, 29-34, 38-40, 65-69, 108-09, 133, 153-55, 158-62, 163, 164, 174-75, 180-81, 193, 198-200, 212, 226, 250-52, 280 e 283.

HENRIQUE (D.), infante de Aragão, irmão da infanta D. Leonor, esposa de el-rei D. Duarte de Portugal, 4, 136, 149-50 e 170-71.

HERIMIDES (Abade de). V. — BOCANEIRA (Pedro).

HOFFMANN (Emanuel) 325.

HOMEM (Heitor), companheiro de Afonso Gonçalves Baldaia no descobrimento da costa ocidental africana, 223-24.

- HOMEM (D. João), bispo de Viseu, 99.  
 HOMEM (João Nunes), tesoureiro do cabido da sé de Viseu, 280.  
 HOMEM (Pedro Nunes). V. — HOMEM (Pero Nunes).  
 HOMEM (Pero Nunes), escudeiro da casa de el-rei D. Duarte e sobrinho de D. João Homem, 99-101.  
 HOMENS, 224. Geração dos — 99.  
 HOSPITAL (Prior do), 13. V. — ORDEM DO HOSPITAL DE S. JOÃO DE JERUSALEM.  
 HOSTIENSE, 304. V. — HOSTIENSIS.  
 HOSTIENSIS, 262, 265, 268, 304, 308 e 340-41.  
 HOSTIENSIS (Cardinalis), Henricus de Segusio, 304-05. V. — HOSTIENSIS e SEGUSIO (Henricus de).  
 HUESCA, 43.  
 HUSS (João), 172.  
 IGREJA, 84, 172, 203, 205, 336, 339 e 341. — de Deus, 92 e 255. — Romana, 298 e 303. Santa — 169.  
 IGREJA DO CORVO, 97.  
 ILHAS (Diogo Afonso das), 178.  
 IMPÉRIO ROMANO, 286.  
 INDIA, 155.  
 INDIAS, 24.  
 INFERNO (Ilha do) ou de Tenerife, no arquipélago das Canárias, 24 e 256.  
 INGLATERRA, 107, 117, 214, 262, 268 e 275-76. Rei de — 298.  
 INOCÊNCIO IV, Papa, 269, 290-93, 300-04, 306, 308, 310, 315, 318, 329, 331, 335, 337-38 e 341-42.  
 INQUIRICOES REGLAS, 101.  
 ISABEL, rainha de Espanha, mulher de Fernando o Católico, 120.  
 ISABEL (Infanta D.), filha de el-rei D. João I e da rainha D. Filipa de Lencastre, duquesa de Borgonha, 135.  
 ISABEL (Infanta D.), filha de D. Afonso, conde de Barcelos e esposa do infante D. João, filho de el-rei D. João I, 82.  
 ISAAC, 203.  
 ISERNENSIS (Andreas). V. — ISERNIA (André de).  
 ISERNIA (André de), 315-16 e 319.  
 ISLÂNDIA, 24.  
 ISMAEL, 337.  
 ISORNA (D. Alvaro de), bispo de Cuenca, um dos embaixadores de Castela ao concílio de Basileia, 34-35 e 289.  
 ITALIANO (Jofredo), mercador genovês residente em Maiorca, 41-42.  
 JACOB, 203 e 308.  
 JAVIERRE MUR (Aurea), 171.  
 JEAN MAYEN, ao norte da Islândia, 24.  
 JESUS CRISTO, 25, 32, 35, 40, 69, 86, 88, 91, 121, 129, 147-48, 177, 187, 191, 203-04, 225, 239-41, 246, 248, 254, 256, 259-60, 262-63, 267, 270-72, 278, 281-82, 288, 301-02, 338-41, 344, 346-47 e 349. Nosso senhor — 5, 12, 17, 22, 25-26, 39, 64-65, 81, 83, 101, 109, 135, 145, 147, 157, 162, 180-81, 194, 211, 236, 239, 252, 284-85, 352 e 354-55. — Salvador, 265. Senhor — 84. Vigário de — 286 e 301.  
 JESUS NAZARENO, 87.  
 JOANA (D.), rainha de Nápoles, 148 e 171.  
 JOANA (D.), infanta aragonesa, 148-49.  
 JOAO (D.) 181.

- JOAO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, condestável do reino, regedor e governador do mestrado de Santiago da Espada, 70, 75-76, 79, 82, 181, 208, 271 e 287.
- JOAO (Infante D.), filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, 233 e 241.
- JOAO (Mestre). V. — VICENTE (D. João), bispo de Lamego e depois de Viseu.
- JOÃO I (D.), rei de Portugal, 8, 11, 13-15, 18, 26, 37, 66-67, 69-70, 73, 75, 78, 83, 92, 95-96, 98, 100, 102-05, 107, 113-14, 116, 123, 133-34, 136-37, 148, 150, 163-64, 174-75, 180, 203, 205, 211-12, 227-28, 233, 238, 241, 244, 255-61, 270 e 272.
- JOAO II (D.), rei de Portugal, 6 e 102-03.
- JOAO II (D.), rei de Castela, 3, 24, 31, 34-35, 42-43, 86, 145, 187-88, 190-91, 260 e 346-49.
- JOAO III (D.), rei de Portugal, 6, 9, 67 e 82-83.
- JOAO XXII, Papa, 71.
- JOAO (Pedro), castelhano, doutor em Leis, 190 e 192.
- JORDAO (Levy Maria), 348.
- JORGE (Vasco), servidor do infante D. Henrique, recebedor dos 10 reais para Ceuta na cidade de Braga e termo, nas terras de Vermoim, Faria, Penafiel de Bastuço, Vila do Conde, Póvoa e demais lugares e julgados do almoxarifado de Guimarães, 105.
- JUDEIA, 341.
- JUDIARIA NOVA DE LISBOA, 244.
- JULIAO, 293, 306 e 335.
- JUSTINIANO, imperador do Império Romano do Oriente, 5.
- KANTOROWICZ (H.) 319.
- KERHALLET (Philippe de), 27.
- KROLL, (Guilelmus), 288, 306 e 320.
- KRUEGER (Paulus), 291-96, 300, 305-06, 309, 312-13, 317, 319, 324, 326, 329-30, 335, 337 e 341-43.
- KURTSCHIED, O. F. M. (Bertrand), 289.
- LAFOES, Julgado de, 153-55.
- LAGEOSA, 99-100.
- LAGOS, 28, 32, 98 e 103-04.
- LA HAIE, 266.
- LALIM, no concelho de Lamego, 218.
- LAMEGO, 210, 218 e 261. Almoxarifado de — 108. Bispo de — 113-14 e 278.
- LAMEIRO, propriedade no termo de Leiria, 65.
- LAMPUGNANO (Oldrado de), lugar-tenente do duque ou doge de Génova e do respectivo Conselho, 40-43, 46, 48-51, 53-54, 116-17 e 155.
- LANÇAROTE, capitão, 9.
- LANÇAROTE (Ilha de), no arquipélago das Canárias, 92, 118, 120-21, 165 e 257.
- LAS CASAS (Guillén de), 86, 118-19 e 257.
- LATRAO, Concílio de, 72.
- LEAO, 187. Rei de — 35, 187, 189-91, 260, 346-47 e 349. Reino de — 112.
- LEAO, Papa, 309.
- LECANELO (Baptista), patrão de nau genovesa, 43-44, 46 e 49-51.
- LECLERCQ (Dom H.), 170 e 176.
- L'ECLUSE, 46.
- LEFEBVRE (Ch.), 304.
- LE GRAS, 27.
- LEI MENTAL, 8, 13-15, 36-37, 54, 82 e 206-07.
- LEIRIA, 65 e 253. Cortes de — 66.



- LEIS, Lentes de, 228.  
 LEITE (Duarte), 25 e 222-23.  
 LEMOS (Gomes Martins de), pai de Mécia Gomes, 251 e 253.  
 LENCASTRE (D. Filipa de). V. — FILIPA DE LENCASTRE (D.).  
 LEON. V. — LEONENSE, Bispo.  
 LEONENSE, Bispo, em Espanha, 166.  
 LEONOR (D.), rainha de Aragão, viúva de el-rei D. Fernando de Aragão e filha de D. Sancho de Castela, 1 e 5.  
 LEONOR (D.), infanta de Aragão e mulher de el-rei D. Duarte, filha de Fernando I de Aragão e de D. Leonor, filha de D. Sancho de Castela, 1-2, 31, 79, 134, 150, 171, 205, 233 e 235.  
 LEONOR (D.), rainha de Portugal, esposa de el-rei D. Fernando, 123.  
 LEONOR (D.), infanta aragonesa, 148-49.  
 LEORCADEO (Benedicto), genovês, 116.  
 LEPAS (Casal das), 178-79.  
 LEPCZCUA, 166.  
 LERIDA, Bispo de, 79 e 205.  
 LETRAS PONTIFICIAS. V. — BULAS e outras Letras Pontificias.  
 LEVANTE (Mar do), 28.  
 LIBARIENSE (Bispo), Fr. João de Baeza, 93 e 110.  
 LIBIA, Desertos da, 27.  
 LIGNANO (João de), jurista, 295, 297, 302-03, 312-13, 315 e 317.  
 LIGNOLIS (Francisco de), genovês, 52-53.  
 LIMA (Alvaro Rodrigues de), senhor da terra de Valdevez, 57.  
 LIMA (Leonel Rodrigues de), irmão de Alvaro Rodrigues de Lima, 57.  
 LIMA (Fernando Eanes de), avô de Alvaro e de Leonel Rodrigues de Lima, 57.  
 LIRA (Lopo Gomes de), 215.  
 LISBOA, 8, 16, 32, 64, 68, 97, 99-101, 103-09, 115-17, 120, 124-125, 150, 158, 171, 174, 180, 199-200, 210, 213-14, 219, 227, 229, 233, 244, 268, 271, 278, 287 e 350-51. Arcebispo de — 92, 96 e 147-48. Cardeal de — 100. Casa de Ceuta em — 350-51. Casa de Santo Elói em — 113. Castelo de — 99-100. Fronteiro-mor de — 70. Judiaria Nova de — 244. Mosteiro de S. Bento — 225-26. Rua Nova de — 244. Sé de — 97 e 225. Universidade de — 202 e 228.  
 LISBOA (João de), 109.  
 LOBO (Francisco Miranda da Costa), 352.  
 LOBO (Fr. Gil), franciscano, embaixador de Portugal ao concílio de Basileia, Mestre em Teologia e Ministro Provincial da Província Minorítica de Portugal, 175-76 e 259.  
 LOBO (D. Maria), mãe de D. Alvaro de Castro, 180.  
 LOGIGA, Lentes de, 228.  
 LOIOS, 113. V. — CONGREGAÇÃO DOS CONEGOS DE S. JOAO EVANGELISTA.  
 LOMBARDIA, 297.  
 LONDRES, 45-46, 48 e 116-17  
 LOPES (Fernão), escrivão da puridade do infante D. Fernando, guarda das escrituras do Tombo e cronista, 13, 70, 99 e 100-01.  
 LOPES (D. Gulomar), 11. V. — GUIOMAR (D.), Condessa.  
 LOPES (José da Silva), 98.  
 LOPES (Pero), tabellão em Pombal pelo infante D. Henrique, 65.  
 LOPES (Rui), escrivão, 124.  
 LOT, 328.  
 LOULE (Gonçalo Vaz de), criado de el-rei D. Duarte e seu almoxarife nas lezírias, 146.

- LOUREIRO (José Pinto), 99.  
 LOURENÇO (Afonso), morador no Porto, 161.  
 LOURENÇO (Geraldo), tabelião público de Azurara e Senhorim, 101.  
 LOURENÇO (João), alcaide da Guarda, 108.  
 LOURENÇO (João), procurador de Frei Gonçalo, em partilhas, 65.  
 LOURENÇO (Pedro), provedor das coisas da cidade de Ceuta no Porto, 106.  
 LOURENÇO (Pero), contador de el-rei D. Duarte nos almoxarifados de Viseu e de Lamego, 108.  
 LOURENÇO (Vasco), capelão-mor de el-rei D. Fernando, 98.  
 LOURINHO (João Esteves), sogro de Gonçalo de Pina, 238-39.  
 LUCANO, 28.  
 LUCENA (Dr. Vasco Fernandes de), embaixador de Portugal ao concílio de Basileia, 175-76 e 259.  
 LÚCIO, 338.  
 LUCULLI (Leonel Spínola di). V. — SPINOLA (Leonel).  
 LUNA (D. Alvaro de), condestável de Castela e conde de San Esteban, 36, 145, 190 e 192.  
 LUNA (D. Juan de), bispo de Cádiz e depois de Toledo, 126.  
 LUNA (D. Pedro de), antipapa Bento XIII, 110, 183 e 344.  
 MAÇÃO (João Vasques), rendeiro das propriedades da condessa D. Gulomar e natural da Golegã, 7.  
 MADEIRA (Ilha da), 24 e 194-95. Arquipélago da — 28.  
 MAFRA, 117.  
 MAGESTADE DIVINA, 118.  
 MAIA (Martim da), vedor da fazenda de el-rei D. João I, 123.  
 MAIORCA, 24, 42 e 155. Bispo de — 119.  
 MALAFAIA (Pedro Gonçalves), vedor da fazenda, 42-43.  
 MANGANCHA (Diogo Afonso), lente de Lels na Universidade, embaixador de Portugal ao concílio de Basileia, 175-76 e 259.  
 MANRIQUE (Rodrigo), 43.  
 MANUEL (Pedro), do conselho de D. João II de Castela, 36.  
 MAOMETANA (Selta), 339.  
 MARABOTO (António), genovês, 116.  
 MARABOTO (Franco), genovês, 115-17.  
 MARCAS, 314.  
 MARIA (D.), filha de D. Fernando I e D. Leonor de Aragão, esposa de el-rei D. João II de Castela, 1-2 e 141.  
 MARINESCU, Constantino, 171.  
 MARINI (Mário), Prefeito dos Arquivos do Vaticano, 348.  
 MARINIS, 44.  
 MARINIS (João de), comissário genovês, 43-46 e 48-51.  
 MARINIS (T. de), 171.  
 MARQUES (João Martins da Silva), 18, 23, 29, 69, 86, 104-05, 107, 116-17, 120, 124, 132, 158, 164, 189, 198, 201, 205, 207, 212-13, 227, 229, 238, 271, 284, 348 e 350.  
 MARROCOS, 27, 76, 78-79, 201, 205-06 e 270.  
 MARTINHO V, Papa, 85, 93, 111, 120, 173, 182-83, 225, 269-71 e 384.  
 MARTINHO DE BOEMIA. V. — BOEMIA (Martinho de).  
 MARTINS (Fernão), 10.  
 MARTINS (Luís), do desembargo de el-rei D. Duarte, 154, 158 e 162-63.  
 MARTINS, S. J. (Mário Gonçalves), 97.  
 MARTINS (Vasco), pescador do Infante D. Henrique, 132-33.

- MARX (Carl), 23.  
 MATOS (Afonso de), alcaide do mar na cidade do Porto, 132.  
 MAUNY (Raymond), 24, 27, 30-31, 155 e 223.  
 MAURICIO (Domingos). V. — SANTOS S. J. (Domingos Maurício Gomes dos).  
 MEDINA DEL CAMPO, 1, 5 e 43.  
 MEDINA-SIDÓNIA (Duque de), conde de Niebla e senhor do porto de Sanlúcar de Barrameda, 24 e 31.  
 MEDITERRANEO, 42.  
 MEIRA (Galebo de), mouro, residente em Évora, 151-52.  
 MELO, 164.  
 MELO (Gonçalo Vaz de), avô de Martim e de Pero de Melo, 57.  
 MELO (Martim Vaz de), senhor de Povos, de Castanheira e de Cheleiros, 57.  
 MELO (Pero Vaz de), irmão de Martim Vaz de Melo, 57.  
 MENDES (Garcia), ouvidor do infante D. Henrique na correição da Beira, 153.  
 MENDES (João), corregedor da corte de el-rei D. João I, 96.  
 MENDES (Luís), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 174.  
 MENDONÇA (Henrique Lopes de), 32.  
 MENESES, 37.  
 MENESES (D. Duarte de), filho do conde D. Pedro de Meneses, 32, 36-37 e 224.  
 MENESES (D. Fernando de), pai de D. Telo de Meneses, 156.  
 MENESES (Conde D. Pedro de), capitão de Ceuta, 2.º conde de Viana do Alentejo e 4.º de Vila Real, 5-8, 11, 14, 17-18, 32, 36-37, 68-69, 76, 158, 162, 198-99 e 214.  
 Ordenação de el-rei D. Duarte ao — 17.  
 MENESES (D. Telo de), criado de el-rei D. Duarte, 156-57.  
 MERCADET (João), doutor em Leis, baillo geral do reino de Valência, 169.  
 MEREÁ (Paulo), 14, 121, 207 e 258.  
 MESSINA, 147.  
 MESTRE DE AVIS, 70 e 100.  
 MEZAVACHIS (Bartolomeu de), cardeal, 303.  
 MIDDELBOURG, 46.  
 MIGNE, 299, 308, 327, 331 e 336.  
 MILÃO, 295. Duque de — 171.  
 MODENA, 314.  
 MOISES, 204 e 326.  
 MOMMSEN (Theodorus), 289-93, 297-301, 305-07, 311-14, 316-17, 323-25, 328-32, 334-38 e 340-43.  
 MONACO (João), 267.  
 MONÇÃO, 214.  
 MONCORVO, 104.  
 MONFORTE (Fr. Manoel de), 98.  
 MONTEMOR O NOVO, 181, 210, 231, 233, 236-37 e 239.  
 MORMUNDO (Abade de), 249.  
 MOROQUINO (João), presbítero de Valência, 194-97.  
 MOTA (Avelino Telheira da), 23.  
 MOYA (Fr. Francisco de), Vigário Geral dos franciscanos nas Canárias, depois bispo de Rubião, 93, 110 e 343-44.  
 MUGELLANUS (Dynus), 294.  
 MUNZER (Jerónimo), 221-222.  
 MÚSICA, Lente de, 228.  
 NAPOLES, 115-17, 171, 314 e 322. Reino de — 148 e 170-71.  
 NAUCLERIO, escrivão de nau de Génova, 40-41.

- NAVARRA, Rei de, 149-50 e 170-71.  
 NAVARRA (D. João de), rei de Navarra, 4.  
 NAVEGADOR, cognome do infante D. Henrique, 23, 28-31, 40, 76, 100, 105, 114, 120, 148, 180, 205-07, 254 e 350.  
 NEIVA, Castelo de, 214. Condado de — 83. Terras de — 83.  
 NICOLAU V, Papa, 30.  
 NIEBLA (Conde de), 31. V. — MEDINA-SIDÓNIA (Duque de).  
 NIÑO (Pedro), conde de Buelna, 36.  
 NONY (Guilherme), inglês, morador em Bristol, 107.  
 NOSSA SENHORA, 144.  
 NOBIA, 29.  
 NUNES (Estêvão), tabelião de el-rei em Viseu, 101.  
 NUNES (João), clérigo de Viseu, 279-80. V. — HOMEM (João Nunes).  
 OBIDOS, 69, 82-83, 134 e 254.  
 OBIDOS (Estêvão de), almoxarife das tercenas de Lisboa, 125.  
 OCIDENTE, 46, 276 e 304.  
 OEIRAS (Reguengo de), 233.  
 OLDRADO. V. — OLDRADUS.  
 OLDRADUS. V. — PONTE (Oldradus de).  
 OLHOS NEGROS, 1.  
 OLIVAIS, actual freguesia de Lisboa, 150-51.  
 ORDEM CISTERCIENSE, 184 e 249.  
 ORDEM DOS CISTERCIENSES, 278-79.  
 ORDEM DE CRISTO, 23 e 177. V. — ORDEM DE JESUS CRISTO.  
 ORDEM DO HOSPITAL DE SAO JOAO DE JERUSALEM, Prior da —, 215.  
 ORDEM DE JESUS CRISTO, 23, 29, 32, 70, 76, 78, 114, 211 e 261. Doação da vin-  
 tena da Guiné à — 29. Governador da — 201 e 206. Ordenações, Estatutos e  
 Costumeiro da — 113-14.  
 ORDEM DA MILÍCIA DE JESUS CRISTO, 113. V. — ORDEM DE JESUS CRISTO.  
 ORDEM MILITAR DE ALCANTARA, 249.  
 ORDEM MILITAR DE AVIS, 69, 73, 76, 78 e 249. Mestrado da — 69-71 e 75. Mestre  
 da — 73 e 76.  
 ORDEM MILITAR DE CALATRAVA, 71 e 261. Estatutos da — 114. Mestre da — 70.  
 Mestre Geral da — 249.  
 ORDEM MILITAR DE SANTIAGO, 70. Mestrado da — 75 e 96.  
 ORDEM DE MONTESA, 249.  
 ORDEM DE SANTO AGOSTINHO, 93.  
 ORDEM DE S. BENTO, 248.  
 ORDEM DE S. FRANCISCO, 128. V. — BAEZA (Fr. João de), CANARIAS, CUSTO-  
 DIA FRANCISCANA DE SEVILHA, LOBO (Fr. Gil) e MOYA (Fr. Fran-  
 cisco de).  
 ORDENAÇÕES REAIS, 205. — Afonsinas, 13-15, 54 e 206. — Filipinas, 13-14 e 54.  
 — Manuelinas, 13-14 e 54.  
 ORDENS MILITARES, 70.  
 ORDINARIO, 194.  
 ORENYS (Conde de), 148-49.  
 ORIA (Tedisio de), genovês, 24.  
 ORIENTE, 42.  
 ORTIGUEIRA (Rodrigo Esteves de), escudeiro e depois cavaleiro do infante D. Hen-  
 rique, 180.  
 OUREM (Condes de). João Fernandes Andeiro, 241. João Afonso Telo, 7 e 11.

- 4.º —, filho de D. Afonso, conde de Barcelos, 79 e 82-83. 5.º — 175-76, 239 e 259.
- OUREM (Condes de), 15.
- OUREM (Condessa de), D. Gulomar, 14 e 32.
- OVETENSE, Bispado de Oviedo, 166.
- OVIEDO. V. — OVETENSE, Bispado.
- PACHECO (Diogo Lopes), 14.
- PACHECO (Gonçalo), tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, escudeiro do infante D. Henrique, 105 e 116.
- PACHECO (João Fernandes), fidalgo da casa de el-rei D. João I, 13.
- PACHECO (Lopo Fernandes), fidalgo da casa de el-rei D. João I, irmão de João Fernandes Pacheco, 13 e 32.
- PAÇO (Martim Afonso do), contador da comarca de Trás-os Montes, 106.
- PADUA, 303 e 322.
- PAIS (Martim), capelão e familiar do infante D. Henrique, reitor da igreja paroquial de S. Julião de Cambra, 283.
- PAIVA, Julgado de, 154-55.
- PALA, 99-100.
- PALENCIA. V. — PALENCIENSE, Bispado.
- PALENCIENSE, Bispado de Palência, 166.
- PALERMO. V. — PANORMITANUS, Bispado.
- PALMA (João de), 116.
- PAMPILONENSE, Bispado de Pamplona, 166.
- PAMPLONA. V. — PAMPILONENSE, Bispado.
- PANORMITANUS, Arcebispo de Palermo Itália, 264.
- PARADA, Julgado de, 154.
- PARNASO (Monte) 28.
- PASSAROS (Ilha dos), 24.
- PARIS, 25.
- PASCOAL, Papa, 264.
- PAVIA, 288.
- PAY LEPA (Paul de), 83.
- PEDRA DA GALE, 221-223. V. — PORTO DA GALE.
- PEDRO, 307.
- PEDRO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, depois regente do reino, 15-16, 23, 29-31, 39, 70, 76, 80, 98, 106, 148-49, 156-57, 171, 211, 226, 287 e 354-55.
- PEDRO (D.), infante de Aragão, irmão da infanta D. Leonor, esposa de el-rei D. Duarte de Portugal, 4, 136 e 149-50.
- PEDROSO (Vasco Gil de), escolar em leis, do desembargo de el-rei D. João I, 238.
- PEIXOTO (Pero), criado do infante D. Henrique, casado com D. Inês de Sousa, 67.
- PENAFIEL DE BASTUÇO, 83 e 106.
- PENHA LONGA (Mosteiro de), em Sintra, 92.
- PENINSULA, referida à Península Hispânica, 120.
- PERAL, Senhor do, 9.
- PEREIRA, 211.
- PEREIRA (D. Brites), esposa de D. Afonso, 8.º conde de Barcelos, 83.
- PEREIRA (Diogo), comendador-mor da Ordem Militar de Santiago e governador da casa do infante D. João, 181.
- PEREIRA (Duarte Pacheco), 23-24, 26, 28-33 e 222-23.
- PEREIRA (Gabriel), 80.
- PEREIRA (D. Isabel), esposa de D. Álvaro de Castro, 180-81.

- PEREIRA (Manuel Botelho Ribeiro), 99.  
 PEREIRA (D. Nuno Alvares), condestável do Reino, 13, 83 e 214.  
 PEREIRA (Rui), 214.  
 PERELHAL, 83.  
 PERES, V. — PIRES.  
 PERES (Damião), 24 e 222-23.  
 PEREZ EMBID (Florentino), 23, 40, 85, 118-19 e 257.  
 PERNIA, 166.  
 PERUSA, 288-89 e 303.  
 PICCOLOMINI (Eneas Silvio), 322. V. — PIO II, Papa.  
 PICTAVENSE (Concílio), de Poitiers, França, 283.  
 PIEL (Joseph Maria), 136 e 145.  
 PINA (Gonçalo de), escudeiro do infante D. Henrique, 163-64, 238 e 350.  
 PINA (Rui de), 42, 73, 76, 79-80, 137, 145, 171, 175, 205, 208, 210, 227, 261, 276 e 287.  
 PINELLI, nome de família genovesa, 116.  
 PINELLI (Gregório), genovês, 115 e 117.  
 PINHEIRO GRANDE, Comenda de, 211.  
 PINU (Lourengo de), 303.  
 PIO II, Papa, 322.  
 PIRES, V. — PERES.  
 PIRES (Gonçalo), almoxarife na cidade de Viseu, 108-09.  
 PIRES (Gonçalo), corregedor no reino do Algarve, 198.  
 PIRES (D. Inês), mãe de D. Afonso, 1.º duque de Bragança, 83.  
 PIRES (Lourengo), testemunha na escritura de partilha entre Gomes Eanes e Frei Gonçalo, 66.  
 PIRES (Lourengo), recebedor dos dinheiros de Ceuta em Vila Real, 106.  
 PIRES (Luís), contador no almoxarifado da Guarda, 354-55.  
 PISA, 289.  
 PISTOIA, 293.  
 PISTOIA (Cino de), 293. V. — PISTOIA, Cynus de.  
 PISTOIA (Cynus de), comentador do Código de Justiniano, 293-94, 312 e 330.  
 PLASENSIA, Bispo de, 187-88.  
 POBLET (Mosteiro de), 127-28. Abade do — 186.  
 POITIERS, V. — PICTAVIENSE.  
 POMBAL, 65 e 226.  
 PONTE (Oldradus de), 269, 327, 337 e 339-41.  
 PONZA (Ilha de), 171.  
 PORTALEGRE, 210.  
 PORTEL, Saboaria de, 181.  
 PORTO, 99-100, 106, 132, 156, 158, 160, 210, 212, 214 e 219. Alcaide do mar da cidade do — 132. Alcaide das tercenas do — 133. Bispo do — 175-76 e 259. Câmara do — 106. Capítulos especiais do — 212-13. Diocese do — 241.  
 PORTO DA GALE, 221-22 e 224. V. — PEDRA DA GALE.  
 PORTUGAL, 1-2, 9, 26, 31, 33-34, 40-41, 43-48, 50-53, 67, 69-70, 86, 92-93, 96, 103, 107, 113, 118, 119-121, 130, 135-36, 148, 150, 169-73, 176, 188-89, 214, 225, 239, 246, 248-49, 254-61, 264, 267, 270-71, 278, 280 e 352. Coroa de — 281 e 346. Rainha de — 1, 147, 149 e 172. Rei de — 9, 11, 13, 38, 40, 52-54, 82, 91-92, 96, 100, 102, 108, 115-16, 125, 134, 145-46, 155-56, 173, 176, 181, 210, 234, 239-41, 246, 248, 255-56, 258-60, 262-63, 266, 270, 272-73, 276, 278, 281, 287, 346, 348, 352 e 354. Reino de — 97, 176, 225, 267 e 283.  
 PORTUGALLIAE MONUMENTA HISTORICA, 97.

- POVOA, 106.  
 POVOS, Senhor de, 57.  
 PRATOVECCHIO (António Minucci da), jurista bolonhês, 285, 287-88, 290, 304, 312, 315-16 e 320.  
 PRATOVETERE (António de). V. — PRATOVECCHIO (António Minucci da).  
 QUEPUSCUA, Guipúzcoa, Espanha, 166.  
 RAPOSEIRA, 103-04. Conselho da — 103.  
 RATES, 83.  
 RAU (Virgínia), 102, 167 e 233.  
 RAYNALDUS, 348.  
 REDEMPTOR, 273.  
 REDONDO, Saboaria de, 181.  
 REFOIOS (Mem Rodrigues de), pai de Luís Mendes, 174.  
 REGO (Gonçalo do), escudeiro, criado do infante D. Henrique, 250.  
 REGRAS (Dr. João das), 10, 13 e 233.  
 REI DA BOA MEMÓRIA, 96 e 104. V. — JOÃO I (D.), rei de Portugal.  
 REI ELOQUENTE, cognome de el-rei D. Duarte, 175.  
 REPÚBLICA DE S. MARCOS, 103.  
 REZENDE (Maria de), mãe de D. Isabel Pereira, esposa de D. Alvaro de Castro, 181.  
 RIBA-COA, 174.  
 RIBEIRA DE LITEM, termo de Leiria e Pombal, 65.  
 RIBEIRA DE SANTAREM, 250.  
 RIBEIRA DE VIDE, 163-64.  
 RIBEIRO (João Pedro), 9, 18, 82, 156, 210 e 213.  
 RIMINI, Bispo de, 184.  
 RIO DO OURO, na costa ocidental de África, 24 e 221-23.  
 RITIUS (L.), 170.  
 ROBERTO, imperador da Alemanha, 298.  
 ROBERTO, 314.  
 RODOLFO, rei da Alemanha, 298.  
 RODRIGO (Diogo), castelhano, doutor em Leis, 190 e 192.  
 RODRIGO PIMENTEL (D. ALFONSO), conde de Benavente, 190 e 192.  
 RODRIGUES (Catarina), sogra de Rodrigo Eanes, criado do infante D. Henrique, residente em Setúbal, 39.  
 RODRIGUES (João), deão da sé de Lisboa, 225.  
 RODRIGUES (Nicolau), escrivão, 125 e 135.  
 RODRIGUEZ (Bartolomé), porteiro da rainha D. Leonor de Aragão, 5.  
 ROIZ. V. — RODRIGUES.  
 ROIZ (Paio), escrivão de el-rei D. Duarte, 37.  
 ROMA, 92 e 297-98. Igreja de — 177 e 242.  
 ROMANDIOLA, 298.  
 ROMAO, lezria no Ribatejo, 75.  
 ROSELLIS (António de), 287, 320, 322, 327, 334, 340 e 343.  
 RUA DIREITA, em Viseu, 100.  
 RUBICAO, na ilha de Lançarote, Canárias, 165.  
 RUBICAO (Bispo de), D. Fernando de Talmonte ou Calvetos e Fr. Francisco de Moya, 92-93, 118-19, 121, 126-131 e 343-44. Bispado de — 344. Catedral de — 93. Diocese de — 110.  
 RUBICENSE, Bispo, 166, 182 e 257. Diocese — 165.  
 RUBICON. V. — RUBICAO.  
 RUMEU DE ARMAS, 23.

- SA (Ayres de). V. — VASCONCELOS (Aires Augusto de Sá Nogueira e).  
 SAARA, 223.  
 SACARABOTÃO, campo do actual Ribatejo, 75.  
 SACRAMENTOS, 97-98.  
 SALICETO (Bartolomeu de), 293.  
 SALVADOR, referido a Jesus Cristo, 87, 277 e 341.  
 SALVATERRA DO CAMPO DE SANTAREM, 205.  
 SALVATERRA DE MAGOS, 73, 75, 205, 209 e 211. Comenda de — 211. V. — SALVATERRA DO CAMPO DE SANTAREM.  
 SALVO-CONDUTO. V. — BULAS e outras Letras Pontíficias.  
 SAMARIA, 341.  
 SANCHO (D.), rei de Portugal, 101.  
 SANDOVAL (Gutierre de), cavaleiro castelhano, embaixador de D. João II ao concílio de Basileia, 187-88.  
 SANDWICH, 46.  
 SAN FELICES DE LOS GALLEGOS, vila de Espanha, 1-3.  
 SANLÓCAR DE BARRAMEDA (Porto de), 24 e 31.  
 SANTA CATARINA (Capela de), 178-79.  
 SANTA CLARA (Mosteiro de), 216.  
 SANTA MARIA, 144. Nossa Senhora — 136. Rosas de — 33.  
 SANTA MARIA (P. Francisco de), 113.  
 SANTA MARIA (D. Gonçalo de), bispo de Plasência, embaixador de D. João II de Castela ao concílio de Basileia, 187-88.  
 SANTA MARIA DE GUADALUPE, ermida no termo de Lagos, 98.  
 SANTA MARIA DA CONCEIÇÃO, 102.  
 SANTA MARIA DE LAS DUENAS (Mosteiro de), 5.  
 SANTA MARIA DE FLORENÇA (Mosteiro de), 70, 169 e 172-73. Abade do — 225-26, 239-40, 242, 248 e 277-79.  
 SANTA MARIA DOS OLIVAIS, Freguesia de, 151.  
 SANTAREM, 7-8, 12, 17, 22, 73, 99, 101, 157, 175, 209-11, 219, 227 e 241. Câmara de — 211. Campo de — 73. Cortes de 13-14, 18, 66 e 227. Igreja de Santiago de — 177. Salvaterra do Campo de — 205.  
 SANTAREM (Visconde de), 223.  
 SANTAREM (João de), mercador, residente em Lisboa, 117-18.  
 SANTA SE, 89, 91, 113, 194, 241, 246 e 344.  
 SANTA TRINDADE, 147, 150 e 172.  
 SANTIAGO DE COMPOSTELA, Deão de, 34-35.  
 SANTO ANDRÉ, 102.  
 SANTO ELOI, Casa de, 113. V. — CONGREGAÇÃO DOS CONEGOS DE S. JOAO EVANGELISTA, 113.  
 SANTO TURINO DE LEVANASTURIAS DE SANTA ILLANA, 166.  
 SANTOS, S. J. (Domingos Maurício Gomes dos), 79, 201, 239, 255, 270-71, 278, 281, 345 e 348.  
 SAO COLMADE (João Afonso de), 108.  
 S. AGOSTINHO, 308-09, 325, 327 e 331.  
 S. ANTONIO, 288 e 320.  
 S. BENTO (Mosteiro de), em Lisboa, 225-26.  
 S. DOMINGOS (Ermida de), na região de Lafões, 154.  
 S. FRANCISCO, Frade de, 98.  
 S. FRANCISCO (Mosteiro de), 99.  
 S. GREGORIO, 309.



- S. ISIDORO DE SEVILHA, 299.  
 S. JOAO, 169, 269-70 e 327.  
 S. JOAO BAPTISTA, Dia de, 164.  
 S. JOAO EVANGELISTA, Congregação dos Cônegos de, 113.  
 S. JULIAO DE CAMBRA, Igreja paroquial de, 283.  
 S. LOURENÇO DO BAIRRO, 7.  
 S. MATEUS, 301, 328 e 339.  
 S. PAULO, 72, 169 e 273.  
 S. PAULO (Padre Mestre Jorge de), 113.  
 S. PEDRO, 72, 197, 269-70, 273-74, 281, 290 e 339.  
 S. PEDRO «AD VINCULA», DE ROMA (Mosteiro de), 92.  
 S. ROMUALDO, 288 e 320.  
 S. TOMAS DE AQUINO, 316.  
 S. VICENTE, 97. Eremitério de — 98.  
 S. VICENTE DO CABO, 97-98. Capela e ermida de — 98. V. — CABO DE S. VICENTE.  
 SARA, mulher de Abraão, 339.  
 SARAIVA (Dr. José), 189.  
 SARDENHA, 111.  
 SARZEDAS, 174-75.  
 SAXOFERRATO (Bartolo de), legista do século XIV, 121, 289, 294, 296-98, 300-01, 310, 318-19, 330-31, 335, 338 e 342.  
 SCHULTE (Joh. Friedrich von), 322, 334 e 340.  
 SCOTO (João Duns), 327.  
 SE APOSTOLICA, 95 e 118.  
 SEGUSIO (Henricus de), 304-05, 308 e 340-41. V. — HOSTIENSIS.  
 SELA, 192.  
 SEM (Dr. João do), 68.  
 SENA, 322. Universidade de —, 288.  
 SENECA, 288.  
 SENHOR, referido a Jesus Cristo, 26, 35, 43, 88, 90, 94, 112, 115, 122, 128-29, 165, 183, 190, 192, 197, 241, 256, 258, 272, 277, 281, 288, 310, 327, 338 e 341. Encarnação do — 72, 87, 89, 93, 95, 131, 165, 167, 170, 173, 184-85, 187, 198, 247, 275 e 282. Nosso — 29, 79, 137, 144 e 202-03.  
 SENHORIM, 101.  
 SEQUEIRA (D. Fr. Fernando Rodrigues de), governador e regedor da Ordem Militar de Avis, 69-70 e 73.  
 SERRA DE EL-REI, no concelho de Peniche. Paços da —, 13.  
 SERRA LEOA, 30.  
 SERRA RAFOLS (Elías), 119.  
 SETOBAL, 39.  
 SEVILHA, 43, 45, 53-54, 85, 119-20 e 126-27. Arcebispo de — 118 e 126. Bispo de — 93. Diocese de — 127-28, 182-83 e 186.  
 SEVILHA (Dr. Diogo de), frade jerónimo, castelhano, 93.  
 SICILIA, 40-42 e 149-50. Mar da — 52-53. Rainha de — 1 e 147-49. Rei de — 1, 265 e 268. Reino da — 170-71.  
 SIGISMUNDO, Imperador, 276.  
 SIGUENZA, 86 de, 34.  
 SILVA (Aires Gomes da), do concelho de el-rei D. Duarte, regedor da justiça na comarca de Entre Douro e Minho, 156 e 242.  
 SILVA (João Gomes da), fidalgo da casa de el-rei D. João I, 13.

- SILVA (Juán de), alferes-mor de D. João II de Castela e seu embaixador ao concílio de Basileia, 34-35 e 189.
- SILVEIRA (Heitor Homem da), 224. V. — **HOMEM** (Heitor).
- SILVES, 210. Bispo de — 97-98 e 241. Diocese de — 97 e 100.
- SINBAD LE MARIN (Conte de), 24.
- SINTRA, 7, 32, 83, 92, 117, 134, 168, 233, 238 e 251.
- SINTRA (Pedro de), 103.
- SINTRAO (Nuno Vicente), marido de Leonor Vaz, 159.
- SLANE, 31.
- SOARES (D. Ana), mulher de Heitor Homem, 224.
- SOBREIRA FORMOSA, 174-75.
- SOCRATES, 328.
- SODOMITES, 302.
- SOLDEVILA (Ferran), 171-72.
- SORBELLI (Albano), 288, 295, 303 e 322.
- SOURE, 65.
- SOUSA (António Caetano de), 1, 9, 82, 136, 176, 189, 206, 233 e 246.
- SOUSA (Brites de), mulher de Heitor Homem, 224.
- SOUSA (Diogo Lopes de), 209.
- SOUSA (Inês de), mulher de Pero Peixoto, criado do infante D. Henrique, 67.
- SOUSA (João de), escrívão, 99.
- SOUTHAMPTON, 31 e 46.
- SPINOLA (Leonel), comissário genovês, 43-46 e 48-51.
- SPINOLA (Simão), patrão de nau genovesa, 43-44, 46 e 49-51.
- STAEDLER (E.), 271.
- STECCATIS (Joannes de), 240-41.
- STELLING, S.-Michaud, 295 e 303.
- SUAREZ FERNANDEZ (Luís), 35, 86, 176 e 187-89.
- SÓPLICAS, 96 e 281. — de el-rei D. Duarte, 95 e 97. — do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, 279 e 283. — dirigida pelos embaixadores de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, 254. — de Luis de Guzmán ao papa Eugénio IV, 249.
- SUSA, diocese de Turim, 304.
- SUSA (Henrique de), 304. V. — **HOSTIENSIS**.
- TALMONTE (D. Fernando), bispo de Rubicão, na ilha de Lançarote, 92-93, 119-22, 128, 128, 165-66, e 343-45. V. — **CALVETOS** (D. Fernando).
- TALBIN, nome dado por Martinho de Boémia ao barco de Afonso Gonçalves Baldaia, 221. V. — **TALVIN**.
- TALVIN, nome dado por Jerónimo Münzer ao barco de Afonso Gonçalves Baldaia, 221. V. — **TALBIN**.
- TANGER, 73, 79, 106, 205, 210, 229, 270-71, 284, 287, 345 e 348.
- TARAZONA (Deão de), 136.
- TARF-AL-GORAB, 97. V. — **CABO DE S. VICENTE**.
- TAROUCÁ, 168 e 218. Feira franca anual de — 167-68.
- TARRACONENSE (Cardeal), 169.
- TARAGONA. 169. Diocese de — 127-28 e 186.
- TARSO (Bispo de), 126.
- TAVARES (Gonçalo de), tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, criado e escudeiro do infante D. Henrique, 105.
- TAVIRA (Frei Gil de), 259. V. — **LOBO** (Fr. Gil).
- TEIDE, Pico vulcânico de, 256.
- TEIVES, 99-100.

- TELES (D. Gonçalo), 1.º conde de Neiva, 83.  
 TELO (D. João Afonso), 1.º conde de Ourém e 4.º de Barcelos, marido da condessa D. Guilomar e alferes-mor de el-rei D. Fernando, 7 e 11.  
 TELO (D. João Afonso), 1.º conde de Viana do Alentejo, neto do homónimo 1.º conde de Ourém, 11.  
 TEMIS (Virgem), 28.  
 TENERIFE (Ilha de) ou do Inferno, arquipélago das Canárias, 24 e 256. Pico vulcânico de — 256.  
 TENTOGAL, 123 e 211.  
 TEOLOGIA, Lente de, 228.  
 TERESA (D.), mãe de D. Fernando da Guerra, 241.  
 TERRA ALTA, na costa ocidental de Africa, 23 e 31.  
 TERRA SANTA, 270, 274, 302-03, 321 e 338.  
 TIDER, 98.  
 TOLEDO, Diocese de, 190 e 192.  
 TOMAR, 159, 180, 214 e 252. Capítulo Geral de — 114. Convento de Cristo de — 113. Feira franca anual de — 102 e 167. Vigário Geral de — 177 e 180.  
 TORRES CAMPOS, Rafael, 90 e 126.  
 TORRES NOVAS, 134, 159, 231 e 233-34.  
 TORRES VEDRAS, 134, 277 e 285.  
 TOSCANA (Aldonça Martins), 151-52.  
 TOVAR ((Conde de), 103.  
 TRANCOSO, 210, Batalha de — 214.  
 TRAS-OS-MONTES, Comarca de, 104 e 106.  
 TRATADO DE PAZ E AMIZADE entre Aragão e Navarra e Portugal, 136.  
 TRAVA (Paúl de), no termo de Santarém, 232 e 234.  
 TRIGUEIRO (João Rodrigues), escudeiro de el-rei D. Duarte, escrivão do porto de Elvas, 152-53.  
 TULIUS CICERONIS (Marcus), 323 e 325.  
 TURIM, Diocese de, 304.  
 TUSCIE, 309, 312 e 317.  
 TUY, Igreja de, 259-60.  
 UBALDI PERUSINUS (Angelus). V. — UBALDO PERUSINO (Angelo).  
 UBALDI PERUSINUS (Baldus). V. — UBALDO PERUSINO (Baldo).  
 UBALDO PERUSINO (Angelo), 294 e 318.  
 UBALDO PERUSINO (Baldo), famoso jurista do século XIV, 288, 290, 292-93, 299, 306, 315, 317-18, 336 e 338.  
 UNIVERSIDADE, 202 e 228. V. — ESTUDOS DE PORTUGAL.  
 URBANO IV, Papa, 295.  
 VALBOM, 99-100.  
 VALDEVEZ, Senhor da terra de, 57.  
 VALDIGEM, nas imediações de Lamego, 218.  
 VALENCIA, 148-150, 169, 172 e 194-95.  
 VALIM (António), veneziano, 103-04.  
 VALLADOLID, 36.  
 VALLS-TABERNER (F.), 171-72.  
 VAN HOVE, 267, 289-90, 293-94, 296 e 322.  
 VAQUEIRO (João), 180.  
 VAQUEIROS, termo de Santarém, 7.  
 VARZEA, Couto da, 83.  
 VASCONCELOS (Aires Augusto de Sá Nogueira e), 108.

- VASCONCELOS (José Leite de), 97.  
VASQUES (Alvaro), homem de pé do infante D. Henrique, residente no Porto, 158-59.  
VASQUES (Diogo), 251.  
VASQUES (Duarte), escudeiro do infante D. Henrique, 212.  
VASQUES (Gonçalo), escrivão de el-rei D. Duarte, 22.  
VASQUES (João), escrivão, 218 e 220.  
VASQUES (Rui), pai de Mem Rodrigues de Refoios, 174.  
VATICANO, 271.  
VAZ (João), escrivão, 211.  
VAZ (Leonor), viúva de Nuno Vicente Sintrão, de Tomar, 159-60.  
VAZ (Rui), escrivão, 147 e 201.  
VELHO (Fr. Gonçalo), navegador, 23-24 e 108.  
VELHO TESTAMENTO, 265 e 310.  
VELLIANO, senador romano, 5.  
VENEZA, 103-04 e 297.  
VERLINDEN (Charles), 135.  
VERMOIM, 83 e 105. Castelo de — 214.  
VIANA DO ALENTEJO, 238. V. — VIANA DO ALENTEJO (Condes de).  
VIANA DO ALENTEJO (Condes de). 1.º conde, D. João Afonso Telo, 11. D. Pedro de Meneses, 5-6, 17-18, 30, 68-69 e 198.  
VICENTE (D. João), bispo de Lamego depois de Viseu, catedrático de medicina na Universidade, médico de el-rei D. João I e principal fundador da Congregação dos Cônegos de S. João Evangelista ou Lóios, 113-14 e 278.  
VICENTE (Mestre João). V. — VICENTE (D. João).  
VICENTE (Vasco), raçoiro na Igreja de Santiago de Santarém, 177-79.  
VIERA Y CLAVIJO (José de), 344.  
VIGARIO, 271.  
VILA DO CONDE, 106.  
VILA FRANCA DE XIRA, 146-47 e 211.  
VILALOBOS, 32.  
VILALOBOS (Gil Eanes de), 32. V. — EANES (Gil).  
VILALOBOS (D. Guiomar de), 11 e 14. V. — GUIOMAR (D.) condessa.  
VILALOBOS (D. Maria de), esposa de Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira, mãe da condessa D. Gulomar, 32.  
VILALOBOS (Martim Vicente de), prestou serviço em Ceuta, 32.  
VILALOBOS (Nuno Martim de), prestou serviço em Ceuta, 32.  
VILA REAL, 106 e 210.  
VILA VIÇOSA, Marquesa de, 9.  
VILELA (Rodrigo Anes), servidor na corte de el-rei D. Duarte, 285.  
VILLA CISNEROS, capital do Saará espanhol, 223.  
VINAL, 99-100.  
VIRGEM MARIA, 81, 120, 288 e 320. V. — NOSSA SENHORA e SANTA MARIA.  
VISCONTI (Filippo Maria), duque de Milão e Senhor de Génova, 171.  
VISEU, 99-101, 210, 224 e 279-80. Almoxarifado de — 108. Bispo de — 99, 113, 175-76 e 259. Diocese de — 113 e 283. Duque de — 114, 201, 206, 232, 251-53, 280 e 283. Sé de — 280. V. — ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU.  
VITÓRIA (Mosteiro da), 253. V. — BATALHA (Mosteiro da).  
VIVALDI, mercadores genoveses, 116.  
VIVALDI (Caetano), genovês, 116.  
VIVALDI (Dario), 155.  
VIVALDI (Demétrio), genovês, 155.

- VIVALDI (Francesco), 155.  
VIVALDI (Galeazzo), 155.  
VIVALDI (Giovanni Petro), 155.  
VIVALDI (Rafael), genovês, 116 e 155.  
VIVALDI (Tomás), genovês, 116 e 155.  
VIVALDI (Torpeto), genovês, 115 e 117.  
VIVALDI (Ugolino), navegador genovês, 24 e 155.  
VIVALDI (Vadino), navegador genovês, 24 e 155.  
VIVES, 327.  
WADDINGUS (Lucas), 110 e 344.  
WOLFEL (Dominik Josef), 87, 90, 92, 94, 119-20, 126, 128, 182 e 184.  
YDUBAREN (João Afonso de), leigo de Grã Canária, 89-90, 93-95 e 119.  
YSORNA (D. Alvaro de). V. — ISORNA (D. Alvaro de).  
ZACCAGNINI (Guido), 293.  
ZDEKAUER (Ludovico), 288.  
ZENÃO, 296 e 301.  
ZURARA (Gomes Eanes de), 22-23, 25-26, 28-30, 32-33, 37, 40, 70, 76, 98, 135-36, 171, 203, 212, 221-22, 224 e 256.  
ZURITA (Jerónimo), 148 e 171.

## ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Est. I — Litoral africano da costa marroquina ao Cabo das Barbas e arquipélagos da Madeira e Canárias no último quartel do séc. XV. (Segundo a carta portuguesa da Biblioteca Estense de Módena), pp. IX-X.

Est. II — Página da *Crónica dos feitos de Guiné*, cód. de Paris (Doc. 8), pp. 32-33.

Est. III — Letras comendaticias do papa Eugénio IV, de 1435 (Doc. 84), pp. 176-77.

Est. IV — Doação do paul de Boquilobo pelo infante D. Henrique, em 1436 (Doc. 115), pp. 240-41.

Est. V — Letras *Litteris tuis*, do papa Eugénio IV, de 1436 (Doc. 119), pp. 240-41.

Est. VI — Letras *Inter nonnullas*, do papa Eugénio IV, de 1436 (Doc. 120), pp. 240-41.

Est. VII — Última página dos pareceres jurídicos de 1436 (Docs. 140 e 141), pp. 352-53.

## ÍNDICE GERAL

|                                  |          |
|----------------------------------|----------|
| AO LEITOR. . . . .               | pág. IX  |
| ABREVIATURAS . . . . .           | pág. XV  |
| DOCUMENTOS . . . . .             | pág. 1   |
| BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA. . . . . | pág. 359 |
| BIBLIOGRAFIA IMPRESSA . . . . .  | pág. 365 |
| ÍNDICE CRONOLÓGICO . . . . .     | pág. 391 |
| ÍNDICE ANALÍTICO . . . . .       | pág. 413 |
| ÍNDICE DAS ESTAMPAS. . . . .     | pág. 443 |

# ADDENDA & CORRIGENDA

| <i>Página</i>                     | <i>Linha</i> | <i>Onde se lê</i>                 | <i>Leia-se</i>   |
|-----------------------------------|--------------|-----------------------------------|--|
| 1                                 | 10           | <i>Genealógica</i> , provas       | <i>Genealógica</i> , t. 1, liv. 3,<br>provas   |
| 24                                | 44           | em 1921                           | em 1291  |
| 31                                | 20           | <i>Maroc</i> , p. 207             | <i>Maroc</i> , vol. 1, p. 207.   |
| 42, 43, 46,<br>48-52, 54<br>e 155 |              | <i>Litterarum registri</i> , 1783 | <i>Litterarum registri</i> ,<br>vol. 7,  |
| 79                                | 35           | demover                           | resolver   |
| 127                               | 6            | in fidem                          | in fide catholica roboran-<br>dis, quam pro alijs adhuc<br>in cecitate ignorancie<br>persistentibus ad fidem |
| »                                 | 29           | quadringentesimo quarto           | quadringentesimo trice-<br>simo quarto   |
| 190                               | 31           | Hermides                          | Herimides  |
| 194                               | 9            | Maroquino                         | Moroquino  |
| 241                               | 30           | <i>de Portugal</i>                | <i>em Portugal</i>   |
| 269                               | 46           | cruzada rei                       | cruzada ao rei   |
| 288                               | 28           | Perusia                           | Perusa   |
| 289                               | 20           | <i>vita...</i> , II               | <i>vita...</i> , <i>Apollinaris</i> , II,<br>p. 110-117.   |



ESTA OBRA FOI COMPOSTA E IMPRESSA  
NAS OFICINAS GRÁFICAS DA «ATLAN-  
TIDA», EM COIMBRA, RUA DOS COMBA-  
TENTES DA GRANDE GUERRA, 67, SOB A  
DIRECÇÃO DO MESTRE-TIPOGRAFO JOSE  
ABRANTES MACHADO E ACABOU DE SE  
IMPRIMIR EM 27 DE DEZEMBRO DE 1963.  
A PRIMEIRA ESTAMPA FOI EXECUTADA  
PELA «LITOGRAFIA DE PORTUGAL» E  
AS DEMAIS PELA «NEOGRAVURA, LIMI-  
TADA», AMBAS DE LISBOA.

